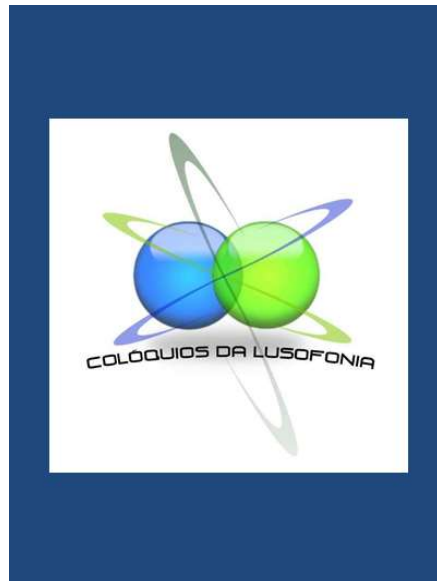


LIVRO DE ATAS/ANAIS

ISBN: 978-989-8607-02-7

ATAS/ANAIS
20º COLÓQUIO DA
LUSOFONIA
SEIA, Portugal
15-18 outubro 2013



ATAS/ANAIS XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA

A LUSOFONIA FALA MAIS ALTO EM SEIA NA SERRA DA ESTRELA
16,17,18 OUTUBRO 2013 SEIA, PORTUGAL



Logo grid for supporting organizations: SEIA (apoio e coordenação local do IPG e ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO), IPG, AICL, APOIO Serra da Estrela, Governo dos Açores, and ORGANIZAÇÃO AICL. The website www.lusofonias.net is also listed.



20º COLÓQUIO DA
LUSOFONIA
16,17 e 18 OUTUBRO 2013



Seia | Serra da Estrela
Audubório da Escola Superior de
Turismo e Hotelaria do IPG
programa e inscrições em:
www.lusofonias.net



1. AICL PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

1. OS “COLÓQUIOS DA LUSOFONIA – AICL, ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA”, são um movimento cultural e cívico que visa mobilizar e representar a sociedade civil de todo o mundo, para pensar e debater amplamente, de forma científica, a nossa fala comum: a Língua Portuguesa.

2. A Associação tem por objeto promover A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA conducente ao reforço dos laços entre os lusofalantes – no plano linguístico, cultural, social, económico e político - na defesa, preservação, ensino e divulgação da língua portuguesa e todas as suas variantes, em qualquer país, região ou comunidade.

3. Para a consecução destes objetivos compromete-se a

a) Promover encontros científicos anuais, o desenvolvimento dos estudos universitários e outros, para ensino, divulgação, preservação e tradução da língua portuguesa, procurando o apoio das Instituições nacionais e internacionais;

b) Desenvolver outras ações culturais, tais como Colóquios, congressos, encontros, exposições, em estreita ligação com outras entidades;

c) Promover cursos e bolsas de estudo na área da Cultura em parceria com outras instituições universitárias e culturais;

d) Fomentar a divulgação das obras em língua portuguesa através de reedições e traduções;

e) Criar grupos científicos ligados aos objetivos da AICL.

4. Os valores essenciais da cultura lusófona constituem, com o seu humanismo universalista, uma vocação da luta por uma sociedade mais justa, da defesa dos valores humanos fundamentais e das causas humanitárias.

5. A todos nós incumbe o dever de promover a defesa, a expansão e o prestígio da nossa língua comum, patrocinando a publicação, a tradução e difusão por todo o mundo de obras literárias, científicas e artísticas, de autores de língua portuguesa.

6. Em defesa da Lusofonia, defendemos a nossa identidade como pessoas e povos, e em prol da variada língua comum com todas as suas variantes e idiossincrasias, impedindo que outras culturas e outros povos nos dominem cultural, económica ou politicamente, como alguns, ostensiva e claramente, defendem.

A nossa divisa é “**NÃO PROMETEMOS, FAZEMOS**”

2. HISTORIAL DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA representantes da sociedade civil atuante

Aqui se traça em linhas gerais o percurso da AICL. Uma breve resenha do historial dos Colóquios da Lusofonia, da sua ação na divulgação da açorianidade literária ou de como ainda é possível concretizar utopias num esforço coletivo. Um exemplo da sociedade civil atuante em torno de um projeto de Lusofonia sem distinção de credos, nacionalidades ou identidades culturais que depois do Brasil, Macau e Galiza quer voltar ao Brasil, ir aos EUA e Canadá, Cabo Verde, Roménia e outros países.

Gostaria de começar usando a frase de Martin Luther King, 28 agosto 1963, “*I had a dream...*” para explicar como em dez anos realizámos já dezanove Colóquios da

Lusofonia. Somos uma associação cultural e científica sem fins lucrativos desde janeiro de 2011 e cremos que podemos fazer a diferença, congregados em torno de uma ideia abstrata e utópica, a união pela mesma Língua. Partindo dela podemos criar pontes entre povos e culturas no seio da grande nação lusofalante, independentemente da nacionalidade, naturalidade ou ponto de residência.

Os Colóquios juntam os congressistas no primeiro dia de trabalhos, compartilhando hotéis, refeições, comunicações, passeios e, no último dia despedem-se como se de amigos/as se tratasse. Neles não se busca mais uma Conferência para o currículo, antes se partilham ideias, projetos, criando sinergias irmanados do ideal comum de “sociedade civil” capaz e atuante, para – juntos – se atingir o que as burocracias e hierarquias não podem ou não querem. É o que nos torna distintos de outros encontros científicos do género. É a informalidade e o contagioso espírito de grupo que nos irmana, que nos tem permitido avançar com ambiciosos projetos. Aliás, desde a primeira edição abolimos o sistema português de castas que distingue as pessoas pelos títulos apenas aos nomes. Esta pequena revolução tem permitido sinergias onde não se pretende a autoria mas a partilha do conhecimento. Sabemos como isso é anátema nos corredores bafientos e nalgumas mentes das instituições, mas temos sabido encontrar, nessas entidades, as pessoas capazes de operarem as mudanças, como porta-vozes da sociedade civil que estes Colóquios se orgulham de ser. Só assim se explica que depois de José Augusto Seabra, os nossos patronos sejam Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia.

Em 2001, queríamos patentear que era possível ser-se organizacionalmente **INDEPENDENTE** e descentralizar estes eventos sem subsidiodependências. Em poucos anos os Colóquios já se afirmaram como a única realização regular, concreta e relevante - em todo o mundo - sobre esta temática, sem apoios nem dependências. Em Portugal tivemos Bragança como base entre 2003 e 2010, e nos Açores a Ribeira Grande (2006-7), Lagoa (2008-12) e em Vila do Porto (2011).

Os Colóquios são independentes de forças políticas e institucionais, através do pagamento das quotas dos associados e do pagamento de inscrições dos congressistas. Buscam apoios protocolados especificamente para cada evento, concebido e levado a cabo por uma rede de voluntários. Pautam-se pela participação de um variado leque de oradores, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos.

Ao nível logístico, tentam beneficiar do apoio das autarquias com visão para apoiar a realização destes eventos. Estabeleceram várias parcerias e protocolos com universidades, politécnicos e outras entidades que permitem embarcar em projetos mais ambiciosos e com a necessária validação científica.

Nos Açores, agregaram académicos, estudiosos e escritores em torno da identidade açoriana, sua escrita, lendas e tradições, numa perspetiva de enriquecimento da LUSOFONIA, tal como a entendemos com todas as suas diversidades culturais que, com a nossa podem coabitar. Pretende-se divulgar a *identidade açoriana* não só nas comunidades lusofalantes mas em países como a Roménia, Polónia, Bulgária, Rússia,

Eslovénia, Itália, França, e onde estão a ser feitas traduções de obras e de excertos de autores açorianos.

De referir que em todos os Colóquios mantivemos sempre uma Sessão dedicada à tradução que é uma importante forma de divulgação da nossa língua e cultura. Veja-se o exemplo de Saramago que vendeu mais de um milhão de livros nos EUA onde é difícil a penetração de obras de autores de outras línguas e culturas.

Os Colóquios inovaram na sua primeira edição (2002) e introduziram o hábito de entregarem antes do início das sessões um DVD das Atas/Anais.

Em 2004, lançaram a campanha que salvou o Ciberdúvidas;

Em 2005 presidiram ao lançamento do Observatório da Língua Portuguesa, integrado como Observador na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);

Em 2006 lançaram as bases da Academia Galega da Língua Portuguesa.

Em 2007 atribuíram o 1º Prémio Literário da Lusofonia e debateram, pela primeira vez em Portugal, o Acordo Ortográfico 1990.

A partir de 2007 prosseguiram, incansáveis, a campanha pelo Acordo Ortográfico (AO) 1990, com o laborioso apoio de Malaca Casteleiro e Evanildo Bechara na luta pela Língua unificada que propugnamos para as instâncias internacionais.

Em 2008 inauguraram o primeiro ato oficial da Academia Galega da Língua Portuguesa e o Presidente da Academia de Ciências de Lisboa Professor **Adriano Moreira** deslocou-se propositadamente para dar “**o apoio inequívoco da Academia de Ciências aos Colóquios da Lusofonia**”. Na sequência desta vinda, doaria o seu espólio a Bragança onde se encontra na Biblioteca Municipal com o seu nome. Idêntica visita ocorreu em 2009 na Lagoa.

Em 2009 definiram os projetos do MUSEU DA LUSOFONIA e do MUSEU DA AÇORIANIDADE que infelizmente não tiveram cabimento financeiro. Nesse ano convidámos o escritor Cristóvão de Aguiar para a Homenagem contra o Esquecimento, que incluía Carolina Michaëlis, Leite de Vasconcellos, Euclides Da Cunha, Agostinho Da Silva, Rosália De Castro. Um protocolo foi estabelecido em 2009 com a Universidade do Minho para ministrar um Curso Breve de Estudos Açorianos que decorreu em 2010-2011.

Em janeiro de 2010 lançaram os Cadernos de Estudos Açorianos (em formato pdf no nosso portal www.lusofonias.net), que trimestralmente publicámos, estando já disponíveis dezena e meia de cadernos, suplementos e vídeo-homenagens a autores açorianos. Servem de suporte ao curso de Açorianidades e Insularidades que pretendemos levar online para todo o mundo e de iniciação para os que querem ler autores açorianos cujas obras dificilmente se encontram.

Também em 2010, os Colóquios deslocaram-se ao Brasil, foram recebidos na Academia Brasileira de Letras, onde palestraram Malaca Casteleiro, Concha Rousia e Chrys Chrystello. Malaca Casteleiro sugerira no XIII Colóquio (Brasil) que se valorizassem as Atas através de um ANUÁRIO de comunicações selecionadas e não editadas em papel do 1º ao 13º Colóquios, o qual está disponível no portal para associados.

Em Bragança nesse ano, na Sessão de Poesia, houve poemas de Vasco Pereira da Costa, uma vídeo homenagem ao autor e a declamação ao vivo da “Ode ao Boeing 747” em 11 das 14 línguas para que foi traduzido pelos Colóquios (Alemão, Árabe, Búlgaro, Catalão, Castelhana, Chinês, Flamengo, Francês, Inglês, Italiano, Neerlandês, Polaco, Romeno, Russo).

Em 2011 uma numerosa comitiva deslocou-se a Macau com o generoso apoio do Instituto Politécnico local. Nesse ano fomos pela primeira vez a Santa Maria, Ilha-Mãe. Em Vila do Porto, além se apresentar a Antologia bilingue de autores açorianos, o XVI Colóquio da Lusofonia aprovou uma **DECLARAÇÃO DE REPÚDIO** pela atitude de Portugal que *olvidando séculos de história comum da língua, excluiu a Galiza - representada pela Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) - do seio das comunidades lusófonas. A Galiza esteve sempre representada desde 1986 em todas as reuniões relativas ao novo acordo ortográfico e o seu léxico foi integrado em vários dicionários e corretores ortográficos. A sua exclusão a posteriori do seio da CPLP representa um grave erro histórico, político e linguístico que urge corrigir urgentemente.*

Em 2012, na Lagoa, reunimos 9 autores na Homenagem contra o Esquecimento: Eduardo Bettencourt Pinto (Canadá), Caetano Valadão Serpa (EUA); de S. Miguel: Eduino de Jesus, Fernando Aires (representado pela viúva Dra. Idalinda Ruivo e filha Maria João); Daniel de Sá; da ilha Terceira, Vasco Pereira da Costa e Emanuel Félix representado pela filha e poeta Joana Félix; da ilha do Pico, Urbano Bettencourt, e do Brasil, Isaac Nicolau Salum (descendente de açorianos) com a presença da filha Maria Josefina. Em outubro 2012, levamos os Colóquios a Ourense/Galiza, parcela esquecida da Lusofonia que foi o berço da língua de todos nós, e tenta agora reunir-se com as demais comunidades lusofalantes do mundo. Na Lagoa e na Galiza (2012) lançámos o **MANIFESTO AICL 2012, a língua como motor económico**, (ver adiante) um contributo para uma futura política da língua no Brasil e em Portugal. Vivemos hoje uma encruzilhada com problemas semelhantes aos da Geração de 1870 e das Conferências do Casino. Embora maioritariamente preocupados com os aspetos mais vastos da linguística, literatura, e história, somos um grupo heterogéneo unido pela Língua comum a todos nós e que configura o mundo, sem esquecer que Wittgenstein disse que o limite da nacionalidade é o limite do alcance linguístico.

Na Maia (2013) lançaram-se novos projetos, a Antologia no feminino, um cancionero, musicar poemas açorianos, e o Prémio Literário da Açorianidade. Os Colóquios são a prova insofismável de que tudo é possível com custos mínimos desde que as pessoas tenham liberdade para criarem no seio da nossa associação projetos com os quais se identifiquem e que se destinam a pensar e debater amplamente, de forma científica, a fala comum. Queremos fortalecer os laços no plano linguístico, cultural, social, económico e político, na defesa, preservação, ensino e divulgação da Língua Portuguesa e da nossa identidade em torno da Língua comum com todas as suas variantes e idiossincrasias.

Resumidamente, foi isto que os Colóquios fizeram nesta década, provando a vitalidade da sociedade civil quando se congregam vontades e esforços de tantos académicos e investigadores como aqueles que hoje dão vida aos nossos projetos.

Resta apenas que mais e mais gente se junte à AICL – Colóquios da Lusofonia - para irmos mais longe e levar o nosso aos governos dos países de expressão oficial portuguesa e que sirva de ponto de partida para o futuro que ambicionamos e sonhamos. Com a ajuda e dedicação de todos muito mais podemos conseguir como motor pensante da sociedade civil.

3. O MANIFESTO 2012 deve ser precedido da leitura de A LÍNGUA PORTUGUESA EM TEMPO DE CRISE

Em minha opinião, a crise do país é mais do que tudo uma crise de ideias, de líderes, de pensadores e intelectuais, aliada ao capitalismo selvagem, dito neoliberalismo, que desde os anos 90 vem tomando dos meios de produção globais e manipulando os governos do mundo ocidental. O país precisa de mais de se servir dos seus “sages” para usar um termo francês em vez do mais habitual pensadores ou filósofos que não incluiria todos os que pretendo incluir. Um Conselho de Sábios, por assim dizer seria aquilo que o país necessita para vencer a crise e sairmos da podridão da partidarite viciada em cunhas, nepotismo e esquemas. Teríamos depois, de estabelecer consensos alargados e um plano de mudança e ação a muito longo prazo e buscar a força e iniciativa dos mais jovens para as levar a cabo. Não devemos deixar que Portugal se perca na sua atual insignificância quando grande parte da sua História foi feita de grandes homens que se sobrepuseram, pela sua visão, a gerações de séculos de Velhos do Restelo. São estes que hoje guiam os nossos filhos e netos para uma subserviência e dependência total ao grande capital internacional sem esperanças de uma vida melhor. Trata-se de um retrocesso ao pior da Grande Revolução Industrial ou rumo a uma criação de novos servos da gleba, automatizados, controlados e vigiados, mas sobretudo intelectualmente deficientes.

Gostava de vos dizer que, em minha opinião, a crise do país é mais do que tudo uma crise de ideias, de líderes, de pensadores e intelectuais, aliada ao capitalismo selvagem, dito neoliberalismo, que desde os anos 90 vem tomando dos meios de produção globais e manipulando os governos do mundo ocidental.

O país precisa de mais de se servir dos seus “sages” para usar um termo francês em vez do mais habitual pensadores ou filósofos que não incluiria todos os que pretendo incluir. Um Conselho de Sábios, por assim dizer seria aquilo que o país necessita para vencer a crise e sairmos da podridão da partidarite viciada em cunhas, nepotismo e esquemas. Teríamos depois, de estabelecer consensos alargados e um plano de mudança e ação a muito longo prazo e buscar a força e iniciativa dos mais jovens para as levar a cabo. A receita universalmente seguida é a da ignorância, em que quase todos hoje vivem, aliviada com um voyeurismo exacerbado em *Big Brother* e quejandos, e outras telenovelas da vida real que a TV projeta incessantemente nas horas poucas de lazer. Acrescentemos a esta fórmula mágica o entorpecimento futebolístico que ajuda a exacerbar paixões e ventilar frustrações recalçadas e temos o caldo mágico para as gerações futuras.

Um sistema educacional e cultural forte seria a base para partirmos para o futuro em que ainda acreditamos. Temos alguns exemplos de gente excecional, mas infelizmente a grande maioria emigrou e faz carreira no estrangeiro porque este país só apoia a mediocridade. Tratou-se de alunos que se não contentaram com a mediocridade do ensino e brilharam sem se deixarem enredar na modorra anquilosante dos que os governam. É esta situação de exceção que nos traz algumas esperanças. A minha geração e, antes dela, a dos nossos patronos foi criada na certeza de que nada era fácil nem havia almoços grátis. Havia trabalho, muito e mal pago, e a réstia de esperança de que este fosse reconhecido pois todas as promoções eram a pulso na longa escalada que encetámos. Assim, essa geração subiu a novos patamares à custa de trabalho, esforço, estudo e aprendizagem contínua. Tínhamos coisas sagradas a que chamávamos princípios e ética. Líamos, debatíamos, estudávamos e continuávamos a aprender toda a vida. Nada era fácil. Hoje constata-se o que foi feito nas últimas duas décadas para destruir o tecido escolar, com a facilitação extrema apenas para falsificar estatísticas, programas especialmente elaborados para ninguém ficar para trás, uma redução substancial da quantidade e conteúdo de matérias a aprender, o lento esquecimento a que a História foi votada porque os nossos antepassados eram politicamente incorretos, a marginalização da Filosofia porque poderia levar os jovens a pensar e os maus tratos dados à Língua Portuguesa. Temos hoje uma vasta gama de professores incultos, e a maioria dos alunos analfabetos funcionais incapazes de compreender ou debater o que leem. Os autores que estudamos foram substituídos para que hoje fosse quase impossível criar uma geração filológica-linguística como a do Cenáculo ou até mesmo compreender esse fenomenal, extraordinária e inexplicável centro de espírito e de estudo, de fantasia, de ideias numa sociedade banal como era a de Lisboa naquela época. O Cenáculo era uma reunião permanente de jovens em casa de Antero, dia e noite, todos tinham ali os seus melhores livros, notas, provisões de princípios e de tabaco. Cada um deles possuía conhecimentos profundos sobre, pelo menos, uma das ciências base que são a matriz do conhecimento: física, química, matemáticas, filosofia, direito, história e linguística. Quando Antero regressa do estrangeiro pleno de ideias e leituras novas é como que a vinda do Rei Artur à Corte de Camelot e daí nasceram as Conferências do Casino, cheias de cultura europeia, de fervor revolucionário, da romanescas efervescência intelectual e sentimental. Essa geração de jovens tentou trazer algo de novo e bom à nossa cultura, debatendo o Estado da Nação. As Conferências do Casino podem considerar-se um manifesto de geração. Perdoem esta curta digressão para vos explicar o que pretendo. Denominam-se assim por terem tido lugar numa sala alugada do Casino Lisbonense e foram uma série de cinco palestras realizadas em Lisboa no ano de 1871 pelo grupo do Cenáculo formado, por sua vez, pelas mesmas pessoas, que constituem a Geração de 70. Antero é o grande impulsionador desde 1868, iniciando os outros membros do grupo em Proudhon. A 18 de maio 1871 foi divulgado o manifesto, já anteriormente distribuído em prospetos, e que foi assinado pelos doze nomes que tinham intenções organizadoras destas Conferências Democráticas.

22 de maio de 1871 A 1ª Conferência: "O Espírito das Conferências", proferida por Antero de Quental consistiu num desenvolvimento do programa previamente apresentado. Antero referiu-se à ignorância e indiferença que caracterizava a sociedade portuguesa, falando da repulsa do povo Português pelas ideias novas e na missão de que eram incumbidos os "grandes espíritos" e que consistia na preparação das consciências e inteligências para o progresso das sociedades e resultados da ciência. Para Antero o ponto fulcral seria a Revolução, o seu conceito, que define como um conceito nobre e elevado. A conclusão da palestra termina com o apelo às "almas de boa vontade" para meditem nos problemas que iriam ser apresentados e para as suas possíveis soluções.

27 de maio de 1871 2ª Conferência: "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos" também proferida por Antero. Em primeiro lugar Antero julga a História, como uma entidade, o juízo moral, social e político. Em seguida enumera e discute as causas da decadência. Aponta o Absolutismo, a Monarquia Absoluta que constituía a "ruína das liberdades sociais", o centralismo imperialista que coartara as liberdades nacionais, rumo a uma cega submissão; por fim, o desenvolvimento de hábitos prejudiciais de grandeza e ociosidade que conduziram ao esvaziamento de população de uma nação pequena, substituindo o trabalho agrícola pela procura incerta de riqueza, a disciplina pelo risco, o trabalho pela aventura. Para Antero a solução destes problemas seria: " (...) a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, (...), a filosofia, a ciência, e a crença no progresso, na renovação incessante da humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento, sempre inspirado. (...) a federação republicana de todos os grupos autonómicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal (...) à inércia industrial oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, e para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea (...), organizada de uma maneira solidária e equitativa..."¹ A conclusão insere uma dimensão progressista, a instauração de uma Revolução, a ação pacífica, e crença no progresso inspirado na moralização social (Proudhon), num tom idealista e retórico.

5 de junho de 1871 3ª Conferência: "A Literatura Portuguesa" proferida por Augusto Soromenho, professor do Curso Superior de Letras que faz uma crítica aos valores da literatura nacional. Cita a negação sistemática dos valores literários nacionais, excetuando escritores como Luís de Camões, Gil Vicente e poucos mais. Tem a sua vertente revolucionária ao inculcar a ideia de que a literatura portuguesa deverá ter caráter nacional mas pautada por valores universais. O modelo e guia desta renovação salvadora da literatura nacional seria Chateaubriand, com o conceito de Belo absoluto como ideal da literatura, constituindo esta um retrato da Humanidade na sua totalidade.

12 de junho de 1871 4ª Conferência: "A Literatura Nova ou o Realismo como Nova Expressão de Arte" por Eça de Queirós salientou a necessidade de se operar uma Revolução na literatura. A Revolução é um facto permanente, porque manifestação concreta da lei natural de transformação constante, e uma teoria jurídica, pois obedece a um ideal, a uma ideia. É uma influência proudhoniana. O espírito revolucionário tem tendência a invadir todas as sociedades modernas, afirmando-se nas áreas científica, política e social. A Revolução constitui uma forma, um mecanismo, um sistema, que também se preocupa com o princípio estético. O espírito da Revolução procura o verdadeiro na ciência, o justo na consciência e o belo na arte. A arte, nas sociedades, encontra-se ligada ao seu progresso e decadência e o artista sob a influência do meio, dos costumes do tempo, do estado dos espíritos, do movimento geral... Foca ainda as relações da literatura, da moral e da sociedade. A arte deve visar um fim moral, auxiliando o desenvolvimento da ideia de justiça nas sociedades. Fazendo a crítica dos temperamentos e dos costumes, a arte auxilia a ciência e a consciência.

19 de junho de 1871 5ª Conferência: "A Questão do Ensino" proferida por Adolfo Coelho traça o quadro desolador do ensino em Portugal, mesmo o superior, através da História. A solução proposta passa por uma mais ampla liberdade de consciência. Para Adolfo Coelho do Estado nada havia a esperar. Tomando isto em consideração, o remédio seria apelar para a iniciativa privada, para que esta difundisse o verdadeiro espírito científico, o único que beneficiaria o ensino.

26 de junho de 1871 Quando Salomão Saragga se preparava para realizar a sua Conferência "História Crítica de Jesus", o Governo, mandou encerrar a sala do Casino Lisbonense e proibir as Conferências. No mesmo dia Antero redige um protesto no café Central, hoje Livraria Sá da Costa.

Vivemos hoje uma encruzilhada como a da Geração de 1870 e das Conferências do Casino, sendo a enumeração de problemas bem semelhante à de então. Embora maioritariamente preocupados com os aspetos mais vastos da Língua Portuguesa, linguística, literatura, história, também nós constituímos um grupo heterogéneo unidos apenas naquilo que nos é comum, a Língua de todos nós. A nossa língua configura o mundo, sem esquecer porém que Wittgenstein disse que o limite da nossa nacionalidade é o limite do nosso alcance linguístico.

Os Colóquios são uma prova insofismável de que tudo é possível com custos mínimos desde que se dê liberdade às pessoas para criarem no seio da nossa associação projetos com os quais se identifiquem e que se destinam a pensar e debater amplamente, de forma científica, a nossa fala comum: a Língua Portuguesa de forma conducente ao reforço dos laços entre os lusofalantes – no plano linguístico, cultural, social, económico e político – na defesa, preservação, ensino e divulgação da Língua Portuguesa e todas as suas variantes. Em defesa da Lusofonia, defendemos a nossa

¹ Quental, Antero de, 2ª Conferência: *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Casino Lisbonense, 27 de maio de 1871 in MEDINA, João, *Eça de Queiroz e a Geração de 70*, Lisboa, Ed. Moraes, 1980, 1ª ed., pp. 157-158.

identidade como pessoas e povos, e em prol da variada Língua comum com todas as suas variantes e idiossincrasias, impedindo que outras culturas e outros povos nos dominem cultural, económica ou politicamente, como alguns, ostensiva e claramente, defendem. É aqui no nosso seio de oradores, patronos e patronos especiais como os que aqui temos hoje, que nos podemos afirmar como plataforma de arranque de uma congregação de um Conselho de Sábios e de jovens cultos e dinâmicos para pensar e agir rumo ao futuro sem nos deixarmos abater pelo negativismo da crise que visa embotar a nossa capacidade de realização.

Resumidamente foi isto que os Colóquios fizeram ao longo de uma década, numa prova da vitalidade que a sociedade civil atuante pode ter quando se congregam vontades e esforços de tantos académicos e investigadores como aqueles que hoje dão vida aos nossos projetos.

Resta apenas que todos os que aqui estão se juntem à AICL – Colóquios da Lusofonia para fazermos chegar o nosso MANIFESTO a toda a gente e aos governos dos países de expressão portuguesa e que este sirva de ponto de partida para o futuro que ambicionamos e sonhamos. Com a vossa ajuda e dedicação muito mais podemos conseguir como motor pensante da sociedade civil.

PARA TERMINAR interroguemo-nos “Quanto vale um idioma?” Se a Língua Portuguesa estivesse numa prateleira de supermercado, estaria num nicho de luxo ou esquecida em um canto, para promoção de minimercado? Estamos acostumados a medir o valor económico dos objetos a que um idioma dá nome, e não do idioma em si. Um recente estudo solicitado pelo Instituto Camões ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em Portugal, encarou o desafio de medir essa grandeza, e revela que 17% do PIB do país equivale a atividades ligadas direta ou indiretamente à Língua Portuguesa.

- É um percentual interessante e até conveniente, por ter ficado ligeiramente acima do que se apurou na Espanha relativamente ao espanhol (15%) - analisa Carlos Reis, da Universidade de Coimbra, Professor Visitante da PUC-RS e um dos fundadores da Universidade Aberta em Portugal, da qual foi reitor até julho 2012. O índice leva em conta a importância relativa da comunicação e da compreensão em campos de atividades económicas. Privilegia relações económicas que exigem uma dada língua e descarta atividades que podem ser executadas por trabalhadores de outra nacionalidade ou competência linguística.

Por essa lógica, ramos como ensino, cultura e telecomunicações seriam celeiros automáticos de atividades em que a língua é fulcral. Além das “indústrias da língua”, há as ligadas a fornecedores de produtos em Português, como a administração pública, e as que têm forte conteúdo de língua, como o setor de serviços, ou a que induz maior conteúdo de Língua para a economia como um todo, da indústria de papel à de eletrodomésticos.

Por último, o peso de processos em que o conteúdo de uma língua tem domínio menor ou só relativo, ainda assim enquanto fazem brotar impérios no próprio circuito de trocas de um idioma.

No Brasil, é o que ocorreria, por exemplo, à extração de petróleo e de minérios, ou ao agronegócio. Apesar de o estudo não visar o Brasil, a pesquisa indica que o fenómeno se repete em coeficientes aplicáveis aos países lusófonos. Línguas com muitos utilizadores fornecem mercado maior para bens culturais.

O crescimento sustentado da última década fez o gigante da Língua Portuguesa saltar aos olhos globais.

O Brasil virou protagonista das relações comerciais mantidas entre países lusófonos, mercado que movimenta um Produto Interno Bruto que passou de US\$ 1,9 mil milhões em 2009 para US\$ 2,3 mil milhões em 2010, diz o Banco Mundial.

Já o PIB dos imigrantes de Língua Portuguesa noutros países orça US\$ 107 mil milhões (2009). A diferença entre os países pobres e os ricos não é a idade do país.

Isto está demonstrado por países como o Egito, que têm mais de 5.000 anos, e são pobres.

Por outro lado, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, que há 200 anos eram inexpressivos, hoje são países desenvolvidos e ricos. A diferença entre países pobres e ricos também não reside nos recursos naturais disponíveis. O Japão possui um território limitado, 80% montanhoso, inadequado para a agricultura e para a criação de gado, mas é a segunda economia mundial.

O Japão é uma imensa fábrica flutuante, que importa matéria-prima do mundo inteiro e exporta produtos manufaturados.

Outro exemplo é a Suíça, que não planta cacau, mas tem o melhor chocolate do mundo. No seu pequeno território, cria animais, e cultiva o solo apenas durante quatro meses ao ano. No entanto, fabrica laticínios da melhor qualidade. É um país pequeno que passa uma imagem de segurança, ordem e trabalho, pelo que se transformou no cofre-forte do mundo. No relacionamento entre gestores dos países ricos e os seus homólogos dos países pobres, fica demonstrado que não há qualquer diferença intelectual.

A raça, ou a cor da pele, também não são importantes: os imigrantes rotulados como preguiçosos nos seus países de origem, são a força produtiva dos países europeus ricos. Onde está então a diferença? Está no nível de consciência do povo, no seu espírito. A evolução da consciência deve constituir o objetivo primordial do Estado, em todos os níveis do poder. Os bens e os serviços são apenas meios...

A educação (para a vida) e a cultura ao longo dos anos deve plasmar consciências coletivas, estruturadas nos valores eternos da sociedade: moralidade, espiritualidade, e ética. Solução-síntese: transformar a consciência do Português. O processo deve começar na comunidade onde vive e convive o cidadão. A comunidade, quando está politicamente organizada em Associação de Moradores, Clube de Mães, Clube de Idosos, etc., torna-se um micro Estado. As transformações desejadas pela Nação para Portugal serão efetuadas nesses microestados, que são os átomos do organismo nacional – confirma a Física Quântica. Ao analisarmos a conduta das pessoas nos países ricos e desenvolvidos, constatamos que a grande maioria segue o paradigma quântico, isto é, a prevalência do espírito sobre a matéria, ao adotarem os seguintes princípios de vida:

1. A ética, como base;
2. A integridade;
3. A responsabilidade;
4. O respeito às leis e aos regulamentos;
5. O respeito pelos direitos dos outros cidadãos;
6. O amor ao trabalho;
7. O esforço pela poupança e pelo investimento;
8. O desejo de superação;
9. A pontualidade.

Somos como somos, porque vemos os erros e só encolhemos os ombros e dizemos: "não interessa!"

A preocupação de todos deve ser com a sociedade, que é a causa, e não com a classe política, que é o triste efeito. Só assim conseguiremos mudar o Portugal de hoje. Vamos agir! Reflitamos sobre o que disse Martin Luther King:

" O que é mais preocupante, não é o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, ou dos sem ética. O que é mais preocupante é o silêncio dos que são bons..."

4. MANIFESTO CONTRA A CRISE: A LÍNGUA COMO MOTOR ECONÓMICO

A Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (AICL), preocupada pelas recentes decisões de natureza económica que põe em causa o cultivo e mesmo a continuidade da Língua e Cultura em Portugal, vem apresentar pelo presente algumas ideias que visam um estímulo económico através da Língua e cultura, devendo a médio prazo servir para um estímulo maior à economia. Perante a existência de estudos que apontam a importância deste setor cifrado em 17% do PIB e considerando que Brasil e Portugal são os países que juntos reúnem melhores condições de proporcionarem o arranque deste projeto, fica desde já a ressalva de que a eles se deverão juntar os restantes países da CPLP quando estiverem dispostos a fazê-lo sem qualquer receios de Quintos Impérios e de neocolonização cultural.

1.º Buscar consensos entre os governos do Brasil e de Portugal para que sejam reforçados e lançados cursos de Língua Portuguesa – tanto presenciais como em linha – nas suas vertentes de 'Português Língua Materna' (PLM) e 'Português Língua Estrangeira' (PLE) em todos os quatro cantos do mundo, devendo ser utilizada uma nova fórmula de conservação e propagação da lusofonia a nível mundial como até agora não foi proporcionada quer pelo Instituto Camões quer pelo Instituto Machado de Assis e a CAPES em três vertentes: a) aprendizagem e melhoramento da Língua Portuguesa como PLM ou PLE, b) literatura lusófona e c) ciências de tradução. Dever-se-á utilizar-se o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) da CPLP e o apoio de universidades e politécnicos dos dois países para tal fim.

Justificação:

Os cortes, por parte do Governo Português, tanto no sistema no ensino de PLM (para filhos de pais lusófonos residentes em países não-lusófonos), como nos sempre escassos apoios à divulgação da lusofonia através de cursos de PLE (para apoiar o ensino a nível secundário e superior em países não-lusófonos) têm-se mostrado sumamente prejudiciais ao cultivo da lusofonia em países não-lusófonos. Como fruto desta política de abandono, não só acaba por ser posta em questão a capacidade dos filhos de emigrantes portugueses de comunicar de forma adequada em todos os níveis na língua materna, mas também a aquisição da Língua Portuguesa nos países não-lusófonos onde a cada vez maior ausência do Instituto Camões tem servido como justificação de eliminação de cursos de Português.

No Brasil, dá-se semelhante abandono do ensino de PLM e PLE nos países não-lusófonos. Apesar da existência do Programa de Leitorado nalgumas universidades em países não-lusófonos, organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a rede é bastante reduzida e fica longe de atingir a importância que caberia ao Brasil numa escala internacional. Não consta a existência de uma rede de ensino de PLM, organizada pelo Estado brasileiro e que vise o ensino de PLM aos filhos de cidadãos brasileiros residentes no estrangeiro.

2.º Buscar apoios das Academias nacionais de Língua Portuguesa existentes, da CPLP, e de todas as restantes instituições para que contribuíssem para este projeto que deve abranger todo o mundo onde haja lusofalantes e interessados na aprendizagem da Língua Portuguesa.

Justificação:

No mundo lusófono existem várias Academias que se dedicam ao cultivo e à normalização da Língua Portuguesa, nomeadamente em Portugal a Academia das Ciências de Lisboa (ACL), no Brasil a Academia Brasileira de Letras (ACL), bem como a Academia Brasileira de Filologia (ABRAFIL) e na Galiza a AGLP. Para um projeto que visa fortalecer o ensino e a aprendizagem da Língua Portuguesa em todo o mundo, consulta e o apoio por estas organizações não só é uma mais-valia mas torna-se mesmo indispensável.

3.º Criar pelo menos 500 bolsas de estudo anuais dedicadas a estudos relacionados com a lusofonia para que estudantes oriundos de países de todos os continentes possam frequentar universidades brasileiras e portuguesas.

Justificação:

Em conformidade com as capacidades financeiras dos países envolvidos, o Brasil poderia disponibilizar 350 bolsas e Portugal 150 para os melhores alunos dos cursos referidos em 1.º. Terminada a presença no país de acolhimento, os bolsistas terão adquirido a função de embaixadores da Língua Portuguesa nos seus países de origem. Num regime a definir, a atribuição das bolsas poderá funcionar de forma semestral (p. ex. para estudantes de Licenciatura), anual (p.

ex. para estudantes de Mestrado) ou plurianual (p. ex. para estudantes de pós-graduação).

4.º Convidar as editoras de Portugal e do Brasil a fim de criar com as Academias e outras entidades uma bolsa de edições a promover em todo o mundo as obras dos maiores vultos que representam a escrita de cada um dos países lusófonos, as quais seriam disponibilizadas nos vários países.

Justificação:

Uma vez que a unificação da ortografia permite a divulgação do mesmo texto em vários países, a disponibilização das obras literárias mais representativas de cada país aos outros países não só facilita o acesso recíproco a todas as literaturas lusófonas, mas permite a publicação de edições únicas que poderão entrar em vários mercados livreiros.

5.º Criar antologias bilingues para a disseminação de obras de autores lusófonos e promover a sua distribuição nos países onde o Português é ensinado como língua estrangeira.

Justificação:

À semelhança do que se realizou através da Antologia Bilingue de Autores Açorianos (2011), o fornecimento de antologias bilingues de textos literários de referência pode tornar-se indispensável numa primeira aproximação a textos portugueses tanto por parte de estudantes estrangeiros como de falantes da respetiva língua em que a Antologia foi publicada.

6.º Criar e despertar o interesse por autores lusófonos, através da disponibilização gratuita em linha de excertos de obras selecionadas de autores lusófonos.

Justificação:

Desde que se trate de obras isentas de direitos de autor ou que forem publicadas com consentimento dos autores, a divulgação de textos literários de forma digital, tal como está a ser feito com textos literários açorianos nos Cadernos de Estudos Açorianos, tem-se mostrado muito benéfica por ter atraído bastante interesse por parte dos utentes.

7.º Evitar que as burocracias ministeriais e governamentais impeçam a imediata consecução deste projeto, pelo que deverá ser nomeada uma comissão de sábios para definir em detalhe este projeto, seu cronograma e custos.

5. TEMAS 2013 SEIA

1. LUSOFONIA NO MUNDO - LÍNGUA, LINGUÍSTICA E LITERATURA LUSÓFONAS

- 1.1. Língua portuguesa como Língua de Identidade e Criação
- 1.2. Linguísticas lusófonas
- 1.3. Literaturas lusófonas
- 1.4. Diversidades da Língua Portuguesa no tempo e no espaço
- 1.5. Unidade das escritas lusófonas
- 1.6. Língua Portuguesa nos Mídia e no Ciberespaço

- 1.7. Língua Portuguesa como Língua de Ciência
- 1.8. Língua Portuguesa nos Grandes Espaços (linguísticos, económicos, etc.)
- 1.9. Língua Portuguesa: Ensino e currículos
- 1.10. Política da Língua nos países de fala lusófona
- 1.11. Outros temas

2. A AÇORIANIDADE

- 2.1. Literatura de matriz açoriana e seus autores
- 2.2. A mulher nas letras (nos Açores e no mundo)
- 2.3. AÇORIANOS EM MACAU E EM TIMOR - D. Arquimínio da Costa, D. Manuel Bernardo de Sousa Enes, D. João Paulino de Azevedo e Castro, D. José da Costa Nunes e D. Paulo José Tavares, (bispos açorianos em Macau), Áureo da Costa Nunes de Castro, João Paulino de Azevedo e Castro, José Machado Lourenço, Silveira Machado
- 2.4. Revisitar a Literatura de Autores estrangeiros sobre os Açores por exemplo:
 - Ashe, Thomas/Haydn, Joseph (1813): *History of the Azores, or Western Islands, containing an account of the Government, Laws, and Religion, the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants and demonstrating the importance of these valuable islands to the British Empire, illustrated by Maps and other Engravings*, London:
 - Joseph / Henry Bullar (1841): *A winter in the Azores: and a summer at the baths of the Furnas*, vol. I, London: John van Voorst [vol. II com as mesmas referências bibliográficas].
 - Borges de F. Henriques (1867): *A trip to the Azores or Western Islands*, Boston: Lee and Shepard.
 - Mark Twain (1899): *The Innocents Abroad*, Vol. I, NY; London: Harper & Brothers Publishers.
 - John Updike "Azores", *Harper's Magazine*, March 1964, pp 11-37
 - Mark Twain, "Innocents abroad" (capítulos sobre os Açores, Faial), CAP.V/VI
 - Maria Orrico "Terra de Lúdia",
 - Romana Petri "O Baleeiro dos Montes" e "Regresso à ilha",
 - António Tabucchi "Mulher de Porto Pim"
- 2.5. Perspetivas e projetos (editoriais e outros)

3. TRADUTOLOGIA. LITERATURA LUSÓFONA, TRADUÇÃO DE E PARA PORTUGUÊS

4. Homenagem a autores

- 4.1. Arquipélago da Escrita [Açores]: HOMENAGEM a Álvaro de Oliveira (Autor Convidado 2013)
- 4.2. Homenagem a Vergílio Ferreira

ATAS/ANAIS SEIA 2013 - XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA. 15-18 outubro 2013

6. LISTA DE ORADORES, PRESENCIAIS, CONVIDADOS E ORGANIZAÇÃO

1.	Afonso Teixeira Filho	Univ. S. Paulo Brasil	Os Lusíadas Em Mirandês	1.11
2.	Álamo Oliveira	Escritor	Madalena Férin	2.2
3.	Alexandre Luís	Univ Beira Interior	O reforço da imagem da portugalidade pelo Estado Novo: A Cartada Lusotropicalista	1.11
4.	Carla Luís			
5.	Ana Paula Andrade	Conservatório Ponta Delgada	2 Recitais Do Cancioneiro Açoriano	
6.	Anabela Sardo	Instº Politécnico Da Guarda	Escritores Da Madeira E Dos Açores em "horizontes insulares": Por Isso Voltarei De Carlos Alberto Machado e Os Monstros De Ana Teresa Pereira	1.3
7.	Carolina Constância	Conservatório Ponta Delgada	2 Recitais Do Cancioneiro Açoriano	
8.	Chrys Chrystello	AICL	Literatura E Açorianidade, Álamo Oliveira	2.1
9.	Cícero Santos	(Brasil)	Presencial	
10.	Conceição Casteleiro	(Lisboa)	Presencial	
11.	Concha Rousia	AGLP	(Painel Das Academias)	1.10
12.	D'Silvas Filho	(Portugal)	Presencial	
13.	Eduardo Mendonça	(Portugal)	Presencial	
14.	Elisa Branquinho	ES Seia	5 Dias, 5 Noites (Manuel Tiago): A literatura "comprometida"	
15.	Zaida Ferreira Anabela Sardo	Instº Politécnico Da Guarda		
16.	Flávio Ferreira	ESEIG Instº Politécº Porto	Presencial	
17.	Francisco Madruga	Calendário De Letras	Presencial	
18.	Helena Anacleto-Matias	ISCAP – IPP / FLUP	Presencial	
19.	Helena Chrystello	AICL	Moderadora	
20.	Henrique Constância	Conservatório Ponta Delgada	2 Recitais Do Cancioneiro Açoriano	
21.	Isa Severino	Instº Politécnico Da Guarda	Florbela Da Confissão Do Diário A Reinvenção De Si	1.3
22.	João Chrystello	AICL	Apoio Técnico Secretariado	
23.	João Malaca Casteleiro	Academia Ciências Lisboa	Da Minha Língua Vê-Se O Mar – Vergílio Ferreira	1.10
24.	João P Constância	ICPD Açores	Presencial	
25.	José Lopes Moreira Filho	Universidade São Paulo, Brasil	Extração de palavras-chave em textos de língua portuguesa para criação automática de atividades de leitura	1.9
26.	Luciano Pereira	Instº Politécnico Setúbal	Contributos Mitriacos no culto do Divino Espírito Santo e algumas das suas expressões na literatura tradicional	1.3
27.	Luís Mascarenhas Gaivão	Universidade De Coimbra	Língua Portuguesa: de colonial, global e transcultural a localizada, do sul e com crescente valor económico	1.1

28.	Lúisa Ribeiro	Escritora Açoriana	Caderno De Caligraphia E Outros Poemas A Marga	2.1
29.	Lurdes Matias	XX	Presencial	
30.	Mª S De Menezes	(Portugal)	Presencial	
31.	Mário Meleiro	Instituto Polit. Da Guarda	Antedatações Ao Dicionário Houaiss Da Língua Portuguesa	1.1
32.	Neide Ferreira Gaspar	Univ. São Paulo, Brasil	Reflexões sobre termos culturalmente marcados em duas traduções para o francês de <i>Gabriela, Cravo E Canela</i>	3
33.	Norberto Ávila	Escritor Açoriano	Dois Irmãos Gémeos De Santa Comba E Outras Histórias	2.1
34.	Orlando Fernandes	IPP Porto	Presencial	
35.	Perpétua Santos Silva	CIES-IUL	Língua Portuguesa No Espaço Jurídico De Macau	1.8
36.	Raquel Machado	Conservatório Ponta Delgada	Recitais Do Cancioneiro Açoriano	
37.	Raul Gaião	Dicionário Academia E Houaiss	D. José Da Costa Nunes: o missionário do oriente - evangelização e aprendizagem de línguas Cozinham Di Macau E Língua Maquista	2.3 1.8
38.	Rolf Kemmler	UTAD (Univ De Trás-os-Montes E Alto Douro)	A percepção dos Açores no mundo anglófono novecentista lii: Edward Boid E <i>A Description Of The Island Of St. Michael</i> (1835)	2.4
39.	Simona Vermeire	Universidade Do Minho	Devir genético e desvio geográfico da jangada ibérica	1.1
40.	Tatiana Guzeva E Helena Ançã	Universidade De Aveiro	Língua Portuguesa no ciberespaço: Língua Portuguesa e lusofonia: na voz de universitários portugueses e brasileiros	1.9 1.5
41.	Vasco P Da Costa	Escritor Açoriano	Sessão De Poesia	
42.	Zélia Borges	Universidade Mackenzie	Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso	1.8
43.	Zilda Zapparoli	Univ. São Paulo, Brasil	Unidade na diversidade: a língua oral do português variante brasileira	1.4

MODERADORES:

CHRYS CHRYSTELLO SESSÃO 5 -VASCO PEREIRA DA COSTA SESSÃO 7

HELENA CHRYSTELLO SESSÃO 8 - LUCIANO PEREIRA SESSÃO 10

CONCHA ROUSIA SESSÃO 12

ANABELA SARDO SESSÃO 14

ROLF KEMMLER SESSÃO 17

ÁLAMO OLIVEIRA SESSÃO 18

FRANCISCO MADRUGA SESSÃO 19

SUPLENTE: PERPÉTUA SANTOS SILVA - Mª ZÉLIA BORGES - LUÍS M GAIVÃO - RAUL

GAIVÃO - Mª HELENA ANÇÃ

ATAS/ANAIS SEIA 2013 - XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA. 15-18 outubro 2013

7. HORÁRIO 20º COLÓQUIO 15-18 OUT.º 2013

15 outubro terça-feira

20.00	JANTAR DE BOAS VINDAS NA QUINTA DO CRESTELO (13.00€)
-------	--

16 outubro quarta-feira

09.30	SECRETARIADO, ACREDITAÇÃO DE ORADORES E PRESENCIAIS
10.15	ABERTURA DA MOSTRA DE ARTESANATO
10.30	VÍDEOS PROMOCIONAIS AICL / SEIA / IPG
11.00	SESSÃO 1 DISCURSOS ABERTURA (PRESIDENTE IPG, PRESIDENTE C M SEIA, PRESIDENTE AICL, DIRETOR ESTH; ESCRITOR CONVIDADO ÁLAMO OLIVEIRA
12.00	SESSÃO 2 POESIA CHRYS CHRYSTELLO/LUCIANO PEREIRA
12.15	SESSÃO 3 RECITAL VOCAL Nº 1 ANA PAULA ANDRADE (PIANO), HENRIQUE CONSTÂNCIA (VIOLONCELO), CAROLINA CONSTÂNCIA (VIOLINO) E A SOPRANO RAQUEL MACHADO, CONSERVATÓRIO REG. PONTA DELGADA
13.00	ALMOÇO NA CANTINA DA ESTH (CUSTO +- 5.00€)
15.00	SESSÃO 4 POESIA CONCHA ROUSIA
15.15	SESSÃO 5 ACADEMIAS 20' CADA MODERADOR 1: CHRYS CHRYSTELLO
15.35	1 JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA 3 CONCHA ROUSIA, AGLP; ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA
15.55	DEBATE E PAUSA
16.30	SESSÃO 6 DE POESIA ÁLAMO OLIVEIRA
17.00	SESSÃO 7 TEMA 1.8, 15' CADA MODERADOR 2: VASCO PEREIRA DA COSTA
17.15	4 RAUL GAIÃO, 1.8. COZINHAÇAM DI MACAU E LÍNGUA MAQUISTA
17.30	5 PERPÉTUA S. SILVA, 1.8. LÍNGUA PORT.NO ESPAÇO JURÍDICO DE MACAU
17.45	6 ZÉLIA BORGES 1.8. CADA TERRA COM SEU USO CADA ROCA COM SEU FUSO
17.45	7 AFONSO TEIXEIRA FILHO, UNI S. PAULO, 1.1. OS LUSÍADAS EM MIRANDÊS
18.00	DEBATE

17 outubro quinta-feira

10.00	SESSÃO 8 , TEMAS 1.4/1.9/1.11/2.3, 15' MODERADOR 3: HELENA CHRYSTELLO
10.15	8 M. HELENA ANÇÁ, 9 TATIANA GUZEVA, UNI AVEIRO 1.9 LÍNGUA PORTUGUESA NO CIBERESPAÇO: DIFUSÃO, CRESCIMENTO E VALORES
10.30	10 ZILDA ZAPPAROLI, A LÍNGUA ORAL DO PORTUGUÊS VARIANTE BRASILEIRA
10.30	11 ALEXANDRE LUÍS, E 12 CARLA LUÍS, O REFORÇO DA IMAGEM DA PORTUGALIDADE PELO ESTADO NOVO:
10.45	4 RAUL GAIÃO, 2.3. D. JOSÉ DA COSTA NUNES: O MISSIONÁRIO DO ORIENTE
11.00	DEBATE E PAUSA
11.30	SESSÃO 9 POESIA VASCO PEREIRA DA COSTA
11.45	VÍDEO HOMENAGEM ÁLAMO OLIVEIRA
12.00	SESSÃO 10 AÇORIANIDADES 20' CADA MODERADOR 4: LUCIANO PEREIRA
12.20	12 LUÍSA RIBEIRO, CADERNO DE CALIGRAFIA E OUTROS POEMAS A MARGA
12.40	13 ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR, 2.2. MADALENA FÉRIN
12.40	14 CHRYS CHRYSTELLO, AICL, 2.1. LITERATURA E AÇORIANIDADE, ÁLAMO
13.00	DEBATE E PAUSA
13.30	ALMOÇO NA CANTINA DA ESTH (CUSTO +- 5.00€)
15.00	SESSÃO 11 PASSEIO CULTURAL
20.00	JANTAR NA QUINTA DO CRESTELO (13.00€)

18 outubro sexta-feira

09.30	SESSÃO 12 TEMA 1.3, 15' CADA MODERADOR 5: CONCHA ROUSIA
09.30	15 ANABELA SARDO, ESCRITORES DA Madeira E DOS AÇORES NO PROJETO "HORIZONTES INSULARES":
09.45	16 LUCIANO PEREIRA, CONTRIBUTOS MITRÍACOS NO CULTO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO E ALGUMAS EXPRESSÕES NA LITERATURA TRADICIONAL.
10.00	17. ISA SEVERINO, FLORBELA DA CONFISSÃO DO DIÁRIO À REINVENÇÃO DE SI
10.15	15 ANABELA SARDO, 18 ELISA BRANQUINHO 19 ZAIDA FERREIRA, 5 DIAS, 5 NOITES (MANUEL TIAGO/ÁLVARO CUNHAL): A LITERATURA "COMPROMETIDA" COMO FORMA SUPERIOR DE SER E ENTENDER O MUNDO
10.30	DEBATE E PAUSA
11.00	SESSÃO 13 POESIA LUÍSA RIBEIRO
11.15	SESSÃO 14 , TEMA 1.1, 15' CADA MODERADOR 6: ANABELA SARDO
11.15	21 MÁRIO MELEIRO, IP Guarda, 1.1 ANTEDATAÇÕES AO DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA.
11.30	22 SIMONA VERMEIRE, UNI MINHO, 1.1 DEVIR GENÉTICO E DESVIO GEOGRÁFICO DA JANGADA IBÉRICA
11.45	DEBATE E PAUSA
12.15	SESSÃO 15 (ANABELA SARDO, CHRYS CHRYSTELLO) ENTREGA DO PRÉMIO AICL AÇORIANIDADE 2013 EM HOMENAGEM A JUDITE JORGE
12.45	SESSÃO 16, RECITAL INSTRUMENTAL Nº 2 ANA PAULA ANDRADE (PIANO), CAROLINA CONSTÂNCIA (VIOLINO), HENRIQUE CONSTÂNCIA (VIOLONCELO), CONSERVATÓRIO DE PONTA DELGADA
13.30	ALMOÇO NA CANTINA DA ESTH (CUSTO +- 5.00€)
15.30	SESSÃO 17 TEMA 1.8/1.6, 15' CADA MODERADOR 7: ROLF KEMMLER
15.30	23 JOSÉ MOREIRA FILHO, UNI S. PAULO, 1.9 EXTRAÇÃO DE PALAVRAS-CHAVE EM TEXTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA
15.45	8 M. HELENA ANÇÁ, UNI AVEIRO 9 TATIANA GUZEVA, 1.6 LÍNGUA PORTUGUESA E LUSOFONIA: NA VOZ DE UNIVERSITÁRIOS 20 NORBERTO ÁVILA, DRAMATURGO, IRMÃOS GÉMEOS DE SANTA COMBA
16.00	16.00
16.15	DEBATE E PAUSA
16.45	SESSÃO 18 TEMAS 1.1/2.4/3 - MODERADOR 8: ÁLAMO OLIVEIRA
16.45	24 LUÍS M GAIVÃO, UNI COIMBRA, 1.1 LÍNGUA PORTUGUESA: DE COLONIAL, GLOBAL E TRANSCULTURAL A LOCALIZADA, DO SUL E COM CRESCENTE VALOR ECONÓMICO.
17.00	25 NEIDE F. GASPAS, UNI SÃO PAULO, TEMA 3 REFLEXÕES SOBRE TERMOS CULTURALMENTE MARCADOS EM DUAS TRADUÇÕES PARA O FRANCÊS DE GABRIELA, CRAVO E CANELA
17.15	26 ROLF KEMMLER, UNI UTAD 2.4. NOTAS SOBRE A PERCEÇÃO DOS AÇORES NO MUNDO ANGLÓFONO NOVECENTISTA III: EDWARD BOID E A DESCRIPTION OF THE ISLAND OF ST. MICHAEL (1835)
17.30	DEBATE E PAUSA
18.00	SESSÃO 19 MODERADOR 9: FRANCISCO MADRUGA
18.00	ENCERRAMENTO, ENTREGA DE CERTIFICADOS, FOTO DE GRUPO
20.00	JANTAR DE DESPEDIDA NA QUINTA DO CRESTELO (15.00€)

8. DISCURSO DE ABERTURA AICL 20º colóquio Seia 2013

Entra **quase sem som** o vídeo NOVE ILHAS DE BELEZA [15'](#)
Discurso de abertura Seia 2013

De 16 a 18 de outubro de 2013, a Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Instituto Politécnico da Guarda recebe aqui, no seu auditório, a XXª edição dos Colóquios da Lusofonia.

A realização deste evento, em Seia, resulta da parceria vigente entre a AICL - Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia e a ESTH/IPG e conta com o apoio da Câmara Municipal de Seia, da Associação de Artesãos da Serra da Estrela e do Governo Regional dos Açores, sendo as imagens que passam em fundo precisamente das nove ilhas dos Açores.

A **AICL** é uma associação cultural e científica, sem fins lucrativos, congregada em torno de uma ideia abstrata e utópica – a união pela mesma Língua. Queremos fortalecer os laços no plano linguístico, cultural, social, económico e político, na defesa, preservação, ensino e divulgação da Língua Portuguesa e da nossa identidade em torno da Língua comum com todas as suas variantes e idiosincrasias.

É comum que estes discursos formais de abertura principiêm por uma curta resenha histórica dos locais onde os nossos Colóquios foram realizados e naturalmente sobre esta cidade, sobretudo para aqueles que a visitam pela primeira vez. Por esta razão convém salientar que:

Seia pertence ao Distrito da Guarda, Região Centro e sub-região da Serra da Estrela, tendo 5.700 habitantes, sendo a segunda maior cidade da sub-região, só suplantada pela Covilhã. Pertence à grande área metropolitana de Viseu e fica sensivelmente equidistante entre as cidades da Guarda e Viseu. Aqui, neste concelho, situa-se o ponto mais elevado de Portugal Continental e o segundo mais alto do país, apenas suplantado pela mágica Montanha do Pico, nos Açores.

A *antiga cidade de Sena ou Oppidum Sena*, hoje Seia, foi fundada há cerca de 2400 anos, pelos Túrdulos, sendo apenas suplantada por Loriga que existe há mais de 2600 anos. O rei godo Wamba, que iniciou o seu reinado em 672, fixou os limites da Diocese de Egitânia até aos domínios da então cidade de Sena, que durante muito tempo foi dominada pelos Árabes, sendo definitivamente reconquistada por D. Fernando Magno, em 1055, o qual mandou mandado edificar o seu castelo. A crónica do monge Silas relata a violência do ataque e como os Godos puseram em fuga desordenada os ocupantes da *Oppidum Sena* (cidade de Sena) em direção à *Oppidum Visense* (cidade de Viseu). Salientando a importância de Seia, já D. Teresa, no foral de Talavares, se referia à então cidade nos seguintes termos:

"D. Tarasia regnante in Portucale, Colimbria, Viseu et Sena [...]". (Trad. D. Teresa, que reina em Portugal, Coimbra, Viseu e Seia (...))

Em 1132, o rei D. Afonso Henriques fez doação de Seia ao seu valido João Viegas por reconhecimento dos serviços prestados e o primeiro foral surge em 1136, dado pelo mesmo monarca, que a designa por *Civitatem Senam* (cidade de Seia). Outros forais se seguiram como o de D. Afonso II, em dezembro de 1217, o de D. Duarte, em dezembro

de 1433, o de D. Afonso V, em agosto de 1479, e, finalmente, o de D. Manuel I, em 1 de junho de 1510. Em 1571, no reinado de D. Sebastião, foi fundada a Misericórdia de Seia.

Nos momentos decisivos da História de Portugal, Seia esteve sempre presente. Na Revolução de 1640, tomou parte ativa, tendo os seus habitantes mandado forjar a espada que D. Mariana de Lencastre, viúva de D. Luís da Silva, segundo alcaide-mor de Seia, entregou aos seus filhos na vigília de sexta-feira para sábado, 12 de dezembro. Também foi em Seia que se realizou em 25 de setembro, presidido por Afonso Costa, o último comício republicano antes da implantação da República em 1910. Álvaro Cunhal passou a infância em Seia, Afonso Costa cá nasceu e também Almeida Santos.

Neste concelho estão localizados dois monumentos nacionais: as Antas de Paranhos e a Capela de São Pedro, em estilo românico. Outros monumentos de relevo são a Igreja Matriz, em estilo românico, datada de 1055, que foi destruída pelas invasões francesas e reconstruída no século XIX, não tendo sido respeitado o estilo inicial; a Capela de N. Sra. do Espinheiro, de estilo românico, datada de 1382; a casa de Miranda Brandão (hoje Biblioteca Municipal); a Fonte das Quatro Bicas (no terreiro da Igreja da Misericórdia); a casa da família Borges Martins; o solar da família Botelho (séc. XVIII) e o solar da família Veigas (séc. XVIII), hoje estalagem. Das atividades económicas pratica-se a agricultura para autoconsumo, ligada também à pecuária e à pastorícia, para a produção dos queijos da serra, dos enchidos e dos fumeiros típicos mas também se produzem mel e aguardente de medronho. Na cidade de Seia concentram-se a indústria, principalmente ligada aos ramos dos têxteis e do calçado, o comércio e os serviços, e antes que alguém pergunte, os seus habitantes chamam-se senenses.

Voltemos agora aos Colóquios da Lusofonia, onde ao longo de mais de doze anos e vinte encontros temos vindo a acalantar o sonho que inicialmente concebemos de uma Lusofonia como pátria da língua sem nacionalidades, capaz de englobar todos os que a trabalham, qualquer que seja a sua nacionalidade ou local de nascimento. É com enorme prazer e inusitada alegria que aqui estamos todos dispostos a partilhar hoje com os presentes este nosso sonho. Bem hajam por terem apoiado esta ideia e apoiado a realização deste importante evento que durante uns dias colocará Seia como a capital da Lusofonia.

Muitas foram as vitórias alcançadas e vários os projetos concluídos com o voluntarismo dos nossos associados. Lenta mas seguramente os Colóquios foram crescendo, tornaram-se associação cultural e científica, foram uma pedrada no charco, incomodaram muita gente e prosseguiram sem hesitações. Desde 2006 que tem sido possível realizar dois Colóquios por ano, um nos Açores e outro fora. Durante 8 anos tivemos como base Bragança e a Lagoa (Açores) durante cinco anos com apoio dos respetivos municípios, e agora estamos sem poiso certo em nome da crise.

Os nossos patronos, primeiro José Augusto Seabra, e depois, Malaca Casteleiro e Evanildo Bechara, a que mais recentemente se juntou Concha Rousia, da Academia Galega, foram responsáveis por um enorme salto qualitativo e um enorme aumento da projeção internacional que obtivemos, juntamente com o nosso denodado esforço em prol do AO de 1990. Mais de vinte nacionalidades têm estado presentes nos nossos

encontros, representando países e regiões diversas bem como universidades, politécnicos e outras instituições. Temos vivido exclusivamente com o pagamento das inscrições e as quotas dos associados, negociando desde 2008 patrocínios específicos que nos permitiram ir a Santa Catarina no Brasil, Macau, Ourense na Galiza e ilha de Santa Maria, e com esses apoios trouxemos escritores dos EUA, Canadá e Brasil aos nossos Colóquios. Temos já garantida a realização do 21º colóquio em abril 2014 na ilha de São Miguel, na costa norte, num dos locais privilegiados que passo já a anunciar como sendo a praia dos Moinhos em Porto Formoso, mas a partir daí talvez tenhamos de equacionar a realização de um colóquio por ano mas com maior duração em vez dos dois que tínhamos mantido desde 2006, a menos que surtam efeito as diligências que iremos encetar com os novos autarcas insulares.

A crise serviu de desculpa para os municípios que nos apoiavam e para as outras que não nos chegaram a apoiar, a crise serve de desculpa ao Governo português e ao Governo Regional dos Açores para não nos apoiarem, a crise serve de desculpa aos depauperados institutos politécnicos e universidades para não apoiarem a deslocação dos seus professores e investigadores, pelo que teremos de continuar a depender apenas de nós próprios se quisermos prosseguir esta nossa Lusofonia utópica. Teremos de inventar novos mecanismos, novas soluções como algumas que aqui adotámos, continuando a captar novos associados e novos escritores para o nosso seio, mas mantendo o rumo da defesa intransigente da língua e a divulgação dos seus autores alargando esta divulgação a outras paragens.

Estamos finalmente em Seia a concretizar uma ideia antiga, no seio da parceria que celebrámos com a ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO, uma das entidades capazes de operarem as mudanças, como porta-vozes da sociedade civil que estes Colóquios se orgulham de ser, virada para a satisfação das necessidades do mercado na colocação dos seus formandos. Aqui viemos debater a Lusofonia no Mundo, Açorianidade, Tradução e Homenagem contra o Esquecimento dedicada a Álvaro Oliveira, a que cresce ainda a entrega do renascido Prémio Literário AICL Açorianidade este ano em honra da escritora Judite Jorge com a temática Conto/Narrativa. Teremos no decurso deste evento 5 sessões de poesia, 2 recitais e um passeio cultural regional. Dentre cerca de uma trintena de oradores estão representados os seguintes países e regiões: Roménia, Rússia, Alemanha, Brasil, Portugal, Galiza e Açores.

Para além dos atuais projetos de livros e antologias, de tradução de autores e de musicar poesias devemos manter atividades como o teatro, a música, a fotografia, a pintura e a escultura mas teremos de ter ainda maior participação de autores das várias áreas criativas e não só da literatura. Nesse contexto anuncio hoje que já está em linha no nosso portal em www.lusofonias.net o 21º Caderno de Estudos Açorianos que desta vez não é dedicado às Letras mas às Artes e em especial ao grande artista que é o José Nuno da Câmara Pereira que esteve connosco em 2011 em Santa Maria e em 2012 na Galiza. São mais de 50 páginas ilustradas com obras daquele autor que queremos ver mais vezes exposto nos nossos Colóquios, bem como outros, como o artista plástico Manuel Policarpo, mais conhecido no mundo das letras como Vasco Pereira da Costa, um dos motores destes Colóquios.

Em minha opinião, a crise do país é mais do que tudo uma crise de ideias, de líderes, de pensadores e intelectuais, aliada ao capitalismo selvagem, dito neoliberal, que desde os anos 90 vem tomando conta dos meios de produção globais e manipulando os governos do mundo ocidental. O país precisa de se servir da sua reserva intelectual, a geração grisalha de pensadores, escritores, artistas, outros intelectuais e filósofos para se libertar do clientelismo e das capelinhas políticas que nos conduziram a este triste estado da nação. O país necessita deles para vencer a crise e sair da podridão da partidarite viciada em cunhas, nepotismo e esquemas. Teríamos depois, de estabelecer consensos alargados, criar um plano de mudança e ação a longo prazo com o apoio, a força e iniciativa dos mais jovens, emigrados ou não, para o levar a cabo. Não devemos deixar que Portugal se perca na sua atual insignificância quando grande parte da sua História foi feita de grandes homens que se sobrepuseram, pela sua visão, às inúmeras gerações de Velhos do Restelo. São estes que hoje guiam os nossos filhos e netos para uma subserviência e dependência total ao grande capital internacional sem esperanças de uma vida melhor. Trata-se de um retrocesso ao pior da Grande Revolução Industrial, rumo à criação de novos servos da gleba, automatizados, controlados e vigiados, mas sobretudo intelectualmente deficientes.

A receita universalmente seguida hoje é a da ignorância, em que quase todos vivem, aliviada com um voyeurismo exacerbado em programas em jeito de *Big Brother* e quejandos, e outras telenovelas da vida real que a TV projeta incessantemente nas horas poucas de lazer. Acrescentemos a esta fórmula mágica o entorpecimento futebolístico que ajuda a exacerbar paixões e ventilar frustrações recalçadas e temos o caldo mágico para as gerações futuras.

Um sistema educacional e cultural forte seria a base para partirmos para o futuro em que ainda acreditamos. Temos alguns exemplos de gente excecional, mas infelizmente a grande maioria emigrou e faz carreira no estrangeiro porque este país só apoia a mediocridade. A minha geração e, antes dela, a dos nossos patronos foi criada na certeza de que nada era fácil nem havia almoços grátis. Havia trabalho, muito e mal pago, e a réstia de esperança de que este fosse reconhecido pois todas as promoções eram a pulso na longa escalada que encetámos. Assim, essa geração subiu a novos patamares à custa de trabalho, esforço, estudo e aprendizagem contínua. Tínhamos coisas sagradas a que chamávamos princípios e ética. Líamos, debatíamos, estudávamos e continuávamos a aprender toda a vida. Nada era fácil. Hoje constata-se o que foi feito nas últimas duas décadas para destruir o tecido escolar, com a facilitação extrema apenas para falsificar estatísticas, programas especialmente elaborados para ninguém ficar para trás, uma redução substancial da quantidade e conteúdo de matérias a aprender, o lento esquecimento a que a História foi votada porque os nossos antepassados eram politicamente incorretos, a marginalização da Filosofia porque poderia levar os jovens a pensar e os maus tratos dados à Língua Portuguesa. Temos hoje uma vasta gama de professores incultos, e a maioria dos alunos são analfabetos funcionais incapazes de compreender ou debater o que leem. Os autores que estudamos foram substituídos para que hoje fosse quase impossível criar uma geração filológica-linguística como a do Cenáculo ou até mesmo compreender esse fenomenal,

extraordinária e inexplicável centro de espírito e de estudo, de fantasia, de ideias numa sociedade banal como era a de Lisboa naquela época. O Cenáculo era uma reunião permanente de jovens em casa de Antero, dia e noite, todos tinham ali os seus melhores livros, notas, provisões de princípios e de tabaco. Cada um deles possuía conhecimentos profundos sobre, pelo menos, uma das ciências base que são a matriz do conhecimento: física, química, matemáticas, filosofia, direito, história e linguística. Quando Antero regressa do estrangeiro pleno de ideias e leituras novas é como que a vinda do Rei Artur à Corte de Camelot e daí nasceram as Conferências do Casino, cheias de cultura europeia, de fervor revolucionário, da romanesca efervescência intelectual e sentimental. Essa geração de jovens tentou trazer algo de novo e bom à nossa cultura, debatendo o Estado da Nação.

As Conferências do Casino podem considerar-se um manifesto de geração. É disso que hoje necessitamos e não sendo nossa função exercer discussão política, entendemos essenciais dizer estas palavras que se prendem não com a política comezinha do quotidiano de miséria em que vivemos, mas com a visão de longo alcance, riqueza intelectual e educação que entendemos e reputamos de essencial para que os nossos filhos e netos tenham um futuro e possam sonhar como nós sonhamos no século XX. Um sistema educacional e cultural forte seria a base para partirmos para o futuro em que ainda acreditamos. Temos alguns exemplos de alunos que se não contentaram com a mediocridade do ensino e brilharam sem se deixarem enredar na modorra anquilosante dos que os governam. É esta situação de exceção que nos traz algumas esperanças. A educação (para a vida) e a cultura ao longo dos anos devem plasmar consciências coletivas, estruturadas nos valores eternos da sociedade: moralidade, espiritualidade, e ética. Só um povo educado e culto pode exercer a sua função soberana e justificar a sua existência terrena. Foi também isso que aqui viemos partilhar convosco, para que juntos possamos continuar a acreditar nos nossos sonhos e utopias de uma vida melhor, mais equitativa e justa.

9. PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE - 2013 EM HONRA DE JUDITE JORGE



Calendário de letras



REGULAMENTO DO PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE

SECÇÃO I PRÉAMBULO E INTRODUÇÃO

1.1. **DEFINIÇÃO** - Para efeitos de definição de AÇORIANIDADE no âmbito do Prémio Literário AICL Açorianidade, acolhe-se como uma das premissas o conceito de **Martins Garcia** que, admite uma literatura açoriana «enquanto superestrutura emanada de um habitat, de uma vivência e de uma mundividência. A açorianidade literária (termo cunhado por Vitorino Nemésio, na Revista Insula, em 1932) não está exclusivamente relacionada com peculiaridades regionais, nem com temas comumente abordados na literatura, tais como a solidão, o mar, a emigração. Ou como diz **J. Almeida Pavão** (1988)...”assume-se tal Literatura com o estatuto de uma autonomia, consentânea com uma essencialidade que a diferencia da Literatura Continental”. Assim, é Literatura de significação açoriana, a escrita que se diferencia da de outros autores de Língua portuguesa com especificidades que identificam o autor talhado por elementos atmosféricos e sociológicos descoincidentes, justaposto a vivências e comportamentos seculares sendo necessário apreender a noção das suas Mundividências e Mundivivências, e as infrangíveis relações umbilicais que as caracterizam face aos antepassados, às ilhas e locais de origem. A AICL entende que o rótulo comum de **açorianidade** abarca extratos diversos de idiossincrasias:

— Um de formação endógena, constituído pelos que nasceram e viveram nas Ilhas, independentemente do facto de se terem ou não terem ausentado;

ATAS/ANAIS SEIA 2013 - XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA. 15-18 outubro 2013

<p>— O dos insularizados ou «ilhanizados» (adotando a designação feliz utilizada por Álvaro Oliveira, a propósito do poeta Almeida Firmino) e de todos aqueles (que não sendo açorianos por nascença ou hereditariedade) consideram as ilhas como “suas” de um ponto de vista de matriz existencial; - Um de formação exógena, no qual se incluem todos os que não nascendo nas ilhas a elas estão ligados por matrizes geracionais até à sexta geração.</p>
<p>1.2. A AICL – Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia - em parceria com a Editora Calendário de Letras – vai reativar o seu Prémio Literário (2007-2010) para a literatura lusófona de matriz/significação açoriana. Designa-se PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE.</p>
<p>SECÇÃO II – DISPOSIÇÕES GERAIS</p>
<p>SUBSECÇÃO I – objetivos</p>
<p>2.1. A atribuição de um prémio anual a um/a autor/a de literatura lusófona de matriz açoriana, que saiba captar as características intangíveis e indefiníveis da Açorianidade de acordo com as premissas supramencionadas. O Prémio visa promover e divulgar a Açorianidade e a língua portuguesa, estimular o gosto pela escrita e leitura e, difundir o nome dos Açores e dos/as autores/as homenageados em cada ano e que a ele ficam associados desta forma.</p>
<p>2.2. Em cada ano, o PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE terá como subtítulo, o nome de um/a autor/a que se pretenda homenagear.</p>
<p>2.3. O Prémio referir-se-á a uma obra INÉDITA no género literário mais utilizado/mais característico do/a autor/a homenageado/a (ex.º Fernando Aires: diarística, Eduíno de Jesus: poesia, etc.)</p>
<p>2.4. Cada obra submetida não pode exceder o limite máximo de 40 páginas (20 folhas A4).</p>
<p>2.5. O formato das obras a concurso será em folhas de tamanho A4, letra tipo Arial 12 (1,5 espaço).</p>
<p>2.6. Os trabalhos serão escritos em língua portuguesa (qualquer que seja a variante da língua).</p>
<p>2.7. Podem concorrer todas as pessoas [mesmo não sendo Associados/as da AICL (Colóquios da Lusofonia)] qualquer que seja o país, região ou nacionalidade, desde que os trabalhos a concurso contribuam para a valorização e promoção da literatura de matriz/significação açoriana de qualidade.</p>
<p>SUBSECÇÃO II – ENTIDADES PROMOTORAS</p>
<p>3.1. As entidades promotoras são a AICL - Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia - em parceria com a Editora Calendário de Letras.</p>
<p>3.2. A AICL reserva-se o direito de tentar encontrar outros patrocinadores externos para cada um dos Prémios, para além dos dois promotores institucionais.</p>
<p>SUBSECÇÃO III - PRÉMIO</p>
<p>4.1. Ao PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE não será atribuído qualquer montante fiduciário pelos promotores, a menos que haja entidades externas que o possam patrocinar.</p>

<p>4.2. A divulgação do/a autor/a vencedor/a e a cerimónia de entrega do prémio serão feitas no decurso do Colóquio da Lusofonia vindouro e o nome do/a autor/a vencedor/a será publicado nos portais da AICL e da editora Calendário de Letras até uma semana após a sua atribuição.</p>
<p>4.3. A AICL e a Editora Calendário de Letras garantem a publicação, distribuição e divulgação da obra premiada, nos doze meses seguintes à atribuição do Prémio, em moldes a acordar pessoalmente entre a Editora e o/a autor/a vencedor/a, quanto a tiragem, distribuição, formato, etc.</p>
<p>SECÇÃO III - DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS</p>
<p>SUBSECÇÃO I – ENTREGA DOS TRABALHOS</p>
<p>5.1. O/A Autor/a deverá enviar 3 (três) cópias impressas do original através de correio, por carta registada com aviso de receção, dirigida a – AICL - COLÓQUIOS DA LUSOFONIA, Prémio Literário, Rua da Igreja 6, Lomba da Maia 9625-115 S. Miguel, Açores, Portugal.</p>
<p>5.2. Os trabalhos a concurso deverão ser entregues até ao dia 31 de julho de cada ano.</p>
<p>5.3. Não serão aceites trabalhos cuja data do carimbo dos correios seja posterior à data limite.</p>
<p>SUBSECÇÃO II – SOBRE A APRESENTAÇÃO E ENVIO DO TRABALHO</p>
<p>6.1. Cada autor/a só pode apresentar UM TRABALHO a concurso.</p>
<p>6.2. Os textos deverão ser entregues em envelope contendo no interior outros 2 (dois) envelopes.</p>
<p>6.3. Num primeiro envelope, deverá constar o texto original em papel contendo 3 (três) cópias.</p>
<p>6.4. No outro envelope constarão as indicações pessoais (nome, data de nascimento, morada, profissão/instituição a que está ligado/a, n.º de telefone).</p>
<p>6.6. Em todos os envelopes, no exterior, apenas constará o pseudónimo.</p>
<p>6.7. Os trabalhos não podem conter indicações pessoais do/a autor/a, sob pena de exclusão.</p>
<p>SUBSECÇÃO III – CRITÉRIOS DE APECIAÇÃO</p>
<p>7.1. Criatividade / inovação;</p>
<p>7.2. Qualidade literária;</p>
<p>7.3. Organização; Coerência e coesão do texto;</p>
<p>7.4. Obediência às características do género em questão.</p>
<p>SUBSECÇÃO IV - JÚRI</p>
<p>8.1. O júri será composto por três membros, dois nomeados pela AICL (ou pela sua Comissão Científica) e outro pela Editora Calendário de Letras, sendo um cooptado para Presidente. A AICL enviará aos membros do júri, as cópias das obras recebidas dentro dos prazos e em conformidade com as normas do Regulamento, uma semana após a data limite de receção das obras a concurso.</p>
<p>8.2. Caberá ao Júri decidir sobre dúvidas ou casos omissos neste Regulamento.</p>
<p>8.3. Das decisões do Júri não haverá recurso.</p>

8.4. O Júri pode não atribuir o Prémio, se a qualidade literária dos textos a concurso não for consentânea com a projeção que a AICL e a Calendário de Letras lhe pretendam dar.
8.5. Não há lugar a prémio ex-aequo; em caso de empate o Presidente do Júri desempata.
8.6. Cabe ao júri elaborar um curto texto apreciativo do trabalho selecionado para ser lido publicamente na Sessão de entrega do prémio;
8.7. A partir da entrega dos trabalhos, os/as concorrentes ficam obrigados a aceitar na íntegra as normas regulamentares para a atribuição do PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE ,
8.8. O não cumprimento de qualquer norma do Regulamento implica a exclusão dos/as concorrentes;
SECÇÃO IV - DIREITOS INTELECTUAIS / DIREITOS DE AUTOR
9.1. Só poderão ser submetidos a concurso textos inéditos , e qualquer indício de plágio será punido com a exclusão do trabalho (usamos <i>antiplagiarism, turnitin, viper, plagium; GPSP; plagscan; grammarly, duplichecker</i> e outros).
9.2. Os/As concorrentes não premiados/as poderão levantar os seus originais até 60 (sessenta) dias após a divulgação e entrega do prémio em cerimónia pública, data a partir da qual a AICL não se responsabiliza pela devolução dos mesmos.
SECÇÃO V - DIREITOS DE UTILIZAÇÃO
10. Os/As autores /as premiados/as autorizam a divulgação e utilização dos trabalhos em todas as atividades promovidas pelas entidades promotoras.
SECÇÃO VI - REGULAMENTO INTERNO DO PRÉMIO
11.1. De todas as obras aceites a concurso em cada ano, cada Membro do júri selecionará até 31 de agosto , três (3) para a fase final de atribuição do prémio.
11.2. As obras selecionadas para a fase final de atribuição do prémio serão avaliadas por todos os membros do júri com a valorização crescente de 1 a 5 pontos, até 15 de setembro . A que tiver maior pontuação no somatório dos 3 elementos do júri será a vencedora.
11.3. Em caso de igualdade o Presidente do Júri desempatará e anunciará às entidades promotoras a obra vencedora antes de 30 de setembro , a tempo de se poder contactar o/a vencedor/a para estar presente na atribuição do Prémio na Sessão de encerramento do Colóquio da Lusofonia.
11.4. O júri fará as recomendações que entender para a atribuição do PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE , do ano seguinte relativamente à escolha de género, autor a homenagear e demais especificações do Prémio do ano seguinte.

VENCEDOR DO PRÉMIO "CHAPÉU DE CHUVA TRANSPARENTE - CRÓNICA DE UM AMOR SEM LIMITES" PSEUDÓNIMO VERA DA CRUZ AUTORA: MARIA JOÃO SARAIVA DE MENEZES

DISCURSO DE ACEITAÇÃO DO PRÉMIO LITERÁRIO AÇORIANIDADE 2013

É uma honra receber este **PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE 2013** com o meu **Chapéu de chuva Transparente, CRÓNICA DE UM AMOR SEM LIMITES**.

Segundo pesquisei, o conceito de "Açorianidade literária" foi definido por Vitorino Nemésio, na Revista Insula, em 1932 e, desde então, foi amplamente divulgado em contextos bem diferenciados, desde estudos de âmbito literário a intervenções de ordem política. Este meu conto/narrativa nasce precisamente da arte de captar as características intangíveis e indefiníveis da Açorianidade e do sentimento de insularidade, expressos através de uma mundividência peculiar, visíveis através do sentimento de angústia metafísica ou de um «*je ne sais quoi*» existencialista, ou do tal sentimento do emparedado, ante a solidão e a distância.

A partir da minha ilha interior transporto-me para qualquer ilha física ou imaginária. Enquanto autora, viajei pelas ilhas açorianas; Madeira; Reino Unido, Japão e por ilhas da China. A insularidade cresceu em mim, literariamente, mas sobretudo na alma, e sobrepôs-se às minhas vivências. Nesta narrativa, o sentimento insular mescla-se com fragmentos biográficos da infância, recria-se numa ficção biografada e cresce com as personagens. As personagens, no entanto, quase que se descartam em detrimento das emoções, assumindo estas o controlo da narrativa e tornando-se, elas próprias, personagens principais de uma história sem fim.

Esta crónica é uma viagem aos lugares da infância, reais e imaginários, sentidos e inventados; uma viagem num só fôlego e sem regresso. Em Chapéu de chuva TRANSPARENTE, não há regresso do crescimento e da morte quando morre a mãe e a alma gémea do narrador. A morte na ficção, por vezes, pode ser mais cruel do que na própria vida, e por isso, estas mortes roubam toda e qualquer esperança ao personagem narrador. E não há mais esperança senão a de continuar a respirar, rodeando-se de amor. **CRÓNICA DE UM AMOR SEM LIMITES** é, pois, o subtítulo, ancorando-se num chapéu de chuva transparente que atravessa toda a história e simboliza uma proteção insuficiente mas dinâmica; afinal, o retrato da vida humana.

Aqui, a expressão do sentimento de insularidade afirma-se numa tríade de emoções que toma forma numa tríade de ilhas: a ilha vulcânica onde a criança é exilada; a ilha interior que emerge do sentimento de abandono da criança face à ausência da mãe; e por fim, a ilha-promessa ou ilha-utopia, que é o lugar onírico onde a criança se reunirá com o seu alter ego e que simboliza a visão salvífica do inferno na terra. Porém, a ilha-utopia não chegará a encontrar o seu *topos*, o seu lugar real. A vida e esta história encarregam-se de apagar esse sonho quimérico. Resta o sentimento latente de insularidade, moldando personagens dentro de personagens, votando-as ao abandono, à solidão, mas lançando-as numa esperança que nasce aqui de um passado já vivido.

«A casa da ilha era o desterro onde vivia a outra avó a avó da ilha. Antes da avó do norte ou das camélias eu tinha sido despachada para a ilha uma espécie de prisão provisória mas onde havia umas tias boas de mais para serem verdade. Na verdade a Teté e a Dé eram demasiado boas apenas para aliviarem em mim o sentimento de exílio e o sofrimento a ele adjacente. Na realidade não se tratava de um exílio era mais como se fosse uma morte em vida o que equivale a perder a mãe quando ainda se é demasiado criança para se compreender seja o que for. Mãe é respirar é viver é ser. Eu a era a morte em vida da minha mãe.»

Quando visitei os Açores há uns anos, senti-os de imediato como um local mágico que tinha de escrever. Escrever os Açores é recuperar a alma, respirar e logo a seguir perder o fôlego. É preciso escrever os Açores como todas as ilhas dentro de nós. Por isso, a partir da minha ilha interior transporto-me para qualquer ilha física ou imaginária. O escritor precisa de transformar o que vê e o que sente em palavras, para finalmente poder respirar e encontrar paz.

«A casa da ilha fica fechada entre as montanhas que a encerram como se fossem quatro paredes e mais algumas por detrás das primeiras. Sinto um vulcão respirar entre aquela massa montanhosa escura como se toda a solidão do mundo coubesse ali dentro das nossas vidas. Olha-se à volta e não se vê mundo, não há horizonte apenas prisão e uma grande falta de ar. A Dorinhas está outra vez com ansiedade custa-lhe a respirar diz a Teté anda vamos rezar ao Menino Jesus. E ali habita uma sucessão de gerações de mulheres sobreviventes de uma ilha sem salvação. A única coisa possível é o amor entre elas mas os dias sucedem-se com uma banalidade demolidora e o amanhã não é redentor para ninguém. Á volta da casa o quintal à volta do quintal os campos de vinha à volta das vinhas as montanhas e à volta das montanhas das montanhas o mar. O mar isola-nos inexplicavelmente de uma maneira que só é possível sentindo o choro da alma. A Dorinhas está outra vez com ansiedade custa-lhe a respirar diz a Teté e então a avó da ilha sorri e coloca-me a mão no peito e murmura palavras estranhas com odor a rapé. As palavras murmuradas entredentes pela avó da ilha parecem uma lengalenga mágica e a partir desse dia a escuridão da montanha já não era tão escura embora nunca deixasse de ser montanha. A avó da ilha também era uma ilha dentro duma ilha.»

Nesta narrativa quase tão mágica quanto as palavras sibilinas murmuradas por uma avó mistério, as palavras são um berço que embala a criança que chora. No meio do silêncio, só as palavras podem calar o uivo do choro jamais libertado, só as palavras livres e independentes podem conferir alguma liberdade a tal condição de isolamento e desolação. Por isso, as palavras são criadas ao sabor do medo e da esperança; surgindo de ímpetos arrancados como que do fundo do peito. Por essa razão, surgem nesta narrativa neologismos livres e uma sintaxe redentora, assim como uma grafia rebelde e experimentalista. Perante a cadência das emoções, que marcham ao longo de uma narrativa que se pretende livre, é premente remover todos os obstáculos do caminho, tais como vírgulas, pontos, parágrafos, travessões de diálogo e pontos de interrogação. O discurso emana duma interrogação permanente e as palavras são a salvação da alma.

Para mim, enquanto autora, a grafia rebelde e experimentalista passou aqui pela experimentação da utilização do AO de 1990) como paradoxal e irónica forma de protesto. Aqui, o uso do AO serviu como forma de exorcizar barreiras entrando num mundo novo, mas sem alicerces e descartável. Afinal, todas as palavras são descartáveis depois de derramadas as lágrimas, depois de atiradas as palavras contra as paredes do vulcão que sufocam a criança na ilha.

O discurso fluido e sem pontuação, assim como as palavras destituídas de consoantes mudas e de hifenes, assumem uma fluidez para além das normas do latim e do espartilho da etimologia; a semântica sobrepe-se às regras gráficas, ortográficas

e de pontuação, dominando em força e reforçando o seu domínio através de neologismos criados diretamente através da força emotiva que as expele.

Esta é pois uma narrativa que transcende todas as normas, à semelhança do estado de desvantagem – ou será de vantagem? – em que o sentimento de insularidade coloca o sujeito. Esta narrativa transcende todas as normas, por isso o uso o AO e a escrita livre saramaguiana tomam valor de recurso estilístico, expressando uma escrita livre ou libertária, pois destituída de pontuação, de indicação de diálogos e das raízes da etimologia clássica.

O assumido caos ortográfico demonstra a inquietude das emoções/personagens principais, esse caos que retira palavras do seu contexto etimológico e cultural, rompendo ligações com as raízes gregas e latinas da língua, avançando com a destruição e fragmentação da língua portuguesa, na sua variante europeia. Perfila-se aqui um símbolo do desabar da matriz linguística, qual referência a uma mãe perdida. A morte da mãe, fatal nesta narrativa, radica em todos os aspetos do desabamento da infância, da vida, da família, da Língua, da ortografia.

Comecei a escrever Chapéu de chuva Transparente e não sabia que o texto viria ter comigo sem pontuação nem que me faria experimentalista do AO – eu que me afirmo contra o absurdo decepar de consoantes com sua indispensável função diacrítica. Quando esta narrativa se me impôs para que eu a escrevesse, não sabia que viria sem vírgulas, sem pontos, sem diálogos e sem consoantes mudas. É um lugar-comum dizê-lo, mas fui escolhida como intermediária desse processo literário que ultrapassa sempre o seu autor – e que normalmente tem sempre algo de importante a dizer ao autor. Fui empurrada pela força catártica da criatividade literária, mergulhando num limbo de memórias, ficções e emoções onde não existe espaço para a pausa nem para a vírgula. Assim, os diálogos surgem dentro dos pensamentos e os pensamentos surgem entrelaçados com as falas de episódios de uma história que se enreda em tantas. Esta libertação de todas as amarras, linguísticas, sintáticas e ortográficas é a própria força do processo criativo, porquanto rebenta com essas mesmas amarras, experimenta ser um ser diferente, ignora os dogmas e pretende apenas... respirar por entre linhas.

«Se outros tantos autores sagrados ou apenas consagrados podem porque é que eu não hei de poder? Se inventam palavras as torcem e distorcem refazem a sintaxe recriam a vida e as emoções nas frases que dedilham porque hei de eu ser alertada olhe que isto não se escreve assim vou dizer ao revisor para cortar você não pode escrever piqueno nem inventar desgramado essa palavra não existe e onde está a pontuação a senhora julga-se alguma sara maga? Ora não só posso como escorraço qualquer revisor que se aproxime do meu texto. O texto é meu das minhas entranhas do meu sopro do meu pulsar. Não é nenhum corpo para um revisor autopsiar. Ou não me chame eu Ricardo e tenha um projeto a dois para inventar um país. E antes que me venham impor um acordo ortográfico aqui está ele ainda mais papista do que o papa para que provem do vosso veneno. Esta é uma viagem às emoções humanas e cada paragem são episódios de uma vida que são tantas. Quem não quiser embarcar é desde já convidado a sair.»

É pois uma honra receber este Prémio Literário, em nome da literatura e da lusofonia, porque valorizo uma lusofonia cuja maior riqueza são as múltiplas diferenças e a unidade na diversidade. A riqueza da Língua portuguesa enquanto versão europeia releva do carácter histórico e etimológico que nos liga às línguas clássicas, unindo as famílias de palavras e fazendo sentido na sua fundamentação ontológica. Por outro lado, a riqueza do Português enquanto versão brasileira releva do seu carácter inovador, demiurgo de palavras e expressões culturais únicas e por isso mesmo, regionais e específicas. Não queiramos ler um Saramago escrito em Português do Brasil nem um Jorge Amado aportuguesado. Não quero ler Pepetela com sotaque de Cascais nem Mia Couto com ortografia proveniente de uma utópica pronúncia culta. A riqueza da Lusofonia é a sua idiossincrasia, não uma lei que foi resolvida em conselho de ministros e nasceu numa fábrica ortográfica. A Língua é um organismo vivo, sujeito à evolução por via erudita e popular; não faz sentido descaracterizá-la numa unidade das escritas lusófonas, destituindo-a de tudo o que tem de único e diferente. É único e não-formatável o maravilhoso Português de Angola, o de Moçambique, de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe, de Goa, de Timor, de Macau e do Brasil – assim como as 55 variantes do Inglês, nenhuma delas silenciada com a unificação. A matriz da língua é a garantia de que essa diversidade poderá remeter-se à unidade sem que incorra no abismo da descaracterização da Língua. Há que preservar a matriz.

É, pois, uma honra receber este **PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE** das mãos da AICL, ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA”, cujos princípios e objetivos são «um movimento cultural e cívico que visa mobilizar e representar a sociedade civil de todo o mundo, para pensar e debater amplamente, de forma científica, a nossa fala comum: a Língua Portuguesa.» E afirma no ponto 6. «Em defesa da Lusofonia, defendemos a nossa identidade como pessoas e povos, e em prol da variada língua comum com todas as suas variantes e idiossincrasias, impedindo que outras culturas e outros povos nos dominem cultural, económica ou politicamente, como alguns, ostensiva e claramente, defendem.» Bem-haja aos defensores da Língua portuguesa, da Lusofonia e de todas as suas variantes e idiossincrasias, na preservação da matriz da Língua portuguesa, viva e múltipla. Viva a literatura. Viva a Língua portuguesa. Obrigada. Maria Saraiva de Menezes, 18 de outubro de 2013

NOTA ORTOGRAFIA AICL: dado haver inúmeras ortografias oficiais após 1911, a AICL uniformizou todos os textos escritos após 1911 para o novo AO 1990 incluindo o texto supra da premiada.

10. ORADORES, PRESENCIAIS, CONVIDADOS E ORGANIZAÇÃO

1. AFONSO TEIXEIRA FILHO, KATHOLIEKE UNIVERSITEIT, LEUVEN, BÉLGICA, BRASIL

AFONSO TEIXEIRA FILHO, Brasileiro, casado, 52 anos.
Doutor em Estudos da Tradução pela Universidade de São Paulo (USP)

Defendeu tese de Doutoramento sobre a obra *Finnegans Wake* de James Joyce.

É tradutor profissional, exercendo, atualmente, pesquisa sobre as traduções para o português do poema de John Milton, *Paraíso perdido*, na Katholieke Universiteit, de Leuven, na Bélgica. Paralelamente, realiza pesquisa em Filologia Românica, sobre o romance ibérico, com atenção especial para a língua mirandesa.



TEMA 1.11 Os Lusíadas
EM MIRANDÊS, AFONSO TEIXEIRA FILHO, KATHOLIEKE UNIVERSITEIT, LEUVEN, BÉLGICA, BRASIL

Neste ensaio, trataremos da tradução para o mirandês do épico de Luís de Camões. O tradutor Francisco Niebro procurou preservar as características próprias da língua, sua oralidade, sem arriscar-se a produzir novos vocábulos, a introduzir na língua mirandesa palavras estranhas a ela, a incorporar-lhe neologismos. O cuidado tomado por ele corresponde a uma visão purista da língua. Se por um lado essa visão pretende proteger a língua de influências estranhas a ela, sobretudo em se tratando de uma língua que tantas interferências recebeu do português e do castelhano, por outro lado enfraquece-a, pois é o contato entre as línguas que permite a elas a expansão de seu léxico e a aquisição de novas ideias, sem o que elas se perdem no tempo e desaparecem.

Introdução

O teórico da tradução Antoine Berman (1942-1991), em um ensaio intitulado “*Chateaubriand, traducteur de Milton*”², menciona que a penetração das literaturas de língua inglesa e alemã na França, durante o romantismo, fez com que os tradutores rompessem com a tradição tradutória francesa das *belles infidèles*, traduções que buscavam produzir um texto em francês como se nessa língua fora escrito. O resultado era um texto bem escrito, mas pouco fiel ao original.

² Berman (1999).

O interesse dos românticos pelas literaturas de outros países exigia traduções mais fiéis, mais próximas ao original. Isso demandou uma mudança nas técnicas de tradução e, também, afetou a língua para a qual os textos eram traduzidos. Nesse caso, o francês. A tradução que o romancista francês François-René de Chateaubriand fez do *Paradise Lost* de Milton é uma tradução que, para reter as ideias do original, sacrifica a estrutura da língua francesa. Adota estrangeirismos, não apenas para traduzir o inglês de Milton, mas para traduzir também os estrangeirismos do próprio Milton, o qual adotara latinismos, italianismos e hebraísmos em seu próprio poema. O que Chateaubriand fez não foi novidade. A Bíblia de Lutero serviu-lhe de exemplo. Mas foi graças à tradução de Lutero que o alemão tornou-se uma língua literária, incorporando elementos e vocábulos de outras línguas (hebraico, grego e latim). O contato entre as línguas é o que permite a expansão cultural e o vigor delas. Sem esse contato, a língua morre.

Os estudos da tradução

A tradução é uma atividade humana muito antiga e antiga é também a teorização dessa atividade. Autores como Cícero e São Jerônimo já escreviam sobre o assunto. Mas essa teorização só começou a se transformar em ciência de umas décadas para cá. No entanto, desde sempre, o ponto mais importante da teoria da tradução foi este: a tradução deve aproximar o texto original da língua e da cultura para as quais ele é traduzido ou, pelo contrário, deve aproximar essa língua e essa cultura da língua e da cultura do texto original. Em outras palavras, o texto traduzido deve parecer um texto traduzido ou um texto original? Definitivamente, não há resposta para essa questão. Ou melhor, há muitas respostas, mas todas elas lançam mais dúvidas sobre ela do que a solucionam. Muitos tradutores, por exemplo, pensam que o texto traduzido deva parecer uma produção original. Outros pensam ao contrário. E há também os que pensam que o texto traduzido seja uma coprodução entre autor e tradutor. O importante a saber é que toda teoria da tradução desliza de um lado para outro entre uma concepção e outra. E toda tradução também o faz. O ensaio de Berman sobre a tradução francesa do *Paradise Lost* faz corpo com outros dois ensaios em que o autor comenta a tradução da *Antígona* de Sófocles feita pelo poeta alemão Hölderlin e sobre a tradução da *Eneida* de Virgílio pelo poeta francês Pierre Klossowski. Todas essas traduções são consideradas traduções que subverteram a língua para a qual foram traduzidas por incorporarem elementos semânticos, prosódicos e morfológicos das línguas originais. Segundo o autor dos ensaios, são essas as grandes traduções, aquelas que subvertem a língua na qual são feitas. Elas promovem um verdadeiro diálogo entre as culturas e são um fator de enriquecimento tanto para a língua, quanto para o pensamento do povo que recebe esse tipo de tradução. Berman chama essas traduções de traduções feitas à letra. A literalidade é o objetivo das melhores traduções.

Os Lusíadas em mirandês

Parece-nos que o labor de fazer da língua de Miranda do Douro uma língua culta, traduzindo-se para ela os clássicos da literatura mundial e portuguesa, é obra de uma única pessoa: Fracisco Niebro.

Fracisco Niebro é um dos pseudônimos de Amadeu Ferreira, nascido em Sendim, no Concelho de Miranda do Douro, em 1950. Com esse pseudônimo, publicou diversos livros de poesia em mirandês ou em edições bilingües, além de traduções de poetas portugueses (*Mensaige*, de Fernando Pessoa), espanhóis, franceses, alemães e de língua inglesa. Traduziu, também uma edição em quadrinhos (banda desenhada) de *Os Lusíadas*. Com o pseudônimo de Marcus Miranda, publicou *Poetas Lhatinos*, traduções de Horácio e Catulo. É de sua autoria a conhecida tradução dos quatro Evangelhos, *Ls Quatro Eibangeilhos*, que fez com o nome de Amadeu Ferreira, e dos dois volumes das histórias de Astérix existentes em mirandês. A tradução integral de *Os Lusíadas*, de Camões, para o mirandês, feita por Niebro, demandou oito anos de trabalho e foi publicada em setembro de 2010. É uma tradução que surpreende não apenas pelo trabalho árduo que consiste na transposição dos 8816 versos do poema, mas também pela magnífica qualidade da tradução. Ela é tão bem feita que se poderia crer que o poema fora escrito originalmente em mirandês. Apesar da proximidade que há entre o português, língua do original, e o mirandês, língua da tradução, uma tradução entre as duas línguas não é tarefa fácil, sobretudo quando se trata de uma tradução em versos e com rimas. Ainda que pareça simples verterem-se estes versos,

*Que da Ocidental praia lusitana,
Por mares nunca dantes navegados,
para estes,*

*Que, d'Ocidental praia Lusitana,
Por mares d'atrás nunca nabegados,
não será tarefa fácil traduzirem-se estes outros:
E entre gente remota edificaram
Novo reino que tanto sublimaram.*

O tradutor procurou sinônimos para os termos “remota”, “edificaram” e “sublimaram”, por entendê-los demasiado eruditos, e optou por sinônimos de uso mais popular, como “construíram”, “longe” e “engrandeceram”, os quais seriam mais adequados a uma língua que vinha, até então, sendo formada por aldeões e camponeses isolados em um mundo rural. Fracisco Niebro resolveu essas dificuldades com a seguinte versão:

*I antre giente de loinge custruírun
Nuobo reino, que tanto angrandecírun;*

Outras dificuldades, de difícil contorno, devem ter atrapalhado o serviço do tradutor. Por exemplo, como tratar os termos náuticos que se encontram por toda parte em *Os Lusíadas*, uma vez que grande parte deles deve ser desconhecida a um povo que vive dos frutos da terra e não dos frutos do mar? E quanto ao vernáculo?

Não há bons dicionários de mirandês. Parece que o mais completo deles seja o *Pequeno vocabulário mirandês-português*, de Moisés Pires, que abrange pouco mais de 12 mil palavras. Como, então, lidar com a riqueza vocabular do poema de Camões?

Quase todas as palavras que se encontram na tradução de Niebro, como em todo texto literário escrito atualmente em mirandês, são termos próprios comuns na língua de Miranda do Douro. Alguns, no entanto, provêm do português, como o nome de deuses pagãos, de instrumentos de navegação, topônimos, etc. Nesses textos, evitam-se

palavras de origem duvidosa, palavras que nenhum mirandês teria dito. Mas é certo que muitos vocábulos novos poderiam ser introduzidos nessa língua por meio das traduções sem, contudo, afetar-lhe a prosódia.

Palavras poderiam ser forjadas em mirandês aplicando-se determinadas regras, como, por exemplo, substituindo-se o prefixo des- pelo ç-: “çtruir” (destruir), “çpuntar” (despontar), etc.; ou substituindo-se o prefixo em- por am-: “ampalhar” (empalhar), etc. Há ainda muitas outras formas, como a palatalização da L inicial latina, “llobo” (lobo), e manutenção da N intervocálica latina, “lluna” (lua; latim *luna*).

A utilização dessas regras permite o uso de termos que talvez nunca tenham existido na língua mirandesa. No entanto, essa língua sempre foi uma língua de camponeses e sua cultura expressou-se sempre em linguagem oral. Com o início dos estudos da língua, surgiu também uma literatura escrita, ainda que recente, de pouco mais de cem anos. Essa literatura retirou a língua de sua pré-história e ela começou a engrandecer-se com a produção de textos e, sobretudo, com a tradução das grandes obras da literatura. A tradução é um processo radical, que altera sensivelmente o patrimônio primitivo de uma língua. A língua se transforma e é apenas essa transformação que lhe permite continuar a existir. Todas as línguas vivas passaram por essa transformação. Aquelas que, em determinado momento, deixaram de transformar-se, extinguíram-se.

O filólogo português, José Leite de Vasconcellos, foi um dos pioneiros do estudo da língua mirandesa. Em 1882, publicou a obra *O dialeto mirandês*. Quatro anos depois, viajou para Miranda do Douro para estudar a língua localmente. Em 1901, surgiu uma obra mais completa intitulada *Estudos de filologia mirandesa*. Ela contém uma pequena Antologia de literatura mirandesa, inclusive algumas traduções que o próprio Leite de Vasconcellos fez de Camões. Há, ali, algumas estâncias de *Os Lusíadas*.

A tradução de Leite de Vasconcellos evita, como a de Niebro, uma terminologia erudita. A primeira estrofe do poema ficou desta forma:

*Las armas e les omes afamados
Que furũ de la tierra Lusitana,
Por mares d'atrás nunca nabegados,
Inda pr' alhá de l' ilha Taprobana,
Á peligros i guerras biẽ sforçados,
Mãs de l que prometie la força oumana,
O antre gente de lõge stabelecirũ
Nobo reino que tanto angradecirũ.*

Se compararmos essa tradução com a de Niebro,

*Aqueilhas armas i homes afamados
Que, d'Ocidental praia Lusitana,
Por mares datrás nunca nabegados,
Passórun par'alhá la Taprobana,
An peligros i guerras mui sforçados
Mais do que permetie la fuorça houmana,
I antre giente de loinge custruirun
Nuobo Reino, que tanto angradecirun,*

percebemos, em primeiro lugar, uma mudança ortográfica, a qual evidencia, não uma influência portuguesa mas, apenas, que a língua busca uma normatização e que vem, portanto, sendo tratada como uma língua culta.

Mas, no que diz respeito à tradução, percebe-se que os dois tradutores evitaram os seguintes termos: “barões” ou “varões”; “assinalados”; “remota”; “edificaram”; e “sublimaram”. Esses termos não se encontram nos glossários e dicionários mirandeses. Por que não?

São palavras que se encontram em diversas línguas românicas e têm origem no latim. Em castelhano, temos *varón*; em italiano *rimota*; em francês *signaler*, etc. O fato de não os encontrarmos em línguas minoritárias como o mirandês, o leonês, o aragonês, o romanche, etc., é um indício de que essas línguas não se encontram em um estágio de evolução.

Termos eruditos são, geralmente, incorporados à língua tardiamente, quando ela já se encontra formada. Tomemos um exemplo. A palavra “mancha”, em português, deriva do latim *macula*, *ae*, o qual originou em português também as palavras “malha” e “mágoa”. Tardiamente, contudo, eruditos incorporaram ao glossário português o termo “mácula”. Esse processo de formação de vocábulos resulta, amiúde, em termos esdrúxulos. Quando Leite de Vasconcellos procurou traduzir algumas estâncias de *Os Lusíadas*, não lhe era possível criar ou incorporar vocábulos, uma vez que o trabalho dele foi pioneiro e tinha como propósito tirar o mirandês de seu estágio pré-histórico. Fracisco Niebro rejeitou também a incorporação de vocábulos, embora ela lhe tivesse sido bastante útil.

Formação de palavras

Há vários processos de formação de palavras no português, mas ressaltaremos os dois mais comuns (a ela e às línguas latinas em geral): derivação e composição. Derivação consiste, basicamente, no acréscimo de morfemas a uma determinada palavra (afixos); composição, na união de duas ou mais palavras ou radicais para formar um novo termo. Por meio desses dois processos, formam-se novos vocábulos em todas as línguas românicas, ainda que esses processos não lhe sejam exclusivos. Eles se repetem nas línguas germânicas, eslavas, etc. Mas, para aquilo de que tratamos aqui, temos que esses dois processos, por serem encontrados em todas as línguas românicas, encontram-se também no mirandês. Funcionam, na maioria das vezes, de forma natural e acompanham a evolução da língua oralmente. É o falante da língua quem os cria. Mas esses processos também definem a formação de neologismos, sejam eles naturais ou literários.

Analisemos algumas palavras formadas por prefixação, que é uma das modalidades da derivação.

O prefixo des-, que exprime negação, oposição ou carência, é, certamente, de origem latina. Encontramo-lo em vocábulos como destapar, desprezar, despontar, destruir, etc. Ainda que nas línguas românicas não haja um prefixo único para indicar

essas formas³, o prefixo des- (ou de-) é, nelas, bastante prolífico, como podemos ver nestes exemplos: *despuntar*, *despreciar* (castelhano), *débander*, *détruire* (francês), *distuggere*, *disprezzare* (italiano), *a distruge*, *a dispretui* (romeno). Em aragonês, por exemplo, há diversas palavras iniciadas pelo prefixo des-. Em leonês, no entanto, esse prefixo é es- (*estruyire*, “destruir”; *espreciare*, “desprezar”). Em mirandês, devido ao parentesco dessa língua com o grupo arturo-leonês, o prefixo des- é também representado por uma fricativa sibilante, mas sem a vogal: ç-. Dessa forma, temos os vocábulos *çtapar*, *çtruir*, *çpreziar*, etc.

Há, porém, diversos prefixos de origem latina ou grega que se acomodam perfeitamente em mirandês e que são os mesmos em português: ab-, ad-, pré-, re-, etc. Mas, devido à evolução própria da língua, alguns prefixos mirandeses diferem de seus equivalentes portugueses, como por- (em vez de pro-) e ç- (em vez de des).

O prefixo inter-, por sua vez, torna-se anter- no mirandês⁴, mas é comum nessa língua que se iniciem em an- aquelas palavras que, em português, iniciam em in- (ou en-): *anteirado*, *anteiriço*, *anterditar*, *anterferir*, *anterrar*, etc.

Uma outra característica evolutiva do mirandês é a aceitação natural de metaplasmos: *arrecelar*, *arrecular*, *arrefundar*, *arregar*, etc.

Conhecendo-se esses mecanismos, podem-se criar palavras em mirandês sem corromper a estrutura da língua. E, se o tradutor que trabalha com um texto de erudição tiver dúvidas acerca da existência desse termo e de sua adequação à língua, pode sempre ocorrer ao leonês ou asturiano.

Evolução da língua mirandesa

O mirandês é uma língua românica, cuja gênese ainda não está totalmente esclarecida. José Leite de Vasconcelos afirmou, em seus *Estudos de filologia mirandesa*, que essa língua derivava diretamente do latim. Ramón Menéndez Pidal, por sua vez, afirmou ser o mirandês derivado do leonês. Seja como for, o que parece certo é que o mirandês cedo se estabeleceu e se isolou no lado português do Douro e que, a partir daí, passou a receber mais influência do português que do leonês ou do castelhano. Apesar de a região de Miranda do Douro estar mais próxima da Espanha do que do restante de Portugal, o acesso a ela desde a Espanha sempre foi difícil. Se os leoneses lá chegaram centenas de anos atrás, lá ficaram isolados, e seu povo, a partir de então, passou a ter mais contato com os portugueses do que com os espanhóis. É por isso que encontramos no mirandês radicais leoneses e um vocabulário e uma articulação vocálica bem próximas ao português.

Assim como no leonês, o mirandês palatalizou a L inicial latina. Palavras como *luna* e *lupus* evoluíram para *lluna* (lua) e *llobo* (lobo). Palatalizaram-se também os grupos pl-, cl- e fl-: *pluvia*, *clave* e *flamma* deram *chuvia* (com o ch forte como no castelhano: tch), *chabe* (chave) e *chama*. As vogais O breve e E breve, do latim, ditongaram-se, como no castelhano: *puôrta*, *tiempu*. A inicial F, que no castelhano se transformou em H, foi

mantida no mirandês (como em português): *facer*, *forno*, *fondo*.⁵ A consoante N, em posição intervocálica, manteve-se em mirandês como no português: *rana* (rã) e *lluna*.

O mirandês tem outras características evolutivas, como a palatização das consoantes duplas (*castielho*, *anho* e *danho*) e a ditongação da breve tônica (*ferrum* > *fiêro*).

Esse quadro resumido mostra-nos que a língua mirandesa se comporta, evolutivamente, ora como o português, ora como o castelhano e ora como o leonês, não se podendo, portanto, atribuir ela uma origem única.

Os eruditos que estudaram a língua mirandesa -- e os tradutores que para ela verteram textos importantes de outras literaturas com o propósito de enriquecê-la -- certamente conheciam bem o comportamento evolutivo da língua e sabiam em que ela se diferenciava das línguas mais próximas a ela. Os tradutores, contudo, não se atreveram a criar palavras e a emprestar ao mirandês termos de outras línguas, procedimentos que poderiam enriquecê-la. Temiam agredir a língua, contaminá-la com neologismos e elementos estranhos a ela.

As línguas rejeitam os neologismos quando eles são desnecessários ou malformados. Quanto aos estrangeirismos, o processo de aceitação ou rejeição é um pouco distinto. Em um primeiro momento, a língua, sempre se abre a novos vocábulos, aceitando-os. Com o tempo, eles são esquecidos ou assimilados foneticamente; razão pela qual se mantiveram, em português, termos como “futebol” e se rejeitaram outros como “goalkeeper” (ou quíper) ou “Guarda-metas”.

Todavia, uma língua impermeável a novos termos é uma língua em extinção. É como um ser vivo que, se não se nutre, morre. A língua se nutre de palavras, e as palavras refletem os pensamentos e as ideias do falante da língua. Se não há termos novos, não há ideias novas. A paralisia do pensamento é a morte do ser pensante.

Os tradutores que se atreveram a verter *Os Lusíadas* para o mirandês esbarraram em um problema seminal para a língua: ou mantinham intactas as características dela ou a subvertiam com elementos estrangeiros. No primeiro caso, arriscavam-se a deixá-la estanque; no segundo, a descaracterizá-la. A decisão era difícil. Por que não deixar, então, que o próprio autor, e não o tradutor, decidisse qual o melhor caminho a ser seguido?

Uma das características de *Os Lusíadas* é a erudição de seu autor. A riqueza vocabular que o poema apresenta demonstra que se trata de obra de erudição e não de um poema popular, ou de uma obra do folclore. Por que, então, traduzi-lo para uma forma popular?

Por causa disso, a tradução de *Os Lusíadas* para o mirandês feita por Fracisco Niebro, parece mais uma paráfrase do que uma tradução propriamente dita. Uma análise dos termos substituídos por ele, comprovam essa hipótese.

Se tomarmos as 20 primeiras estrofes do poema, encontramos nelas, aproximadamente, 25 termos de reduzida ocorrência em obras literárias e de

³ Por exemplo, “desprezar”, em francês é *mépriser*; “despontar”, em italiano, é *spuntare*.

⁴ *Anterbenir*, *anterceder*, *anterditar*, *antermear*, *anterpretacion*, etc.

⁵ Em castelhano, *hacer*, *horno* e *hondo*, respetivamente.

ATAS/ANAIS SEIA 2013 - XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA. 15-18 outubro 2013

reduzidíssima ocorrência na linguagem falada. Relacionamos esses termos, abaixo, mostrando como Niebro os verteu para o mirandês.

Canto Primeiro

1 As armas e os <u>barões assinalados</u> , E entre gente remota <u>edificaram</u> Novo Reino, que tanto <u>sublimaram</u> ;	Homes afamados Custruírun Angrandecírun
2 Daqueles Reis, que foram <u>dilatando</u> A Fé, o Império, e as terras <u>viciosas</u> De África e de Ásia andaram <u>devastando</u> ; E aqueles, que por obras <u>valerosas</u>	Oumentando Perdidosas Arrasando Balerosas
4 Um estilo <u>grandiloquo</u> e corrente,	Grandioso
5 Dai-me uma fúria grande e <u>sonorosa</u> , E não de agreste <u>avena</u> ou fruta ruda, Mas de tuba <u>canora</u> e <u>belicosa</u> ,	Alblidosa Pastoril Guerreira e afruntosa
6 Vós, ó novo temor da <u>Maura</u> lança,	Moura
7 <u>Cesárea</u> ou <u>Cristianíssima</u> chamada;	Cezária ou Crestianíssema
8 E quando desce o deixa <u>derradeiro</u> ; Vós, que esperamos jugo e <u>vitupério</u>	Redadeiro Mal
9 Os olhos da real <u>benignidade</u>	Bundade
10 Por um <u>pregão</u> do ninho meu paterno. Daqueles de quem sois senhor <u>superno</u> ,	Pregon Supremo
12 Por estes vos darei um Nuno <u>fero</u> ,	Fiero
13	

Outro Joane, <u>invicto</u> cavaleiro,	Baliente
14 Um Pacheco <u>fortíssimo</u> , e os temidos	Fortíssemo
16 Em quem vê seu <u>exício afigurado</u> ; Mostra o pescoço ao <u>jugo</u> já inclinado; Tethys todo o <u>cerúleo</u> senhorio	Findar repersentado Jugo -
18 E vereis ir cortando o <u>salso argento</u>	Mar
19 Os ventos <u>brandamente</u> respiravam, Das naus as velas <u>côncavas</u> inchando;	Criançosos Côncabas
20 Pisando o cristalino Céu <u>formoso</u> , Convocados da parte do <u>Tonante</u> ,	Fremoso Tonante

Comentários:

Estrofe 1

O termo mirandês *barão* refere-se não a homens nem a nobres, mas ao aumentativo de “vara”. Niebro, assim como Leite de Vasconcellos, evitou a palavra “assinalados” por entender que em mirandês não teria o sentido de “determinados”, “famosos”. A explicação por terem os dois tradutores evitado o termo “sublimaram” é o desejo de evitar o duplo sentido que ele tem no original. Camões não se refere apenas ao engrandecimento do reino de Portugal, quando escreve “sublimaram”, mas também ao engrandecimento do reino de Cristo, o qual é sublime.

Estrofe 2

Embora os glossários existentes não registrem o termo *dilatar*, ele aparece em asturiano e castelhano. A opção por *oumentar*, com o mesmo número de sílabas, deve-se, acreditamos nós, à decisão do autor de simplificar o vocabulário do texto.

O termo “viciosas”, no entanto, está registrado em diversos glossários do mirandês como “biciosas”. Traduzi-lo por *perdidosas*, ao invés de diminuir-lhe o campo semântico, amplia-o.

Quanto a “devastando”, os glossários não registram a forma *debastando*, ainda que seja plausível sua existência.

O termo “valeroso”, em português, é a forma arcaica de “valoroso”. O mirandês conserva essa forma arcaica. O tradutor escolheu-a por ser a forma corriqueira da língua.

Estrofe 5

Alblidosa (habilidosa). O tradutor preferiu um sinônimo iniciado por vogal, pois usara *anspiração* para verter “fúria”. Alongando o número de sílabas dessa palavra, teve de fazer uma elisão entre a penúltima e a última palavra do verso.

“Avena”. Ao usar *pastoril*, o tradutor substituiu um termo específico por um genérico, empobrecendo o texto.

Estrofe 6

Outra característica de *Os Lusíadas* é a diversidade de termos usada para se referir aos muçulmanos e a Maomé: Mauros, mouros, Maforma, Maoma, etc. O adjetivo “mauro” está, por exemplo, no topônimo “Mauritânia”. Percebe-se, por esse e por outros exemplos, como a simplificação vocabular restringe o sentido dos termos e empobrece o texto.

Estrofe 8

O termo *redadeiro* é comum em mirandês. “Vitupério”, no entanto, não consta dos glossários. Mas o termo caberia bem no mirandês, visto que é bem aceito por outras línguas românicas: *vituperio* (castelhano), *vitupero* (italiano), *vitupère* (francês), etc.

Estrofe 13

A palavra latina *invictus* é composta do participio passado do verbo *vinco*, *is*, *ere* (vencer), acrescido do prefixo *in-* (não). *Invicto* era aquele que não podia ser vencido. Sua incorporação ao português é tardia e tomada por via erudita. É perfeitamente adequada ao mirandês. O tradutor não arriscou-se a escrever algo como *inbicta*, porque, nesse caso, usaria uma palavra sem registro em sua língua ou corromperia a grafia latina dessa palavra.

Estrofe 14

Grande parte dos termos esdrúxulos existentes no português foram forjados por via erudita. O superlativo sintético quase não é usado na língua falada e ocorre pouco em textos literários anteriores ao século XVIII. Era mais comum, entretanto, no italiano. Quanto ao mirandês, não temos como sabê-lo, devido à falta de literatura escrita nessa língua antes do final do século XIX. Mas, com a normatização da língua e elaboração de uma gramática, o mirandês reconhece essa forma do superlativo.

Estrofe 16

O registro mais antigo do termo “exício” está em *Os Lusíadas*. Não parece, porém, que tenha sido um termo cunhado por Camões. Se foi, é bem possível que por empréstimo do italiano *esizio*. Palavras próximas a essa ocorrem em abundância nas línguas românicas: êxito em português e seus equivalentes em outras línguas; *exit* (inglês); etc. Todas elas derivam do latim *exitus* (ação de sair). O termo não deve existir em mirandês, e sua prosódia dificulta-lhe a introdução nessa língua.

Em relação ao termo *jugo*, é necessário discorrer um pouco sobre o uso dele no contexto. Camões diz que o bárbaro gentil inclina o pescoço à simples visão do rei de Portugal. O bárbaro tem, diante dessa visão, “o pescoço ao jugo já inclinado”. Camões trabalha aqui com diversos sentidos. A palavra “jugo” tem, no verso, sentido metafórico: peso, submissão. Mas tem, também, um sentido mais concreto, o do próprio jugo que se coloca na cerviz do boi, do animal de carga, do animal submisso. É a luta da civilização cristã contra a civilização do bárbaro. Não vem ao caso o fato de esse

bárbaro, o mouro, ser, à época de Camões, mais civilizado do que o cristão. Niebro utilizará *cachaço*, que é a forma mais comum de se dizer “pescoço” em mirandês. Mas é também a forma mais comum de se referir ao pescoço dos animais.

Estrofe 18

O “salso argênteo” do poema transformou-se em seu sentido: “mar”. A metáfora da folha de prata e de sal desapareceu na tradução. É esse um procedimento de paráfrase.

Estrofe 19

A palavra “brando” existe em mirandês e é homógrafa do português. A escolha do tradutor embeleza o texto, embora lhe modifique um pouco o sentido.

Estrofe 20

O adjetivo “formoso”, em português, tem muitas formas: formoso, fermoso, fromoso, fremoso, sendo, essas duas últimas de cunho popular. Em castelhano, o termo correspondente é *hermoso*. Transpondo-o para o leonês, teríamos *fermoso*, como no mirandês. Entretanto, o registro dessa forma no interior do Brasil (fenômeno conhecido como insulamento), indica que ela era usada no português antigo.

As escolhas feitas por Niebro revelam que, em geral, ele se absteve de enfrentar o problema da tradução de termos eruditos ou de baixa ocorrência, preferindo, sempre, sinônimos mais corriqueiros. Com isso, como já dissemos, ele evitou incorrer em estrangeirismos ou grafar termos inexistentes em mirandês. Mas o seu texto, embora seja uma tradução interlinear do texto de Camões e busque corresponder a ele verso por verso, destoa do texto do poeta português pela falta de erudição vocabular ou, se quisermos, pela simplicidade das palavras utilizadas.

Conclusão

Fracisco Niebro realizou uma belíssima tradução de *Os Lusíadas* para o português. Malgrado as escolhas que fez, simplificando o vocabulário do original e não se arriscando a usar neologismos e estrangeirismos, acabou por realizar um belo trabalho. Essa tradução é um texto musical, agradável de se ler, declamar e ouvir. É poesia. Mas poesia de cunho popular. O resultado dessa tradução foi transformar uma obra de literatura erudita num poema popular. Mas isso aproxima-o de Homero.

A literatura épica antiga era feita para ser cantada, memorizada. Não era trabalho escrito. O poema de Camões, por sua vez, é obra de uma sociedade moderna, comercial, que prezava o valor da escrita. O problema com a tradução de Niebro é que um poema moderno foi transformado em literatura oral, quando a intensão de traduzi-lo foi justamente outra: a de preservar, por meio da escrita, uma língua que se aproxima do exílio.

Bibliografia

Almeida, Napoleão Mendes (1986). Gramática metódica da língua portuguesa, São Paulo: Editora Saraiva.

Berman, Antoine (1999). La traduction et la lettre ou l'auberge du lointain. Paris: Éditions du Seuil.

Camões, Luís Vaz de (2010). *Os Lusíadas*, tradução para mirandês de Fracisco Niebro, Lisboa: Editora Âncora.

Herculano de Carvalho, J. G. Por que se fala dialeto leonês em terra de Miranda? in "Estudos Linguísticos" I, B. N.: L. 34618-19 V.

Pires, Moisés (2004). Pequeno vocabulário mirandês-português, Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

_____ (2009). *Elementos de Gramática Mirandesa*. Miranda do Douro: Câmara Municipal de Miranda do Douro.

Rodríguez, Eugênio Miguélez (2000). *El dialeto leonés y el nombre de las cosas*. León: Ediciones leonesas.

Vasconcellos, José Leite de (1901). Estudos de Philologia mirandesa, Lisboa: Imprensa Nacional.

JÁ PARTICIPOU NO 18º COLÓQUIO DA LUSOFONIA EM OURENSE, GALIZA 2012

2. ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR CONVIDADO 2013, TERCEIRA, AÇORES



ÁLAMO OLIVEIRA (José Henrique do) nasceu na Freguesia do Raminho – Terceira, Açores – maio de 1945. Fez o Curso de Filosofia no Seminário de Angra e o serviço militar na Guiné-Bissau (1967/69).

Foi catalogador na Biblioteca Pública e Arquivo de Angra (1970/71); Funcionário Administrativo no Departamento Regional de Estudos e Planeamento.

Em 1982, foi transferido para a Direção Regional da Cultura e, após a aposentação, foi convidado a colaborar, até 2010, na Direção Regional das Comunidades.

É sócio fundador do Alpendre - grupo de teatro (1976), onde tem sido Diretor artístico e encenador.

Tem 36 livros com poesia, romance, conto, teatro e ensaio. Está representado em mais de uma dezena de antologias de poesia e de ficção narrativa.

O seu romance *Até Hoje Memórias de Cão*, em 3ª edição, recebeu, em 1985, o prémio «Maré Viva», da Câmara Municipal do Seixal.

Em 1999, recebeu o prémio «Almeida Garrett/Teatro» com a peça *A Solidão da do Regalo*.

Tem poesia e prosa traduzidas para inglês, francês, espanhol, italiano, esloveno e croata. O seu romance *Já Não Gosto de Chocolates* está traduzido e publicado em inglês e em japonês.

Em abril de 2002, a Portuguese Studies Program, da Universidade da Califórnia em Berkeley, convidou-o, na qualidade de «escritor do semestre», para lecionar a sua própria obra aos estudantes de Língua Portuguesa, sendo o primeiro português a receber tal distinção.

Com algumas incursões na área das artes plásticas (exposições individuais e coletivas em Angra, Ponta Delgada, Lisboa, Porto e Guiné-Bissau, nas décadas de 60 a 80), criou mais de uma centena de capas para livros.

Em 2010, foram-lhe conferidas as seguintes distinções: Insignia Autonómica de Reconhecimento do Governo Regional dos Açores e Grau de Comendador da Ordem de Mérito da Presidência da República.

POESIA

A Minha Mão Aberta (opúsculo), 1968

Pão Verde, 1971 (esgotado)

Poemas de(s)Amor, 1973 (esgotado)

Fábulas, 1974 (esgotado)

Os Quinze Misteriosos Mistérios, 1976 (esgotado)

Cantar o Corpo, 1979 (esgotado)

Eu Fui ao Pico Piquei-me, 1980 (esgotado)

Itinerário das Gaivotas, 1982 – ed. DRAC (esgotado)

Nem Mais Amor que Fogo (em parceria com Emanuel Jorge Botelho), 1983

Triste Vida Leva a Garça (Antologia 1967/81), 1984 – ed. Ulmeiro

Textos Inocentes, 1986 (esgotado)

Erva-Azeda, 1987 (esgotado)

Impressões de Boca, 1992 – ed. DRAC (esgotado)

António, Porta-te como uma Flor, 1998 – ed. Salamandra

Memórias de Ilha em Sonhos de História (poemas sobre aquarelas de Álvaro Mendes), 2000

Cantigas do Fogo e da Água (quadras sobre aquarelas de Álvaro Mendes), 2001

Andanças de Pedra e Cal 2010

TEATRO

Um Quixote – 2ª edição, 1974 (esgotado)

Morte ou Vida do Poeta, 1974 (esgotado)

Manuel, Seis Vezes Pensei em Ti, 2ª edição, 1994 – ed. Jornal de Cultura (esgotado)

Uma Hortênsia para Brianda, 1981 – sep. Revista «Atlântida» (esgotado)

Sabeis quem É este João? 1984 – sep. Revista «Atlântida» (esgotado)

Missa Terra Lavrada, 1984 – ed. DRAC (esgotado)

Os Sonhos do Infante, 2ª edição, 1995 – ed. Jornal de Cultura (esgotado)

Morte que Mataste Lira (musical com Carlos Alberto Moniz) – ed. CD, 1999
A Solidão da Casa do Regalo e Almeida Garrett-Ninguém, 2000 – ed. Salamandra
Quatro Prisões Debaixo de Armas e o Quadrado, 2012. Ed. Autor.

ROMANCE

Burra Preta com uma Lágrima – 2ª edição, 1995 – ed. Salamandra
Até Hoje Memórias de Cão, 1986 – ed. Ulmeiro; 1988 – ed. Signo; 2003 – ed. Salamandra

Pátio d'Alfândega Meia-Noite, 1992 – ed. Vega
Já não Gosto de Chocolates, 1999 – ed. Salamandra;
versão inglesa, 2006 – ed. Portuguese Heritage Publications of California, Inc.;
versão japonesa, 2008 – ed. Random House Kodansha

CONTO

Contos com Desconto, 1991 – ed. Instituto Açoriano de Cultura (esgotado)
Com Perfume e com Veneno, 1997 – ed. Salamandra
Caneta de Tinta Permanente na Poesia Popular" 2012, homenagem ao cantor popular terceirense Manuel Caetano Dias, mais conhecido por "caneta".

ENSAIO

Almeida Firmino / Poeta dos Açores, 1978 – ed. DRAC (esgotado)
Olá, Pobreza! 1996 – ed. Jornal de Cultura (esgotado)

ANTOLOGIAS ENTRE OUTRAS MAIS ANTIGAS

In Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras/AICL, VN de Gaia, 2011

In Antologia (Monolíngue) Autores Açorianos Contemporâneos, ed. Calendário de Letras/AICL, VN de Gaia, 2012.

VÍDEOS DO AUTOR em

<http://www.youtube.com/watch?v=yg5KN9d0IX4>

<http://www.youtube.com/watch?v=ZUTHTrkxOlq>



É SÓCIO DA AICL.

ESTEVE PRESENTE NA GALIZA 2012 E NA MAIA 2013



TEMA 2.2. APRESENTA TEMA PEDIDO DE LEITURA: A POESIA DE MADALENA FÉRIN, ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR AÇORIANO

Ninguém pode calcular o peso do silêncio sobre o tempo. Até o olhar desfoca perdendo as linhas principais do corpo. Depressa se perdem os que pareciam ser sinais imortais e inesquecíveis. Morre-se há cinquenta anos, há duas semanas, há doze horas e a capacidade de vestir quem morre com o nevoeiro do silêncio é a mesma de sempre.

Madalena Férin morreu há três anos. Apenas. O peso do silêncio que cai sobre ela é simplesmente escandaloso. Mas é assim que se cumpre o destino de tantos outros, até daqueles que, aparentemente, deixaram maior visibilidade literária.

Madalena Férin pertence a uma família que marcou os Açores e Portugal em quase todo o século XX: Fernando Monteiro (engenheiro), Armando Monteiro (filósofo e poeta), Jacinto Monteiro (sacerdote e historiador), Madalena Férin (licenciada em Filosofia e técnica superior do Instituto de Meteorologia e Geofísica em Lisboa), José Nuno da Câmara Pereira (artista plástico de projeção internacional). Nascidos na ilha de S, Miguel, foram viver, ainda crianças, para Santa Maria – ilha onde o pai exerceu, simbolicamente, as funções de animador e de adido cultural.

A formação cultural de Armando Monteiro da Câmara Pereira permitiu-lhe pertencer a um grupo de personalidades singulares, com quem partilhou ideias e saberes e que marcaram as opções culturais dos filhos. Criar um «pensamento açoriano» era, então, uma das preocupações desse grupo, no qual pontificava outro Armando – o Côrtes-Rodrigues.

Madalena Férin cresceu neste ambiente de saudável aprendizagem cultural – ambiente dito saudável porque lá não se fizeram sentir as ideologias fascistas adaptadas a Portugal através de Salazar. Depois de adulta e já residente em Lisboa, ela teve a coragem de pugnar a favor dos princípios e valores democráticos. A sua ficção narrativa reflete, de forma clara, as suas preocupações na defesa da Liberdade.

Aos vinte e oito anos, Madalena Férin publicou uma coletânea a que chamou de *Poemas*. Vinte e sete anos depois, saiu *Meia-Noite no Mar*. É um salto grande em termos de calendário, mas é-o maior em termos de maturação literária.

Seguiu-se um período com alguma regularidade editorial. Em 1987, através da então Direção Regional dos Assuntos Culturais, publicou *A Cidade Vegetal e outros poemas*.

Três anos depois, ganhou o prémio «Antero de Quental – poesia – com *O Anjo Fálco*. Este livro foi publicado pela mesma Direção Regional, na qualidade de promotora do referido concurso literário.

O Número dos Vivos foi o seu primeiro romance. Saiu sob a chancela editorial do Instituto Açoriano de Cultura e deste livro disse, por ocasião da sua apresentação em Angra: «*Sendo este o seu primeiro romance, Madalena Férin consegue ultrapassar as dificuldades de uma escrita que, temperamentalmente, lhe estaria bloqueada. A fragmentarização aparente de O Número dos Vivos é uma opção intencional e assumida como estrutura, também ela constituindo uma permanente motivação de leitura, A caracterização dúbia das personagens e dos factos destrói as certezas e as verdades. Há apenas probabilidades, ficando suspenso no momento exato em que a chave parece poder abrir a porta. É na euforia da solução pressentida que o leitor adquire a certeza de que, afinal, a chave é meramente hipotética.*»

Com a criação da Coleção «Garajau», as Edições Salamandra publicaram três livros de poesia de Madalena Férin (*Bem-vindos ao Caos*, 1996; *Dormir com um Fauno*, 1998; *Prelúdio para o Dia Perfeito*, 1999).

Através da mesma editora, fez publicar o segundo romance *África Annes: o nome em vão* (2001). Sobre este livro, Maria Estela Guedes escreveu: «*Este romance é uma das obras mais açorianas que conheço e só ele mereceria a homenagem da gente dos Açores a Madalena Férin.*»

Escreveu também: «*Não se trata então de um romance histórico, nem de reconstrução verosímil do passado, antes de uma aventura poética pelo que na História, se não é ficção, com ela rivaliza – o maravilhoso popular que povoa os relatos dos cronistas.*» (...) «*o livro é um documento poético do drama insular, em dois campos diversos: o da antropologia do imaginário e o da instabilidade geológica dessas ilhas açorianas, nascidas no que ao tempo de África Annes se chamava o Mar Ocidental.*»

Nesta espécie de arrolamento bibliográfico, importa relevar que, apesar das incursões pela área da ficção narrativa, Madalena Férin é bem mais poeta. Dito assim, até parece que é possível pesar a criação literária através da predominância dos seus géneros. Mas Madalena Férin foi/é sobretudo poeta, com uma genialidade muito singular no que respeita à forma como se serve da poesia, tornando-a voz de uma alma telúrica, fêmea firme sem atavios nem disfarces.

Toda a poesia de Madalena Férin tem a ilha como tema, descrevendo-a sem recorrer a cenários paisagísticos, preferindo o lado tumultuoso e recôndito, apesar do que a sua poesia transporta de lírico, até pousar na ilha como porto da utopia. Aliás, Armando Côrtes-Rodrigues, numa carta-prefácio para um livro de Madalena Férin, escreveu: «*Andam também em todos os teus poemas este sabor de retumbância oceânica, que é sina dos que abriram os olhos à vida na vastidão do Atlântico que nos cerca.*»

Nesta «retumbância oceânica» Madalena Férin entra no mundo apocalítico da palavra, onde deuses e demónios se digladiam por conta da apreensão de sentimentos, não evitando naufragar na fantasia que há de permitir cantar o amor. E mesmo quando

os sonhos se desfazem, algo se aprende, molda, amadurece. Estamos perante uma poesia que está repleta da teluricidade lávica das ilhas. Isso não a pouca emocional, literária e geograficamente. Pelo contrário: universaliza-a – até pela autenticidade com que declarou:

«*Do oceano trouxe o mito e as tempestades/
Marés e vento ondinas e sereias/
Do oceano trouxe a intensa escuridão/
Da Atlântida diluída em minhas veias.*»

Só quis lembrar, entre tantos outros nossos poetas esquecidos, Madalena Férin.

Raminho, 10 de setembro de 2013

Álamo Oliveira

3. ALEXANDRE LUÍS E

4. CARLA LUÍS, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Carla Sofia Gomes Xavier Luís nasceu em Lamego, em 1977. É licenciada em Português e Inglês pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

É mestre em Língua, Cultura Portuguesa e Didática pela Universidade da Beira Interior e doutorada em Letras (Linguística Literária Portuguesa) pela mesma instituição.

É Professora Auxiliar no Departamento de Letras da UBI, Investigadora no Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Colaboradora no Centro de Literaturas e Culturas Europeias e Lusófonas de Lisboa.

Tem lecionado nas áreas da Linguística, da Literatura e da Cultura Portuguesas, da Língua e Literatura Inglesas e desempenhando ainda a função de Supervisora de Estágios Pedagógicos nas vertentes do Português e do Inglês.

Tem orientado teses de Mestrado e Relatórios de Estágio, participado em júris de Doutoramento, de Mestrado e de Relatórios de Estágio. Tem, igualmente, desempenhado as funções de responsável, na UBI, pela elaboração, vigilância e correção da prova de natureza vocacional da área de Inglês – *Erasmus e AISEC*.

É Membro do Conselho Editorial da *Revista...à Beira* (UBI), do Conselho Editorial da *UBILETRAS* (UBI), da Comissão Científica/Revisão Científica da *Revista Egítania Scientia* (I P Guarda) e da Comissão do Curso de Mestrado em Estudos Didáticos, Literários e Culturais.

Das suas últimas publicações, destaca os livros *Língua e Estilo: um Estudo da Obra Narrativa de Mário Cláudio*, Vila Real, Centro de Estudos em Letras e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, (apoio FCT), 2011, *Portugal-África: Mitos e Realidades Artísticas e Vivenciais*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, (apoio FCT), 2012, os capítulos de livro “Mário Cláudio: Nauta e Guardiã da Portugalidade”, in André Barata, António Santos Pereira e José Ricardo Carvalheiro (org.), Alfragide, Caminho, 2011, pp. 57-80; “Espelhos de África na Obra Narrativa de Mário Cláudio: os casos de *Tocata para Dois Clarins* e *Peregrinação de Barnabé das Índias*”, in *Portugal-África: Covilhã*, Universidade da Beira Interior, (apoio FCT), 2012.

É SÓCIO DA AICL.

PARTICIPOU NO 18º COLÓQUIO NA GALIZA 2012



É SÓCIO DA AICL.

PARTICIPOU NO 18º COLÓQUIO NA GALIZA 2012

TEMA 1.11 O REFORÇO DA IMAGEM DA PORTUGALIDADE PELO ESTADO NOVO: A CARTADA LUSOTROPICALISTA, ALEXANDRE ANTÓNIO DA COSTA LUÍS, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR E CENTRO DE HISTÓRIA DA SOCIEDADE E DA CULTURA DA UNIV. DE COIMBRA (ALUIS@UBI.PT), CARLA SOFIA GOMES XAVIER LUÍS, UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR E CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS DA UTAD, (CXAVIER@UBI.PT)

Palavras-chave: Estado Novo; Gilberto Freyre; Império Português; Lusotropicalismo; Oliveira Salazar.

Resumo:

Para o Estado Novo, o Ultramar constituía, sem dúvida, um dos principais pilares do nacionalismo português, uma vez que era encarado, pelo mencionado regime, como a máxima exemplificação do engenho e da criatividade lusitanas, isto é, como a mais acabada ilustração da vocação missionária, civilizadora e espiritual do País.

Opinava-se, inclusivamente, que este último não podia conceber-se sem as Colónias, arditamente metamorfoseadas em Províncias Ultramarinas, as quais permitiam alimentar a ideia de um Portugal dotado de avultada dimensão territorial. Caso fosse esvaziado dos seus espaços da Ásia e da África, muitos acreditavam que Portugal ficaria irremediavelmente condenado a formar uma pequena nação da Europa, um simples país periférico sem influência lá fora e com risco de perder a própria independência.

Pois bem, o presente estudo destina-se, em especial, à exposição de algumas reflexões acerca do reforço da imagem da portugalidade deliberadamente promovido pelo Salazarismo depois do fim da Segunda Guerra Mundial, em resposta aos ventos da descolonização que sopravam com crescente intensidade na cena internacional.

A fim de travar a ameaça que era atribuída a este fenómeno geopolítico, o Estado Novo, que também estava preocupado com a sua própria sobrevivência, procedeu, a par das reformas incrementadas por via jurídica, à instrumentalização de determinados aspetos do lusotropicalismo, o qual, fruto da sua paternidade estrangeira (brasileira) e, portanto, da circunstância de constituir uma sedutora tese oriunda do exterior do regime, se prestava excelentemente a ser manuseado pelo regime salazarista como ferramenta e peça nuclear de uma espécie de “operação de cosmética” direcionada para a promoção de uma dada ideia/imagem positiva de Portugal. Num quadro em que as autoridades expunham um País liberto (“nominalmente”) da condição de Império e como feitor de uma colonização benigna, o hino à portugalidade passava, por exemplo, pela nossa afirmação como entidade pluricontinental una, fraterna e indivisível, pela exaltação da especificidade da presença lusíada nos Trópicos, pela orientação cristã,

Alexandre António da Costa Luís nasceu no Canadá. É licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Bom com Distinção, 17 valores), onde arrecadou os Prémios *Curricular Feijó* e *Geraldes Freire*, e antigo bolseiro da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Obteve os graus de mestre em História Moderna (Muito Bom, por unanimidade) e de doutor em História (Aprovado com Distinção e Louvor, por unanimidade) igualmente na Universidade de Coimbra.

É Professor Auxiliar na Universidade da Beira Interior, lecionando nos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais (1.º Ciclo), Ciências da Comunicação (1.º Ciclo), Sociologia (1.º Ciclo), Estudos Ibéricos (2.º Ciclo) e Ciência Política (2.º Ciclo).

Exerce também os cargos de Diretor do Mestrado em Estudos Ibéricos, de Membro do Conselho Científico da Faculdade de Artes e Letras, de Representante do C.C. na Comissão de Qualidade da FAL, de Coordenador de Mobilidade (Estudos Ibéricos) e de Membro das seguintes Comissões de Curso: Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, Mestrado em Estudos Ibéricos e Mestrado em Ciência Política.

Tem ainda desempenhado as funções de responsável, na UBI, pela elaboração, vigilância e correção da prova de natureza vocacional da área de História – prova de ingresso no Ensino Superior para maiores de 23 anos.

Faz parte do Conselho Editorial da *Revista...à Beira* (UBI), do Conselho Editorial da *UBILETRAS* (UBI) e da Comissão Científica/Revisão Científica da *Revista Egíptia Scientia* (I PGuarda).

É Investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, Membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (Secção de História) e Sócio da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia.

Tem orientado e arguido teses de Doutoramento e de Mestrado.

Dentre outras obras, o seu principal trabalho de investigação corresponde à dissertação de Doutoramento intitulada *Na Rota do Império Português (da Formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino)*, Coimbra, FLUC, 2008, 828 páginas.

pela ausência de preconceitos rracicos, pela igualdade perante a lei e pela partilha da língua.

Toda e qualquer abordagem histórica suficientemente rigorosa demonstra que seria um erro grosseiro desvalorizar o peso peculiar que a saga colonial exerceu nos altos e baixos das dinastias reinantes e dos sucessivos regimes políticos instaurados em Portugal (desde a Monarquia de Avis até ao aparecimento da III República). A título de exemplo, retenha-se que o tempo do Estado Novo atesta na perfeição esta última consideração, particularmente quando pensamos no período ulterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, durante o qual o fenómeno geopolítico da descolonização entrou, em termos planetários, na sua etapa decisiva, uma vez que os valores da autodeterminação e dos direitos humanos, pela ação de distintos fatores, viram o seu nível de universalidade crescer substancialmente. Como tal, assistiu-se ao triunfo incontornável de novos paradigmas internacionais.

Na realidade, convém perceber que as enormes dificuldades sentidas por muitos dos Estados colonialistas europeus aquando da luta contra as potências do Eixo enfraqueceram, significativamente, não só a sua imagem no exterior, como também a sua administração e capacidade de controlo sobre os territórios coloniais dos continentes asiático e africano. Ademais, as elites autóctones, por hábito educadas na Europa, conheciam as ideologias metropolitanas, tais como a democracia e o nacionalismo, cobiçando, sem surpresa, a aquisição da independência. Por seu turno, os dois principais vencedores da guerra total de 1939-1945, a União Soviética e os Estados Unidos da América, ansiavam pela autonomia dos povos. No caso dos americanos, tratava-se, de certa forma, de dar continuidade a uma tradição que lhes era muito cara desde a guerra da independência (1776-1783); no que diz respeito aos soviéticos, entendiam o cenário da descolonização da Ásia e da África como a oportunidade de reunir novos aliados para o combate ao capitalismo e em favor da propagação mundial do comunismo, bem como uma questão sensível que causaria danos assinaláveis no relacionamento entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Em boa verdade, é fácil de compreender que o posicionamento das duas superpotências, direcionado para o desaparecimento dos impérios coloniais, derivava consideravelmente do nascente contexto de Guerra Fria, levando-as a sustentar um forte interesse em ampliar, pelos vários continentes e mares, as suas esferas de influência, como é óbvio à custa das agora debilitadas potências europeias, procurando, ao mesmo tempo, conquistar a simpatia do Terceiro Mundo. Por sua vez, sobretudo à medida que a dinâmica de sucessivas independências se ia produzindo, sob o impulso de acontecimentos como a Conferência de Bandung, datada de 1955, contribuindo para o engrossamento do bloco reivindicativo afro-asiático, a «ONU [criada em 1945] tornou-se [...] a “tribuna do anticolonialismo militante, o júri de arbitragem”, na qual as potências coloniais tomaram muitas vezes o lugar de réus» (Martins, 1996: 702). Isto é, a mencionada organização operou como a montra mundial, por excelência, das transformações ideológicas em curso, contrárias ao incremento de experiências de

mística imperial e favoráveis ao direito dos povos a disporem de si mesmos, o que não deixaria de criar uma onda de apreensão junto dos dirigentes do Estado Novo, de modo algum imunes ao que sucedia na cena internacional. Na prática, a contestação à soberania lusa no além-mar iniciou-se logo em 1946, quando Jawaharlal Nehru, então Vice-presidente do Governo provisório da Índia, proclamara «que a Índia portuguesa não podia manter-se na situação em que se encontrava» (Léonard, 2000: 33).

Com efeito, a política externa estado-novista registará, após 1945, «um afastamento em relação aos princípios aceites pelo sistema internacional e pela Europa Ocidental, acompanhado pela adoção de uma política defensiva, que visa atrasar o inevitável» (Telo, 1996: 776). Especificando um pouco melhor, desde meados do século XX, a projeção ultramarina portuguesa confrontava-se, no domínio político, com uma ameaça que enegrecia bastante o seu futuro: o crescente sentido pejorativo atribuído à categoria «império», ou seja, a «crise de legitimidade» que atingia em força o edifício e a solidez dos «sistemas coloniais», resultante tanto do elevado crescimento dos princípios da autodeterminação dos povos e da condenação do racismo, que, neste último caso, o conhecimento dos hediondos crimes cometidos pelo regime nazi ajudou inevitavelmente a firmar, como da «descrença na superioridade da civilização ocidental e na missão tutelar das nações europeias sobre as raças até aí geralmente tomadas como “atrasadas” ou “inferiores”» (Alexandre, 2005: 82; *idem*, 2000: 540).

Ora, para o Salazarismo, o Ultramar constituía um dos grandes pilares do nacionalismo português, na medida em que singrava como a máxima exemplificação do engenho e da criatividade lusitanas, isto é, como a mais acabada ilustração da vocação missionária, civilizadora e espiritual do País. Opinava-se inclusivamente que este último não podia conceber-se sem os espaços ultramarinos, os quais permitiam concretizar a noção de um Portugal composto de extensa dimensão geográfica, amplidão deliberadamente propagandeada por via do manejo do material cartográfico. Esvaziado destes territórios, o País ficaria circunscrito a uma pequena nação do Continente europeu, um país periférico, sem influência na cena internacional, correndo o risco de perder a própria independência. Daí, em parte, a política rígida de Salazar e, mais tarde, do seu sucessor, Marcelo Caetano, devotamente orientada para a montagem de uma obstinada resistência à maré descolonizadora e que denuncia, na perfeição, o imobilismo do regime, isto é, a sua gritante incapacidade em dialogar com os movimentos de libertação e, logicamente, em perceber as forças imparáveis da História, declinando, uma vez mergulhado na Guerra Colonial, qualquer solução política para a mesma.

Nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, perante as críticas que tendiam a emergir, e adivinhando-se, sem dúvida, um agravamento das circunstâncias tanto na Ásia quanto no Continente africano, Portugal intentou, por um lado, evitar a ameaça de isolamento internacional, trabalhando no sentido da sua inclusão nos novos fóruns e instâncias internacionais, a começar pelas Nações Unidas, organização à qual se candidata em 1946⁶, na adesão, em 1948, à OEEC, ou figurando

⁶ Portugal foi admitido na ONU em 1955.

como Membro fundador da NATO em 1949 (neste domínio, graças sobretudo ao valor estratégico da Base das Lajes) e, mais tarde, em 1960, da EFTA, bem como, por outro, encontrar uma resposta ao processo de fundação da CEE, do qual não fazia parte, mediante um projeto de formação de um mercado livre entre o Continente e o Ultramar, e ainda retirar a marca imperialista à dominação exercida sobre as paragens tropicais.

Neste particular, no ano de 1951, através de uma estratégica revisão constitucional, as *Colónias* eram engenhosamente metamorfoseadas em *Províncias Ultramarinas*, compondo com a Metrópole uma Nação una e indivisível. Por outras palavras, ao mesmo tempo que o Governo de Lisboa afiançava que a descontinuidade geográfica entre as províncias metropolitanas e as províncias do além-mar constituía um dado irrelevante, ou seja, insuficiente para reconhecer a existência de Colónias, o Salazarismo extinguiu, formalmente, o Império Português e procurava destacar, de uma forma bem mais saliente, que os territórios do Ultramar faziam parte de um todo nacional solidário e inalienável, espalhado por vários continentes. Procurava-se, como é perceptível, contrariar os argumentos daqueles que sustentavam que Portugal possuía territórios não autónomos. Ou, conforme explica António Silva, a referida revisão constitucional e

«a revogação do Ato Colonial corresponderam ao triunfo do modelo integracionista – também chamado de “assimilação uniformizadora” ou “unitarismo assimilador” – e da conceção de um Estado português pluricontinental, do Minho a Timor, qualificado pela doutrina oficial como “uma unidade política indivisível, unitária e permanente”» (Silva, 1996: 22).

Na sequência da mencionada alteração de natureza jurídico-institucional, era, no ano de 1953, promulgada a Lei Orgânica do Ultramar Português, que, diga-se em abono da verdade, pouco inovava no âmbito da administração ultramarina. No ano subsequente, viria a ser promulgado um novo Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, com o desígnio de propiciar, por fases, a assimilação integral e a conquista da cidadania lusa.

Correndo a década de 50, o regime decidiu dotar-se de uma outra importante arma de defesa do “sistema colonial”, potenciadora, interna e externamente, de um discurso de afirmação do triunfo de um clima harmónico entre Portugal e os espaços ultramarinos, alimentado, por exemplo, pela alegada ausência de racismo dos Portugueses e sua vocação específica para se cruzarem com os outros núcleos humanos. Estamos, em bom rigor, a fazer referência à orientação do regime centrada nos atos de aceitar, aclamar e instrumentalizar o lusotropicalismo, tese resultante das reflexões de um insigne intelectual estrangeiro sobre a capacidade e peculiaridade da colonização lusiada do Brasil. Podemos, pelo menos, considerar que o «lusotropicalismo aparecia para o Estado Novo na melhor altura possível, porque lhe permitia defender-se melhor face aos ataques externos» (Sousa, 2008: 44). O poder socorria-se, por conseguinte, da teoria formulada já nos anos 30 pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (os seus alicerces são lançados na obra *Casa-Grande & Senzala*, datada de 1933⁷) e que, no

entendimento nacionalista das autoridades portuguesas, individualizava o caso ultramarino lusitano, ao negar-lhe o carácter opressivo e racista, e justificava, quer em termos ideológicos quer culturais e científicos, a política asiática e africana exercida pelo Estado Novo. O seu conteúdo proclamava, basicamente, que as relações firmadas pelos Portugueses com os povos das zonas tropicais observavam um padrão singular, radicado, no essencial, na contemporização, na compreensão e na adesão aos seus valores, numa atmosfera sociologicamente cristocêntrica, permitindo, desta forma, o florescimento, por interpenetração cultural e também biológica, de um todo integrado, ou seja, de uma «civilização lusotropical» (cf. Alexandre, 1996: 756). Como sintetiza Valentim Alexandre, na ótica de Gilberto Freyre,

«as relações estabelecidas pelos Portugueses com os povos do Ultramar seguiriam um modelo específico, diferente do que é próprio dos povos do norte da Europa. Nomeadamente, o Português teria uma capacidade especial para se “unir aos trópicos” por uma união de amor e não de interesse, baseada na compreensão e na adesão aos valores culturais das populações que aí foi encontrar. Esta “natureza tropicalista” explicar-se-ia quer por um provável fundo africano da população indígena peninsular (pré-romana) quer sobretudo pelo longo contacto dos Portugueses com Árabes e Berberes, que lhes teriam ensinado a conhecer e adotar noções e atitudes ignoradas pelos outros europeus» (Alexandre, 1999: 392).

O facto de ser um intelectual brasileiro, dotado de prestígio e de credibilidade internacionais, a reconhecer e a tecer considerações avultadamente positivas acerca da brandura, tolerância e fraternidade do movimento colonizador português constituía, sem dúvida, um dado novo. Nesse sentido, a par das reformas desenvolvidas através da via jurídica, sem que, todavia, se registassem alterações de enorme vulto no sistema político colonial, o lusotropicalismo, até por constituir uma sedutora tese oriunda do exterior do regime, prestava-se excelentemente a ser manuseado pelo Salazarismo como cartada e peça nuclear de uma espécie de “operação de cosmética” vocacionada para a exaltação e divulgação de uma dada ideia/retrato de Portugal, liberta do estigma do Império ou, se quisermos, do pejorativo rótulo de país detentor de Colónias.

Ouçamos algumas palavras produzidas por Jorge Seabra:

«Contudo, estas mudanças jurídicas e ideológicas que nortearam o Estado Novo desde 1951 não seriam baseadas em efetivas transformações ao nível do pensamento que orientava as lideranças, mas fundamentalmente na necessidade de apresentar externamente uma imagem diferente da conceção imperial anterior» (2011: 45).

Não é demais sublinhar que, no que concerne à diplomacia, a imagem nacional de um qualquer Estado exerce, por norma, um impacto qualitativo de relevo sobre as relações ditas interestatais. Quer isto dizer que a continuidade das relações diplomáticas encontra-se fortemente marcada por aquilo que é a representação do país projetada no

⁷ Gilberto Freyre [1957], *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, Lisboa: Edição Livros do Brasil. Consultar, necessariamente, os capítulos I (Características gerais da

colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida»: 15-93) e III («O colonizador português: antecedentes e predisposições»: 189-256).

exterior pelas entidades competentes. Deste modo, na época em análise, perante o leque e a complexidade dos desafios que evoluíam, tornava-se imperioso, para o Estado Novo, promover e difundir uma imagem nacional de natureza positiva que elevasse e identificasse o valor do País por via de uma série de referências históricas, culturais, mitológicas, entre outras. Ora a recuperação do lusotropicalismo pelo Salazarismo funcionava, precisamente, como uma ardilosa retórica de propaganda da portugalidade⁸, procurando firmar/fortalecer o retrato vinculador do casamento exemplar e sentimental entre a Metrópole e as Províncias Ultramarinas, de explicitação da unidade e integridade da Nação pluricontinental portuguesa e de estímulo à diretriz de instalação da população natural do Continente no além-mar, tudo isto com o fito de diluir as críticas estrangeiras e a eternizar a nossa presença na Ásia e em África. A realidade, porém, estava longe de poder confirmar tamanho desiderato, isto é, o desaparecimento das estruturas que encarnavam a existência de um Império Colonial Português.

É inquestionável que o Ultramar ou Províncias Ultramarinas emergiam como a peça angular e preponderante no que diz respeito à perspetiva geopolítica abraçada por Oliveira Salazar, para quem apenas por via das terras lusíadas de além-mar Portugal poderia continuar a pretender desempenhar um papel de assinalável relevo no contexto internacional e, desta forma, não resvalar, em termos da sua conservação, para o perigoso patamar de país de segunda ou terceira categoria (cf., por exemplo, Menezes, 2010: 477-478). Em tempos caracterizados pela ascensão hegemónica dos Estados Unidos e da União Soviética, o mesmo juízo pode ser, de certo modo, alargado à Europa, uma vez que o Presidente do Conselho pensava que a garantia para uma recuperação efetiva do lugar privilegiado do Continente europeu no Mundo estava dependente da manutenção dos espaços ultramarinos. É igualmente legítimo afirmar que o Governo de Lisboa sustentava que, devido a uma deficitária e quiçá mesmo distorcida informação dos outros governos, ou pelo facto destes últimos insistirem em soluções políticas que, por cá, se consideravam manifestamente erradas, as instâncias internacionais não apreciavam com a devida clarividência o singular e meritório processo histórico da colonização portuguesa, que fazia parte integrante da vida e missão evangelizadora e civilizadora da Nação lusíada, onde a mestiçagem biológica e de culturas brotava como fonte de progresso e de desenvolvimento, isto num quadro em que o poder estado-novista afiançava que as províncias ultramarinas não eram exploradas económica e financeiramente em prol das metropolitanas.

Devido ao destaque que a preservação do além-mar ostentava no seio do nacionalismo salazarista, até por ser encarada como uma matéria essencial à sobrevivência do próprio regime, tornou-se, assim, urgente achar uma receita que contribuísse para impedir qualquer cedência parcial que causasse um imparável efeito de dominó sobre o resto do Império Português e, por conseguinte, que ajudasse a travar a ameaça oriunda das pressões externas favoráveis à autodeterminação das Colónias,

ao fenómeno da descolonização. Ora, a terapia adotada, como já foi anteriormente frisado, revestiu-se de duas formas complementares: a via jurídica, que passava em larga medida pela revisão da constituição, sobretudo pela mudança de terminologia, precisamente no sentido de consagrar o postulado da unidade nacional, ou seja, o conceito de um Portugal como Nação pluricontinental, reunindo províncias europeias e ultramarinas, logo (“nominalmente”) sem Colónias; e a via ideológica, de apropriação e instrumentalização de parte das teses do lusotropicalismo, provenientes das reflexões do cientista social brasileiro Gilberto Freyre. Explícite-se que toda esta temática tem merecido a atenção especial de diversos estudiosos, tais como Yves Léonard, autor do artigo «*Salazarisme et Lusotropicalisme, Histoire d'une Appropriation*»⁹, inserido na Revista francesa *Lusotopie*, concretamente no volume intitulado *Lusotropicalisme. Idéologies Coloniales et Identités Nationales dans les Mondes Lusophones*, e Cláudia Castelo, que redigiu «*O Modo Português de Estar no Mundo*». *O Lusotropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, trabalho publicado pelas Edições Afrontamento.

Convém referir que a apropriação político-ideológica por parte do Salazarismo de parcelas do labor de Freyre, tendo por base o propósito de servir eminentemente de argumento cultural e científico à nossa permanência na Ásia e sobretudo em África, tardou algum tempo a iniciar-se. Com efeito, se é verdade que as posições de Gilberto Freyre tinham, já na década de 30, gerado certo interesse em círculos universitários e na própria imprensa, não é menos evidente que o regime salazarista só cederia à sua sedução a partir do começo dos anos 50. De facto, iniciada pouco depois da revisão constitucional, que, no fundo, prepara o enamoramento entre o regime e a perspetiva gilbertiana, a viagem oficial que Freyre empreende entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952 pelas províncias lusas, por convite de Sarmento Rodrigues, então ministro do Ultramar, habilita-se a ser encarada como o ato que simboliza o ponto de partida para a apropriação das teses do investigador brasileiro pelo regime de Salazar, até porque foi durante este longo périplo que o sociólogo fez uso, pela primeira vez, da expressão «lusotropicalismo», que já germinava nos seus estudos precedentes, lembra Yves Léonard (2000: 39).

Sem surpresa, Sarmento Rodrigues, respeitando diretrizes provenientes do Presidente do Conselho, não deixará de se intrometer no desenho do programa da visita (cf. Castelo, 1999: 89). Importa também mencionar que a referida viagem constitui «*um dos momentos em que mais claramente se revela a (quase) convergência nacional em torno da defesa da soberania portuguesa sobre os territórios ultramarinos*» (Castelo, 1999: 95-96).

Por detrás quer da atitude de ignorância quer da de rejeição das teorias de Freyre, cultivadas pelo Estado Novo nos anos 30 e 40, estava, por certo, a noção de que a defesa da miscigenação feita por este estudioso colidia com a visão imperial fomentada

⁸ Na ótica de Cruz Malpique, a portugalidade identifica-se com «uma atitude humana que nos valorize, dentro e fora de Portugal», caracterizada por «um conjunto de qualidades positivas», tais como a «vontade firme» e a «imaginação construtiva» (1972: 5-6).

⁹ Note-se que este estudo foi reproduzido na *História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri.

por Armindo Monteiro, banhada de darwinismo social e de uma conceção hierárquica entre as raças. Realmente, no seio do regime, prosperavam vozes que criticavam vivamente a mistura racial, alegando que causava efeitos nocivos, desde logo degenerescência dos caracteres. De igual modo, na mesma altura, o facto das ideias do investigador brasileiro usufruírem da atenção de opositores ao regime, só podia dificultar a anuência estado-novista. De resto, medravam certas desconfianças em torno dos desígnios de Freyre, estimuladas pela sua adesão, em 1945, «à *Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa, que do Brasil, onde acabava de ser criada, dava o seu apoio, em Portugal, ao Movimento de Unidade Democrática*», conforme recorda Yves Léonard (2000: 38).

A recuperação e a instrumentalização de certos postulados lusotropicalistas pelo campo do poder dar-se-ão, como já foi descrito, a partir dos anos 50, quando o nacionalismo salazarista, mormente por uma questão de calculismo político, bem visível aquando da confrontação da cronologia do surgimento da tese gilbertiana com a da perfilhação pelo regime, intenta travar as crescentes pressões anticolonialistas geradas pela comunidade internacional, procurando uma fundamentação ideológica e uma consagração supostamente científica para a sua posição, no mínimo obstinada, em matéria de salvaguarda da unidade do espaço português, logo de frontal oposição ao processo descolonizador. Deste modo, em nome da preservação da nossa soberania no além-mar, assistíamos a uma apropriação parcial e instrumental da doutrina de Freyre, fechando-se, portanto, os olhos a hipóteses potenciais que a teoria não inviabilizava, tais como a da existência de mais de dois Estados no quadro da civilização dita lusotropical. Em rigor, o Salazarismo empreende uma leitura nacionalista, aligeirada e tendenciosa do trabalho elaborado por Freyre, politizando-o especialmente em favor de interesses relacionados com a política externa portuguesa, de projeção internacional do carácter não colonial da nossa presença fora da Europa. Esta situação era, até certo ponto, facilitada pela circunstância do cientista social brasileiro identificar os alicerces do lusotropicalismo (miscigenação, fusão cultural, ausência de preconceito racista) com o papel histórico de Portugal, exposto como «missão evangelizadora», de proteção da «*alma ou o sentido cristão de vida*» (Léonard, 2000: 42) que, note-se, Salazar intentava, a todo o custo, preservar. Daqui se infere um elã integrador que estruturava uma Nação multirracial cimentada pela fé cristã.

Não é despciendo realçar as seguintes palavras de Cristiana Bastos:

«Aqueles que entre nós conviveram com a iconografia das escolas primárias de Salazar dificilmente deixam de reconhecer estes argumentos e imagens tão familiares: os soldados de Albuquerque casando com indianas em quadrinhos românticos hollywoodescos, os mapas assinalando o espalhamento e integração do império português, nativos sortidos de mãos dadas e sorrisos nos lábios,

antecipando o multiculturalismo Benetton, o mito do não racismo e do grande humanismo dos Portugueses» (1998: 431).

Do ponto de vista interno, conforme anota Cláudia Castelo, torna-se indiscutível que «*uma versão simplificada do lusotropicalismo foi entrando no imaginário nacional contribuindo para a consolidação da autoimagem em que os portugueses melhor se reveem: a de um povo tolerante, fraterno, plástico e de vocação ecuménica*» (2011: 273).

Em abono da verdade, não é excessivo reiterar, como perspicazmente observam Nuno Monteiro e António Costa Pinto, que o lusotropicalismo assumiu uma dimensão de tal ordem que acabou, inevitavelmente, por extravasar «*o Estado Novo, permeando com alguma durabilidade a cultura política portuguesa até à atualidade*» (Monteiro e Pinto, 2005: 62).

No entanto, há que apontar o labor efetuado por uma série de estudiosos que contrariam alguns dos tópicos reportados por Gilberto Freyre na constituição da sua teoria. Neste particular, o nosso enfoque vai necessariamente para o aclamado historiador inglês Charles Boxer, cujo percurso está ligado à mais importante cátedra de Estudos Portugueses no Reino Unido. Ao estudar, em variadas épocas e espaços geográficos,

«o ordenamento social reproduzido pela colonização, [...] criticou o entendimento habitual da falta de discriminação racial no império português, destacando a importância fundamental da situação social na estruturação assimétrica da sociedade colonial: o acesso às principais instituições (Câmaras e Misericórdias) era limitado aos setores de origem portuguesa; apesar de “nativos” poderem aceder ao sacerdócio nunca conseguiram posições significativas na hierarquia da Igreja; muitos hospitais e obras de caridade não assistiam sequer as populações “indígenas” e os escravos» (Sousa, 2000: 75).

Como se sabe, nos finais dos anos 50 e inícios de 60, perante o agravamento das questões ultramarinas, fruto das continuadas críticas oriundas da ONU e de outros meios, incluindo da imprensa estrangeira¹⁰, reforçadas pela aceleração do processo de descolonização no Continente africano, com destaque para a independência do Congo Belga, em junho de 1960, território contíguo a Angola, e ainda com o intuito de minorar o impacto nos fóruns internacionais da eclosão da Guerra Colonial em terras angolanas, a joia da coroa, corria o ano de 1961¹¹, e da invasão e ocupação pela União Indiana de Goa, Damão e Diu, o regime salazarista intensifica a propaganda lusotropicalista, sempre no sentido da afirmação no exterior da ideia da originalidade da colonização portuguesa, da unidade pluricontinental e plurirracial da Nação lusa. A título exemplificativo, retenha-se a presença, no ido ano de 1958, do País na Exposição Universal e Internacional de Bruxelas. Precisamente, como destaca Cláudia Castelo, «na obra publicada por iniciativa do Comissariado Português da Exposição,

¹⁰ A título de exemplo, no ano de 1961, o jornal *Resistenza*, de Turim, destinava o número especial de 11 de novembro à temática do colonialismo luso. Como adverte Vera de Matos, «os títulos evidenciam o teor das críticas». Eis alguns exemplos: «Portugal adormecido de Salazar é uma ameaça para a Europa, a África e a democracia»; «o que é o Estado Novo: miséria, ignorância, exploração» (cf. Matos, 2010: 130).

¹¹ O início do conflito em Angola pôs em risco a própria manutenção de Oliveira Salazar no poder, isto em abril de 1961, aquando da tentativa frustrada de golpe de estado liderada pelo ministro da Defesa Júlio Botelho Moniz (cf. Menezes, 2010: 499 e ss.).

sugestivamente intitulada *Portugal. Oito séculos de história ao serviço da valorização do homem e da aproximação dos povos*, encontramos com facilidade referências à doutrina lusotropicalista» (1999: 97). Por outro lado, no começo de 1959, o ensaio de Freyre *Integração Portuguesa nos Trópicos*, publicado na Coleção CEPS do Ministério do Ultramar, beneficiaria de uma expressiva divulgação junto das embaixadas, consulados e representações diplomáticas lusas no estrangeiro. Não muito tempo depois, concretamente em 1962, o novo título de Gilberto *O Luso e o Trópico*, estrategicamente traduzido em língua francesa e em língua inglesa, teria também uma ampla difusão junto das embaixadas, quer estrangeiras quer portuguesas (Castelo, 1999: 99-100 e Léonard, 2000: 45-46). Deste modo, somos levados a acreditar que se verificava «um esforço sistemático por parte do MNE de doutrinação dos diplomatas portugueses no lusotropicalismo» (Castelo, 1999: 100).

No âmbito da aposta promovida pelo Estado Novo em torno da credibilidade do lusotropicalismo, designadamente no que diz respeito à eliminação das formas mais arcaicas de exploração e de discriminação, destaca-se, obrigatoriamente, a intervenção legislativa incrementada pelo ministro Adriano Moreira, onde figuram, por exemplo, o Código do Trabalho Rural e a extinção do Estatuto dos Indígenas Portugueses nas províncias onde vigorava. Procurava-se, basicamente, fundamentar que o Estado luso não só era multirracial nas províncias que o compunham, como não evoluía nele qualquer problema de preconceito racial. Adite-se ainda que com o fim do indigenato parecia que chegara a hora da universalização da cidadania portuguesa por todos os habitantes dos territórios do além-mar. Não obstante, o protagonismo de Moreira na nevrálgica pasta do Ultramar viria a ser de curta duração. Efetivamente, adepto de uma política de autonomia progressiva para as Colónias, entraria, no ocaso do ano de 1962, em colisão com António de Oliveira Salazar, tendo mais tarde abandonado as funções no Governo no dealbar de 1963.

Claro está que, no tocante ao combate às críticas provenientes do exterior, Salazar assumirá um papel preponderante. Retenha-se, em particular, o início da década de 60, altura em que, mais do que nunca, se terá sentido pressionado a reforçar pessoalmente a capacidade de resposta do regime. Com efeito, Salazar passará a multiplicar os seus discursos e entrevistas revestidos de pendor lusotropicalista, constituindo estas intervenções peças preciosas da instrumentalização da teoria com finalidades políticas. Entre os seus destinatários encontraremos, naturalmente, vários meios de comunicação estrangeiros. Paulatinamente familiarizado com o trabalho produzido por Gilberto Freyre, em 30 de novembro de 1960, discursando na «Assembleia Nacional» sobre o tema «Portugal e a Campanha Anticolonialista», Oliveira Salazar partilha, com algum pormenor, a sua interpretação da tese lusotropicalista, como muito bem adianta Piteira Santos, sustentando, por via desta, a presença lusa ultramarina, que considera avultadamente benigna e fator de progressão. Vale a pena ouvi-lo:

«Quando a Nação portuguesa se foi estruturando e estendendo pelos outros continentes, em geral por espaços livres ou desaproveitados, levou consigo e pretendeu imprimir aos povos com quem entrara em contacto conceitos muito diversos dos que mais tarde caracterizaram outras formas de colonização. As

populações que não tinham alcançado a noção de pátria, ofereceu-lhes uma; aos que se dispersavam e desentendiam em seus dialetos, punha-lhes ao alcance uma forma superior de expressão – a língua; aos que se digladiavam em mortíferas lutas, assegurava a paz; os estádios inferiores da pobreza iriam sendo progressivamente vencidos pela própria ordem e pela organização da economia, sem desarticlar a sua forma peculiar de vida. A ideia de superioridade racial não é nossa; a da fraternidade humana, sim, bem como a da igualdade perante a lei, partindo da igualdade de méritos, como é próprio de sociedades progressivas» (Portugal e a Campanha Anticolonialista. Discurso pronunciado por sua Excelência o Presidente do Conselho, Professor Doutor Oliveira Salazar, na Sessão da Assembleia Nacional de 30 de novembro de 1960, 1960: 11. cf., igualmente, Santos, 1985 (imp.): 265).

E, continuando neste registo afastado da verdadeira realidade, Salazar acrescenta:

«Em todos esses territórios a mistura das populações auxiliaria o processo de formação de uma sociedade plurirracial; mas o mais importante, o verdadeiramente essencial estava no espírito de convivência familiar com os elementos locais; nas possibilidades reconhecidas de acesso à vida económica e social; nos princípios de uma cultura mais avançada e de uma moral superior que, mesmo quando violada, era a regra do comportamento público e privado. Se através destes meios, de ação forçosamente lenta, conseguia formar-se uma comunidade com certo grau de coesão, pode dizer-se que a tarefa estava vingada: a independência e a igualdade dos povos integrados com seus territórios numa unidade nacional» (Portugal e a Campanha Anticolonialista. Discurso pronunciado por sua Excelência o Presidente do Conselho, Professor Doutor Oliveira Salazar, na Sessão da Assembleia Nacional de 30 de novembro de 1960, 1960: 11. cf., também, Santos, 1985 (imp.): 265).

A perspetiva oficial, em que, como se percebeu anteriormente, a via jurídica e a ideológica caminhavam a par, subsidiando-se, era portadora de uma mensagem propagandística focalizada na imagem da unidade da Nação no contexto da pluralidade e complexidade dos seus territórios, maquilhando-se ou vendendo-se Portugal como uma Nação fraternalmente euro-asiática e euro-africana. No dia 12 de agosto de 1963, com a Guerra Colonial a decorrer há já algum tempo, Salazar atrevia-se a empolgar, num discurso transmitido quer pela rádio quer pela televisão, o contributo lusitano para o multirracialismo, que surgia como uma invenção nacional. E declarava ele:

«O multirracialismo, que hoje começa a ser citado e admitido pelos que praticamente o não aceitaram nunca, pode dizer-se uma criação portuguesa. Ele deriva, por um lado, do nosso caráter e, por outro, dos princípios morais de que éramos portadores. Se não fora a clamorosa exemplificação que dessas sociedades mistas – lusotropicalistas – pode hoje ser apresentada, talvez mesmo nos negassem que para a sua existência histórica tivéssemos concorrido» (Salazar, 1967: 295).

De certo modo, veiculava-se um nacionalismo português aberto ao Outro, despido de preconceitos racionais, posto que era permeável à miscigenação, e, portanto, isento

de tentações etnocêntricas e xenófobas. Retenha-se que qualquer análise minimamente objetiva conclui que o pensamento de Oliveira Salazar não revela apenas uma atitude reacionária perante as pressões conjunturais, caracteriza-se igualmente pela sua roupagem irrealista, isto é, por promover um discurso ficcional e certos artifícios verbais em torno da alimentação daquilo que podemos designar por “mito da África portuguesa”. Afinal, aos que exigiam com afinco a independência de Angola, Salazar fazia questão de responder:

«*Ouve-se falar, reclama-se lá fora em altos gritos a independência de Angola: mas Angola é uma criação portuguesa e não existe sem Portugal. A única consciência nacional vincada na província não é angolana, é portuguesa; como não há angolanos mas portugueses de Angola*» (Salazar, 1967, discurso de 12 de agosto de 1963: 290).

Viviam-se tempos conturbados, pelo que se teimava em publicitar a imagem de uma Nação uma repartida por vários continentes; reproduzia-se, quase até à exaustão, a ideia de uma identidade lusitana espalhada por distintos pontos do Orbe e com futuro.

Acrescente-se que facilmente se percebe que a cultura, a língua e a história eram manuseadas em favor da eficácia propagandística almejada pelo regime autoritário e conservador, com vista a favorecer as causas que sustentava, participando assim da estratégia de visibilidade e valorização política do País no exterior. A criação de leitorados de língua e cultura portuguesas nas universidades estrangeiras e a consumação de eventos comemorativos atestam perfeitamente este facto. Veja-se então, para redobrada satisfação do Salazarismo, as *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, sucedidas em 1960. A sua organização, em termos políticos, ideológicos e simbólicos, não deixa de estar ao serviço da legitimação na cena internacional da manutenção portuguesa no mundo ultramarino, diferenciando esta presença, pelo menos no que concerne ao seu retrato, dos imperialismos sem «virtualidades» (Garcia, 1992: 413) e distribuindo ainda uma mensagem de otimismo em relação ao futuro do País. Por essa altura, ficava claro que, na opinião de Freyre, o iniciador do lusotropicalismo, no fundo, da aludida dinâmica «de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num Complexo Novo de Civilização desenvolvido pelos Portugueses», não podia ser outro senão o celebrado *Navegador*, o infante D. Henrique, na medida em que

«*concorreu decisivamente para dar às relações de europeus com não-europeus, de brancos com povos de cor, um rumo peculiarmente lusocristão. A esse rumo não falta atualidade: a política portuguesa de contacto de europeus com não-europeus é evidentemente a que hoje mais se impõe à simpatia dos que acreditam ser possível, necessário e essencial ao mundo que se reorganize o encontro, sob a forma de um encontro entre iguais do Ocidente com o Oriente. Encontro só realizável, ao que parece, através da miscigenação e da interpenetração de culturas*» (Freyre, 1961: 3-4).

Escusado será dizer que o *V Centenário* teve elevada projeção lá fora, como por exemplo na Itália (cf. Matos, 2010: 145), e serviu de episódio privilegiado de exaltação patriótica de D. Henrique, que «encarnava o momento mais alto do cumprimento da

missão providencial que unificava o sentido da nossa história» (Catroga, 1996: 608). Tratava-se, efetivamente, de uma figura então exposta como homem providencial, por ter estabelecido o rumo universalista ou vocação ecuménica/evangelizadora da Nação e impulsionado a construção de um mundo novo. Além disso, segundo a mitologia do regime estado-novista, no infante D. Henrique encontrávamos uma personagem e uma obra que tinham, no século XX, declarada continuidade e atualidade no vulto e na política de António de Oliveira Salazar.

Em síntese, pela mesma época em que a URSS parecia ganhar a corrida espacial aos Estados Unidos da América e os ventos da descolonização sopravam com maior fulgor, insistia-se amiudadamente em divulgar uma imagem de Portugal como promotor da civilização e baluarte da ordem cristã, conforme é possível reiterar a partir, por exemplo, da exposição apresentada por Caeiro da Mata, Presidente da comissão executiva das Comemorações henriquinas. O País surgia como obreiro de uma civilização moderna, a lusotropical, de uma sociedade plurirracal, e ainda como fonte da fraternidade humana e da igualdade perante a lei (cf. Léonard, 2000: 42). Somos mesmo levados a concluir que se procurava espalhar uma mensagem através da qual se enfatizava que o rumo original delineado, seguido e defendido por Portugal ao longo de séculos, e ao qual o Salazarismo, por alegado designio patriótico e civilizacional, se mantinha fiel, não constituía um padrão ultrapassado, mas antes uma mais-valia para a vida da humanidade. De facto, o regime projetava-o como uma fórmula de sucesso confirmada pela experiência e, consequentemente, como o trajeto ideal para entabular laços de saudável convívio. Porém, é negável que, na década de 60, a realidade se mostrou bastante violenta, visto que, ante a resistência operada pelos movimentos de libertação nas diferentes frentes, a política colonial estado-novista revestiu o formato de Guerra Colonial ou, melhor, de Guerras Coloniais de acentuada duração. Com argúcia, Salazar enquadrava-as no âmbito da Guerra Fria que marcava a atmosfera internacional, opinando que naquelas paragens sujeitas às investidas de grupos guerrilheiros autonomistas se intentava proteger o Mundo Ocidental da expansão de Moscovo, uma vez que os citados movimentos alinhavam maioritariamente pelo marxismo e os seus líderes usufruíam de treino e auxílio da União Soviética.

Com efeito, neste cenário de guerra no além-mar, com a principal exceção do ano de 1961, em que a administração democrata de John F. Kennedy, recém-eleito Presidente dos Estados Unidos, votou, na ONU, contra a política ultramarina do Salazarismo (cf. Pinto, 2000: 52 e ss.; Menezes, 2010: 512-521, Afonso e Gomes, 2010: 58-59; Rodrigues, 2002), Portugal, apesar de constituir um regime colonial e ditatorial, pôde, digamos assim, beneficiar de uma «neutralidade colaborante» oriunda dos seus «principais aliados [...], parceiros centrais da Aliança Atlântica» (Pinto, 2000: 52).

Todavia, se o regime ia resistindo com aceitável êxito à oposição internacional, no quadro doméstico é possível radiografar o forte e decisivo crescimento dos ventos da contestação da década de 70, com vários setores da sociedade a manifestarem, evidentemente, o seu cansaço em relação às Guerras Coloniais, desembocando num ambiente consideravelmente erosivo e de abertura de fissuras institucionais que

redundará no movimento militar de 25 de abril de 1974 e na subsequente e célere descolonização.

Referências Bibliográficas:

Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos de Matos (2010), *Os Anos da Guerra Colonial (1961-1975)*, Matosinhos e Lisboa: QuidNovi.

Alexandre, Valentim (2005), «O Império Colonial», in António Costa Pinto (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 67-86.

Alexandre, Valentim (1999), «Lusotropicalismo», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, Porto: Livraria Figueirinhas, 391-394.

Alexandre, Valentim (1996), «Política Colonial», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, 754-757.

Alexandre, Valentim (2000), «Ultramar», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Porto: Livraria Figueirinhas, 540-543.

Bastos, Cristiana (1998), «Tristes Trópicos e Alegres Lusotropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre», in *Análise Social*, vol. XXXIII, 415-432.

Castelo, Cláudia (2011), «Uma Incursão no Lusotropicalismo de Gilberto Freyre», in Instituto de Investigação Científica Tropical, *Blogue de História Lusófona*, Ano VI, setembro, 261-280.

Castelo, Cláudia (1999), «O Modo Português de Estar no Mundo». *O Lusotropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto: Edições Afrontamento.

Catroga, Fernando (1996), «Ritualizações da História», in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal (Sécs. XIX-XX)*, Lisboa: Círculo de Leitores, 547-671.

Freyre, Gilberto [1957], *Casa-Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, Lisboa: Edição Livros do Brasil.

Freyre, Gilberto, (1961) *O Luso e o Trópico. Sugestões em Torno dos Métodos Portugueses de Integração de Povos Autóctones e de Culturas Diferentes da Europeia num Complexo Novo de Civilização: o Lusotropical*, Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Freyre, Gilberto (d.l. 1957), *O Mundo que o Português Criou*, 2.^a ed., Lisboa: Livros do Brasil.

Garcia, José Luís Lima (1992), «A Ideia de Império na Propaganda do Estado Novo», in *Revista de História das Ideias*, vol. XIV, 411-424.

Henriques, Isabel Castro (2004), *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal-África (sécs. XV-XX)*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, Centro de História da Univ.de Lisboa.

Léonard, Yves (1997), «Salazarisme et Lusotropicalisme, Histoire d'une Appropriation», in *Lusotopie. Lusotropicalisme. Idéologies Coloniales et Identités Nationales dans les Mondes Lusophones*, Paris : Éditions Karthala, 211-226.

Léonard, Yves (2000), «O Ultramar Português», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, Lisboa: Temas e Debates, 31- 49.

Malpique, Cruz (1972), *Para um Conceito Construtivo de Portugalidade*, Guimarães (sep. de Revista "Gil Vicente", n.º 9-10).

Martins, Fernando (1996), «Organização das Nações Unidas (ONU)», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, 701-703.

Matos, Vera de (2010), *Portugal e Itália. Relações Diplomáticas (1943-1974)*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Menezes, Filipe Ribeiro de (2010), *Salazar. Uma Biografia Política*, Alfragide: D. Quixote.

Monteiro, Nuno G. e Pinto, António Costa (2005), «A Identidade Nacional Portuguesa», in António Costa Pinto (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 51-65.

Pinto, António Costa (2000), «Portugal e a Resistência à Descolonização», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. V, *Último Império e Recentramento (1930-1998)*, Lisboa: Temas e Debates, 51-64.

Portugal e a Campanha Anticolonialista. Discurso pronunciado por sua Excelência o Presidente do Conselho, Professor Doutor Oliveira Salazar, na Sessão da Assembleia Nacional de 30 de novembro de 1960 (1960), Lisboa: Secretariado Nacional da Informação, Série *O Pensamento de Salazar*.

Rodrigues, L. N. (2002), *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Lisboa: Editorial Notícias.

Salazar, Oliveira (1967), *Discursos e Notas Políticas*, vol. VI (1959-1966), Coimbra: Coimbra Editora.

Santos, Fernando Piteira (1985, imp.), «Império/Colonialismo/Descolonização», *Seminário 25 de abril. 10 Anos Depois*, Associação 25 de abril (org.), Fundação Calouste Gulbenkian, 2 a 4 de maio de 1984, Lisboa, 259-267.

Seabra, Jorge (2011), *África Nossa. O Império Colonial na Ficção Cinematográfica Portuguesa (1945-1974)*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Silva, António Duarte (1996), «Ato Colonial» in Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito (dir.) *Dicionário de História do Estado Novo* vol. I Lisboa: Círculo de Leitores, 20-22.

Sousa, Ivo Carneiro de (2000), «O Lusotropicalismo e a Historiografia Portuguesa: itinerários críticos e temas de debate», in Adriano Moreira e José Carlos Venâncio (org.), *Lusotropicalismo: uma teoria social em questão*, Lisboa: Vega, 66-81.

Sousa, Pedro Miguel (2008), *O Colonialismo de Salazar*, s.l.: Occidentalis.

Telo, António José (1996), «Política Externa», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, 769-776.

5. ANA PAULA ANDRADE, PRESIDENTE CONSELHO EXECUTIVO, CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA, AÇORES



ANA PAULA ANDRADE [CONSTÂNCIA] 1964) – Nasceu em P. Delgada onde concluiu o curso geral de música no Conservatório Regional, tendo tido como professora Margarida Magalhães de Sousa (composição) e Natália Silva (Piano).

Em 1987 terminou o curso Superior de Piano no Conservatório Nacional (Lisboa), na classe da professora Melina Rebelo e no ano seguinte o curso superior de composição, tendo sido aluna dos compositores C. Bochmann, Constança Capedeville, Álvaro Salazar e Joly Braga Santos.

Paralelamente estudou órgão na classe do Professor Simões da Hora, tendo realizado o exame do 5º ano. Estudou três anos no Instituto Gregoriano de Lisboa, frequentando, na classe da Prof.ª Helena Pires de Matos, as disciplinas de Canto Gregoriano e Modalidade. Em 1989 realizou um Concerto de órgão e Piano no Conservatório de Toronto, integrado no ciclo de cultura açoriana. Em 1990, participou num Concerto na Universidade S.M.U. (nos Estados Unidos), tocando como solista, com orquestra daquela Universidade, o Concerto para Piano em DóM de Mozart. Tem realizado diversos concertos a solo ou como acompanhadora de Piano e órgão em várias regiões do Continente e nas diversas ilhas do arquipélago.

Com a soprano Eulália Mendes realizou um Concerto na Expo 98 em Lisboa, integrado no dia comemorativo dos Açores. Em janeiro e em maio de 2006 acompanhou o grupo vocal Quatro Oitavas em duas digressões ao Uruguai e ao Brasil a convite da Direção Regional das Comunidades. Desde 1989 é professora de Piano e Análise e Técnicas de Composição no Conservatório Regional, desempenhando desde 2004 o cargo de Presidente do Conselho Executivo do Conservatório de Regional de Ponta Delgada. Em 2010 foi a pianista convidada dos Colóquios para o XIII Colóquio Anual da Lusofonia em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, onde deu um Concerto acompanhada da Orquestra (de cordas) da UDESC. Em 2011 acompanhou o 15º Colóquio a Macau onde atuou com artistas chineses em execução de obras açorianas. No 16º colóquio atuou em Vila do Porto com Raquel Machado e Henrique Constância.

No 17º COLÓQUIO na Lagoa atuou com alunas do Conservatório de PONTA DELGADA, de flauta e viola da terra. No 18º colóquio (em Ourense na Galiza) estreou com Carolina Constância no Violino, peças inéditas do Padre Áureo da Costa Nunes de Castro (açoriano missionário em Macau). No 19º colóquio na Maia (S. Miguel) estreou mais peças do Padre Áureo e musicou dois poemas, de Álamo Oliveira e Chrys Chrystello, e atuou com Henrique Constância (violoncelo) e Helena Ferreira (soprano).

Presença habitual dos Colóquios da Lusofonia foi nomeada Pianista Residente e atuado em todos desde 2008. Está atualmente a desenvolver um projeto AICL de musicar um poema de autores açorianos selecionados.



DARÁ DOIS RECITAIS DE MÚSICA (PIANO) DO CANCIONEIRO AÇORIANO E DE OBRAS DE COMPOSITORES AÇORIANOS.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL / SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA-GERAL

ATUOU EM TODOS OS COLÓQUIOS DESDE 2008, LIDERANDO AS PERFORMANCES MUSICAIS EM BRAGANÇA 82008 E 2009, LAGOA (2008, 2009), BRASIL (FLORIANÓPOLIS) 2010, BRAGANÇA (2010), MACAU 2011 E VILA DO PORTO (2011), LAGOA, OURENSE – GALIZA (2012) E MAIA 2013

6. ANABELA NAIÁ SARDO, IPG, GUARDA PORTUGAL



ANABELA OLIVEIRA DA NAIÁ SARDO concluiu, em maio de 2013, a sua tese de Doutoramento em Literatura Portuguesa, na Universidade de Aveiro, estando a aguardar a apresentação e defesa da mesma. É mestre em Estudos Portugueses e licenciada em Ensino de Português e Francês. Foi docente do Ensino Secundário de 1986 até 1991, altura em que ingressou no Ensino Superior Politécnico, tendo começado a lecionar na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto do Instituto Politécnico da Guarda. É, desde 2009, Diretora da Escola Superior de Turismo e Hotelaria, onde lecionava desde o ano 2000 e foi, também, durante quatro anos, Presidente do Conselho Técnico-científico. Para além da investigação que tem vindo a realizar acerca da obra da escritora Ana Teresa Pereira, também faz pesquisa ao nível da área científica do Turismo, tendo um especial interesse pelo denominado Turismo Cultural, em particular pelo Turismo Literário.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. - É A COORDENADORA LOCAL DO 20º COLÓQUIO

TOMOU PARTE NO 13º COLÓQUIO 2010 BRASIL, 15º EM MACAU 2011 E 16º EM BRAGANÇA 2011, 17º EM VILA DO PORTO SANTA MARIA, E 18º EM 2012 NA GALIZA

APRESENTA A SOLO

TEMA 1.3 ESCRITORES DA MADEIRA E DOS AÇORES NO PROJETO “HORIZONTES INSULARES”: POR ISSO VOLTAREI DE CARLOS ALBERTO MACHADO E OS MONSTROS DE ANA TERESA PEREIRA

APRESENTARÁ EM PARCERIA COM ELISA BRANQUINHO E ZAIDA FERREIRA PINTO

TEMA 1.3. CINCO DIAS, CINCO NOITES DE MANUEL TIAGO/ÁLVARO CUNHAL: A LITERATURA “COMPROMETIDA COMO FORMA SUPERIOR DE SER E ENTENDER O MUNDO

TEMA 1.3. ESCRITORES DA MADEIRA E DOS AÇORES NO PROJETO “HORIZONTES INSULARES”: POR ISSO VOLTAREI DE CARLOS ALBERTO MACHADO E OS MONSTROS DE ANA TERESA PEREIRA, ANABELA SARDO -

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA – UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR



“As ilhas comunicam-se de forma subterrânea” (Derek Walcott & Malcolm de Chazal, 2010), convertendo-se num imenso “mega-arquipélago”.

1. **HORIZONTES INSULARES: PROJETO CULTURAL, ARTÍSTICO E LITERÁRIO**

Derek Walcott e Malcolm de Chazal, citados por Nilo Panenzuela no prefácio da coletânea de livros *Horizontes Insulares* (2010: 6), afirmam que as “ilhas [se] comunicam de forma subterrânea”, convertendo-se num imenso mega-arquipélago, dialogando as mesmas, de acordo com Panenzuela, “com raízes poéticas e míticas uma vez que partem de uma mesma unidade” (2010: 6). Contudo, também afirma que existem, similarmente, *pontos de encontro complexos, de raiz histórica, que mostram discursos diferentes nos espaços conquistados pela expansão ocidental. As criações artísticas e literárias apresentam-se, portanto, num território babélico e plural. Nele, as ilhas ignoram-se entre elas, apesar das suas muitas coincidências.* (2010: 6)

Este artigo pretende explicitar o âmbito e os objetivos do projeto de literatura e arte contemporâneas *Horizontes Insulares* e analisar, especificamente, os autores e textos escolhidos para representarem, no mesmo, os arquipélagos portugueses dos Açores e da Madeira. Foram, selecionados, para fazer parte da coletânea literária, respetivamente, a poesia de Carlos Alberto Machado, no livro *Por isso Voltarei*, e contos de Ana Teresa Pereira, em *Os Monstros*.

Horizonte Insulares foi um projeto, lançado em 2010, apoiado pelo Governo das Canárias (através do seu programa cultural SEPTENIO) e com a cooperação da Sociedade Estatal para a Ação Cultural Exterior (SEACEX) do Ministério dos Assuntos Exteriores e do Ministério da Cultura do Governo de Espanha. O intuito crucial era a divulgação de trinta e seis autores de onze territórios insulares. Este propósito cultural, artístico e literário reuniu, pela primeira vez, e pôs em contacto um conjunto de criadores contemporâneos oriundos de múltiplas e diversas geografias insulares. Estava em causa “estabelecer ‘vasos comunicantes’, nos domínios poético e histórico, de uma sensibilidade contemporânea insular” (Palenzuela, 2010: 6).

A iniciativa procurava promover o diálogo entre a Arte e a Literatura de “lugares estreitamente vinculados por razões políticas, geográficas e históricas” (Palenzuela, 2010: 6), mas, igualmente, pelos motivos poéticos e “subterrâneos” a que se referiam Derek Walcott e Malcolm de Chazal.

Foram escolhidos escritores e artistas das chamadas regiões ultraperiféricas europeias, bem como de ilhas americanas que têm afinidades com a Europa, numa tentativa de fazer aproximar espaços culturais que, por vezes, se desconhecem. Deste

modo, Açores, Canárias, Madeira, Cabo Verde, Porto Rico, República Dominicana, Cuba, Ilha da Reunião, Guadalupe, Martinica e a Guiana Francesa foram selecionados “sob o signo da unidade poética e da diversidade expressiva numa época complexa, contraditória e em permanente mutação” (Palenzuela, 2010: 6). Consequentemente, as línguas destas ilhas, ou seja, o português, o espanhol e o francês, são as línguas deste projeto.

Horizontes Insulares era composto por duas vertentes, como já foi referido: uma exclusivamente artística e outra artístico-literária. Em ambas, os artistas e escritores revelaram que é possível compreender a unidade na diferença e que o diálogo criador pode brotar sob a égide da condição insular. Orlando Britto e Nilo Palenzuela escolheram e visitaram os territórios insulares a considerar, bem como os respetivos mapas culturais, de forma a conhecerem e selecionarem os possíveis criadores artísticos e literários que pudessem fazer parte do projeto. A primeira Exposição foi inaugurada, em maio de 2010, teve lugar no Centro de Arte La Regenta, em Las Palmas, Gran Canaria, foi comissariada por Orlando Britto Jinorio e esteve patente com trabalhos de doze artistas plásticos, a saber, Teresa Arozena, Ricardo Barbeito, Maria José Cavaco, Joëlle Ferly, Tchallê Figueira, Gregório González, Thierry Hoarau, Belkis Ramírez, Sandra Ramos, Roseman Robinot, Shirley Rufin e Júlio Suárez, provenientes das ilhas e arquipélagos mencionados. Foram apresentadas obras produzidas em diversas áreas, como o desenho, a pintura, a fotografia, o vídeo, a animação, entre outras. Maria José Cavaco foi a artista convidada para representar os Açores e Ricardo Barbeito para representar a Madeira. Depois, a Exposição fez um percurso itinerante em Cuba, República Dominicana, Madeira e Martinica. Na Ilha da Madeira, decorreu, de 28 de janeiro a 12 de março de 2011, no Museu de Arte Contemporânea do Funchal. Esta mostra teve, como suporte informativo, a edição de um belíssimo catálogo – um livro com cerca de trezentas e sessenta e seis páginas, totalmente produzido pelo Governo de Canárias, contendo textos de vários especialistas.

No que diz respeito aos representantes dos arquipélagos portugueses Ricardo Barbeito e Maria José Fonseca, referiremos, apenas, algumas informações breves sobre

os mesmos e a obra. Ricardo Barbeito nasceu no Funchal em 1979. No âmbito do seu Mestrado em Arte e Património, apresentou o projeto de arte pública efémera “A Bilhardice: projeto de intervenção estético-artística para a cidade do Funchal” (2008). Em 2012, integrou o Red Bull House of Art Lisboa, com o projeto “de PELE & URSO”, uma residência artística, comissariado por Alexandre Melo.¹²

Maria José Cavaco é natural de Ponta Delgada, onde nasceu em 1967. É licenciada em Artes Plásticas/Pintura, pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. Participa em exposições coletivas desde 1988 e fez a sua primeira Exposição individual em 1999. Há já mais de duas décadas que as obras desta artista plástica fazem parte do roteiro cultural açoriano. Tem tido um percurso regular e estável ao nível da produção de trabalho e da realização de exposições, sem hiatos significativos, compondo um caminho sereno tradutor do seu crescimento pessoal.¹³

O projeto *Horizontes Insulares* englobava, também, como já referimos, a Literatura, sob a responsabilidade do escritor e catedrático de Literatura da Universidade de La Laguna, Doutor Nilo Palenzuela, A Antologia, trilingue, é composta por doze obras, representando a proveniência de cada autor. Os escritores selecionados foram Carlos Alberto Machado, Ana Teresa Pereira, Jean François Samlong, Verónica Garcia, Anelio Rodriguez Conception, Vera Duarte, Lyne Marie Stanley, Nicole Cage Florentiny, Ernest Pepin, Maira Santos Febres, Alexis Gomez Rosa e Reina Maria Rodriguez. A tradução dos textos redigidos em português foi, para espanhol, de Ricardo Pérez Piñero e, para francês, de Nicole Siganos.

2. OS ESCRITORES ANA TERESA PEREIRA E CARLOS ALBERTO MACHADO NA ANTOLOGIA TRILINGUE DE LITERATURA CONTEMPORÂNEA INSULAR HORIZONTES PENINSULARES

Como acabámos de referir, os escritores selecionados para a Antologia de literatura contemporânea insular foram Carlos Alberto Machado, em representação do arquipélago dos Açores, e Ana Teresa Pereira, do arquipélago da Madeira.

¹² Desde 2003, Ricardo Barbeito desenvolve o seu trabalho entre o desenho e a instalação, com participações em inúmeras atividades, desde a produção de eventos a intervenções no espaço público. Apresenta o seu trabalho artístico, regularmente, tanto coletivamente como a título individual. Refiram-se algumas exposições individuais: “Do Ovo ao Voo” (2009), no Museu de Arte Contemporânea do Funchal; “A Bilhardice” (2008), Avenida Arriaga e Salão Nobre do Teatro Municipal Baltazar Dias, no Funchal; “Candy Shop: Novas Instalações” (2007), sala de exposições da Reitoria da Universidade da Madeira, Pátio dos Estudantes; “Candy Shop” (2007), Salão Nobre do Teatro Municipal Baltazar Dias, no Funchal. Apresenta-se, também, uma seleção de projetos e exposições coletivas: em 2011, 16^a *Bienal de Cerveira*, Vila Nova de Cerveira; em 2010/2011, *Horizontes Insulares*, curadoria de Orlando Britto Jinório, Centro de Arte La Regenta, Gran Canaria/ Museu de Arte Contemporânea do Funchal, Fortaleza de São Tiago; em 2009, “A Cultura do Poder ou o Poder da Cultura”, *XV Bienal de Cerveira*, Vila Nova de Cerveira e “Linha de Partida, Prémio Henrique e Franco 1999-2009”, curadoria de Alexandre Melo, Centro das Artes Casa das Mudanças; em 2008, “Horizonte Móvel, Uma perspetiva das Artes Plásticas da Madeira 1960-2008”, curadoria de Isabel Santa Clara, Museu de Arte Contemporânea do Funchal, Fortaleza de São Tiago. (Informação disponível em <http://a2vproject.com/exposicao/ricardobarbeito/>; consulta a 1/09/2013)

¹³ Algumas exposições individuais: em 2011, *Dear Painter*, Fonseca Macedo – Arte Contemporânea, P. Delgada; em 2003, Ordem dos Arquitetos, Lisboa; 2002, Galeria Fonseca Macedo, Ponta Delgada e outras: 1991, 1992 e 1999, Academia das Artes, Ponta Delgada. Algumas exposições coletivas: em 2012, *Desde o finito*, Fundação Carmona e Costa, Lisboa; em 2011, *Horizontes Insulares*, Museu de Arte Contemporânea do Funchal, Madeira; em 2010, *Colectiva 2010*, Galeria Fonseca Macedo, Ponta Delgada; *Horizontes Insulares*, Centro de Arte La Regenta, Las Palmas de Gran Canaria, Espanha; ARCO 2010, Madrid, Espanha; em 2009, Centro de Arte de São João da Madeira, Arte Lisboa, Lisboa, ARCO 09, Madrid, Espanha; em 2008| Arte Lisboa, Lisboa; em 2007, Arte Lisboa, Lisboa (Project Room); em 2006, Arte Lisboa, Lisboa, ARCO 06, Madrid, Espanha, Museu Carlos Machado, Ponta Delgada; em 2004, Forosur, Cáceres, Espanha; em 2003, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada; em 2002, Arte Lisboa, Lisboa; em 2000, Fundação da Juventude, Porto, Marca Madeira, Funchal, Escola Secundária Passos Manuel, Lisboa, New Bedford Whaling Museum, New Bedford, USA; em 1999, Marca Madeira, Funchal, Bermuda National Gallery, Hamilton, Bermuda e outras.

Os livros, que compõem coletânea, têm, para além dos textos (prosa e poesia), belíssimas ilustrações criadas por artistas oriundos, igualmente, das ilhas selecionadas. No caso do livro *Os Monstros* (*Los Monstruos, Les Monstres*), de Ana Teresa Pereira, os desenhos são do artista plástico Eduardo Freitas (n. 1955)¹⁴. No livro de Carlos Alberto Machado, os desenhos são de Márcio Matos, natural do Pico.

Ana Teresa Pereira nasceu, na Ilha da Madeira, em 1959 e tem publicada uma extensa obra, desde 1989 (referenciada em anexo – ANEXO I), à qual já foram conferidos diversos Prémios dos quais destacamos o último recebido, em 2012, o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores (A.P.E.), atribuído ao livro *O Lago*, publicado nos finais de 2011. A atribuição dos galardões reforça o que já temos escrito sobre Ana Teresa Pereira, entendimento reforçado pela apreciação de vários críticos, quando afirmamos que esta escritora é um caso particular no quadro atual da ficção narrativa portuguesa. Usamos as palavras de António Guerreiro, que enumera diversos atributos e particularidades da escritora, para reforçar a nossa opinião em relação à escritora:

(...) prolixa - trinta livros desde 1989, eclética — cultiva uma pluralidade de géneros, obsessiva - nas referências, nos cenários e nas personagens que transitam, com o mesmo nome, de livro para livro. (...) a escritora parece mover-se no mundo da ficção como se ele fosse a sua realidade, até ao ponto em que deixa de haver um interior e um exterior da literatura. (...) as narrativas desta escritora situam-se noutro lado: do lado de um mundo interior obsessivo, inquietante, (...) parece movida por uma hipermemória literária - ou melhor, por um imaginário fornecido pela literatura e pelo cinema (...). (Guerreiro, 2012: s. p.)

Podemos afirmar que a apreciação da qualidade e singularidade desta escritora se faz tendo em conta cada um dos seus livros, mas, sobretudo, o conjunto de toda a obra publicada. Rosélia Fonseca atesta a nossa opinião, que segue a de Rui Magalhães e de outros críticos literários, quando afirma que “a leitura dos livros de Ana Teresa Pereira permite a descoberta de um universo literário que se afasta dos cânones tradicionais e, dentro da moderna literatura, envereda por um mundo interior, onde a diegese é menos importante do que a personagem, onde o ser reclama um mundo, o lado de dentro. (Fonseca, 2003: 7). Duarte Pinheiro reconhece que entrar no universo labiríntico de Ana Teresa Pereira

é entrar na casa dos espelhos. Tudo o que o constitui chega até nós, leitores, refletido. (...) As histórias sucedem-se indistintas, como se fossem todas versões de uma só, numa perspetiva autobiográfica, podíamos dizer que são monólogos provenientes do interior da autora para o interior da mesma, num egocentrismo aberto e, ao mesmo tempo, antagonicamente fechado. (Pinheiro, 2010: 2)

Patrícia Freitas reforça, ainda, uma das características que consideramos basilares na construção literária de Ana Teresa Pereira e às quais nos havíamos já referido na nossa dissertação de Mestrado, em 2001:

Se a obra pereiriana começa por ancorar a história num enquadramento ainda (tenuemente) realista (...), vai-se progressivamente desligando e libertando do real (ou de efeitos de real), problematizando os tradicionais mecanismos de representação do mundo, e do próprio mundo, enquanto realidade única, empírica e material. (Freitas, 2011: 68)

Podemos afirmar que a obra pereiriana encerra uma marcante complexidade interpretativa, configurando-se num dos territórios mais fascinantes e, simultaneamente, mais inacessíveis da escrita ficcional contemporânea, por diversos aspetos dos quais destacamos, entre outros, a sua escrita obsessiva, a circularidade referencial, a obsidente reinvenção de personagens e espaços. No que diz respeito ao espaço, os contos escolhidos deixam transparecer, ainda que sub-repticiamente, aquele que é o espaço fundamental na obra pereiriana, a Ilha, que facilmente identificamos com a própria Ilha da Madeira, mas também as ilhas da Grã-Bretanha, que povoam o imaginário da autora.

Ana Teresa Pereira selecionou, para a obra *Os Monstros*, publicada na coletânea *Horizontes Insulares*, três contos: “O prisioneiro”, “As estátuas” e o conto homónimo “Os monstros”, textos anteriormente publicados em três livros da escritora. O texto “O prisioneiro” tinha sido publicado no livro *Contos de Ana Teresa Pereira* (34 - 40), em *A coisa que Eu Sou* (131 - 138) e em *Fairy Tales* (25 - 31); “As estátuas” tinha sido, igualmente, patenteado em *Contos de Ana Teresa Pereira* (27 - 33), em *A coisa que Eu Sou* (123 - 129) e em *Fairy Tales* (19 - 24); o conto “Os Monstros” tinha saído já em *Contos de Ana Teresa Pereira* (41 - 45) e em *A Última História* (61 - 65).

Os contos escolhidos ilustram algumas das características essenciais de Ana Teresa Pereira que aborda sempre os mesmos temas numa constância de sonho (e/ou pesadelo?) que provoca, a quem tenta ordenar esse mundo, a entrada num labirinto de significações perturbado pela presença constante da noite e da água (do nevoeiro que tudo envolve, da chuva que não para de cair e da proximidade do mar); perfumado pelo cheiro obsidiante das flores, sempre presentes; pela adjacência dos animais, penetrando o território dos humanos; e pela visão ambivalente de anjos e demónios. Nesse mundo fantástico e solitário, simultaneamente belo e diabólico, longe e, ao mesmo tempo, tão perto do vulgar mundo quotidiano, personagens especiais, sempre as mesmas, movem-se com estranha leveza. Solidão e identidade são tópicos recorrentes na obra pereiriana, numa dependência que se verifica entre o espaço e o narrador, e se reiteram nestes três contos.

Carlos Alberto Machado nasceu em Lisboa, em 1954, é escritor, ator e produtor. Tem-se dedicado, desde 1969, à atividade teatral e à conceção e gestão de eventos culturais. Cooperou com o ACARTE da Fundação Gulbenkian; Centro Georges Pompidou, em Paris; Ministério da Cultura, no qual foi assessor; e Expo 98, Exposição

¹⁴ Algumas exposições: *O lugar da ilha* (1999); *Loop* (2004); *ZOOMING, Incursão em Território Minado* (2007).

em que foi programador de espetáculos. Foi professor da Escola Superior de Teatro e Cinema do Instituto Politécnico de Lisboa, de 1999 a 2000, e da Universidade de Évora de 2001 a 2008. Dirigiu laboratórios de escrita para teatro com o CITAC, Quarta Parede, CEPiA e Teatro de Giz. Colaborou/colabora nas revistas *Sete Palcos*, *Adágio*, *Belém*, *Periférica*, *Boca-de-incêndio* e *Telhados de Vidro*. Também escreveu/escreve para os jornais *O Diário*, *Semanário*, *Ilha Maior*, *Jornal do Pico* e *Expresso das Nove*. Coordenou edições municipais do Concelho das Lajes do Pico, designadamente como codiretor da Revista *Magma*, juntamente com Sara Santos; *Cadernos SIBIL*, com José Augusto Soares; e, com Urbano Bettencourt, a *Biblioteca Açoriana*.

De acordo com a entrevista dada a António Rodrigues, vive atualmente nas Lajes do Pico "(...)" para onde uma conferência sobre o amor o levou e a paixão "(...)" o fez ficar e casar" (Rodrigues, 2013: 18). Em 2011, fundou Companhia das Ilhas de que é Diretor de Arte e Comunicação. Desde o final do século XX, tem vindo a publicar inúmeros livros (referenciados em anexo – ANEXO II), sobretudo de poesia e teatro.

Registo Civil. Poesia Reunida, publicação de 2011, agrupa a obra poética de Carlos Alberto Machado que se revelou como um inovador e surpreendente poeta português no início do século XXI. Esta publicação é o sexto livro de poesia do autor e reúne a obra anteriormente publicada em *Mundo de Aventuras* (2000), *Ventilador* (2000), *Mito* e *Palavras Gravadas na Calçada* (2001), *A Realidade Inclinada* (2003) e *Talismã* (2004). Aí se encontram também textos inéditos ou publicados em revistas ou coletâneas, como, por exemplo, *Na Casa de Passar as Tardes*, *Uma Pedra sobre o Assunto*, *O Amor. Estudos para uma Queda* e *Por isso Voltarei*. Em 2013, escreveu e editou o romance *Os Hipopótamos em Delagoa Bay*. Carlos Alberto Machado é, igualmente, autor de textos dramáticos, de ensaios, contributos diversos para a história do Teatro em Portugal.

Nascido em Portugal Continental, Carlos Alberto Machado optou por viver nos Açores e a sua obra, na qual reiteradamente emergem os temas da escrita, dos corpos e da finitude, revela também a ambiência insular como atestam os poemas de *Por Isso Voltarei*. Neste conjunto de textos desnuda-se o íntimo do sujeito poético na sua decisão de ir viver para a ilha: "Gosto do seu olhar a indagar quem é este de fora / apostado em namorar uma menina da minha terra? (...)" "o segredo que quero desvendar não é o da sua aguardente / por isso prometo que hei de voltar / senhor manuel alves" (Machado: 2010: 34); "Voltei senhor manuel alves voltei / e o senhor deu-me a honra / de dizer sim ao meu atrevimento (...); "por isso voltarei sempre senhor / manuel alves (...)" (Machado: 2010: 43).

Pejados de sentimentos e emoções, estes são poemas que libertam a cor e o cheiro do oceano, o sabor dos produtos da ilha, a lembrança das suas tradições: "Ando pela Ilha a falar de amor eu que nada sei de amor (...)" (Machado: 2010: 29); "na ponta de são joão a olhar o cinzento do oceano (...)" (Machado: 2010: 30); "(...) faz hoje um ano que trouxeste / queijos do pico e garrafas de lagido (...)" (Machado: 2010: 31); "Em dia de espírito santo de segunda-feira" (Machado: 2010: 42). Revela-se claramente que o poeta quis voltar à ilha, porque nela habita o ser amado: "de facto o que me apetece é voltar a ser ilha junto de ti (...)" (Machado: 2010: 29). Porque o poeta não é ilhéu nem o

mar o torna como tal, como nos confessa na estrofe que a seguir citamos a encerrar esta brevíssima alusão a *Por Isso Voltarei* de Carlos Alberto Machado:

*Não sou ilhéu desta ilha segunda
nem tempestade aqui me reteve
não é o mar que me torna ilhéu
nem mesmo sei se essa natureza é
ou será alguma vez minha segunda pele
talvez fosse preciso rasgar a carne
(aqui ou em qualquer outra parte)
descer mais fundo sem rumo
ser ou não daqui não é destino
somos todos apátridas se um corpo
não se une ao nosso e funda um lugar
o meu sortilégio é apenas este
ser corpo noutra corpo aqui
eu ser ilha nele e ele em mim. (Machado: 2010: 31)*

Contudo, podemos considerar Carlos Alberto Machado como um escritor "insularizado" ou "ilhanizado", utilizando a designação feliz de Álamo Oliveira, a propósito de todos os que consideram as ilhas como "suas" de um ponto de vista de matriz existencial. Revela, pois, nos seus textos, vivências e mundividências de Açorianidade.

Ana Teresa Pereira acrescenta o facto de ter nascido também numa ilha, a Ilha da Madeira, nela viver até ao momento, revelando-se a "ilha", nas suas narrativas, como o espaço fundamental das mesmas, marcando a mundividência das personagens das suas histórias.

BIBLIOGRAFIA

- CLARA, Isabel Santa (2010), "Caminhos da contemporaneidade artística na Madeira", in JINORIO; Orlando Britto *et al* (2010), *Horizontes Insulares*, Gobierno de Canarias/SEACEX, pp. 181-199.
- FONSECA, Rosélia Maria Ornelas Quintal (2003), *A personagem Tom. Unidade e pluralidade em Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Funchal: Extensão da Universidade Católica Portuguesa.
- FREITAS, Patrícia Ferreira Mota (2011), *Do Escritor como Predador: Mistério e (Re)visões na obra de Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Porto: Universidade do Porto.
- GUERREIRO António (2012), "A escritora que na semana a passada viu o seu último livro premiado pela A.P.E. não é facilmente classificável." *Atual* n.º 2088, 3 de novembro.
- MACHADO, Carlos Alberto (2010), *Por Isso Voltarei*. vol. 7, Canárias, ISBN: 978-84-7947-559-8 (ISBN obra completa: 978-84-7947-552-9).
- MAGALHÃES, Rui (1999b), *O Labirinto do Medo: Ana Teresa Pereira*. Braga: Ed. Angelus Novus.
- PEREIRA, Ana Teresa

(1996b), *Fairy Tales*. Black Son Editores, (53 pp.). Depósito Legal n.º 104 149/96.
(1997b), *A Coisa Que Eu Sou*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (162 pp.). Depósito Legal n.º 118377/97.
(2003), *Contos de Ana Teresa Pereira*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (370 pp.). Depósito Legal n.º 202326/2003.
(2010), *Os Monstros*. In *Horizontes Insulares*, vol. 9, Canárias, ISBN: 978-84-7947-561-1 (ISBN obra completa: 978-84-7947-552-9).

PINHEIRO, Duarte

(2009), "O fantástico em Ana Teresa Pereira". *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* da Universidade Fernando Pessoa, n.º 6, pp. 10 – 16. ISSN 1646-0502.6.
(2010) *Além-Sombras: Ana Teresa Pereira*. Tese de Doutoramento, Porto: Universidade Fernando Pessoa.
(2011) *Além-Sombras: Ana Teresa Pereira*. Fonte da Palavra. ISBN: 9789896670849.

ROCHA, Luís (2011), "Horizontes Insulares no MAC-Funchal". *Diário de Notícias*, 23 janeiro, p. 25

"Horizontes Insulares no Forte de São Tiago". *Diário de Notícias*, 29 janeiro, p. 32.

RODRIGUES, António (2013), "Tratado sobre a cobardia sem mestre". *Ípsilon*, 16 agosto, p. 18.

SARDO, Anabela,

(2001a) *A temática do amor na obra de Ana Teresa Pereira*. Dissertação de Mestrado, Aveiro: Universidade de Aveiro.

(2001b), "Ana Teresa Pereira: histórias de amor e solidão". Artigo acerca do livro de Ana Teresa Pereira *Até que a Morte nos Separe*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 2000, publicado na Revista *CIBERKIOSK*, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade, junho

(2001c), "A Sedução do diabólico". Artigo acerca do livro de Ana Teresa Pereira *Se Eu Morrer Antes de Acordar*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, 2000, publicado na Revista *CIBERKIOSK*, Livros, Artes, Espetáculos, Sociedade, 3 de agosto).

(2001d), "O Rosto de Ana Teresa Pereira". In *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, n.º 18: 29 - 54.

(2005), "Ana Teresa Pereira: uma 'geografia interior' de sombras e cores". *Românica*, Revista de Literatura, Cores, n.º 14, Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Edições Colibri: 89 - 105.

(2011), "A ilha, 'território privilegiado onde as leis são abolidas, onde o tempo se detém', em *Matar a Imagem* de Ana Teresa Pereira". Atas finais, Edição ASSOCIAÇÃO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA, outubro 2011, 16º COLÓQUIO DA LUSOFONIA Santa Maria, AÇORES. ISBN: 978-989-95891-8-6.

SIMÕES, Maria João (2007), "Fantástico como categoria estética: diferenças entre os monstros de Ana Teresa Pereira e Lídia Jorge". In *O Fantástico*, Coimbra: Edições do

Centro de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 65 - 81.

XAVIER, Leonor, "Histórias submersas". *Máxima*, Ano 20, N.º 232, Jan.º 2008, pp. 28-30.

SÍTIOS E DOCUMENTOS WEB CONSULTADOS

<http://www.jornaldepoesia.jor.br/camachado.html> ; consulta a 29 de agosto de 2013.

<http://macgaleria.blogspot.com/2011/02/exposicao-colectiva-horizontes.html> , consulta a 8 de dezembro de 2011.

ANEXO I

BIBLIOGRAFIA DE ANA TERESA PEREIRA

LIVROS PARA ADULTOS

(1989) *Matar a Imagem*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial, (170 pp.). ISBN 972-21-0432-2.

(1990) *As Personagens*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção O Campo da Palavra, (174 pp.). ISBN: 972-21-0469-1.

(1991) *A Última História*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial, (188 pp.). ISBN: 972-21-0578-7.

(1993) *A Cidade Fantasma*. Lisboa: Editorial Caminho, SA Coleção Caminho Policial, (172 pp.). ISBN: 972- 21-0813-1.

(1996a) *Num Lugar Solitário*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção Caminho Policial, (177 pp.). ISBN: 972-21-1061-6.

(1996b) *Fairy Tales*. Black Son Editores, (53 pp.). Depósito Legal n.º 104 149/96.

(1997a) *A Noite Mais Escura da Alma*. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Coleção O Campo da Palavra, (152 pp.). ISBN: 972-21-1135-3.

(1997b) *A Coisa Que Eu Sou*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (162 pp.). Depósito Legal n.º: 118377/97.

(1998a) *As Rosas Mortas*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (221 pp.). Depósito Legal n.º: 125326/98.

(1998b) *A Noite Mais Escura da Alma*. Lisboa: Círculo de Leitores, (147 pp.).

(1999) *O Rosto de Deus*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (178 pp.). Depósito Legal n.º: 139050/99.

(2000a) *Se Eu Morrer Antes de Acordar*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (184 pp.). Depósito Legal n.º: 152716/00.

(2000) *Até que a morte nos separe*. (Inédito).

(2000b) *Até Que a Morte Nos Separe*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (100 pp.). Depósito Legal n.º: 158759/00.

(2000c) *O Vale dos Malditos*. Black Son Editores, (75 pp.).

(2001a) *A Dança dos Fantasmas*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (168 pp.). Depósito Legal n.º: 172270/01.

(2001b) *A Linguagem dos Pássaros*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (104 pp.). Depósito Legal n.º: 171517/01.

ATAS/ANAIS SEIA 2013 - XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA. 15-18 outubro 2013

- (2002a) *O Ponto de Vista dos Demónios*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (101 pp.). Depósito Legal n.º: 187546/02.
- (2002b) *Intimações de Morte*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (184 pp.). Depósito Legal n.º: 188335/02.
- (2003) *Contos de Ana Teresa Pereira*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (370 pp.). Depósito Legal n.º: 202326/2003.
- (2004) *Se Nos Encontrarmos de Novo*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (154 pp.). Depósito Legal n.º: 219139/04.
- (2005a) *O Mar de Gelo*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (127 pp.). Depósito Legal n.º: 234666/05.
- (2005b) *O Sentido da Neve*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (85 pp.). Depósito Legal n.º: 227445/05.
- (2006a) *Histórias Policiais*. Lisboa: Relógio d'Água Editores, (250 pp.). Depósito Legal n.º: 243253/06.
- (2006b) *A Neve*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (108 pp.). Depósito Legal n.º: 249475/06.
- (2007) *Quando Atravessares o Rio*. Lisboa: Relógio d' Água Editores, (109 pp.). Depósito Legal n.º: 258573/07.
- (2008a) *O Fim de Lizzie*. Lisboa: Biblioteca Editores Independentes, Lisboa: Relógio D'Água Editores, (137 pp.). ISBN: 978-989-641-024-7.
- (2008b) *O Verão Selvagem dos Teus Olhos*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, (129 pp.). Depósito Legal n.º: 23871/08.
- (2009a) *As Duas Casas*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, (145 pp.). Depósito Legal n.º: 293111/09.
- (2009b) *O Fim de Lizzie e Outras Histórias*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, (210 pp.). Depósito Legal n.º: 320441/09.
- (2010a) *Inverness*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, (131 pp.). Depósito Legal n.º: 310/205/10.
- (2010b) *O Outra*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, (68 pp.). Depósito Legal n.º: 316181/10.
- (2010c) *Los Monstruos; Os Monstros; Les Monstres*. Edição trilingue, Canárias: Horizontes Insulares, (61 pp.). ISBN: 978-84-7947-552-9 (obra completa). ISBN: 978-7947-561-1 (vol. 9); Depósito Legal: TF 995-2010 (vol. 9).
- (2011a) *A Pantera*. Lisboa: Relógio D'Água Editores (115 pp.) Depósito Legal n.º: 327271/11.
- (2011b) *O Lago*. Lisboa: Relógio D'Água Editores (144 pp.) ISBN: 978-989-641-266-1.
- (2012) *Si nos encontramos de nuevo*. Tradução de Sílvia Capón Sánchez, Espanha: Baile del Sol; ISBN: 978-84-15019-85-5.

LITERATURA JUVENIL

- (1991a) *A Casa dos Pássaros*. (78 p.).
- (1991b) *A Casa dos Penhascos*. (85 p.).
- (1991c) *A Casa das Sombras*. (75 p.).
- (1991d) *A Casa da Areia*. (83 p.).

- (1992e) *A Casa do Nevoeiro*. (85 p.).
Lisboa: Editorial Caminho, Coleção Labirinto.

ANEXO II

PRINCIPAIS OBRAS DE CARLOS ALBERTO MACHADO

- (1999), *Teatro da Cornucópia. As Regras do Jogo*. Frenesi. (ensaio)
- (2000), *Transportes & Mudanças. Três Peças em um Ato*. Frenesi. (ensaio)
- (2001), *Mito, seguido de Palavras Gravadas na Calçada*. & etc.(poesia)
- Os Nomes que Faltam*. Teatro Nacional S. João/Cotovia. (teatro)
- (2002), *Restos. Interiores*. Ed. de autor.
- (2003), *Aquitanta*. Ed. de autor. (teatro)
- A Realidade Inclinada*. Averno. (poesia)
- (2004), *Talismã*. Assírio & Alvim. (poesia)
- (2008), *Hamlet & Ofélia*, Escola Portuguesa de Moçambique. (teatro)
- (2009), *5 Cervejas para o Virgílio*. & etc. (teatro)
- (2010), *Hoje Não Há Música*. Escola Portuguesa de Moçambique. (teatro)
- Registo Civil. Assírio & Alvim. (poesia reunida)
- Por eso volveré / Por isso voltarei / C'est pourquoi je reviendrais*. Horizontes Insulares, Gobierno de Canarias (poesia)
- (2011), *Corpos*. Azulcobalto - Milideias (poesia)
- (2013), *Hipopótamos em Delagoa Bay*. Abysmo (romance)

TEMA 1.3. CINCO DIAS, CINCO NOITES (MANUEL TIAGO / ÁLVARO CUNHAL): A LITERATURA "COMPROMETIDA" COMO FORMA SUPERIOR DE SER E ENTENDER O MUNDO. ANABELA SARDO, ELISA BRANQUINHO & ZAIDA FERREIRA - INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA – UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, ESCOLA SECUNDÁRIA DE SEIA



PALAVRAS-CHAVE: Manuel Tiago / Álvaro Cunhal; político, escritor e artista; neorealismo português; *Cinco Dias, Cinco Noites* (1975); literatura comprometida.

"A alegria de viver e lutar vem-nos da profunda convicção de que é justa, empolgante e invencível a causa por que lutamos"

Álvaro Cunhal, "O Partido com Paredes de Vidro", 1985

Álvaro Cunhal foi uma das personalidades marcantes do século XX português e europeu. Para além de político combativo, e extremamente lúcido, e de incansável resistente antifascista, foi uma figura de estatura excepcional no domínio da literatura e das artes plásticas. Contudo, só em 1994 essa sua faceta, até então velada, é trazida

a público aquando da publicação da obra *A Estrela de Seis Pontas*, a qual completa a trilogia iniciada com o romance *Até Amanhã Camaradas* (1974) e *Cinco Dias, Cinco Noites* (1975). O artigo pretende mostrar como a obra ficcional de Manuel Tiago / Álvaro Cunhal pode ser considerada um marco do neorealismo português. *Cinco Dias, Cinco Noites*, uma das suas obras principais, procura expressar a verdade sobre uma época sombria e tenebrosa da História de Portugal, desenhando e exaltando, nas personagens da novela, a luta corajosa de um povo forte e audacioso que, apesar dos medos e das angústias, havia de recuperar a voz, a cidadania e os direitos cívicos e sociais que meio século de ditadura sonegou. O nosso texto é, também, uma homenagem a esta incontornável figura que marcou o século XX, em Portugal, cujo Centenário do nascimento se comemora em 2013 e que passou a infância em Seia, de onde era natural seu pai, Avelino Henriques da Costa Cunhal, advogado de profissão, republicano e liberal.



Fonte: <http://www.avante.pt/pt/2044/emfoco/123572/>

Álvaro Cunhal nasceu em Coimbra, a 10 de novembro de 1913, e morreu a 13 de junho de 2005. Ainda estudante, na Faculdade de Direito de Lisboa, encetou a atividade revolucionária, fez parte do movimento associativo estudantil e foi eleito, em 1934, representante dos estudantes no Senado Universitário. Militou na Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas (FJCP), tendo sido eleito, em 1935, Secretário-geral dessa associação. Desde 1931, era Membro do Partido Comunista Português e, a partir de 1935, integrou o quadro de militantes clandestinos. Durante este tempo, foi preso duas vezes (em 1937 e em 1940). Na década de cinquenta, foi levado a julgamento e, tendo sido condenado, esteve onze anos seguidos encarcerado, dos quais cerca de oito em completo isolamento. A 3 de janeiro de 1960, evadiu-se, da prisão-fortaleza de Peniche, com um grupo de outros eminentes militantes comunistas. Desde o início dos anos sessenta até à Revolução de abril de 1974, desenvolveu uma atividade política intensa, participou de novo no Secretariado do Comité Central e foi eleito Secretário-Geral do partido em março de 1961.

Após o 25 de abril de 1974, pôde, finalmente, desenvolver a ação política em liberdade. Foi ministro sem pasta nos primeiros quatro Governos Provisórios e foi eleito deputado à Assembleia Constituinte, em 1975, e à Assembleia da República nas eleições realizadas entre 1975 e 1987. Foi Membro do Conselho de Estado de 1982 a

1992. Neste ano, no XIV Congresso do Partido Comunista Português, deixou de ser Secretário-Geral e foi eleito Presidente do Conselho Nacional.

Até ao fim da sua vida, prosseguiu uma intervenção ativa na ação política, na atividade cultural e artística e na declaração confiante do projeto comunista.

Em suma, como vulto político, Álvaro Cunhal pode ser considerado, em Portugal, no século XX e na passagem para o século XXI, uma das individualidades que mais se distinguiu na luta pelos valores da libertação social e humana, tendo tido, igualmente, uma grande projeção a nível mundial, nomeadamente como um dos mais conhecidos e notáveis dirigentes internacionais. Viveu plenamente devotado à luta pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo. Desde muito cedo, revelou ser tenaz, abnegado e possuir uma coragem invulgar, dedicando a existência aos interesses dos explorados e oprimidos, rejeitando benefícios ou privilégios pessoais que as suas origens familiares lhe poderiam ter proporcionado.

Inseparável da sua intervenção política direta na direção, organização e atividade do Partido Comunista Português, é proeminente o contributo, que transmitiu ao nível teórico, expresso em incontáveis intervenções políticas e discursos, bem como em obras de profundo valor e significado, que tiveram e continuam a ter um enorme impacto político e ideológico. Para além da importância da sua atividade política a nível nacional, é também de realçar o seu grande contributo para a consolidação do movimento comunista internacional; o combate ao imperialismo; o incentivo ao processo de emancipação dos trabalhadores e dos povos; o apoio ao movimento de libertação nacional, particularmente no que diz respeito às ex-colónias portuguesas, assim como ao desenvolvimento da luta pela Paz.

Nunca nada nem ninguém o fez desistir dos seus ideais políticos e sociais, como comprova a história da sua vida que visceralmente se confunde com a História de Portugal do século XX. Durante décadas, suportou provas terríveis, viveu a clandestinidade, passou longos anos na prisão, sofreu torturas e foi remetido ao isolamento. Falar desta individualidade ímpar é, sintetizando o que refere o texto da Resolução do Comité Central do Partido Comunista Português para as Comemorações do Centenário do nascimento de Álvaro Cunhal, "(...) *salientar o seu exemplo inserido na ação coletiva em que se integrou e na causa à qual dedicou toda a sua vida, (...) é promover a valorização de um legado constituído por um pensamento, acervo de análises e ação que expressam um conteúdo a que a vida deu e dá razão e que tem uma crescente projeção na atualidade e no futuro (...), é evidenciar o significado do seu percurso de homem e revolucionário (...)*" (RCCPCP, 2012: s.p).

Para além da intervenção no plano político, Álvaro Cunhal viveu intensamente outras áreas da vida, designadamente a criação artística que se expressou na produção de obras literárias e nas artes plásticas. Produziu, ainda, reflexões teóricas sobre a estética e a criação cultural, abrangendo a sociedade, a arte e o artista. As facetas do homem - comunista, intelectual e artista - são indissociáveis, como comprovam as obras literárias e artísticas. Na ficção, deixou obra notável (romances, contos e novelas, listados na bibliografia final). Nas artes plásticas, ficaram trabalhos que patenteiam, identicamente, a dimensão cultural e cívica do homem político fiel à arte. O ensaio A

Arte, o Artista e a Sociedade, texto incontornável de assertividade e sentidos críticos sobre estética, apresenta reflexões acompanhadas por reproduções de obras de arte (pintura, escultura, arquitetura, literatura e música) as quais comenta, analisa e usa como argumentos de justificação das teses que apresenta. A ideia fundamental, presente no texto, é a de que deve ser dada liberdade absoluta à arte e à criatividade artística, o que o leva inclusive a criticar as políticas culturais dos países comunistas, quando estas restringiam essa liberdade: "*Arte é liberdade. É imaginação, é fantasia, é descoberta e é sonho. É criação e recriação da beleza pelo ser humano e não apenas imitação da beleza que o ser humano considera descobrir na realidade que o cerca.*" (Cunhal, 1996: 201).

Para além de outros importantes conceitos centrais (o conceito de belo, como fundamento de toda a arte; reflexões sobre conteúdo e forma, por exemplo), neste ensaio ressalta a ideia de que o artista não pode fugir à influência da sociedade, salientando que a interferência e os reflexos da vida social, na criação artística, podem ou não depender da vontade do artista, sendo em qualquer caso uma realidade objetiva. O ensaio finaliza com uma invocação, um apelo à arte que intervenha na vida social, uma interpelação à liberdade, à imaginação, à fantasia, à descoberta e ao sonho.

Passando à prática os conceitos artísticos que defende, Álvaro Cunhal expressa no desenho e na pintura, com sensibilidade, rigor, imaginação e subtileza, em pessoal e fulgente traço, o seu enorme amor ao Povo, ao Trabalho e à Dignidade da condição humana. Sintetizando, e como afirma Domingos Lobo, «*Álvaro Cunhal foi, mesmo nas duras circunstâncias do exílio, paralelamente, um homem atento às coisas da Cultura, um autor maior do nosso neorrealismo, tanto no campo ficcional como na abordagem teórica, tarefa que exerceu com aguda inteligência e denodo intelectual nos jornais Sol e O Diabo (...) e nesse livro incontornável de assertividade e sentidos crítico, estético e programático que é «A Arte, o Artista e a Sociedade»*» (Lobo, 2013: s.p.)

A obra ficcional de Álvaro Cunhal, publicada sob o pseudónimo de Manuel Tiago, é apreciada pela crítica como um dos marcos do neorrealismo português¹⁵ e do realismo social, em geral. Trata-se de literatura alicerçada na vontade de contar as prostrações de um tempo de injustiças sociais e humanas e expressar a História de um povo forte e resolutivo. Os textos de Manuel Tiago/Álvaro Cunhal emergem da memória de uma vida excecional, relatando os temores, as angústias, os sacrifícios e as opressões bem como a luta destemida de homens e mulheres que ousaram enfrentar e resistir, nas duras circunstâncias da opressão, da luta clandestina e da clausura, a

¹⁵ Como é do conhecimento geral, o neorrealismo como movimento literário manifestou-se entre meados dos anos trinta e finais da década de cinquenta do século XX, num período que engloba a crise económica iniciada em 1929, o triunfo do nazismo e do fascismo na Europa e o deflagrar da 2ª Guerra Mundial. Tinha um carácter ideológico marcadamente de esquerda e teve ramificações em várias formas de arte, como a literatura, a pintura e a música. Atingiu o seu expoente máximo no cinema neorrealista, sobretudo no realismo poético francês e no neorrealismo italiano que adotaram a mesma matriz inspiradora da literatura na forma de apresentação da realidade social. O neorrealismo consolidou-se num contexto assinalado e condicionado por profundas tensões ideológicas, políticas, económicas, sociais e literárias que conduzirão os escritores e os artistas a uma tomada de consciência diferente

um sistema político opressivo no desejo de dar voz à liberdade popular e aos direitos cívicos e sociais que cinquenta anos de ditadura roubaram.

Involgar no panorama literário português dos anos setenta, a obra de Manuel Tiago surgiu a par de algumas das vozes principais de uma terceira geração neorrealista que as lutas académicas dos anos sessenta e a vivência crítica da guerra colonial tinham desvendado em autores como Fernando Assis Pacheco, José Martins Garcia, José Manuel Mendes, João de Melo, entre outros; mas, analogamente, próxima de outras vozes da prosa e da poesia, oriundas da resistência: Soeiro Pereira Gomes, Alves Redol, José Gomes Ferreira, Manuel da Fonseca, Carlos de Oliveira, Luís Veiga Leitão e outros. Ao discurso destes autores podemos acrescentar, embora tenham seguido caminhos estéticos distintos, mas cuja obra é, também, socialmente empenhada, Urbano Tavares Rodrigues e José Saramago.

A voz de Manuel Tiago assoma, no contexto da década de setenta, como uma escrita translúcida e despojada, revelando características nitidamente antiburguesas. Política e partidariamente comprometida, a obra patenteia-se no destemor da luta social, liberta, com a Revolução do 25 de abril, do espartilhamento da censura e da permanente vigilância da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), que estrangulava a voz dos neorrealistas das décadas de quarenta e cinquenta. Todavia, em *Cinco Dias, Cinco Noites*, ainda está latente um código de referências que invocava a convivência do leitor, o qual tinha de estar munido de conhecimentos que possibilitassem interpretar códigos de alusões, daquilo a que se tem chamado o "não dito", referências inseridas em subtexto, técnica usada, na época, também no jornalismo e em alguns textos do teatro de Revista.

A escrita de Álvaro Cunhal/Manuel Tiago foi determinada por uma construção literária que sobrevalorizava a estreita ligação entre o autor e os seus leitores, que o escritor sabia bem estarem próximos da sua ideologia. Contudo, mais do que apelar apenas a uma convivência acomodada, os textos do escritor incitam à intervenção e à consciência de uma realidade que jamais se deveria repetir. Tecendo-se com os fios criadores da memória, da vivência e da luta, a obra é testemunho de um tempo histórico preciso, fazendo sobressair o conceito fundamental de que as questões da dignidade, da política e da justiça são, acima de tudo, temas culturais e também literários, de acordo com o pensamento barthesiano de que num romance tudo cabe.



Profundamente distanciado de uma estética literária ancorada em cenários estilizados, o neorrealismo dos anos trinta e quarenta do século XX inspira-se nos ideais

daquilo que era a realidade portuguesa. Deste modo, protagonizam um confronto intelectual e doutrinário com os presencistas, pertencentes à geração literária anterior, o qual irá emergir nas páginas de publicações como o jornal *O Diabo*, as revistas *Seara Nova*, *Sol Nascente* e *Vértice*. Em causa estava uma interpretação diversa da função social do escritor e da própria literatura. Os neorrealistas acusavam a literatura presencista de ser individualista, psicologista e desinteressada do homem concreto e social; defendiam a prevalência do conteúdo em relação à forma, visando uma maior consciencialização política e social dos leitores, de modo a que esta pudesse conduzir a uma transformação política do país. Veja-se, a este propósito, o livro de Álvaro Cunhal *A Arte, o Artista e a Sociedade*, já referenciado neste artigo.

socialistas / marxistas, designadamente na luta de classes e igualdade social, na obra de Freud e na literatura revolucionária então em voga. Assume-se como uma arte de intervenção social e política, trazendo o povo para o palco da literatura e adotando a matriz inspiradora da apresentação da realidade social, não como uma representação falseada do real, mas próxima da verdade, enquanto moldura “filosófica” daquilo que é verdadeiro. Nessa época, configurou-se um cenário enquadrador asfixiante que despoletou uma atitude revolucionária e de denúncia em face da crise económica iniciada em 1929, do nazismo, das ditaduras na Europa e da 2ª Guerra Mundial.

Este quadro veio alterar a própria conceção e função da literatura, desenhando-se como um instrumento de intervenção social, afastando-se das preocupações associadas a uma liturgia da estética literária, surgindo depurada da festa das palavras, num despojamento antiburguês, sóbrio e limpo na sua semântica. Não sendo, de forma alguma, uma literatura panfletária é, no entanto, uma literatura “engagé”, comprometida com os ideais de transformação social e de solidariedade, marcadamente antifascista, denunciando, muitas vezes em subtexto, por detrás de uma narrativa simples e linear, o sofrimento do povo, iluminando a miséria social da classe dos desfavorecidos, assombrados pela fome, pela injustiça, pelo medo, pelo olhar persecutório dos guardiões da ditadura (os guardas, a polícia política / a PIDE), mas, ao mesmo tempo, superando essa inscrição ideológica, sulcando uma esteira para os ideais de libertação, de democratização e de consciencialização, constituindo-se como “semente” das canções de intervenção dos anos sessenta e setenta do século passado. Invocando os pressupostos atrás enunciados, a novela *Cinco Dias Cinco Noites* de Manuel Tiago inscreve-se no padrão da literatura neorealista e impõe-se como uma narrativa de linguagem simples, de enredo linear, com um fundo embrionário na tradição popular do contador de histórias, deixando um rasto de moralidade apenas sugerida e nunca explícita e um lastro de várias interrogações e leituras também incutidas pelas “alusões implícitas”, mas de vaga e extremamente difícil sustentação textual, pois, como muito bem questiona Gusmão, no prefácio da obra em análise, a propósito da elipse que percorre todo o texto da novela de Manuel Tiago: “A que se deve ou que efeitos de sentido provoca este carácter elíptico deste texto narrativo que desde o princípio até ao último capítulo é marcado por esse procedimento retórico?” (2011: 7)

Concordando inteiramente com Gusmão, sublinhamos que a elipse cursa toda a narrativa *Cinco Dias Cinco Noites* e insinua o cenário político da ditadura em Portugal, embora o enfoque da ação incida sobre o “confronto” entre as duas personagens centrais: “Desde o 1º capítulo, esse confronto ocupa a boca da cena ou assume-se como o primeiro campo narrativo...” (Gusmão, 2011: 7) ou ainda, segundo o mesmo autor: “A elipse marca claramente as operações narrativas. (...) é uma posição “fria” da enunciação narrativa que se adequa de alguma forma ao que tem para contar” (2011: 6).

Também, como claramente se afirma no prefácio: “Fruto da elipse, o que vem tornar-se o tema central é o confronto entre duas personagens marcadamente diferentes e que a certa altura das suas vidas, de que pouco ou nada nos será dito, se encontram estreitamente ligadas por um contrato não escrito e em vigor num período de perigo” (2011: 7) – no período da Ditadura de Salazar –, acrescentamos nós:

Um, Lambaça, é um homem já maduro, com uma experiência de vida certamente mais vasta e diversa, seguro das suas decisões e vigiando atentamente as reações e atitudes do outro. Esse outro, André, é um jovem, compreensivelmente ansioso, que desconfia do seu companheiro, procurando interpretar não só os seus gestos, atitudes e decisões, mas também os seus silêncios. (Gusmão, 2011: 10)

Deste modo, a novela *Cinco Dias Cinco Noites* relata a saga de um jovem na sua fuga clandestina e ilegal para Espanha, pela mão de um indivíduo cadastrado, de aspeto sombrio, com “qualquer coisa de arrogante, ousado e impertinente” (Tiago, 2011: 18), não oferecendo qualquer confiança ao fugitivo, numa época em que a passagem “a salto”, como errância em busca da liberdade, era a única saída aceitável para André, um jovem revolucionário, perseguido pela polícia. Note-se que estas personagens, desde o início, “desagradaram nitidamente” uma à outra (*ib. ibidem*).

A natureza da linguagem é marcadamente cinematográfica¹⁶, conferindo visualismo e simplicidade à ação. Pontilhados por breves alusões à cor local, os recortes narrativos com que o narrador nos presenteia são plenos de realismo, configurando um ambiente campesino:

Ali tomaram a camioneta, e esta seguiu, ronqueira e aos solavancos, por uma estrada poeirenta e esburacada, parando aqui e acolá em aldeias pacatas e tristonhas, onde subiam e desciam camponeses de poucas falas. André, que nascera e sempre vivera em Lisboa, olhava curioso a paisagem e a gente, apreciava as moças, ajudava a baixar as cestas, e, ao fitar um e outro, lia-se-lhe nos olhos honestos a vontade mal refreada de falar e de conviver. A seu lado, direito e rígido, o Lambaça fumava cigarro atrás de cigarro, sem nada dizer.” (Tiago, 2011: 21)

Deste modo, a análise textual transporta-nos para a narrativa social alojada no cenário da ditadura salazarista em Portugal, tempo de miséria, de opressão e de medo, tempo de silêncio e de mordação como o silêncio que atravessa toda a narrativa e que escorre pelas serras hostis e penedias ameaçadoras calcorreadas pelos dois protagonistas. A relação entre as duas personagens é parca de diálogo e abastada de silêncios que potenciam o equívoco e abrem espaços para perguntas sem resposta, arrastando para a narrativa esse fadário do silêncio português, de que fala João de Melo, orquestrado e revelado na tristeza da atitude do povo luso, combinado de

¹⁶ Note-se que a obra *Cinco Dias Cinco Noites* de Manuel Tiago foi adaptada ao cinema com título homónimo, pelo realizador português José Fonseca e Costa, em 1996, com Vítor Norte no papel de Lambaça e Paulo Pires no papel de André.

resignação e de revolta sofrida, alimentado nas magras esperanças de um futuro diferente (Melo, 2006).

Assim, os silêncios misteriosos, porventura cautelosos, de Lambaça aguçam a curiosidade inquieta e desconfiada do jovem André. Desta forma, também a narrativa sugere a grande e esmagada “paciência” portuguesa, acorrentada ao silêncio, visível no tempo de espera de André, pontuada por perguntas não respondidas, num clima de “não ditos” enigmático e arrogante. Na longa caminhada clandestina, o passador e o fugitivo refugiam-se em duas casas distintas, perdidas nos montes, cuja função, como menciona Gusmão, convocando o pensamento de Roland Barthes, é “a de produzir, na sua autonomia funcional, um efeito de real (...). Sem grande ou complicada estruturação interna, o texto do episódio introduz na narrativa um efeito de real que autentica este fragmento do mundo camponês, assim como convalida, indiretamente pelo menos, a narrativa da passagem da fronteira” (2011: 9).

No entanto, convém evocar a pequena sequência narrativa do segundo casebre em que o narrador nos conta o episódio da bela mulher com uma criança ao colo e cujo rosto e gesto tanto impressionam André. O referido episódio permite atestar as diferenças de atitude dos dois homens perante o mesmo estímulo sexual. Deste modo, subscrevemos inteiramente a leitura de Gusmão quando escreve: “O episódio consiste na criação de um ambiente de sedução que joga com a perturbação erótica de André contra a prepotência arrogante e imediatamente sexualizada do macho Lambaça” (2011: 11). O episódio desvela-nos a “indignação e a tristeza” que sufocavam o jovem perante a inesperada revelação da malfadada sorte da suave camponesa prostituída: “O caso é que se sentia tão desgostoso e desesperado como se lhe tivessem roubado e enxovalhado uma pessoa querida” (Tiago, 2011: 56). A este propósito, poderemos questionar: não será Lambaça uma espécie de espelho baço da mentalidade machista, aproveitador da subalternidade da condição feminina no tempo da ditadura? Não será mais um traço a acrescentar ao seu perfil de contrabandista e cadastrado?

Esta novela desvenda claramente um mundo em que as mulheres, que deviam ter nascido para serem amadas, se vendem, como se lê na página 56: “Que tragédia se ocultava naquela casita de camponeses, a cem metros de um povoado perdido nas serranias? Como era possível aquilo ali? Uma camponesa, tão nova tão bela, nascida não para vender amor, mas ser amada?” (Tiago, 2011). Manuel Tiago consegue, ainda, de forma excecional, penetrar no mundo desses marginais e pequenos crápulas, personificados na personagem Lambaça, que ao mesmo tempo são capazes de gestos generosos, guiados por um peculiar código de honra, como se verifica no final da novela, quando o contrabandista e passador recusa, já na fronteira, cobrar de André, o jovem revolucionário, o pagamento pelos serviços prestados. A narrativa está pontilhada de referências à noite, à escuridão, às horas mortas, aos sítios desérticos e sombrios, ao frio, à fome, às serranias ermas e penedias abruptas, aldeias desoladas, ao silêncio, e / ou ao apelo ao silêncio: “É tolo ou quê? Fale baixo.” (Tiago, 2011: 43), ingredientes que espalham na diegese uma nota vaga de mistério e de medo.

Conseguirão passar a fronteira estes dois andarilhos clandestinos, subindo e descendo, cosidos no silêncio profundo das serranias sem fim? Do lado de cá da

fronteira, linha invisível de separação entre países, ardem o medo da perseguição política, a dureza da miséria e o desejo de fuga para um espaço que simboliza alguma libertação e que traz a esperança da oportunidade de uma vida melhor. É, no entanto, uma linha “quase tangível” no sentido em que, depois de ultrapassada, alivia a tensão do fugitivo que vê no exílio uma réstia de esperança. A alusão à efetiva passagem para território espanhol parece revelar a convicção de que a fronteira, ainda que nas serranias perdidas na ruralidade transmontana, deveria materializar-se num marco, em algo visível, na medida em que o imaginário popular, por desconhecimento óbvio resultante da prisão ao espaço pátrio, assim o configura. A reação de André e o seguinte comentário de Lambaça assim o ilustram:

- Não se inquiete, amigo. Já passámos.

- Já passámos o quê? – perguntou André furioso com a mofa do outro.(...)

- Isto não são coisas com que se brinque! – disse André.

- Acredite ou não acredite, tanto se me faz...

André ficou na dúvida. A ser verdade o que dizia Lambaça, teria sido naquela manhã, depois de saírem da casa da rapariga. Mas quando? Procurou recordar-se da caminhada, em busca de um pormenor da paisagem ou de um gesto ou expressão do companheiro que acusassem a saída de Portugal e a entrada em Espanha.

- Não dei por nada – disse em voz baixa, falando para si. (...)

- O amigo que esperava? Que houvesse um muro na fronteira, não? Ou talvez uma tabuleta? (Tiago, 2011: 60)

Que ideia fantasiosa de fronteira, nascida de tudo e de nada como os mitos, alimentava André? Afinal, que linha desenha o limite de Portugal se a mesma paisagem se perde nas lonjuras?: “Abandonado o vale, nada se modificara na paisagem. A mesma solidão, as mesmas penedias arredondadas e tristes, até, à distância, a mesma montanha, silenciosa e impertinente, espreitando e observando de longe” (Tiago: 2011: 62).

Aparentemente, o narrador revela-se neutro e objetivo (na globalidade da narrativa), como sustenta Gusmão (2011), assegurando uma das garantias que atestam a “verdade” da narração como apresentação do real social. Todavia, como refere o mesmo autor, esse distanciamento aparente esbate-se no final da obra, desvelando um narrador que conhece muito mais das personagens do que aquilo que mostra, e que, como vimos, é fiel à economia das palavras e à estratégia da elipse como forma de silêncio e de apagamento do explícito. Deste modo, no final da obra, aparece uma outra / nova (?) face de Lambaça, talvez influenciado na surpreendente coragem do inexperiente, sensível e honesto André. Não chegaremos a sabê-lo com segurança. Contudo, também não é esse o objetivo desta obra cuja arquitetura alicerçada nos pilares do “não dito” e da elipse, como já referimos, projeta alguma luz e sombras, estas últimas pintadas como auxiliar da fuga, não só do exílio ilegal do foragido, mas como esconderijo de mensagens ocultas que refletem a época sombria da ditadura salazarista em Portugal.

Sintetizando, a novela *Cinco Dias Cinco Noites* expressa de forma exímia os códigos que levam à expressão das dúvidas contemporâneas e a profundas interrogações sobre a realidade. Esta narrativa mostra mais do que aquilo que sonega ou metamorfoseia. Revela o mundo obsoleto da ruralidade portuguesa, duma rusticidade que o regime de então mitificou. Faz ouvir o silêncio atormentado de um povo cerceado pelo temor e pela ignorância, vivendo no limiar da sobrevivência. Pinta um mundo sombrio e violento, metaforizado na natureza de uma serra hostil, fria e desumana: “ (...) e o ar começou a pesar de humidade e frio, então, sobranceira, a serra ganhou subitamente nova grandeza, como que olhando os intrusos com hostilidade” (Tiago, 2011: 37). A encerrar este breve e despretensioso apontamento sobre a novela em análise, resta concluir que a narrativa deixa transparecer uma mensagem de solidariedade e de dignidade humana, sugerida pela atitude de Lambaça e que deixa André encerrado na perplexidade decorrente do gesto do contrabandista e, mais uma vez, suspenso do “não dito”, como resposta à sua pergunta final, nessa epifania do silêncio que ressoa em toda a narrativa e que abre e sugere espaço para outras leituras que sulcam levemente, num rasto eivado de mistério, o universo ficcional desta obra do neorealismo português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUNHAL, Álvaro (1985), *O partido com paredes de vidro*. Lisboa: Avante.
 (1996), *A arte, o artista e a sociedade*. Lisboa: Caminho.
 LOBO, Domingos (1964), *Desconstrutor de neblinas: textos de leitura crítica*. Lisboa: Edições Cosmos, ISBN 972-8471-87-4.
 (2013), “Manuel Tiago/Álvaro Cunhal, A escrita como uma peculiar e interventiva ‘experiência do humano’”. *Avante*, N.º 2044, 31 de janeiro, Intervenção feita no Fórum Cultural José Manuel Figueiredo no âmbito das Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal, promovidas pela Câmara Municipal da Moita (<http://www.avante.pt/pt/2044/emfoco/123572/>, consulta a 20/08/2013).
 MELO, João de (2006), *O Mar de Madrid*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
 Partido Comunista Português (2012), “Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal - Vida, pensamento e luta: exemplo que se projeta na atualidade e no futuro”. *Resolução do Comité Central do PCP*, Lisboa, 1 de julho de 2012
 RODRIGUES, Urbano Tavares (2005), *Obras Literárias de Manuel Tiago/Álvaro Cunhal*. Editorial Caminho.
 SILVA, Maria Augusta, “Álvaro Cunhal, Obra literária e pictórica”. *Diário de Notícias*. (<http://www.casaldasletras.com/Textos/ALVARO%20CUNHAL%20-%20Obra%20literaria%20e%20pictorica.pdf>, consulta a 30/08/2013).
 TIAGO, Manuel (2011), *Cinco Dias Cinco Noites*. Porto: Modo de Ler Editores e Livrários, Lda.

OUTROS SÍTIOS WEB CONSULTADOS

- <http://www.avante.pt/pt/2044/emfoco/123572/>, consulta a 20/08/2013.
<http://alvarocunhalbiografia.blogspot.pt/>, consulta a 26/08/2013.
<http://alvarocunhal.pcp.pt/col%C3%B3quio-%C2%ABa-arte-o-artista-e-sociedade%C2%BB>, consulta a 30/08/2013.

ANEXO I – OBRAS DE ÁLVARO CUNHAL

- (1965) *A luta popular de massas, motor da revolução*. Lisboa: Avante.
 (1968), *A Questão Agrária em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
 (1970), *O radicalismo pequeno burguês de fachada socialista*. Lisboa: Avante.
 (1972), “Encontro da Rádio Portugal Livre com Álvaro Cunhal.” (s. l.): Ed. Avante.
 (1974), *Discursos políticos*. Lisboa: Avante.
 (1974), *A superioridade moral dos comunistas*. Lisboa: Avante.
 (1974), *A situação política e as tarefas do Partido no momento atual*. Lisboa: Avante.
 (1975), *A força invencível do movimento comunista*. Lisboa: Avante.
 (1975), *Algumas experiências de 50 anos de luta do Partido Comunista Português*. Lisboa: Avante.
 (1975), *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média*. Lisboa: Estampa.
 (1975), “Declaração do PCP sobre a crise política atual.” Lisboa: PCP.
 (1975), “Discurso no comício do PCP em Torres Novas, 19.10.75.” Venda Nova: (s.n.).
 (1975), “Discurso no 1o Encontro Nacional da União da Juventude Comunista em 9 de março de 1975.” Lisboa: [s.n.].
 (1975), “Discurso no comício do PCP em Montemor-o-Novo, em 8 de junho de 1975.” Lisboa: (s.n.).
 (1975), *Discursos no comício realizado em Vila Franca de Xira em 18 de maio*. Lisboa: Partido Comunista Português.
 (1975), “Discurso no comício do PCP, realizado a 2 de agosto de 1975, em Évora.” Lisboa: PCP.
 (1975), “Intervenção na reunião plenária do Comité Central realizada em 10 de agosto de 1975.” Lisboa: PCP.
 (1975), *Pela ordem democrática, pela disciplina revolucionária*. Venda Nova: (s.n.).
 (1975), *O internacionalismo proletário*. Lisboa: Avante.
 (1976), “Discurso: comício, 7-12-75.” Lisboa: SIP do PCP.
 (1976), *Do 25 de novembro às eleições para a Assembleia da República*. Lisboa: Avante.
 (1976), *A crise político-militar: discursos políticos*. Lisboa: Avante.
 (1976), *A revolução portuguesa: o passado e o futuro*. Lisboa: Avante.
 (1976), “As tarefas do PCP para a construção da democracia rumo ao socialismo: intervenção no VIII Congresso do PCP” Lisboa: SIP do PCP.
 (1976), *Balanço da campanha eleitoral: discursos*. Lisboa: PCP.
 (1976), *Contribuição para o estudo da questão agrária*. Lisboa: Avante.
 (1977), “Conferência de imprensa em Roma: 11-2-77.” Lisboa: Secção de Informação e Propaganda do PCP.
 (1977), *A questão do Estado, questão central de cada revolução*. Lisboa: Avante.
 (1977), *As eleições para a Assembleia da República*. Lisboa: Avante.
 (1978), *Em defesa das conquistas da revolução*. Lisboa: Avante.
 (1978), *Entre duas eleições*. Lisboa: Avante.

- (1979), "Avante com abril: relatório da atividade do Comité Central ao IX Congresso do P. C. P., Barreiro, 31 de maio de 1979." Lisboa: Avante.
- (1980), *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média*. Lisboa: Estampa.
- (1980), *Crises e queda dos governos PS*. Lisboa: Avante.
- (1980), *Os chamados governos de iniciativa presidencial*. Lisboa: Avante.
- (1981), *Avanço e derrota do plano subversivo "AD" 1980*. Lisboa: Avante.
- (1985), *A luta popular e a derrota da "AD", 1981*. Lisboa: Avante.
- (1985), *O PCP e o VII congresso da internacional comunista*. Lisboa: Avante.
- (1985), *O partido com paredes de vidro*. Lisboa: Avante.
- (1987), *Desenvolver Portugal: ano 2000*. Lisboa: Juventude Comunista Portuguesa.
- (1988), *Falência da política de direita do PS (1983-1985)*. Lisboa: Avante.
- (1989), *O 1º Governo PSD e a resistência democrática*. Lisboa: Avante. ISBN 972-550-205-1.
- (1994), *Ação revolucionária, capitulação e aventura*. Lisboa: Avante.
- (1996), *A arte, o artista e a sociedade* / Álvaro Cunhal. Lisboa: Caminho.
- (1996), *As vertentes fundamentais da democracia*. Matosinhos: Contemporânea, ISBN 972-8305-34-6.
- (1996), *Duas intervenções numa reunião de quadros*. Lisboa: Avante, ISBN 972-550-224-8.
- (1997), *O aborto: causas e soluções* Porto Campo das Letras ISBN 972-610-015-1.
- (1997), *O caminho para o derrubamento do fascismo / IV Congresso do Partido Comunista Português*. Intro. Álvaro Cunhal. Lisboa: Avante, ISBN 972-550-278-7. ISBN 972-550-262-0.
- (1999), *A verdade e a mentira na revolução de abril: a contrarrevolução confessa-se*. Lisboa: Avante, ISBN 972-550-272-8.
- (2012), *O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista*. Lisboa: Avante.
- OBRAS DE MANUEL TIAGO**
– **Literatura**
- (1974), *Até Amanhã, Camaradas*. Lisboa: Edições Avante.
- (1975), *Cinco Dias, Cinco Noites*. Lisboa: Edições Avante.
- (1994), *A Estrela de Seis Pontas*. Lisboa: Edições Avante.
- (1997), *A Casa de Eulália*. Lisboa: Edições Avante.
- (1998), *Fronteiras*. Lisboa: Edições Avante.
- (2000), *Um Risco na Areia*. Lisboa: Edições Avante.
- (2001), *Sala 3 e Outros Contos*. Lisboa: Edições Avante.
- (2002), *Os Corrécios e Outros Contos*. Lisboa: Ed. Avante, ISBN 972-550-290-6.
- (2003), *Lutas e vidas: Um Conto*. Lisboa: Edições Avante
- Artes Plásticas**
- (1941), Capa da 1.ª edição de *Esteiros* de Soeiro Pereira Gomes. Lisboa: Sirius.
- (1989), *Desenhos da Prisão - I e II*. Lisboa: Edições Avante.
- Traduções**
- (2002) *Shakespeare, William O Rei Lear*. Lisboa Ed. Caminho ISBN 972-21-14859.

7. CAROLINA CONSTÂNCIA, CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA E UNIVERSIDADE DO PORTO



CAROLINA CONSTÂNCIA – ANA CAROLINA ANDRADE CONSTÂNCIA – Nasceu em Ponta Delgada, a 24 de abril de 1993. Desde os seis anos de idade que estuda Violino no Conservatório Regional de Ponta Delgada, iniciando os estudos com a professora Antonella Pincenna.

No curso básico de Violino ingressou na classe da professora Natália Zhilkina, onde concluiu o 8º grau do curso complementar.

Foi selecionada para participar nos três estágios da OJ.COM – Orquestra de Jovens dos Conservatórios Oficiais de Música realizados nos Funchal (2009), Ponta Delgada (2010) e Coimbra (2011).

Participou em Workshops de verão da Escola Metropolitana de Lisboa sob a direção dos maestros Pedro Neves e César Viana, e ainda nos dois estágios regionais de orquestra, sob a direção do maestro Rui Massena.

Em abril de 2012 e 2013 participou num estágio de orquestra de jovens na Alemanha (Bayreuth), sob a direção de Nicolas Richer, constituída por jovens músicos de vários países da Europa, que realizou concertos em Paris, Estrasburgo, Berlim e Leipzig. Atualmente está a frequentar o 3º ano da Licenciatura em Matemática da Faculdade de Ciências do Porto, continuando a manter uma prática regular do Violino.

TOMOU PARTE PELA PRIMEIRA VEZ EM 2008 NA LAGOA NUM COLÓQUIO DA LUSOFONIA, TENDO SEGUIDAMENTE PARTICIPADO NOS COLÓQUIOS DE BRAGANÇA 2009, VILA DO PORTO 2011, OURENSE 2012.

ATUARÁ NOS DOIS RECITAIS.

8. CHRYS CHRYSTELLO, AICL – AÇORES/ AUSTRÁLIA



Chrys CHRYSTELLO (n. 1949-) é um cidadão australiano que não só acredita em multiculturalismo, como é um exemplo vivo do mesmo.

Nasceu no seio duma família mesclada de Alemão, Galego-Português (942 AD), Brasileiro (carioca) do lado paterno e Português e marrano do materno.

Publicou aos 23 anos o livro “Crónicas do Quotidiano Inútil, vol. 1” (poesia).

O Exército colonial português levou-o a viver em Timor (setº 1973- junho 1975) onde foi Editor-Chefe do jornal local (A Voz de Timor, Díli) antes de ir à Austrália e decidir adotá-la como pátria. Começou a interessar-se pela linguística ao ser confrontado com mais de 30 dialetos em Timor.

De 1967 a 1996 dedicou-se sempre ao jornalismo (rádio, televisão e imprensa).

Durante décadas escreveu sobre o drama de Timor-Leste enquanto o mundo se recusava a ver essa saga.

De 1976 a 1982 desempenhou funções executivas na Companhia de Eletricidade de Macau. Ali, também foi Redator, Apresentador e Produtor de Programas para a ERM/ Rádio 7/Rádio Macau/TDM e RTP Macau e jornalista para a TVB - Hong Kong. Depois, radicar-se-ia em Sydney (e, mais tarde, em Melbourne) como cidadão australiano. Durante os anos na Austrália esteve envolvido nas instâncias oficiais que definiram a política multicultural daquele país.

Foi Jornalista no Ministério Federal do Emprego, Educação e Formação Profissional e no Ministério Federal da Saúde, Habitação e Serviços Comunitários; tendo sido Tradutor e Intérprete no Ministério Estadual da Imigração e no Ministério de Saúde (Nova Gales do Sul).

Divulgou a descoberta na Austrália de vestígios da chegada dos Portugueses (1521-1525, mais de 250 anos antes do capitão Cook) e difundiu a existência de tribos aborígenes falando Crioulo Português (há quatro séculos).

Membro Fundador do AUSIT (Australian Institute for Translators & Interpreters), Chrys lecionou em Sidney na Universidade UTS, Linguística e Estudos Multiculturais a candidatos a tradutores e intérpretes. Durante mais de vinte anos foi responsável pelos

exames dos candidatos a Tradutores e Intérpretes na Austrália (NAATI National Authority for the Accreditation of Translators & Interpreters).

Foi Assessor de Literatura Portuguesa do Australia Council, na UTS Universidade de Tecnologia de Sidney (1999-2005),



Tem inúmeros trabalhos publicados em jornais e revistas académicas/científicas, e apresentou temas de linguística e literatura em conferências (Austrália, Portugal, Espanha, Brasil, Canadá, Macau – China, etc.).

Em 1999, publicou em livro a sua tese de M.A., o Ensaio Político “Timor-Leste: o dossiê secreto 1973-1975”, esgotado ao fim de três dias.

Entre 2006 e 2010, traduziu, entre outras, as obras de autores açorianos para Inglês, nomeadamente de Daniel de Sá (Santa Maria ilha-mãe, O Pastor das Casas Mortas) e de Manuel Serpa (As Vinhas do Pico), Víctor Rui Dores “Ilhas do Triângulo, coração dos Açores (numa viagem com Jacques Brel)”; “São Miguel: A Ilha esculpida” e a “Ilha Terceira, Terra de Bravos” também de Daniel de Sá.

Em 2011 traduziu a Antologia de Autores Açorianos Contemporâneos para inglês e em 2012 completou a tradução de Caetano Valadão Serpa “Uma pessoa só é pouca gente, o sexo e o divino.” Nestes anos traduziu vários excertos de obras de escritores açorianos integrados nas antologias e outros projetos dos Colóquios da Lusofonia.

Organiza desde 2001-2002, os Colóquios Anuais da Lusofonia [Porto, Bragança; Lagoa, Ribeira Grande e Maia (São Miguel); Vila do Porto (Santa Maria, Açores), Brasil, Galiza e Macau].

Foi (2000-2012) Mentor dos finalistas de Literatura da ACL (Association for Computational Linguistics, Information Technology Research Institute) da University of Brighton no Reino Unido e Revisor (Translation Studies Department) da Universidade de Helsínquia.

De 2008 A 2012 foi Consultor do Programa REMA da Universidade dos Açores.

Considera marcante a Palestra proferida na ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS em 29 de março de 2010 juntamente com Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara e Concha Rousia, presidida pelo então Presidente da ABL, Marcos Vilaça.

Em março 2009 publicou o volume um da trilogia “Chrónica Açores: uma Circumnavegação, De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores, (esgotado)” cronicando as suas viagens pelo mundo. Em 2010 colocou-o online para livre utilização

ATAS/ANAIS SEIA 2013 - XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA. 15-18 outubro 2013

em <http://www.scribd.com/doc/39955110> e em 2011 publicou o segundo volume da trilogia **CrónicaAçores: uma Circum-navegação**, *De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores* (ed. Calendário das Letras).

Em outubro de 2012 no 18º Colóquio da Lusofonia em Ourense (Galiza) apresentou um volume especial de poesia Crónica do Quotidiano Inútil volumes 1 a 5, a assinalar os 40 anos de vida literária, juntamente com nova edição em CD-livro da sua trilogia sobre a História de Timor.

Lançou no 19º colóquio um volume especial de poesia a assinalar os 40 anos de vida literária “Crónica do Quotidiano Inútil, vols 1 a 5 (1967-2012) e a segunda edição de “Timor-Leste 1983-1992 vol. 2 Historiografia de um repórter” em CD-livro com os 3 volumes da trilogia da História de Timor (mais de 3670 páginas).

Foi admitido a 5 de outubro 2012 como ACADÉMICO CORRESPONDENTE DA AGLP (Academia Galega da Língua Portuguesa).

Mantém o interesse no ensino de tradução, multiculturalismo e Inglês.

É Membro do Conselho Consultivo do MIL.

Organiza desde 2001-2002, os Colóquios Anuais da Lusofonia.

É Editor dos **CADERNOS (DE ESTUDOS) AÇORIANOS**, publicação trimestral, online, dos Colóquios da Lusofonia, coordenados por Helena Chrystello e Rosário Girão.

<http://www.lusofonias.net/conteudo/estudos-acorianos/>



BIBLIOGRAFIA (ver e-livros <http://www.scribd.com/cchrystello/shelf>)

1. Crónica do quotidiano inútil vol. 1 (poesia) Porto 1972, ed autor (esgotada)
2. Crónica do quotidiano inútil vol. 2 (poesia) Díli, Timor Português, abril 1974 ed. autor (esgotada)
3. Crónica do quotidiano inútil vol. 3&4 1973-81 (poesia) e-book
4. Crónicas Austrais - 1978-1998 (monografia) – 1ª edição 2000, e-book
5. Crónicas Austrais (1978-1998 monografia) 2ª edição 2012, e-book
6. Timor-Leste O Dossier Secreto 1973-1975, Porto, 1999, ed. Contemporânea (Esgotado) ISBN 10: 972-8305-75-3 / 9728305753 / ISBN 13/EAN: 9789728305758
7. Timor-Leste O Dossier Secreto 1973-1975, 2ª ed. 2000 e-book
8. East Timor - The Secret Files 1973-1975, 2ª ed. 2000 e-book
9. East Timor: The Secret File 1973-1975, 3ª ed. 2012 ed. e-book

10. Timor-Leste 1983-1992 vol. 2 Historiografia de um repórter DVD-livro, 1ª ed. 2005 ISBN: 978-989-95641-9-0 ed dos Colóquios Anuais da Lusofonia

11. Cancioneiro Transmontano 2005, ed. Santa Casa da Misericórdia de Bragança, dep. legal PT-227638/05

12. Timor-Leste: 1973-1975 - O Dossier Secreto - Para as Lendas e Memórias 3ª Ed. 2012 e-book

13. CrónicaAçores: uma Circum-navegação, (vol 1), 2009 ISBN 989-8123-12-1

14. CrónicaAçores: uma Circum-navegação, (vol 1), 2ª ed 2010 e-book

15. CrónicaAçores uma Circum-navegação, (vol. 2) 2011 ISBN 978-9728-9855-47 Editora Calendário de Letras

16. Timor-Leste vol. 3 - As Guerras Tribais, A História Repete-se (1894-2006) 1ª Ed 2012 e-book

17. Timor-Leste vol. 2 - Historiografia dum Repórter - (1983-1992) 2ª ed 2012 CD-livro (mais de 3670 pp, inclui 3 volumes da trilogia), ISBN: 978-989-95641-9-0

18. Crónica do Quotidiano Inútil, volumes 1 a 5, ed. Calendário de Letras, out 2012 (40 anos de vida literária) ISBN: 978 9728 985646

19. Crónicas Austrais (1978-1998 monografia Revista e aumentada) 3ª edição outubro 2013, e-book

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL E DA AGLP,

PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA AICL. TOMOU PARTE NOS 20 COLÓQUIOS JÁ EFETUADOS

entra vídeo

TEMA 2.1 LITERATURA E AÇORIANIDADE (HOMENAGEM CONTRA O ESQUECIMENTO, ÁLAMO OLIVEIRA), CHRYS CHRYPELLO, AICL

Pretende-se com esta comunicação prestar uma nota explicativa sobre a Açorianidade como uma das bandeiras dos Colóquios da Lusofonia.

Neste painel da Homenagem contra o Esquecimento E AÇORIANIDADES visamos disseminar e resgatar autores contemporâneos que merecem ser lidos, estudados e traduzidos para que se libertem das leis do esquecimento.

Deixem-me dar-vos a conhecer primeiro um pouco do arquipélago tal como o descrevi no livro segundo de CrónicaAçores: uma Circum-navegação.

Para Natália Correia a ilha é Mãe-Ilha, para Cristóvão de Aguiar Marilha, para Daniel de Sá, Ilha-Mãe, para Vasco Pereira da Costa Ilha Menina, mas para mim nem mãe, nem madrastra, nem Marília nem Menina, mas antes uma Ilha-Filha, que nunca enteada. Para amar e ver engrandecer nas dores da eterna adolescência que são sempre partos difíceis. Sempre fui ilhéu, perdi o sotaque sem malbaratar as Ilhas-Filhas que trago a reboque, corrente multifacetada de vivências, mundos e culturas distantes que constituem já a essência do meu ser.

Ao longo destes nove anos falei e escutei a maior parte dos autores (e, desses, entretanto, três já nos deixaram **Fernando Aires, Daniel de Sá, José Dias de Melo**). Com eles aprendi e compreendi a canga que os cachacos insulares carregam, muitas vezes, sem o saberem. O dilema da pequenez das ilhas para um autor se afirmar sem

ser reconhecido fora delas, a atração pelo mercado continental mais vasto como forma de afirmação e alforria literária criando um misto de desligamento e apertuguesamento dos autores que se mudaram de armas e bagagens para fora das ilhas, a inveja e ciúme dos que não conseguiram atingir esse patamar de reconhecimento continental, a emancipação de outros que venceram nos EUA e Canadá e a tarefa ingente dos que permanecendo conseguiram alcandorar-se a um reconhecimento externo.

O que muitos deles não acreditavam era que por serem autores açorianos podiam aspirar a serem universais e não apenas insulares, e não apenas portugueses, se entrassem em mercados mais vastos da Europa e do mundo. Esses escritores poderiam chegar bem mais longe e libertar-se da prisão invisível que é a pequenez das 9 ilhas do arquipélago.

Para isso, teríamos de mandar mercados novos e virgens, como a selva amazónica antes dos novos bandeirantes. Se não chegassem às novas gerações açorianas, poderiam alcançar descendentes, e expatriados que aprendem hoje o orgulho da nação açoriana, na cultura, tradição e outros valores primordiais que tão arredados das escolas andam hoje. Mas os Colóquios queriam levá-los a mercados e leitores insuspeitos incluindo a antiga Cortina de Ferro onde há enorme gosto e apetência por escritores lusófonos. Para isso, idealizamos a atual série de Antologias, uma bilingue para captação do mercado norte-americano e canadiano, outra maior em dois volumes com uma seleção dos mais consagrados e uma próxima Antologia no feminino dado que as autoras são sistematicamente esquecidas numa comunidade conservadora e machista como ainda é a sociedade açoriana. Todas estas obras são didáticas para poderem ser estudadas nas escolas e assim se conseguir propagar este vírus altamente contagioso da escrita açoriana para leitores neófitos.

Depois, deparámos com um fenómeno típico das sociedades insulares e bairristas, a existência de “capelinhas”, cliques e claques, em torno das quais gravitavam alguns autores. Nem todos de qualidade despicienda mas dependendo dessas cliques para serem objeto de artigos de jornal ou de visibilidade através da recensão crítica.

Na década de 1990, lentamente, os escritores açorianos foram encontrando o seu espaço, não havendo mingua de quantidade. Na maioria, sem projeção para além destas ilhas, com exceções contemporâneas. Falta ainda destrinçar entre as centenas de autores aqueles que realmente merecem ser incluídos em coletâneas e os outros que se serviram do rótulo da açorianidade para terem alguma visibilidade que, de outro modo, não teriam.

A solução que adotámos foi a de ignorar quem era quem, e sermos nós e os autores dos nossos projetos, a avaliar a qualidade de tais autores, com a ajuda dos autores que já conhecíamos e em quem já confiávamos. Daí as escolhas primeiras das antologias que posteriormente serão alargadas a mais autores e autoras à medida que os fomos descobrindo sob o enorme Guarda-chuva da Açorianidade que a todos alberga. Nem sempre é fácil, pois ao lado de autores como Fernando Aires, Cristóvão de Aguiar, Eduíno de Jesus surgem autores que podemos designar como a Maria da Capela, o

António da Lomba e o José de Rabo de Peixe. Importantes até poderão ser de um ponto de vista de cultura popular, regional, local mas não deveriam nunca estar sob um rótulo de literatura.

Onésimo de Almeida escreveu e coordenou os livros *A “Questão da Literatura Açoriana”* (1983), *“Da Literatura Açoriana – Subsídios para Um Balanço”* (1986) e *“Açores, Açorianos, Açorianidade”* (1989). Antes dele, **Eduíno Borges Garcia** escrevera artigos sobre literatura açoriana no semanário *“A Ilha”* e reunidos em opúsculo, mas ao contrário de outros teóricos, não utilizava a expressão separada do contexto nacional. Aconselhava os escritores açorianos a incluírem nos seus escritos a vida concreta do povo, pretendendo uma literatura açoriana virada para o neorealismo, como reflexo da sociedade real.

O polémico debate académico em torno da expressão «*literatura açoriana*» criou entre os autores que se reuniam nos anos 80, amizades, inimizades, afinidades intelectuais e intertextualidades. Em “Constantes da insularidade numa definição de literatura açoriana”, **J. Almeida Pavão**¹⁷ (1988) afirmava

“...sobre a existência de uma Literatura Açoriana...assume-se tal Literatura com o estatuto de uma autonomia, consentânea com uma essencialidade que a diferencia da Literatura Portuguesa Continental. No polo positivo de um extremo, enquadrar-se-ia a posição de Borges Garcia e no outro extremo situar-se-ia o polo, naturalmente contestatário, formado por Gaspar Simões e Cristóvão Aguiar. Isto, sem falarmos de outros tantos depoimentos, tais sejam os de Pedro da Silveira, Ruy Galvão de Carvalho, Eduíno de Jesus, Carlos Faria, Ruy Guilherme de Moraes, João de Melo e outros mais, quase todos estes compendiados e mais ou menos discutidos na obra A Questão da Literatura Açoriana, de Onésimo Teotónio de Almeida, que passou a tornar-se órgão indispensável de consulta para quem de novo se proponha abordar o problema. Literatura Açoriana sê-lo-ia, na sua vertente política, sem qualquer contradita, se porventura os Açores se tornassem num território ou numa nação independente. E, aí, haveria que inscrevê-la dentro de novas premissas.”

Pedro da Silveira¹⁸ (1922-2003) foi perentório:

«Já deixei notado que o separatismo não produziu nenhuma doutrina normativa da literatura, isto é, sobre o que deveria ser a literatura açoriana.» (Silveira, 1977: 11). *O que custava era aceitar que os escritores açorianos estivessem a desenvolver uma escrita que se diferenciava da de outros autores de Língua portuguesa. É que, nessa escrita, eram visíveis as especificidades que identificavam o açoriano como ser moldado por elementos atmosféricos e sociológicos diferentes, adaptado a vivências e comportamentos que, ao longo dos séculos, foi assimilando, pois viver numa ilha implica(va) uma outra noção de mundividência. A literatura açoriana não precisa de que se aduzam argumentos*

¹⁷ http://lusofonia.com.sapo.pt/acoress/acorianidade_pavao_1988.htm#_ftn11#_ftn11

¹⁸

Autor de “A Ilha e o Mundo” (1953)

a favor da sua existência. Precisa de sair do gueto que lhe tem sido a sina¹⁹.

Falava-se em artesanato, folclore e cultura açoriana mas nada era mais embaraçoso do que falar em literatura açoriana. O problema tinha contornos políticos pois em 1975, Vitorino Nemésio deixara-se utilizar pela Frente de Libertação dos Açores (FLA), movimento independentista, como candidato a Presidente da futura República. Contra a vontade da maioria, os separatistas insistiam em usar a literatura como sinal de identidade nacional.

Machado Pires diz haver “Autores açorianos que estando fora dos Açores, deles se ocupam sistematicamente de modo direto e indireto” (p. 57) e sugeria “**literatura de significação açoriana**” para acentuar a existência de uma literatura ligada à peculiaridade açoriana.²⁰”

No 11º colóquio da lusofonia ou 4º Encontro Açoriano (na Lagoa abril 2009), **Cristóvão de Aguiar** rejeitou o rótulo de literatura açoriana, por considerar que ela faz parte da produção literária lusófona. «O título (literatura açoriana) é equívoco, porque pode parecer que é [uma literatura] separada da literatura portuguesa», afirmou à agência Lusa o escritor.

«É, pelo menos, um ramo único no contexto da literatura portuguesa» contrapõe **Eduardo Bettencourt Pinto**, angolano, «escritor açoriano» por escolha própria.

Há vários autores, os residentes no arquipélago, os emigrados, os descendentes, e os estrangeiros que escrevem sobre os Açores. Falta destrinçar quais incluir na designação açórica. A açorianidade literária (termo cunhado por Vitorino Nemésio, na Revista Insula, em 1932) não está exclusivamente relacionada com peculiaridades regionais, nem com temas comumente abordados como a solidão, o mar, a emigração.

Com respeito a esta definição de Açorianidade que tivemos de reformular aquando da criação este ano no âmbito do Prémio Literário AICL Açorianidade dedicado a Judite Jorge e ao Conto/Narrativa, acolhemos como uma das premissas o conceito de **Martins Garcia** que, admite uma literatura açoriana «enquanto superestrutura emanada de um hábitat, de uma vivência e de uma mundividência».

Como diz **J. Almeida Pavão** (1988)...“assume-se tal Literatura com o estatuto de uma autonomia, consentânea com uma essencialidade que a diferencia da Literatura Continental²¹”.

Assim, para nós, é Literatura de significação açoriana, a escrita que se diferencia da

de outros autores de Língua portuguesa com especificidades que identificam o autor talhado por elementos atmosféricos e sociológicos descoincidentes, justaposto a vivências e comportamentos seculares sendo necessário apreender a noção das suas Mundividências e Mundivivências, e as infrangíveis relações umbilicais que as caracterizam face aos antepassados, às ilhas e locais de origem.

(entra vídeo POWER OF MOTHER NATURE...sem som)

A AICL entende que o rótulo comum de **açorianidade** abarca extratos diversos de idiosincrasias:

- Um de formação endógena, constituído pelos que nasceram e viveram nas Ilhas, independentemente do facto de se terem ou não terem ausentado;
- O dos insularizados ou «ilhanizados» (adotando a designação feliz utilizada por Álvaro Oliveira, a propósito do poeta Almeida Firmino) e de todos aqueles (que não sendo açorianos por nascerem ou hereditariedade) consideram as ilhas como “suas” de um ponto de vista de matriz existencial;
- Um de formação exógena, no qual se incluem todos os que não nascendo nas ilhas a elas estão ligados por matrizes geracionais até à sexta geração

Quando tive o privilégio de traduzir vários autores açorianos acabei por aprender idiosincrasias insulares. Deparei com noções etimologicamente ancestrais contrastando com o uso que se lhes apõe hodiernamente. No Dicionário Morais vêm quase todos os termos “chamados” açorianos. A língua recuada até às origens e adulterada pelo emigrês que trouxe corruptelas aporuguesadas e anglicismos. Tratei de desvendar o arquipélago como alegoria recuando à infância dos autores, sem perder de vista que as ilhas reais já se desfraldaram ao enguiço do presente e não podem ser só perpetuadas nas suas memórias. Nesta geografia idílica não busquei a essência do ser açoriano. Existirá, decerto, em miríade de variações, cada uma vincadamente segregada da outra. Também não cuidei de saber se o homem se adaptou às ilhas ou se estas condicionam a presença humana, para assim evidenciar a sua especificidade ou açorianidade. Antes quis apreender as suas Mundividências e as infrangíveis relações umbilicais que as caracterizavam face aos antepassados e locais de origem. Deduzi características relevantes para a açorianidade:

1. O geomorfismo²² e o clima inculcam um carácter de letargo e de detença;
2. O desconhecimento generalizado dos Açores e de Portugal é mútuo e

— Um de formação endógena, constituído pelos que nasceram e viveram nas Ilhas, independentemente do facto de se terem ou não terem ausentado;

— O dos insularizados ou «ilhanizados», adotando a designação feliz utilizada por Álvaro Oliveira, a propósito do já referido poeta Almeida Firmino;

— E ainda o dos estranhos, como o também já mencionado Raul Brandão.”

²² **Geomorfologia** é um ramo da Geografia que estuda as formas da superfície terrestre. Para isso, tende a identificar, descrever e analisar tais formas, entendidas aqui como relevos, assim como todos seus aspetos genéticos, cronológicos, morfológicos, morfométricos e dinâmicos, tanto pretéritos como atuais e naturais ou antropogénico. O termo vem do grego: Γηος, geos (Terra), μορφή, morfê (forma) e λόγος, logos (estudo, conhecimento).

A geomorfologia centra-se no estudo das formas da paisagem, mas porque estes são o resultado da dinâmica da litosfera como um todo, integra o conhecimento, em primeiro lugar de outros ramos da geografia como a

¹⁹ (“Açores”, Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e Teoria Literária, coordenado por João José Cochofel Iniciativas Editoriais 1977).

²⁰ p. 59 – “Para um conceito de literatura açoriana” in Raul Brandão e Vitorino Nemésio. Ensaios. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, col. “Temas Portugueses”, 1987).

²¹ Citando J. Almeida Pavão (1988)

“...de **Onésimo de Almeida**, diríamos que o seu critério, assente na idiosincrasia do homem das Ilhas, nelas nado e criado, nos levanta uma dificuldade: a de englobarmos no mesmo conteúdo da Literatura Açoriana os autores estranhos que porventura as habitaram, já na idade adulta, como o **Almeida Firmino** de **Narcose** ou as visitaram, descortinando as suas peculiaridades pelo impacto de estruturas temperamentais forjadas em ambientes diversos, como é o já citado caso de Raul Brandão de “As Ilhas Desconhecidas”. Entendemos, pois, que deverão ser abrangidos num rótulo comum de insularidade e açorianidade três extratos diversos de idiosincrasias:

quase igual ao de há muitos séculos;

3. O meio social reflete uma estratificação por classes, ainda vincadamente feudal apesar do humanismo que a revolução de 1974 alegadamente introduziu nas relações sociais e familiares;

4. Fora das pequenas metrópoles que comandam a vida em cada ilha, num centralismo autofágico e macrocéfalo, persiste uma arreigada adjacência das gentes à terra e ao mar, perpetuada em crenças e medos ancestrais exorcizados por celebrações mistas de religiosidade e paganismo;

5. Permanecem ainda quase como tabus problemas endémicos como a pedofilia, violência doméstica, machismo, entre outros.

Nestes Colóquios já homenageamos entre outros escritores açorianos FERNANDO AIRES, EMANUEL FÉLIX, EDUÍNO DE JESUS, ONÉSIMO ALMEIDA, DIAS DE MELO, CRISTÓVÃO DE AGUIAR, DANIEL DE SÁ, VASCO PEREIRA DA COSTA, EDUARDO BETTENCOURT PINTO, VALADÃO SERPA, URBANO BETTENCOURT.

Hoje vamos falar de ÁLAMO OLIVEIRA, um artesão de palavras, poeta telúrico, eclética voz que se ergue do Raminho na Ilha Terceira gritando a sua idiossincrasia açoriana, como narrador das suas andanças por terras da Europa, Brasil e da América do Norte.

Victor Rui Dores, escreveu que “Álamo faz das suas itinerâncias e peregrinações uma geografia afetiva de lugares, memórias e coisas, atravessadas por olhares, impressões, alusões, afetos e imagens, procurando na viagem não o destino mas a sua própria natureza”.

Álamo é um autor prolífico que merece ser homenageado, lido, estudado e divulgado por esse mundo fora, não pode ficar contido na pequenez das nove ilhas e do jardim à beira-mar plantado. Tem de ser rojado a esses mares alterosos nas caravelas da sua escrita de velas enfunadas pela poesia, teatro, contos e romance.

Há que salientar a sua incursão purgatória na guerra colonial no livro “Até hoje (memórias de cão),” uma constante alternância entre a dura realidade da guerra em 1967 e a saudade da ilha de origem do personagem João. Nessa visão, a ilha assume contornos de paraíso perdido como um utópico lugar de referência. Ali, a memória serve como válvula de escape ou mecanismo de defesa contra a traumática selvajaria da guerra que nunca mais surgia, num suspense que se alarga a seis capítulos que percorrem o concubinato entre a Igreja e o Estado Novo onde, citamos, “o silêncio é a força da virtude e a ignorância o progresso dos povos”.

O autor considera este livro como catarse sobre a guerra colonial, embora se sinta imensamente orgulhoso do livro “Já não gosto de chocolates,” um dos seus títulos de maior apreço por parte dos leitores.

Álamo escreve desde tenra idade, tendo sido publicado aos 14 ou 15 anos. Foi marcado pelos livros de contos infantis que a avó tinha, e influenciado bem cedo por obras clássicas como as Pupilas do Senhor Reitor e a Cidade e as Serras.

Embora prefira a ficção, o teatro serve para se divertir e a poesia representa uma espécie de libertação pessoal, a acreditar nas entrevistas que deu. Alguns dos seus livros foram já traduzidos para inglês, francês, italiano, espanhol, croata, esloveno e japonês. No 19º colóquio na Maia em março 2013, dois poemas seus foram traduzidos para nove línguas, “Lua de Ganga” e “Eu fui ao Pico e piquei-me”.

Vamberto Freitas explica assim o autor:

“Se a Natureza é uma realidade inescapável para a maioria dos escritores açorianos, dada a sua instabilidade e constantes manifestações de certos humores e cor, dada a nossa obsessão com o cerco do mar e as suas antigas ameaças de nos fechar do mundo, a poesia de Álamo Oliveira nunca acontece sem a presença do elemento humano centrado viva mas solitariamente, ou em estado apático e incerto no seu olhar fixado no longe e no inefável para além da junção do céu e mar, tentando adivinhar o que poderia ter sido um outro destino. Quase toda a poesia açoriana parece um choro sem lágrimas, nunca acusatório, das saudades do futuro que nunca chega, as saudades das terras distantes para as quais inventamos as nossas próprias fantasias, e de onde depois lamentamos até à morte a nossa partida do torrão natal. É o perpétuo ciclo existencial, a condenação dos naufragos e a libertação dos ilhéus navegantes.” fim de citação

Para falar de Álamo, escritor que tardiamente conheci pessoalmente deparou-se-me um problema. Para escrever sobre outros autores fui conhecer e visitar as suas ilhas, não só as autênticas mas as imaginadas que acartam ao pescoço como colar de negro basalto, lava encordoadá há muito solidificada. Como ainda não conheço a ilha Terceira nem o Raminho não posso psicanalisar os locais que lhe são queridos onde foi buscar o magma vivo da musa inspiradora para os seus inúmeros livros e peças teatrais.

Quando escrevo sobre os autores açorianos gosto de conhecer os caminhos trilhados, ver as casas que formaram a sua história de vida infantojuvenil e as suas ruínas, olhar nos olhos os seus habitantes, fotografar as cores e memorizar os cheiros, para depois poder dissecar as palavras que os descrevem. Não tendo isso, a mera

Climatologia, Hidrografia, Pedologia, Glaciologia, Paleogeografia e, do outro lado, também integra contributos de outras ciências, para incluir o impacto dos fenómenos biológicos, geológicos e antrópicos no relevo. Este ramo da ciência integra-se tanto na geografia física, como na geografia humana, devido aos desastres naturais e às relações homem-ambiente, e também na geografia matemática, no que diz respeito à topografia). A geomorfologia toma forma no final do século XIX pelas mãos de William Morris Davis, que também é considerado o pai da geografia americana. Nesse tempo, a ideia prevalecente sobre a criação do relevo era do catastrofismo como causa principal. Davis e

outros geógrafos começaram a demonstrar que outras causas foram responsáveis pela modelagem da superfície da Terra. Davis desenvolveu uma teoria da criação e destruição da paisagem, a que ele chamou de “ciclo geográfico”. Obras como “The Rivers and Valleys of Pennsylvania”, “The Geographical Cycle” e “Elementary Physical Geography”, deram um forte impulso inicial, seguido por outros estudiosos, como Mark Jefferson, Isaiah Bowman, Curtis Marbut, que foram consolidando a disciplina.

leitura dos seus escritos indica-me que não o conheço como queria para dele falar numa sessão onde o queremos homenagear.

Sendo um escritor prolífico e um autor eclético que se espraia por Teatro, Romance, Conto, Poesia, Álvaro não se confina aos estreitos limites de cada género antes dando razão aos apoiantes da teoria Gestalt ou psicologia da forma, que propugna que “*não se pode ter conhecimento do todo por meio das suas partes, pois o todo é maior que a soma das suas partes*”.

Segundo o critério da transponibilidade, independentemente dos elementos que compõem determinado objeto, a forma é que sobressai: as letras *r, o, s, a* não constituem apenas uma palavra em nossas mentes: “*(...) evocam a imagem da flor, seu cheiro e simbolismo - propriedades não exatamente relacionadas às letras.*”

Em “*Já não gosto de chocolates,*” Álvaro fala da forma como os descendentes de açorianos, que bem conhece dado ter familiares emigrados na América do Norte e lá ter lecionado, são atraídos pelos festivais religiosos, passando horas nos seus carros (alegóricos ou não) com a mesma intensidade de sacrifício com que fariam uma procissão a pé, de forma a exaurir a “saudade”. Esse sentido de pertença das comunidades da diáspora perpetua-se em vídeos partilhados por familiares e amigos separados pela geografia. Por outro lado, as comunidades envolvem as crianças e os jovens, desde tenra idade, para não perderem o seu sentido identitário apesar de integrados nos locais onde vivem.

A assustadora incerteza da vida nas ilhas sempre sob esconsas ameaças indefinidas não se deixa subverter pelos valores históricos, culturais e ideológicos da ilha onde Álvaro nasceu, mas simultaneamente transmite uma universalidade que em muito transcende estas narrativas da diáspora californiana. A sua diegese intimista desce ao complexo mundo dos personagens, que, como escreveu Assis Brasil “*deixam de ser emigrantes para se converterem em seres humanos.*”²³

Como Vamberto Freitas diz²⁴ “*os Açores não são um espaço cultural anacrónico nem Álvaro Oliveira é um elitista cultural fechado numa torre de marfim, muito menos um masoquista que trabalhe para castigo próprio ou por contemplação narcisista. Acontece que ele, e todos nós com ele no arquipélago, estamos perfeitamente conscientes do que nos leva a fazer suplementos culturais: a força da tradição literária açoriana.*” **Fim de citação**

A nostalgia do ser ilhéu atinge na sua lírica uma força centrípeta capaz de ultrapassar os espasmos telúricos que perpassam pela sua vasta obra, pejada de títulos curiosos como podem ler na autobiografia que selecionamos e publicamos na ata deste colóquio.

Vamberto considera o seu mais recente livro “*Murmúrios com vinho de missa*” como “*o romance do ano, pela sua beleza formal, pela audácia da sua temática, o sexo como moeda de troca na sociedade dos nossos tempos. Antes do sucesso deste seu outro romance, era já reconhecido no arquipélago como uma das mais vivas e criativas vozes da literatura açoriana, sobretudo na sua poesia e teatro. Desde sempre hiperconsciente da sua realidade de homem ilhéu, a sua temática centra-se na procura do amor e*

entendimento num mundo já sem fronteiras e em constante turbulência e transformação.”

António de Assis Brasil escreve na contracapa: “*Tenho para mim que este livro é a suma de todas as preocupações de Álvaro Oliveira, e, sua obra-prima, sem desmerecer sua obra anterior, reconhecida como das mais importantes da língua comum a toda lusitanidade. Uma história comovente de desejo e irrealização, que nos agarra por sua densidade humana. Ao mesmo tempo, “Murmúrios com vinho de missa” mostra-nos o infeliz poder da repressão moral, ainda em nossa sociedade contemporânea. Uma leitura inesquecível!*”

Antes de terminar a abordagem à obra deste vate terceirense, cito-o, de novo em lua de ganga

*quando te via
na ganga azul do teu fato
embandeirava-me de ternura
e propunha despir-te como
se lua fosses ou nada*

*tocava
com a ponta dos dedos
o poema do teu corpo*

era azul mas eu morria de medo

Como saborear o perfume da sua poesia e o sabor dos seus chocolates? Quando fiz o 5º Caderno de Estudos Açorianos que a ele era dedicado e quando traduzi excertos de algumas das suas obras algo ficou gravado para sempre na retina como a imagem mental que dele guardo. Trata-se da sua interpretação soberba, diria magistral, de a *Treceira de Jasus* gravada sobre as ruínas do terrível terramoto que destruiu grande parte da cidade património da humanidade Angra do Heroísmo.

Pela musicalidade da peça que se entranha no ouvido e rapidamente nos damos conta de a cantarolar mesmo em sonhos, pela acerada crítica que as suas palavras encerram, e por entender que todas a deveriam ouvir e ver para dessa forma melhor interpretarem o autor aqui vos deixo essa sua representação. Creio que assim teremos escolhido uma das melhores formas de o homenagearmos.

(entra vídeo [ÁLAMO A TRACEIRA DE JASUS](#) com som)

²³ http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via03/via03_16.pdf

²⁴ http://lusofonia.com.sapo.pt/acoress/acorianidade_freitas_1998b.htm

ATAS/ANAIS SEIA 2013 - XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA. 15-18 outubro 2013

9. CÍCERO V. SANTOS, S. PAULO, BRASIL, PRESENCIAL



É SÓCIO DA AICL

TOMOU PARTE NOS COLÓQUIOS NA RIBEIRA GRANDE 2006 E 2007, EM BRAGANÇA 2007, 2008, 2009, LAGOA 2008 E 2009, BRASIL 2010, MACAU 2011, VILA DO PORTO 2011, LAGOA E GALIZA 2012

10. CONCEIÇÃO CASTELEIRO, PORTUGAL ASSISTENTE PRESENCIAL



É SÓCIO DA AICL. E ACOMPANHA OS COLÓQUIOS DESDE 2010

11. CONCHA ROUSIA, AGLP, GALIZA

CONCHA Rodríguez PÉREZ, Nascida o 04-10-1962, em Covas (Os Brancos, Galiza). Psicoterapeuta. Licenciada em 1995 em psicologia pela Universidade de Santiago de Compostela, *especialidade em psicologia clínica*. Master in Science, Marriage and Family Therapy, Universidade Maryland, USA, 1999. Tese de graduação intitulada "*Multilingualism and psychotherapy*".

Secretária da Fundação Academia Galega da Língua Portuguesa e cofundadora da AGLP em 2008.

Membro da Associação Galega da Língua desde 2004.
Membro da associação Cultural Pró AGLP.
Presidente pela parte galega do Instituto Cultural Brasil Galiza, fundado em 2009, apresentado publicamente em Santa Catarina em março de 2010 e em Madrid em outubro deste mesmo ano.

Membro da Junta Diretiva da Ordem dos Psicólogos da Galiza, e Coordenadora da Comissão Cultural, desde onde, entre outras atividades criou o Prémio Literário 'Rosa de Cem folhas' que vai pela sua quarta edição.



PUBLICAÇÕES:

As Sete Fontes, Romance publicado em 2005, formato e-book pela editora digital portuguesa ArcosOnline (Arcos de Valdevez, Portugal).

"Dez x Dez" 2006, Antologia poética, Abrente Editora (Galiza).

"Cem Vaga-lumes" Obra composta por 16 haikus premiados e publicados pelo Concelho de Ames, ano 2006.

.Herança, Conto publicado em 2007 em *Rascunho* (Jornal de literatura do Brasil), Curitiba, Brasil.

ATAS/ANAIS SEIA 2013 - XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA. 15-18 outubro 2013

Primeira Antologia do Momento Lítero Cultural, em formato digital. 2007, Porto Velho, Brasil.

Nas Águas do Verso. Antologia. 2008, Porto, Portugal.

Antologia do XXII festival de Poesia do Condado. 2008, Gráficas Juvia.

Poeta, Mostra a tua Cara. Antologia. 2008, RG, Brasil.

Mulheres. Antologia poética. 2011, Mulheres Feministas do Condado, Galiza.

IV Antologia de poesia lusófona. 2012. Folheto, Leiria, Portugal.

Volume 7 da Coleção **"Poesia do Brasil"**, XV Congresso Brasileiro de Poesia, em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil.

Tem publicado **poemas, contos, crónicas, e outros textos** em revistas galegas como Agália ou A Folha da Fouce; e em jornais como o Novas da Galiza, Galicia Hoxe, A Nosa Terra, Portal Galego da Língua, Vieiros, e em brasileiras como Momento Lítero Cultural.

Agora Já Não é Nada: Narrativa da desfeita, Lethes 2007. É uma análise do significado da perda das funções que mantinham os espaços comunitários que desapareceram com a desarticulação da cultura tradicional.

Um dia, Publicado em A Nossa Terra; 2006. Análise da violência de género.

Mudança de Narrativa Linguística, Boletim da AGLP 2008.

Prémios

Prémio de Narrativa do Concelho de Marim, 2004, Galiza.

Prémio de poesia do Concelho Ames, 2005, Galiza.

Ganhadora do Certame Literário Feminista do Condado, 2006, Galiza. Com o romance "A Língua de Joana C"

Em março de 2010 fez parte da Comitiva Oficial do 13º colóquio da Lusofonia, à Academia Brasileira de Letras, onde proferiu uma palestra sobre a participação da Galiza nos Acordos Ortográficos da Língua Portuguesa. Em 2011 fez parte da Comitiva Oficial do 15º Colóquio a Macau. Foi nomeada Patrona da AICL no 16º Colóquio, Out.º 2011. Administradora do blogue 'República da Rousia': republicadarousia.blogspot.com

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

TOMA PARTE NOS COLÓQUIOS DESDE LAGOA 2008, BRAGANÇA E LAGOA 2009, BRASIL E BRAGANÇA 2010, MACAU E SANTA MARIA 2011, LAGOA E GALIZA 2012

TOMA PARTE NA SESSÃO DAS ACADEMIAS E NA SESSÃO DE POESIA

12. D'SILVAS FILHO, COLABORADOR DO CIBERDÚVIDAS ASSISTENTE PRESENCIAL



PARTICIPOU COMO PRESENCIAL EM 2002 (PORTO), 2003 E 2007 (BRAGANÇA)

13. EDUARDO MENDONÇA, ASSISTENTE PRESENCIAL

Eduardo Mendonça, resido na zona de Seia e sou professor do Ensino Secundário. Sou natural dos Açores, ilha Terceira, e, naturalmente, tenho grande interesse por tudo o que diga respeito à minha terra natal. Para além disso, realizei o Mestrado em Literatura Açoriana (sobre o poeta Roberto de Mesquita) e, neste momento, estou a preparar a minha tese de Doutoramento sobre o mesmo autor (na Universidade de Coimbra).

PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ

14. ELISA BRANQUINHO, E.S. SEIA, PORTUGAL



ELISA BRANQUINHO é mestre em Supervisão, pela Universidade de Aveiro, Pós-Graduada em Supervisão Pedagógica no Ensino das Línguas e licenciada em Línguas e Literaturas Modernas. Atualmente, é professora de Português na Escola Secundária

ATAS/ANAIS SEIA 2013 - XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA. 15-18 outubro 2013

de Seia. Acumulou larga experiência como Orientadora de Estágios e Avaliação de Professores.

APRESENTA TRABALHO COM ANABELA SARDO E ZAIDA PINTO

TEMA 1.3. CINCO DIAS, CINCO NOITES DE MANUEL TIAGO/ÁLVARO CUNHAL: A LITERATURA "COMPROMETIDA COMO FORMA SUPERIOR DE SER E ENTENDER O MUNDO. ELISA BRANQUINHO, E. S. DE SEIA

TOMOU PARTE PELA PRIMEIRA VEZ NO 13º COLÓQUIO NO BRASIL, SEGUINDO-SE O 16º EM VILA DO PORTO EM 2011 E O 18º NA GALIZA 2012

15. FRANCISCO MADRUGA, EDITORA CALENDÁRIO DAS LETRAS

FRANCISCO FERNANDES MADRUGA, nascido em Mogadouro, Distrito de Bragança a 6 de maio de 1957, vive em Vila Nova de Gaia desde os 4 anos.

Foi sócio fundador das Editoras Campo das Letras, Campo da Comunicação, do Jornal *Le Monde Diplomatique* edição portuguesa e da Empresa de Comércio Livreiro, distribuidora da Editorial Caminho. Foi Membro da Comissão Organizadora do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro. Trabalhou no Jornal Norte Popular e foi colaborador permanente do jornal A Voz do Nordeste. Teve colaboração regular nos Jornais Nordeste, Mensageiro de Bragança e Informativo. Editou em colaboração com a Revista BITÓRO a Antologia Novos Tempos Velhas Culturas.

Foi fundador do Fórum Terras de Mogadouro e responsável pela respetiva Revista. Foi Membro da Direção da APEL - Associação Portuguesa de Editores e Livreiros durante 2 mandatos. Foi Fundador da Calendário de Letras, projeto Cultural onde desenvolve a sua atividade profissional.

Convidado a estar presente no colóquio de 2009 foi selecionado em 2010 para ir ao Brasil, e em 2011 a Macau sendo a partir daí Editor Residente dos Colóquios na tarefa de divulgar e buscar parcerias editoriais, e apresentar uma pequena mostra com exemplares de autores contemporâneos portugueses (e dos Açores, como Anabela Mimoso, Cristóvão de Aguiar, Chrys Chrystello, Vasco Pereira da Costa, etc.)

É o editor da Antologia (monolíngue) de Autores Açorianos Contemporâneos de Helena Chrystello e Rosário Girão, e da sua versão bilingue (Português-Inglês).

Será o editor da Antologia 9 ilhas, 9 escritoras.

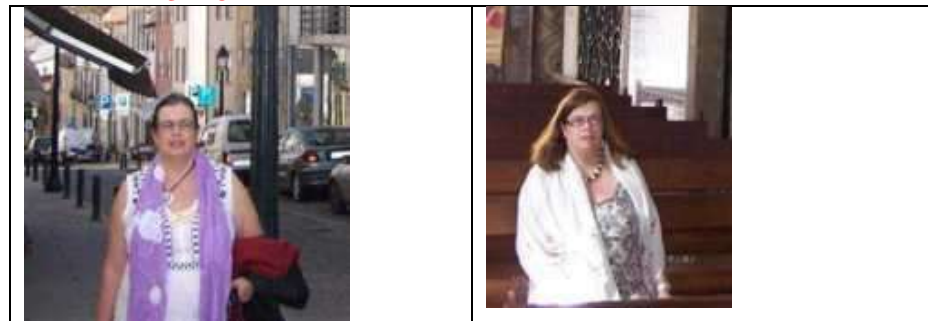


É SÓCIO FUNDADOR DA AICL E PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL

TOMOU PARTE NOS COLÓQUIOS DA LAGOA 2009, BRAGANÇA 2009, BRASIL 2010, BRAGANÇA 2010, MACAU E SANTA MARIA 2011, LAGOA E GALIZA 2012.

ORGANIZA A MOSTRA DE LIVROS MODERA UMA DAS SESSÕES

16. HELENA ANACLETO-MATIAS, ISCAP, IPP ASSISTENTE PRESENCIAL



HELENA ANACLETO-MATIAS, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto. hanacleto@iscap.ipp.pt; mhelenamatias@hotmail.com.

Desde 1993 que é docente na área de Línguas e Culturas do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto.

Licenciada (1988), Mestre (1997) e Doutoranda (desde 2008) na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Helena Anacleto-Matias completou uma pós-graduação como intérprete de conferências (Universidade de Genebra, 1989), enquanto bolseira do Parlamento Europeu, e outra pós-graduação em Estudos Norte-Americanos (Smith College – EUA, 1990), com uma bolsa Fulbright.

Publicou artigos em Portugal, Chipre e Países Baixos nas áreas da Linguística, Estudos Interculturais, Literatura, Tradução e Interpretação e publicou o seu primeiro livro “Emma Lazarus – Vida e Obra” na Editora Cão Menor, em 2008.

Como pontos altos de comunicações apresentadas em congressos internacionais destacam-se Singapura (2002), Santiago de Compostela (coautora, 2003), Bélgica (2006, 2011), Chipre (2007), Valência (2008), Brasil (2010) e Macau (2011).

Esteve igualmente em mobilidade Erasmus na Universidade Nicolau Copérnico, em Toruń – Polónia (2009). O seu interesse pelos Estudos Lusófonos tem vindo a crescer desde que participou no IX Congresso da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP – Viseu, 2001). Tendo ensinado Português como Língua Estrangeira no Porto (1992/93) e em Bruxelas (2006/2007),

É A DÉCIMA NONA VEZ QUE PARTICIPA NOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA (DESDE 2003 EM BRAGANÇA). É SÓCIO FUNDADOR DA AICL E SECRETÁRIA DO CONSELHO FISCAL

17. HELENA CHRYSTELLO, EB,2,3 MAIA & AICL



MARIA HELENA FERREIRA DA COSTA-SIMÕES CHRYSTELLO, Vice-Presidente da direção, Membro dos comités científico e executivo dos Colóquios desde o primeiro, preside ao Secretariado e é moderadora de sessões.

Helena Chrystello tem uma Licenciatura em Ensino, variante de Português – Francês e Mestrado em Relações Interculturais, subordinado ao tema Da Língua à Interculturalidade: um estudo de caso pela Universidade Aberta.

Possui o curso superior de Secretariado do Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), Lisboa; Certificat Pratique de la Langue Française, Université de Toulouse – Le Mirail e Certificado de Aptidão Profissional – Bolsa Nacional de Formadores, Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Lecionou, desde 1976/1977 e durante vários anos no ensino básico, secundário e profissional (coordenadora de cursos e da PAP – Prova de Aptidão Profissional). Foi assistente na Escola Superior de Educação de Bragança, na área científica de Língua Francesa (2002/2005) e supervisora de estágios.

Foi tradutora da PNN-LUSA, Sydney, proporcionando serviços de apoio de tradução, interpretação e comunicação social, nos campos linguístico, literário e técnico em congressos (1995-2005). Foi tradutora de Francês Técnico de programas para cursos técnico-profissionais da CICOPN (1986/1988).

Participou e foi oradora em vários congressos nacionais e internacionais, com trabalhos publicados em atas e revistas científicas da especialidade.

É associada da ACT/CATS 'Association Canadienne de Traductologie' e à SLP.

Membro nomeado do júri do Prémio Literário da Lusofonia (anual) de 2007 a 2009.

Membro nomeado do júri do Prémio Literário da Lusofonia (anual) de 2007 a 2009 e do 1º Prémio Literário AICL Açorianidade 2013 – JUDITE JORGE -.

Coautora com a Professora Doutora Maria Rosário Girão dos Santos (Universidade do Minho) da Antologia DE (17) AUTORES AÇORIANOS CONTEMPORÂNEOS já incluída no Plano regional de Leitura e cuja edição bilingue (PT-EN) de 15 autores, foi lançada no 16º colóquio.

Lançou no 19º colóquio a edição monolíngue daquela Antologia em dois volumes.

Na EB,2,3 da Maia é Coordenadora do Departamento de Línguas e exerce funções de Avaliadora do Desempenho Docente

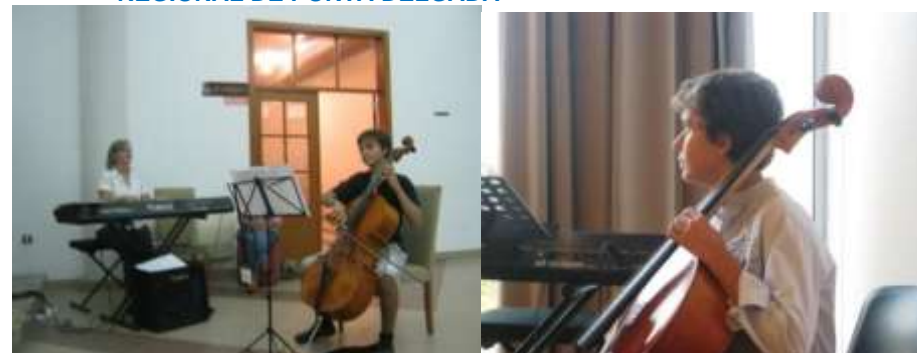
Tem pronta nova obra sobre dramaturgia açoriana e trabalha na Antologia 9 ilhas 9 escritoras açorianas.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. E VICE-PRESIDENTE DA DIREÇÃO

TOMOU PARTE EM TODOS OS 20 COLÓQUIOS

MODERA UMA DAS SESSÕES

18. HENRIQUE ANDRADE CONSTÂNCIA, CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA



HENRIQUE ANDRADE CONSTÂNCIA - Nasceu em Ponta Delgada, a 28 de julho de 1997. Iniciou os seus estudos musicais no Conservatório Regional de Ponta Delgada, em Violino e Percussão.

Aos 10 anos iniciou o estudo do Violoncelo e frequenta presentemente o 7º grau do curso de violoncelo, em regime articulado, na classe da professora Teresa Carvalho.

ATAS/ANAIS SEIA 2013 - XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA. 15-18 outubro 2013

Foi selecionado para participar no X e XI estágios da OJ.COM – Orquestra de Jovens dos Conservatórios Oficiais de Música, realizados em Coimbra (2011) e Aveiro (2012) e participou, também, nos dois estágios regionais de orquestra, sob a direção do maestro Rui Massena e em Workshops de verão da Escola Metropolitana de Lisboa sob a direção dos maestros Pedro Neves e César Viana.

Frequentou o curso de verão Musicaldas 2011, orientado pela violoncelista Teresa Valente Pereira.

Em abril de 2012 e de 2013 frequentou um estágio de orquestra em Bayreuth (Alemanha), constituída por jovens músicos de vários países da Europa, que realizou concertos em Paris, Estrasburgo, Berlim e Leipzig.



JÁ TOMOU PARTE EM 2011, NO 16º COLÓQUIO DA LUSOFONIA EM VILA DO PORTO (SANTA MARIA), NO LANÇAMENTO DO LIVRO CRÓNICA AÇORES VOL 2., NESSE MESMO ANO NA MAIA E NA RIBEIRA GRANDE E AINDA NO 19º COLÓQUIO TAMBÉM NA MAIA. ATUARÁ NOS DOIS RECITAIS.

19. ISA SEVERINO, ESTH, IPG, UDI/UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR. isaseverino@ipg.pt

ISA SEVERINO, Isa Margarida Vitória Severino

Experiência Profissional

Desde abril de 2001 docente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda

De 1999 a abril 2001 – docente do Ensino Secundário

Realização de dois períodos Erasmus, enquanto docente, em Kielce (Polónia) e Nicósia (Chipre)

Habilitações Literárias

Doutoranda em Literatura na Universidade de Aveiro

Mestre em Estudos Portugueses (Linguística) pela Universidade de Aveiro

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas - Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Participação em Congressos

Tem participado em vários congressos nacionais e internacionais, que decorreram em Lisboa, Porto, Coimbra, Ribeira Grande, Rio de Janeiro, Salamanca, Santiago de Compostela, Macau, Florianópolis, tendo apresentado artigos que constam publicados nas atas dos encontros.

Investigação

Membro do CPNq - *Figurações do feminino et alii*, sob coordenação da Prof. Doutora Maria Lúcia Dal Farra

Membro da UDI – Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior

TOMOU PARTE NO 6º COLÓQUIO RIBEIRA GRANDE 2006, NO 13º COLÓQUIO NO BRASIL 2010 E NO 15º EM MACAU 2011.



TEMA 1.3 FLORBELA – DA CONFISSÃO DO DIÁRIO À REINVENÇÃO DE SI, ISA SEVERINO, ESTH, IP GUARDA

Resumo

A escrita diarística assume um papel primordial e inclusive incontornável para o entendimento de Florbela. Apesar da sua curta dimensão, constituído apenas por trinta e dois fragmentos, é possível analisar um *eu* polidrico, em busca de si e concomitantemente em constante efabulação.

Neste sentido, no âmbito da presente comunicação, pretendemos analisar o discurso deste *eu*, que oscila entre polos extremos, de modo a captarmos as diversas imagens que faculta.

1.

Os diferentes registos de Florbela Espanca quer em verso quer em prosa revelam, de modo mais ou menos explícito, o retrato de um *eu* que se espria no corpo textual. Com efeito, é difícil ficar imune aos retratos que os textos nos facultam deste *eu*. Retratos, por vezes, contraditórios, multifacetados, que se desdobram em novas máscaras, ocultando o rosto que lhes subjaz.

Neste sentido, e fazendo jus ao título da comunicação, propomos uma (re)leitura do *Diário* de Florbela Espanca, de modo a perscrutarmos o retrato que este *eu* esculpe nos seus registos diarísticos.

Apesar da sua curta dimensão, o *Diário* da poeta portuguesa não deixa de ter expressividade, permitindo-nos perceber a interligação que se estabelece entre o seu diário e os seus versos, já que nos dois registos é perceptível a imagem de um *eu* que deambula entre a procura de si, o narcisismo que o domina e, não raras vezes, entre uma nostalgia que o assola.

2.

No âmbito desta reflexão, evocamos o primeiro fragmento do seu curto diário, datado de onze de janeiro de 1930, o qual inicia com uma sequência de perguntas retóricas, revelando um *eu* que procura através do *outro* – um passível leitor – descortinar os traços do *eu* que escreve e viabilize um maior autoconhecimento:

Para mim? Para ti? Para ninguém? Quero atirar para aqui, negligentemente, sem pretensões de estilo, sem análises filosóficas, o que os ouvidos dos outros não recolhem: reflexões impressões ideias, maneiras de ver, de sentir – todo o meu espírito paradoxal, talvez frívolo, talvez profundo.

Foram-se, há muito, os vinte anos, a época das análises, das complicadas dissecações interiores. Compreendi por fim que nada compreendi, que mesmo nada poderia ter compreendido de mim. Restam-me os outros... talvez por possa chegar às infinitas possibilidades do meu ser misterioso, intangível, secreto (Espanca, 2002: 256).

Como explica Paula Morão, Florbela dirige-se “para esse vago, talvez ansiado interlocutor que logo parece ser negado por ninguém”, (...) “respeitando o protocolo geral da diarística” (Morão, 1997:110). O pronome indefinido “ninguém” parece justificar a aparente despreocupação e inclusive um descomprometimento face ao registo escrito, visto que se trata de uma escrita íntima do foro pessoal, não almejando *a priori* qualquer destinatário a não ser o próprio autor, sujeito e simultaneamente objeto do texto. Tal

facto é reiterado pela repetição da preposição *sem* – “sem pretensões de estilo, sem análises filosóficas”.

O *eu* diarístico obedece, por um lado, ao impulso de registar, de modo espontâneo e inclusive negligente, as impressões diárias assinaladas sem quaisquer preocupações de estilo e sem análises filosóficas. Por outro lado, evidencia o raciocínio que subjaz à vivências dos dias e lhe permite recolher a panóplia “de reflexões impressões ideias, maneiras de ver, de sentir”, através dos quais se distingue dos demais.

Não obstante da curta extensão, este fragmento, aliás como todo o diário, merece uma particular atenção, pois estabelece uma linha condutora com a obra poética de Florbela, evidenciando os mesmos temas e a mesma indefinibilidade inerente à representação do *eu*. Nele é possível perceber a presença de um *eu* em confronto consigo mesmo, procurando redefinir fronteiras e limites que se afiguram impossíveis, como expressa o oximoro a que recorre para se descrever – “todo o meu espírito paradoxal, talvez frívolo, talvez profundo”. Bela utiliza termos cujas cargas semânticas são antagónicas: “frívolo” remete para leviandade, futilidade, volubilidade e inconstância; enquanto “profundo” está associado a complexidade, perspicácia e abrangência. A dupla utilização do advérbio “talvez” introduz a dúvida de um sujeito que define o seu espírito, utilizando definições que não podem coexistir.

Assim, a autora parece denunciar resignação e inclusive um certo cansaço/esgotamento inerente a quem passou muito tempo com análises minuciosas, “dissecações interiores”, numa tentativa de se compreender. Tal entendimento, porém, afigura-se-lhe impossível – “Compreendi por fim que nada compreendi, que mesmo nada poderia ter compreendido de mim.” Deste modo, confessa – “Restam-me os outros”. E se dúvidas houvesse sobre a verdadeira intenção da autora ao escrever o diário, se este se dirigia ao *eu* que escreve a um *tu*, *ou* até mesmo a “ninguém”, *agora* parece tornar-se mais claro que a autora escreve este texto para se dirigir a um leitor, expressando o desejo que este o leia, como explica Paula Morão:

(...) o fragmento fecha-se sobre uma espécie de remissão para um leitor futuro, afinal dando corpo e sentido ao genérico e aparentemente negativo “ninguém” da abertura: não se fala mais de “ninguém” mas do seu par positivo, um “alguém” que “leia” e “realize” o que “eu não pude”. (Morão, 1997:110)

Na verdade, o *outro* assume um papel incontornável quer no diário quer na poesia de Florbela Espanca. O *outro* parece assumir o papel primordial no conhecimento deste *eu* que irrompe derrotado por anos de cansaço, minado por “dissecadas” e infecundas autoanálises. É através do *outro* que Florbela procura alcançar um conhecimento de si. É no *outro* que a autora deposita a difícil tarefa de interpretação para o seu ser – “misterioso, intangível, secreto”.

No entender de Paula Morão esta passagem é reveladora de: *uma falência do próprio eu, das suas capacidade analíticas e autorregeneradoras, que são uma razão mais a remeter a solução desta derrota reconhecida para os “outros”, intermediários e espelhos possíveis para um eu em dificuldades para se bastar e se suportar a si mesmo (Morão, 1997:111).*

Efetivamente, o *eu* diarístico revela uma (aparente) incapacidade para se analisar e inclusive para se revivificar, numa tentativa de procurar soluções eficazes para esta procura. Desta forma, os *outros* funcionam como mediadores, a escapatória possível para a busca ontológica deste *eu*.

Florbela situa-se, assim, entre os antípodas. O recurso ao paradoxo bem como a construções antitéticas acentua o dilema deste *eu* em busca de si; um dilema sentido, é certo, mas também encenado, como assinala Natália Correia:

Esse pechisbeque fulgente do cognato frívolo da sua personalidade sequiosa de infinito – requisito bicéfalo da vigência mítica de que Florbela é sujeito dramático – chispa nas fulgurantes banalidades dos seus versos. Uma poesia maquilhada com langores de estrela de cinema mudo. Carregada de pó de arroz. Mas quem espalha essa poalha perfumada é a mão da virgem que nela se envolve para velar a sua intangibilidade. (Espanca, 1982: 10)

Numa linguagem metafórica, Natália Correia, no seu prefácio ao *Diário* de Florbela Espanca, procura desmistificar os artificios utilizados pela autora, estabelecendo algumas relações com a obra poética. Neste sentido, refere-se a Florbela, dizendo que “A frívola dissipa-se na inconstância da sua insaciabilidade...” (Espanca, 1982:10) Desta forma, parece evidenciar o caráter aparentemente supérfluo do *eu* diarístico, reforçando traços que lhe são indissociáveis – a volubilidade e a avidez.

Com efeito, este prólogo veio dar um importante contributo à desmistificação da imagem projetada por Espanca no seu *Diário*. Como sugere Natália Correia, Florbela era uma personagem sedenta de infinito, pois para ela não havia limites. Limites para amar, numa ânsia de desenfreada, de se entender e ser entendida pelos outros, de ser amada e idolatrada. Aliás, existe em Florbela o desejo de projeção através do outro, o desejo de fusão no outro, desde que este reflita uma imagem especular do *eu*, como é visível nos seus sonetos. Este aspeto teve concretização na própria vida de Florbela, tendo desembocado em três casamentos. Experiências que iniciaram com fulgor, mas cujo desenlace coincide com o desencanto deste *eu*.

Assim, e retomado as palavras de Natália Correia, a autora detém um “requisito bicéfalo da vigência mítica de que Florbela é sujeito dramático”, no sentido em que a poeta assume uma feição intermitente, oscilando entre polos extremos e inclusive paradoxais, revelando, não raras vezes, um ser em drama.

No *Diário*, Florbela desdobra-se na segunda pessoa, isto é num *tu* que se invetiva de “Bela” e esgrime as suas virtualidades, intitulando-se “corajosa, sincera” (Espanca, 2002: 256), “honesto sem preconceitos, amorosa sem luxúria (...) “viva exaltadamente viva” (Espanca, 2002: 257); “Endiabrada Bela! Estranha abelha dos mais doces cálices” (Espanca, 2002: 259); “Princesinha exilada” (Espanca, 2002: 260), entre outros exemplos. É de salientar o tom exaltatório com que se autodenomina, o qual é reforçado pela repetição da preposição “sem”, que salienta pureza e nobreza de caráter,

isentando-a de atributos pejorativos – “sem preconceitos, amorosa, sem luxúria”. Também a analogia que estabelece com a abelha vem reforçar os seus dotes, já que a simbologia deste inseto surge associada ao labor, à organização, disciplina e infatigabilidade. Dado o entorno em que se move, o meio campestre, e a sua aproximação às flores, a abelha é conotada com a feminilidade. Estes atributos vêm reforçar as particularidades de Florbela, pois também ela é enigmática e singular e, talvez por isso, “estranha”.

O *eu* diarístico parece enfatizar, deste modo, a sua exceção, pois tal como a abelha, que é uma laboriosa produtora de mel, também Flor labora os seus versos. Parece-nos, contudo, que esta analogia vem reforçar o dramatismo deste *eu*, uma vez que a abelha, com o seu ferrão, pode assumir uma feição demolidora, dado que utiliza o seu ferrão como arma de arremesso em prol da sua autodefesa, levando-a a comprometer a sua vida; Florbela também é detentora de alguns recursos (ferrões) através dos quais se escuda. Contudo, estes ferrões constituem símbolos de defesa, mas também de morte.

A construção metafórica é ainda intensificada pelo emprego do adjetivo no grau superlativo relativo de superioridade, uma vez que se trata de uma abelha “dos mais doces cálices”. Assiste-se aqui a uma seleção criteriosa dos lexemas. Repare-se que o termo doce é bastante polissémico, remetendo para uma diversidade de sentidos que confluem para reiterar a ternura e afetuosidade inerente a este *eu*.

No decorrer das escassas páginas que enformam o *Diário*, a autora revela um agudizado sentimento narcísico, reiterado pelo seu desmedido orgulho: “tenho orgulho, um incomensurável orgulho em mim” (Espanca, 2002: 286). Florbela faculta um retrato megalómano onde este *eu* heroicizado, se exulta, como se pode observar pelo deíctico “*eu*” grafado em caracteres maiúsculos, demarcando na escrita e na linguagem a sua individualidade – “*Eu* sou *Eu*” (Espanca, 2002: 261) – e o estatuto de “eterna isolada” (Espanca, 2002: 274):

Florbela é um caso muito próprio de solidão «carceral». Em várias notas do diário ela fala de si mesma como duma princesa encantada à espera do «Príncipe Charmant». É prisioneira, porque está presa num encanto, à espera que alguém ou algo a desperte ou liberte (Rocha, 1992:79).

4.

O *eu* diarístico faculta-nos um retrato poliédrico. Revela-se, por um lado, poderoso, magnânimo, ciente das suas potencialidades, um *eu* herói, uma vez que, tal como o protagonista de uma narrativa ou drama, também Florbela surge envolta em ambiguidade, dado que possui características humanas – densidade psicológica, social e importantes valores. Por outro lado, situa-se, como pudemos verificar, em polos opostos entre o “frívolo” e o “profundo”, deixando uma imagem fragmentada impossível de apreender, mas passível de ir sendo apreendida.

Bibliografia

Espanca, Florbela (2002) *Afinado desconcerto, contos, cartas, diário*, estudo introdutório, Maria Dal Farra (org.), São Paulo: Iluminuras.

Espanca, Florbela (1982) *Diário do último ano* (prefácio de Natália Correia), Lisboa: Bertrand.

Espanca, Florbela (2009) *Poesia Completa*, Lisboa: Bertrand.

G. Gusdorf, (1975) "De l'autobiographie initiatique au genre littéraire" in *Revue d'Historie Littéraire de la France*, nº 6, nov-dez, pp. 957-994.

Morão, Paula (1997) "Florbela: o diário de 1930". In *A Planície e o abismo*, Universidade de Évora: Vega, pp. 109-115.

Pereira, José Carlos Seabra (1985-86) "A águia e o milhafre". In *Florbela Espanca, Obras completas* ed. Por Rui Guedes, Lisboa: Dom Quixote, vol 3, pp. 3-35.

Rocha, Clara (1992) *Máscaras de narciso, estudos sobre a literatura autobiográfica em Portugal*, Coimbra: Almedina.

20. JOÃO COSTA SIMÕES CHRYSTELLO, ASSESSOR TÉCNICO DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA



BRAGANÇA 2009



FLORIPA, AÇORIANÓPOLIS 2010 - MACAU 2011/VILA DO PORTO 2011

JOÃO Costa Simões CHRYSTELLO (n. 1996). Membro supranumerário dos Colóquios. Frequenta o 11º ano da Escola Secundária da Ribeira Grande (Humanidades) em São Miguel, Açores. Apesar de muito jovem, desde 2008 tem-se mostrado um excelente assessor como assistente técnico, responsável – entre outras

atividades - pela gravação e verificação das Atas/Anais em CD/DVD e milhentas pequenas coisas invisíveis que ele consegue por a funcionar, nas áreas tecnológicas (desde conversão de obscuros tipos de ficheiros e programas ao roaming dos telemóveis/celulares). Em Bragança (2008 a 2010), no Brasil 2010, Macau 2011, Vila do Porto 2011, Lagoa 2012, Maia 2013, desempenhou as funções de sonoplasta e luminotécnico, além de prestar um inestimável apoio informático aos oradores, às sessões culturais paralelas e à organização dos Colóquios. A ele se devem os CD, suas capas e vídeo homenagens aos autores açorianos.



MAIA 2013

21. JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA. PATRONO DOS COLÓQUIOS DESDE 2007

JOÃO MALACA CASTELEIRO licenciou-se em Filologia Românica em 1961, e doutorou-se em 1979, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com uma dissertação em Sintaxe da Língua Portuguesa.

É, desde 1981, professor catedrático na mesma Faculdade. Tem lecionado e coordenado a cadeira de Sintaxe e Semântica do Português, no âmbito da Licenciatura, e vários seminários nas áreas da Sintaxe, Léxico e Didática, no âmbito do Mestrado.

Foi Diretor de investigação do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, conselheiro científico do Instituto Nacional de Investigação Científica e presidiu ao Conselho Científico da Faculdade entre 1984 e 1987.

Tem coordenado e colaborado em diversos projetos de investigação e de edição, em Portugal e no estrangeiro, em articulação com organismos como o Conselho da Europa, os Serviços de Educação do Governo de Macau e o Ministério da Educação, entre outros.

É Professor Convidado na Universidade da Beira Interior, no Departamento de Artes e Letras.

É Membro da Academia das Ciências de Lisboa, desde 1979, e foi até 2009 Presidente do seu Instituto de Lexicologia e Lexicografia.

Ao longo da sua carreira de professor orientou já mais de meia centena de teses de Doutoramento e de Mestrado.



O reconhecimento dos seus méritos e do seu trabalho traduz-se em especial no respeito que académicos de todo o mundo têm demonstrado pela sua obra, pelos inúmeros convites para que participe em Conferências e Seminários Internacionais, recebeu do Governo Francês o Grau de Cavaleiro da Ordem das Palmas Académicas, julho de 1998. A 26 de abril de 2001 foi agraciado pelo Senhor Presidente da República Portuguesa com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

É patrono dos Colóquios da Lusofonia desde 2007 e um convicto defensor da adoção do Acordo Ortográfico de 1990 em cuja conceção participou.

Foi nomeado ACADÉMICO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA em outubro 2012.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL. E PRESIDE À ASSEMBLEIA-GERAL
TOMOU PARTE EM TODOS OS COLÓQUIOS DESDE 2007 EM BRAGANÇA

TEMA 4.2 “DA MINHA LÍNGUA VÊ-SE O MAR”: EVOCAÇÃO DE VERGÍLIO FERREIRA, JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

Esta minha intervenção, no XX Colóquio da Lusofonia, que realizamos aqui em Seia, constitui uma modesta homenagem a Vergílio Ferreira, um dos grandes escritores portugueses do século XX e um dos maiores de sempre. Vergílio Ferreira foi um grande cultor da língua portuguesa, com criatividade e inovação. Nasceu aqui perto, na aldeia de Melo e aí está sepultado. Celebrou como nenhum outro a beleza destas serras, que aqui nos abrigam. Promoveu como ninguém a hospitalidade destas gentes, que agora nos acolhem.

Tal como a Guarda, cidade serrana, que costuma ser caracterizada por cinco “efes” (*fria, farta, fiel, franca, formosa*), também Vergílio Ferreira, na minha perspetiva, poderia ser adjetivado por cinco “efes”: *frio*, no temperamento; *fino*, no trato; *forte*, no caráter; *frontal*, na opinião; *fascinante*, no pensamento. Tive o prazer de com ele me encontrar em alguns eventos nacionais e internacionais e, nos seus últimos anos de vida, na Academia das Ciências de Lisboa, para a qual só foi eleito em 1992, quatro anos antes da sua morte, aos oitenta anos de idade. A minha intervenção tem como título uma frase icónica de Vergílio Ferreira, que já passou à posteridade – “Da minha língua vê-se o mar” – e não é mais do que uma breve e sucinta evocação do grande escritor que ele foi.

A frase “Da minha língua vê-se o mar” está inserida no discurso intitulado “A Voz do Mar”, que Vergílio Ferreira proferiu na cerimónia realizada em Bruxelas, em 1991, na qual lhe foi outorgado o Prémio Europália pelo conjunto da sua obra. Trata-se de um discurso afirmativo da língua portuguesa e da identidade de Portugal como nação indissolúvelmente ligada ao mar ao longo da sua História. Utilizando uma palavra que ultimamente tem estado em voga, poderíamos dizer que aquele discurso constituiu uma grande afirmação de “portugalidade”. Este discurso está inserido no 5º volume (pp. 83-84) de *Espaço do Invisível* do Autor, publicado, já postumamente, em 1999 (Lisboa, Livraria Bertrand). Vejamos o excerto do texto em que esta frase emblemática se insere:

Ganhou o Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra, da Sociedade de Língua Portuguesa, em 1981, agraciado pelo Governo Francês com o grau de Cavaleiro das Palmas Académicas, em 1986. A sua bibliografia, iniciada com a tese de Licenciatura em 1961, é constituída por muitas dezenas de estudos dedicados à linguística e à lexicologia. Editou obras como *A Língua e a Sua Estrutura*, *A Língua Portuguesa e a Expansão do Saber*, *Nouvelles perspectives pour l'enseignement du portugais en tant que langue étrangère*, *A Língua Portuguesa em África* e *A Língua Portuguesa no Oriente: do séc. XVI à Atualidade*. Foi o coordenador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea e o responsável pela versão portuguesa do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Tem participado em congressos e conferências, dentro e fora do país, apresentando e publicando textos científicos.

Conselheiro Científico do Instituto Nacional de Investigação Científica, ao longo de 20 anos, Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ou Presidente da Academia das Ciências de Lisboa desde 1991. Para além da sua intensa e produtiva atividade docente, tem dedicado a sua carreira ao estudo da sua língua, e a sua extensa obra de investigação inclui inúmeros livros e artigos científicos. Assumiu também a responsabilidade por Projetos de Investigação de grande importância, como *Português Fundamental*, *Estruturas Lexo-Gramaticais do Português Contemporâneo*, o Dicionário eletrónico do Português Contemporâneo ou o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Tem colaborado na qualidade de Professor Visitante ou de professor convidado com diversas instituições, nomeadamente a Universidade de Macau, e dirigido várias Teses de Mestrado e Doutoramento.

“O orgulho não é um exclusivo dos grandes países, porque ele não tem que ver com a extensão de um território, mas com a extensão da alma que o preencheu. A alma do meu país teve o tamanho do mundo. Estamos celebrando a gesta dos portugueses nos seus descobrimentos. Será decerto a altura de a Europa celebrar também o que deles projetou na extraordinária revolução da sua cultura. Uma língua é o lugar donde se vê o mundo e de ser nela pensamento e sensibilidade. Da minha língua vê-se o mar. Na minha língua ouve-se o seu rumor como na de outros se ouvirá o da floresta ou o silêncio do deserto. Por isso a voz do mar foi em nós a da nossa inquietação. Assim o apelo que vinha dele foi o apelo que ia de nós. E foi nessa consubstanciação que um novo espírito se formou, como foi outro o espírito da Europa inteira na reconversão total das suas evidências.”

Seria interessante notar que este discurso, incluindo a frase destacada, é proferido em representação de um povo e não em nome da sua obra. De facto não creio que fosse adequado dizer-se que da língua de Vergílio Ferreira se vê o mar. O mar não constitui tema da sua obra, antes vemos nela sempre presentes as montanhas que formam a Serra da Estrela, em cujo sopé nos acolhemos neste colóquio. Vergílio Ferreira é sobretudo um escritor serrano que, inebriado por estas serras, cogita e discorre sobre as vicissitudes existenciais do ser humano. Poderia, pois, dizer-se com propriedade, a propósito da obra de Vergílio Ferreira, que da sua língua veem-se as montanhas, sentese a finitude do ser humano. A este propósito seria interessante lembrar o magnífico texto com o título “Do máximo ao mínimo”, também inserido no volume atrás mencionado (p. 280), que ele leu em Gouveia, um mês antes de morrer, quando ali lhe foi prestada homenagem no dia em que perfazia 80 anos:

“À escala do cosmos, a espécie humana, surgida por um acaso infinitesimal, durará um breve momento. E dentro dele, cada um de nós não chega quase a existir. E no entanto, é por esse instante de impensável brevidade de duração, que é nosso dever mobilizar todo o esforço de uma intensa atenção para que o melhor do universo se não destrua. Porque nesse mínimo está o máximo concebível da grandeza e do milagre. A vida. Tão pouco e tão tanto. Que importância, em face disso, tem o minimal acidente de se terem, como eu, oitenta anos?”

Vergílio Ferreira nasceu em 28 de janeiro de 1916, na aldeia de Melo, pertencente ao concelho de Gouveia. Foi nesta aldeia, fundada em 1204 e com um passado brilhante, que o futuro escritor passou os primeiros anos da sua infância, fez a escola primária e aonde vinha regularmente, durante as férias escolares, matar saudades. Dotado de uma grande inteligência e de uma rara sensibilidade, aos três anos de idade foi deixado ao cuidado das tias e avó maternas, quando os seus pais emigraram para os Estados Unidos da América em busca de trabalho. Esta precoce orfandade afetiva deixa marcas profundas na formação da sua personalidade e deixará vestígios indeléveis ao longo da sua obra de escritor, como se pode ver nomeadamente no romance *Nítido nulo*, publicado em 1971.

As recordações de infância na aldeia e da serra que a respalda, assim como a esmerada educação religiosa, proporcionada pelas tias e pelo tio-avô padre, estarão sempre presentes em vários passos dos seus escritos biográficos, dos seus contos ou romances, como ficou bem expresso em carta de 19 de abril de 1986, dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:

“Eu tenho pela minha aldeia uma afeição que é mais do que isso, porque é essa forma profunda com que se moldou a minha sensibilidade. Na pessoa que sou, o ambiente em que me criei deixou uma marca que com essa pessoa se confunde. Não sei, pois, como ser possível separá-las. Nada, pois, mais encantador do que expressar a ligação do meu destino à aldeia em que nasci e me criei.” (Citação colhida no livro intitulado *Vergílio Ferreira. De Melo a cidadão do mundo*, da autoria de Alípio de Melo e editado pela Câmara Municipal de Gouveia, em 2003).

Concluída a instrução primária, Vergílio Ferreira foi, a contragosto, encaminhado para o Seminário do Fundão, em 1926, onde estudará durante cinco anos, passando depois para o Seminário da Guarda, no qual ficará mais um ano e estudará filosofia, disciplina em que se revelará um aluno brilhantíssimo.

Da passagem tão marcante pelo Seminário do Fundão resultará um dos principais romances de Vergílio Ferreira, intitulado *Manhã submersa*.

Por falta de vocação para o sacerdócio, abandona o Seminário e conclui, em 1935, os estudos secundários no Liceu da Guarda, findos os quais se matricula na Universidade de Coimbra, no curso de Licenciatura em filologia clássica, que conclui em 1940 com altíssima classificação. Convidado para assistente na Universidade, declina o convite e prefere encetar a carreira de professor liceal de português e latim, mester que exercerá ao longo da sua vida até à aposentação em 1981.

Após efetuar também em Coimbra, no Liceu D. João III, o Estágio Pedagógico, é colocado em Faro, depois em Bragança e, a partir de 1945, no Liceu de Évora, onde permanecerá durante quinze anos até que, em 1959, ingressa no Liceu Camões, em Lisboa, do qual só sairá com a passagem à reforma, em 1981.

Vergílio Ferreira conciliou sempre a sua intensa atividade de escritor com as suas funções de professor liceal, às quais se dedicava com afeto e exigência. Como escritor, ele foi sem sombra de dúvida não só um dos maiores do século XX, mas também um dos grandes de toda a literatura portuguesa. Recebeu pela sua atividade literária inúmeros Prémios nacionais. Assim foi galardoado em 1960 com o prémio Camilo Castelo Branco, atribuído pela Sociedade Portuguesa de Escritores ao romance *Aparição*, publicado no ano anterior. Em 1965, com a publicação do romance *Alegria breve* e a coletânea de ensaios *Espaço do invisível I*, recebeu o Prémio da Casa da Imprensa. Em 1983, depois de publicar o romance *Para Sempre* e mais o volume do diário *Conta-Corrente II*, foram-lhe atribuídos os Prémios do PEN Club, da Associação Internacional de Críticos Literários, da Câmara Municipal de Lisboa e ainda o Prémio D. Dinis da Casa de Mateus. Em 1988 recebeu o Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores pelo romance *Até ao fim*. Em 1992 recebeu o importante e prestigiado Prémio Camões, atribuído pela relevância e qualidade da sua

obra literária. Como galardões internacionais, recebeu em 1990, em Paris, o Prémio Femina pelo romance *Matin Perdu*, tradução francesa de *Manhã submersa*. E em 1991, como já se disse acima, foi agraciado em Bruxelas com o Prémio Europália, também pelo conjunto da sua obra.

O seu reconhecimento internacional traduziu-se em inúmeros convites para proferir conferências em vários países, como Espanha, França, Alemanha, Dinamarca, Canadá e Estados Unidos da América, ou então para participar em seminários de homenagem ou Colóquios literários, como sucedeu em Santa Bárbara, na Califórnia, em Alma Ata, na União Soviética, em Paris ou em Bordéus. O reconhecimento internacional adveio ainda das muitas traduções de obras suas para outras línguas, como o francês, já referido, o espanhol, o polaco, o grego, etc. Em 1984 foi eleito como sócio correspondente pela prestigiada Academia Brasileira de Letras e só em 1992, também na mesma qualidade, pela Academia das Ciências de Lisboa, justamente no ano em que recebeu o Prémio Camões. A sua Universidade de Coimbra, que não conseguiu tê-lo como professor, atribuiu-lhe em 1993 o bem merecido Doutoramento *Honoris Causa*.

De entre os Colóquios de homenagem que lhe foram consagrados em Portugal, merece especial destaque o “Colóquio Interdisciplinar Organizado pela Faculdade de Letras do Porto”, que teve lugar na Fundação Eng. António de Almeida, em 28, 29 e 30 de janeiro de 1993 e que foi comemorativo dos cinquenta anos de vida literária de Vergílio Ferreira. Com a presença e intervenção do escritor e animado por uma grande estudiosa do romancista, Fernanda Irene Fonseca, autora de uma importante coletânea de estudos, intitulada *Vergílio Ferreira: A celebração da palavra* (Almedina, Coimbra, 1992), nele participaram figuras de relevo, nacionais e estrangeiras, dos domínios da linguística, da literatura, da filosofia e do cinema. As respetivas Atas, com o título principal *Vergílio Ferreira. Cinquenta anos de vida literária* foram publicadas pela mesma Fundação, em 1995, igualmente sob a coordenação de Fernanda Irene Fonseca.

Convém ter presente que o cinema também se interessou por Vergílio Ferreira. Assim, em 1974, Manuel Guimarães realizou um filme sobre o romance *Cântico final*, que tinha sido publicado em 1956. Em 1978, António Macedo efetuou um filme baseado no conto *Encontro*. Em 1979, Lauro António realizou uma curta-metragem intitulada *Vergílio Ferreira numa “Manhã submersa”* e uma longa-metragem “*Manhã submersa*”, na qual o próprio escritor representa o papel de reitor do Seminário.

A Câmara Municipal de Gouveia, concelho da sua aldeia natal, prestou-lhe homenagem em 1986, dando o seu nome à Biblioteca Municipal. O escritor retribuiu quando, em 1995, foram inauguradas as novas instalações da Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira, com a presença do Presidente da República Mário Soares, de quem era amigo, doando-lhe a sua biblioteca, com exceção do designado “Espólio”, constituído por manuscritos, dactiloscritos, textos inéditos, obras anotadas e outros espécimes, que foi entregue à Biblioteca Nacional de Portugal e tem estado sob a responsabilidade de Hélder Godinho, professor universitário e um dos mais notáveis especialistas do escritor beirão.

Vergílio Ferreira faleceu em Lisboa, em 1 de março de 1996, com oitenta anos de idade, mas foi sepultado em Melo, na sua querida aldeia natal, da qual nunca se dissociou, como afirmava em 1977 em *Autobiografia*: “quando for para Lisboa, levo a província

comigo e instalo-me nela. E assim se fez. Os livros que, escrevi são afinal da província donde sou.” Em *Conta-Corrente - Nova Série II*, publicada em 1993, já ele escrevia: “Quero ir para Melo em cadáver inteiro. E consumir-me lá a ouvir o vento de inverno. Paz ao morto presente. Paz ao meu morto futuro. Amém.”

A obra de Vergílio Ferreira é vastíssima. Abrange, como já dissemos, o romance, o conto, o ensaio, o diário, a autobiografia, a tradução e até a poesia, embora ele só tenha querido publicar alguns versos em *Conta-Corrente*. Não caberia aqui, tendo em conta o limite temporal de uma comunicação, fazer sequer uma resenha analítica, por mais breve que fosse, da obra literária e ensaística de Vergílio Ferreira. Nem era esse o meu propósito, ao apresentar esta breve evocação do escritor. Apenas queria assinalar que Vergílio Ferreira, nas primeiras obras de ficção que publicou, como *O caminho fica longe*, *Onde tudo foi morrendo* ou *Vagão J*, revelava-se sobretudo como um escritor neorrealista. Com o romance *Mudança* adere, porém, ao existencialismo, um existencialismo humanista, que o acompanhará ao longo da sua mais vasta produção ficcionada, em que se destaca *Manhã submersa*, reveladora, como já foi dito, da sua passagem pelo Seminário, *Aparição*, onde está presente a sua estada em Évora e no Alentejo, e várias outras obras como *Alegria breve*, *Para sempre*, *Até ao fim*, *Na tua face* e muitíssimas outras.

22. JOÃO PAULO CONSTÂNCIA, MUSEU CARLOS MACHADO, PDL, AÇORES, ASSISTENTE PRESENCIAL



PARTICIPOU JÁ COMO PRESENCIAL EM 2007 BRAGANÇA

23. JOSÉ FILHO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

José Lopes Moreira Filho nasceu em Caratinga, Minas Gerais, Brasil, em 2 de janeiro de 1982. Doutorando em Semiótica e Linguística Geral (USP), Mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e possui graduação em Letras – Português e Inglês (Bacharelado Tradução) pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC); Experiência profissional como tradutor, professor de língua estrangeira moderna, Professor Coordenador de centro de línguas e formador de professores.

Atualmente, é professor titular da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, designado como Professor Coordenador de Núcleo Pedagógico (PCNP) em Diretoria de Ensino, trabalhando na implementação de programas, projetos e formação de professores.

Integra o Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Linguística Informática, certificado pela Universidade de São Paulo e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq em 2002, responsável pelo website do grupo.

Com conhecimentos em linguagens de programação para fins de pesquisa linguística (Python, C#, VB.NET, PHP & Mysql e Shell), tem interesses nas áreas de Linguística, Linguística Aplicada, Linguística Informática, Linguística de Corpus, Processamento de Linguagem Natural, atuando principalmente no desenvolvimento de ferramentas computacionais para exploração de corpora, ensino de línguas, entre outras aplicações envolvendo linguagem e tecnologia.



PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ

TEMA 1.9 EXTRAÇÃO DE PALAVRAS-CHAVE EM TEXTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA CRIAÇÃO AUTOMÁTICA DE ATIVIDADES DE LEITURA, JOSÉ LOPES MOREIRA FILHO/UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

Resumo

Ver a Língua Portuguesa no computador tem-se tornado uma realidade. Existem muitas ferramentas e recursos computacionais, além de pessoas dedicadas à pesquisa do português em diferentes lugares do mundo e, enfaticamente, no Brasil e Portugal. Contudo, há muito trabalho a se fazer, visto que línguas como o inglês possuem uma vasta gama de recursos em termos de pesquisa informatizada. Na área do ensino de línguas, em especial de língua portuguesa, o uso de ferramentas computacionais e *corpora* podem auxiliar no processo de elaboração de materiais didáticos que privilegiem a língua em uso.

Dado que toda essa instrumentação ainda parece estar restrita ao meio acadêmico, o presente trabalho descreve um breve estudo sobre o uso de métodos de comparação estatística de frequência de listas de palavras por meio de *corpus* de referência e métodos de estatística paramétrica na extração de palavras-chave em textos de Língua Portuguesa, aplicados à criação automática de um tipo de atividade de leitura.

A análise automática de um texto por meio de fórmulas estatísticas pode auxiliar na descoberta de categorias gramaticais e palavras de conteúdo consideradas chave de um texto a fim de servirem como fonte para criação de exercícios de predição no ensino de estratégias de leitura em textos de língua portuguesa. Para tanto, utiliza-se um *corpus* de língua geral do português brasileiro como *corpus* de referência, um conjunto de textos de divulgação científica como *corpus* de estudo, uma implementação da fórmula *log-likelihood* em *scripts* em *Python*, e o programa *Stablex*, de autoria de André Camlong e Thierry Beltran. A ideia é disponibilizar uma ferramenta *online* que auxilie na criação de exercícios com palavras-chave a partir de um texto. Desse modo, o estudo visa a contribuir para o cenário apresentado, a partir de uma amostra de um estudo informatizado em textos de língua portuguesa.

1. Introdução

A disponibilidade de programas de análise de texto, principalmente na área de Linguística de Corpus (Berber Sardinha, 2004), impulsionada pelo desenvolvimento e evolução do computador, tem influenciado o modo como estudamos a linguagem. Ferramentas computacionais como os concordanciadores, programas que contam as frequências das palavras e exibem o seu contexto em todas as suas ocorrências, servem como um microscópio para o pesquisador na análise de textos. Um exemplo de concordanciador é o *WordSmith Tools* (<<http://www.lexically.net/wordsmith/>>). O programa é publicado pela Oxford University Press, cujas versões recentes estão à venda via *World Wide Web*. Outros programas gratuitos executam funcionalidades semelhantes, como o concordanciador *AntConc* (<http://www.antlab.sci.waseda.ac.jp/software.html>), para vários sistemas operacionais, e o concordanciador *Kitconc* (<<http://www.fflch.usp.br/dl/li/x/?p=435>>), com interface simples e em língua portuguesa, para o sistema operacional *Windows*.

Toda essa instrumentação poderia ser aproveitada por professores na área de ensino de língua portuguesa. Há uma série de *corpora* e ferramentas computacionais em desenvolvimento, mas muitos dos recursos estão restritos à língua inglesa. Pesquisas em anotação de textos, disponibilidade de *corpora*, criação de bancos de

dados lexicais, entre outros recursos em língua portuguesa, parecem estar em estágio inicial em relação a outras línguas.

Nesse sentido, ainda fora do contexto acadêmico, tais ferramentas e recursos não são conhecidos ou utilizados por professores. Um dos motivos pode estar relacionado à sua complexidade. É preciso avaliar se os recursos disponíveis para pesquisadores são acessíveis e adequados para profissionais em diferentes contextos, refletindo sobre a viabilidade de sua introdução. A disponibilidade de toda a instrumentação é desejada, o que pode levar a questões de adaptação e criação de soluções de fácil uso, como a proposta de Moreira Filho (2007) em relação ao aproveitamento de instrumentos da Linguística de Corpus na criação de atividades semiautomáticas em língua inglesa.

Assim, este estudo descreve um movimento de emprego e adaptação de determinadas funcionalidades existentes em programas de análise de *corpus*, como os concordanciadores, por meio da análise de determinados métodos de extração de palavras-chave utilizados por tais programas. O trabalho mostra o potencial da instrumentação de análise para a criação de ferramentas funcionais acessíveis com o uso dos resultados como fonte para criação de atividades didáticas para o ensino de estratégias de leitura.

2. Ferramentas e suas funcionalidades para o estudo

Em contexto de *design* de curso, conforme Flowerdew (1993:231), as ferramentas de análise de *corpus* como os concordanciadores, na listagem das frequências das palavras nos textos e a disponibilidade de seus contextos, podem fornecer dados para: a) seleção de itens lexicais; b) fornecimento de contexto para os itens lexicais selecionados. A seleção de itens lexicais para ensino pode ser feita por meio de ferramentas que listam as frequências e fazem a comparação com algum tipo de modelo de referência, a partir de critérios paramétricos, ou listas de itens a excluir. O fornecimento do contexto para os itens lexicais está relacionado à localização de cada item e seus contextos em uma janela fixa de palavras ou caracteres, tanto da esquerda como da direita. Processamentos adicionais podem calcular o grau de associação entre os itens lexicais e determinar os padrões mais típicos para determinado item lexical.

O estudo proposto, tendo em vista seus objetivos, mantém o foco de discussão apenas na seleção de itens lexicais. As ferramentas básicas para tanto, encontradas em concordanciadores, são: a lista de frequência das palavras e a lista de palavras-chave. A funcionalidade de tais ferramentas é recriada em linguagem de programação *Python* para adaptações. Com o objetivo de fornecer exemplos ilustrativos do potencial de análise e utilidade das ferramentas para o contexto de análise de texto para seleção de itens lexicais para o ensino e criação de material didático, na perspectiva de utilidade para professores de línguas, apresentamos, nas seções a seguir, trechos de análises de textos em língua portuguesa, nos gêneros bula de remédio e horóscopo.

2.1. Lista de palavras

A lista de palavras é uma listagem ordenada por frequência de todas as formas que ocorrem em um texto ou conjunto de textos, *corpus*. A partir da lista de frequência,

podemos definir quais são as palavras mais importantes ou representativas de uma determinada seleção.

No contexto de ensino e preparação de materiais didáticos baseados em *corpus*, a ideia é a de que palavras que possuem uma ocorrência maior são mais importantes, visto que há uma probabilidade maior de serem encontradas em diferentes contextos ou situações, assim, úteis para o aprendiz. Por exemplo, para um aprendiz inicial de língua estrangeira, aprender palavras mais frequentes é extremamente importante.

A análise de frequência das palavras pode fornecer uma ideia geral do que existe em um *corpus* ou texto, possibilitando uma filtragem das formas que merecem maior atenção. Dependendo do objetivo de análise (estudo do *corpus*, registro, gênero ou texto), o foco pode estar voltado para as palavras de conteúdo (substantivos, adjetivos, advérbios e verbos), visto que as palavras gramaticais (artigos, preposições, conjunções) podem figurar em muitos outros textos.

Como exemplo, em parte de uma lista de frequência de um gênero específico para ilustrar uma possível análise, recortaram-se as 25 primeiras palavras da lista de frequência de um *corpus* formado por bulas de remédio.

N	Palavra	Frequência	%
1	DE	7844	5,55
2	A	4725	3,35
3	E	3983	2,82
4	O	2426	1,72
5	COM	2409	1,71
6	EM	2217	1,57
7	DA	1780	1,26
8	DO	1638	1,16
9	SER	1602	1,13
10	NAO	1543	1,09
11	OU	1367	0,97
12	MG	1271	0,9
13	E	1225	0,87
14	PARA	1141	0,81
15	QUE	1118	0,79
16	SE	1025	0,73
17	PACIENTES	976	0,69
18	DEVE	945	0,67
19	AO	852	0,6
20	TRATAMENTO	849	0,6
21	NO	812	0,57
22	OS	793	0,56
23	POR	764	0,54
24	DOSE	682	0,48
25	UMA	675	0,48

Tabela 01 – Palavras mais frequentes de um *corpus* de bulas de remédio
No recorte feito, fica visível a predominância de palavras gramaticais, embora algumas palavras de conteúdo importantes também se destaquem ('MG', 'PACIENTES',

'DEVE', 'TRATAMENTO' e 'DOSE'). Tais palavras podem ser consideradas representativas do gênero bula de remédio no *corpus* estudado, levando em consideração os dados de frequência.

Ao analisar a ocorrência das palavras gramaticais, podemos tentar identificar quais palavras se destacam em relação ao tipo de *corpus*, texto, gênero ou registro a que pertencem. Geralmente, a palavra mais frequente (número um da lista) em textos de língua portuguesa é a preposição 'DE'. Se alguma outra palavra gramatical ocupar essa posição, será uma ocorrência marcada e merecedora de verificação.

Assim, podemos verificar, na lista, ocorrências que são típicas e não típicas, não só em relação ao registro ou gênero, mas também em relação ao que geralmente ocorre ou é esperado ocorrer. Por exemplo, em um *corpus* de horóscopo, a palavra 'VOCÊ' ocorre logo entre as primeiras da lista, na sexta posição, o que não é típico na maioria das vezes em listas de *corpora* em língua portuguesa. Vejamos a lista:

N	Palavra	Frequência	%
1	DE	710	4,28
2	E	700	4,22
3	A	521	3,14
4	QUE	453	2,73
5	O	368	2,22
6	VOCE	293	1,77
7	EM	279	1,68
8	PARA	271	1,63
9	COM	258	1,56
10	SE	249	1,5

Tabela 02 – Palavras mais frequentes de um *corpus* de horóscopo

Como podemos ver, as listas de frequência fornecem dados úteis para a seleção e descoberta de possíveis palavras-chave, tanto em relação a palavras de conteúdo como palavras gramaticais. Porém, há a necessidade de filtrar os dados de frequência por meio de análise.

2.2. Palavras-chave

Outra maneira de fazer um recorte em relação às palavras que devem ser analisadas é a extração de palavras-chave. Muitas vezes, a lista de palavras-chave fornece uma filtragem mais apurada das palavras que se destacam em *corpus* ou texto. As palavras-chave podem revelar uma série de informações importantes sobre o texto ou conjunto de textos em análise. É possível observar e identificar, dependendo do objetivo de seleção, palavras que resumem os temas e ideias principais de um texto, termos técnicos de determinada área, entre outras possibilidades, como na tabela a seguir:

A palavra que possui o valor de chavacidade mais alto é 'VOCÊ', uma palavra considerada gramatical. O comum é que palavras lexicais (de conteúdo) estejam no topo da lista de palavras-chave. Uma possível explicação sobre a quebra de tal expectativa e o grande uso desse pronome seria a necessidade de identificar e estabelecer uma relação mais próxima com o leitor nos textos de horóscopo.

Ainda em relação à lista de palavras-chave, podemos observar a ocorrência das palavras que identificam os signos no horóscopo ('ÁRIES', 'TOURO', 'CAPRICÓRNIO...'), elementos da Astrologia ('LUA', 'LUNAR', 'ECLIPSE', 'VÊNUS', 'SATURNO'), pistas sobre a temática ('RELACIONAMENTOS', 'EMOCIONAL', 'VIDA', 'SENTIMENTOS', 'CORAÇÃO', 'AMOR', 'TRABALHO'), pistas sobre a estrutura interna dos textos em relação à característica de conselho e prescrição ('PROCURE', 'CUIDE', 'APROVEITE').

N	Palavra	Frequência	%	Chavacidade
1	VOCE	293	1,77	1499,69
2	LUA	56	0,34	427,43
3	ARIES	29	0,17	424,4
4	SIGNO	36	0,22	362,54
5	SAGITARIO	25	0,15	360,68
6	ESCORPIAO	29	0,17	350,42
7	CAPRICORNIO	25	0,15	340,1
8	RELACIONAMENTOS	32	0,19	330,31
9	VIDA	101	0,61	318,74
10	PROCURE	37	0,22	318,1
11	SUA	175	1,06	297,81
12	SEU	166	1	295,73
13	AQUARIO	28	0,17	283,18
14	SENTIMENTOS	34	0,21	267,84
15	GEMEOS	27	0,16	251,09
16	VIRGEM	30	0,18	250,35
17	E	700	4,22	240,9
18	EMOCIONAL	31	0,19	234,32
19	TOURO	25	0,15	230,96
20	LIBRA	25	0,15	222,15

Tabela 03 – Palavras-chave de um *corpus* de horóscopo

Basicamente, as observações realizadas estão simplesmente baseadas na identificação de padrões, agrupamento dos padrões em categorias/funções e levantamento de hipóteses para confirmação em análises mais detalhadas. Mais uma vez, a questão da padronização parece essencial na análise de dados de *corpus*.

De certa forma, essa análise pouco aprofundada dos dados já traz uma série de possibilidades de uso prático. Por exemplo, para o ensino do gênero, temos informações importantes para selecionar o que ensinar em relação à temática e à estrutura do texto. Para escrever um horóscopo, a temática predominante parece ser a vida amorosa, relacionamentos e um pouco sobre a vida profissional, trabalho. Sabemos também que fatos da Astrologia são citados ('A lua em marte...'), fonte base das informações que determinam a personalidade e as relações dos signos. Outra informação a ser incluída na produção seria o caráter de prescrição/conselho ('você deve aproveitar esta fase...').

Todas essas informações de análise podem ser aproveitadas por professores na criação de atividades que privilegiem a língua em uso, um aspecto relevante dos

benefícios de utilização de *corpus* para o ensino. Especificamente, tais informações podem ser extraídas por programas com interface mais amigável, que escondam grande parte da complexidade de análise de frequência e estatística, trazendo apenas os dados prontos para o uso.

3. Procedimentos do estudo

Para realizar este estudo, os seguintes passos foram realizados:

1. Organização, coleta e criação de *corpora* para confecção de listas de referência e textos de estudo;
2. Extração de palavras-chave de um texto de estudo por meio das análises: a) análise manual de professores; b) análise automática com *corpus* de referência por meio da fórmula *log-likelihood*; c) análise automática pelo programa *Stablex*;
3. Comparação dos resultados das três análises feitas em relação a itens coincidentes;
4. Tabulação de todos os dados em planilha do *Excel* para análise, por meio de recursos como classificação e filtro;
5. Levantamento e confirmação de hipóteses para o desenho da adaptação em um sistema próprio;
6. Desenho, codificação e implementação de uma primeira versão da adaptação em um sistema *online*.

Nas seções a seguir, são apresentados os recursos utilizados e algumas considerações em relação aos procedimentos já mencionados.

3.1. Corpora utilizados

Para o estudo, foram utilizados os seguintes *corpora*:

Corpus	Tipo	Itens	Formas	Razão forma/ítem
Corpus de língua geral	Referência	68.185.635	537.222	0,78%
Textos do registro acadêmico	Subcorpus/Referência	16.963.352	267.092	1,57%
Textos do registro jornalístico	Subcorpus/Referência	49.370.928	366.887	0,74%
Textos do registro literário	Subcorpus/Referência	1.851.355	85.708	4,62%
32 artigos da Revista eletrônica <i>Scientific American Brasil</i>	Referência	11.481	5.865	51,08%
1 texto da Revista eletrônica <i>Scientific American Brasil</i>	Texto foco de estudo	1.054	458	43,45%

Tabela 04 – *Corpora* utilizados no estudo

Para formar o *corpus* de língua geral, utilizamos textos de registro acadêmico, jornalístico e literário, os subcorpora como mostra a tabela. Na composição de *corpus* de língua geral, Berber Sardinha (2005) aponta a necessidade e a dificuldade de um banco de dados com textos variados para utilização como *corpus* de referência na extração de léxico-chave. O *corpus* de referência utilizado pode não ser o ideal em relação à variedade de gêneros; porém, espera-se que seu o tamanho compense tal limitação, uma vez que pode abarcar textos com diversas temáticas e assuntos.

3.2. Análise manual de professores

Para ter uma ideia do processo de identificação de palavras-chave de um texto feita por professores e obter dados para contrastar os resultados com os de identificação automática, um artigo da Revista eletrônica *Scientific American Brasil* do sítio <<http://www2.uol.com.br/sciam/>> foi selecionado e disponibilizado para cinco professores de língua portuguesa, do contexto da rede pública estadual de São Paulo, com duas comandas: 1. Sublinhe as palavras-chave do texto; 2. Qual parágrafo possui as ideias principais do texto? Parágrafo número ().

Diferentes abordagens de identificação foram verificadas. Um professor sublinhou palavras isoladas. Outro professor sublinhou termos formados por sintagmas. E outro professor sublinhou pedaços nos parágrafos para formar uma combinação de sentido. O volume de palavras sublinhadas também variou. O resultado geral da identificação pode ser visualizado no ²⁵Gráfico de nuvem a seguir:



Figura 01 – Gráfico de nuvem das palavras-chave identificadas manualmente

No Gráfico, as palavras com maior tamanho são aquelas que possuem a maior frequência na identificação manual dos professores, ou seja, as palavras que foram sublinhadas com maior frequência.

3.3. Análise automática com corpus de referência por meio da fórmula *log-likelihood*

A análise utilizada na criação de uma ferramenta *online* está relacionada basicamente à contagem das frequências das palavras e à comparação de listas de

²⁵ Os gráficos de nuvem foram produzidos com a ferramenta *Wordle*, disponível no sítio www.wordle.net.

frequências dos *corpora* de estudo a um *corpus* de referência. A fórmula estatística para comparação das listas de frequência é a *log-likelihood*,

As variáveis para o cálculo são:

1. a = frequência da palavra no *corpus* de estudo;
2. b = frequência da palavra no *corpus* de referência;
3. c = número total de itens no *corpus* de estudo;
4. d = número total de itens no *corpus* de referência.

Para exemplificar o uso da fórmula, selecionamos uma das palavras de um *corpus* de bula de remédios, *corpus* de estudo, a palavra 'PACIENTES', a ser comparada com um *corpus* de referência.

	<i>Corpus</i> de estudo	<i>Corpus</i> de referência
Frequência da palavra	a = 976	b = 13.441
Número total de itens	c = 141.227	d = 314.533.492

Tabela 05 – Valores das variáveis para o cálculo da fórmula *log-likelihood*

As variáveis 'a' e 'b' armazenam os valores 'O' observados. Além desses valores, é preciso calcular os valores esperados 'E'. A fórmula é:

$$E_i = \frac{N_j \sum_i O_i}{\sum_i N_i}$$

Figura 02 – Fórmula para calcular os valores esperados

Na fórmula, os valores N são: N1 = c e N2 = d. Aplicando a fórmula aos valores do exemplo na tabela, temos:

$$E1 = \frac{c * (a+b)}{(c+d)} = \frac{141.227 * (976+13.441)}{(141.227+314.533.492)}$$

$$E2 = \frac{d * (a+b)}{(c+d)} = \frac{314.533.492 * (976+13.441)}{(141.227+314.533.492)}$$

Assim, o valor calculado para E1 é 5,23 e para E2 é 14410,52. Após calcular os valores esperados, calculamos o valor de *log-likelihood* de

$$-2 \ln \lambda = 2 \sum_i O_i \ln \left(\frac{O_i}{E_i} \right)$$

acordo com a seguinte fórmula:

Figura 03 – Fórmula para calcular o valor de *log-likelihood*

$$LL = 2 * ((a * \log(a/E1)) + (b * \log(b/E2)))$$

$$LL = 2 * ((976 * \log(976/5,23)) + (13.441 * \log(13.441/14410,52)))$$

No exemplo, o valor de *log-likelihood* é de 3.619,76. A fórmula transportada para uma função em linguagem de programação em *Python* é:

```
def log_likelihood(self, a, b, c, d):
    O = float(a+b)
    N1 = float(c)
    N2 = float(d)
    E1 = N1*O/(N1+N2)
    E2 = N2*O/(N1+N2)
    LL = 2*((a*math.log(a/E1))+(b*math.log(b/E2)))
    return LL
```

Figura 04 – Função *log-likelihood* em *Python*

O uso da fórmula descrita na comparação de uma lista de frequência de um texto, *corpus* de estudo, com uma lista de frequência de um *corpus* de referência traz como resultado o léxico específico do texto em análise. É a partir dessa funcionalidade que se baseia a adaptação para a extração de palavras-chave no estudo proposto.

3.4. Análise automática pelo programa *Stablex*

O programa *Stablex* disponibiliza recursos para geração de léxicos, indexação, extração de sequências e concordâncias, lematização e tratamento estatístico, desenvolvidos em função de um modelo de análise lexical, textual e discursiva – método matemático-estatístico-computacional de análise de textos de André Camlong. Trata-se, por conseguinte, da aplicação de um programa que serve de ferramenta para um método de análise de textos.

O método é fundado na matemática e na estatística paramétrica (estatística descritiva); possibilita o estudo descritivo, objetivo e indutivo do texto; permite a análise quantitativa do léxico, que indica apontamentos para a análise textual e discursiva. Nele, o texto é o ponto de referência: as operações estatísticas partem do texto e, por sua vez, refletem o texto.

O programa foi utilizado na análise do texto de estudo, juntamente com outros dois textos do mesmo gênero. Especificamente, os dados do recurso de geração de tabelas de valores lexicais, em que as palavras estão organizadas em ordem decrescente de preferência de emprego no texto, ideal para as lematizações temáticas, foram aproveitados como fonte de possíveis candidatos a palavras-chave na comparação com outras análises. Contudo, para este trabalho, não houve um aprofundamento da natureza de tais dados, tendo em vista que serve apenas como fonte de referência.

3.5. Comparação dos resultados das três análises

O foco de análise em relação ao texto de estudo foi seu conteúdo, especificamente, o levantamento de pistas para a pergunta primária em relação a qualquer texto: O texto é sobre o que? Entende-se que, no nível explícito, o assunto de um texto é indicado pela presença de palavras-chave, frases ou seções (Scott, 1998). A partir da extração automática das palavras-chave, tenta-se reunir um número conciso de palavras que sejam importantes para o entendimento do texto e que estejam fortemente relacionadas a seu assunto.

O total de formas das três listas de análise (análise manual de professores, análise por meio de *corpus* de referência com a fórmula *log-likelihood* e resultados do programa *Stablex*) foi de 210 formas. Desse número, 23 formas ocorreram nas três análises, 50 formas ocorreram em duas das três análises e 137 formas ocorreram apenas em uma

das três análises. Em todas as análises, ainda ocorreram palavras gramaticais, o que leva à necessidade de um filtro, já que o objetivo é o conteúdo lexical.

3.6. Tabulação dos dados em planilha do Excel

Dado o tamanho do léxico-chave retornado pelas análises do texto, foi preciso especificar uma quantidade razoável para análise em detalhe. Tendo como base o número de formas identificadas na análise dos professores (106 formas), definimos inicialmente uma janela de 100 formas em ordem decrescente de chavacidade ou frequência, em uma planilha do Excel, como mostra a figura:

Item	Análise	Frequência	Síntaxe	Tipo	Dispersão
0	3	49 não	gramatical		3
3	insetos	13 não	lexical		1
14	guerra	10 não	lexical		1
16	veneno	5 não	lexical		1
18	armas	4 não	lexical		1
19	animais	4 não	lexical		1
20	uso	4 não	lexical		1
24	formas	3 não	lexical		1
25	ratos	3 não	lexical		0
26	espécies	3 não	lexical		0
38	pulgas	2 não	lexical		0
39	humano	2 não	lexical		1
40	matar	2 não	lexical		1
41	exploração	2 não	lexical		1
42	centenas	2 não	lexical		1
43	animal	2 não	lexical		1

Figura 05 – Planilha para tabulação dos resultados das análises

Ao final, esse número foi reduzido a quase um quarto (¼) das palavras, por meio de aplicação de filtros com critérios específicos, o que seria um número razoável para servir como fonte para a criação de exercícios de predição e, para a ferramenta a ser construída, um ponto de corte.

Os critérios de filtragem foram:

- as formas são ordenadas em ordem de frequência/chavacidade;
- as formas ocorrem nas três análises;
- as formas com frequência 1 são descartadas;
- as formas devem ser do tipo lexical (palavras de conteúdo);
- as formas devem ocorrer em mais de uma ²⁶seção do texto (uma divisão em 10 seções). Após a filtragem, o seguinte resultado pode ser visualizado na figura em forma de Gráfico de nuvem



Figura 06 – Palavras-chave após filtragem

O resultado é satisfatório ao objetivo de utilizar os itens lexicais juntamente com seu peso de chavacidade, ilustrado pelo tamanho das palavras no Gráfico, em um exercício de predição, antes do contato direto com o texto, para que os alunos possam tentar descobrir o possível assunto do texto.

3.7. Levantamento de hipóteses

Durante as análises, algumas hipóteses foram levantadas, embora o escopo da pesquisa não permita uma confirmação de muitas delas. Por exemplo, percebeu-se que não há distinção entre palavras-chave específicas da estrutura interna do gênero do texto e palavras relacionadas à sua temática. É possível que uma comparação entre o texto e um *corpus* de referência do mesmo gênero do texto possa excluir as palavras que são típicas do gênero. Outra hipótese é a de que a dispersão das palavras-chave e as palavras encontradas no título podem ser variáveis interessantes a serem utilizadas no refinamento. Palavras que cobrem o texto todo podem estar relacionadas diretamente ao assunto do texto como um todo, como mostram os gráficos de dispersão:

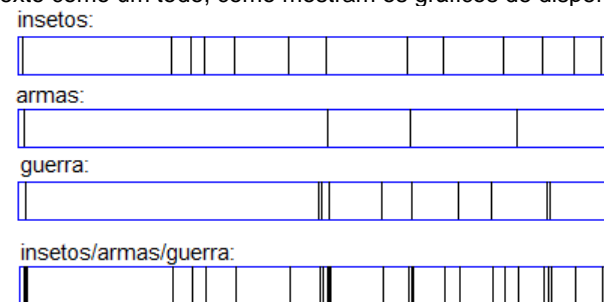


Figura 07 – Dispersão das palavras de conteúdo do título do texto

No Gráfico, o retângulo representa o texto em uma dimensão horizontal. As linhas verticais representam cada ocorrência da palavra em questão, em uma posição do texto. As palavras-chave 'insetos', 'armas', 'guerra' são palavras que ocorrem no título e no texto e têm uma relação forte com sua temática. O fato de suas ocorrências estarem

²⁶ A definição de seções foi feita com base em observação de gráficos de dispersão de palavras. A divisão em dez seções é estabelecida pelo próprio pesquisador, dado que uma divisão simples em três seções (início, meio e fim do texto) poderia descartar consideravelmente as formas lexicais.

distribuídas ao longo do texto, em diferentes seções, pode indicar que tais palavras formam uma temática recorrente.

A partir das análises, um conjunto de critérios foi considerado para a adaptação dos resultados da comparação de um texto de estudo a um *corpus* de referência por meio da fórmula *log-likelihood*.

3.8. Implementação online para extração automática de palavras-chave

Para a criação de uma ferramenta *online* de extração de palavras-chave, os seguintes critérios de filtragem para seleção de palavras-chave foram considerados:

- possuir valor alto de chavidade;
- ser uma palavra de conteúdo;
- não estar na lista de palavras específicas do gênero;
- ter dispersão em mais de uma seção do texto;
- possuir frequência maior que 1;
- constar no título do texto.

Assim, o algoritmo é basicamente: gerar a lista de frequência do texto de estudo, comparar com uma lista de referência (*corpus* geral) e aplicar os filtros. Ao final, os resultados são impressos na tela. A interface implementada libera a calibragem de alguns dos critérios especificados, como podemos ver a seguir:

Extrair palavras-chave do texto

Título:

*Texto:

Não incluir as seguintes palavras como chave (use espaço como delimitador):

Incluir palavras que ocorrem apenas 1 vez?

As palavras devem ocorrer em diferentes seções do texto?

No mínimo, devem ocorrer em:

Por enquanto, a implementação é apenas uma primeira versão e ainda mostra dados de frequência, o que serve para a avaliação dos resultados ainda em pesquisa.

São necessários testes para melhor adequar os resultados e usabilidade da ferramenta, que está disponível no site: <http://www.fflch.usp.br/dl/li/x/?p=737>. A proposta é que o produto final retorne apenas as palavras-chave, sem a complexidade dos dados de frequência, com a possibilidade de transformá-las em um Gráfico de nuvem.

4. Considerações finais

Este trabalho buscou trazer uma contribuição em relação à extração automática de palavras-chave em textos de língua portuguesa, com o objetivo de uso dos itens lexicais identificados em atividades de ensino, em contexto de professores de língua portuguesa em nível não acadêmico.

Embora haja programas disponíveis para a tarefa, há a problemática de que tais ferramentas ainda são restritas ao meio acadêmico, requerendo conhecimentos específicos e muitas vezes na área de matemática (estatística), e de que a coleta de *corpora* de referência para serem utilizados como base de comparação em tais ferramentas exige grande esforço e tempo. Tais aspectos inviabilizam o aproveitamento da instrumentação de análise *corpora* apresentada neste estudo a professores de língua portuguesa em geral.

Como alternativa, o estudo propôs a adaptação de determinadas funcionalidades existentes em programas de análise de texto e *corpora* para a criação de uma ferramenta *online* funcional e acessível a um público maior. Nele, foram levantados critérios para a filtragem dos resultados obtidos por meio da fórmula *log-likelihood*, os quais são possíveis de serem implementados para um melhor desempenho da ferramenta a ser disponibilizada.

Espera-se que o produto final proposto pelo presente trabalho contribua de modo prático, tornando-se útil para professores de língua portuguesa no processo de elaboração de materiais didáticos que privilegiem a língua em uso.

Referências bibliográficas

- Berber Sardinha, Tony. (2004) *Linguística de Corpus*. São Paulo: Manole
- Berber Sardinha, Tony. (2005) 'Como encontrar as palavras-chave mais importantes de um corpus com WordSmith tools' in DELTA Vol.21, n°. 2, 237-250.
- Flowerdew, John. (1993) 'Concordancing as a tool in course design' in System Vol. 21(2), 231-244.
- Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Linguística Informática (2013), "Kitconc"
- Mike Scott's Web (2013), "Wordsmith tools"
- Moreira Filho, José Lopes. (2007) "Desenvolvimento de um software para preparação semiautomática de atividades de leitura em inglês". Dissertação de Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.

ATAS/ANAIS SEIA 2013 - XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA. 15-18 outubro 2013

Scientific American Brasil (2013), "Minúsculos e Poderosos", Página consultada em 3 de setembro de 2013,

Scott, Mike. (1998). 'Focusing on the Text and Its Key Words' in TALC 98 Proceedings, ed. C. Stephens, Oxford: Humanities Computing Unit, Oxford University, 152-164.

UCREL Home Page "Log-likelihood calculator",

24. LUCIANO PEREIRA, Professor Coordenador, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Setúbal, PORTUGAL



LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA,
luciano.pereira@ese.ips.pt,



Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas (Português/Francês); Mestre em Literaturas Medievais Comparadas; Doutor em Línguas e Literaturas Românicas

- Provas Públicas para Professor Coordenador

1. Comunicações e artigos:

- *L'intercultural, l'audiovisuel et l'enseignement des langues*
- *As cores da língua portuguesa como expressão de cultura*
- *A cultura açoriano-catarinense na obra de Franklin Cascaes*
- *Paiva Boléo e a cultura açoriano-catarinense*
- *A representação da Ilha na literatura de temática açoriana*
- *A representação da Arrábida na literatura portuguesa*

2. Ensaios:

- *O universo do imaginário*
- *Os bestiários franceses do século XII*
- *O bestiário e os contos tradicionais portugueses*
- *A fábula em Portugal*

3. Unidades Didáticas para alunos do Ensino Complementar da Língua Portuguesa na Alemanha (em colaboração):

- *A cidade*
- *O mundo das línguas*

Experiência Profissional

- Professor do Ensino Secundário. (Setúbal, 1982/1986)
- Formando, Orientador pedagógico, Assistente, Professor Adjunto e Professor Coordenador (Escola Superior de Educação de Setúbal, 1986/2010)
- Colaborador da Divisão do Ensino do Português no Estrangeiro da Direção Geral de Extensão Educativa (1990/1995)
- Coordenador do Ensino da Língua e Cultura portuguesas - Embaixada de Portugal em Bona (1995/1996)
- Coordenador do Departamento de Línguas da Escola Superior de Educação de Setúbal (2002/2005 e 2010-2013) e Vice-Presidente do Conselho Diretivo (2005-2008)

SÓCIO FUNDADOR DA AICL

MEMBRO DO CONSELHO FISCAL DA AICL

TOMA PARTE NOS COLÓQUIOS DESDE O PRIMEIRO EM 2002

TEMA 1.3. CONTRIBUTOS MITRÍACOS NO CULTO DO DIVINO ESPÍRITO SANTO E ALGUMAS DAS SUAS EXPRESSÕES NA LITERATURA TRADICIONAL, LUCIANO PEREIRA, PROFESSOR COORDENADOR, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Sinopse

Foi no século terceiro que o Império romano viveu o maior confronto da sua história religiosa. Por um lado, um cristianismo em formação, caracterizando-se por um conjunto de correntes oriundas dos pensamentos mais espirituais e místicos de sincretismos

religiosos, orientais, helénicos, e judaicos mas impiedosamente perseguido por excluir a doutrina religiosa imperial; e por outro um mitraísmo, oriundo das mais antigas crenças da humanidade, formadas nos grandes deltas da Mesopotâmia, disseminado de oriente para ocidente, do Mediterrâneo até ao Norte do Atlântico, celebrando a alegria de viver, da fertilidade e da fecundidade, promessa de fartura eterna, disciplinadamente organizado, quase à imagem da estrutura militar romana, fortemente hierarquizado, solidário, repleto de secretismos e gozando de uma especial simpatia imperial. Abundantes são os seus vestígios em Itália, Roménia, na Gália, na Península Ibérica,...

António Maria Romeiro Carvalho, em 2009, evoca uma versão da Bicha das sete cabeças e outra de Pedro e Pedrito para evocar a força mágica e divina da aspersão sanguínea e vivificante do deus vivo, especialmente na sua forma taurina: “*As fadas disseram a Pedro que só com o sangue dele derramado sobre o Pedrito o podia tornar em homem (...)*” (Coelho, 1995, 232). Pessoalmente, não posso deixar de evocar o inequívoco Mithraeum, achado junto de um templo protocristão, na península de Troia e precisamente datado do século terceiro depois de Cristo, com abundantes vestígios de sincretismo religioso (Jalhay, 1948).

A maior parte dos movimentos milenaristas recuperam antigos pensamentos sincréticos orientais e ocidentais, aspirando a uma religião cósmica, de despojamento e de amor, de vida comunitária e asceta, de solidariedade e de comunhão.

Neles se inscreve a devoção ao Espírito Santo, que se afirmou em Portugal pela vontade da Rainha Santa Isabel, sobrinha-neta de Isabel de Hungria ou da Turíngia, a quem se atribui o mesmo milagre das rosas operado pela Rainha Santa, devoção ainda hoje tão viva nas ilhas açorianas e, em particular, na ilha Terceira. Neles, tomou forma o pensamento de São Francisco que doou a sua vida pela vida do próprio Divino, fundando assim a Ordem Terceira franciscana.

Introdução

Os primeiros testemunhos das celebrações religiosas do Divino Espírito Santo remontam ao século XIV. Terão sido exclusivamente realizadas em Portugal, e inseriam-se num conjunto de ritos alimentares que eram apanágio de algumas confrarias medievais. As celebrações ao Divino estruturavam-se em torno de banquetes coletivos apelidados de “bodo aos pobres”, para além da comida proporcionavam outros tipos de esmola, nomeadamente financeira.

Assunto muito acarinhado pelo professor Agostinho da Silva por se inscrever numa linha de pensamento filosófico e místico, que concebia a História de Portugal como a História de um Quinto Império, utopia de um espaço intercontinental, de uma sociedade multiétnica, onde reinariam a solidariedade, os poderes dos mais fracos, dos mais pobres, dos mais simples, dos doentes e das crianças. Existem referências históricas que indicam que tais celebrações terão sido instituídas, em 1321, pelo convento franciscano de Alenquer sob o impulso e proteção da Rainha Santa Isabel de Portugal e Aragão, sobrinha-neta de Isabel de Hungria a quem atribuem características religiosas

e humanas muito semelhantes, relatando que teriam operado o mesmo milagre das rosas.

A Rainha teria prometido honrar e divulgar o culto ao Divino Espírito Santo, todo ao longo da sua vida, o que representaria um verdadeiro voto de pobreza, uma peregrinação constante, enquanto leiga mendicante, em favor da população pobre. Era a singela promessa de uma mãe e de uma esposa desesperada, em troca da paz entre o seu marido e o seu filho legítimo, D. Afonso, herdeiro legítimo do trono. D. Isabel não se conformava com o confronto entre pai e filho uma vez que era desejo do Rei que, após sua morte, a coroa passasse para seu filho bastardo, Afonso Sanches. A Rainha ter-se-á deslocado até ao campo de batalha para interceder junto do marido e do filho, evitando assim um conflito armado que antecipava um fim trágico e doloroso para ela e para a nação.

As celebrações tinham lugar cinquenta dias após a Páscoa, comemorando-se, assim, de forma enfática, o dia de Pentecostes, dia em que o Espírito Santo desceu do céu sobre os apóstolos, em forma de línguas de fogo, segundo rezam os Evangelhos. Deste modo, os festejos do Divino coincidem com a época das primeiras colheitas e ficam associados a uma promessa de prosperidade e abundância para todos. Nesta esperança de um mundo novo não podemos deixar de ouvir os ecos dos sonhos igualitários propagados pelos joaquimistas e mais tarde por Francisco, que chega a chamar irmãos ao sol e à lua e às mais ínfimas criaturas da natureza. É todavia de salientar que São Francisco nunca proibiu o consumo da carne e tinha pelas refeições, em comum, uma estima muito profunda, como se da última ceia, se tratasse. A devoção ao Paraclito não incendiou apenas as almas ávidas de alimento e conforto, encontrou um conjunto de almas desejosas de conquistar um espaço eterno junto de Deus pela obra e graça do Divino Espírito Santo. Em Portugal, o culto do Divino encontrou o espaço adequado para ser levado pelos mares, para ilhas e continentes, fazendo do arquipélago dos Açores a capital do seu Império.

O Culto do Espírito Santo nos Açores

O Culto do Espírito Santo, nos Açores, oferece ao homem comum a oportunidade de conquistar a sua salvação pelo respeito aos seus três valores fundamentais: a “Fraternidade”, a “Igualdade” e a “Caridade”. Inspirado no ideal franciscano e nos pensamentos do século XII, atribuídos a Joaquim de Fiore, aprofundou a dimensão social e ritual que a Rainha Santa Isabel lhe sonhou no Continente.

A sua consolidação, graças ao seu contexto socioeconómico, às adversidades da natureza, e às extremas dificuldades que apresentam quaisquer movimentos de povoação e de colonização, permitiu a recuperação de rituais que já se realizavam há mais de três ou quatro mil anos, dirigindo-se a Espíritos da natureza, procedendo à sacralização de uma lexicologia de âmbito alimentar, comum a múltiplas culturas Europeias. Mitos e símbolos, estruturam-se em torno da partilha e da ingestão ritualizada de determinados alimentos: cereais, vinho e carne, representando, cada um deles, um conjunto de características dos espíritos ou do Espírito invocado: Deméter, Diana e

Dionísio, os três deuses clássicos ligados à natureza, e em particular à vegetação (Dionísio, cujo símbolo principal é o vinho, por vezes, também surge representado pelo touro, animal sagrado em várias culturas e tempos) Lembremo-nos apenas de Ísis, Osíris e Astarte. A oferta simbólica das primeiras colheitas, dos primeiros frutos e dos primeiros animais, aos deuses da natureza, são sintomáticos no modelo Açoriano. Constituem a parte mais antiga dos rituais e tomam verdadeiras proporções colossais em refeições cerimoniais que congregam mais de um milhar de pessoas. No centro do cerimonial reside a festa, o bodo é a sua concretização e as crenças relacionadas com o Bezerro do Espírito Santo, o seu coração mais íntimo e secreto.

O Culto açoriano que se prolonga durante sete dias foca-se sobre dois momentos de grande intensidade: o bodo e a “Coroação”. A Refeição Cerimonial terá por origem, quer a tradição das festas agrárias Europeias, já referidas, quer as ideias de igualdade de Fiore ou, mais precisamente, esses dois modelos, que mais não são outra coisa do que duas fases do desenvolvimento do mesmo arquétipo de comunhão social e cósmica. A Coroação perpetua o magnânimo gesto dos reis de Portugal, Isabel e Diniz (século XIII), ao descobrirem-se a cabeça e coroarem um pobre, no misticismo da Igreja de Alenquer. Terá sido assim instituído o modelo do Culto “Imperial”, considerado como a origem do Culto Açoriano.

O touro, o Mitraísmo e o Cristianismo

A referência literária mais antiga que associa o touro a um culto divino (culto solar) aparece na Epopeia de Gilgamesh. A deusa Ishtar, para vingar-se do herói, invoca ao deus-touro que, por sua vez, ordena ao touro celeste que invista contra aos homens de Gilgamesh. O touro celestial mata centenas dos seus homens. Enkidu tenta neutralizar o monstro numa pega falhada. Enkidu pega-lhe então pelo rabo e Gilgamesh pelos cornos, aplicando-lhe uma estacada junto da nuca. Após o sacrifício do touro, arrancaram-lhe o coração e ofereceram-no ao deus-sol para acalmar a sua cósmica ira. Desde então, Sol e touro não deixam de se confundir, ganhando cada vez maior importância, à medida que os cultos solares apontam para a sua supremacia divina, raiando traços monoteístas, como o será o caso no Egito. O touro tornou-se assim o animal sacrificial por excelência. Na Coroação do rei Salomão foram imolados 1000 touros. Na consagração do templo de Jerusalém foram imolados cerca de 22000. Imagine-se o sangue a escorrer pelas ruas, o cheiro da carniça, a festança da comida.

A primeira referência escrita ao culto mitríaco é de Plutarco e data do século I a.C. Afirma que os piratas cilícios cultuaram Mitra pelo menos até 67 a.C. O culto rapidamente se teria difundido até aos países do Danúbio e até à própria Itália. Os mais importantes adeptos do culto eram soldados, embora a eles aderissem, com alguma facilidade, funcionários administrativos e comerciantes. Os fundamentos da religião mitríaca correspondiam aos da sociedade romana (disciplina, respeito pela hierarquia, valorização da promoção individual).

No culto de Mitra, uma das práticas iniciáticas mais importante consistia numa espécie de banho de sangue que, na maior parte das vezes, teria lugar no taurobólio. O

sangue da vítima terá sempre desempenhado uma especial importância, sendo cuidadosamente recolhido para fazer parte de um posterior ato de comunhão. Tal sacrifício ficou registado em alguns frescos e pinturas. Parte do sangue também seria derramada nos campos com o intuito de os fecundar, induzindo todas as forças da Mãe Natureza. Nas representações referidas, também aparecem cães e serpentes, corvos e escorpiões. Às vezes, aparecem também leões e taças. Pensa-se que representariam, eventualmente, constelações: Cão, Hidra, Corvo, Escorpião, Leão, Cratera e Touro. As cenas poderiam representar diferentes ciclos astrológicos: o fim da Era do Touro marca o equinócio da primavera. Sacrificando o Touro, Mitra transforma o Universo inteiro, ato divino por excelência. Segundo CARVALHO (2009), o sacrifício do touro representa o fim da era do Touro e o início da era do Carneiro. Os mitreios (grutas ou simples edifícios) seriam assim, simbolicamente, espaços celestiais onde se celebra o fim da era do Touro e o início da era do Carneiro. Estas grutas ou mitreios têm como modelo uma câmara retangular, com 25 m. x 10 m., com um teto arqueado. Um corredor divide-a ao meio, com bancos de pedra nos dois lados. Caberiam lá umas 20/30 pessoas. O mitreio dividia-se em três partes: a antecâmara, a sala referida, principal, chamada *spelaeum* ou *spelunc*, que por evolução semântica e conotação cristã, deu espelunca, casa porca e desarrumada; e o santuário, onde estavam as imagens e o altar. Os praticantes do culto partilhavam o pão, o vinho e a água; comia-se a carne do touro. O banquete seria o rito principal. O dia 25 de dezembro, seria um dos dias mais festivos, uma vez que, tal como acontece com outras divindades orientais, marcaria o nascimento da divindade. O domingo também seria o dia do Senhor.

A vivência religiosa seria encarada como uma «ascensão» composta de sete degraus: Corax (corvo - Mercúrio), o Membro encarregar-se-ia das tarefas mais básicas; Nymphus (esposo - Vénus), o Membro era esposa do deus; Miles (soldado), tais candidatos seriam irremediavelmente marcados a ferro quente; Leo (leão - Júpiter), os adeptos receberiam o batismo; Perses (persa - Lua); Heliodromus (mensageiro do sol), e Pater, chefe da comunidade, sob a proteção de Saturno. Tudo indica que não existiria uma carreira sacerdotal exclusiva.

O nascimento de Mitra é representado numa gruta, nu, com o barrete frígio. Nas pinturas e baixo relevos, o iniciador é sempre representado com o barrete frígio, posteriormente, também chamado barrete da liberdade. Era, primitivamente, utilizado pelos habitantes da Frigia (atual Turquia). Foram os sincretistas romanos que passaram a representar Mitra com o barrete frígio. Depois do nascimento, Mitra será visitado e adorado por pastores. O mitraísmo conquistou Roma, até ao ponto de alguns dos seus imperadores se terem tornado seus devotos. No século III, gozava de uma ampla simpatia, por parte dos setores militares e imperiais, tornando-se, na prática, a sua religião oficial. Atingirá o seu auge com o Imperador Cómodo que se havia iniciado aos seus mistérios ainda que como simples patrício e não como Imperador. Diocleciano, Licínio e Galério, no ano 307, declararam Mitra como o protetor do poder imperial. Resistirá, pelo menos até ao século IV d.C., tendo, posterior e rapidamente, ter declinado em favor do Cristianismo. Constantino, no início do século IV, dará liberdade de culto aos cristãos e Teodósio, em 413, proclamará o Cristianismo a religião oficial do Império

Romano, proibindo a religião mitríaca, transformando, deste modo, perseguidos em perseguidores, condenando, deste modo, expressamente à morte todos os fiéis de Mitra.

A religião mitríaca fora acolhida, pela população de Roma, com especial entusiasmo. Foram localizados mais de 40 mitreios em Roma, calculando-se que fossem mais de 100. Em Ostia, haveria mais de 16. Tudo parece indicar que a grande difusão de mitreios se deu na segunda metade do século II. Tenha-se em conta que o mitreio de Mérida terá sido fundado em 155 d.C. O de Troia datará do século III. No mesmo local terá sido erguido um templo protocristão, datado do século terceiro ou inícios do século IV.

Os taurobólios espalharam-se e difundiram-se especialmente entre os anos 198 e 209, tendo-se interrompido por volta de 249. O culto mitríaco manteve-se em Roma até ao ano de 394, ainda que, desde 391, como foi dito, seja proibida qualquer religião que não o Cristianismo. Com o fim dos taurobólios públicos, expandiram-se os taurobólios privados, sobretudo no reinado de Juliano (361-363). O mitraísmo torna-se uma religião de mártires, de povos resistentes ao Império e ao poder imperial, uma religião secreta e perseguida. Os seus textos escritos começam a rarear, mas a sua doutrina recupera a sua essência mais profunda, fundindo-se com outras formas de pensamentos, oriundas das mesmas raízes indo-europeias, constituindo gnoses, esoterismos e dissensões no próprio cristianismo.

A vaca e o touro no imaginário e lendas tradicionais

Ao longo da história, o cavalo e o boi (touro) representaram um original antagonismo entre dois tipos de sociedade, uma sedentária e pacífica e a outra, nómada e guerreira. São precisamente essas conotações que estão presentes em algumas das suas primeiras referências escritas, na Babilónia.

Os provérbios, os contos e as lendas tradicionais prolongaram as conotações do fabulário, o boi mostra-se, sobretudo, pacato e reservado, animal de criação, de estimação e de imolação; é um dos animais que evoca as transmigrações e as metamorfoses iniciáticas:

Fez um esforço. Embora ardesse numa chama de fúria, tentou refrear os nervos e medir com a calma possível a situação.

Estava, pois, encurralado, impedido de dar um passo, à espera de que lhe chegasse a vez! Um ser livre e natural, um touro nado e criado na lezíria ribatejana, de gaiola como um passarinho, condenado a divertir a multidão! (Torga, 1990, 109)

Santo Isidoro (1983), na sequência de uma indisfarçável misoginia do pensamento cristão, refere criaturas híbridas, tais como as sereias, comparando-as com as Górgonas, meretrizes que petrificam apenas com o seu olhar e arrastam para o naufrágio os incautos mareantes. O Fisiólogo arménio refere a sua constituição híbrida: mulher até aos seios, pássaro, burro ou touro dos seios para baixo. A associação entre a mulher e a vaca fora uma constante nas sociedades clássicas e em particular na egípcia. Sakhmet é apenas um dos aspetos da tríade constituída por Hathor, a vaca celeste e Bastet, a gata. A estranha tríade chegara a ser confundida com Ísis, deusa dos mil nomes (Lurker, 1994, p. 124-125). Enquanto vaca cósmica é a própria mãe do sol,

na sua forma de gata, torna-se alegre e meiga, deusa do amor. Tal complexidade revelou-se uma perfeita metáfora da duplicidade da natureza erótica, criadora e destrutiva. Foi tal o seu sucesso que os gregos lhe chamaram Afrodite, a deusa da alegria, do prazer, do gozo e claro está: do amor.

Os bestiários medievais não se afastaram substancialmente do Fisiólogo, muito provavelmente concebido na Alexandria do século terceiro. Vive-se então o maior confronto da história religiosa do Império romano. Por um lado, um conjunto de correntes cristãs, oriundas dos pensamentos mais espirituais e místicos de sincretismos religiosos, orientais, helénicos, e judaicos, impiedosamente perseguido por excluir qualquer outra doutrina religiosa e, em particular a imperial; e por outro um mitraísmo, oriundo das mais antigas crenças da humanidade, formadas nos grandes deltas da Mesopotâmia e, talvez, até da Índia, disseminado de oriente para ocidente, do Mediterrâneo até ao norte do Atlântico, celebrando a alegria de viver, da fertilidade e da fecundidade, promessa de fartura eterna, disciplinadamente organizado, quase à imagem da estrutura militar romana, fortemente hierarquizado, solidário, repleta de secretismos e gozando de uma especial simpatia imperial. Abundantes são os seus vestígios em Itália (Roma), na Gália (Bordéus) na península (Mérida).

António Maria Romeiro Carvalho publicou, em 2009, um artigo em que identifica algumas das sepulturas escavadas nas rochas como elementos essenciais da religião mitríaca, espaços onde os fiéis seriam aspergidos pelo sangue purificador do touro sacrificado, imagem da incomensurável generosidade do próprio deus.

Carvalho evoca uma versão da Bicha das sete cabeças e outra de Pedro e Pedrito (Coelho, 1995) para evocar a força mágica e divina da aspersione sanguínea e vivificante: *“As fadas disseram a Pedro que só com o sangue dele derramado sobre o Pedrito o podia tornar em homem (...)”* (Coelho, 1995, 232). Pessoalmente basta-me referir o inequívoco Mithraeum, achado junto de um templo protocristão, na península de Troia e precisamente datado do século terceiro depois de Cristo, com abundantes vestígios de sincretismo religioso (Jalhay, 1948).

A maior parte dos movimentos milenaristas recuperaram alguns dos pensamentos cristãos mais primitivos, evidenciando antigos sincretismos orientais e ocidentais, mitríacos e platónicos, aspirando a uma religião cósmica, de verdade e de amor, de despojamento, de pobreza material, de vida comunitária e asceta, de solidariedade e de comunhão em Cristo e com Cristo. Neles se inscrevem a devoção ao Espírito Santo, ainda hoje tão viva nas ilhas açorianas e, em particular, na ilha Terceira. Neles tomou forma o pensamento de São Francisco que doou a sua vida pela vida do próprio Espírito Santo, Imperador do Sagrado Império, da igualdade universal, simbolizado pela tábua redonda, pela cavalaria celestial, onde todos são iguais, no amor e na pobreza, até o mais estranho dos forasteiros:

“No seu amor da criação de Deus, Francisco encontrava a Natureza como sendo um todo unificado. Já perto da morte, quando compôs o «Cântico do Irmão Sol», referiu-se aos corpos celestiais e aos quatro elementos clássicos (terra, ar, fogo, e água); não mencionou quaisquer criaturas vivas, mas de certeza que as via como parte do todo da Criação. Nos seus outros escritos, Francisco só

raramente mencionou a Criação e os animais. Apenas por duas vezes estabeleceu regras quanto ao uso de animais pelos seus seguidores: não deveriam montar cavalos e não deveriam ter animais de estimação. Estas regras só tinham a ver parcialmente com a pobreza; serviam, acima de tudo, para encorajar os frades a não tratar os animais como objetos, como posses. Além disso, no caso dos cavalos, a regra de não os montar afastava os frades do mundo orgulhoso da cavalaria. Mesmo quando a doença o obrigava a montar, Francisco preferia sempre um burro.”

(THOMPSON, 2012, 106-107)

O boi surge no nosso imaginário popular associado à vida, à água e a fecundidade. Vários são os contos que o apresentam com uma sede insaciável: (“A formiga e a neve”, “A romãzeira do macaco”, “O galo e o pinto”). A sua dimensão sacrificial e de animal de estimação estão sublinhadas em “O rabil” e “O conto do Fuso”. “O coelhinho branco” revela a sua faceta medrosa.

Com a ajuda sobrenatural das fadas, no conto « A Enjeitada », os chifres das vacas servem para dobrar as meadas associando-as assim aos mistérios lunares e obviamente femininos que superintendem os fenómenos da vida e da morte.

“Pegar os touros pelos cornos” (5267) representa um ato de virilidade, de bravura, de coragem, de determinação, qualidades atribuídas ao touro e a quem o enfrenta.

As lendas açorianas encenam magnificamente a função do boi no contexto do culto do Divino, enquanto celebração dos mistérios da natureza e animal sacrificial que acalma a fome e reforça a coesão social. Evoquemos apenas algumas passagens das mais eloquentes²⁷:

A Pele do Boi do Divino Espírito Santo

(...)

Durante muitos anos, o mordomo guardou a pele do boi, mas nunca apareceu ninguém a reclamar o animal. Para a história ficou apenas a ideia de uma bela festa dedicada ao Espírito Santo onde houve abundância de pão e vinho e sobretudo de carne.

pág. 273-274.

As Vacas do Divino Espírito Santo

Os habitantes da ilha Graciosa, à semelhança dos restantes açorianos, são muito devotos do Senhor Espírito Santo. Há muitos anos, era hábito os moradores da Praia engordarem o gado destinado à festa do Divino Espírito Santo no ilhéu. Os animais eram transportados a nado.

Certa vez, por altura das festas do Espírito Santo, quando o mordomo se preparava para ir ao ilhéu recolher o gado para a festa, o tempo alterou-se e levantou-se uma enorme ventania, com ondas muito altas. O mordomo, muito preocupado, olhava para o mar à procura de uma aberta que lhe possibilitasse ir buscar o gado para a matança. No entanto, as nuvens e o vento pareciam cada vez mais carregados e fortes.

Chegado ao dia da matança do gado, o mordomo não teve outro remédio senão comprar outros animais para poder honrar a sua promessa.

No sábado em que os animais deveriam ser mortos, e quando os homens se preparavam para matar o gado comprado na véspera, viram aparecer os animais que estavam no ilhéu. Chegada à hora do embarque, quando os animais se aperceberam que os homens não os iriam buscar, atiraram-se ao mar e, sozinhos, atravessaram o espaço que separa o ilhéu da ilha e vieram entregar-se para o fim a que tinham sido destinados.

(...)

pág. 306-307.

As Varas do Espírito Santo

(...)

Nas freguesias, muitas pessoas choravam e rezavam, impotentes, perante a violência da natureza. Outras desorientadas, corriam de um lado para o outro, numa tentativa vã de encontrarem abrigo. Foi então que um padre franciscano teve a ideia de fazer uma procissão para pedir a Deus que parasse a erupção. Na procissão transportaram uma coroa do Espírito Santo pertencente a um dos Impérios da Vila das Velas. A coroa ia dentro de um quadro, formado por varas do Espírito Santo.

Seguiram pelas ruas da localidade de Santo António, cujas casas se encontravam no caminho do rio de lava. Aproximaram-se o mais possível da lava e, nesse local, atiraram as varas do Espírito Santo para o chão, para que formassem um traçado, e abrissem um caminho para o mar.

Fizeram-no com tanta fé que, pouco depois, o rio de lava começou a mudar a sua trajetória, encaminhando-se para o mar, seguindo assim o caminho traçado pelas varas do Espírito Santo.

pág. 312-313.

O Trigo Para o Espírito Santo

No princípio do século XX, foi escolhido para mordomo das festas do Espírito Santo na Vila das Velas, ilha de S. Jorge, um homem muito crente nos poderes do Espírito Santo. Assim, quando a coroa e o estandarte chegaram à sua casa, guardou-os com muito respeito e cuidado, fechando-os à chave numa arca. O homem guardou, igualmente, na arca uma saca com o trigo que seria utilizado para cozer o pão da festa.

O tempo foi passando e, em setembro, inexplicavelmente, a sua casa começou a arder. Rapidamente soou o alarme e todos os vizinhos se juntaram para ajudar a combater o fogo. No entanto, e apesar dos esforços, as labaredas iam subindo e consumindo toda a casa e o seu recheio.

O homem lamentava a sua pouca sorte e chorava sobretudo a perda da arca com a coroa, o estandarte e o trigo do Espírito Santo. Depois de o fogo estar apagado começaram a procurar nos escombros alguma coisa que pudessem

²⁷ Todas as lendas referidas foram extraídas da obra de SANTOS, Avelino; SANTOS, Lúcia (2011)

aproveitar. Com grande espanto de todos, encontraram a arca intacta e sem nenhum sinal do fogo que tinha destruído a casa.

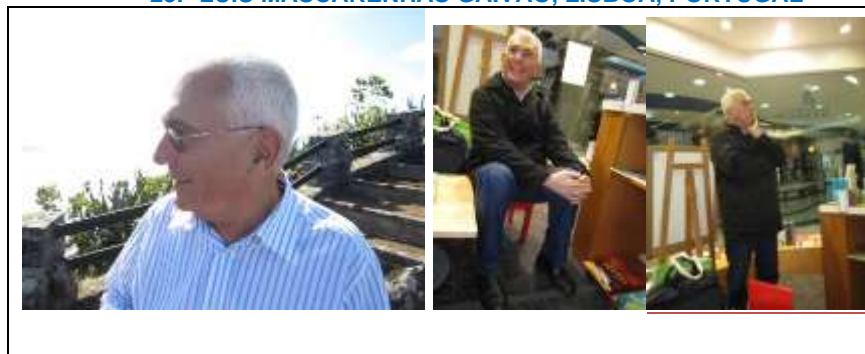
(...)

pág. 313-314.

Bibliografia

- A. Barucq, A. Caquot, J. M. Durand, A. Lemaire, E. Masson SANTOS, J. Auneau (1992) – Escritos do Oriente Antigo e Fontes Bíblicas. São Paulo: Edições Paulinas.
- ARAÚJO, António de Sousa; CARDOSO, José (1993) Histórias das Guerras da Ibéria de Apiano. Braga.
- BAZÁN, Pedro (2000) – Argantonio Rey de Tartessos. Fundación El Monte.
- BRAGA, Martinho de (1997) – Instrução Pastoral sobre Superstições Populares. Lisboa: Cosmos.
- BRUNET, Raymond (2003) – O Vinho e as Religiões. Lisboa: Hugin Editores.
- DUGOS, Carlos; SILVA, Carlos Sebastião e; ALMEIDA, José de (2012) – Rainha Santa, V Império e Espírito Santo. Apeiron.
- CAMPOS, Viriato – Sobre o descobrimento e povoamento dos Açores. Europress.
- CARVALHO, António Maria Romeiro (2009) – O Culto de Mitra e as Sepulturas escavadas na rocha. Açafa online n.º 2:
- CÍCERO, Marco Túlio (2004) – Da Natureza dos Deuses. Lisboa: Veja.
- COSTA, Antonieta (2010) – Açores. Festividades Populares e Mitos Arcaicos na nova Geografia Atlântica. Açores: Direção Regional da Cultura.
- FREITAS, Ana Maria (2003) – B. I. da Pomba. Lisboa: Apenas Livros.
- GUERRA, Amílcar (1995) Plínio-O-Velho e a Lusitânia. Arqueologia e História Antiga. Lisboa: Edições Colibri.
- GRANDA, Manuel J. (2000) – O Império do Espírito Santo. Na região de Tomar e dos Templários. Lisboa: Estar.
- MONTHERLANT, Henry de (1954) – Les bestiaires. France: Gallimard.
- MORAIS, Gabriela (2002) – O Santuário Alentejano de São Miguel da Mota. (Vestígios de Um Culto à Grande Deusa. Lisboa: Apenas Livros.
- PRIEUR, Jean (1988) – Les animaux sacrés dans l'antiquité. France: Quest Université.
- SAUNDERS, Nicholas J. (1995) – Les Animaux Et Le Sacré. Paris: Albin Michel.
- SANTOS, Avelino; SANTOS, Lúcia (2011) – As Lendas no Imaginário Açoriano. Açores: Edições BLU.
- PEREIRA, Luciano (1991) – Os Bestiários Franceses do século XII. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade de Lisboa.
- PEREIRA, Luciano (2007) – A Fábula em Portugal. Contributos para a história e caracterização da fábula literária. Lisboa: Profedições.

25. LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO, LISBOA, PORTUGAL



LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO é Doutorando em Pós-colonismos e Cidadania Global com a tese "Pelo Sul se faz caminho: transculturalidades na obra de Manuel Rui", do (CES/FEUC) - Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Colaborador do projeto (CES/FCT) "De S. Paulo de Luanda a Luanda, de Lourenço Marques a Maputo: capitais coloniais em tempos pós-coloniais".

Membro do GAIEPC- Grupo Autónomo de Investigação em Estudos Pós-Coloniais.

Membro da AICL - Associação Internacional Colóquios da Lusofonia.

Mestre em Lusofonia e Relações Internacionais pela Universidade Lusófona de Lisboa com a dissertação "CPLP-a Cultura como Principal Fator de Coesão", Licenciado em Filosofia e Humanidades pela Universidade Católica (Faculdade Filosofia de Braga), foi Membro da bolsa de formadores do ACIDI (Alto Comissariado para o Diálogo Intercultural), é professor reformado, ex-Adido Cultural de Portugal em Luanda, Luxemburgo e Bruxelas, Diretor do Centro Cultural Português em Luanda e Luxemburgo, cooperante-formador na DGEX (Direção Geral de Educação de Adultos em Cabo Verde), Membro fundador da AICL (Associação Internacional Colóquios da Lusofonia), formador do Projeto Entreculturas do Ministério da Educação.

Foi assessor pedagógico no Ministério da Educação de Roberto Carneiro.

Áreas de interesse: interculturalidade, estudos africanos, pós-colonialismos, literaturas africanas, relações internacionais.

Escritor, ensaísta, investigador CES.

É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

TOMA PARTE NOS COLÓQUIOS DESDE 2010 BRAGANÇA, 2011 EM MACAU E SANTA MARIA, 2012 LAGOA E GALIZA E NA MAIA 2013

TEMA 1.1 LÍNGUA PORTUGUESA: DE COLONIAL, GLOBAL E TRANSCOLONIAL A LOCALIZADA, DO SUL, E COM CRESCENTE VALOR ECONÓMICO, LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO, CES/FEUC:

DOUTORANDO EM PÓS-COLONIALISMOS E CIDADANIA GLOBAL (CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA)

Introdução

A Língua Portuguesa espalhou-se pelo mundo, desde o século XV.

O tempo passou e desse alastramento global que atingiu todos os pontos cardeais e colaterais do planeta, ela desempenhou por esses mundos diversas funções, como diversas foram as específicas situações enfrentadas a que a sua inquestionável mobilidade se foi adaptando.

Algumas das mais importantes funções que ao caso interessam foram a de língua franca, e língua imperial/colonial.

Relativamente ao português como língua franca, a noção transporta consigo a ideia de língua de contacto ou de relação entre grupos ou membros de grupos linguisticamente distintos, para a efetivação das relações comerciais e outros relacionamentos sócio-político-culturais. A Língua Portuguesa foi língua franca na África e Ásia nos séculos XV e XVI, até que essa função passou para outras línguas, nomeadamente o inglês.

Como língua imperial registou serem assim apelidadas as línguas dos povos que as transportaram e expandiram por grandes espaços, fruto dos eventos históricos e/ou socioeconómicos. Coincide, geralmente, com as línguas coloniais. O inglês é, hoje, língua franca, tendo sido imperial quando a Inglaterra iniciou e consolidou o império, sendo utilizada agora com conotações mais económicas e científicas.

A característica de língua colonial pode ser observada por diversos prismas. Tomo por charneira do colonialismo moderno as decisões imperialistas decorrentes da partilha de África na Conferência de Berlim (1884/5), sob a égide das grandes potências coloniais da época: Inglaterra e França.

Portugal, pequena potência colonial semiperiférica na Europa, não obstante ser a iniciadora da globalização, fora ultrapassado, há muito, no efetivo domínio colonial, pela Inglaterra, França, Países Baixos, bem como por outros países e o seu “colonialismo semiperiférico”, a quem alguns atribuem características de “colonialismo subalterno” (Santos, 2001: 24) teve de sofrer uma alteração metodológica radical, iniciando-se, a partir de então, a colonização efetiva das Colónias com a respetiva ocupação territorial, até ali praticamente ausente, que acarretava toda a implementação duma administração civil, militar e religiosa que, essa sim, reservou à Língua Portuguesa o primordial papel de ser o único suporte linguístico legalmente válido, com a exclusão de todas as múltiplas línguas locais, em todas as Colónias.

Tal facto, de ostensiva agressão colonial, tinha por detrás a ideologia imperialista que atravessou da Monarquia para a 1ª República e se reforçou, num fechamento cultural ainda e muito mais opressivo, durante o Estado Novo (1933-1974). A Língua Portuguesa era, agora, um dos mais importantes instrumentos ideológicos de dominação de toda a administração colonial. Os povos e as múltiplas etnias de todas as Colónias eram impedidos de falar e de se escolarizar nas suas línguas, facto que muito

contribuiu para o apagamento de múltiplas expressões culturais, religiosas, económicas, ecológicas de indubitável diferença enriquecedora.

Outras muitas dificuldades foram criadas aos naturais das Colónias, como o acesso ao estatuto de assimilado e à cidadania, quase impossíveis no disposto nos célebres estatutos do indigenato de 1926, 1930 – “Ato Colonial”, – 1933 e 1954.

A obtenção “menos dificultosa” da nacionalidade portuguesa somente foi alcançada a partir da abolição desse estatuto do indigenato, em 1961, enquanto o sistema de ensino (em português) apenas chegava, por imperativos político-sociais, a uma pequena minoria.

De qualquer modo, dadas as proibições aludidas, foi, mesmo assim, através da Língua Portuguesa que se iniciaram os primeiros movimentos culturais, intelectuais e emancipatórios que vieram a dar origem aos verdadeiros movimentos de autodeterminação e à proposta das independências.

Santos (2010:211-255) refere que o tipo de colonialismo português gerou um “sistema intermédio de identidades” que tornou diferente este colonialismo em relação aos outros. Não é difícil observar que os condicionalismos diferentes se seguem soluções diferentes.

Ora, todos os movimentos de libertação, no momento em que iniciaram as respetivas guerras de libertação (Angola – 1961, Guiné – 1963 e Moçambique – 1963), concluíram pela utilização da Língua Portuguesa como fator de unificação da luta armada e de união dos povos coloniais.

A descolonização, embora tardia das Colónias portuguesas (1975-76) relativamente às outras potências coloniais promoveu a Língua Portuguesa ao estatuto de língua de identidade nacional e os novos Estados lusófonos decidiram, todos eles, assumi-la como língua nacional, tão bem como assumiram as suas fronteiras artificiais e consequentes mosaicos étnico-linguísticos herdados da Conferência de Berlim.

Veremos, de seguida, algumas das atitudes de políticos e intelectuais destes novos países que corroboraram a importância do papel da Língua Portuguesa na construção duma unidade nacional, agora já aberta, igualmente, à utilização e recuperação das outras línguas nacionais e/ou regionais.

1. A Língua Portuguesa anticolonial, nas lutas pela independência.

Talvez tenha sido Amílcar Cabral o mais importante defensor, dentre os chefes dos movimentos de libertação das Colónias portuguesas, desta visão da Língua Portuguesa como fator de unidade nacional e cultural, aqui no caso da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. As suas palavras esclarecem (1976: 60-61):

Temos que ter um sentido real da nossa cultura. O português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais, senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo (...) se queremos levar para a frente nosso povo, para escrevermos, para avançarmos na ciência, a nossa língua tem que ser a portuguesa. É a única

coisa que podemos agradecer ao tuga, ao fato de ele nos ter deixado a sua língua depois de ter roubado tanto da nossa terra.

Em Angola, segundo Agualusa, o Presidente Agostinho Neto, no ato da tomada de posse como Presidente da Assembleia-Geral da União dos Escritores Angolanos, em 24 de novembro de 1975, reconhecendo o uso exclusivista da Língua Portuguesa e o apagamento das outras línguas nacionais, afirmava²⁸:

O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável atualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. E tanto no ensino primário, como provavelmente no médio, será preciso utilizar as nossas línguas.

Igualmente o Presidente José Eduardo dos Santos se referiu ao estatuto e importância da Língua Portuguesa a dia 11 de setembro de 2006, em Luanda, na abertura do 3º Simpósio sobre Cultura Nacional.²⁹

Devemos ter a coragem de assumir que a Língua Portuguesa, adotada desde a nossa Independência como língua oficial do país e que já é hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como uma língua de dimensão nacional em Angola. Isso não significa de maneira nenhuma, bem pelo contrário, que nos devemos alhear da preservação e constante valorização das diferentes Línguas Africanas de Angola, até aqui designadas de “línguas nacionais”, talvez indevidamente, pois quase nunca ultrapassam o âmbito regional e muitas vezes se estendem para além das nossas fronteiras.

Agualusa neste texto refere, ainda, que todos aqueles que, mais conservadores, criticam esta posição de predominância da Língua Portuguesa em Angola, o fazem nessa mesma língua e que cada vez é maior no País a exigência e o rigor na utilização do português como instrumento de ascensão social, cultural e política.

O Presidente de Moçambique Samora Machel, quando, em 1974, um ano antes da independência, foi abordado por um dirigente da Frelimo que lhe sugeriu adotar o suaíli como língua oficial de Moçambique, respondeu convicto: *Não. O português é a nossa língua oficial*. Já mais tarde, em 1983, pouco antes da visita a Portugal, disse a um jornalista português *“Camões não é só vosso; Camões também é nosso”*, numa alusão à Língua Portuguesa através daquele que foi o seu maior poeta.

Xanana Gusmão, ex-Presidente e atual Primeiro-ministro de Timor-Leste por diversas ocasiões se referiu à Língua Portuguesa como *“parte fundamental da identidade timorense”*, embora reconheça as enormes dificuldades do seu resgate pelos 24 anos da sua proibição e perseguição durante a dominação indonésia e perante a forte influência global do inglês e do bahasa indonésio, línguas circundantes ao território, e igualmente pela língua nacional e materna tétum, falada por grande parte dos naturais que ignoram ou já não se lembram do português. Digamos que é um caso de grande afetividade, para além da identidade.

Em São Tomé e Príncipe a Língua Portuguesa foi assumida como língua nacional com naturalidade e como fator de unidade nacional perante os três crioulos localizados e com expressão apenas local, não nacional, e em Cabo Verde, tal como na Guiné-Bissau, apesar da evidência do crioulo como língua materna, a Língua Portuguesa tem igualmente o estatuto de língua nacional.

Se recuarmos a 1822, o Brasil tornou-se independente (sem ter havido descolonização) pela mão dos portugueses aí colonos, revoltados com a inviabilidade dum Governo imperial, situado, geograficamente, a milhares de milhas de Oceano Atlântico e politicamente divorciado por outros milhares de milhas de visão obscurantista das realidades já então fervilhantes do Atlântico Sul. Mas, obviamente, a Língua Portuguesa garantia o milagre da unidade nacional dum colosso brasileiro, composto por um puzzle interminável de línguas e tribos locais, presença massiva de negros escravos e oriundos de vários pontos de África e já por inúmeros outros colonos de diferentes origens e línguas não só europeias mas igualmente, árabes e orientais.

Seria esta característica constante, a da incapacidade de ver o “outro”, a “diferença”, de o reconhecer, nos seus remotos locais, como “igual”, o grande pecado do colonialismo, nas diversas fases históricas que o acompanharam. O complexo da “superioridade” cultural, religiosa, militar, rática que provocou outros complexos negativos só poderia desembocar na rejeição de se ser colonizado e na solução independentista.

Mas a Língua Portuguesa que foi instrumento de colonização, nunca deixou de ser assumida, também, como língua de relação e de exprimir vidas e locais, por muitos dos próprios naturais que, nos quatro cantos do mundo dela se apropriaram e a fizeram transformar, agora, em língua anticolonial e, uma vez passadas as maiores turbulências políticas da descolonização, em língua pós-colonial, que é base de uma organização dos países que a têm como oficial, a CPLP. Ou seja a língua portuguesa adquiriu novas e ricas expressões africanas, brasileiras, orientais.

Na realidade, encontramos-nos perante o dilema de Quijano (2009: 112):

Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão exteriorizantes ou objetivantes. Foram reduzidas à condição de indivíduos rurais e iletrados. Nas sociedades onde a colonização não conseguiu a total destruição societal, as heranças intelectual e estética visual não puderam ser destruídas. Mas foi imposta a hegemonia da perspectiva eurocêntrica nas relações intersubjetivas com os dominados.

3. Língua global, localizada no Sul e com potencial económico

Reto (2012: 58) aponta hoje para 250 milhões de falantes.

²⁸ Agualusa (2002), “Agostinho Neto nunca quis banir a língua portuguesa”, in *a página da educação*, nº 113, Ano 11, junho 2002.

²⁹ Agualusa, José Eduardo (2006), “Língua e poder; Fronteiras perdidas”, in Público, 24.09.2006..

Com exceção dos falantes de Portugal, de Cabo Verde e de Macau, cujos territórios se localizam no chamado hemisfério norte, todos os restantes se encontram localizados no hemisfério sul geográfico. Mas podemos considerar que mesmo no caso dos três territórios indicados em primeiro lugar, eles não deixarão de se integrar num 'sul metafórico' que o imperialismo e o colonialismo conotaram e conotam com todos os que, nas diversas periferias, não seguem à letra, por impossibilidades e constrangimentos diversos de desenvolvimento histórico, cultural e político-económico, a cartilha "eurocêntrica", do capitalismo e do ultraliberalismo contemporâneo, antes dele são cobaias e/ou vítimas, na tentativa da globalização financeira dos padrões exclusivamente materiais de concentração de riqueza=poder.

Por muitas dessas razões e ainda mais algumas, certos ideólogos e pensadores referem que o colonialismo português se baseava num "império imaginado".

É a consideração de que o "império português" era mais imaginado que real (Pessoa - Álvaro de Campos) e que partira duma inicial (Ribeiro, 2004) "terra de fronteira", ou, como Camões (1992: III: 20:64) escrevia, "onde a terra se acaba e o mar começa".

Ribeiro (2004:115) trata do assunto e refere quanto ao centro do império:

O centro deste império [imaginário português] não seria já um centro territorializado, político e económico, à maneira das grandes metrópoles europeias, mas desterritorializado – "partes sem todo" – representado metaforicamente na nação portuguesa derramada no "mar sem fim" e encarnada pelo cosmopolitismo cultural do povo que "sabia estar num Sagres qualquer".

E podemos retirar de Gaivão (2012: 176):

A construção dum império levou, juntamente com os acessórios náuticos, comerciais e militares as pás e picaretas da língua portuguesa com que se poderiam cumprir os objetivos primordiais: espalhar a fé (lei de Deus) e a posse da terra (lei jurídica), e fomentar os contactos comerciais (lei económica). Não era possível fazê-lo sem a cobertura cultural que acompanha a língua, estabelecida neste caso como poderosa e colonial, apetrechada com falas e com escrita, a língua portuguesa, em confronto com várias línguas, então apenas de oratura, dos povos de etnias variáveis nos territórios africanos (...)

Resultou, portanto, toda uma colonização cultural imposta, e algumas vezes mais ou menos tolerada, pelo menos por minorias urbanas miscigenadas ou cooptadas, ao longo dos tempos e reforçada após a (...) Conferência de Berlim, durante o século XX. Embora após a descolonização Portugal tenha reforçado, ainda mais, a incerteza do olhar sobre si mesmo, factos semelhantes já se haviam colocado quer aquando da perda da independência (1580) após a derrota de Alcácer Quibir, quer no momento da perda do Brasil pela independência desta colónia (1822), quer ainda, após o Ultimato inglês impedindo o sonho do mapa cor-de-rosa (1890) e, finalmente, com a (...) descolonização das suas Colónias, após 1974.

O certo é que Portugal regressou no século XX ao mesmo local donde partira, no século XV. O "império imaginário" permaneceu, contudo, latente na idiosincrasia nacional, mesmo em elementos importantes das classes intelectuais.

Alguns destes intelectuais assumem o que Cahen (2010: 10) classifica como uma "visão puramente linguística da questão que leva a definir uma comunidade em função de uma única marca identitária, ainda que existam muitas outras, e além disso sem se preocupar com estatutos sociais da língua". Deste modo, para Cahen (2010: 10), a lusofonia será "a continuação de um imaginário imperial, certamente sem o colonialismo como política, mas com a colonização como fenómeno sociocultural de aculturação."

Mas o caminho real da história não vai por aí, e se Cahen (2010: 12) reconhece que, o mundo da lusofonia "tem muitas línguas em português", a tal pretensa "colonização" deixou de fazer sentido e parece ser uma contradição. E ele compara diversas "comunidades" linguísticas, indo ao encontro da especificidade da CPLP (Cahen, 2012: 12):

Tudo o que acabou de ser dito [respeitante à lusofonia de que é bastante crítico] pode ser aplicado também à hispanofonia, francofonia e anglofonia. Contudo, no caso português, o imaginário foi aguçado pelo sentimento de fraqueza da antiga Metrópole. Este é incapaz de se constituir uma "pré-base" neocolonial do tipo francês (não há LusÁfrica como há FrançÁfrica). Angola e Moçambique não sentem Portugal como uma Metrópole.

Esta inexistência de pré-base neocolonial é, no entanto, afortunada e poderá fundar um novo tipo de relação Norte-Sul..., mas no momento alimenta inquietações governamentais portuguesas, em face da intromissão na África nossa de outras potências mais ricas...No entanto, paradoxalmente a ausência dessa "LusÁfrica" permite afirmar que a língua portuguesa foi descolonizada: há muitas línguas em português, utilizadas de Timor ao Brasil, passando por Maputo e o Minho, mas não há uma pátria linguística comum fora dos menores meios sociais globais "afro-luso-brasileiros".

Estudos recentes e percursos históricos cada vez se afastam mais da tal colonização cultural, à medida que os ecos da descolonização política se distanciam nos tempos e nos espaços.

Tendo caracterizado um pouco mais proximamente o colonialismo português, regressemos à referida globalização hegemónica e eurocêntrica e ao facto de que ela se tem revelado de fraca aceitação pelas populações, sobretudo, porque é incapaz de responder às questões contemporâneas de justiça, igualdade, bem-estar social e económico, respeito pela diversidade cultural e pelos direitos humanos e da natureza.

O neoliberalismo apenas concentra globalmente os meios financeiros em cada vez menor número de excessivamente ricos, atirando pela margem fora todos os que não permaneçam na sua esfera de interesses, que são a maioria dos indivíduos.

Os países da Língua Portuguesa encontram-se na maioria no Sul, como foi mencionado, e os falantes dão a essa língua a característica de ser a mais falada nesse hemisfério e, ainda acrescentam a particularidade de registarem um crescendo demográfico maior que o dos falantes de outras línguas de expansão mundial. Tem esse

facto relação com o estatuto de países emergentes que podemos atribuir a muitos deles, Brasil, Angola, Moçambique, Timor-Leste, por exemplo, cujas economias em crescimento e dimensão territorial permitem e promovem o aumento populacional.

Prevê-se, mesmo, que em 2050 se atinja um número de mais de 300 milhões de falantes, facto que poderia fazer a Língua Portuguesa ultrapassar, em número de falantes, o espanhol (329 milhões) e o inglês (328 milhões), conforme a evolução do crescimento de falantes se venha a registar.

Uma outra característica da Língua Portuguesa é ter-se espalhado e ser falada no mundo todo, e, sendo por esse facto, cada vez mais global, se torna, igualmente, cada vez mais localizada, pois os países que a adotam e as múltiplas culturas por ela expressas se encontram na América, África, Europa, Ásia e Oceânia e, podemos acrescentar, todos eles serem países com grandes diásporas no mundo inteiro o que potencia uma ainda maior globalização localizada da Língua Portuguesa.

Assim, esta Língua Portuguesa leva e traz pelas comunidades do mundo global, toda uma imensa panóplia de culturas variadas que se interinfluenciam e transculturam a todo o momento, passando não apenas as fronteiras dos Estados, mas, sobretudo, as fronteiras culturais dos povos que a utilizam, promovendo sucessivas hibridações. Isto nem sempre é tido em linha de conta e isto é lusofonia.

A este propósito das traduções culturais, poderemos regressar aos conceitos de Boaventura de Sousa Santos (2004: 247), quando distingue cinco modos de produção da “não-existência” pelo colonialismo e entre eles, o primeiro é o da “*monocultura do saber e do rigor do saber*”, o qual “*consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respetivamente*”.

Podemos observar que na expansão portuguesa - e da Língua Portuguesa transportada por ela - tão alargada nos espaços geográficos e nos tempos contemporâneos à época, quando esses tempos foram simultâneos, por vezes, possibilitou a legitimação de outras culturas e saberes, como o facto de as viagens terem transplantado conhecimentos científicos diversos, nas áreas das tecnologias, das ciências, da medicina, da zoologia, da botânica, da agricultura, e das culturas, religiões e línguas que foram sendo traduzidas, sincretizadas, na conceção da época, e até se terem trocado conceções estéticas diversas, sem uma exclusivista monocultura paradigmática.

Em suma à “monocultura do saber” responde-se com a (Santos, 2002) “*sociologia das ausências*”.

Ribeiro (2005: 81) reflete sobre fronteiras e traduções culturais, que é do que aqui tratamos. E considera que, quando as culturas são consideradas como blocos monolíticos, numa lógica de “mútua exclusão e na definição da fronteira como linha divisória e não como espaço de encontro e de articulação” estaremos talvez a aproximarmo-nos do que uma extrema-direita verá com agrado. E o mesmo Ribeiro (2005: 80) toma para exemplo Bakhtine e escreve:

...como lembra Bakhtine:

“...*No domínio da cultura, não existe um território interior: ele situa-se inteiramente nas fronteiras, por toda a parte, por cada um dos seus elementos, há fronteiras a passar [...]. Todo o ato cultural vive, no essencial, nas fronteiras.* (Bakhtine, 1979)”³⁰.

Há cultura onde há interação e relacionamento com o diferente, nos termos do que Bakhtine designa como “a autonomia participativa” de todo o facto cultural (ibid.: 111), isto é, os conceitos de cultura e de fronteira requerem-se mutuamente, mas de uma forma que é dinâmica e não estática, que é heterogénea e não homogénea.

Concluamos, então, pela constatação da riqueza não apenas cultural, moral, estética, literária, afetiva, mas igualmente económica da Língua Portuguesa, depois de ter sido esquecida pelos seus próprios utilizadores, situados nas periferias do eurocentrismo e nos territórios que foram coloniais, mas agora muito mais atentos a esta questão.

Reto (2012: 60) esclarece:

Os 250 milhões de falantes do português representam cerca de 3,7% da população mundial e detêm aproximadamente 4% da riqueza total. Os oito países de língua oficial portuguesa ocupam uma superfície de cerca de 10,8 milhões de quilómetros quadrados, representando 7,25% da superfície continental da Terra.

A língua portuguesa afirma-se principalmente pelo número de falantes de língua materna, pelo número de países de língua oficial portuguesa, pela presença e crescimento na internet e na Wikipédia, pela cultura, sobretudo ao nível da tradução de originais produzidos noutros idiomas e, mais recentemente, na ciência, com um forte crescimento da produção de artigos e revistas científicas.

E esclarece igualmente (Reto, 2012: 67) que “o valor económico da língua resulta sobretudo das economias de rede que lhe estão associadas. Como está bem patente nas redes sociais, as mais volumosas tendem a consolidar o seu domínio.” Por fim (Reto, 2012: 79) escreve que “a aplicação da metodologia desenvolvida por Martin Munício (2003) a Portugal permitiu obter um valor de 17% para o «valor económico da língua»”.

A dinâmica de crescimento e o sentido de praticabilidade da Língua Portuguesa, num mundo onde os países emergentes serão geoestrategicamente os substitutos das velhas potências coloniais, traz uma dimensão tão relevante que aquela nação apontada como a próxima grande potência, a China, tem já, neste momento, dezenas de universidades em que o português é ensinado, tendo em vista as relações económicas com outro BRIC, o Brasil e a América Latina, a África, com Angola e Moçambique como interesses primordiais, a Europa com Portugal, e as outras regiões estratégicas como Timor-Leste, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

³⁰ Bakhtine, M. M. (1979), “Das Problem von Inhalt, Material und Form im Wortkunstschaffen”, in Bakhtine, M. M., *Die Ästhetik des Wortes* (org Rainer Gröbel). Frankfurt am Main: Suhrkamp. 95-153.

4. Língua das diversidades

Há uma característica da Língua Portuguesa que importa ressaltar: ser o veículo das diversidades culturais que a atravessam e de se estender pelo mundo, de lés a lés.

As literaturas de Língua Portuguesa nas diversas nacionalidades e geografias em que é praticada, apresentam, além do mais, uma vitalidade muito grande.

Se a mais antiga de todas, a literatura portuguesa, há muito que alcançou um caráter universal, com grandes escritores e poetas a pontuarem esse percurso, sempre soube renovar-se e atualizar-se, até ao culminante prémio Nobel a José Saramago.

A segunda mais antiga, que é a literatura brasileira, não necessita de adjetivos que engrandecam as peculiares características de luminosidade, graça, e dimensão social de tantos e tantos poetas e escritores que, aliás, serviram e continuam a servir de exemplo para muitos outros lusófonos, de como a literatura deve veicular as características das diversas culturas do País e preservar a sua unidade nacional.

As literaturas angolana, cabo-verdeana, moçambicana são exemplares da reconversão da Língua Portuguesa em instrumento das realidades novas político-sociais e culturais dos respetivos países. São riquíssimas, diversas, humoradas, e trazem ao conhecimento do mundo global as realidades localizadas e universalizadas, cheias das surpresas de sociedades muito diversas que souberam dar a volta à língua colonial e a souberam adaptar como língua anticolonial, pós-colonial, nacional e transcultural. E com ela, ajudam a reemergir as outras línguas nacionais ou locais, apagadas quando o colonialismo se apropriou de modo abusivo da política da língua.

As literaturas de São Tomé e Príncipe, de Timor-Leste, da Guiné-Bissau e aquela que se pratica em Macau em Língua Portuguesa refletem a persistência da vontade de permanecer em ligação comunicante com o restante mundo da Língua Portuguesa.

Terão, por diversos motivos que aqui não vem ao caso apontar, uma dimensão mais reduzida, mas nem por isso deixam de ser importantes e de manter a criatividade, comum a todas elas.

Localizadas, são essas literaturas postas globalmente em comunicação, recriando e enriquecendo as variantes da Língua Portuguesa e funcionando como vasos comunicantes entre si.

Cito Ançã (1999: 14)

Tendo a Língua Portuguesa convivido com as outras línguas africanas durante cinco séculos, ela foi adquirindo um estatuto de língua do território, a par das línguas nacionais. A Língua Portuguesa apropriada por aqueles que a foram falando, ao longo de séculos, foi-se moldando aos espaços e aos sujeitos. Não é já propriedade de ninguém, mas de todos os que a usam.

Será necessário dar a todas essas literaturas uma maior expressão. Para isso a CPLP, os governos nacionais, os fora político-culturais e económicos deveriam, sem complexos de grandeza ou pequenez, sem nenhum complexo de propriedade da Língua, exercer uma política de desenvolvimento linguístico-cultural com a Língua Portuguesa que fosse a locomotiva para o reforço político, cultural e económico de todos os países de Língua Oficial Portuguesa.

E creio podermos dar a razão, com algum sentido de humor que já vem do século XVII, às especificidades da Língua Portuguesa e das literaturas que a utilizam, caracterizando-a com a adjetivação que, no século XVII Rodrigues Lobo (1890: 20) lhe dava e que continua hoje em dia a estar subjacente em todas as latitudes e longitudes onde a Língua Portuguesa se pratica, pois ela

é branda para deleitar, grave para engrandecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve para resolver, acomodada às matérias mais importantes da prática e escritura. Para falar é engraçada, com um modo senhoril; para cantar é suave, com um certo sentimento que favorece a música; para pregar é substancial, com uma gravidade que autoriza as razões e as sentenças; para escrever cartas nem tem infinita cópia que dane, nem brevidade estéril que a limite; para histórias nem é tão florida que se derrame, nem tão seca que busque o favor das alheias. A pronúncia não obriga a ferir o céu da boca com aspereza, nem arrancar as palavras com veemência do gargalo.

Escreve-se da maneira que se lê, e assim se fala. Tem de todas as línguas o melhor: a pronúncia da latina, a origem da grega, a familiaridade da castelhana, a brandura da francesa e a elegância da italiana. Tem mais adágios e sentenças que todas as vulgares, em fé da sua antiguidade. E, se à língua hebraica pela honestidade das palavras chamaram santa, certo que não sei eu outra que tanto fuja de palavras claras em matéria descomposta quanto a nossa. E para que diga tudo, só um mal tem, e é que, pelo pouco que lhe querem seus naturais, a trazem mais remendada que capa de pedinte.

Os seus diferentes utilizadores têm, agora, a palavra e os atos, enquanto se registam todos os contributos, globais e localizados, rumo ao futuro da Língua Portuguesa.

5. Referências bibliográficas e de internet

* Ançã, M^a Helena (1999), *Ensinar Português, entre Mares e Continentes*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Formação de Professores. Cadernos Didáticos. Série Línguas, nº 2.

* Cabral, Amílcar (1976), “Resistência Cultural”, *Revista Pápio*. Transcrito de *Nó Pintcha*, de 21, 24 e 26 fev. 1976.

* Cahen, Michel (2010), “Lusitanidade e lusofonia: considerações conceituais sobre realidades sociais e políticas”, *Plural Pluriel – revue des cultures de langue portugaise*, nº7, automne-hiver, [en ligne] URL: ISSN: 1760-5504.

* Enciclopédia das Línguas no Brasil, “Política de Língua”.

* Gaivão, Luís Mascarenhas (2012), “O Discurso Reinventado: A Viagem Das Palavras Pelos Mares Sem Lados. Do romance “Travessia por Imagem”, de Manuel Rui”, in *Cabo dos Trabalhos*, 8. 172-193.

* Lobo, Francisco Rodrigues (1890), *Corte na Aldeia*. Lisboa: Companhia Nacional Editora. vol. I. Biblioteca Universal Antiga e Moderna. 16^a série. Nº 62.

* Quijano, Anibal (2009), “Colonialidade3 do poder e classificação social”, in Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (orgs), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina/CES. 73-117.

* Reto, Luis (2012) (coord), *Potencial Económico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editores.

* Ribeiro, António Sousa (2005), "A tradução como metáfora da contemporaneidade. Pós-colonialismo, fronteiras e identidades", in Macedo, Ana Gabriela e Keeting, Maria Eduarda (orgs), *Colóquio de outono, Estudos de Tradução – estudos pós-coloniais*. Braga: Universidade do Minho.

* Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento.

* Santos, Boaventura de Sousa (2001), "Os Processos da Globalização", Santos, Boaventura de Sousa (org), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.

* Santos, Boaventura de Sousa (2002), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63. 237-280.

* Santos, Boaventura de Sousa (2010), *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento. 2ª ed.

26. LUÍSA RIBEIRO, ESCRITORA AÇORIANA, CONVIDADA LUÍSA RIBEIRO, ESCRITORA AÇORIANA, CONVIDADA



Maria Luísa da Cunha Ribeiro, nasceu em 1960, em Angra do Heroísmo, nos Açores. tem dois livros de poemas publicados e participa em antologias e revistas literárias nacionais e estrangeiras.

É Membro do P.E.N. Clube Português.

Alguns dos seus poemas têm sido traduzidos para castelhano, italiano, inglês e letão.

Em 1985 ganhou o 1º prémio num concurso literário para jovens, promovido pela Direção Regional de Cultura, com o manuscrito *Fogo Branco*, publicado em maio de 1986, com o nº. 47 da Coleção "Gaivota" (capa de Jorge Bettencourt e arranjo Gráfico de Álamo de Oliveira).

Foram editados apenas 1000 exemplares que esgotaram rapidamente.

Tem sido poeta da sombra. De si diz: «*sinto pudor e guardo o que escrevo; não gosto de sessões de lançamento de fato e gravata; gosto de estar na sombra; gosto de estar no nevoeiro; a única maneira que tenho de falar de mim é escrevendo*».

Tem poemas seus incluídos em duas antologias de poetas açorianos (*Pai, a sua bênção* e *On a Leaf of Bleu, Bilingual Anthology of Azorean Contemporary Poetry*).

Também escreve contos. Publica esporadicamente em revistas literárias como *Alhucema*, *Storm-magazine* e *Seixo Review* ou em jornais regionais. Em 2004 fez uma *Ex-Posição de poesia*, no Centro Cultural de Angra, intitulada "Uma pequena porção de noite".

Em março de 2005 a editora Dauro, de Granada, publicou o seu segundo livro *Outros Frutos*, incluído na conhecida Coleção Ex-Líbris e que reúne poemas de 2003 em versão bilingue. Desde junho de 2006, Luísa Ribeiro, dá vida ao blogue [Um Abismo](#).

SÉPIA COM MAR AO LONGE (BIOGRAFIA)

Nasci no segundo andar duma casa numa rua da cidade de Angra, onde não havia o perfume das laranjeiras, nem o cheiro a relva acabada de lascar. Uma casa com janelas viradas para outras janelas de outras casas iguais; casa de muitas tias, com Pai e Mãe e onde a única sombra me era dada pela magia dum irmão mais velho – irmão que me enchia os olhos de livros e medos.

E foi neste meu pulsar de criança que se espalhou a luz e que, num segredo noturno, fui procurando as curvas das palavras que melhor desenhariam um fecundo percurso de lágrimas.

Aprendi o monólogo. E, sem nunca deixar a cidade onde nasci, limitei-me a passar por estes enigmáticos canais – veias da vida – exibindo sempre o desejo de transformar beliscões em carícias e de, ao fazê-lo, ir dando ao papel o verdadeiro encontro com a existência.

Não fiz mais do que me agarrar à lua, para espalhar o sangue e receber as pedras e brincar ao fogo e acumular as raízes e alcançar a infância dos filhos.

Sou aquilo que o tempo exige que eu registre: quando encontro a claridade procuro a sombra para descobrir o desassossego e quando encontro o desassossego, procuro a claridade para perseguir a sombra.

E neste vento, às vezes tempestade, passei quatro décadas sustentando a ilha num eterno passeio entre a terra que me gerou e a terra que me receberá, num dia de sépia com mar ao longe.

TEMA 2.1. CADERNO DE CALIGRAPHIA E OUTROS POEMAS A MARGA, LUÍSA RIBEIRO, ESCRITORA AÇORIANA

Motivos não me faltam para apanhar o navio de Nemésio, mas consciente da ousadia que é fazê-lo no estado de mera leitora, e perante quem o estudou e o conhece melhor do que eu, abstenho-me aqui de navegar pela rota livre que trouxe este escritor ao mundo.

É também com o pensamento nos Colóquios de Lusofonia que saco este livro à pequena biblioteca da minha vida, para o trazer a público, pois num único volume temos dois grandes nomes Portugueses e felizmente Açorianos: escritor – Vitorino Nemésio e filólogo – Luiz Fagundes Duarte, que na sua mão de mestre nos oferece um majestoso prólogo, confessando as suas tentações filológicas e levando-nos à "organização do livro" e a "algumas questões técnicas".

Um dos raios luminosos mais dominantes neste livro de poemas é o amor exaltante que Vitorino sente por Marga, no momento em que o poeta consome os últimos anos da sua existência.

É que enquanto aos setenta anos o ser humano normal fala na morte, Vitorino Nemésio escreve os poemas mais eróticos que dele conhecemos. E Vitorino Nemésio tem razão, porque o lugar onde mais se morre e se renasce é exatamente no caos, entre dois corpos que se elevam em absoluta doação: extensão de nós à raiz primitiva.

E quando Nemésio escreve à sua amada “Tímido te espero/ na casa erma de ti”; e “Até no carro te canto” ou ainda “O poema em que te busco é a minha rede”; quando Nemésio abre o coração à beira do abismo, ressuscitando o princípio da vida, eu sinto que tudo faz sentido.

Neste Caderno de Caligraphia e outros poemas a Marga, Vitorino Nemésio leva o poema na língua, atirando-o ao palato e obedecendo à esfera lírica do homem que vai pelos seus pés e acumula décadas de furor, espasmo e intensa paixão erótica. E diz tudo com a ênfase perfeita de quem domina, até à morte, os sabores que todo o ser humano deveria possuir para existir em pleno. E morrer, no auge.

Aqui vem a navalha sábia de Luiz Fagundes Duarte, que dá os cortes certos àquilo que une o poeta ao homem. Isto é: o filólogo escolhe, raspa, adivinha e retira o supérfluo, criando a cadência do livro.

Por isso neste livro autor e editor reúnem-se numa combinação perfeita lembrando-nos o prazer que nos faz da lava mais escaldante do mundo.

PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ

27. LURDES MATIAS, ASSISTENTE PRESENCIAL



TOMOU PARTE NO 19º COLOQUIO MAIA 2013

28. MARIA SARAIVA DE MENEZES, ASSISTENTE PRESENCIAL



MARIA SARAIVA DE MENEZES (1971, Porto) é professora e escritora. Licenciada em Filosofia, pela Universidade Católica Portuguesa, em 1998. Descendente de famílias do Minho e da Madeira, viveu no Minho durante a infância e adolescência e, entre 1987 e 1990, viveu em Macau, onde frequentou o primeiro ano do curso de Direito, na Universidade da Ásia Oriental. Vive em Lisboa. É casada e tem 3 filhos. É autora de livros para crianças, pedagogia, poesia, ficção e etiqueta. Realiza a HORA DO CONTO COM A AUTORA em escolas e bibliotecas, com as suas histórias infantojuvenis. Três dos seus contos infantis foram encenados e representados em Portugal. Integrou a Antologia de contos «A MAGIA DAS CHAVES», Edições Vieira da Silva, Lisboa, julho 2013, com o conto «A Auxiliar».

É autora dos seguintes títulos:

- Carta **ao Pai**, Gradiva, Lisboa, maio 2000.
- O **Pequeno Livro da Etiqueta e Bom Senso**, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1ª edição, junho 2001, 9ª edição, abril 2013, Livros D’Hoje, LeYa / Brasil, 1ª edição, novembro 2012.
- O **Pequeno Livro do Homem Apaixonado**, Publicações Dom Quixote, Lisboa, junho 2002.
- O **Pequeno Livro da Mãe Galinha**, Plátano Editora, Lisboa, julho 2004.
- Etiqueta **para Crianças, Um Manual para a Cidadania**, Plátano Editora, Lisboa, 1ª edição, junho 2006, 2ª edição, maio 2010.
- 30 **Conselhos para Educar o seu Filho**, Plátano Editora, Lisboa, 1ª edição, novembro 2007, 2ª edição, abril 2008.
- Pegadas **de Vento**, Poesia, Teto de Nuvens, Porto, maio 2008.
- Vasco **das Forças, o Bullying e a violência escolar**, Editora Coisas de Ler, Lisboa, maio 2009.
- O **Menino Natal e o Pai Jesus, Afinal, o que é o Natal?** (infantil), Editora Coisas de Ler, Lisboa, novembro 2009.

· O **Gafanhoto Garoto não pode brincar**, (O stress infantil e a importância de brincar), Editora Nova Delphi, Funchal, Madeira, setembro 2012 / Roma, Itália, novembro 2013, Nova Delphi.

· O **Dia em que o Mundo Desapareceu**, (infantojuvenil), em parceria com o filho Vasco Serôdio, Anim Edições, Porto, março 2013.

· Tomás, **Mariana e o lobo**, Conto infantil sobre a pedofilia, e-book, Escrytos, Leya, Lisboa, junho 2013.

· KAFKA **e a figura do Pai no contexto do Humanismo Ateu**, (Ensaio filosófico) e-Book, Escrytos, Leya, Lisboa, agosto 2013.

mariademenezes@gmail.com

<http://educacaoliteraturaecultura.blogspot.com>

<https://www.facebook.com/LivrosInfantoJuvenisHorasDoContoETeatro>

[PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ](#)

[\(FOI VENCEDORA DO 1º PRÉMIO LITERÁRIO AICL AÇORIANIDADE 2013.](#)

[\(LER DISCURSO EM Vencedor do Prémio\)](#)

29. M^a HELENA ANÇÃ E TATIANA GUZEVA, UNIVERSIDADE DE AVEIRO



Maria Helena Ançã

Professora Associada com Agregação do Departamento de Educação, Universidade de Aveiro

Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores/CIDTFF
Cocoordenadora do Laboratório de Investigação em Educação em Português/LEIP,
responsável pela linha: Português Língua Não Materna. mariahelena@ua.pt

Tatiana Guzeva, Licenciada em Língua e Literatura Russa - Universidade Humanitária de Bishkek, Quirguistão, e em Linguística Alemã - Universidade Nacional Estatal do Quirguistão. Está a desenvolver o projeto de Doutoramento “Educação em Português para falantes de língua russa: as expressões idiomáticas entre línguas e culturas”, coordenado por Professora Maria Helena Ançã, área de Português Língua Não Materna, do Laboratório de Investigação em Ensino de Português, estrutura do Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores. Projeto aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ref.^a SFRH/BD/69987/2010. Universidade de Aveiro. “Educação em Português para falantes de Língua Russa:



expressões idiomáticas entre línguas e culturas” coordenado por Professora Maria Helena Ançã. Doutoranda do Programa Doutoral Didática e Formação CIDTFF/LEIP, Universidade de Aveiro., tatiana.guzeva@ua.pt

[PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ](#)

Outras Notas Biográficas

Belinda Gomes, Colaboradora do LEIP, Universidade de Aveiro, bgomes@ua.pt

Maria João Macário, Doutoranda do Programa Doutoral Didática e Formação, projeto aprovado e financiado pela FCT SFRH/BD/60477/2009 “Trabalho colaborativo em fóruns na formação de professores: um contributo para a didática da ortografia” coordenado por Professora Cristina Sá. CIDTFF/LEIP Universidade de Aveiro mjoaomacario@ua.pt

Zilda Paiva, Professora da Universidade Federal do Pará (Brasil), doutora em Didática das Línguas, pela Universidade de Aveiro/Portugal. Atua no ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa e na formação do professor, com ênfase na didática da língua portuguesa, na consciência linguística e na variação linguística no ensino da língua portuguesa. zildapaiva@hotmail.com

Márcia Ohuschi, Professora da Universidade Federal do Pará (Brasil), mestre em Letras, pela Universidade Estadual de Maringá, e doutora em Estudos da Linguagem, pela Universidade Estadual de Londrina. Atua no ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa e na formação do professor, enfocando a visão dialógica da linguagem e os estudos dos gêneros discursivos. marciaohuschi@yahoo.com.br

apresentam dois trabalhos

[TEMA 1.6. LÍNGUA PORTUGUESA E LUSOFONIA: NA VOZ DE UNIVERSITÁRIOS PORTUGUESES E BRASILEIROS, MARIA HELENA ANÇÃ, TATIANA GUZEVA, BELINDA GOMES, MARIA JOÃO MACÁRIO, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DIDÁTICA E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DE FORMADORES, UNIVERSIDADE DE AVEIRO \(PORTUGAL\). ZILDA PAIVA, MÁRCIA OHUSCHI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CASTANHAL \(BRASIL\).](#)

Resumo

Num mundo globalizado, a difusão e a Internacionalização da língua portuguesa (LP) surgem como objetivos prioritários, quer para as sociedades/países que a falam, – e aqui se inserem as políticas da língua –, quer em termos mais individuais/corporativos, na convicção de que a atitude (positiva) dos falantes para com a língua pode ser um contributo determinante. No caso dos (futuros) professores de Português é fundamental conhecer o seu posicionamento face à LP e as dimensões a ela atribuídas.

Com a finalidade de identificar a perceção de dois grupos de estudantes universitários, finalistas, e futuros professores de Português, sobre a LP (conhecimentos e atitudes), foi disponibilizado um inquérito por questionário, em Portugal e no Brasil.

Os resultados obtidos apontam: i) em ambos os grupos, um certo desconhecimento sobre o mundo lusófono em geral; ii) no grupo brasileiro, alguns indícios de uma certa ‘descrença’ na LP, enquanto língua de comunicação internacional. Estes resultados levam-nos a questionar o ensino da língua, tal como ele se apresenta: muito centrado

localmente, sem considerar outros espaços geoculturais onde a LP também é falada, vivida e aprendida, sendo necessário ainda fomentar e valorizar esta língua e reconhecer as suas potencialidades.

1. Contextualização

Num mundo tendencialmente globalizado e competitivo, as línguas apresentam-se como produtos a avaliar, não sendo, contudo, os seus valores constantes, mas variando em função de determinações económicas e políticas e não tanto em função das suas dimensões sociais e culturais. Nas instituições de ensino genericamente são focalizadas estas últimas dimensões, em detrimento de uma visão mais abrangente. A Universidade desempenha, então, um papel decisivo, no contexto da mudança e da inovação, devendo a formação de professores de Português considerar estas questões em prol da difusão e da Internacionalização da LP (Ançã et al., no prelo).

A LP é atualmente falada por 250 milhões de pessoas, como LM e L2, ocupando 10,8 milhões de quilómetros quadrados da superfície da Terra, o que representa 3,7 % da população mundial e 4% da riqueza total (Reto et al., 2012).

Neste cenário, a LP tem um potencial considerável, beneficiando “de três grandes fontes de influência de que muito poucas línguas dispõem” (Reto et al., 2012: 25): i) países que a falam e o poder económico associado, como é o caso atualmente do Brasil, de Angola, e ainda de Moçambique, com dimensões populacionais assinaláveis e com uma tendência acentuada para o seu crescimento; ii) o facto de a LP estar presente em todos os continentes, em particular em África; iii) baixa entropia³¹, o que vai facilitar a manutenção da sua identidade e unidade, por ser falada por um pequeno conjunto de países. A situação da LP apresenta, por conseguinte, um potencial inigualável, relativamente a outros idiomas. Por este facto, todas as suas potencialidades deveriam ser rentabilizadas, quer pelas sociedades/países que a falam, – instituições, entidades, pessoas coletivas –, quer em termos mais individuais/corporativos, na convicção de que a atitude (positiva) dos falantes para com a língua pode ser um contributo determinante para a sua difusão e internacionalização.

O desconhecimento, o desinteresse e o ceticismo dos locutores, face à LP, podem constituir obstáculos a esses desígnios. Como nos questiona Galito (2006: 99): “[...] Resta saber se os seus falantes já tomaram consciência do impacto económico que esse instrumento [LP], tão à sua disposição, lhes pode oferecer”. Ainda aspetos como a falta de “autoestima crónica” são levantados por Castilho (2013), a propósito da internacionalização da LP e, no caso específico, do papel das Universidades (brasileiras) e do conhecimento sólido sobre a língua a difundir.

A atitude dos falantes para com a língua é, sem dúvida, um fator determinante, nomeadamente quando se trata de (futuros) professores de Português.

Como têm demonstrado vários autores, no âmbito da Didática das Línguas, as concepções, imagens, atitudes³² que o sujeito tem sobre a(s) língua(s) influenciam os processos de aprendizagem, o seu uso e as suas práticas de ensino (Castellotti e Moore, 2002; Dabène, 1997; Lasagabaster, 2006; Moore, 2001).

Revisitando, em particular, Dabène (1997), as imagens sobre as línguas podem ser influenciadas por diversos fatores, identificando a autora o fator económico (“le critère économique”, 1997: 21), como sendo uma dos principais responsáveis pela valorização da língua, especificamente pelo acesso que proporciona ao mercado de trabalho. A difusão da língua está, pois, estreitamente ligada ao poder económico que esta confere aos seus falantes. De algum modo cruzado com este fator, encontra-se o fator epistémico: a língua é um objeto de saber, cujo domínio comporta um determinado valor educativo, avaliado em função das exigências cognitivas da sua aprendizagem. No nosso ponto de vista, línguas mais “poderosas” (o Chinês, o Russo...) ‘exigirão’ maior esforço de aprendizagem, não tanto por questões linguísticas, mas pelo poder conferido pelas economias dos países onde essas línguas são faladas. Outras dimensões se juntam: social, cultural e afetiva, apresentando, em suma, as imagens e atitudes origens bastante diversas e constituindo um campo algo complexo.

2. O estudo piloto

O estudo que se apresenta integra-se num projeto a decorrer no Laboratório de Investigação em Educação em Português/LEIP, do Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, da Universidade de Aveiro.

Este estudo piloto elegeu como participantes dois grupos de estudantes, finalistas e futuros professores de língua portuguesa (LP) em duas Universidades, uma portuguesa, localizada no centro-norte de Portugal, e outra brasileira, localizada no interior do Brasil, na região norte. Foi utilizado um inquérito por questionário que foi aplicado em cada um dos países pelas docentes dos respetivos grupos. Neste texto são apenas analisados alguns itens do questionário³³. Caracterizando os participantes: o grupo em Portugal é composto por 14 alunas/finalistas de um Mestrado profissionalizante, 13 de naturalidade portuguesa e uma natural da Venezuelana, esta última com o Castelhano como LM. A maioria (71,4%) insere-se na faixa etária dos 20-25 anos, havendo, ainda, a considerar a faixa dos 30 (21,4%). No grupo brasileiro, participaram 12 estudantes em final da Licenciatura, e com habilitação própria para o ensino da LP, logo após a conclusão do curso (11 do género feminino, um do género masculino). Todos consideram a LP como LM, havendo, no entanto, uma aluna que, para além da LP, considera também o Espanhol sua LM. A idade deste grupo varia dos 20 aos 35 anos, concentrando-se a maioria (58,3%) na faixa dos 20-25 anos. Por conseguinte, ambos os grupos apresentam traços muito semelhantes quer etários, quer no que diz respeito às línguas. Passemos, então, às questões em foco: no que respeita à tipologia de perguntas, e referindo-nos

³¹ Para Calvet e Calvet (2012), *entropia* designa o modo como os falantes de uma língua se encontram repartidos pelas regiões que a falam.

³² “Disposition à répondre de manière favorable ou défavorable au regard d'un objet, d'une personne, d'une institution, d'un événement” (in Lasagabaster, 2006:393).

³³ No texto de Guzeva et al., a este mesmo Colóquio, são analisadas outras questões do mesmo estudo.

às selecionadas para este estudo, as perguntas são sobretudo de tipo aberto, sendo unicamente a primeira (ver Tabela 1) uma pergunta de escolha múltipla, de leque aberto (na aceção de Pardal e Lopes, 2011³⁴)³⁵.

	Questões
1	Número aproximado de falantes de PLM ³⁶
2	Países de língua oficial portuguesa
3	Lusofonia
4	CPLP
5	Personalidades do espaço lusófono
6	Para mim a LP é...

Tabela 1- Questões analisadas

Analisando agora as respostas às questões solicitadas, e tendo em conta a primeira questão (“Número aproximado de falantes de PLM”), o panorama apresenta-se um tanto dúbio, dado representar algumas hesitações e escassos conhecimentos: no grupo português, 50% das alunas escolheu a hipótese mais aproximada, ou seja, 230 milhões, imediatamente seguida de 1 bilião (28,6%), de 140 milhões (14,3 %) e, por fim, 10 milhões, com uma única resposta (7,1%). O grupo brasileiro incide nos 140 milhões e 230 milhões, com uma percentagem de 33,3 cada, e ainda, 1 bilião (16,7%), havendo uma não resposta e outra resposta selecionando 10 milhões. De facto, lemos estes resultados com uma certa estranheza, visto tratar-se de futuros professores ou professoras estagiárias (caso do grupo português). Tanto no grupo de Portugal como no do Brasil, – embora neste país seja um pouco mais notório –, as respostas tendem a centrar-se na dimensão demográfica e nacional de cada um dos países, esquecendo os restantes países/locais onde a LP possa ser LM.

A segunda questão diz respeito à identificação dos países que têm a LP como língua oficial (Gráfico 1). Assim, Brasil e Portugal são identificados por ambos os grupos, seguindo-se Angola, com percentagens importantes (78,5 para as estudantes portuguesas e 66,7 para os brasileiros). Moçambique e Cabo Verde são ainda assinalados por ambos os grupos, mas com um desnível de percentagens, apresentando as estudantes portuguesas melhores resultados do que os brasileiros.

Os restantes países (Guiné-Bissau/GB, São Tomé e Príncipe/STP e Timor-Leste/TL) são apenas referidos pelo grupo de Portugal. Talvez a situação geográfica de Portugal, entre a América e África, tenha sido propícia à curiosidade e a algum conhecimento sobre estes países. Igualmente é de ter em conta as viagens, o turismo e a emigração portuguesa, que intensificam os contactos entre estes países.

Mais recentemente, é de salientar o fator imigração, sendo as comunidades estrangeiras mais representativa na sociedade portuguesa as provenientes dos países lusófonos (SEF, 2013).

Da parte dos universitários brasileiros, cuja cidade se localiza no interior norte do Brasil, como já referido, nota-se uma reduzida informação sobre os países de língua oficial portuguesa.

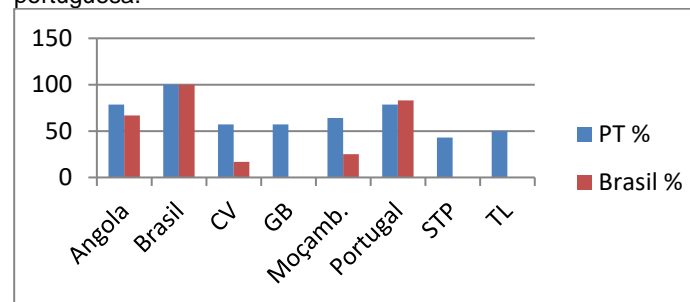


Gráfico 1- Países de língua oficial portuguesa

No entanto, é de considerar a existência de uma cooperação forte entre o Brasil e vários destes países, nomeadamente a nível da Educação e da Cultura (com Cabo Verde, Angola, Moçambique, Timor-Leste) e também a nível económico (com os PALOP³⁷ em geral), entre outros aspetos, mas, porventura não tão presente na região de origem destes estudantes.

Para a definição do conceito ‘Lusofonia’, questão 3, são consideradas corretas as respostas que recorrem a dois semas: ‘*espaço geográfico da LP*’ (exemplo retirado do grupo português: “espaço onde se fala a LP”, 42,9%); ‘*falantes*’ (exemplo de outra mestranda portuguesa: “A lusofonia relacionada com o conjunto de pessoas (no mundo) que falam o português”, 28,8%); e concluindo as respostas do grupo em Portugal, 28,8% de respostas inválidas. De uma forma geral, trata-se de definições parcelares, mas privilegiando dois aspetos importantes que concorrem para uma definição mais precisa de Lusofonia: os falantes culturalmente diversos e o espaço geolinguístico da LP. Quanto ao grupo brasileiro, só um estudante (8,1%) apresenta uma resposta aceitável: “Lusofonia é um termo utilizado para referir a falantes portugueses, mas pode ser estendido a todos os falantes de LP”, resposta, aliás, muito objetiva, se tivermos em conta a formação da palavra (*luso + fonia*)³⁸. Sobre a CPLP, as estudantes portuguesas apresentam 64,3% de respostas corretas, contudo, ter-se-ia esperado um valor mais elevado, visto estas estudantes se encontrarem no 5º ano da Universidade³⁹ e em conclusão do Estágio Pedagógico em LP. Para além disso, têm decorrido na referida

³⁴ Para estes autores, as perguntas de escolha múltipla podem apresentar duas modalidades: perguntas em leque fechado (escolha de uma ou mais respostas, com eventual recurso à sua ordenação) e perguntas em leque aberto (escolha de uma resposta ou possibilidade de acrescentar uma outra).

³⁵ O tratamento dos dados foi feito com recurso ao programa Nvivo, versão 10.

³⁶ Português Língua Materna.

³⁷ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

³⁸ E, por esta razão, tende a não ser uma expressão muito apreciada pelos africanos em particular.

³⁹ Três anos de Licenciatura e mais dois anos de Mestrado.

Universidade, inúmeras atividades culturais dinamizadas por colegas da CPLP, amplamente divulgadas. No público brasileiro, encontramos um desconhecimento absoluto sobre a sigla: 83,3% de não respostas e o restante com respostas não válidas. Talvez se explique por não ter sido um tema de grande discussão na formação inicial destes sujeitos, não constando da 'grade curricular' a realidade da LP fora do Brasil.

A questão seguinte diz respeito à identificação de personalidades do espaço lusófono nas seguintes áreas: Política, Literatura, Música e Desporto, e nos países à escolha de cada estudante. Tanto no grupo português como no brasileiro, apenas as personalidades do próprio país adquirem uma dimensão considerável, sendo esquecidas ou confundidas outras, sobretudo nos restantes países.

O grupo de Portugal identifica as seguintes personalidades nos campos pedidos:

- personalidades portuguesas: Política – Durão Barroso (51,1%); Literatura – Saramago (50%); Música – Mariza (35,7%) e Amália (28,6%); Desporto – Rosa Mota (42,8%). Com efeito, estas individualidades têm em comum o facto de terem tido, em momentos diferentes, protagonismo a nível mundial.

- personalidade brasileiras: Política – Lula da Silva (35,7%), na Literatura – Paulo Coelho (que aparece também como escritor português), Jorge Amado, Paulo Freire (14,3% cada); na Música – Caetano Veloso e Carmen Miranda (14,3%) e no Desporto – Pelé (28,6%). As respostas são poucas e imprecisas, como constatamos.

Quando entramos nos restantes países, o cenário é bastante mais inquietante. Para Cabo Verde, as participantes portuguesas identificam apenas duas personalidades na área da música: Cesária Évora (14,3%) e Sara Tavares (7,1%).

Em Moçambique, na Literatura, é mencionado Mia Couto (28,6%) e na política, Nelson Mandela, – confusão geográfica? –.

Para Angola, só são apresentadas duas respostas, na área da política: Jonas Savimbi e Xanana Gusmão (?).

Para as personalidades de Timor-Leste, há uma referência a Xanana Gusmão.

São deixados ainda dois nomes de escritores 'perdidos', sem identificação de país: Pepetela e Agualusa. Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe foram completamente esquecidos. O grupo do Brasil investiu também, como já frisado, nas personalidades do seu país: - personalidades brasileiras: Política – Lula da Silva (25%) e Getúlio Vargas (16,7%); Literatura – Machado de Assis (16,7%); Música – Carmen Miranda, Caetano Veloso, Chico Buarque, Roberto, Tom Jobim (8,3%); Desporto: Pelé, Daiane dos Santos e Ronaldinho, apenas com um registo cada (8,3%).

- personalidades portuguesas: Política – Prado (?), com 1 registo (8,3%); na Literatura – Camões (25%) e Saramago (8,3%); na Música – Ricardo Azevedo (8,3 %); Desporto – Cristiano Ronaldo (8,3 %).

Quanto aos restantes países, não houve qualquer referência, o que vai ao encontro do desconhecimento manifestado aquando da questão sobre os países de língua oficial portuguesa.

Comparando os resultados do estudo de Reto et al. (2012), das "Referências a personalidades de língua portuguesa (inquiridos de países não-lusófonos)", com os nossos resultados, verifica-se que as primeiras 10 personalidades são coincidentes com as que os sujeitos do nosso estudo convocam: Lula da Silva, Ronaldinho, Cristiano Ronaldo, Figo⁴⁰, Fernando Pessoa, José Saramago, Paulo Coelho, Amália Rodrigues e Luís de Camões.

Curiosamente, comparando ainda com as personalidades de LP referidas no estudo de Reto et al. (2012), pelos inquiridos dos países lusófonos, não se encontram tantas semelhanças, surgindo ainda outros nomes: Lurdes Matola, Malangatana, Bonga, Roberto Carlos...

Quanto à última questão ("Para mim a LP é..."), obtivemos os resultados visualizados no Gráfico 2, tendo por temas estruturadores os seguintes: identidade (Ident.), peso histórico e cultural (H-Cultural), aprendizagem (Aprend.), características estéticas e linguísticas (Caract.), comunicação (Comun.) e relevância (Relevân.).

No caso português, metade das estudantes destaca, em primeiro plano: os valores identitários, – com recurso sistemático aos possessivos 'meu' e 'minha', e de comunicação, referindo respetivamente que se trata da LM da grande maioria e da língua de trabalho de todas.

Num segundo plano, referem os valores de carácter profissional (42,8%), ou seja, a língua como objeto didático, o peso histórico e cultural da LP, assim como as características da língua (aspectos estéticos e linguísticos: romântica, doce, bonita; "rica aos níveis semântico, lexical, morfológico"); por último, com 14,3%, a aprendizagem ("difícil de aprender", "gostava de a conhecer melhor") (Ançã et al.,2013, no prelo).

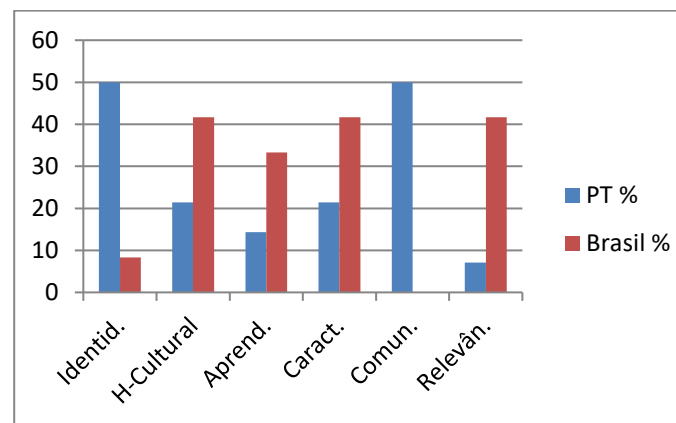


Gráfico 2 - Valores pessoais atribuídos à LP

⁴⁰ Figo aparece no nosso *corpus* mas não como primeira opção. Para a nossa análise, só contabilizámos as primeiras escolhas.

Contrariamente, o grupo brasileiro destaca os seguintes valores, com 41,7%: i) relevância (“Enfim, uma língua de futuro” ou “uma língua em ascensão económica e social”); ii) peso histórico e cultural (“por meio dela consigo expressar a cultura do **meu** país” ou “o caminho [...] para o conhecimento a respeito da cultura e muito mais do **meu** país”); iii) características da língua, bastante subjetivas (“uma das línguas admiráveis do mundo. Ao passo que é complexa, estimula o interesse pelo aprofundamento dos seus aspetos”, “rica”, “uma língua que apresenta diversidade linguística”).

O destaque dado ao reconhecimento social e económico, e, por estas vias, o cultural, reflete o atual momento social e económico do Brasil, com uma valorização deste país, a nível mundial, com fronteiras que se abrem através desta ascensão. A importância da aprendizagem surge com uma percentagem superior à do grupo precedente, com 33,3 (ex: “tão importante e deve ser aprendida e difundida como qualquer outra língua”) e, por fim a identidade, com 8,3% (“é uma estrutura de desenvolvimento que faz parte da **minha** vida desde que nasci”). Embora a identidade aparentemente surja com o valor menos presente, ele deve ser lido também noutros registos, sobretudo quando há recurso ao possessivo (‘meu’, ‘minha’). É curiosa a omissão do valor comunicativo da língua, não assinalado por estes sujeitos, tendo sido para o grupo de Portugal, como vimos, o mais destacado, a par do identitário. Provavelmente os estudantes brasileiros, usando no quotidiano uma variedade de LP, de algum modo afastada da variedade considerada padrão, não sentirão tão fortemente a LP como língua de comunicação internacional, ou a sua “função de passaporte”⁴² (termo emprestado a Laborinho, 2010).

3. Concluindo

Nas sociedades atuais, globais e competitivas, a difusão e a internacionalização das línguas são objetivos prioritários, aplicando-se o mesmo objetivo à LP e aos países que a falam.

Neste texto pretendemos identificar o posicionamento de universitários portugueses e brasileiros/ (futuros) professores de Português, nomeadamente no que toca aos conhecimentos sobre o mundo lusófono (países, personalidades...) e atitudes face à LP, como sejam, por um lado, a convicção do poder da LP, por outro, as dimensões a ela atribuídas, i.e., enquanto língua de comunicação internacional, ou somente nas suas dimensões ‘clássicas’, afetivo-identitária e cultural.

Os resultados obtidos apontam, em ambos os grupos, para um certo desconhecimento sobre o mundo lusófono em geral (o conceito de Lusofonia e a sigla CPLP são praticamente desconhecidos para o grupo brasileiro e o grupo de Portugal não apresenta

muita informação sobre estas questões). São privilegiados os conhecimentos relativos aos países de origem, notando-se, contudo, entre Portugal e Brasil e vice-versa, algumas ‘pontes’, sobretudo a nível cultural (na literatura e na música). No entanto, as lacunas dizendo respeito à geografia e demografia da LP são inquietantes no público em questão⁴³.

Ambos os grupos fazem sobressair sobretudo as dimensões ‘clássicas’ da língua, havendo, por parte do grupo português alguma sensibilidade para uma abordagem mais abrangente, com a inclusão da dimensão de comunicação internacional. No grupo brasileiro parece existir alguma ‘descrença’ no valor de comunicação internacional, embora os estudantes demonstrem confiança no país, enquanto potência forte em termos económicos. No entanto, não têm consciência de que o domínio económico vai beneficiar a procura do ensino da língua, a sua difusão e internacionalização, tanto a nível de negócios e comércio, como ainda vai dar visibilidade à cultura e às indústrias da língua em geral.⁴⁴ Com eleito, estes jovens, falantes nativos de Português, não estão suficientemente sensibilizados para o poder da LP e do seu crescimento nestes últimos anos.

Resultados deste teor levam-nos a questionar o ensino da língua, tal como ele se apresenta: muito centrado localmente, sem considerar outros espaços geoculturais onde a LP também é falada, vivida e aprendida. Existe, por conseguinte, uma necessidade premente de consciencializar estes futuros profissionais de Educação para esta dimensão importantíssima da LP, que é o seu poder no mundo, nos mais diversos contextos.

Referências Bibliográficas

- Ançã, Maria Helena *et al.*, (no prelo). “O papel da Educação em Português na promoção e difusão da língua – um estudo com um grupo de estagiárias” in Revista Lusófona de Educação.
- Calvet, Alain e Calvet, Louis-Jean (2012). Baromètre Calvet des langues du monde. Consultado em 03 de dezembro de 2012, <http://wikilf.culture.fr/barometre2012/>
- Castellotti, Véronique e Moore, Danièle (2002). Représentations sociales des langues et enseignements. Guide pour l’élaboration des politiques linguistiques éducatives en Europe – De la diversité linguistique à l’éducation plurilingue. Strasbourg: Conseil de l’Europe.
- Castilho, Ataliba de (2013). “Desafios para a promoção e a internacionalização da língua portuguesa” in ANPOLL/ILLP (Ed.), Colóquio sobre A internacionalização da língua portuguesa, Santa Catarina: UFSC, 6-8 de março, pp. 1-17.

⁴¹ Destacado nosso.

⁴² “Num mundo globalizado, as línguas adquirem função de passaporte que permite viajar entre mundos”, Laborinho, (2010:54).

⁴³ A mesma constatação é assinalada no estudo de Reto *et al.* (2012), embora não conheçamos o perfil profissional dos seus inquiridos: apenas que são estudantes universitários e aprendentes de Português, tendo somente 58% esta língua como obrigatória no curso.

⁴⁴ Atividades nas quais a língua é um elemento-chave. Estão incluídas nestas ‘indústrias’: a literatura, o cinema, a imprensa, a educação, a investigação... (Reto *et al.*, 2012).

- Dabène, Louise (1997). "L'image des langues et de leur apprentissage" in Mariette Matthey (Org.), *Les langues et leurs images*. Neuchâtel: IRDP, 19-23.
- Galito, Maria S. (2006). "Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho" in CI-CPRI, AGL 1, 1–97.
- Laborinho, Ana Paula (2010). "Para uma política de internacionalização da língua" in União Latina (Org.), *Actas do Encontro Internacional Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado*. Lisboa: União Latina/Fundação Calouste Gulbenkian, 53-62.
- Lasagabaster, David (2006). "Les attitudes linguistiques: un débat des lieux" in *Etudes de Linguistique Appliquée*, 144, 393-406.
- Moore, Danièle (Coord.) (2001). *Les représentations des langues et de leur apprentissage*. Paris: Didier.
- Reto, Luís *et al.* (2012). *Potencial económico da língua portuguesa*. Alfragide: Texto Editores.
- RIFA (2013). *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo*. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras/SEF, consultado em 28 de junho 2013, www.sefsat.pt/Docs/Rifa_2012.pdf.
Publicado em CD-ROM (2013) ISBN 978 989 8607 027

TEMA 1.6 LÍNGUA PORTUGUESA NO CIBERESPAÇO: DIFUSÃO, CRESCIMENTO E VALORES
TATIANA GUZEVA, BELINDA GOMES, MARIA JOÃO MACÁRIO, MARIA HELENA ANÇÃ, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DIDÁTICA E TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DE FORMADORES, UNIVERSIDADE DE AVEIRO (PORTUGAL). ZILDA PAIVA, MÁRCIA OHUSCHI - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CASTANHAL (BRASIL).

Resumo

A necessidade de promover a consciencialização da importância da língua portuguesa no mundo está na ordem do dia, contrariando a globalização e unificação de culturas, ultimamente potencializadas pelo rápido desenvolvimento das TIC, cada vez mais presentes e influentes em todas as áreas da nossa vida. Além disso, considerada estatisticamente a quinta língua mais utilizada no Ciberespaço, a língua portuguesa difunde-se virtualmente muito para além do mundo exclusivamente lusófono.

Neste sentido, torna-se necessário traçar o perfil da língua portuguesa, através da perspetiva de futuros profissionais da Educação, de Portugal e do Brasil, sobre o lugar da língua portuguesa no mundo.

Deste modo, disponibilizou-se um inquérito por questionário a estudantes de uma universidade portuguesa e de uma universidade brasileira, nos respetivos países, com o objetivo de identificar as suas representações, destacando a difusão da língua portuguesa no mundo, o seu crescimento e os seus valores, em particular na sua dimensão ciberespacial.

Na análise dos resultados, foi possível verificar que, nas três perspetivas abordadas, o Ciberespaço e os Média, redes sociais e eventos foram sempre mencionados pelos inquiridos, ainda que com pouca expressividade. Por esse motivo, tratando-se a língua

portuguesa de uma das línguas mais faladas no Ciberespaço e de esta realidade estar pouco refletida no discurso dos inquiridos, os resultados obtidos apontam para a necessidade de promover a consciencialização da importância e do lugar da língua portuguesa nesses espaços e, genericamente, no mundo.

1. O lugar da língua portuguesa no mundo

O estatuto internacional conferido à língua portuguesa parece estar na ordem do dia. Que valor lhe é atribuído? Em que áreas se destaca? Por que motivo é importante aprendê-la?

A língua portuguesa encontra-se na sexta posição das línguas mais faladas no mundo, com 202 milhões de falantes distribuídos por 11 países, entre os de língua oficial portuguesa e os de emigração (Lewis, Gary, & Fenning, 2013). É, ainda, a segunda língua românica no mundo e a terceira europeia mais falada (Aguilar, 2004), tendo vindo a conhecer um crescimento nos últimos anos (INE, 2013).

Além disso, é língua materna na totalidade da população portuguesa e brasileira. Nos restantes países lusófonos além de língua materna coexiste com variadíssimos crioulos de base lexical portuguesa (Aguilar, 2004), como é o caso de Cabo Verde (Ançã & Amaral, 2007). Esta realidade permite a comunicação entre falantes de língua portuguesa espalhados pelos cinco continentes, aproximando-os. Porém, o estatuto internacional de relevo que lhe é atribuído e o crescente interesse na sua aprendizagem por falantes de outras línguas não se justifica, apenas, nesta realidade.

Historicamente, com a expansão marítima portuguesa e a edificação do Império ultramarino, a língua portuguesa afirmou-se na costa africana e no Brasil, mas também noutras partes do mundo, como a Ásia. Foi considerada língua franca (Aguilar, 2004), nomeadamente para transações comerciais. Nessa medida, deixou marcas da sua presença no mundo (Lopes, 2003), veiculando também uma história, uma cultura.

Ao valor internacional, que resulta da presença incontestável de falantes de português distribuídos por várias partes do mundo, e do seu valor histórico e cultural, soma-se um valor económico em ascensão (Reto, 2012). Países com poder económico, como o Brasil, que faz parte das 20 maiores economias do mundo, ou economicamente emergentes, como Angola, têm contribuído para valorizar a língua portuguesa no mundo dos negócios. Nessa medida, os utilizadores da língua portuguesa atribuem-lhe, naturalmente, um papel relevante: "Quanto maior o número e riqueza dos utilizadores de um idioma, maior o seu valor para o utilizador" (Reto, 2012: 67).

Além disso, a língua portuguesa é língua oficial em várias organizações internacionais, o que resulta do seu valor político e económico no contexto mundial. Algumas dessas organizações são a União Europeia, o Mercosul, a Unidade Africana e a União Latina.

A proximidade linguística entre falantes do português tem repercussões nos fluxos migratórios, no turismo, nos negócios. De facto, existe um movimento migratório de destaque dentro do espaço lusófono, que se traduz no fluxo de pessoas entre países de língua oficial portuguesa com maior poder económico, como é o caso do Brasil e de

Portugal, pela proximidade linguística e enquanto plataforma de transição para outros países europeus (Reto, 2012). Para além de país de acolhimento (Ançã, 2003), a posição de Portugal na Europa tem sido vista como uma porta de entrada para o espaço europeu por países da Europa de Leste e Ásia Central (Arroteia, 2007; Pena Pires, 2002). Outros países de língua oficial portuguesa com potencial económico têm sido igualmente procurados por estes novos falantes da língua portuguesa (Ançã, 2008). Portanto, a procura é impulsionada não só pelo crescente valor económico da língua, mas também pelo aumento das ofertas no mercado de trabalho, que confere à língua portuguesa um novo potencial.

Ainda, entre os países lusófonos, as transações comerciais são de grande fluxo ao nível económico, mas o movimento é mais moderado ao nível do turismo (Reto, 2012). Além disso, a capacidade de intercompreensão entre falantes de línguas latinas aproxima o português de outras línguas e culturas românicas, especialmente do espanhol, favorecendo a aproximação entre eles (Laborinho, 2012; Reto, 2012).

No caso do Ciberespaço tem uma presença incontestável. Este conceito foi criado por Gibson em 1984 na sua obra *Neuromancer*, para se referir a um espaço virtual, que ligava em rede utilizadores, que precisavam de ter, apenas, um computador para comunicar (Wikipédia, 2013). Tendo em conta esta realidade, no Ciberespaço, a língua portuguesa posiciona-se no quinto lugar em número de utilizadores (Observatório da Língua Portuguesa, 2013), sendo que os utilizadores do Brasil ocupam a quinta posição nesse espaço. Particularmente no Facebook, o português conheceu um crescimento considerável em número de falantes entre 2010 e 2012 e ocupa atualmente o terceiro lugar quanto à listagem das línguas mais faladas nessa rede social (Socialbakers, 2012).

A presença da língua portuguesa no Ciberespaço ocupa, então, um lugar cimeiro e essa realidade tem, naturalmente, um impacto no valor que lhe é atribuído. De facto, o Ciberespaço faz parte da vida de milhões de utilizadores por todo o mundo e em constante crescimento, ligando-os em rede e permitindo-lhes comunicar, colaborar, partilhar, construir conhecimento e desenvolver competências.

A aproximação entre pessoas e lugares, a possibilidade de ligação em rede de forma fácil, rápida e gratuita, entre pessoas geograficamente distantes, possibilitou, também, uma aposta crescente em línguas alternativas ao inglês. Cada vez mais o Ciberespaço aproxima falantes que partilham outras línguas que não o inglês, comunicam entre si e procuram cada vez mais beneficiar deste espaço, criando e procurando páginas e conteúdos na sua língua materna. A língua portuguesa é disso exemplo e vista como fonte de informação e instrumento de construção de conhecimento no Ciberespaço (Galito, 2006).

Ora, o estatuto atribuído ao português no panorama internacional e, virtualmente, no Ciberespaço, faz dela uma língua de interesse para falantes de língua materna e outros que veem nela diferentes potencialidades:

Pode ser língua oficial e/ou de trabalho nas organizações internacionais. Para além de ser um idioma empregue em transações comerciais ordinárias, em reuniões internacionais bilaterais, nos acordos de investimento direto estrangeiro; no âmbito do turismo, do intercâmbio

científico-tecnológico e nas relações interpessoais quotidianas, por talvez ser uma língua aberta à mudança, à diversidade e à simbiose com outras culturas, além de apta a exprimir novos pareceres e conceitos – inclusive os que resultam dos progressos científico-tecnológicos. Razões que, a refletirem a realidade, substanciam a utilidade de uma língua porventura rica em potencialidades, presentes e futuras. (Galito, 2006: 33).

Apesar destas constatações, a língua portuguesa aparece muitas vezes em segundo plano em empresas e congressos internacionais que acontecem no espaço lusófono (Galito, 2006) e é vista como um fenómeno surpreendente para os alunos, quando informados dos dados estatísticos associados à sua utilização (Aguilar, 2004). Portanto, embora a sua relevância e o crescente interesse manifestado na sua aprendizagem sejam visíveis, ainda não foi objeto de reflexão por muitos dos seus utilizadores e ainda não se impôs com destaque no panorama mundial: “... ainda que seja uma língua com trunfos geopolíticos, económicos e culturais relevantes, não atingiu até agora o lugar de prestígio que lhe competiria...” (Laborinho, 2012: 17). Nessa medida, a sua promoção e difusão são essenciais.

Esta preocupação foi tida em linha de conta desde a criação da CPLP, que tendo unido países lusófonos que partilhavam afinidades socioculturais (Faulstich, 2000), entre outros aspetos, tem nos seus objetivos a promoção e a difusão da língua portuguesa (CPLP, 2013). Aliás, essa necessidade foi, precisamente, reforçada no Plano de Ação de Brasília, em que se reconhecem os desafios da língua portuguesa e se propõem eixos de atuação para a promover (CPLP, 2010). Também o Instituto Camões assumiu essa missão, quer ao nível do ensino da língua, quer ao nível da sua difusão, através da criação de uma rede de centros de língua portuguesa e centros culturais, presentes em vários países (Instituto Camões, 2013).

Vivemos na era da informação e do conhecimento, a sociedade funciona em rede (Cardoso, 2006; Castells, 2004, 2010) e, nessa medida, a influência da língua portuguesa pode estender-se ao Ciberespaço. Esta rede virtual pode ser vantajosa para a promoção da língua portuguesa, por favorecer a comunicação e a aproximação entre pessoas, organizações, empresas, troca de ideias, de conteúdos. Dessa forma, a aposta no Ciberespaço não se resume ao número de utilizadores, mas passa também pela disponibilização de conteúdos em português, bem como de ferramentas de acesso livre em língua portuguesa, como dicionários, enciclopédias, tradutores (Galito, 2006).

Portanto, trata-se de reconhecer os valores da língua portuguesa e promovê-la de modo que ocupe efetivamente um lugar de destaque no mundo, a fim de os seus falantes a utilizarem para seu benefício, recorrendo a ela, para concretizar objetivos diversificados. Notamos uma crescente procura por parte de estrangeiros com interesse em aprender a língua portuguesa e a Educação em Português não pode ficar indiferente a esta realidade, devendo adaptar-se a ela a fim de lhe dar resposta adequada. Além disso, é importante também reunir esforços para captar mais interessados em aprender a língua portuguesa. Neste contexto, torna-se imperioso traçar o perfil de quem a procura, mas também dos futuros profissionais de Educação em Português.

Consequentemente, a Educação em Português tem um papel fundamental, no desenvolvimento de competências para um pleno domínio da língua portuguesa e na sensibilização para a relevância do português no mundo.

Tratando-se os professores de atores com elevada importância na educação dos alunos, é essencial prepará-los para esta realidade. Como pode, então, a formação inicial de professores favorecer a promoção e difusão da língua portuguesa? Em que medida o Ciberespaço poderá contribuir para essa estratégia? O que pensam os futuros professores sobre este assunto? O estudo que a seguir se apresenta incidiu, genericamente, sobre estas preocupações.

2. Metodologia e resultados

2.1. O estudo

Foi elaborado um inquérito com o propósito de realizar um estudo piloto, desenvolvido por investigadores da Universidade de Aveiro, na área da Educação em Português, a fim de traçar o perfil da língua portuguesa, através da perspetiva de futuros profissionais de Educação, de Portugal e do Brasil, sobre o lugar da língua portuguesa no mundo.

O inquérito por questionário, com questões fechadas e abertas, foi aplicado junto de estudantes, no âmbito de uma unidade curricular, integrada num plano de formação inicial para futuros professores de Português, em duas universidades dos respetivos países. Em Portugal o questionário foi aplicado junto de catorze participantes e no Brasil o questionário foi aplicado junto de doze participantes, perfazendo um total de vinte e seis.

O inquérito pretende uma abordagem global ao tema da língua portuguesa no mundo, sendo que se subdivide pelos seguintes tópicos: a identificação dos participantes, *Línguas e língua portuguesa*, *Internacionalização da língua portuguesa* e *Valores da língua portuguesa*.

O principal objetivo do inquérito é o de identificar as concepções que futuros profissionais de Educação possuem sobre a língua portuguesa e o mundo lusófono. Neste artigo, serão apresentadas as suas representações sobre o lugar da língua portuguesa no mundo, destacando a sua difusão, o seu crescimento e os seus valores, em particular na sua dimensão ciberespacial.

Todos os dados recolhidos foram reunidos e organizados, revistos e codificados por quatro investigadores (um investigador sénior, coordenador do projeto, e três investigadores juniores) e posteriormente tratados num programa de análise de dados (NVivo 10), qualitativa ou mista, tendo-se procedido a uma análise de conteúdo (Bardin, 2009). A análise e a apresentação irão centrar-se em questões relativas à difusão, ao crescimento e aos valores da língua portuguesa.

2.2. A difusão da língua portuguesa

Através de uma pergunta fechada, os participantes foram questionados *Relativamente à difusão da língua portuguesa no mundo* a fim de manifestar se a consideram importante ou não e porquê. No caso, de a terem considerado importante,

tendo então assinalado a resposta *sim*, pediu-se em seguida para explicar *como poderá ser feita essa difusão*, através de uma pergunta aberta.

Todos os participantes, quer os portugueses quer os brasileiros, responderam afirmativamente, ao assinalar *sim*, pelo que consideraram importante a difusão da língua portuguesa no mundo. Apenas, um participante, do Brasil, não apresentou qualquer resposta.

À pergunta *Porquê?* colocada com o objetivo de justificar a importância dada à difusão da língua portuguesa, os participantes portugueses referiram os seguintes aspetos: Valor económico e cultural (“Por questões culturais, económicas...” (A4)); Aprendizagem (“... para impulsionar o interesse à aprendizagem da LP.” (A1)); Espaço geográfico (“Porque é uma língua falada em diferentes países do mundo.” (A3)); Expansão (“Porque é uma forma de divulgar a nossa língua no Mundo.” (A8)); Mercado de trabalho (“Para abrir portas aos falantes da LP no mercado de trabalho.” (A1)); Internacionalização (“Porque ajuda a valoriza-la internacionalmente.” (A12)); e Integração (... a difusão da Língua portuguesa torna-se essencial para uma maior integração dos portugueses pelo mundo.” (A2)). Nas respostas, prevalece o aspeto Valor económico e cultural (6 ocorrências), seguido da Aprendizagem (4 ocorrências) e Espaço geográfico (2 ocorrências) e Expansão (2 ocorrências). Uma minoria referiu o Mercado de trabalho (1 ocorrência), a Internacionalização (1 ocorrência) e a Integração (1 ocorrência).

Os participantes brasileiros referiram os seguintes aspetos: Aprendizagem e conhecimento (“Porque o português é uma língua muito rica, e é importante que os países e o mundo comecem a conhecer mais profundamente esta riqueza.” (B11)); Expansão (“O Brasil é um país em desenvolvimento, e para que continue assim, a Língua Portuguesa deve ser mais conhecida.” (B06)); Diversidade (“A Língua Portuguesa tem sua história de expansão, e assim como é importante que se aprenda outras línguas como Inglês, é importante que outros aprendam o português.” (B10)); Importância mundial (“Deve ser considerado importante assim como as outras (inglês, espanhol). Além de ser a língua de grandes autores (Camões, etc.) ” (B04)); Comunicação (“Porque facilitará a comunicação entre os demais países em variados setores como cultura, relações comerciais, ensino, entre outros.” (B09)); Espaço geográfico, Falantes e Relações económicas (“Porque isso aumenta o número de falantes e abrange outros território, auxiliando assim, nas relações económicas e comerciais de um país com outro.” (B02)). Nas respostas, prevalecem os argumentos da Aprendizagem e conhecimento e da Expansão (4 ocorrências cada), seguido da Diversidade e Importância mundial (2 ocorrências cada) e por fim Comunicação (1 ocorrência), Espaço geográfico, Falantes e Relações económicas (1 ocorrência).

Em seguida, ao pedir para explicar *como poderá ser feita essa difusão*, através de uma pergunta aberta, os participantes portugueses mencionaram as seguintes formas de difusão: Educação (“Com a inclusão do ensino da língua portuguesa nos sistemas educacionais de todas ou grande parte dos países...” (A11)); Média, redes sociais e eventos (“... através das redes sociais, que a Língua Portuguesa tem sido procurada por

peças q ã falam portug. [sic] e que pretendem visitar o país dos Jogos Olímpicos – Brasil.

Nesse sentido, os grandes eventos desportivos também são um contributo para a difusão.” (A4)); Movimentos migratórios (“Através dos movimentos migratórios, sobretudo a emigração.” (A14)); Mercado económico (“... com trocas comerciais, onde a língua acaba por ter uma vertente mas relações comerciais.” (A5)); Divulgação de conhecimento (“A Cultura, as Artes são bons meios para difundir o conhecimento. Nos últimos tempos, a Investigação Científica em Portugal tem-se notabilizado lá fora.” (A4)); Políticas de língua (“Através do estabelecimento dessa difusão como uma prioridade pelas entidades governamentais da CPLP.” (A3)); e Sensibilização à diversidade linguística (“Atravéz [sic] da sensibilização para a diversidade de línguas, que podem existir num mesmo meio.” (A12)).

Assim, a maioria indicou que a difusão poderia ser feita através da Educação (7 ocorrências), seguindo-se os Média, redes sociais e eventos (4 ocorrências), depois o Mercado económico (3 ocorrências) e Divulgação de conhecimento (3 ocorrências). Registámos apenas 1 ocorrência indicando as Políticas de língua e a Sensibilização à diversidade linguística.

Quanto aos participantes brasileiros, estes mencionaram as seguintes formas de difusão: Educação (“Essa difusão pode ser feita por meio de cursos online, ou por meio da divulgação da língua na própria mídia internacional.” (B06)); “Essa difusão poderá ser feita através da própria comunidade falante e ser repassada por professores de LP, mídia, Internet, entre outras.” (B07)); Intercâmbio (“Essa difusão pode ser feita através de intercâmbio.” (B03)); Políticas de línguas (“Primeiramente incentivando os países que falam Português a valorizar sua língua e expandi-la [sic] de forma cultural e não imposta às pessoas que não falam português.” (B10)); Média, redes sociais e eventos e Falantes (“Essa difusão pode ser feita por meio de cursos online, ou por meio da divulgação da língua na própria mídia internacional.” (B06)); e Mercado económico (“Através de turismo, programas de intercâmbio, acordos financeiros, etc.” (B12)).

Por conseguinte, a maioria indicou que a difusão poderia ser feita através da Educação (7 ocorrências), seguindo-se o Intercâmbio e as Políticas de línguas (3 ocorrências cada), os Média, redes sociais e eventos (2 ocorrências) e, por fim, os Falantes e o Mercado económico (1 ocorrência cada). Em síntese, ambos os grupos inquiridos afirmam ser importante difundir a língua portuguesa pelo mundo. Apontam como justificação o valor económico e cultural da língua, no caso dos inquiridos portugueses, e a relevância da sua aprendizagem, no caso dos brasileiros, em primeiro lugar, e dos portugueses, em segundo lugar. Quanto às possíveis formas de a difundir, ambos mencionam a Educação, mas também os Média, redes sociais e eventos, no caso dos portugueses, e o Intercâmbio, no dos brasileiros.

2.3. O crescimento da língua portuguesa

Através de uma pergunta aberta, questionou-se os participantes quanto ao facto de considerarem o português como sendo ou não uma língua em crescimento, tendo que justificar a sua resposta.

No caso dos participantes portugueses, registaram-se 11 ocorrências com a resposta *sim*, 2 ocorrências com a resposta *não* e 1 ocorrência com a resposta *talvez*, embora esta não constasse do inquérito.

Assim, a fim de justificar as ocorrências com a resposta *sim*, os participantes referiram os seguintes aspetos: Movimentos migratórios (5 ocorrências) (“Penso afirmativamente, pois devido ao aumento da emigração, é natural que a sua difusão pelo mundo aumente. Devido à crise, as pessoas têm tendência para emigrar.” (A6)); Crescimento económico (3 ocorrências) (“... pela crescente importância atribuída ao Brasil, enquanto país com um grande crescimento económico...” (A3)); Divulgação de conhecimento (3 ocorrências) (“A Cultura, as Artes são bons meios para difundir o conhecimento. Nos últimos tempos, a Investigação Científica em Portugal tem-se notabilizado lá fora.” (A4)); Abertura à diversidade (1 ocorrência) (“Esses países têm-se mostrado receptivos a outros povos.” (A1)); Número de falantes (1 ocorrência) (“... neste momento é considerada uma das línguas mais faladas no mundo e, eventualmente, no futuro poderá ser a mais falada.” (A13)); Média, redes sociais e eventos (1 ocorrência) (“Também reparo, através das redes sociais, que a Língua Portuguesa tem sido procurada por pessoas q ã falam portug. [sic] e que pretendem visitar o país dos Jogos Olímpicos – Brasil. Nesse sentido, os grandes eventos desportivos também são um contributo para a difusão.” (A4)); e Educação (1 ocorrência) (“Através da educação, por exemplo, com o programa Erasmus...” (A5)).

As ocorrências registadas com a resposta *não* foram justificadas com os seguintes aspetos: Valor económico (1 ocorrência) (“Apesar de existirem muitos falantes de língua Portuguesa no Brasil e outros países, considero que esta língua não tem capacidade de crescer, uma vez que as línguas das grandes potências mundiais têm vantagem sobre esta.” (A10)); e Relevância (1 ocorrência) (“... porque cada vez tem menos expansão nos outros países.” (A12)); por fim, o Crescimento económico foi referido para justificar a ocorrência registada com a resposta *talvez* (“... já que países como Angola ou Brasil estão em crescimento estando-se a mostrar ao Mundo.” (A11)).

No caso dos participantes brasileiros, registaram-se 8 ocorrências com a resposta *sim*, 2 ocorrências com a resposta *não* e 2 ocorrências *sem resposta* atribuída.

Para justificar as ocorrências com a resposta *sim*, os participantes referiram os seguintes aspetos: Crescimento económico (3 ocorrências) (“Sim. Devido a economia crescente, há a necessidade de expandir o idioma em outros países.” (B09)); Motivação (2 ocorrências) (“Sim. Porque falantes de outras línguas estão se interessando em conhecer a LP. Principalmente agora que o Brasil está como foco da copa.” (B07)); Educação (1 ocorrência) (“Sim, pois está havendo uma atenção mais cuidadosa em promover o interesse pelo estudo de L.P.” (B05)); Espaço geográfico (1 ocorrência) (“Com certeza, pela variedade linguística e pelo fato de vários países falarem a Língua Portuguesa, como, por exemplo, cabo verde e dentre outros.” (B08)); Média, redes sociais e eventos (1 ocorrência) (“Sim. Porque falantes de outras línguas estão se interessando em conhecer a LP. Principalmente agora que o Brasil está como foco da copa.” (B07)); Movimentos migratórios (1 ocorrência) (“Sim. Ao passo em que a

população cresce, o país se desenvolve e automaticamente o fluxo de brasileiros em outros países propaga a LM.” (B06)); Política (1 ocorrência) (“Sim. Devido a economia crescente, há a necessidade de expandir o idioma em outros países. Isso ainda “gatinha”, mas com as relações e tratados feitos no mercosul, já é um grande passo para impulsionar essa expansão.” (B09)). As ocorrências registadas com resposta *não* foram justificadas com os seguintes aspetos: Educação (1 ocorrência) (“Não. O português só é ensinado, aprendido e falado quando há pessoas que falam o português, diferente do inglês e espanhol que fazem parte da grade curricular de escolas de ensino básico.” (B10); Relevância (1 ocorrência) (“Em meu vê [sic], não! Pois na maioria das vezes, considerando a atualidade, as línguas que mais se sobressaem são o inglês e o Espanhol.” (B11)).

Sintetizando, quer o grupo português quer o brasileiro consideraram maioritariamente a língua portuguesa como sendo uma língua em crescimento. Ao justificar as suas respostas, os participantes portugueses destacaram os Movimentos migratórios, seguindo-se o Crescimento económico, que no caso dos brasileiros foi mencionado em primeiro lugar.

2.4. Os valores da língua portuguesa

Para abordar o tema dos valores da língua portuguesa, questionou-se os participantes através de uma pergunta fechada, de escolha múltipla, que lhes permitisse escolher as opções que considerassem mais relevantes a fim de definir qual o valor da língua portuguesa. Para o efeito, mencionaram-se os seguintes tópicos com diferentes valores: Língua de ciência, Língua de valor sociocultural e intelectual, Língua do Ciberespaço, Língua de comunicação internacional, Língua de relações comerciais, Língua de relações internacionais, Língua com peso político e Língua de poder económico.

Quanto aos participantes portugueses, a maioria assinalou o tópico Língua de valor sociocultural e intelectual (13 ocorrências), a seguir Língua de comunicação internacional (7 ocorrências), Língua de relações comerciais e Língua de relações internacionais (6 ocorrências cada), depois Língua com peso político (4 ocorrências) e Língua do Ciberespaço (3 ocorrências). Uma minoria referiu a Língua de ciência e Língua de poder económico (2 ocorrências cada).

Quanto aos participantes brasileiros, a maioria assinalou o tópico Língua de valor sociocultural e intelectual (10 ocorrências), a seguir Língua de relações comerciais (7 ocorrências), Língua de ciência e Língua de relações internacionais (5 ocorrências cada), Língua de poder económico (4 ocorrências), e por fim, Língua com peso político, Língua do Ciberespaço e Língua de comunicação internacional (3 ocorrências cada).

Em ambos os casos, o tópico referente ao valor sociocultural e intelectual foi registado com mais ocorrências, seguindo-se o valor Língua de comunicação internacional, no caso português, e o valor Língua de relações comerciais, no caso brasileiro.

Em síntese, ao cruzar os resultados da análise dos dados recolhidos entre os dois países, verifica-se que as respostas se assemelham, embora a sua ordem, definida por

número de ocorrências, possa não ter correspondência. Isto revela que, apesar de se situarem em espaços geográficos diferentes, unidos pela língua portuguesa, as realidades deste público encontram-se em simbiose na sua perceção da língua e o seu lugar no mundo.

Também se verificou que relativamente à difusão da língua portuguesa, ao seu crescimento e aos seus valores, emergiu do discurso dos participantes a referência ao Ciberespaço, através dos Média, redes sociais e eventos, como ferramenta de promoção da língua portuguesa, ainda que com pouca expressividade. Foi dado destaque ao mercado económico e ao mercado de trabalho. Esta tendência poderá justifica-se pelo facto de os participantes serem influenciados pelas suas vivências, mas também por se encontrarem numa fase determinante do seu percurso académico e consequentemente profissional, levando-os a refletir sobre diferentes contextos socioeconómicos.

3. Discussão dos resultados dos dados recolhidos

As estatísticas apontam a língua portuguesa como sendo a sexta língua mais falada no mundo (Lewis et al., 2013), tendo vindo a conhecer um crescimento nos últimos anos (INE, 2013), e estando posicionada no quinto lugar em número de utilizadores no Ciberespaço (Observatório da Língua Portuguesa, 2013). De facto, o português conheceu um crescimento considerável em número de falantes entre 2010 e 2012, no Ciberespaço, e ocupa atualmente o terceiro lugar quanto à listagem das línguas mais faladas nas redes sociais (Socialbakers, 2012).

No entanto, e no caso específico da realidade ciberespacial, constatou-se que as respostas dos participantes do estudo não a refletem. As respostas dadas pelos participantes apontam de facto o Ciberespaço, como forma de divulgação, crescimento e valor da língua portuguesa, através dos Média, redes sociais e eventos, mas atribuem-lhe menos peso em relação a aspetos económicos e relacionados com o mercado de trabalho. Esta tendência explicar-se-á pela presença incontestável de falantes de português distribuídos por várias partes do mundo e do seu valor económico em ascensão. O crescimento económico de alguns países lusófonos tem vindo a contribuir para a valorização da língua por parte dos seus falantes: quanto mais valor económico tiver uma língua, mais poder e valor lhe é atribuído (Reto, 2012).

Uma vez mais e a fim de justificar este facto, será oportuno referir que os participantes inquiridos são um público jovem, em fase final de formação académica e profissional, cujos principais interesses estarão orientados para um futuro desempenho profissional, tendo em vista o mercado económico e de trabalho. Poder-se-á também considerar que se trata de um público muito familiarizado com as ferramentas ciberespaciais, em particular em português, graças ao acesso fácil e gratuito que estas têm vindo a conhecer nos últimos anos, e por isso, ter-se-á banalizado o seu uso. O posicionamento destes futuros profissionais de Educação em Português pode apontar para a necessidade de promover a consciencialização da importância e do lugar da língua portuguesa no Ciberespaço e, genericamente a sua divulgação no mundo.

Tendo em consideração esta perspetiva, poder-se-á questionar: o uso do Ciberespaço em português estará a ser rentabilizado por formar a explorar ao máximo as suas potencialidades? Estará a ser utilizado para comunicar, colaborar, partilhar, construir conhecimento, fazendo da língua portuguesa uma fonte de informação, de desenvolvimento de competências, e instrumento de construção de conhecimento no Ciberespaço (Galito, 2006)? Em que medida a utilização eficaz deste potencial poderá contribuir para a formação destes futuros profissionais e também ir ao encontro das suas expectativas quanto ao seu futuro profissional?

4. Reflexão final

No panorama de um mundo globalizado, alimentado pelo batimento ciberespacial, os participantes deixaram vislumbrar uma abertura a outras perspetivas do ensino do português, viradas para uma sociedade moderna e atual, sendo que as suas respostas atribuíram sempre importância à aprendizagem e ao ensino da língua portuguesa, para a sua difusão, o seu crescimento e atribuição de maior valor. Por outro lado, não deixaram de refletir sobre a importância do Ciberespaço, mas não lhe conferiram um papel relevante para abrir portas no mundo real e virtual, ajudando a concretizar os seus anseios profissionais.

Assim, a formação de professores poderá vir a ter um posicionamento fulcral para a consciencialização e dinamização desta perspetiva, com o objetivo de abrir ainda mais os seus horizontes, consolidar e recolocar o português, como língua internacional, que abre portas, usando todos os meios disponíveis e procurando alargar a utilização do Ciberespaço para este efeito.

Referências bibliográficas

Aguilar, L. (2004). A Língua Portuguesa na Galáxia das Línguas do Mundo e no Ciberespaço. *Teia da Língua Portuguesa*. Consultado em 24 de junho de 2013, <http://www.teiaportuguesa.com/webquestslinguaportuguesa/nasgalaxiasdaslinguasdomundo.htm>

Ançã, Maria H. (2003). "Português-língua de acolhimento: entre contornos e aproximações", *Comunicação apresentada no Congresso Internacional sobre História e Situação da Educação em África e Timor*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa.

Ançã, Maria H. (2008). "Língua portuguesa em novos públicos" in *Saber (e) Educar* 13, 71–87.

Ançã, Maria H., e Amaral, Ana L. (2007). "Representações metalinguísticas de universitários cabo-verdianos em Aveiro" in *Maria Helena Ançã (Org.), Aproximações à Língua Portuguesa*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, 11–21.

Arroteia, Jorge C. (2007). "Migrações Portuguesas: da expressão de mão de obra, às questões de cidadania europeia", *Atas do Congresso Educação e Democracia – Representações sociais, práticas educativas e cidadania*. Universidade de Aveiro.

Bardin, Laurence (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Cardoso, Gustavo (2006). *Os media na sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Conselho Nacional de Educação.

Castells, Manuel (2004). *A galáxia internet. Reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, Manuel (2010). *The rise of network society*. Malden (MA): Blackwell Publishing Ltd.

CPLP. (2010). *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*. Luanda: CPLP.

CPLP. (2013). *Objetivos*. CPLP. Consultado em 25 de junho de 2013, <http://www.cplp.org/id-46.aspx>

Faulstich, Enilde (2000). "Desafios para uma Política do Idioma", *III Congresso Internacional da SIPLÉ*. Brasília.

Galito, Maria S. (2006). "Impacto Económico da Língua Portuguesa Enquanto Língua de Trabalho" in *CI-CPRI, AGL 1*, 1–97.

INE. (2013). *Comunidade de Países de Língua Portuguesa: breve retrato estatístico*. Portugal: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Camões. (2013). *Missão do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. IC. Instituto da cooperação e da língua*.

Laborinho, Ana P. (2012). *Prefácio. A língua na rota da economia in Luís Reto (Org.), O potencial económico da língua portuguesa*. Alfragide: Texto, 17–20.

Lewis, M. P., Gary, F. S., & Fenning, C. D. (2013). *Ethnologue: Languages of the World, Seventeenth edition*. Dallas, Texas: SIL International.

Lopes, Carlos (2003). "Poeiras no caminho. Portugal e o espaço lusófono" in *Revista Crítica de Ciências Sociais* 66, 165–172.

Observatório da Língua Portuguesa. (2013). *Línguas mais utilizadas na internet. Observatório da língua portuguesa*. Consultado em 26 de junho de 2013, <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/as-linguas-na-internet/linguas-mais-utilizadas-na-internet>

Pena Pires, Rui (2002). "Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001" in *Sociologia – Problemas e Práticas* 39, 151–166.

Reto, Luís *et al.* (2012). *Potencial económico da língua portuguesa*. Alfragide: Texto.

Socialbakers. (2012). *Top 10 Fastest Growing Facebook Languages*. Socialbakers. Consultado em 24 de junho de 2013, <http://www.socialbakers.com/blog/1064-top10-fastest-growing-facebook-languages>

30. MARIA ZÉLIA BORGES, UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (JUBILADA)

MARIA ZÉLIA BORGES é Mestre e Doutora em Letras/Linguística pela Universidade de São Paulo. Exerceu o magistério durante cinquenta anos.

Depois de lecionar na rede pública e particular no nível básico e médio em Minas Gerais e São Paulo, foi professora titular de Linguística no Programa de Pós-Graduação

e na Faculdade de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, onde lecionou durante trinta e quatro anos.

Destaca-se em sua produção: participação em congressos nacionais e internacionais; pesquisa e publicação de artigos, bem como livro com estudos em Lexicologia e sobre peculiaridades do português do Brasil.

Agora, aposentada, trabalha apenas naquilo que lhe dá prazer: pesquisas de léxico, de vocabulário, enquanto namora sua terra, Portugal e Açores, nesta ordem.



É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

TEMA 1.8 CADA TERRA COM SEU USO, CADA ROCA COM SEU FUSO, MARIA ZÉLIA BORGES (UPM)

Nos países lusófonos a língua (a roca) é uma só, mas a fala (o fuso) contém tantas variantes que devemos (os falantes) ser “políglotas dentro da própria língua”, como pretendeu Bechara (1986).

Cuidarei, nesta oportunidade, de fruir diferenças nas variantes diatópicas diversas do português. Cada variante segue seu curso, flui e reflui, incluindo, excluindo e retomando formas advindas de outras línguas, em consequência de migrações e de novos contatos culturais, comerciais e tecnológicos entre povos. O Brasil, por exemplo, é um cadinho de povos e de línguas, onde todas são bem-vindas e se misturam sem pejo.

Assim, farei confrontos entre o português continental, o açoriano, o brasileiro, e o cabo-verdiano⁴⁵, a partir de obras de Vitorino Nemésio e Cristóvão de Aguiar; João Ubaldo Ribeiro e João Guimarães Rosa; bem como de obra de Manuel Lopes. Em Nemésio e Aguiar encontram-se muitas palavras do inglês; em Ubaldo e Rosas, muitos

africanismos e tupinismos. Lopes apresenta palavras cuja explicação só recentemente se tornou plausível, com mais segurança, após a publicação de *Grande Dicionário – Língua Portuguesa*, da Porto Editora (2010). E isto apesar de o livro conter um glossário próprio.

Analisarei, inicialmente, um caso de fluxo e refluxo de palavra, ou seja, adoção de um vocábulo – *cumquibus*; seu curso numa primeira fase, no Brasil; posteriormente, limitação de uso até a palavra não ser mais encontrada nos dicionários aqui usados. A palavra voltou ao uso diário, neste início de século.

A palavra não consta do Grande Dicionário nem do dicionário eletrônico da Porto Editora⁴⁶ – Português, tampouco em obras açorianas consultadas. A Infopédia, Enciclopédia da Porto Editora, remete para o verbete “conquibus”, do Dicionário Italiano – Português.

Entre dicionários brasileiros, não vem registrado nos dicionários de uso mais frequente, Aurélio e Houaiss, em nossos dias. Encontra-se, porém, assim inscrito, no Idicionário³ Caldas Aulete, eletrônico:

Na ordem alfabética o verbete mais próximo do pesquisado é: **Cum-quibus**. s. m. pl. (fam.) dinheiro, pecúnia, cobres:” Sim... não apostava... Por falta de *cum-quibus!* – reforçou mais explícita”. (Aquilino Ribeiro, Mônica, c. 3, p. 82, 3ª ed.) [Também se aportuguesa em *com-quibus*.] Forma palavras latinas que significam *com que*.

O DH registra o verbete *conques* como regionalismo de Trás-os-Montes, significando também *dinheiro*. Afirma ter ela etimologia obscura; contudo; parece-nos simplesmente *com o quê*, tradução da expressão latina estudada no *qui, quæ, quod*, em nossa juventude.

Conforme relato e confirmação de pesquisa realizada recentemente por Teixeira (1913: 68), a palavra foi introduzida no sul de Minas, no denominado Sertão da Pedra Branca, no final do século XVIII. Aparece citada entre os nomes de vinte e duas sesmarias, a dos *Comquibios*, que “*seria uma variação formal de Cumquibus, denominação original do arraial, com o significado de riqueza*”. Reza a tradição que um dos párocos de sua capela, José Dutra da Luz, originário da ilha açoriana do Pico, atribuiu-lhe o nome Espírito Santo dos Cumquibus. Em 1741, o curato transformou-se em paróquia ou freguesia, passando a Vila.

Mudou-se o nome para Vila Cristina, em 1841, durante visita da Princesa Isabel, com intuito de homenagear a Imperatriz Teresa Cristina. Tal nome teria sido proposto pelo Presidente da Câmara, Joaquim Delfino, pertencente à família do Padre Dutra da Luz. Adotado novo nome, reduziu-se o emprego do anterior, limitado então a variante diafásica, apenas no estudo de história da cidade, matéria do segundo ano do curso fundamental, a partir de 1910, com a criação do primeiro grupo escolar na já cidade Cristina.

⁴⁵. Chama-se cabo-verdiano “uma língua crioula de base portuguesa falada em Cabo Verde e regiões costeiras africanas próximas, de ocupação ou influência portuguesa” (DH).

⁴⁶. Nomes de dicionários e vocabulários aparecerão abreviados: DH, para o dicionário Houaiss; AE-XXI, para o dicionário Aurélio, por exemplo. Haverá lista de abreviaturas e siglas, ao fim do texto.

3. IDICIONÁRIO: está correta a grafia da palavra. É assim que se encontra o nome da obra.

Fui leitora voraz durante infância, juventude e vida adulta, mas entre autores portugueses, açorianos e brasileiros li a palavra apenas em Cristóvão de Aguiar (1994: 77), “[...] sofria de curteza de vista. Coitado do Felisberto! Mas não usava óculos por não ter conquibus”. Anotei, contudo, que a palavra aparece repetidas vezes neste autor.

Somente no século XXI, Cumquibus refluí, em estratégia de marketing, como nome de um loteamento para condomínio, com a construção de numerosas casas. Hoje a palavra está de novo na boca do povo e tive até vontade de comprar uma casa, pela simpatia do nome.

Volto, agora, atenção para uma palavra de entrada recente no português do Brasil: apagão, cuja data de chegada ao Brasil, segundo o DH, é 1988. O dicionário assim a apresenta: “Regionalismo; Brasil. m. q. blecaute (interrupção de fornecimento de eletricidade)”. Lembro-me de quando a ouvi pela primeira vez. Estava justamente num trânsito caótico motivado por falta de energia elétrica, pensando na palavra nova, achando que adviria do gosto brasileiro pelo aumentativo, como acontecia em Mineirão (Estádio de futebol em Belo Horizonte); Canecão (casa de espetáculos no Rio de Janeiro); Porcão (restaurantes pelo país todo, já com filiais no exterior). Mas sabendo que com étimos de nada valem chutes, fui procurar-lhe a origem em meu vade-mécum, o DH. E nele encontrei a informação de se tratava do “plat. apagón, deriv. de apagar”. Realmente a palavra começou a ser usada entre nós a partir da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, construída entre 1975 e 1982, sobre a qual Wikipédia diz: “A Usina de Itaipu faz parte da lista das *Sete maravilhas do Mundo Moderno*, elaborada em 1995 pela *Revista Popular Mechanics*, dos *Estados Unidos*”. O Brasil trouxe a palavra platina da região fronteira entre Brasil e Paraguai e, para explicar seu significado, prefiro o esclarecimento de Sampaio (1987: 256): ita-ypú, a fonte das pedras – o manancial saído da pedra ou do rochedo.

Em Portugal e mais ainda nos Açores, aparecem frequentes anglicismos. Encontram-se à larga em Nemésio e Aguiar, açorianos e professores de Coimbra, dos quais destaquei inúmeras palavras. Volto a Aguiar (1994: 125), *Passageiro em trânsito*, de onde retiro *biinha*. Nesta passagem o autor tem o cuidado de grifar o estrangeirismo: “Esse (o Sr. Reigó), então, resumiu todo o seu universo linguístico, e também o que *lhe inunda certos baixios da vida, praticamente numa só palavra – biinha. Cerveja, cervejinha. Do inglês beer. Transmitiu-a ao neto mal o pequeno havia iniciado os primeiros tropeções de pernas e de língua*”.

Na mesma obra, mais à frente (p. 163), não resisto ao desejo de fruir de um trecho maior alusivo a uma mosca varejeira, esborrachada, presa em uma gema de ovo e à fala luso-americana de um ilhéu:

[...] Já não consegue levantar voo. O trem de aterragem ficou grudado. Espenuja-se (sic) ela então num derradeiro esforço diptérico. Procura a todo custo de lá sair. Queda-se por fim quieta, asas molhadas e meio desabadas numa murchidão de passamento próximo. Nesse dramático entretanto, chama o senhor Afrânio o criado mais à mão e dispara-lhe a pistola de luso-americano em férias na Ilha.

– By gosh, sanabagana!

Ordena-lhe ainda que vá chamar quanto ante o maneijsa do hotel. Do hotel ou raio que vinha a ser aquilo, com moscas atrevidas passeando-se nas gemas de ovos estrelados. Era a Ilha, que havia de fazer? A Ilha, a bosta e as moscas. O mistério da santíssima trindade islenha. O maneijsa, muito bensiñado, a cara da cor das paredes da sala do aeroporto, brancas como panos a quorar ao Sol, mostrou-se muito sorry. E o senhor Afrânio já cordato, disse: – Let it go desta vez. Mas pensou que do papel luso-americano não se livrava ele. E toda a Ilha em geral. Quando regressasse à América, havia de publicar um artigo de fundo. Poria a ambos no fundo. O hotel e a Ilha. Nisto de moscas o senhor Afrânio era muito tafe mesmo. Continua neste momento recostado no meiple da sala de espera do aeroporto. Pratica para o cacho de pessoas com muito respeito e aceso espanto.

É pitoresca a miscelânea de ilhéu feita em português continental e suas variantes, com anglicismos e galicismos.

Vejamos algumas palavras:

Trem de aterragem - assim ouvimos normalmente em Portugal; no Brasil, ouvimos *trem de pouso*. Aliás, no DH, o verbete ¹*aterrar* aparece como sinônimo de *aterrorizar*, com datação do séc. XIII e com a seguinte etimologia:

Orig. contrv. segundo Nascentes, pref. *a-* e lat. *terrere* ('aterrar, atemorizar, horrorizar'), com mudança de conjugação, hipótese mais plausível, uma vez que o v. lat. *terrere* vincula-se ao lat. *terror, óris*; segundo DA e JM, der. de *terra*, com a significação primitiva de 'derrubar', depois, 'meter medo, assustar', por infl. semântica de *terror*; JM deriva tb. de *terra*, e comenta 'propriamente, atirar por terra, derrubar'; AGC vincula diretamente ao rad. de *terror*; ver *terror-*

Já o verbete ²*aterrar* apresenta diversos significados concernentes “a *cobrir de terra; cair por terra; esconder-se debaixo da terra; derrubar; aterrissar aeronave (Aeronáutica); ligar um circuito ou um dispositivo qualquer a terra (Eletricidade); rumar o navio para terra*”. Na etimologia remete para *aterrar*¹, o que nada melhora para nós. Preferimos, portanto, no Brasil, permanecer ficar com *aterrissagem*, que não nos causa estranheza.

Embora o DH afirme ser a forma um galicismo para os puristas, em sua etimologia afirma, citando que ela se superpõe à outra (citando Antenor Nascentes).

Vem a seguir um sintagma cristalizado – *By gosh, sanabagana!* Encontro explicação para o significado da última palavra em Barcelos (2008: 501): “o m. q. *sanababicha*, talvez um pouco mais moderado”. *Sanababicha*, por sua vez, remete ao verbete usado para xingar a mãe, com a seguinte observação: “*mas desprovido de seu conteúdo ético; talvez mais ‘filho da mãe’*”. Apraz-me acrescentar que, no Brasil, a palavra de xingamento, pelo menos em Minas Gerais, em Cristina, na linguagem coloquial, entre amigos, serve também como elogio.

Já *by gosh* não se encontra em nenhuma obra a meu dispor, mas pode-se, muito facilmente, atinar com a interjeição “por Deus!”

Novamente em Barcelos (p. 346), encontramos a definição para *maneija*: “*capataz; chefe (do am. Manager). Também muito usado na Madeira*”. Trata-se, aqui, de um *calafonismo*, também definido no DFA: “*aportuguesamento (estropiado) de vocábulo americano pelos emigrantes açorianos, não usado na linguagem corrente do povo açoriano*” (sic). Outros americanismos da fala de açorianos aparecem logo a seguir: *sorry* se traduz por “*pesaroso*”; *let it ago*, por “*deixa estar, deixa pra lá*”; *papel*, por “*jeito, jeitão; aparência*”; *tafe*, por “*entendido, perito*”.

Um vocábulo em português, “*quarar*”, pode requerer algum comentário. Esta forma aparece no DH, como “*Regionalismo: Brasil. m.q. corar (‘clarear roupa ao sol’)*”. Explica-se sua origem como “*alt. de corar; segundo AGC, por ultracorreção; ver color-*”, datando-a, segundo este mesmo autor, no século XX. A forma é recente mesmo. Lembro-me de sempre tê-la visto corrigida para “*corar*”. A Infopédia apresenta a conjugação completa de tal verbo e apõe, no fim, o seguinte comentário: “*Nenhum resultado encontrado para quarar*”. E aconselha que se verifique se a forma está ortograficamente correta ou que se procure algum filtro para nova procura.

Aguiar, em suas obras cuida sempre de grifar os estrangeirismos. Mas a palavra “*meiple*”, que parece repetidas vezes na obra em pauta é transcrita sem nenhum grifo, o que acontece com palavras usadas nos Açores pelos migrantes que vão e vêm, e, por tabela, com seus conviventes. A palavra nomeia “*uma poltrona baixa, inteiramente de couro de um assento de sala de espera*” (Infopédia online). “*Continua neste momento recostado no meiple da sala de espera do aeroporto.*” (Aguiar 1991: 161).

Da variedade de nomes em português, Aguiar dá amostra em *Relação de bordo II* (2000: 34): “*Ao alpardusco da tardinha, pelas Trindades, regressava à freguesia com a sensação de que vivera aquele dia em outro mundo.*” À procura do verbete “*alpardusco*”, tanto a Infopédia online quanto o Grande Dicionário registram apenas “*pardusco*”, adjetivo, e nos remetem a “*pardacento*”. Não registram substantivo. Para “*crepúsculo*”, que também nomeia o mesmo fenômeno, ficarei com as definições do DH, pois este procura explicar sua causa:

1. *Clareza no céu entre a noite e o nascer do Sol ou entre seu ocaso e a noite, devido à dispersão da luz solar na atmosfera e em suas impurezas.*
2. *Derivação: por metonímia. O tempo de duração dessa clareza, antes de se firmar o dia ou a noite*
3. *Derivação: sentido figurado. Período que antecede o fim de algo, momento em que se percebe este fim; declínio, decadência.*

Deixo de fora uma quarta definição, no campo da Estatística, cujo uso o dicionário afirma ser pouco frequente. Para sinônimos o DH remete a “*alba, albor, alva, alvor, alvorecer, alvoro, amanhecer, anteaurosa, antemanhã, ar de dia, arraiada, arbol, aurora, barras, crepúsculo, dilúculo, madrugada, manhã, ruiva, sol das almas, sol-fora, titônia; ver tb. antonímia de desenlace*”. Estamos cientes de que o dicionário considera, por exemplo, “*ruiva*” como regionalismo no Brasil (SP) e dialetismo⁴⁷ em Portugal.

Houaiss registra ainda “*lusco-fusco*” como sinônimo de “*ocaso*” e “*aurora*”, e registra também “*poente*” e “*por do Sol*” para o crepúsculo do anoitecer. Não registra “*nascer do sol*” em entrada especial, mas usa a expressão em definições e exemplos. O mesmo dicionário aponta também a palavra “*dealbar*”, na função de substantivo, apresentando-a como derivação por analogia, em sinonímia para romper do dia; a aurora.

Volto-me agora para Vitorino Nemésio, também escritor açoriano, que viveu como professor em Coimbra, com frequentes incursões por outras paragens. Escolhi o título *Mau tempo no Canal* (1986), onde se detecta nitidamente a influência da ficção inglesa, segundo resumo biobibliográfico apenso ao e-book da obra, para nele colher os casos a serem aqui analisados. Tal análise daria um trabalho de fôlego, impróprio para os limites de extensão e tempo deste momento. Limitar-me-ei, portanto, aqui, a uma rápida amostragem, como, aliás, sou forçada a fazer também com os demais autores.

Nemésio registra estrangeirismos ora com grifos, ora sem eles. Procurarei reunir fatos semelhantes. Assim temos estrangeirismos grifados em três momentos numa mesma página. É o caso da p. 165, onde aparecem João da Cezilha, um baleeiro do pico; Roberto Clark, tio da protagonista, filho do avô materno de Margarida, a protagonista.

Iniciarei por expressões grifadas:

Mas o Sr. Roberto velho, *british subject*, sem alterar o castiço da arquitetura picarota, acumulara por trás e aos lados da adega os quartos e esconso exigidos pelo crescimento da família e pelo seu amor ao conforto. (.....)

Parecia alguém que descia a escada do pátio para o terraço. E na janela das torrinhas... mais forte; não vê? A apagar-se e a acender-se...? Deve ser do quarto da ama. A outra luz era mais amarelada. Era a lanterna.

- *So very... That's strange!* - exclamou Roberto, como que falando para si.” (p. 165)

No trecho aparecem tanto expressões inglesas quanto palavra típica dos açores e palavra de entrada bastante antiga na língua portuguesa:

British subject – cidadão britânico;

Esconso – compartimento situado debaixo de um lanço de escadas ou do teto (Infopédia). A isto chamávamos “*cafua*”, no Br. MG; isto é, um compartimento com as características acima, onde se guardavam materiais de limpeza. O DH data a palavra em português: c1560.

Picarota – feminino de picaroto; natural da Ilha do Pico; também picarato e picoense (DFA). O DH data a palavra no português apenas em seu primeiro sentido (o ponto mais alto de um monte, de uma montanha; cimo, cume, pico) em 1606.

So very... That's strange – De fato... Isto é estranho!

⁴⁷ Diferença entre dialetismo e regionalismo no DH: 1. Regionalismo: Rubrica: linguística. 1. elemento ou traço linguístico (fonético, morfológico, vocabular, sintático ou semântico) de origem popular, restrito a uma região de um país (dialetismo regional) ou a uma classe ou grupo social (dialetismo social). O exemplo do dicionário bastante

adequado para citação aqui: ‘o escritor regionalista costuma empregar dialetismos nas suas obras’. 2. empréstimo de palavra ou traço linguístico dialetal na língua padrão.

O texto contém inúmeras palavras e expressões inglesas que são traduzidas em nota de rodapé: *Arltk Ocean*, Oceano Glacial Ártico; *Western Ground*, Mar das Antilhas; *Japanese*, Japoneses (Mares do Japão).

Inclui Americanismos criados à moda dos Açores: é o caso de “calafona”:

1. Califórnia, na estropiação dos migrantes de antigamente. 2. *N.m. deprec.* O m.q. *amaricano*, ou seja, o emigrante dos EUA em geral, que antigamente vinha por aí abaixo, endinheirado mas pouco polido, a falar a língua *amaricana* aprendida de ouvido e palreada com toda a estropiação possível. É, contudo, a imagem duma geração que vai passando. (DFA)

Há um momento no texto em que uma personagem faz verdadeiro exercício de tradução do latim:

[...] aclarou a garganta, trauteou em falsete:

- Omnes!om-neslamici mei... Om-nes amici mei... de-meeliinque-runt... de-rre-liin-quee...runt me!

- Que bonito! Que simples!

Mateus Dulmo forneceu a tradução:

- "*Todos os meus amigos me abandonaram.*" Isto significa a grande desolação do Senhor e a força da obediência que o levava a consumir o sacrifício da Redenção. Mas derrelinquerunt é mais que abandonaram: talvez desprezaram. Não, não! desprezo é outra coisa... "me esqueceram," "me deitaram para um canto", como uma coisa inútil. Derelinquere: "deitar para o canto, abandonar totalmente".

A palavra *voltaire* (assento com encosto e braços para uma pessoa, segundo o PR Petit Robert), galicismo, aparece várias vezes, em estranhas combinações: logo seguida de *Times* (com destaque Gráfico também), mas secundada por “abat-jour”, sem destaque:

O velho Clark estava quase deitado na sua voltaire de juta, com uma mesinha de jogo ao alcance da mão, de lado, coberta de remédios, de caixas de charutos, a garrafa do uísque para ter a ilusão do beerrico, uma pilha de Times intacta. Mal se lhe viam as feições comidas pela barba em leque, branca de neve, sobre que dava em cheio a luz do candeeiro de petróleo velada de abat-jour verde.

Voltaire aparece mais vezes: *voltaire* do pai (aparece duas vezes); “*deu a volta à voltaire, abriu o cachiné, de testa erguida*”: seguida de outro francesismo, *cachiné* (de *cache-nez* – *cachecol*), sem destaque Gráfico; *voltaire* à janela.

Não posso furtar-me à fala pitoresca de Manuel Bana, criado da família de Margarida, em conversa com ela e seu tio Roberto:

Manuel Bana; inquieto e a arder em febre, gemia. Queixou-se da cabeça e das "cruzes"; queria andar. E, descendo o braço ao longo da pilha de cobertores, parou a mão a medo:

- *O pior é o matulo... - E, para Roberto, em voz baixa, aproveitando o movimento de distração voluntária que Margarida fizera em direção ao*

avarandado interior que dava do quarto sobre a adega: - Aqui, meu amo; caise im riba das partes...

.....
..- Im o senhor dotor chigando, a menina ajunte a sua roipinha e vaia e mais ele. Mandaro recado a minha irmã pró Capelo, como é disse? Ela é que tem obrigação de ficar aqui a pé de mim. São doenças mum ruins...

- *Qual!- disse Roberto. - Apanhaste um resfriamento, é o que foi... Uma madrugada daquelas, na subida do Pico... Não era de esperar outra coisa. Se não fosse o senhor Diogo teimar para teres a vaca descansada e mugi-la ao romper do Sol, nada disto acontecia...*

- *Tou co a peste, meu amo!...*

- *Peste?!, o quê!...*

- *É sei... É morro...*

Cruzes – nome plural. Região lombar, que tanto atormenta os mais idosos, segundo explicação do DFA;

Matulo – tumefação; tumor; o m.q. *mamulo* (do ár. *Maftula*), idem; – caise im riba – quase em cima;

Ê – eu;

Mum ruins – muito ruins;

Passando, depois, pela literatura do Cabo Verde, li Manuel Lopes (1979) – *Os Flagelados do Vento Leste*, em busca de palavras características de lá e destaquei:

Codê – o caçula: era tarefa dos meninos espantar os corvos Becente e Becenta. Estes “[...] *grasnavam, mofando enquanto não o (o menino) vissem abaixar-se e pegar numa pedra; então afastavam-se prudentemente, sem pressa, confiados no poder das suas asas e na imperícia do codê da casa.*” (p. 48) O GD explica: “Cabo Verde. De cadete? Ou do mandinga *korádén*, criança às costas”.

Desamparinho – crepúsculo tanto do entardecer quanto amanhecer, na explicação do glossário da própria obra e no GD, que acrescenta sua origem: “do crioulo cabo-verdiano *desamparim*”. “À hora do desamparinho o mar mudava de cor, a pouco e pouco, até escurecer de todo” (p 60/61). Também Aguiar (2004:205) emprega esta palavra: “*Arrependeu-se o tempo de continuar primavera, chuvistou perto do desamparinho do dia e durante a noite caiu bem caída*”.

Guisa – “cerimônia evocativa de um falecimento com uma refeição, canto e choro, ao fim de um mês ou de um ano. Do crioulo cabo-verdiano *giza, prento, choro*” (GD). NO texto de Lopes: “*Com as férias grandes ausentou-se para a Ilha. Todo mundo foi despedir-se dela. Houve guisa, como se fosse para nunca mais, como se tivesse morrido.*” (p. 57)

Sabe – “que sabe bem; gostoso; bom. Do crioulo *sabi*, ‘idem’, a partir de *saber*. Tem uma forma superlativa interessante: *sabe de mundo*, quer dizer excelente” (GD). “*Depois fui pró terreiro, e sentei-me ao sol mastigando devagarinho o doce, porque era um doce muito sabe [...]*” (p. 193).

Capstan – “Ando cheia de remorsos e tudo isso por causa de uma simples latinha de *capstan*” (p. 153). A palavra devidamente grifada, porque também no Cabo Verde se falam anglicismos. E o glossário do próprio livro explica: “antiga embalagem de cigarro inglês”.

É chegada a hora de referir-me à frequência de tupinismos e africanismos no português do Brasil. Para tanto busco elementos em João Ubaldo, na obra *Viva o povo brasileiro* e em Guimarães Rosa, no conto “Meu tio o Iguaretê”, incluído em *Estas estórias*. Para isto destacamos das duas frases “Da pinima eu comia só o coração delas, mixiri, comi sapecado, moqueado, de todo o jeito” (Rosa 1985: 166). “Onça não tocaia de riba de árvore não” (Rosa 1995: 171):

Pinima – [Do tupi *pi'nima* 'malhado, manchado, listrado, rajado'; cp. *pinimba* 'birra'; ver *pinima*; f. hist. 1752 *penyma*, 1833 *pinímas*] (DH). S. f. Rosa usa o vocábulo, como f. red. de jaguarapinima, para designar uma variedade de onça, descrita por Santos: carnívoro físsipe, da família dos felídeos (*Panthera [Jaguaris] onça*), de coloração amarelo-avermelhada, com manchas pretas arredondadas ou irregulares, porém simétricas, em todo o corpo, encontrado (salvo no Chile e nos Andes) em toda a América, desde o SE dos EUA Tem cerca de 1,50 m de comprimento, afora a cauda, que tem 60 cm, e 80 cm de altura. É considerada a fera mais terrível da América, e alimenta-se da caça e da pesca de animais, preferindo grandes peças. [Sin.: *acanguçu*, *canguçu jaguarapinima*, *jaguetê*, *onça*, *onça-pintada*, *pintada*, *tigre*].

Para Santos (1984: 241), “a onça pintada está sujeita a certas variações não subespecíficas, mas puramente individuais em que os caçadores, os caboclos, os habitantes do interior do país querem ver uma ou mais variedades”. Apresenta as variedades: *jaguetê pinima* ou *iuaetê pinima*, *jaguetê-pixuna* ou *iuaetê-pixuna* ou *onça-preta*, *jaguetê sororoca* ou *iuaetê sororoca*.

Navarro (1998: 112) observa: com a colonização, o cachorro foi trazido para o Brasil, passando a receber o mesmo nome dado à onça, *jaguara* ou *ïagûara*⁴⁸ Para se diferenciar um animal do outro, passou-se a juntar o adjetivo *etê* (verdadeiro, genuíno) com referência à onça (jaguetê, a ïagûara verdadeira), em oposição à simples *ïagûara*, que era também o cachorro.

No dic. AE-XXI, aparece como Bras. Gír. 1. Coisa ruim ou fatal; praga. 2. Birra, embriaguez, implicância. [Var. *pinimba*.] Neste, a f. *pinima* aparece apenas como elemento de composição, significando 'pintada'.

Mixiri – [Do tupi *mixira* ou *mixyra*, 'assado'] Adj. LB dá o significado de 'assado'. Já o DH só registra a forma *mixira*, apresentado sua etimologia e definição: tupi *mi'xira* 'conserva preparada com a carne de peixe-boi'; f.hist. 1877 *mixíra*. VStr. a define como fritura de peixe e de carnes muito torrada, conservada em vasilhas na gordura que serviu para prepará-la. Bem preparada se conserva por muito tempo e já foi indústria muito explorada, especialmente

no Solimões. A mixira mais comum é a de peixe-boi e de tartaruga; mais rara a de tambaqui e outros peixes, assim como de caças. Registra-se tb. *mixire*, 'fritado', no mesmo dicionário.

Moqueado – Adj. Br. 1. Secado no moqueado para ser conservado. 2. Assado em moqueado. Etimologia: part. de *moquear*. moqué(m) + -ar (com perda da nasalidade); f. hist. 1763 *moqueada*, 1836 *moquear*, 1869 *muqueavão*. A palavra *Moqué(m)*, por sua vez, vem do tupi. Nascentes registra o tupi *mboka'i*, no DHPT encontra-se o tupi *moka'em* ou *moka'e* 'carne preparada segundo técnica indígena primitiva no moqueado (grella de varas us. para secar ou assar ligeiramente a carne)'; f. hist. 1554 *moquen*, 1585 *moque*, 1587 *moqué(m)*, c1698 *mocahem*, c1698 *mocaem*, c1777 *muqué(m)*.] (DH)

Onça – Quanto a esta palavra, apenas à de origem tupi, apresentada no DH:

lat.vulg. **lpncea*, do lat.cl. *lynx,cis*, 'id.', este do gr. *lúgks,kós* 'id.'; para AGC e JM, pelo fr. *once* (sXIII), prov. der. por aférese de *lonce* 'lince', este empr. ao it. *lonza* (sXIII) 'pantera', que parece ter sido formado, já no tempo das cruzadas, diretamente do gr. *lúgks,kós* 'id.'; o -l inicial teria sido interpretado como artigo, tendo sido, por isso, suprimido; cp. tb. esp. *onza* (1495), de mesma orig. que o port.

Segundo este mesmo dic. nomeia, em se tratando aqui apenas do animal: 1. Rubrica: mastozoologia. O m.q. *leopardo-das-neves* (*Panthera uncia*), um animal asiático. 2. Rubrica: mastozoologia. designação genérica de alguns felídeos brasileiros de grande porte 2.1. Rubrica: mastozoologia. m.q. *onça-pintada* (*Panthera onca*). Há na língua outro vocábulo homônimo, oriundo do lat., que designa uma unidade de medida.

Tocaia – O DH busca o étimo no DHPT [tupi *to'kaya* originalmente, 'pequena casa rústica em que o indígena se recolhia sozinho para aguardar a oportunidade de atacar o inimigo ou matar a caça'; 'esconderijo em que se acolhe o caçador para espreitar a caça'; p. ext. 'ação de espreitar o inimigo, emboscada'; em Nascentes, tupi *to'kai* 'armadilha para caçar'] S. f. 1. Diacr. ant. pequena casa rústica em que o indígena se ocultava para esperar o momento de surpreender o inimigo ou matar a caça 2. Reg. Br. ação de alguém ocultar-se para atacar outrem ou para caçar. 3. Regionalismo: N. do Br. Uso: informal. poleiro de galinhas.

É interessante observar um homógrafo, homófono – *tocaia*, f. de *tocaio* – com étimo do lat. atr. do esp., encontrado no DH [esp. *tocayo* (1739), de orig. duv.; segundo Corominas, prov. relacionada ao ritual do Direito Romano *Ubi tu Cajus, ibi ego Caja* (donde tu sejas chamado Cayo, a mim, chamarão Caya), frase que a esposa dirigia ao noivo; o voc. teria sido usado para cortejar pessoas de mesmo nome, sendo, assim, generalizado; a datação é para o subst.]. A definição é do mesmo dic.: “Adj. e S. m. Reg.: Minho, Trás-os-Montes, Br. que ou aquele que tem nome igual ao de outro; homônimo, xará. É curioso que o segundo voc. seja conhecido de poucos brasileiros. Só

⁴⁸ JAGUARA [Do tupi-guar. *ya'wara*.] S. m. 1. Bras., PR e RS. Cão ordinário. 2. Bras., PR. Pessoa ordinária, de mau caráter.

recentemente, numa minissérie da TV Globo, cuja ação se passa no RS, estado limítrofe com país de língua espanhola, a palavra foi usada e, daí, propagou-se em rede nacional. Mas, acabada a novela, a palavra não se tornou de uso corrente no país inteiro.

Palavras de origem africana foram destacadas de Ribeiro (1984: 497).

- *Sim, bebidas de pobre também.*
- *Aluá de abacaxi...*
- *Suco de ananás?*
- *Não, é uma bebida feita pela infusão de cascas de abacaxi em água, muito saborosa.*

Aluá – O DH registra como étimo o quimb. *walu'a* 'id.'; var. ⁵*aruá*; f.hist. 1578 *oalo*. FAB vê a palavra como originada do quimb. e quicg. Além da def. do texto acima, vejamos a possibilidade da mesma bebida feita com outras frutas, apontadas no DH: S. m. Rubr.: cul. Reg.: Br. bebida refrigerante feita de farinha de arroz (ou de milho) ou de cascas de frutas (esp. abacaxi, raiz de gengibre esmagada ou ralada), açúcar ou caldo de cana e sumo de limão; aruá. FAB aponta ainda a var. ualuá. O DH define: S. m. Rubrica cul. Reg.: Br. bebida refrigerante feita de farinha de arroz (ou de milho) ou de cascas de frutas (esp. abacaxi, raiz de gengibre esmagada ou ralada), açúcar ou caldo de cana e sumo de limão; aruá.

Ananás – Lê-se no DH que o voc. advém de alt. do tupi *naná* 'fruto do ananaseiro'; até o sXIX só se documenta em port. *ananás*, nunca *abacaxi*; f.hist. 1557 *ananes*, 1563 *anãnas*, a1576 *ananás*, c1584 *naná*, 1587 *ananás*, c1607 *nanás*. S. m. Rubrica ang. 1. design. comum às plantas do gên. *Ananas*, da fam. das bromeliáceas, com oito spp., nativas da América tropical, de folhas dispostas em roseta, ger. com espinhos, que fornecem fibra sedosa, e fruto múltiplo, sincárpico, composto de até 200 bagas carnosas ao redor de uma haste e coroado por uma roseta de folhas; possui propriedades medicinais digestivas, supurativas e é us. no tratamento de afecções pulmonares. 1.1 Reg: Portugal. m. q. *abacaxi* (*Ananas comosus*, 'infrutescência').

Abacaxi – Segundo o DH, advém do tupi **iwaka'ti < i'wa* 'fruta' + *ka'ti* 'que recende'. S. m. Reg: Br. 1. Rubrica Ang. Planta terrestre (*Ananas comosus*) da fam. das bromeliáceas, nativa do Brasil, de folhas lineares com bordos espinhosos, idênticas às da coroa que encima o fruto, escapo robusto e curto e inflorescência com muitas flores, fruto medindo cerca de 15 cm; abacaxi-branco, abacaxizeiro, aberas, ananá, ananás, ananás-de-caraguatá, ananás-do-mato, ananaseiro, ananás-selvagem, ananás-silvestre, nanaseiro, naná, nanás, pita 1.1 Rub.: ang. infrutescência carnosa e comestível dessa planta; abacaxi-branco, aberas, ananá, ananás, ananás-de-caraguatá, ananás-do-mato, ananás-selvagem, ananás-silvestre, naná, nanás, pita 2. Deriv.: por ext. de sentido. Rubrica ang. design. comum às plantas de diversas fam. que se assemelham ao abacaxi, seja pelo aspecto da planta ou da infrutescência 3. (sXX) Deriv.: sent. fig. Uso informal. trabalho complicado, difícil de ser feito; coisa intrincada; problema 4. Deriv.: por ext. de sent., sent. Fig. coisa ou pessoa maçante,

desagradável 5. Der.: sent. fig. Uso: pejorativo. m.q. *galego* ('português') 6. (1913) Deriv.: sent. fig. Reg.: PE, AL. pessoa que dança mal, de maneira desajeitada e pesada.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Cristóvão (1994). *Passageiro em trânsito: novela em espiral ou o romance de um ponto a que se vai acrescentando sempre mais um conto*. Lisboa: Salamandra.
- BARCELOS, J. M. Soares de (2008). *Dicionário de falares dos Açores: Vocabulário regional de todas as ilhas*. Coimbra: Almedina.
- CASTRO, Y. P. (2001). *Falares africanos da Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks.
- CUNHA, A. G. (1978 e 1999). *Dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2010, [consultado em 2013-04-09].
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Dicionário Aurélio Eletrônico - Século XXI*. Versão 3.0. Coord. e ed. de Marina Bird Ferreira e Margarida dos Anjos. CD produzido e distribuído por Lexikon Informática, sendo versão integral do Novo Dicionário Aurélio ! Século XX, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- HOUAISS, A. (2001). *Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Caldas Aulete* (2008). Dicionário da Lexikon Editora Digital. [em linha] Consulta em 18/01/13.
- INFOPÉDIA – Enciclopédia e Dicionário da Porto Editora. Italiano - Português. [em linha] Consultado em agosto e setembro de 2013.
- INFOPÉDIA – Enciclopédia e Dicionário da Porto Editora. Português. [em linha] Consultado em agosto e setembro de 2013.
- LEMOS BARBOSA, A. (1956). *Curso de tupi antigo*. Rio de Janeiro: Livraria S. José.
- (1955). *Pequeno vocabulário tupi-português*. Rio de Janeiro, Livraria São José.
- LOPES, Manuel (1979). *Os flagelados do Vento Leste*. São Paulo: Ática.
- NAVARRO, E. A. (1998). *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. Petrópolis: Vozes.
- NEMÉSIO, Vitorino (1986). *Mau tempo no Canal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- RIBEIRO, J. U. (1984). *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ROSA, João Guimarães (1985). "Meu tio o lauaretê". In *Estas estórias*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SAMPAIO, Theodoro (1987). *O Tupi na Geografia Nacional*. São Paulo: Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro.
- Stradelli, E. (s/d) – "Vocabulários da língua geral português-nheêngatu e nheêngatu-português, precedidos de um Esboço de Grammatica nheênga-umbuê-sáua miri e seguidos de contos em língua geral nheêngatu porandua". *Revista do Instituto Histórico*. (adquirida em sebo, numa encadernação que não preservou os dados bibliográficos).

TEIXEIRA, Luiz Gonzaga (2013). *CRISTINA*: História. Belo Horizonte: Ed Autor.

ABREVIATURAS

a	antes de (antes de data)	f.	forma; feminino(a)	plat.	platino
adj.	adjetivo	fam.	família(r)	port.	português
alt.	alteração	fig.	figura, figurado	pref.	prefixo
am.	americano	fr.	francês	prov.	provavelmente
ang.	angiospermas	gên.	gênero	quimb.	quimbundo
ant.	antigo	ger.	geralmente	quicg.	quicongo
atr.	através	gír.	gíria	rad.	radical
c	cerca de (antes de data)	gr.	grego	red.	reduzida
consult.	consultado	hist.	Histórico(a)	reg.	regionalismo
contrv.	controversa	id.	idem	rubr.	rubrica
cp.	compare	infl.	influência	s	(antes de dat)
cul.	culinária	infor.	informal	s.	substantivo
def.	definição, definido	it.	italiano	sent.	sentido
deprec.	depreciação, depreciativo	lat.	latim	sin.	sinônimo
deriv.	derivado	m.	masculino	spp.	espécies
design.	designação	m. q.	o mesmo que	tb.	também
diacr.	diacronismo	n.	nome, número(s)	us.	usado/a
dic.	dicionário	orig.	origem	v.	verbo
duv.	duvidoso(a)	p.	página	var.	variante
es p.	espanhol	p. ext.	por extensão	voc.	vocábulo
ext.	extensão	part.	participio	vulg.	vulgar

SIGLAS

AE-XXI	Dicionário Aurélio-Eletrônico	JM	José Pedro Machado
AL	Alagoas	LB	Lemos Barbosa
AGC	Antônio Geraldo da Cunha	N	Norte
DA	Dicionário Aurélio	PE	Pernambuco
DH	Dicionário Houaiss	PR	Paraná
DFA	Dicionário de falares dos Açores	RS	Rio Grande do Sul
DH	Dicionário Houaiss	VStr	Vocabulário Stradelli
GD	Grande Dicionário Língua Portuguesa		

31. MÁRIO MELEIRO, IPG (ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DESPORTO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA)

MÁRIO JOSÉ SILVA MELEIRO, Nasceu em Soutelo – Mogadouro (Trás-os-Montes), em 1974 e reside na Guarda, onde fez o estágio profissional na Escola Secundária Afonso de Albuquerque.

Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mestre em Linguística Portuguesa, pela Faculdade de Letras da Universidade Católica – Polo de Viseu e Doutorado em Linguística (Linguística Histórica) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é docente da Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto, do Instituto Politécnico da Guarda, desde 2000.

Além da docência tem também desenvolvido a sua atividade como formador do Programa Nacional do Ensino do Português (PNEP), da Terminologia Linguística para o Ensino Básico e Secundário (TLEBS), do AO 1990) e, mais recentemente, das Metas Curriculares de Português (MCP).


Com participação em diversos congressos, em alguns deles com apresentação de comunicação, a área de investigação centra-se na morfologia e no léxico da língua portuguesa.



PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ EMBORA SE TIVESSE INSCRITO PARA O 16º COLÓQUIO EM SANTA MARIA

TEMA 1.1. ANTEDATAÇÕES AO DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA - MÁRIO MELEIRO, (ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DESPORTO (UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA))⁴⁹

O interesse pelo estudo do léxico, nomeadamente a sua origem e a sua primeira atestação na língua portuguesa, tem vindo a despertar um interesse crescente. No meio de várias pesquisas, por diversos momentos fiquei na incerteza se determinada palavra, por exemplo um latinismo utilizado por Ricardo Reis, seria, de facto, criação dele ou se, pelo contrário, já teria sido utilizado por outro autor do Renascimento ou mesmo da época que imediatamente o precedeu e preparou, sobretudo pela grande transformação que provocou na história da língua portuguesa.

⁴⁹ Com o apoio de 

Até determinada altura, a inexistência de um dicionário que registasse a data da entrada da palavra na língua dificultou o trabalho e obrigou-me a ser cauteloso com algumas afirmações proferidas. Uma consulta a muitos glossários tornou-se uma tarefa hercúlea, em alguns casos mesmo infrutífera.

Se hoje o problema não está totalmente resolvido, está, pelo menos, bastante minimizado com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, referência base de datação das palavras da língua portuguesa. Assim, tendo por base o *Dicionário Houaiss*, pretendo apresentar neste artigo algumas antedatações como, por exemplo, *abreviador*, *alar*, *foliar*, *missivo*, *miudeza*, *odoroso*, entre outras.

1. Introdução

As línguas naturais humanas caracterizam-se pela mudança. Além de fatores estritamente linguísticos, outros, como os históricos, sociais ou políticos, podem condicionar esta mudança, sem esquecer, claro está, que a língua “é um sistema em perpétua adaptação às necessidades expressivas dos seus utentes”, mostrando que “existem fases de permanência que alteram com fases de grande alteração (Cardeira 2005:33 e 65). O século XV, ou melhor, a passagem do português antigo para o português médio, mais precisamente a passagem da dinastia de Borgonha para a de Avis, sobretudo no meio século de reinado de D. João I e D. Duarte (1385-1433 e 1433-1438, respetivamente), parece ser uns desses momentos de alteração, se não o grande momento de alteração de toda a história da língua portuguesa. Estamos, pois, a falar da transição do *ciclo de formação da língua* para o *ciclo da expansão da língua*, nas palavras de Ivo Castro. Esperança Cardeira considera, no entanto, que este marco da batalha de Aljubarrota é tardio, uma vez que “as mudanças inovadoras já ocorriam antes dessa data”⁵⁰ em franjas de separação entre o português antigo e o português médio, onde deve estar incluída a segunda metade do século XIV.

Segundo Robert Verdonk⁵¹, a entrada de palavras novas numa língua pode acontecer a dois níveis, ou seja, a nível formal e a nível semântico, sendo que o primeiro pode ocorrer por dois processos: empréstimos de outras línguas (vivas ou mortas) e formação de novas palavras, por composição ou derivação. Em palavras similares, Correia (2005:23) refere que para incorporar palavras novas, os léxicos das línguas dispõem basicamente de três mecanismos distintos: a construção de palavras, recorrendo a regras da própria língua; a reutilização de palavras existentes, atribuindo-lhes novos significados e a importação de palavras de outras línguas. Menciona ainda que além

destes mecanismos, considerados os mais produtivos, pode ainda considerar-se uma outra forma de criar novas palavras, a chamada *ex nihilo*, sem dúvida o procedimento menos usual em qualquer estágio da língua.

Ora, para o estudo de qualquer língua, numa perspetiva diacrónica, torna-se imprescindível um dicionário que registre a entrada das palavras na língua. O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* é, sem dúvida, um importantíssimo e inquestionável elemento de trabalho. No entanto, quando reparamos nos instrumentos de que dispõem os linguistas espanhóis é que verificamos, apesar dos enormes progressos dos últimos anos, o caminho que ainda nos falta percorrer. Até há poucos anos, para um estudo linguístico desta natureza, dispunham eles de um dicionário de referência obrigatória: *Corominas*. Porém, graças à Informática, foram criadas grandes bases de dados e uma delas merece destaque: *CORDE*, ou seja, Corpus Diacrónico del Español, criada pela Real Academia Española⁵². Robert Verdonk, no capítulo “Cambios en el léxico del español durante la época de los austrias”, inserido na *Historia de la Lengua Española*, coordenada por Rafael Cano⁵³, a propósito do confronto entre dicionários históricos e esta base de dados refere: “*De esta confrontación resulta que una parte importante de las voces que hasta ahora se vienen considerando préstamos o creaciones de los siglos de Oro, en realidad ya están atestiguadas en el siglo XV o incluso antes*”⁵⁴.

Como mero exemplo desta desatualização dos dicionários, nomeadamente de *Corominas*, fui procurar a palavra *cisterna*, que também se encontra atestada na *Crónica de D. Fernando* (11.14)⁵⁵. O Dicionário regista o seguinte: “tomado del lat. *cisterna* íd., derivado de *cista* ‘cesta’. 1ª doc. *cistierna*, h. 1350: Poema de Alfonso XI, 1963; *cisterna*, 1570, C. de las Casas (en Apal. 78d figura solamente como voz latina)”. Ora, o *CORDE* regista três ocorrências anteriores da referida palavra: em 1200 (Almerich, na obra *La fazienda de Ultra Mar*); em 1250 (Anónimo, na obra *Vidal Mayor*) e em 1275 (Alfonso X, na obra *General Estoria. Primera parte*)⁵⁶.

Assim, o enriquecimento do léxico, quer através da importação, quer de recursos morfológicos internos, é um processo intemporal na língua. E se não há dúvida que Camões é o grande mentor com a introdução de novas palavras na língua, sobretudo latinismos, também as não há de que antes dele outros contribuíram para o seu engrandecimento. Entre esses humanistas eruditos encontra-se Damião de Góis, Jerónimo Osório, Aquiles Estaço, André de Resende e até mesmo Gil Vicente. Mas este não foi só um procedimento do português médio.

Ao longo das épocas, formas eruditas ou semieruditas entram na língua. A prova de que este é um processo intemporal temo-la com vários autores anteriores e posteriores

⁵⁰ Cardeira (2005:291).

⁵¹ Cf. Rafael Cano (coord.) (2004). *Historia de la Lengua Española*. Madrid: Ariel, p. 895.

⁵² Pode consultar-se esta base de dados em <http://corpus.rae.es/cordenet.html>

⁵³ Rafael Cano (coord.) (2004). *Historia de la Lengua Española*. Madrid: Ariel. O capítulo referido é o 34, páginas 895-916.

⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p. 896.

⁵⁵ Todas as referências são feitas pela edição crítica de Giuliano Macchi, IN-CM, 2004. Serão sempre feitas pela indicação da página, seguida da linha.

⁵⁶ Cf. o texto de Afonso X, *General Estoria. Primera parte*. Publicación de Pedro Sánchez Prieto-Borja, Universidad de Alcalá de Henares (Alcalá de Henares), 2002:

“*E fueron sueltas por ende las ataduras de los sos braços e de las sus manos, una vez cuando oyestes quel prisieran sos hermanos yl ataron las manos yl echaron en el pozo seco, a que llama el latín cisterna otra vez de cuandol fizo prender en Egipto e echarle en la cárcel aquella doña Zulaima, muger de Futifar su señor, con la quel casó después el rey Faraón su señor, como es ya contado ante d'esto, e libról d'estas prisiones Dios, que siempre fue él poderoso de Jacob su padre de Josep*”.

ao Renascimento, como os Neoclássicos Filinto Elísio, Correia Garção, Reis Quita, Bocage ou, mais recentemente, Antero de Quental, Eugénio de Castro e Fernando Pessoa. Porém, existe a convicção de que é a partir do século XV que tal processo se começa a evidenciar, para atingir o seu auge no século XVI, consequência natural do Renascimento e da importância que as leituras dos clássicos então alcançaram. No entanto, um século antes, quer a prosa didática, levada a cabo pela produção régia, quer a histórica, pelos cronistas, haviam já aberto o caminho.

É nesta prosa histórica, nomeadamente na *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes, (LOPF) que se registam algumas palavras atestadas, ao que pude apurar, pela primeira vez na língua portuguesa, antecipando a data apresentada por Houaiss.

A Crónica de D. Fernando de Fernão Lopes, cuja data de produção não ultrapassará o ano de 1443⁵⁷, teve apenas no século XIX a sua primeira edição⁵⁸. Digo apenas porque se atendermos a que a *Crónica de D. João I* teve a sua também primeira edição dois séculos antes (1644) e a de *Crónica de D. Pedro* foi estampada em 1735, facilmente se percebe que não foi a predileta dos editores.

Para esta pesquisa de datação, foi também utilizado o CD-ROM do *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* (versão 1.0) lançado em 2007 pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Sobre este Vocabulário, seguem-se algumas considerações.

2. O Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (VH-CPM)

O *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* (VH-CPM), publicado em CD-ROM em abril de 2007, conta já com alguns antecedentes ao longo dos tempos. Podemos encontrar o seu embrião em 13 de agosto de 1977⁵⁹, embrião este que sofreu, naturalmente, evoluções, mas também metamorfoses. Do agigantado e minucioso projeto de 1979, com vista a uma grande publicação em papel de um *Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* (VPM), nasceu esta versão informatizada. Pelo meio pudemos assistir à apresentação “de um projeto alternativo, bem menos ambicioso”⁶⁰, do *Índice do Vocabulário do Português Medieval* (IVPM), também em papel, cuja finalização se apontava para 1990, mas que apenas viu publicados três volumes (Letra ‘A’ em 1986, letra ‘B-C’ em 1988 e letra ‘D’ em 1994), e pudemos assistir também à primeira versão em CD-ROM do *Vocabulário do Português Medieval*, em 2002.

No menu *Ajuda* > *Créditos*, localizado na barra de menus, podemos encontrar, precisamente, o percurso deste projeto apresentado em quatro fases (1979-1989, 1999-2000, 2001-2002 e 2003-2006), com a respetiva indicação do coordenador e da restante

equipa. Neste mesmo menu podemos ainda encontrar “informações que podem auxiliar tanto na utilização do programa, quanto no esclarecimento do conteúdo do vocabulário”⁶¹.

A vantagem de uma pesquisa eletrónica face à consulta manual em dicionários, glossários e obras afins é inegável. Se por outras razões não fosse, pela rapidez com que se obtém informação, ficava justificada a afirmação anterior. Esse mérito, além de outros, evidentemente, o VH-CPM alcançou.

Das suas principais características, e no campo das qualidades, destaco sobretudo duas, além da possibilidade de comutar o modo da pesquisa entre o ‘português atual’ e ‘português medieval’, recurso sempre útil para o confronto entre dois estádios da língua portuguesa.

A primeira diz respeito ao facto de ser possível ir digitando as letras e acompanhar as possibilidades gráficas de vários verbetes na coluna da nominata. Se para o português atual tal situação não é relevante, ela reveste-se de extrema importância nas pesquisas do português medieval, tal é a variedade de formas, por vezes apresentada para cada entrada. Assim, de um recurso atualmente comum para pesquisas em dicionários e *corpora* informatizados, passamos a ter uma enorme ajuda, pois é possível ir vendo os vários resultados, à medida que vamos digitando caracteres, e escolher/encontrar o pretendido.

A segunda, porventura a mais importante, diz respeito à opção *Pesquisas* que se encontra na barra de ferramentas. Ao clicar neste menu abre-se uma nova janela onde temos à disposição três possibilidades. A inicial, pesquisas por *Nominata*, permite fazer pesquisas de palavras *iniciadas e/ou terminadas por* qualquer letra ou letras, com preenchimento dos campos em simultâneo (1ª opção/possibilidade), ou apenas com o preenchimento de um dos campos, desde que sejam introduzidas pelo menos duas letras (2ª e 3ª opções/possibilidades). Esta possibilidade reveste-se de extrema importância para quem pretende fazer pesquisas por radicais ou mesmo por afixos, se bem que não seja possível a pesquisa de radicais internos do tipo *-terr*, em palavras como *aterragem*, *aterrar*, *enterrar* ou *-caval*, em palavras como *encavalgar*, *encavaladura* ou *descavalgar*.

A seguinte, pesquisas por *Classe*, permite fazer uma pesquisas por vocábulo *iniciado por e/ou terminado por*, com a respetiva *classificação gramatical* selecionada. De entre as possibilidades apresentadas para a categoria gramatical, são catorze as selecionáveis: *adjetivo*, *advérbio*, *artigo*, *conjunção*, *contração*, *expressão*, *interjeição*, *locução*, *numeral*, *particípio adjetivo*, *preposição*, *pronome*, *substantivo*, *verbo*.

A terceira e última, pesquisas por *Texto*, permite fazer pesquisas de forma a encontrar a palavra desejada, por exemplo (*crónica*, *coronica*, *cronyca*) nas abonações

⁵⁷ Segundo Teresa Amado (Tavani 1993: 179, s.v. *Crónica de D. Fernando*).

⁵⁸ Chronica do Senhor Rei D. Fernando, Nono rei de Portugal, in «Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos reinados de D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando publicados de ordem da Academia Real da Sciencias de Lisboa pela comissão de Historia da mesma Academia», tomo IV, Lisboa, 1816.

⁵⁹ Cf. Cunha (1986), *Índice do Vocabulário Português Medieval*, vol. 1:A, p. IX (“Da razão do título e dos objetivos da publicação”), embora os trabalhos tenham apenas começado em janeiro de 1979, com um pequeno grupo de colaboradores, como se pode ler menu *Ajuda* > *Apresentação*.

⁶⁰ Cf. Idem, *ibidem*, p. IX.

⁶¹ Cf. menu *Ajuda* > *Manual do usuário* > *separador Conteúdo* > *Menu Ajuda*.

de toda a base de dados do VH-CPM. Este é um recurso de inegável utilidade. Necessita, no entanto, de uma maior focalização por parte do utilizador na pesquisa pretendida, pois permite testar a utilização de uma determinada palavra/grafia em diferentes obras, ou verificar as suas possíveis aceções semânticas. Estes resultados não são, no entanto, diretos, uma vez que só são visíveis numa nova janela e depois de clicar num dos verbetes listados à esquerda. Esta pesquisa implica, nesta situação, clicar em todos os verbetes resultantes da pesquisa.

Tendo em conta a sua denominação -*Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval* - e mesmo as palavras da *Apresentação* onde se afirma que “visa contribuir, de maneira efetiva, para o melhor conhecimento da evolução histórica do léxico português, estabelecendo um dos elos – e dos mais importantes – da cadeia evolutiva que, a partir do latim vulgar, chegou até o português de nossos dias”, parece haver, no entanto, algumas arestas a limar. Um dicionário que inclui no título a designação de *Histórico-Cronológico* não pode esquecer tal indicação e listar as ocorrências de uma palavra pesquisada por ordem alfabética. Esta situação seria minimizada se houvesse uma opção que permitisse elencar os termos cronologicamente, ferramenta que me parece possível e de introdução fácil nos tempos atuais. É verdade que o VH-CPM apresenta uma hipótese de pesquisa por datação cronológica. Porém, ela refere-se apenas à primeira datação de cada verbete, não permitindo ordenar os vários registos de datação que dentro dele se encontram.

Por exemplo, ao procurar informações sobre o verbo *adorar*, tendo selecionada a opção *Português Atual*, o que nos é apresentado é uma lista de 42 abonações, com datação alternada entre o XV e o XIV, para chegar à 43ª e 44ª, precisamente penúltima e última, e perceber que, afinal, o verbo *adorar*, também tem registo no século XIII, nas Cantigas de Santa Maria. O modelo seguido no CD-ROM não teve, pois, em conta o esquema a que Cunha tinha dado preferência no IVPM, claramente cronológico e não alfabético, como se pode verificar na informação obtida do mesmo verbo *adorar*, onde apresenta os registos cronologicamente, iniciando, precisamente, pelo século XIII.

Foram mais as opções que divergiram do trabalho de Cunha. Por exemplo, no que diz respeito a informações semânticas de entradas homónimas que constam no IVPM, elas foram simplesmente ignoradas, agrupando agora o VH-CPM tudo na mesma entrada. Repare-se, por exemplo, na informação pertinente que foi eliminada no caso da palavra *ala*, em que no IVPM são apresentadas três entradas, cada uma com um significado diferente ('fila, fileira, lado'; 'asa'; 'lá'), e que o VH-CPM, pura e simplesmente, agrupa e mistura numa só entrada, preferindo uma ordenação alfabética (*ala, alas, alla, allas*), sem qualquer indicação do respetivo significado. Também as aceções de 'venerado' e 'doente, cheio de dores' que constam no IVPM para as entradas separadas de *adorado* não resistiram à evolução tecnológica.

Numa análise mais rigorosa, mas não exaustiva, é ainda possível verificar algumas situações que necessitam de intervenção em futuras versões, agrupadas pelos tópicos que se seguem⁶².

A) *Palavras não averbadas*

a) *Já com registo no IVPM*

Numa primeira situação, o VH-CPM simplesmente elimina as palavras que provêm ou do *Elucidário* de Viterbo ou do dicionário de *Morais*:

ABADENGO (IVPM, 1311).

ABALROAR (IVPM, sXV).

ABARREGAR: (IVPM, *aberregaar* 1345).

O VH-CPM eliminou também as palavras ou abonações que se encontravam atestadas em obras que faziam parte do *corpus* de extração do IVPM. Na análise ao CD-ROM não encontrei qualquer explicação para este facto. Encontram-se entre estas obras o *Libro de Monteria* (MONT), os *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos...* (MARR), *El Cancionero de Joan airas de Santiago* (CJA), algumas vezes *Descobrimientos Portugueses* (DESC), *Diário da Viagem de Vasco da Gama* (DIAR).

ABATO: (IVPM, sXIII CJA 1508).

ARNESADO: (IVPM, 1439 MARR I.506.28).

ARREMETIDA: (IVPM, sXV MONT 112.20).

ATRELAR: (IVPM, sXV *atrelar* MONT, 48.3; *atraelar* MONT, 81.3; *atreelar* MONT, 101.12).

CARTEAR: (IVPM, c1499 DIAR 75.13).

CORROBORAÇÃO: (IVPM, 1460 DESC 572.15).

b) *Com ocorrência em LOPF*

PRINCÍPIO

O VH-CPM não regista esta entrada, cuja ocorrência se verifica em LOPF: *Onde sabe que seu feo nascimento, muito d'avorreecer, ouve principio em este modo.* (385.14)

Após consulta em Houaiss, verifica-se que a datação é para o século XIV, cuja proveniência vem, precisamente, do FichIVPM⁶³.

TERREI

O VH-CPM não regista esta forma verbal do verbo *ter*, mas apresenta a forma *terrey*, registada na *Crónica do Condestabre de Portugal* (COND). Não deixa de ser curioso é que a frase onde ocorrem é claramente uma das marcas do aproveitamento que Lopes fez de COND.

e quando esto for eu terrey mays razõ e aazo de vos fazer mercees... (COND, 9c32)

⁶² As indicações são feitas tendo por base a pesquisa *Português Atual* uma vez que é sob este lema que são apresentadas todas as formas.

⁶³ Além deste exemplo podemos ainda encontrar outras palavras que têm ocorrência em LOPF e que não se encontram averbadas no VH-CPM como *frontar* (*frontando* em LOPF), *fulame* (*fullame*), *gaja* (*gajas*), *prior*, *sanhudamente*, *sanhudo* (*sanhudos*), *serventia*, *vereador*, *vestido*, ou *vergonhosa*.

e quando esto for, **terrei** eu mais rrazom e aazo de vos fazer mercees... (LOPF, 438.47-48)

B) Palavras Averbadas

a) Sem abonação de LOPF

LÁSTIMA

Um *Vocabulário Histórico-Cronológico*, não tendo como obrigatoriedade a indicação do registo da palavra em todas as obras, deve, pelo menos, fazendo jus ao nome, procurar indicar as formas históricas, preferencialmente, de forma cronológica. Para esta entrada, o VH-CPM apresenta uma única abonação, com a forma *lastema*, mas não há qualquer referência a LOPF, obra amplamente trabalhada⁶⁴. Consultando apenas o VH-CPM, fica-se com a informação de que foi Fr. João Álvares o seu introdutor na língua, quando, na verdade, já Lopes a tinha registado com a variante atual.

Esta mensagem foi ouvida com grande door e lastima, (LOPF, 438.47-48)

b) Com classificação gramatical errada

FEITICEIRO, Substantivo em vez de adjetivo (séc. XIV, TEST, 222.22)

[...] *catade-me hũa mulher feiticeira, que saiba ressucitar homem morto [...]*.

ATENDER, Substantivo em vez de verbo (séc. XV, LOPJ, II.18.38)

E a[a] Porta de Miragaya, homde o estauom atemdemdo como disemos, sayo el-Rey em terra per huuma larga e espaçossa pramcha [...].

C) Palavras mal averbadas

a) Palavras com grialhas por falta de letras ou letras trocadas

TRAZIMENTO, regimento em vez de:

Na criaçom e ragimento dos gaados mandava que nêhũu nom trouvesse gaados seus nem alheos [...]. (LOPF, 89.139)

ESPAÇAR, eapaçar em vez de espaçar:

[...] *estando el rrei dom Fernando em Lixboa, aconteeo de viir a sua corte [...]* dona Lionor Tellez [...] por **eapaçar** algũus dias com dona Maria sua irmãa [...]. (LOPF, 57.41)

D) Palavras mal lematizadas

EIBADO

Fazendo uma pesquisa na opção 'Português Medieval', o VH-CPM regista a palavra *eibado* e remete para a palavra atual *elvado*. Pelo que pude observar esta palavra não existe. O termo correto será *eivado*, de *eivar*, com o significado de 'perder o vigor, enfraquecer-se'.

E) Obras trocadas

LANÇADOR

Apresenta uma abonação como sendo do prólogo de LOPP, Prólogo 16, mas, na verdade, é do prólogo de LOPF:

Era cavallgante e torneador, grande justador e lançador e tavollado [...]. (3.15-16).

CAMANHO

Apresenta uma abonação como sendo do prólogo de LOPF, II.234.1, mas, na verdade, é de LOPJ²:

[...] *ficou tamto aaquem delle que camanho golpe pemsou que lhe daua, tamanho deu comsigo [...]*. (cap. CXI).

F) Datação errada de obras

No menu *Ajuda > Siglas das obras*, para a sigla LEAL (*Leal Conselheiro*), podemos ler "O texto é parte do códice do século XV da Biblioteca Nacional de Paris"; para a sigla OFIC (*Livro dos Ofícios*), podemos ler "Manuscrito do Códice C/66, do século XV, da Academia Real de História de Madrid"; para a sigla VERT (*O livro das três vertudes*), podemos ler "Manuscrito 11.515 do século XV, da Biblioteca Nacional de Madrid";

Não é, no entanto, a data apresentada na abonação da palavra *tesourar*, *torrão* e *trigança*:

TESOURAR (séc. XIV, LEAL, 114.25):

[...] *nem desejo de thesourar na terra, onde os ladrooens o furtam, ratos o comem, ferrugem e traça o gastam [...]*.

TORRÃO (séc. XIV, OFIC, 139.34):

E mais louuo hũus poucos de terrões sem temor ca os canpos e as herdades de Lidia cheos de medo.

TRIGANÇA (séc. XIV, VERT, 56.41):

E esta temperança se demostra em todos os semtimentos da senhora assi como nos feitos e abitos de fora porque ella dara o oolhar tardinheiro e sem trigança.

G) Abonações em falta

ACONTIADO

Esta entrada está averbada no IVPM com seis abonações, todas do século XV, uma de REIX, duas de LOPF e três de DESC, obra que se encontra indicada menu *Ajuda > Sigla das obras* do VH-CPM. No entanto, este apenas apresenta três abonações, eliminando todas as de DESC (1405, 1436 e 1460) apresentadas no IVPM. Uma dessas indicações é mesmo a mais antiga, reiterada por Houaiss.

BRACEIRO

Para esta entrada, *Houaiss* indica o século XIII e remete para o IVPM, que apresenta abonações do século XIII, XIV e XV. Porém, no VH-CPM apenas são apresentadas duas abonações do século XV, uma de LOPF e outra de ZURG.

⁶⁴ Pus a hipótese de ter sido identificada como forma verbal, mas também na entrada *lastimar* não há qualquer referência.

Para um dicionário *Histórico-Cronológico*, faltam dois séculos de existência gráfica à palavra *braceiro*.

BISCOITO

Para *biscoito*, Houaiss indica o ano de 1317 e remete para o IVPM, que apresenta duas abonações do século XIV e onze do XV. Porém, no VH-CPM apenas são apresentadas cinco abonações, todas do século XV, uma de Lopes e quatro de Zurara.

H) Palavras mal datadas

BARROCA

Para a palavra *barroca*, o VH-CPM apresenta quatro abonações, todas do século XV, uma de LOPF. Mas aqui a falha parece não ser só do VH-CPM, pois mesmo não copiando, *ipsis verbis*, o que está no segundo volume do IVPM (letras B-C, de 1988), acrescenta mais uma abonação de ZURD 259.27, mas retira, erradamente, a de LOPJ¹ l.42.14⁶⁵, e corrige, com acerto, a indicação da fonte LOPP 136.52 no IVPM para LOPF136.52). No entanto, o que é de registar é que tanto o IVPM como VH-CPM apresentam o século XV como datação mais antiga. Ora, na segunda edição do *Dicionário Etimológico* de Cunha, de 1986, mas não no Suplemento, ou seja, já com registo na primeira edição de 1982, na entrada *barro*, está indicada a palavra *barroca*, com o significado de 'monte de barro', com datação de século XIII, século que também Houaiss confirma com indicação de ocorrência em Inq. (*Inquisitiones*. In PMH). O cruzamento de obras do mesmo autor parece, pois, ser deficitário.

Ainda no que concerne a datações, vale a pena observar as divergências entre o VH-CPM e o IVPM, relativamente à primeira atestação, na lista abaixo apresentada:

	VH-CPM	HOUAISS
<i>acalmar</i> , v.	séc. XV	1370 cf. IVPM
<i>adua</i> , s.f.	séc. XV	1375 cf. IVPM
<i>alão</i> , s.m.	séc. XV	1209 cf. JM ³
<i>amarrado</i> , adj.	séc. XV	1344 cf. IVPM
<i>arraís</i> , s.m.	séc. XV	1298 cf. IVPM
<i>castão</i> , s.m.	séc. XV	sXIII cf. IVPM
<i>coroar</i> , v.	séc. XIV	sXIII cf. IVPM
<i>debalde</i> , adv.	séc. XV	sXIV cf. IVPM
<i>deixar</i> , v.	séc. XV	1209 cf. JM ³
<i>divisão</i> , s.f.	1272	1270 cf. IVPM
<i>esquipações</i> , s.f.	séc. XV	sXIII cf. FichIVPM
<i>fanega</i> , s.f.	séc. XV	sXIV cf. FichIVPM
<i>fateixa</i> , s.f.	séc. XV	sXIV cf. FichIVPM
<i>febre</i> , adj.2g.	febre (3), séc. XV	² febre ,1372 cf. Eluc ⁶⁶
<i>florim</i> , s.m.	séc. XV	sXIV cf. IVPM

<i>fornecer</i> , v.	séc. XV	sXIV cf. FichIVPM
<i>fretamentos</i> , s.m.	séc. XV	sXIV cf. FichIVPM
<i>fuzil</i> , s.m.	séc. XV	sXIV cf. IVPM
<i>gascão</i> , adj.	séc. XV	sXIII cf. FichIVPM
<i>jeitoso</i> , adj.	séc. XV	sXIV cf. FichIVPM
<i>laranjeira</i> , s.f.	séc. XV	1258 cf. JM ³
<i>marear</i> , v.	séc. XV	sXIII cf. FichIVPM
<i>mourisco</i> , adj.	séc. XV	sXIII cf. FichIVPM
<i>paul</i> , s.m.	séc. XV	sXIII cf. AGC
<i>porra</i> , s.f.	séc. XV	1209 cf. Leges
<i>princípio</i> , s.m.	não regista	sXIV cf. FichIVPM
<i>sacador</i> , adj.s.m.	séc. XV	sXIII cf. AGC
<i>sala</i> , s.f.	séc. XV	969 cf. JM ³
<i>solução</i> , s.m.	séc. XV	sXIV cf. AGC
<i>tiro</i> , s.m.	séc. XV	sXIII cf. AGC
<i>trabalhoso</i> , adj.	séc. XV	sXIV cf. AGC
<i>trigo</i> , s.m.	séc. XIII	1081 cf. JM ³
<i>trom</i> , s.f.	séc. XIV	sXIII cf. FichIVPM
<i>trombeta</i> , s.f.	séc. XV	sXIV cf. AGC
<i>vestidura</i> , s.f.	séc. XV	sXIII cf. FichIVPM
<i>vinteneiro</i> , s.m.	séc. XV	vintaneiro adj. e s.m. 1361 cf. Desc 1192 cf. JM ³
<i>vozeria</i> , s.f.	séc. XV	

Para finalizar esta breve análise do VH-CPM, importa referir e destacar a sua utilidade enquanto instrumento de trabalho lexicográfico com a apresentação de um número significativo de verbetes do português medieval. Assim, de forma rápida, é possível navegar por vários séculos e verificar algumas das diferentes grafias de cada palavra, bem como identificar o seu registo em determinadas obras. Fica, no entanto, aquém das expectativas se tivermos em conta a sua finalidade de ser um *Vocabulário Histórico-Cronológico*, pois apresenta informação desatualizada, uma vez que foi publicado depois de obras de referência, como o *Dicionário Houaiss*, os *Dicionário Etimológicos* de José Pedro Machado e António Geraldo da Cunha, onde já consta informação correta e bem mais antiga, em algumas situações, como é o caso, por exemplo, da palavra *sala*, com cinco séculos de diferença.

Em resumo, a ideia que mais prevalece é a de o VH-CPM parecer uma simples digitalização, aqui e ali deficitária, das fichas do vasto acervo de António Geraldo da Cunha, sem qualquer intervenção crítica por parte da equipa que o produziu. A não inclusão de algumas obras no *corpus* de extração, como é o caso da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* de Zurara, permite também algumas antedatações, quer ao VH-

⁶⁵ A palavra *barroca* tem 12 ocorrências em LOPJ¹, 7 delas como nome próprio, referindo-se a frei João da Barroca, e as restantes 5 como nome comum.

⁶⁶ Os números 3 e 2 que acompanham a palavra *febre* identificam a mesma aceção em dicionários diferentes.

CPM, porque o IVPM não a utilizou, quer ao próprio *Houaiss* (antedatações a apresentar oportunamente), que seguiu o mesmo princípio.

3. Antedatações ao Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

Partindo da datação apresentada por *Houaiss*, e tendo apenas como referência a *Crónica de D. Fernando* de Fernão Lopes, apresenta-se a lista de palavras encontradas nesta obra como registo de ocorrência anterior.

BEGUE, s.m. (2⁶⁷) 'título (ou cargo) honorífico correspondente a dom ou senhor'.
e de França eram hi estes cavalleiros: monssé Beltram de Claquim e o mariscall de França e o **begue** de Vilhenes (21.22).
o Conde da Ilha e dom Bernall Conde de Ossona e o bastardo de Bearmem e monssé Berni de Villamur e **el-begue** de Vilhenes; (57.19).

Houaiss: 1608.

Obs.: Houaiss apresenta diversas grafias desta palavra muito anteriores à data apresentada, embora com grafias diferentes: *cojibequy* (1513), *byqym* (1520), *indobeque* (1552), *cogebequi* (1563), *bec* (1571); há ainda *assadbegue* e *begue* (1608), *beg* (1718), *bei* (1789), *beque* (1884). No entanto, tendo em conta só a grafia *begue*, é possível antedatar a indicação de Houaiss em cerca de um século e meio, na obra de Lopes.

EMPICOTAR-SE, vb. (1) 'colocar-se no pico'.

aconteceo hũu dia que o iffante se encontrou com hũu mui grande husso, e juntou-sse tanto a elle pollo ferir amantenente que o husso firmou bem seus pees e levantou os braços por o arrevatar da sella; e o iffante quando esto vio, empicotou-sse tanto sobre a sella que foi de todo sobre o arçom deanteiro, (351.14).

Houaiss: 1899.

Obs.: Os substantivos *picota* e *picoto* estão atestados em 1145 e 1107, respetivamente.

ERAMÁ, adv. (1) 'em má hora'.

«Bem sabia eu que muito eramaa ca vehemos, pero ante lho eu dix».
(431.60).

Houaiss: 1505

Obs.: JPM³ e RLor apresentam várias formas que este advérbio assumiu, sobretudo em Gil Vicente. JPM³ apresenta a data mais antiga como 1505, sendo que RLor faz referência ao poeta palaciano Francisco da Sylveira, como primeira atestação. Houaiss, na entrada *eramá*, que data de 1505, com a indicação de primeira ocorrência em Gil Vicente, apresenta ainda as seguintes variações: *aramá* (d1441 cf. FLJoa), *earamá* (a1534), *eremá* (sXVI), *ieramá* (1502-c1536 cf. GVic). De qualquer forma, todas posteriores a LOPF, uma vez que a indicação de ocorrência da forma *aramá* em LOPJI, se tivermos em conta a sua cronologia, é a última a ser escrita pelo cronista. A edição

da organizada por Dias Arnaut para a Civilização Editora regista *era maa* e a da Bibliotheca de Classicos Portuguezes, de 1896 (3^o vol), *hora má*.

HENRICADO, adj. (2) 'relativo a pessoa chamada Henrique'.

E quando el-rrei dom Fernando chegou a terra antre os seus, disse com geesto ledo contra elles: «Quanto eu hanrricado venho!». E esto dezia elle porque a todollos que tiinham com el-rrei dom Henrrique chamavom hanrricados; (291.62, 64).

Obs.: Houaiss regista apenas as variantes *henriquenho* (a1899 cf. CF¹.) e *henriquino* (1899 cf. CF¹).

LASTRAR, vb. (1) 'espalhar lastro/balastro (cascalho ou saibro que se coloca no leito das estradas)' ou 'acrescentar peso a algo, para torná-lo mais firme'.

de guisa que muito aginha foi feita hũua grande e espaçosa ponte, lastrada de terra e d'area, tall per que folgadamente podiam hir a través seis homens a cavallo; (115.23).

Houaiss: 1958.

Obs.: Houaiss apresenta duas entradas para *lastrar*. A primeira (d1441), embora mais relacionada com termos náuticos, aceitável neste contexto com a ideia de 'espalhar lastro, camada na base de algo'. A segunda, datada de apenas 1958 (de *lastro/balastro*, de 1836), com o significado de 'cascalho ou saibro que se coloca nas estradas', é talvez até aquele que melhor aqui se verifica.

MACHAFÊMEAS, s.f. (1) 'dobradiça, charneira, gonzo'⁶⁸.

ca el-rrei mandou tirar d'aquella torre do aver, que estava no castello da cidade, hũua coroa d'ouro feita de machafemeas, obrada com pedras de grande vallor e grossos graãos d'aljofar em muitos logares (166.26).

Houaiss: 1452

Obs.: RLor não corrige JPM. Houaiss regista duas variantes: *macha-fêmea*, sem datação, e *machafêmea* para a qual dá uma data diferente do VH-CPM, de 1452 ZT. Tendo em conta que LOPF é escrito "nos finais da quarta década do século XV ou no início da seguinte, em qualquer caso antes de 1443⁶⁹, e que o VH-CPM é a digitalização do FichIVPM, a que Houaiss recorre várias vezes, a data por ele apresentada é tardia. Para Kremer, forma 'macho-fêmea', 1544.

O substantivo *macho*⁷⁰ está atestado no século XIII e *fêmea* no XIV.

SIGLÁRIO

SIGLA

AGC

BENF

OBRA

Dicionário Etimológico do Português Medieval, de Antônio de Castro
O Livro da Virtuosa Benfeitoria

⁶⁷ Número de ocorrências na *Crónica de D. Fernando*.

⁶⁸ Cf. Morais⁴ s.v. *machafemea*: "Dobradiças, ou visagras de duas peças, n'uma das quaes há um macho, eixo, que se embebe na fêmea, ou cano da outra".

⁶⁹ Cf. T. Amado in Tavani, p. 179.

⁷⁰ Para a entrada isolada *macha* 'peça de dobradiça encaixável na outra, a fêmea', Houaiss não apresenta datação.

ATAS/ANAIS SEIA 2013 - XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA. 15-18 outubro 2013

CAVA	<i>Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda Sela</i>
CGE	<i>Crónica Geral de Espanha (1344)</i>
COND	<i>Crónica do Condestabre de Portugal</i>
CORDE	<i>Corpus Diacrónico del Español</i>
CSM	<i>Cantigas de Santa Maria</i>
DESC	<i>Descobrimientos Portugueses</i>
IVPM	<i>Índice do Vocabulário do Português Medieval</i> , de Antônio de Castro
JPM ³	<i>Dicionário Etimológico do Português Medieval</i> , de José de Castro
LEAL	<i>Leal Conselheiro</i>
LOPF	<i>Crónica de D. Fernando</i>
LOPJ ¹	<i>Crónica de D. João I, 1ª parte</i>
LOPJ ²	<i>Crónica de D. João I, 2ª parte</i>
LOPP	<i>Crónica de D. Pedro</i>
OFIC	<i>Livro dos Ofícios</i>
REIS	<i>Crónicas dos Cinco Primeiros Reis de Portugal</i>
REIX	<i>Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal</i>
RLor	<i>Sobre Cronologia do Vocabulário Galego-Português</i> , de
VERT	<i>O Livro das Tres Vertudes</i>
VH-CPM	<i>Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval</i>
ZURC	<i>Crónica da Tomada de Ceuta</i>
ZURD	<i>Crónica do Conde D. Duarte de Meneses</i>
ZURG	<i>Crónica dos Feitos da Guiné</i>
ZURP	<i>Crónica do Conde D. Pedro de Meneses</i>

BIBLIOGRAFIA - Texto Fonte

- Lopes, Fernão (2004). *Crónica de D. Fernando*. Edição crítica, introdução e índices de Giuliano Macchi. Lisboa: IN-CM.
- Almeida, M. Lopes de e BASTO, A. de Magalhães (s.d.). *Crónica de D. João I de Fernão Lopes*. II volume. Porto: Livraria Civilização - Editora.
- Amado, Teresa (1991). *Bibliografia de Fernão Lopes*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Araújo, António Martins de (2001). O vocabulário histórico-cronológico do português medieval. *Revista Portuguesa de Humanidades*, 5.
- Bechara, Evanildo (1991). As fases da língua portuguesa escrita. *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, Vol. III. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 68-76.

- Bechara, Evanildo. As palavras também escondem a idade. In: ELIA, Sílvio et al (org.) (1998). *Na ponta da língua 1*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português; Lucerna.
- Bragança, José de (1973). *Crónica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara*. Introdução, novas anotações e glossário (com correções à edição de 1937). Porto: Livraria Civilização.
- Brocardo, Maria Teresa (1999). Sobre o português médio. *Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt, 7, pp. 107-125.
- Calado, Adelino de Almeida (1994). *Livro da Vertuosa Benfeytoria*. Ed. crítica, introdução e notas. Coimbra: Universidade de Coimbra (Ata Universitatis Conimbrigensis).
- Cano, Rafael (coord.) (2004). *Historia de la Lengua Española*. Madrid: Ariel.
- Cardeira, Esperança (2005). *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: IN-CM.
- Castro, Ivo (1991). *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Castro, Ivo (1993). Elaboração da língua portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro. *Biblos*, LXIX, 97-106.
- Castro, Ivo (2006). *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri.
- Castro, Maria Helena Lopes de (1998). *Leal Conselheiro*. Edição crítica e anotada. Lisboa: Bertrand.
- Corominas, Joan (1997). *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*. Madrid: Editorial Gredos.
- Crispim, Maria de Lurdes (2002). *O Livro das Tres Vertudes – a Insinança da Damas*, ed. crítica. Lisboa: Caminho.
- Dicionário Eletrónico Houaiss da Língua Portuguesa* (versão 2.0), 2007.
- Dicionário Eletrónico Houaiss da Língua Portuguesa* (versão 3.0), 2009.
- Dinis, António J. Dias (1949). Vida e obras de *Gomes Eanes de Zurara*, Introdução à *Crónica dos Feitos da Guiné*, I. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Lanciani, Giulia e TAVANI, Giuseppe (org.) (1993). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Lázaro, António Manuel (1990). *Gomes Eanes de Zurara. Crónica do Conde D. Pedro de Meneses Continuada à Tomada de Ceuta. Edição diplomática e crítica*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (dissertação de Mestrado).
- Macchi, Giuliano, (2007). *Crónica de D. Pedro de Fernão Lopes*. Edição crítica, introdução e índices (com revisão do texto por Teresa Amado). Lisboa: IN-CM.
- Machado, José Pedro (1967). *Origens do Português (Ensaio)*. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1994). O tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do século XV. *Biblos*, LXX, 33-91
- Maia, Clarinda de Azevedo (1997). História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI, Lisboa: Gulbenkian.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1989). Estruturas Trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico. Lisboa: IN-CM.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2008). *O Português Arcaico - Uma Aproximação*. I volume: Léxico e morfologia; II volume: Sintaxe e fonologia. Lisboa: IN-CM.

Nascimento, Aires do (1993). As livrarias dos príncipes de Avis. *Biblos*, LXIX, pp. 265-287.

Pereira, Francisco Maria Esteves (1915). *Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João I composta por Gomes Eanes de Zurara*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Piel, Joseph-Maria (1989). Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa. Lisboa: IN-CM.

Piel, Joseph-Maria (1942). Leal Conselheiro, o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do algarve e senhor de Cepta. Edição crítica e anotada. Lisboa: Bertrand.

Piel, Joseph-Maria (1948). *Livro dos Ofícios de Marco Túlio Cícero, o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*. Edição crítica, segundo o ms. de Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário. Coimbra: Universidade de Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis).

Piel, Joseph-Maria (1986), Livro da Enseñança de Bem Cavalgar toda Sela, que fez El-rey Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e senhor de Ceuta. Edição crítica, introdução e notas. Lisboa: IN-CM.

Silva, António de Morais (1831). *Diccionario da Língua Portuguesa Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau reformado, e accreccentado por António de Moraes Silva*, Lisboa.

Silva, Carlos Eugénio Corrêa da (1972). *Ensaio sobre os Latinismos nos Lusíadas*. Lisboa: IN-CM.

Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval (versão 1.0), (2002). Fundação Casa de Rui Barbosa.

32. NEIDE FERREIRA GASPAR, UNIV. SÃO PAULO, BRASIL



NEIDE FERREIRA GASPAR é Bacharel em Língua Inglesa e Literatura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é Mestre e Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo, Brasil, tendo como orientadora a Profa. Dra. Zilda Maria Zapparoli. Tem vasta experiência no ensino de Língua Inglesa,

tanto no ensino regular como em escolas de idiomas, nos setores público e privado. Atualmente, é professora de Prática de Tradução para o Inglês em cursos de Extensão universitária promovidos pela *Coordenadoria de Gestão, Extensão e Aperfeiçoamento (COGEAE)* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Na qualidade de Membro da Equipe Técnica de Currículo da *Coordenadoria de Gestão da Educação Básica* da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, organiza e supervisiona ações voltadas à formação de professores, tais como cursos, oficinas e videoconferências, além de criar, produzir e revisar materiais didáticos.

Entre suas preferências acadêmicas está o estudo de temas relacionados à Análise do Discurso e à Tradutologia. Em sua tese de Doutorado, propôs um método para a Crítica de Tradução que combina o método matemático-estatístico-computacional de análise de textos de André Camlong com algumas proposições apresentadas na obra *La traduzione totale*, de Peeter Torop, escrita originalmente em russo e traduzida para o italiano por Bruno Osimo.

As obras escolhidas para análise foram as duas traduções para o francês do romance "Gabriela, cravo e canela", de Jorge Amado.

PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ

TEMA 3 REFLEXÕES SOBRE TERMOS CULTURALMENTE MARCADOS EM DUAS TRADUÇÕES PARA O FRANCÊS DE "GABRIELA, CRAVO E CANELA", NEIDE FERREIRA GASPAR, USP, BRASIL

Considerações iniciais

Termos culturalmente marcados são notoriamente difíceis de traduzir. Incluem nomes próprios (de personagens, estabelecimentos e lugares) e nomes comuns (de espécies endêmicas, ingredientes e pratos típicos, por exemplo). Para discutir o tratamento desses termos em uma obra da literatura brasileira traduzida para o francês, é interessante recordar as considerações de Venuti a respeito dos trechos abaixo:

Il latte lunare era molto denso, come una specie dei ricotta.

[Moon milk was very thick, like a kind of cream cheese.]

La ricotta volava

[The cheese flew]

adesso s'erano trovati prigionieri d'una specie di ricotta spugnosa

[now they were imprisoned in a kind of spongy cream]

(Venuti, p. 181)

Venuti seleciona trechos dessa obra, *Cosmicomics*, de Ítalo Calvino, para apontar o que considera escolhas equivocadas do tradutor para lidar com termos culturalmente marcados. Esses termos, neste caso e em muitos outros, estão relacionados à alimentação; o que os torna mais difíceis de traduzir é o fato de diferentes culturas desenvolverem sua culinária regional e nacional com base em ingredientes e

técnicas que não são universais, e cujo uso é condicionado por condições climáticas, econômicas e até religiosas diversas.

Venuti critica a escolha de "cream cheese" ou simplesmente "cheese" para traduzir *ricotta*, já que evocam produtos diferentes. Em suas próprias palavras, "Weaver suppresses the cultural specificity of 'ricotta' by using words that are more familiar to English-language readers" (p. 181). As escolhas do tradutor, segundo Venuti, "constitute lexical shifts that assimilate the Italian text to English-language cultural terms, a tendency that recurs in the translation" (id.). Outros exemplos da mesma tradução são "omelet", para traduzir *frittata* e, na linha seguinte, *pesceduovo*, traduzido simplesmente como "egg". Venuti não apresenta objeções a "omelet", mas chama a atenção do leitor para o fato de *pesceduovo*, literalmente, querer dizer *peixe feito de ovo*, ou seja, uma omelete dobrada, que toma a forma de um peixe. Ao usar simplesmente "egg" perde-se o que Venuti define como "its peculiarly Italian significance" (p.182). Venuti também apresenta suas objeções às outras escolhas do tradutor: "noodles" para "tagliatelle" e "packed like sardines", em vez da tradução literal e mais adequada, "pressed like anchovies" para a expressão "pigiati come acciughe." (id.)

Como no caso de outras traduções para o inglês, Venuti classifica essas escolhas como uma estratégia para tornar os textos mais inteligíveis para os leitores de língua inglesa. Porém, segundo Venuti, essa facilidade na leitura cria uma ilusão de "transparência"; o fato de que se trata de uma tradução é apagado e o leitor se esquece de que está lendo uma tradução: as formas do inglês usado, escolhidas entre as mais comumente usadas, alimentam a ilusão de que o inglês é capaz de expressar perfeitamente a verdade do texto italiano de Calvino. (id.)

Venuti lembra que a tendência de apagar traços estrangeiros é antiga na tradição anglo-americana. Esse apagamento dos traços estrangeiros enfatizaria a capacidade da língua inglesa de transmitir a verdade de qualquer texto estrangeiro. Venuti afirma que palavras como *ricotta* e *tagliatelle*, usadas em sua forma original, lembrariam o leitor de que aquela obra havia sido escrita originalmente em italiano, com um leitor italiano em mente. O próprio tradutor explicou a Venuti que poderia, ocasionalmente, conservar uma palavra em italiano "se não fosse possível traduzi-la", mas entende que "noodles", por exemplo, é perfeitamente aceitável para "tagliatelle": "Well, they are noodles" (p.183).

A proposta de Venuti, sugerindo deixar termos culturalmente marcados no original, ecoa as observações de Berman, que propõe, inclusive, que os termos não sejam grafados em itálico (Berman, p. 294). Berman também condena a estratégia de procurar um equivalente vernacular local, ou a estrangeirização através de um terceiro sistema (como, por exemplo, introduzir termos de um dialeto da Normandia para traduzir regionalismos numa tradução francesa) (id.). Como Schleiermacher, Venuti e Berman são adeptos da proposta de levar o leitor até o autor, mesmo que a tradução se torne menos fluida para o leitor. Dessa forma, poderia, inclusive, haver um enriquecimento da língua de chegada. Certamente, se *ricotta* e *tagliatelle* fossem deixados no original, no exemplo de Venuti, e outros tradutores adotassem a mesma estratégia em relação a

termos estrangeiros, a língua inglesa seria enriquecida por dois termos mais específicos do que os genéricos "cheese" e "noodles".

Curiosamente, Benjamin, em "A tarefa-renúncia do tradutor", também usa um exemplo que se refere a hábitos alimentares. Ele cita "brot", em alemão, e "pain", em francês, para ilustrar o fato de evocarem alimentos diferentes, para um alemão e um francês, embora ambos os termos possam ser traduzidos como "pão". (Benjamin, p. 199)

Tymoczko lembra outros aspectos envolvendo traduções de obras de literaturas "periféricas" para a língua de culturas hegemônicas:

Postcolonial translation studies point to a paradigm in which translation does not simply or even primarily take place between two equal cultures as a means of free exchange or transfer of information. Instead, differences in cultural power and prestige manifestly affect every level of choice in translation, from large decisions affecting whole texts and groups of texts (including when to translate and what to translate), to the micro levels of translation (right down to the level of the phoneme in decisions about how to represent names. (Tymoczko, p. 196) (Grifo nosso)

Algumas considerações sobre as traduções para o francês de Gabriela, cravo e canela

Partindo das considerações iniciais, é interessante verificar como são tratados termos culturalmente marcados, em especial aqueles relacionados à culinária, nas traduções para o francês de *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado. As duas traduções existentes são *Gabriela, fille du Brésil*, de 1959, e *Gabriela, girofle et canelle*, de 1971.

Evocando especiarias muito comuns na culinária brasileira já a partir do título, o autor conta uma história passada na região cacauera da Bahia, para onde Gabriela, a personagem-título, se desloca, fugindo da seca do Sertão. Exímia cozinheira, ela conquista os homens por suas habilidades culinárias e sua beleza, sua cor de canela e seu perfume de cravo. Note-se que na primeira tradução, "cravo" foi entendido como a flor e traduzido como *œillet*, mesmo não sendo essa uma flor normalmente exaltada por seu perfume.

A obra traz muitas referências a lugares da cidade de Ilhéus, do resto da região cacauera e do Brasil, cuja tradução vai exigir do tradutor que faça a escolha entre deixá-los no original, ou *domesticá-los*, adaptando-os à cultura de chegada. Outra questão é como tratar os nomes dos personagens e alguns termos bastante específicos da cultura local, como "fazendeiro" (que não é equivalente a "fermier" em francês); há, ainda, muitos adjetivos pátrios, como "sergipano". Em relação à culinária, são mencionados produtos e pratos típicos locais; sendo a Bahia um estado em que a influência dos negros está muito presente, para alguns pratos e ingredientes já há termos incorporados ao francês, por serem comuns também nas antigas colônias francesas no Caribe ou na África, como *couscous*.

ATAS/ANAIS SEIA 2013 - XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA. 15-18 outubro 2013

Nos quadros abaixo, são mostrados alguns exemplos do tratamento dado, nas duas traduções, a termos culturalmente marcados. Como pode ser verificado, no caso de "Doña", há a tentativa de manter a cor estrangeira; porém, o tradutor opta pelo termo espanhol, em vez de mantê-lo no original. Esse tipo de procedimento pode servir como exemplo da "estrangeirização", ou "exotização", apontada por Berman como uma das tendências deformadoras em tradução. (Berman, p. 294)

Os quadros abaixo ilustram como foram traduzidos alguns desses termos nas duas traduções. Em relação à grafia, pode-se observar que há diferentes tratamentos tipográficos: o termo pode aparecer com a mesma grafia, a mesma acentuação e o mesmo tipo, com a mesma grafia mas tipo diferente (itálico), a mesma grafia, o mesmo tipo, mas acentuação diferente (correspondendo à alteração apontada por Tymozcko, grifada acima), e até mesmo duas grafias diferentes para o mesmo nome. É importante lembrar que Berman defendia a mesma grafia sem itálico, já que os termos não eram marcados por itálico no original. (id.)

Os quadros não são exaustivos. São colocados alguns exemplos de cada caso, em número maior para termos relativos à culinária, tão importante nessa obra.

Quadro 1. Logradouros e outros espaços públicos

Gabriela, cravo e canela	Gabriela, fille du Brésil	Gabriela, girofle et canelle
Ladeira de São Sebastião (p. 52)	rue Saint-Sébastien (p. 30)	coteau de Saint-Sébastien (p.52)
Praça de São Sebastião (p. 28)	place saint Sébastien (p. 15)	place São Sebastião (p. 22)
rua do Unhão, do Sapo, das Flores (p. 54)	rues de l'Unhão, du Sapo et des Flores (p. 55)
rua Coronel Adami (p. 73)	rue du Colonel-Adami (p.42)	rue Coronel-Adami (p. 79)
Praça da Matriz (p. 73)	place de la cathédrale (p. 42)	place de l'église (79)
rua Chile 130	rue du Chili 151

Quadro 2. Estados, cidades e outros locais

Gabriela, cravo e canela	Gabriela, fille du Brésil	Gabriela, girofle et canelle
Ilhéus (p. 17)	Ilhéos (p. 11).	Ilhéus (p. 15)
Água Preta (p.17)	Água Preta (p. 28).	Água Preta (p. 9)
morro do Unhão (p. 42)	butte de l'Unhao (p. 24).	le mome d'Unhão (p. 39)
Pernambuco (p.42)	Pemambouc (p.24).	Pemambouc (p.39)
rio Cachoeira (p. 31)	le fleuve (p. 16).	le fleuve Cachoeira (p. 25)
ponte do Rio Cachoeira (p. 54)	le pont de la Cachoeira (p. 31).	pont du rio Cachoeira (p. 54)
Aracaju (p. 50)	Aracaju (p. 49).	Aracaju (p. 29)
Sertão (p.111)	sertan (p. 65).	Sertão (p. 127)
caatinga (p.110)	caatinga (1) (p. 64) Nota de rodapé: " (1) Région desséchée et aride de l'intérieur du Brésil, à la végétation basse et épineuse."	caatinga (p. 125) Glossário: "mot indien qui signifie «forêt blanche». Il sert à désigner la végétation clairsemée d'arbustes épineux et de cactée qui recouvre le Sertão"
Maceió (p. 36)	Maceio (p. 20).	Maceió (p. 32)

Quadro 3. Estabelecimentos comerciais diversos e jornal

Gabriela, cravo e canela	Gabriela, fille du Brésil	Gabriela, girofle et canelle
Clube Progresso (p. 28)	Club du Progrès (p. 17)	Club Progrès (p. 10)

Grêmio Rui Barbosa (p. 87)	cercle Rui Barbosa (p. 49)	Cercle Rui Barbosa (p. 96)
banca de peixe (p. 29)	banca de peixe (p. 29)	marché au poisson (p. 23)
bar Vesúvio (p.36)	bar du Vésuve (p. 19)	bar Le Vésuve (p. 31)
Papelaria Modelo (p.75)	Papeterie Modèle (p. 39)	Papeterie Modèle (p. 26)
Cine -Teatro Ilhéus (p. 69)	Ciné-Théâtre Ilhéos (p. 39)	Ciné-Théâtre Ilhéus (p. 74)
Café Ideal (p.69)	Café Idéal (p. 39)	Café Idéal (p. 74)
Bar Chic (p. 69)	Bar Chic (p. 39)	Bar Chic (p. 74)
"Pinga de Ouro" (p. 69)	<< la Goutte d'Or>> (p. 39)	Pinga de Ouro (p. 74)
"Diário de Ilhéus" (p. 250)	<< Journal d'Ilhéos >> (p. 138)	Diario de Ilhéus (p. 304)

Quadro 4. Pratos típicos e ingredientes

Gabriela, cravo e canela	Gabriela, fille du Brésil	Gabriela, girofle et canelle
latas de mingau (p. 30)	boîtes de manioc (p. 15)	boîtes de mingau (p. 23) Glossário: "bouillie de farine de manioc."
mingau e cuscuz, milho cozido e bolos de tapioca (p. 37)	de la farine de manioc et du couscous, du maïs cuit et des gâteaux de tapioca (p. 20)	du mingau, du couscous, du maïs cuit et des gâteaux de tapioca (p. 33)
moqueca de siris (p. 55)	ragout de siris (1) (p. 31) Nota de rodapé: " (1) Sorte de crabe."	crabes au court-bouillon (p. 55)
cuscuz de milho, batata-doce, banana-da-terra frita, beijus (p. 55)	couscous de maïs, les patates douces, les bananes frites (p. 31)	couscous de maïs, avec patates douces, bananes frites et boulettes de manioc (p. 56)
(De) jenipapo (p. 74)	Genipapo (p. 42)	(Au) génipa (p. 80)
abacaxi (p.74)	ananas (p.42)	ananas (p. 80)
maracujá (p. 74)	maracujá (p.80) Glossário: "fruit de la <i>Passiflora quadrangularis</i> dont les jus très apprécié sert aussi à faire une liqueur."
bolinhos de mandioca e de puba (p. 70)	petits gâteaux de manioc et de puba (p. 39)	petits gâteaux de manioc et de puba (p. 74)
frigideira de camarão (p. 81)	beignets aux crevettes (p. 89)
cravo (p.189)	œillet (p. 109)	girofle (p. 200)
acarajé (p. 70)	acarajés (1) (p. 39) Nota de rodapé: " (1) Acarajé: croquettes de haricots blancs melangés avec des oignons et des crevettes râpées et frites dans l'huile de dendê."	acarajé (p. 74) Glossário: (com grafia <i>acarajás</i>), "beignets du même genre que les abarás."
abará (p. 70)	abaras (2) (p.39) Nota de rodapé: " (2) Abara: croquettes de haricots blancs, faites avec la même pâte que l'acarajé mais que l'on fait cuire au bain-marie après les avoir enroulées dans les feuilles de bananiers."	abará (p. 74) Glossário: "beignets faits de paté de haricot additionnée de piment et frits dans l'huile de dendê. On les sert forme de boulettes enveloppées dans les feuilles de bananier."

ATAS/ANAIS SEIA 2013 - XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA. 15-18 outubro 2013

frigideiras de siri mole, de camarão e bacalhau (p. 70)	beignets de <i>siris</i> , de crevettes et de morue (p. 39)	beignets au crabe tendre, à la crevette ou à la morue (p. 75)
doces de apim, de milho (p. 70)	crèmes de manioc et de maïs (p.39)	friandises au manioc doux ou au maïs (p. 75)
moqueca (p.81)	<i>moqueca</i> (p. 89) Glossário: "poisson ou fruits de mer cuits dans un court-bouillon dont les principaux ingrédients sont l'huile de <i>dendê</i> et le piment."
pacas e cotias (p. 83)	des <i>pacas</i> (1) et des <i>cotias</i> (p. 47) Nota de rodapé: " (1 et 2) Mammifères rongeurs."	des <i>pacas</i> , des agoutis (p. 91) Glossário: "rongeur de pelage brun avec des taches claires dont la chair est très estimée (<i>Cuniculus paca</i>)"
canela (p. 193)	cannelle (109)	cannelle (p. 231)
jilós (p.83)	<i>jilós</i> (p. 47)	<i>jilós</i> (p.91) Glossário: "fruit du <i>jiloeiro</i> , plante cultivée de la famille des solanacées (<i>solanum gilo</i>)."
quiabos	<i>quiabos</i> (p. 47)	<i>gombos</i> (p. 91)
abóboras amarelas (p.83)	courges jaunes (p.47)	citrouilles jaunes (p. 91)
sarapatel (p. 83)	<i>sarapatel</i> (3) (p. 47) Nota de rodapé: " (3) Salmis de tripes, de foie et de rognons de porc frits dans le sang de l'animal."	<i>sarapatel</i> (p. 91) Glossário: "sorte de fricassé faite avec du sang et des abats de porc ou de mouton."
feijoada (p. 83)	plats de haricots (p.47)	<i>feijoada</i> (p. 91) Glossário: "mets à base de haricots (<i>feijao</i>), accompagnés de divers légumes cuits avec de la viande séchée et fumée."
moqueca de peixe (p.83)	daube de poisson (p.47)	<i>moqueca</i> (p. 91) Glossário: "poisson ou fruits de mer cuits dans un court-bouillon dont les principaux ingrédients sont l'huile de <i>dendê</i> et le piment."
cachaça (p. 83)	<i>cachaça</i> (p.47)	<i>tafia</i> (p. 91)
jacas (p.83)	jacas (p. 47)	jaques (p.91)

Quadro 5. Outros termos culturalmente marcados

Gabriela, cravo e canela	Gabriela, fille du Brésil	Gabriela, girofle et canelle
ilheense dos velhos tempos (p. 37)	Ilhéen de la vieille époque (p. 20)	appartenait à l'Ilhéus du temps jadis (p. 32)
reisados (p. 75)	danses des Rois (p. 81)
ternos de pastorinha (p.75)	choeurs de Pastourelles (p.81)
bumba-meu-boi (p. 75)	<i>Bumba-meu-boi</i> (p. 81) Glossário: "groupe de personnages plus ou moins grimés, et dont le nombre ainsi que les caractérisations sont variables, qui,

		à l'occasion de certaines fêtes, chante, danse, ou jouede petites scènes dans les rues."
caapora (p. 75)	croque-mitaine (p.81)
terreiro de santo (p. 433)	<i>terreiro</i> de saint (p. 236)	<i>terreiro</i> de saint (p. 542) Glossário: "lieu où l'on célèbre le culte du candomblé."
filhas de santo, iaôs de lansã (p. 433)	filles-de-saints; <i>iaôs</i> de lansan (2) (p. 235) Nota de rodapé: "(2) iaôs: fille-de-saint (prêtresses) récemment initiées. lansan: divinité des vents et de la tempête.	filles de saint, <i>iaôs de lansan</i> (p. 541) Glossário: " <i>iaô</i> , «épouse des dieux» dans la religion du <i>candomblé</i> . <i>lansan</i> , divinité féminine, épouse de <i>Xangô</i> , qui préside aux vents et aux tempêtes."
fazenda (p.34)	fazenda (1) Nota de rodapé: "grande propriété rurale (ici grandes plantations)."	fazenda (p. 29) Glossário: "grand domain agricole"

Quadro 6. Nomes próprios (personagens) e amigos do autor (dedicatória)

Gabriela, cravo e canela	Gabriela, fille du Brésil	Gabriela, girofle et canelle
dona Arminda (p. 51)	dona Arminda (p. 28)	doña Arminda (p. 50)
Maria de São Jorge (p. 38)	Maria de Saint-Georges (p.20-21)	Maria de São Jorge (p. 34)
seu Nilo (p. 432)	Nilo (p. 235) <i>Seu Nilo</i> (p. 236)	Nilo (p. 541)
João Fulgêncio (p. 36)	Joan Fulgencio (p. 19) Joao Fulgencio (p.20)	João Fulgêncio (p. 32)
Mundinho Falcão (p. 30)	Mundinho Falcan (p. 16)	Mundinho Falcão (p. 23)
Pelópidas de Assunção d'Ávila (p. 37)	Pelopidas de Assunção d'Avila (p. 37)	Pelópidas de Assunção d'Avila (p. 32)
Manuel das Onças (p. 34)	Manuel des Onces (p. 18)	Manuel das Onças (p. 34)
Ofenisia (p. 23)	Ofenisia (p. 11)	Ofenisia (p. 15)
Chico Moleza (p. 51)	Chico Moleza (p. 29)	Chico Moleza (p. 53)
Glória (p. 117)	Gloria (p. 69)	Gloria (p. 135) Glória (p. 137)
Altino Brandão (p. 220)	Altino Brandan (p. 125)	Altino Brandão (p. 265)
Alberto Cavalcânti (p. 13)	Alberto Cavalcanti (p.7)
Moacir Werneck de Castro (p. 13)	Mourir Werneck de Castro (p.7)

Quadro 7. Adjetivos pátrios e outros termos que caracterizam personagens

Gabriela, cravo e canela	Gabriela, fille du Brésil	Gabriela, girofle et canelle
"baianas" (p. 30)	bahianaises (p. 15)	Bahianaises (p. 23)
ilheense dos velhos tempos (p. 37)	Ilhéen de la vieille époque (p. 20)	appartenait à l'Ilhéus du temps jadis (p. 32)
(Tudo que é) retirante (p.110)	Les réfugiés (p.64)	(Tous les) <i>retirantes</i> (p.126) Glossário: " <i>sertanejos</i> qui, fuyant la famine consécutive à la sécheresse, s'en vont vers le littoral ou en direction du sud en quête de nourriture et de travail."

jagunços (p.33)	<i>jagunços</i> (1) (p. 17) Nota de rodapé: "(1) Bandits, hors-la-loi, tueurs."	<i>jagunços</i> (p. 27) Glossário: "hommes de main au service des «colonels»."
sertanejo (p.11)	<i>sertanejo</i> (p. 65)	<i>sertanejo</i> (p. 126) Glossário: "habitant du sertão."
grapiúnas (p.37)	<<grapiúnas>> (1) (p. 20) Nota de rodapé: "(1) Habitant de la région d'Ilhéos."	enfants de la ville (p. 33)
pernambucanos importantes (p. 110)	des gens très importants (p. 64)	des notables du Pernambouc (p. 125)
coisas de cangaço (p. 113)	souvenirs de <i>cangaceiro</i> (p. 66)	des histoires de hors-la-loi (p. 129)
Itabunenses (p. 183)	Itabuniens (p. 103)	gens d'Itabuna (p.219)
fazendeiros (p. 25)	planteurs (p. 13)	<i>fazendeiros</i> (p.17) Glossário: "propriétaire foncier possédant une ou plusieurs fazendas. Les grands fazendeiros sont souvent désignés du nom de «colonels» selon une tradition remontant à l'époque de l'Empire. Le gouvernement avait alors institué des milices commandées par les notables avec grade de colonels."

Linhas pontilhadas nos quadros indicam que os termos foram omitidos na tradução. No caso de *Gabriela, fille du Brésil*, páginas inteiras deixaram de ser traduzidas ou foram resumidas, tornando muito difícil o cotejamento. Sub-títulos inteiros desaparecem, mesclando duas seções de capítulos: o sub-título "Do dono da terra se esquentando sol" (p. 87 – possivelmente um erro de impressão omitiu a combinação "ao") desaparece e o conteúdo é incorporado à seção "Da desesperada busca" (p. 80). A edição brasileira usada (28ª. ed.) está sem data, e não há indicação de que a obra tenha sido reescrita, com acréscimos, portanto pode-se imaginar que as omissões tenham sido deliberadas. Também há trechos em que os diálogos mais longos são apresentados como se fossem falas em uma peça de teatro, com o nome dos interlocutores aparecendo em itálico no início da linha, e a atitude de cada um ao falar indicada entre parênteses. Um exemplo disso é o diálogo entre vários personagens a respeito do assassinato de Dona Sinhazinha e seu amante (p. 77-79) Sem acesso ao projeto dos tradutores, que provavelmente levaram em conta decisões editoriais, não se deve criticar a tradução como inadequada. É possível que o próprio autor tenha permitido todas as alterações, dependendo do contrato assinado.

No caso de *Gabriela, girofle et canelle*, não há notas de rodapé, mas os termos que aparecem em itálico são explicados em um glossário no fim do livro. Todas as partes do original são traduzidas, inclusive dedicatórias, versos da introdução e resumo inicial. Os subtítulos são traduzidos e apresentados na ordem original. Surpreendentemente, ambas as traduções mencionam a língua do original como "brésilien", e não "portugais".

Em resumo, como pode ser verificado nesta breve análise, as estratégias dos tradutores para termos culturalmente marcados variam muito. Pode haver uma busca

por termos equivalentes, como no caso de "cangaceiro" em *Gabriela, girofle et canelle*, que é traduzido como "hors-la-loi", mas com glossário explicativo: "*Cangaço*, mot employé dans le Nord-Est du Brésil pour désigner le banditisme, la vie des hors-la-loi (Cangaceiros)". (p. 570) Pode haver omissão, simplesmente, como para as festas populares "reisados", "ternos de pastorinha" e "bumba-meu-boi" (p. 75), em *Gabriela, fille du Brésil*. Em nomes próprios, a alteração mais comum é a ausência do acento, como em "Ofensia". No caso de Alberto Cavalcânti (p. 13) e Moacir Werneck de Castro (id.) em *Gabriela, girofle et canelle*, que são citados na dedicatória em versos "Do Testamento de Gabriela", cujos nomes aparecem como Alberto Cavalcanti (p.7) e Mourir Werneck de Castro (id.) na tradução, pode ter havido, simplesmente, um erro de digitação. Nomes de Estados e cidades são mantidos, de forma geral, como em português; curiosamente, "Pernambuco" recebe uma forma afrancesada ("Pernambouc"). Em *Gabriela, fille du Brésil* há uma tendência a transformar os finais em -ão em -an, como em "sertan", "Brandan" e "Falcán", talvez buscando uma sonoridade mais próxima do francês. Na mesma tradução, "João" aparece como "João" e como "Joan". Em *Gabriela, girofle et canelle* é irritante ver o tratamento "dona" aparecer como "doña"; no masculino, "seu" é traduzido como "m'sieu" (p. 50) ou, simplesmente "M." (p.80). Em *Gabriela, fille du Brésil* são mantidas as formas "dona" e "seu" ("dona" com grafia normal e "seu" em itálico). A expressão "auto-de-fé", que aparece no subtítulo de um capítulo ("De conversas e acontecimentos com auto-de-fé", p.217), é traduzida como autodafé - forma em que está dicionarizada em francês - nas duas traduções.

Considerações finais

As listas apresentadas, como dito, obviamente não são exaustivas. Espera-se que possam ilustrar, a partir de alguns exemplos, algumas das estratégias de tradutores ao lidar com termos culturalmente marcados. Propositadamente, considerando-se as reflexões de Venuti sobre a tradução dos termos relativos à culinária citados no início, a lista de pratos típicos e ingredientes é a mais longa, mas também não é exaustiva.

Quanto ao resultado final das duas traduções, os leitores de língua francesa têm uma visão abrangente do universo da zona cacaueteira, conforme apresentado por Jorge Amado nessa obra. Em nenhum momento o leitor vai se esquecer de que está lendo uma tradução. Embora *Gabriela, fille du Brésil* tenha condensado a obra original, suprimindo alguns trechos ao longo da obra, essa perda não seria notada pelos leitores. No entanto, com a tradução de "cravo" por "œillet", fica afetada uma importante rede subjacente de significados. Em relação a *Gabriela, girofle et canelle*, em que a tradução não omite qualquer ponto do original, fica a ressalva quanto ao uso de "doña", que remete à língua espanhola e pode reforçar a idéia errônea, mas ainda prevalente, de que o Brasil pertence à comunidade hispano-americana. E qualquer brasileiro, quando indagado a respeito, vai afirmar que a língua que fala é o Português – e não o "Brasileiro", portanto soa estranho que as duas traduções indiquem "brésilien", e não "portugais", como a língua original.

REFERÊNCIAS

AMADO, J.. *Gabriela, cravo e canela*. São Paulo: Livraria Martins Editora, Col. Obras de Jorge Amado. v. XIV. 28 ed. 1965.

_____. *Gabriela, fille du Brésil* - Trad. Violante do Canto e Maurice Roche. Paris: Seghers, 1959.

_____. *Gabriela, girofle et canelle: chronique d'une ville de l'État de Bahia* - Trad. Georges Boivert. Paris: Stock, Coll. Nouveau Cabinet Cosmopolite, 1971/1983.

BERMAN, A.. Translation and the trials of the foreign. In: VENUTI, L. (ed) *The Translation Studies Reader*. Londres & Nova York: Routledge, 2002. p. 284-297.

SCHLEIERMACHER, F. *Des différentes méthodes du traduire*. Trad. Antoine Berman. Mauvezin: TER, 1985.

BENJAMIN, W.. A tarefa - renúncia do tradutor. In: HEIDERMAN, Werner (Org.). *Clássicos da teoria da tradução* (Antologia bilingüe, alemão – português); v.1. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução, 2001. p. 188-215.

TYMOCZKO, M.. Activism, political agency, and the empowerment of translators. In: *Enlarging translation, empowering translators*. Manchester & New York: St. Jerome Publishing, 2000. p. 189-220.

VENUTI, L. Local contingencies: translation and national identities. In: *Nation, language and the ethics of translation*. Princeton: Princeton University, 2005. p. 177-201

33. NORBERTO ÁVILA, DRAMATURGO AÇORIANO



NORBERTO ÁVILA nasceu em Angra do Heroísmo, Açores, em 1936.

De 1963 a 1965 frequentou, em Paris, a *Universidade do Teatro das Nações*. Criou e dirigiu a Revista *Teatro em Movimento* (Lisboa, 1973-75).

Chefiou, durante 4 anos, a Divisão de Teatro da Secretaria de Estado da Cultura; abandonou o cargo em 1978, a fim de dedicar-se mais intensamente ao seu trabalho de dramaturgo.

Traduziu obras de Jan Kott, Shakespeare, Tennessee Williams, Miller, Schiller, Valle-Inclán, Fassbinder, etc.

Dirigiu para a RTP (1º Canal, 1981) uma série de programas dedicados à atividade teatral portuguesa, com o título de *Fila 1*.

As obras dramáticas de Norberto Ávila, maioritariamente reunidas na coletânea **Algun Teatro** (20 peças em 4 volumes, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 2009) têm sido representadas em muitos teatros portugueses: Teatro Experimental de Cascais, Teatro Experimental do Porto, Centro Dramático de Évora, Teatro de Portalegre, por exemplo, além de grupos amadores; a nível internacional, na Alemanha, Áustria, Bélgica, Coreia do Sul, Croácia, Eslovénia, Espanha, França, Holanda, Itália, República Checa, Roménia, Sérvia e Suíça.



Alguns títulos dessas 30 obras dramáticas, quase todas publicadas e/ou representadas, algumas premiadas: **As Histórias de Hakim, As Cadeiras Celestes, O Rosto Levantado, D. João no Jardim das Delícias, O Marido Ausente, Uma Nuvem sobre a Cama, Arlequim nas Ruínas de Lisboa, Os Doze Mandamentos, Fortunato e TV Glória, Salomé ou A Cabeça do Profeta**.

É autor dum livro de poemas (**Percorso de Poeta**, Prémio Natália Correia), bem como de algumas obras de ficção narrativa: os romances **No Mais Profundo das Águas** (sobre Antero de Quental e a Geração de 70) e **A Paixão Segundo João Mateus (Romance Quase de Cordel)**. Inédito, ainda, **Frente à Cortina de Enganos**. Prepara um primeiro livro de contos, alguns deles disponíveis no site pessoal e no *Caderno Açoriano 16*, da AICL.

www.norberto-avila.eu

www.pt.wikipedia.org/wiki/Norberto_Ávila

oficinadescrita@gmail.com

É SÓCIO AICL

JÁ PARTICIPOU NO 19º COLÓQUIO (2013) NA MAIA, S. MIGUEL, AÇORES

TEMA 2.1. O CONTO OS DOIS IRMÃOS GÊMEOS DE SANTA COMBA DÃO E OUTRAS HISTÓRIAS, NORBERTO ÁVILA, DRAMATURGO AÇORIANO

Algo de comum existe no conto *Os Dois Irmãos Gêmeos de Santa Comba Dão* (de 2013) e o romance inédito *Frente à Cortina de Enganos* (2003 e 2004). Em ambas as obras se trata de um súbito regresso do protagonista à sua terra de origem, embora por motivos e em circunstâncias bem diversas. E, por coincidência, a terra de onde se regressa é Lisboa, sendo o destino a Beira Alta.

Quando, aí pelos anos de 2003 e 2004, Fortunato Galisteu, "supermercadista" (se assim me posso exprimir), vigorosa e exuberante figura da minha comédia *Fortunato e TV Glória*, começou a fazer-se ao piso querendo ser personagem de romance, aceitei acompanhá-lo numas tantas deambulações pela Beira Alta, principalmente numas terras ásperas que só Deus sabe, nos cocurutos da Serra da Estrela. E aconteceu chegarmos (na minha imaginação, claro está) a uma aldeia remota a que chamei Valdevide. Pois aí terá nascido – nasceu mesmo! – esse que, com alguma ajudinha providencial mas muito mais espertineza própria, viria a tornar-se rei da cadeia de supermercados Fortunato, por toda a vasta região lisboeta.

Transferira-se ainda menino de 11 anos para a capital, para trabalhar na mercearia de um conterrâneo, estabelecimento que depois de tornou armazém de secos e molhados. Vindo a casar com Laura, filha única do dito conterrâneo, herdou-lhe o progressivo negócio.

Com o casal vivem dois filhos vintaneiros (Marco e Sandra), ainda estudantes; além de Glória (mãe de Fortunato), a criada Clara, a cozinheira Belmira e o motorista Dionísio. O empresário, não sendo a princípio particularmente afeto a programas de televisão, deixa-se contagiar pelo entusiasmo de alguns familiares nesse domínio (com alarmante destaque para a mulher e a mãe, inveteradas consumidoras de telenovelas, concursos, reality shows). E tendo também em conta o extraordinário poder publicitário daquele meio de comunicação, ambiciona já a criação da sua própria estação de TV. (Nome previsto: TV Glória, em homenagem à mãe.) De modo que se torna um hábito, para Fortunato, seus parentes e amigos, entreterem-se improvisando "programas" a exemplo dos mais populares, em que atuam com grande à-vontade. Até que a ficção e a realidade se confrontam.

Porém o romance, embora mantendo as linhas gerais da comédia, alarga-se consideravelmente em número de personagens e locais de ação, tendo agora por título: *Frente à Cortina de Enganos*. E tenho pena de que os meus leitores o não possam ainda apreciar. (É que sinto grande desconforto na procura de editores. Prefiro que sejam eles a procurar-me, o que por vezes acontece.) De qualquer modo, sempre o eventual leitor poderá fazer uma ideia da trama desta minha romanesca narrativa com a visita ao meu *site* de escritor, onde encontrará, além duma muito desenvolvida sinopse desta obra, a transcrição integral do 2º capítulo, que constitui, por assim dizer, um verdadeiro retrato de corpo inteiro do protagonista. Trata-se aí da encomenda que fez Fortunato a um encadernador do Bairro Alto: uns requintados alinhamentos de lombadas de falsíssimos livros, com dourados títulos, suscetíveis de abranger uma extensão de uns 20 metros de prateleiras... Mas interessar-vos-á preferencialmente, suponho, algo que mais tenha a ver com a Beira Alta.

Acontece que só no capítulo 12, na sequência dum sonho premonitório, a velha Glória motiva Fortunato a uma viagem à Serra da Estrela, para que a restante família conheça, finalmente, o local das suas origens. E em Valdevide são festivamente recebidos. No terreiro da Sociedade Recreativa, o magnate reapaixona-se por um granítico penedo em que ele, em criança, costumava alcandorar-se, e trata logo de o adquirir, prometendo, em contrapartida, patrocínios de vária ordem.

Entretanto, de cumplicidade com Sandra, sua neta, Glória procede a investigações à pessoa de um tal Gabriel, embarcado noutros tempos e agora queijeiro de profissão. Nele reconhece o seu juvenil desencaminhador, pai de Fortunato. Mas, passados tantos anos, de certo modo tornada senhora lisboeta, resiste à tentação de declinar a sua própria identidade.

Assim, em três longos capítulos, pelo menos, vai dando o autor notícia de como Fortunato se recompõe da ausência de trinta e tal anos da sua província natal. Porém o seu viver está estabelecido em Lisboa. E de que maneira! Resta-lhe uma consolação: graças a dispendiosos meios técnicos, o pedregulho descomunal que lhe relembra a infância modestíssima é motivo de assombro aos olhos dos visitantes, reerguido no seu jardim privado, no Alto de Santo Amaro, à beira Tejo.

* * *

Uma década passada sobre a elaboração do romance *Frente à Cortina de Enganos*, proporciona-se ao autor, neste ano de 2013, uma nova estadia na sua muito estimada província da Beira Alta. Numa pequena cidade que lhe era ainda desconhecida: Santa Comba Dão, e no âmbito dum *Festival das Artes*.

E, por uma associação de ideias, recordei o caso de um rapaz de origem galega, meu colega de estudos em Paris. Sentia-se ele um tanto embaraçado ao referir a sua naturalidade: Ferrol del Caudillo. Isto, por ser a terra em que nascera o Generalíssimo Franco. Assim, iria eu encontrar em Santa Comba Dão qualquer habitante fatigado de ouvir mencionar a local naturalidade de algum político de alto coturno? (Refiro-me, naturalmente a Oliveira Salazar.) E logo a trama de um conto se me foi desenvolvendo na imaginação.

Por coincidência (ou não?) também uma história dum regresso às origens, sendo no entanto bastante mais curto o tempo de ausência; bem diferentes as circunstâncias motivantes.

Na semana anterior, Durval Salvaterra recebera a notícia de chofre: o Banco Pecuniário Português, decidira encerrar umas tantas dependências em todo o País, inclusive aquela de que ele era funcionário há cerca de 20 anos. Ora, sendo ele natural de Santa Comba Dão, manifesta-se-lhe a solidariedade dos parentes mais próximos: Duarte, seu irmão gêmeo, Liliana, sua sobrinha, que é arquiteta. E, não sentindo propriamente em risco a subsistência (que sempre tem as suas economias e espera a legítima indemnização de despedimento), decide-se a passar algum tempo no seio familiar. E, sozinho, de automóvel, mete-se à estrada.

O deslizar da paisagem é propício às recordações e a um avaliar da situação. De modo nenhum se sentia incompatibilizado com os parentes. Quando muito havia um injustificado, incompreensível distanciamento. Ele e Duarte (o irmão gêmeo)

telefonavam-se no 1º de maio (felicitando-se mutuamente pelo aniversário comum); também pelo Natal, pois com certeza. E pouco mais. O pai, Hermínio de seu nome, que fundara uma "Agência de Viagens Salvaterra", passara-a ao nome dos filhos gémeos. E Durval, por sua vez, anos mais tarde, desejoso de outro tipo de vivências, cederá a sua quota-parte a Duarte, ao aceitar a bancária profissão.

Quanto às relações com Liliana, sempre haviam sido suficientemente amistosas. E, ao tempo em que ela cursava a sua arquitetura, muitas vezes se encontravam para alguma refeição num restaurante, algum Concerto ou espetáculo, algum passeio. E Durval recordava-se muito bem daquela vez em que a desafiou a uma digressão para as bandas de Peniche, para lhe dar a conhecer a Ex-Prisão Política em que o avô Hermínio, na sua juventude estivera preso, por motivos políticos. E assim, se Durval saía ao pai, Duarte aproximava-se um pouquinho mais da sensibilidade materna. Aldora, na verdade, muito secretamente, havia sido, no tempo das guerras do Ultramar, *madrinha de guerra*; pertencera até ao Movimento Nacional Feminino). Mas isso em nada prejudicaria o bom entendimento e a desejada união familiar.

E termino com uma citação da própria narrativa: "Sentaram-se então na sala de estar, para um momento de confraternização, à volta duma bebida. E Durval aproveitou o ensejo de apreciar algumas fotos de família. Uma delas, histórica, que sempre fazia as delícias dos visitantes: a dos irmãos gémeos Duarte e Durval, acabadinhos mesmo de nascer, com bem poucos minutos de diferença. Isto num precioso instantâneo de Hermínio Salvaterra, 'pai babado' (como sói dizer-se). E para que melhor se apercebam os meus leitores do encanto revelado nos primeiros ápices desta dupla, desdobrada existência, farei notar que os bebés repousam de costas, lado a lado, na brancura do leite, enfaixados de pálido azul. É certo que as cabeças, a bem poucos centímetros de distância, estão voltadas em direções opostas; porém não é menos verdade que a mãozita direita de Duarte segura firmemente a mãozita esquerda de Durval." (...) E diz Hermínio Salvaterra: "A mim sempre me maravilhou que as duas mãozitas se entrelacem pelos dedos, se agarrem com a possível tenacidade, como se quisessem, antes de mais, garantir um apoio mútuo."

34. PERPÉTUA DOS SANTOS SILVA, CIES/ISCTE-IUL, PORTUGAL

PERPÉTUA SANTOS SILVA é socióloga, investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – CIES/ISCTE-IUL, na linha de investigação "Desigualdades, Migrações e Territórios". Desenvolve o seu trabalho sobre a realidade de Macau, tendo as suas teses de Mestrado e de Doutoramento tratado a temática da língua portuguesa nesta Região. Prepara, neste momento, projeto de pós-doutoramento sobre a problemática da inserção profissional dos diplomados chineses em língua portuguesa.

As suas principais áreas de interesse são: metodologias de investigação, sociologia da cultura, sociologia da língua, etnicidade, migrações e identidades.

Tem desenvolvido investigação sobre a temática da língua e da cultura portuguesas em Macau sendo presença habitual desde 2010 nos Colóquios.



É SÓCIO DA AICL.

PARTICIPOU EM BRAGANÇA 2009, BRAGANÇA 2010, MACAU E SANTA MARIA 2011, GALIZA 2012, MAIA 2013

TEMA 1.8 LÍNGUA PORTUGUESA NO ESPAÇO JURÍDICO DE MACAU, PERPÉTUA SANTOS SILVA CIES/ISCTE-IUL, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS EM SOCIOLOGIA⁷¹

Resumo:

Uma das questões essenciais do Processo de Transição de Macau de Portugal para a República Popular da China, se não mesmo a mais significativa, o domínio do Direito, ou melhor dizendo dos sistemas jurídico e judiciário, ainda hoje não é pacífica em Macau e talvez seja, mesmo, o campo onde o uso da língua portuguesa sendo uma necessidade se constitui igualmente como ponto sensível e instrumento de conflito.

À data das negociações para a transferência do exercício de soberania, a organização judiciária em Macau era uma extensão do sistema existente em Portugal, sendo os órgãos judiciais locais sua parte integrante, e correspondendo as normas jurídicas então vigentes a legislação local emanada pela Assembleia Legislativa e pelo Governador e a legislação produzida nos órgãos de soberania de Portugal e mandada aplicar a Macau – redigidas em língua portuguesa. Havia, portanto, que delimitar o universo normativo que viria a vigorar em Macau e garantir a sua autonomia e capacidade de continuidade após 1999, acrescendo à gigantesca tarefa de *localizar* a produção legislativa, o facto de que todo o ordenamento jurídico teria de ter expressão em ambas as línguas oficiais. Donde releva a imperiosa necessidade de desenvolver formação de pessoal bilingue neste domínio específico e decorre, igualmente, que

⁷¹ Este artigo foi adaptado a partir da dissertação de doutoramento da autora e a informação nele contida resulta de pesquisa de terreno que decorreu em Macau, entre 2005 e 2010. Foi seguida uma estratégia metodológica que combinou análises do tipo quantitativo e qualitativo, embora a informação aqui usada resulte, essencialmente, de

análise documental, observação direta e análise de conteúdo de entrevistas realizadas a informantes privilegiados no domínio da aplicação do Direito (juizes, advogados, juristas e técnicos de apoio administrativo).

apesar do declínio da influência do português no domínio da administração do Direito, esta língua ainda mantenha uma presença determinante – não só enquanto língua materna dos profissionais portugueses que continuam a desenvolver a sua ação em Macau, nomeadamente, juizes, advogados e juristas, mas também como língua de trabalho e sobretudo de referência para aqueles que sendo de língua materna chinesa desenvolvem igualmente atividade nesta área. Procuraremos mostrar, ainda que de forma necessariamente breve, como a presença do português no espaço jurídico de Macau remete para um conjunto de dimensões socioculturais que ultrapassam, claramente, a questão da língua em que decorrem os atos e se redigem as sentenças.

1. Contexto de partida: desadequado à nova realidade

A Transferência da Administração de Macau de Portugal para a República Popular da China (RPC), foi negociada e preparada ao longo de cerca de uma década, entre a assinatura da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, em 1987, e a Cerimónia de Transferência de Poderes, em 1999. Ao longo deste *Período de Transição* foram muitas as questões que se colocaram, tendo em vista a concretização do princípio “*Um País, Dois Sistemas*”, o que pressupunha que os destinos da futura Região Administrativa Especial de Macau fossem conduzidos pelos seus residentes e com elevado grau de autonomia. Para a prossecução destes objetivos maiores, associavam-se três vetores essenciais: o da preparação de quadros, residentes locais para assumirem a condução dos destinos da Região após 1999, garantindo uma transferência suave e a sustentação da futura Administração; o do alargamento do uso da língua chinesa nos vários domínios da administração pública e da justiça; e o da adaptação de todo o acervo legislativo que continuaria a vigorar após 1999.

À data das negociações para a transferência do exercício de soberania, a organização judiciária em Macau correspondia a uma extensão do sistema existente em Portugal sendo os órgãos judiciais locais sua parte integrante e correspondendo as normas jurídicas então vigentes a legislação local emanada pela Assembleia Legislativa e pelo Governador e legislação produzida nos órgãos de soberania de Portugal e mandada aplicar a Macau – redigidas em língua portuguesa, de que faziam parte os chamados grandes códigos, alguns dos quais encontrando-se desatualizados, com alterações feitas em Portugal e que não foram estendidas a Macau e, em certas matérias, desenquadrados da realidade local (Santos e Gomes, 1998:75-76; Ganhão, 2004: 1-8). Havia, portanto, que delimitar o universo normativo que viria a vigorar em Macau e garantir a sua autonomia e capacidade de continuidade após 1999, acrescentando à gigantesca tarefa de *localizar* a produção legislativa, o facto de que todo o ordenamento jurídico teria de ter expressão em ambas as línguas oficiais. Consagrando a Lei Básica que as leis previamente vigentes em Macau iriam continuar a vigorar após o estabelecimento da RAEM (Art.º 8º), parecia clara a vontade de dar continuidade a um sistema jurídico de matriz portuguesa, pese embora o facto de terem existido diferentes entendimentos quanto ao significado de “leis previamente vigentes em Macau” uma vez que, pela parte chinesa surgia um entendimento mais restritivo segundo o qual a

expressão apenas se referia aos diplomas provindos de órgãos de Governo próprio do território de Macau, enquanto para a parte portuguesa tal significava a manutenção em vigor e de forma automática dos atos normativos previamente existentes – independentemente de terem sido dimanados dos órgãos de Governo locais ou dos órgãos de soberania de Portugal e mandados aplicar a Macau (Oliveira, 1993).

Todos os atos administrativos produzidos apenas em língua portuguesa, a não-existência de juristas bilingues, a impossibilidade de usar a língua chinesa nos tribunais, assim como a falta de tradutores, de um modo geral e, ainda mais, especializados em questões jurídicas, eram os contornos de uma realidade que, aquando do início do processo, faziam temer pelo sucesso de uma tarefa de tão grande envergadura, quer pela sua complexidade e especificidade quer pelas dificuldades que a sua concretização apresentava. A este propósito, Eduardo Cabrita, então Coordenador do Gabinete de Tradução Jurídica, afirmava que [p]ara quem procedesse à análise da situação jurídica de Macau em 1988, primeiro ano de vigência da Declaração Conjunta, era fácil concluir que à relevância conferida no Tratado à questão da autonomia legislativa e judiciária do Território, correspondia uma situação em que a imensidão do caminho a percorrer para a criação de um sistema jurídico bilingue parecia fazer de tal objetivo a missão impossível do processo de transição (Cabrita, 1994).

Em 1988 foi criado o Gabinete de Tradução Jurídica e foram desenvolvidas diligências no sentido de aumentar o número de alunos em áreas como a da Tradução e a do Direito; no ano seguinte foram estabelecidos acordos com a RPC que possibilitaram a contratação de técnicos chineses com qualificações em matérias jurídica e linguística e lançou-se o curso superior de tradução na Universidade de Macau. Também em 1989, foi criado o Gabinete para a Modernização Legislativa, cujo objetivo principal era o de efetuar um levantamento da legislação em vigor em Macau para que, a partir daí, fosse definida a legislação a continuar após 1999 e identificadas as necessidades de atualização e adaptação à nova realidade local posteriormente à transferência; foi também oficialmente assumida a necessidade de publicar em línguas chinesa e portuguesa todos os diplomas produzidos em Macau (Decreto-Lei n.º11/89/M) e, em 1991, atribuído estatuto de língua oficial à língua chinesa. Em 1993 na Universidade de Macau formavam-se os primeiros licenciados em Direito e, no ano seguinte, era iniciada a prática da tradução simultânea nos tribunais (Cabrita, 1994: 667-669).

O processo de produção de leis bilingues não significava, apenas, a passagem à língua chinesa do acervo jurídico produzido e em produção em língua portuguesa, havia, igualmente, que desenvolver uma linguagem técnica em Chinês no domínio do direito, inscrita na matriz portuguesa. Tendo sido criado um sistema jurídico apto a operar em ambas as línguas oficiais, tendo ambas as versões valor jurídico autónomo, é, evidentemente, a versão chinesa que tem vindo a ganhar relevância – para além dos responsáveis máximos da Administração serem atualmente chineses, é a que tem um maior impacto social dado a esmagadora maioria da população ser chinesa; à medida que os operadores judiciais de língua chinesa vão entrando no sistema será

previsivelmente mais alargada a administração do direito em língua chinesa e a progressiva diminuição da sua execução em português.

2. Panorama recente: argumentos linguísticos, patriotismo, conflito étnico e campos profissionais

Apesar do declínio da influência do português no domínio da administração do Direito, esta língua ainda mantém e continuará a manter uma presença determinante, não só enquanto língua materna dos profissionais portugueses que continuam a desenvolver a sua ação em Macau, nomeadamente, juizes, advogados e juristas, mas também como língua de trabalho e sobretudo de referência para aqueles que sendo de língua materna chinesa desenvolvem igualmente atividade nesta área.

No que especialmente respeita ao exercício de advocacia, de acordo com informação da Associação dos Advogados de Macau (que funciona como Ordem), a 31 de dezembro de 1999 encontravam-se inscritos 87 advogados, dos quais apenas 6 eram de língua materna chinesa; em finais de 2012, estes números evoluíram para um total de 249 inscritos sendo 70 os falantes maternos de Chinês. Na perspetiva do Presidente desta Associação, esta evolução corresponde a um percurso que se foi *fazendo naturalmente, sem termos de esconjurar a língua portuguesa, que deve ser orgulho do nosso sistema e da nossa identidade* (Valente, 2012).

Em jeito de balanço da primeira década da RAEM, o Presidente do Tribunal de Última Instância referia na abertura do ano judiciário 2009/2010, precisamente a propósito das línguas, que de uma situação em que a utilização da língua chinesa era praticamente omissa nos órgãos judiciais se passou a uma outra em que, nos tribunais das três instâncias, mais de 70% das sentenças são elaboradas em Chinês ou em simultâneo em ambas as línguas, acrescentando que *partindo da estaca zero, num curto período de dez anos e com condições limitadas, não foi fácil conseguirmos transformar a língua chinesa numa língua funcional principal nos órgãos judiciais* (Sam Ho Fai, 2009:7-8).

As cerimónias de abertura do ano judicial, ano após ano, constituem-se como os momentos em que os responsáveis máximos do campo jurídico publicamente enfatizam a questão do uso da língua chinesa neste domínio, sendo sempre altura propícia para dirimir argumentos. Por um lado, temos as declarações do Presidente do Tribunal de Última Instância, do Procurador da RAEM e do Chefe do Executivo a enaltecer os avanços feitos nesta matéria e a apelar a uma aplicação cada vez mais generalizada do Chinês na administração do Direito, por outro, o Presidente da Associação dos Advogados de Macau enquanto representante desta instituição e dando voz à argumentação dos profissionais desta área de atividade, nomeadamente os advogados, muitos dos quais de língua materna portuguesa e sem domínio da língua chinesa, que diariamente se confrontam com a aplicação do direito e com os problemas colocados pela questão linguística. Nas palavras de um reconhecido e experiente advogado local de língua portuguesa,

Nos tribunais tem sido progressiva e gradual uma utilização mais acentuada da língua chinesa em relação à língua portuguesa. A magistratura do Ministério

Público, e estou portanto a falar para já na área do Direito Criminal, procurou impor aqui desde muito cedo a preponderância da língua, violentando o princípio da equiparação das línguas que tem base legal em Macau para todo o período da transição que vai até 2049, embora eu compreenda que haja justificações para que se pretenda impor crescentemente a língua chinesa (Mateus; advogado; português língua materna; Entrevista nº39).

Procurámos perceber que razões estariam subjacentes a essa imposição, tendo o nosso informador explicado que de acordo com o seu conhecimento da realidade local

Macau é um território Chinês, a esmagadora maioria da população é chinesa, fala e escreve Chinês, os serviços, nomeadamente os tribunais, dirigem-se grandemente aos chineses, existem questões de orgulho da magistratura do Ministério Público e razões de patriotismo. (...) Porque é o Ministério Público que dirige os inquéritos e sempre revelou essa ideia patriótica e esse orgulho da supremacia e superioridade da língua, como uma expressão de uma ideia de superioridade civilizacional da China em relação à antiga potência colonizadora (Mateus; advogado; português língua materna; Entrevista nº39).

Esta ideia que relaciona o incentivo ao uso da língua chinesa a razões de patriotismo é transversal na grande maioria dos discursos dos que, sendo de língua materna portuguesa, praticam a atividade jurídica.

É mais por uma questão de patriotismo, os chineses são muito patriotas e o uso da língua chinesa seria também uma manifestação do efetivo exercício da soberania. Eu penso que é mais por isso (Jorge; advogado; português língua materna; Entrevista nº 24).

De acordo com informação que foi sendo recolhida no terreno junto dos nossos informadores privilegiados, surge a convicção generalizada entre os que se encontram a laborar neste domínio que o recurso à língua portuguesa na interpretação de leis assim como a referência à doutrina ou jurisprudência elaboradas em português constituem-se, e irão continuar a constituir-se, como alicerces fundamentais da prática jurídica.

Aparentemente esta questão da aplicação das línguas encontra-se em estádios diferentes conforme o domínio específico de aplicação do direito. Se é consensual a generalização do uso da língua chinesa na área criminal, que é a área mais significativa sendo cerca de 80% dos processos a correr nos tribunais de Macau de natureza criminal, e também na jurisdição administrativa e laboral, o mesmo não se passa na jurisdição cível. Nos domínios administrativo e laboral, os nossos interlocutores consideram que já não se trata de uma questão de orgulho linguístico e manifestação de patriotismo mas que corresponde, antes, a um processo natural que parte de estruturas que funcionam em língua chinesa e, muito naturalmente, com o decorrer do tempo foi existindo um desenvolvimento da administração do direito em Chinês nestas áreas. É em matéria civil que a proteção da língua portuguesa é maior e, também aqui, os nossos interlocutores são unânimes ao afirmar que assim é porque tudo se processa de forma diferente.

A nível do Direito Penal praticamente é tudo em Chinês, mas... bateu? Não bateu? Deu a chapada assim ou assado? Tirou a carteira, não tirou a carteira? Empurrou, não empurrou? Fez, não fez...? Não é? Quer dizer, estamos perante matéria muito factual. O tipo de discussão da causa não é... não tem a tecnicidade que poderá ter uma parte depois da qualificação, depois de apurar os factos. Se for em matéria civil já não é nada assim (Clara; advogada; português língua materna; Entrevista nº 80).

Diferentemente do processo-crime, que começa com uma denúncia, com uma participação, partem da língua chinesa, os processos cíveis começam com uma petição inicial elaborada num escritório de advogados. E os principais escritórios de advogados em Macau têm como advogados principais advogados portugueses, que usam a língua portuguesa. Então ainda há uma preponderância da língua portuguesa nos processos de natureza civil, porque depois é outro advogado que apresenta a contestação, é outro advogado que apresenta a réplica; o Meritíssimo Juiz tem tudo na língua de Camões e elabora o questionário, a especificação, o despacho saneador na língua portuguesa também e tudo vai caminhando na língua portuguesa. Já não tanto por altura da sentença, porque os juizes já começaram hoje a dar sentenças na língua de Sun Yat Sen, o que naturalmente cria dificuldades aos advogados que não dominam a língua chinesa e que são obrigados a ter equipas de tradução (Mateus; advogado; português língua materna; Entrevista nº39).

Para além da questão da tradução, que é tida em consideração por todos aqueles junto dos quais tivemos a possibilidade de discutir a questão do bilinguismo jurídico, dois outros aspetos, diretamente relacionado com o uso das línguas e com a tradução no Direito, são apontados pelos nossos interlocutores: a necessidade de encontrar conceitos jurídicos equivalentes, com a mesma força legal e capacidade interpretativa em ambas as línguas, o que nem sempre se revela um assunto de fácil resolução; e, realidade recente mas, aparentemente, de uso crescente na prática jurídica local – a introdução da língua inglesa:

Hoje as grandes coisas internacionais são feitas em inglês. É tudo em inglês. Porque mete bancos de vários sítios do mundo e tudo isso funciona em inglês. Isso é outro fenómeno que neste momento está a acontecer na advocacia, que é a advocacia a esse nível ter de alinhar pelos padrões internacionais e portanto o inglês será a língua dominante ao nível dos contratos. Mas depois, mesmo nesses contratos internacionais, quando se trata de garantias, garantias para serem registadas em Macau e eventualmente sujeitas à lei de Macau e sujeitas ao Tribunal de Macau se houver um problema qualquer, essas coisas já são feitas em português. Nós nunca metemos uma ação, obviamente nunca meteremos porque não falamos Chinês, não é, metemos em português, mas por exemplo temos colegas que falam Chinês que se a ação é complicada preferem... metem em português também. E metem-na em português porque se eles dominam o português para terem maior

garantia da... do... do rigor, da exatidão do que é que estão a dizer (Clara; advogada; língua materna portuguesa; Entrevista nº80).

É uma evidência que o papel dos tradutores é fundamental na execução do Direito, tanto mais quanto ainda hoje é elevado o número de operadores de língua materna portuguesa, não obstante se assistir a uma mudança na composição étnica dos que exercem a sua atividade neste domínio. Contudo, podemos constatar que excetuando alguns casos pontuais não é usual encontrar a figura de Tradutor-Intérprete entre os recursos humanos da maioria dos escritórios de advogados.

Na prática diária dos escritórios a forma mais comum é o recurso à colaboração dos advogados estagiários de língua materna chinesa que, muitas vezes, acumulam com a sua situação de estágio a tarefa de assegurar a comunicação com clientes e, trabalhando em conjunto com os advogados portugueses, procedem à passagem para língua portuguesa de peças e despachos proferidos em Chinês; regularmente, estes escritórios, contam entre o pessoal ao serviço com funcionários bilingues, normalmente administrativos, que desenvolvem tarefas de tradução. Outra forma de suprir as necessidades de tradução é através do recurso a serviços externos, normalmente empresas de tradução ou tradutores qualificados que fazem prestação de serviços nesta área.

Em sede de julgamento a questão não se coloca, pois a tradução-interpretação é assegurada pelos serviços dos tribunais e, desde que uma das partes não domine a língua chinesa, é feita tradução simultânea em todos os julgamentos.

Sendo esta uma matéria delicada pela natureza dos processos e também amplamente referida, nomeadamente pelos advogados portugueses, como um dos maiores problemas com que os mesmos se deparam na sua prática profissional diária, sendo a questão da generalização do uso da língua chinesa na administração do direito apontada como a razão que levará à impossibilidade do exercício da atividade a curto prazo, tentámos perceber porque razão não existe a figura de Tradutor-Intérprete nos serviços privados do direito (os escritórios de advogados). As razões apontadas pelos nossos interlocutores são basicamente a carência de profissionais especializados neste domínio e, entre os poucos existentes, a migração da atividade de tradutor para as da advocacia e magistratura. Desde logo alguns dos atuais juizes em Macau obtiveram em primeiro lugar formação em tradução e só depois em direito; alguns advogados que tivemos a oportunidade de conhecer também migraram, igualmente, da profissão de Tradutor-Intérprete para a de Advogado. Mais recentemente verifica-se que alguns licenciados em direito procuram formação complementar em tradução, não porque pretendam desenvolver uma atividade profissional neste campo do saber mas porque sentem a necessidade de aprofundar os seus conhecimentos linguísticos para o exercício de uma atividade no campo do direito.

Donde se depreende que a língua portuguesa continua a ser central no espaço jurídico de Macau e que a sua presença neste campo está para além da língua em que decorrem os atos e se redigem as sentenças. De facto, as leis em Macau e os grandes códigos encontram-se traduzidos para língua chinesa, mas como nos referiu Mateus não há códigos comentados e anotados em Chinês e sendo o Direito de Macau um Direito

de matriz portuguesa, portanto de matriz continental europeia, toda a doutrina e jurisprudência em todas as áreas do Direito implica que quem queira estudar a fundo o Direito de Macau e profissionalizar-se na sua aplicação terá de o fazer em língua portuguesa, porque o que releva do Direito não é a mera prescrição da norma mas sim tudo o que está por trás da norma e a sua interpretação, o que implica o conhecimento da língua portuguesa e demonstra a existência de algum artificialismo na sobrevalorização da língua chinesa.

Outro aspeto enfatizado é o da formação, ou o da sua ausência até muito tarde, com consequências no domínio jurídico – como, de resto, noutros domínios, estando as questões linguísticas fortemente associadas ao desenvolvimento da educação formal.

Com o aproximar da transferência do exercício da soberania e já após a assinatura da Declaração Conjunta, impunha-se a necessidade de desenvolver a formação dos operadores judiciários. Já se referiu a abertura do Curso de Direito, cujo objetivo era o de formar juristas bilingues e que fez sair em 1993 o primeiro grupo de licenciados em Direito, intensificaram-se as ações de formação para funcionários de justiça e criou-se o Centro de Formação de Magistrados, cujo início de funcionamento se deu em 1995 tendo em 1997 surgido os primeiros formados, portanto apenas a cerca de dois anos da mudança de administração. Não se nega o esforço desenvolvido em matéria de formação, como de resto em todos os outros aspetos da *localização* do sistema, contudo o facto de só ter sido desenvolvida numa fase tardia do processo de transição acaba por introduzir no sistema profissionais que, não obstante as suas qualificações académicas, carecem da prática que só se adquire na experiência do dia a dia. A falta de experiência e de conhecimentos na mesma cimentados, tem sido duramente criticada quer no que respeita aos que exercem magistratura quer relativamente aos quadros dirigentes de um modo geral.

De alguma forma relacionado com a ausência de profissionais locais aptos a desenvolverem uma atividade neste domínio encontra-se também o facto de o sistema judiciário ter permanecido até muito tarde dependente de Portugal. A partir do ano de 1993 foram efetuadas alterações profundas no sistema judiciário, com a aprovação da Lei de Bases da Organização Judiciária de Macau, passando Macau a dispor *pela primeira vez na sua história, de uma organização judiciária própria dotada de autonomia e adaptada à realidade local* (Decreto-Lei nº 17/92/M, de 2 de março), tendo sido criado o Tribunal Superior de Justiça que funcionaria como um Tribunal de última instância, embora permanecendo, no entanto, a possibilidade de recorrer para os tribunais de última instância em Portugal. Na verdade, o atual TUI só é posto em funcionamento já pela RAEM. Assim, a tardia autonomização em relação a Portugal, a ausência de formação de profissionais no domínio do Direito até data muito próxima da Transferência e a consequente demora na localização dos funcionários da justiça do mais alto ao mais baixo nível são aspetos que, aliados à deficiente implementação do bilinguismo, concorrem para a atual situação do sistema em Macau e servem nuns casos para lançar críticas ao seu funcionamento, noutros para justificar situações menos conseguidas como os atrasos que se têm vindo a verificar na aplicação da justiça.

Aparentemente, uma das principais razões apontadas para os atrasos dos tribunais é precisamente a questão da(s) língua(s). Facto que tem levado o Presidente da Associação dos Advogados de Macau a manifestar-se variadíssimas vezes publicamente sobre o assunto. O seu discurso por ocasião da Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário 2009/2010 foi particularmente ácido quanto a esta matéria, mas reflete as opiniões recolhidas localmente sobre o assunto.

Com espírito de tolerância, temos ouvido, ao longo dos anos, atribuir todas as deficiências de sistema – e não só na área da justiça – ao bilinguismo, à insuficiência de meios, à falta de legislação adequada e à inexperiência dos agentes. Ao fim de 10 anos de RAEM e mais de 16 da promulgação da Lei Básica, ainda há quem não tenha compreendido que o bilinguismo faz parte da identidade da Região. Atribuir malefícios ao bilinguismo é desviar as atenções para os aspetos secundários das questões. Há bilinguismo no Canadá, na Bélgica e, bem mais perto de nós, em Hong Kong. E em muitos outros lugares. Não me consta que sejam países ou regiões atrasados nem que se proponham tomar medidas para acabar com o bilinguismo. (...) Não resisto a constatar que, apesar da cada vez maior utilização da língua chinesa em todos os setores e em todos os níveis da Administração Pública e da Justiça, não conheço nenhum órgão ou instituição em Macau cuja eficiência e produtividade tenham melhorado por causa da língua. Mas conheço alguns em que a produtividade e a eficiência pioraram. (...) A esmagadora maioria dos processos de incidência criminal é processada pelas autoridades policiais, desde o início, em língua chinesa, prosseguindo a sua tramitação também em Chinês quando são entregues ao MP. É uma evidência que o MP não dispõe de magistrados em número suficiente para lidar com um volume tão grande de processos (em qualquer língua) (Valente, 2009:6-7).

A relação que é estabelecida entre a deficiente capacidade de execução do Direito e a necessidade de usar ou recorrer à língua portuguesa é amplamente contestada por grande parte daqueles que se encontram diretamente envolvidos no sistema – e não nos referimos apenas aos falantes maternos do português. Vejamos algumas passagens das nossas conversas com advogados chineses:

Recentemente tem aparecido muitos chineses a fazer a vida na advocacia, a entrar na nossa classe. Mas eu acho que para ser um bom advogado em Macau é impossível não saber português, eu sempre aconselho as pessoas para estudarem, porque isso faz muita falta. Quem sabe português tem muitas mais facilidades e tem muitas mais vantagens. (...) Muitas vezes temos que consultar livros portugueses, o nosso Direito é de matriz portuguesa, não é? E isso faz muita falta e depois também, por exemplo, há muita jurisprudência em Portugal que nós também podemos consultar aqui facilmente na net, e que também faz muita falta. Por isso quem não sabe português talvez possa ser advogado mas nunca poderá ser um bom advogado. (Tam; advogada; língua materna chinesa; Entrevista nº79).

Tenho de estudar os livros portugueses e na minha aprendizagem eu descobri que a tradução não é tão perfeita, por causa dos tradutores, alguns tradutores traduziram muito bem, alguns não. Alguns tradutores que não é da área jurídica portanto não percebeu a ideia das palavras jurídicas, traduziam diretamente as palavras. Eu tenho sorte, porque eu percebo ambas as línguas, portanto eu percebo a diferença entre a tradução e o original (Wong; advogado; língua materna chinesa; Entrevista nº25).

Depois da transferência houve alguma pressão para a utilização e prevalência da língua chinesa sobre a portuguesa. Esta tentativa foi-se alastrando e demorou algum tempo, até que o Governo Central Chinês afirmou que pretende que Macau seja... tenha um estatuto de plataforma de intermédio da China e das comunidades lusófonas e o português em vez de ser cada vez mais menosprezado pela comunidade chinesa ganhou algum peso. (...) Na área do Direito ainda há um bom futuro [para a língua portuguesa] pelo menos dentro de duas, três décadas. Quando a doutrina conseguir formar-se em Chinês, então nesse momento o português vai ser menos utilizado, o que do que vejo só daqui a 20 ou 30 anos. (...) [nessa altura] recorrer à fonte é para resolução de um caso concreto, mas nos casos do dia a dia já não é preciso ir à fonte, já tem a doutrina formada, já tem peritos para a aplicação da lei (Meng; advogado; língua materna chinesa; Entrevista nº30).

Perante estas afirmações, poderá o Direito local desenvolver-se sem recurso à língua portuguesa, bastando aos seus operadores o domínio do Chinês? Estamos em crer que não. Ou pelo menos não a curto prazo. Não obstante a defesa do incremento da aplicação da língua chinesa na prática jurídica quotidiana, têm continuado a ser contratados juristas e magistrados em Portugal sem domínio da língua chinesa, possibilidade que a Lei Básica estipula, e continuam, igualmente, a ser desenvolvidos esforços de formação, não só localmente, como em Portugal.

Mas esta questão não é pacífica. E parece ser por altura da abertura do Ano Judiciário que a colocação pública do problema é feita de forma mais direta e vincada, alimentando, durante dias, discussões sobre o assunto com os vários lados a afirmarem as suas posições – para uns não passa de uma telenovela que se repete anualmente, para outros corresponde a uma antevisão do que a curto prazo será a vida profissional dos falantes maternos da língua portuguesa que, face às circunstâncias, terão poucas possibilidades de manutenção em Macau, para outros, ainda, é a expectativa de mais possibilidades de entrada no mercado de trabalho para os locais.

Curiosamente, entre os advogados de língua materna portuguesa, não só, como já se referiu, o recurso à contratação de tradutores-intérpretes para os seus escritórios parece não se encontrar entre as suas estratégias de sobrevivência num mercado de trabalho em que a língua chinesa será cada vez mais uma realidade como, menos ainda, equacionam a possibilidade de aprenderem esta língua. No primeiro caso as explicações dadas coincidem com o que se verificou no terreno, não é fácil encontrar tradutores pois

estes são ainda insuficientes para suprir as necessidades da Administração e não haverá recursos humanos qualificados disponíveis para entrarem no segmento privado do mercado; no segundo caso, e não obstante muitos destes advogados se encontrarem instalados em Macau há longos anos, a justificação é habitualmente a mesma: aprender uma língua como a chinesa não é compatível com permanências de curta duração, um dia regressarão a Portugal, procurarão outras paragens para continuar as suas vidas ou tentarão outras atividades profissionais, até porque a língua chinesa é de muito difícil e demorada aprendizagem.

Este é um aspeto que os seus pares de língua materna chinesa por várias vezes criticam afirmando que não conseguem perceber por que razão os portugueses não manifestam vontade em estudar a língua local. As críticas, por vezes veementes, que se colocam aos portugueses e que muitas vezes são colocadas de uma perspetiva linguística, na realidade são a face menos oculta de outro tipo de questões e estas são particularmente visíveis no campo do Direito.

Em setembro de 2009, o Deputado à Assembleia Legislativa Lee Chong Cheng⁷² escrevia num artigo de opinião no Jornal de língua chinesa *Ou Mun*, posteriormente dado a conhecer pelo jornal português *Hoje Macau*, que

O domínio da língua portuguesa no setor jurídico está a obstruir as reformas nos sistemas judicial e legal. A presença da língua de Camões nas leis só serve para enganar a população e proteger os interesses de uma comunidade. Todas as legislações da RAEM devem ser traduzidas para Chinês e o monopólio luso ao nível profissional deve ser derrubado, para dar espaço aos residentes locais no sistema judicial. (...) O deputado sublinha que o atual sistema legal de Macau é o resultado de uma negociação política entre os interesses de dois países – Portugal aparentemente ganhou a segurança de preservar os interesses dos seus profissionais da área e a China quis assegurar que Macau voltaria a estar sob a sua soberania. (...) Para quem defende a singularidade das leis locais em comparação com outros sistemas legais continentais, Lee Chong Cheng também tem uma palavra a dizer. “Ou as pessoas ignoram as leis continentais ou exageram acerca do elemento da diferença para proteger os interesses dos profissionais do setor legal com uma educação portuguesa. Alguns desses profissionais têm influência na definição institucional dos sistemas legais do território e deliberadamente controlam a entrada de novos quadros que resultam na carência de recursos humanos no setor local. É esta a questão chave para os numerosos problemas do nosso sistema legal”. (Hoje Macau, 04/09/2009).

Na realidade o artigo referido antecedeu uma Interpeação Escrita à Assembleia Legislativa⁷³ em que o Deputado, embora de forma mais suavizada mas com o mesmo sentido, questionava a Administração quanto ao predomínio da língua portuguesa na área do Direito e a preponderância e permanência dos profissionais de língua materna portuguesa no exercício das atividades ligadas a este domínio – juristas e advogados –

⁷² Lee Chong Cheng é dirigente da AGOM – Associação Geral dos Operários de Macau.

⁷³Interpeação nº785, de 18/09/2009.

considerando existir discriminação na classe, favorável aos profissionais de língua portuguesa e impeditiva no acesso aos locais.

Quer o artigo de opinião quer a Interpelação do deputado causaram uma enorme indignação entre os profissionais da área e entre o segmento populacional lusófono residente em Macau. Na resposta governamental, dada pelo Diretor dos Serviços de Assuntos de Justiça, Cheong Wen Chong, é refutada qualquer prática discriminatória e é recordado que:

a Lei Básica da RAEM assegura que os residentes de Macau gozam do direito de igualdade e de liberdade na escolha da profissão e que o Governo de Macau adotou, desde sempre, o método da imparcialidade no âmbito do ingresso na profissão jurídica quanto ao pessoal jurídico graduado tanto em Macau como no exterior. Atendendo a que os alunos não graduados em Macau podem não ter conhecimentos profundos sobre o sistema jurídico de Macau, e para que estes não encontrem impedimentos no desenvolvimento dos seus conhecimentos jurídicos, o Governo da RAEM criou condições no sentido de os apoiar a exercer, com sucesso, a sua carreira jurídica (...) assegurando-lhes a possibilidade de gozar de oportunidades iguais às dos graduados em Macau (...). Presentemente, uma parte do pessoal que desempenha funções jurídicas nos serviços da Administração Pública é graduada em Macau e outra no Interior da China, Taiwan e Portugal (...) desde que preencham os requisitos gerais do desempenho de funções públicas e tenham concluído o curso complementar sobre o Direito de Macau, já têm a oportunidade de entrar nos serviços públicos para exercer funções na área jurídica (Resposta da DSAJ, à IE nº 785, de 18 de setembro de 2009).

Esta Direção de Serviços informa ainda que no que respeita à produção jurídica é de sua competência emitir pareceres e proceder à verificação das versões chinesa e portuguesa, sendo que, atualmente e contrariamente ao que acontecia antes da transferência do exercício da soberania, a maior parte do pessoal jurídico a desempenhar as suas funções nos diversos serviços são bilingues qualificados de língua materna chinesa pelo que uma grande parte dos projetos de diplomas jurídicos são redigidos em língua chinesa ou simultaneamente em ambas as línguas tendo a DSAJ a responsabilidade de proceder à sua apreciação e verificação no que respeita aos níveis jurídico e de tradução dos termos para as duas línguas oficiais. Relativamente à tarefa de uniformização terminológica, afirma-se que nas situações em que

é, efetivamente, difícil uniformizar uma determinada forma de expressão nestas duas línguas, opta-se pela alteração da redação portuguesa, como pressuposto da garantia da não alteração da intenção legislativa do diploma, a fim de adequar a redação portuguesa à forma de expressão habitualmente utilizada em língua chinesa (idem).

Não nos podemos esquecer que as declarações e a Interpelação de Lee Chong Cheng coincidiram com a aproximação de um período de campanha eleitoral e que, neste contexto, nomeadamente a informação veiculada através de um jornal de ampla tiragem como é o *Ou Mun* atingiria um vasto público ao qual, indiscutivelmente, este tipo de posição agradaria uma vez que é inegável a existência de setores locais que defendem, ora de forma mais afirmativa ora de forma mais velada, a saída permanente dos *colonizadores* ou daqueles que simbolicamente os representam.

Por outro lado, numa perspetiva mais pragmática, assiste-se a uma luta de posicionamentos dentro da classe profissional em que cada uma das partes se empenha na defesa do seu campo de possibilidades.

Já em 2007, numa das nossas missões a Macau, tivemos a possibilidade de assistir no terreno a outro confronto idêntico. Também usando da figura Interpelação Escrita⁷⁴ ao Governo através da Assembleia Legislativa, dois deputados levantavam igualmente a questão linguística como impedimento no acesso à profissão de advogado. Alegando que se aquando do *retorno de Macau à Pátria*, expressão comumente usada para referência à transferência de administração, havia escassez de pessoal com formação em Direito, dado que durante muito tempo não existiu em Macau qualquer curso superior nesta área, os advogados em exercício eram maioritariamente portugueses, não se compreende que, à data, decorridos cerca de sete anos da transição formal, tal se continuasse a verificar.

Dos cerca de 140 advogados atualmente existentes em Macau, apenas 20 conseguem ler e escrever fluentemente Chinês. De acordo com os dados publicados no website da Direção dos Serviços de Assuntos de Justiça, exercem em simultâneo, as profissões de advogado e notário 47 pessoas, das quais apenas uma meia dúzia consegue ler e escrever fluentemente Chinês. A língua chinesa é a língua materna da maioria dos residentes de Macau, mas os advogados que a dominam representam apenas 15%, por isso, sempre que os residentes contratam advogados como seus mandatários judiciais dão início a uma “conversa entre galinhas e patos” (Interpelação nº 376, de 18/07/2007).

Chan Meng Kam e Ung Choi Kun⁷⁵, os autores da Interpelação, levantam igualmente o problema dos advogados estagiários e a demora no acesso à inscrição como advogado, dando a entender que como o exercício da profissão depende da Associação de Advogados de Macau e da frequência e aproveitamento num curso específico organizado por esta instituição para o efeito, são colocados entraves e arrastados indefinidamente os processos de estágio dos candidatos a advogado chineses, contrariamente ao que acontece com os advogados provenientes de Portugal, situação que, afirmam, afeta gravemente as oportunidades dos quadros jurídicos de Macau e questionam:

⁷⁴ Interpelação nº 376, de 18/07/2007,

⁷⁵ Chan Meng Kam e Ung Choi Kun são deputados eleitos pela via direta, ligados ao sector fujianense. Chan Meng Kam é membro do Conselho Executivo.

Antes da Transferência de Poderes vigorava em Macau o sistema jurídico de Portugal, sendo então compreensível, ao longo de muito tempo, a singularidade dos advogados de Portugal e doutros países de língua portuguesa. Razões históricas. Mas após a Transferência, porque é que o tratamento não é igual para todos? Quando é que se acaba com esse benefício dado aos advogados de Portugal e de outros países de língua portuguesa? Eles são mais do que os outros? Quando é que se pode estabelecer um exame periódico, justo, imparcial e transparente para avaliar a qualificação para o exercício da profissão de advogado? Como se pode consubstanciar, de forma concreta, o espírito da localização das leis e dos juristas? Como é que o Governo vai aumentar a proporção dos advogados de língua materna chinesa em Macau? (idem).

De acordo com a resposta dada pela Secretária para a Administração e Justiça⁷⁶, o facto de os advogados portugueses e de outros países lusófonos poderem requerer a inscrição como advogados para o exercício da profissão assenta no princípio da reciprocidade, nos termos dos protocolos assinados com entidades congéneres, podendo os advogados locais igualmente exercer advocacia naqueles países, facto que está estabelecido no Regulamento do Acesso à Advocacia⁷⁷. Sendo o exercício do Direito uma atividade que, ao contrário de outras áreas de conhecimento, não possui uma linguagem comum mas que varia de acordo com os sistemas jurídicos vigentes em cada país ou território, o exercício de uma profissão neste domínio encontra-se limitada ao profundo conhecimento do ordenamento jurídico de cada local, não constituindo Macau, nesta matéria, uma exceção, pelo que existem formas complementares de formação, como o Curso de Introdução ao Direito, acessível a todos os que tenham obtido formação de acordo com outros sistemas jurídicos e que procurem adquirir e aprofundar os seus conhecimentos sobre o ordenamento de Macau tendo em vista o exercício de funções na Região.

Acresce que à Associação dos Advogados de Macau compete definir os requisitos de admissão para os que pretendam ingressar na advocacia, o que tem sido feito em colaboração com o Governo da RAEM nomeadamente com a disponibilização de cursos complementares em regime especial, no Centro de Formação Jurídica e Judiciária, possibilitando a aquisição dos conhecimentos necessários aos que não detinham os requisitos exigidos pela AAM para habilitação a estágio.

Recentemente, no decurso do primeiro semestre de 2013, foi tornado público que havia sido suspenso o protocolo, existente entre a AAM e a Ordem dos Advogados em Portugal, que possibilitava a reciprocidade no desenvolvimento da profissão entre os dois espaços geográficos, mediante um período de adaptação. De acordo com as declarações do Presidente da Associação, tal deve-se ao facto de, com o agudizar da crise económica e financeira que se vive em Portugal, chegarem a Macau cada vez mais profissionais desta área e cada vez menos qualificados para o exercício da profissão; a suspensão é apresentada como temporária e dependente da aprovação de novas regras

de acesso. No final do ano anterior, 2012, mais um deputado Ung Choi Kun, havia chamado a atenção na Assembleia Legislativa para a questão dos advogados portugueses e da situação de desigualdade relativamente aos advogados locais, dando origem a mais uma polémica sobre o assunto amplamente difundida na imprensa local.

O que está em causa, neste tipo de intervenções, não é, claramente, uma questão linguística. Discutimos o assunto com uma advogada chinesa e as suas observações são bastante elucidativas:

Há pessoas que utilizam a língua como pretexto. E isso significa o quê? A língua é a língua portuguesa que significa os portugueses... há pessoas que acham que a presença dos portugueses é que incomoda e atrasa os processos. Eu acho que é uma mentira. E ainda que fosse um bocado de verdade eu acho que é uma realidade que temos que aceitar porque a língua portuguesa é uma língua oficial e eu acho que isto não só acontece em Macau como em todo o lado. Por exemplo, qualquer dia podemos ter de utilizar o mandarim e por causa do uso da língua, do mandarim, nós termos de atrasar um bocado os processos... eu acho que nessa altura talvez todos iriam aceitar... e só por ser português as pessoas não aceitam, não é? (...) Mas eu acho que há uma outra realidade... mas não sei se... talvez eu como chinesa não lhe iria dizer isto... mas é a minha opinião pessoal... é porque agora ainda há muitos advogados portugueses, por exemplo, eu posso dizer que em termos de comunidade... porque juízes só temos poucos, temos alguns não é... Mas em termos de uma grande comunidade de portugueses agora só podemos encontrar na advocacia. E os advogados chineses com certeza, os chineses, não é, querem substituir essas pessoas, porque nós sabemos que a advocacia é uma vida privada e é uma profissão que... pronto, consegue ganhar... ganhar mais algum dinheiro... e muitas pessoas querem ou pensam, pronto, ah, saindo os portugueses só ficam os chineses, então a concorrência é menor, não é... E por isso eu acho que há pessoas que pensam desta maneira. Porque eu conheço advogados chineses que chegaram a comentar e dizer: ah, deviam já é proibir a entrada de advogados portugueses porque estão a concorrer conosco (Tam, advogada, língua materna chinesa; Entrevista nº79).

Para a nossa interlocutora, no entanto, o que impera são as leis do mercado. Sendo o exercício da profissão da esfera do privado é a oferta e a procura que comanda, e na relação entre a oferta e a procura está o fator qualidade. A dado momento da nossa conversa, Tam questionava sobre o facto de um Chinês precisando de advogado, à partida poder esperar-se que preferisse falar com um advogado Chinês, então porque é que escolhe um português? Devolvemos-lhe a questão ao que ela respondeu:

Porque é que havendo a barreira da língua, as pessoas ainda têm de recorrer a um advogado português? Porquê? Porque têm mais confiança, sabe, não é? É mais competente. E eu acho que isso é verdade. É verdade. E acho que quem tem de pensar e refletir somos nós, chineses. E se qualquer dia nós

⁷⁶ Disponível em <http://www.al.gov.mo/interpelacao/2007/list2007.htm>.

⁷⁷ Regulamento do Acesso à Advocacia, nº1, Artº. 6º..

conseguirmos, se tivermos competência para substituí-los isso iria acontecer de certeza, os chineses iriam ser escolhidos naturalmente pelo mercado. E por isso não é dizer, ah, mandar os portugueses embora e ficamos nós a tomar conta! Na verdade há pouca gente que possa ter capacidade de assumir tudo isso e ainda hoje... eu acho que ainda mesmo dentro de dez anos isto não vai acontecer. Porque agora há mais advogados chineses, só que são novos, eu também sou nova, não é. Temos ainda a aprender muito mais. Por isso eu acho, isso vai ocorrer naturalmente no tempo... se qualquer dia a pessoa preferir vir ter comigo e não com um português é porque eu sou melhor do que um português e não só por eu ser chinesa (Tam, advogada, língua materna chinesa; Entrevista nº79).

Para a nossa interlocutora a questão não se coloca em termos étnicos, até porque segundo afirmo entre os chineses também há discriminação.

[ainda na Administração portuguesa alguns responsáveis⁷⁸] andava sempre a aconselhar as pessoas para estudarem Direito, enquanto com os chineses eu só oiço dizer, as pessoas depois de se formarem em Direito, ah, é melhor fechar o curso, então nunca mais há pessoas a estudar Direito temos menos concorrência. São pensamentos diferentes... Não havendo o curso de Direito há poucas pessoas formadas em Direito, então eu sou mais qualificado, o meu valor é muito mais... (Tam; advogada; língua materna chinesa; Entrevista nº79).

Se aqui nos encontramos no domínio dos campos profissionais, e acreditamos que este tipo de atitudes não se circunscreva ao campo do Direito, é possível encontrar narrativas distintivas entre chineses reveladoras de situações de preconceito facilmente detetáveis no registo quotidiano.

Por exemplo, o Chinês de Macau às vezes encontram turistas da China... malcriado ou sujo... eles comentam, é... é... vem da China continental, é daqueles que vêm cá com salvo conduto... também há esse tipo de discriminação. Há esse tipo de comentários. E mesmo entre os chineses de Macau, por exemplo, ah! Este é da zona Norte, mora na Areia Preta... porque é tudo chineses que vêm mais recentes, são pessoas mais pobres... com pouca cultura e depois também têm hábitos diferentes. (...) Por isso nós dizemos, Ah, eu nunca iria viver no bairro da Areia Preta. Porque posso ter um vizinho muito sujo e outro vizinho muito barulhento a jogar Mah-jong. São culturas... mesmo entre os chineses há discriminação, por isso eu acho que se houver discriminação dos portugueses também não... os portugueses também não... não têm de ficar... (Tam; advogada; língua materna chinesa; Entrevista nº79).

As perspetivas e posicionamentos que foram sendo apontados pelos nossos interlocutores remetem para um conjunto de dimensões socioculturais que ultrapassam explicações simplistas centradas no fala-se/não se fala ou usa-se/não se usa o português. Foi possível identificar manifestações de desvalorização da língua

portuguesa e de desagrado quanto à sua (ainda) presença na Região, negando qualquer importância que possa ser atribuída a esta língua e criticando alguma centralidade que assume em determinados setores da sociedade local, conotando-a com os aspetos menos conseguidos no andamento da RAEM, de que é exemplo claro o domínio jurídico, resultando, muitas vezes, em práticas discriminatórias. Importa salientar que não existe relação entre o não-domínio ou conhecimento da língua portuguesa e as lógicas de afastamento a que nos fomos referindo: os profissionais do direito que mais frequentemente parecem insurgir-se com o que chamam o ainda predomínio do português nesta área, não sendo evidentemente portugueses, dominam a língua portuguesa – seja nos mais elevados cargos do setor, seja no grupo dos ainda estagiários de advocacia. Se ao mais alto nível é possível detetar aquilo que poderemos designar por ideologia *sinocêntrica*, na base da hierarquia encontramos sinais de disputa pelo mercado de trabalho e, quer ao nível das estruturas intermédias, quer entre pares profissionais é possível detetar efetivas práticas discriminatórias e estas são, muitas vezes, baseadas em argumentos linguísticos.

3. Referências Bibliográficas

Cabrira, Eduardo (1994), “O Bilinguismo Jurídico – Condição e Garantia da Autonomia e Identidade de Macau”, in *Administração, Revista da Administração Pública de Macau*, n.º 26, Macau, Serviço de Administração e Função Pública, pp. 667-677.

Ganhão, António (2004), “Portugal e os sistemas jurídico e judiciário de Macau”, versão eletrónica, acesso a 20 de setembro de 2013;

Oliveira, Jorge (1993), “A Continuidade do Ordenamento Jurídico de Macau na Lei Básica da Futura região Administrativa Especial”, versão eletrónica, acesso em 15 de setembro de 2013,

Sam Hou Fai (2009), *Discurso do Presidente do Tribunal de Última Instância, na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário 2009/2010*, Macau, Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.

Santos, Boaventura Sousa e Gomes, Conceição (1998), *Macau, o Pequeníssimo Dragão*, Porto. Edições Afrontamento.

Silva, Perpétua Santos (2012), *A Língua e a Cultura Portuguesas a Oriente: análise ao caso de Macau*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Departamento de Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.

Valente, Neto (2013), *Discurso do Presidente da Associação dos Advogados de Macau na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário*.

Valente, Neto (2009), *Discurso do Presidente da Associação dos Advogados de Macau na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário*.

⁷⁸ A nossa interlocutora identificou o local a que se referia bem como os nomes dos responsáveis com os quais havia trabalhado; essa informação encontra-se omissa para que não seja possível conhecer a identidade da entrevistada.

35. RAQUEL BEATRIZ DE LIMA MACHADO - CONSERVATÓRIO REGIONAL DE PONTA DELGADA

RAQUEL MACHADO nasceu em Ponta Delgada, em 1987. Ingressou no Conservatório Regional daquela cidade açoriana aos seis anos de idade, onde foi aluna da Prof.^a Irina Semiónova e completou o 8º Grau de Piano com a classificação de 18 valores. Enquanto aluna daquela instituição, participou em diversas audições, recitais e concertos, como solista ou integrando grupos de música de câmara e coro.

Em julho de 2009 terminou a Licenciatura em Música – Variante de Piano, na Universidade de Aveiro, na classe de Piano da professora Nancy Lee Harper e na classe de Música de Câmara do professor António Chagas Rosa. Em dezembro de 2009 recebeu o Prémio Caixa Geral de Depósitos – Melhor finalista da Licenciatura em Música, numa cerimónia que teve lugar no Auditório da Reitoria da Universidade de Aveiro. Participou em diversos master classes com os pianistas Massimiliano Valenti, Rudolfo Rubino, Mário Laginha, Paulo Pacheco, Sofia Lourenço, Miguel Borges Coelho, e Sergei Milstein.

No âmbito dos Cursos Internacionais de Música de Guimarães, trabalhou Música de Câmara sob a orientação de António Saiote. Em 2007 participou no recital de encerramento do Congresso Europeu de Professores de Piano (ESMAE, Porto), e no mesmo ano atuou na Sessão Solene Comemorativa da Elevação da Ribeira Grande a Vila, que decorreu no Teatro Ribeiragrandense. Em 2006 ingressou na Lira Açoreana, sendo a primeira pianista desta orquestra constituída por jovens músicos açorianos.



Enquanto Membro do coro do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro participou em diversos concertos, dos quais se destacam a Missa da Coroação (Mozart), Requiem (Brahms), A Criação (Haydn), a Nona Sinfonia (Beethoven), Sinfonia Coral (Beethoven) dirigida pelo maestro António Saiote e onde foi solista o pianista António Rosado. Atualmente ensina no Conservatório Regional de Ponta Delgada.

Como soprano, apresentou-se pela primeira vez como solista em maio de 2010 no Teatro Micaelense (S. Miguel – Açores), interpretando a *Missa Breve* de Delibes e *Alleluia* de Mozart.

Faz atualmente parte do Grupo Bruma Ensemble. Foi convidada dos Colóquios a Bragança 2010, Macau 2011 e Vila do Porto (Santa Maria) em 2011, Maia 2013, através do apoio da Direção Regional das Comunidades.



FOI CONVIDADA DOS COLÓQUIOS A BRAGANÇA 2010, MACAU 2011 E VILA DO PORTO (SANTA MARIA) EM 2011, MAIA 2013, ATRAVÉS DO APOIO DA DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES.

É SÓCIA DA AICL

ATUA COMO SOPRANO NO PRIMEIRO RECITAL

36. RAUL LEAL GAIÃO, LISBOA, PORTUGAL



RAUL LEAL GAIÃO, Mestre em Língua e Cultura Portuguesa/Estudos Linguísticos, com a dissertação de *Aspetos Lexicais na Obra de Autores Macaenses* (publicada).

Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Licenciado em Ciências Literárias pela Universidade Nova de Lisboa.

Colaborador do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa e Colaborador do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.

Desenvolve investigação na área do falar/dialeto macaense, tendo escrito e publicado vários artigos:

- "Línguas de Macau" in *Dicionário Temático da Lusofonia*.
- "Nhónha-nhónha – A Reduplicação no Crioulo Macaense", in *Pelas Oito Partidas da Língua Portuguesa*.
- "Asiaticismos no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa", in *SIMELP, I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*.
- "Asiaticismos no Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa", in *Atas/Anais 4º Encontro Açoriano da Lusofonia*.
- "Representações do crioulo macaense", in *SIMELP*



E SÓCIO DA AICL

PARTICIPOU EM MACAU E SANTA MARIA 2011, LAGOA E GALIZA 2012, MAIA 2013

APRESENTA DOIS TEMAS:

TEMA. 2.3. DOM JOSÉ DA COSTA NUNES: O MISSIONÁRIO DO ORIENTE, EVANGELIZAÇÃO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS- RAUL LEAL GAIÃO, INVESTIGADOR

Sinopse

Tendo nascido na Candelária, ilha do Pico (156/03/1880), o P. José da Costa Nunes exerceu a sua atividade sacerdotal em Macau, foi nomeado bispo de Macau (16/12/1920), Arcebispo Metropolitano de Goa e Damão e Primaz do Oriente e Patriarca das Índias Orientais (11/12/1940) e elevado a Cardeal da Cúria Romana (19/03/1962).

⁷⁹ "Homem de grande simplicidade, boa disposição, comunicativo. Levantava-se cedo para rezar e para estar disponível quando chegasse alguém; dava passeios; inesperadamente por vezes usava traje tradicional. Quando estava em Roma tinha vindas esporádicas. Recebia as pessoas, trabalhadores, falava com eles, punha-se ao nível

No domínio do seu múnus sacerdotal e episcopal nas diversas missões pertencentes à sua Diocese (num tempo de viagens penosas), efetuou visitas pastorais a Malaca (1911, 1923), Singapura (1923, 1924, 1928, 1933, 1934), Timor (1911, 1922, 1927, 1929, 1932, 1933/34, 1937/38), às Missões da China (1922, 1927, 1928, 1929, 1932, 1935, 1936), para além das visitas como representante da Igreja Católica a Goa (1922, 1927), Cantão (1937), Pequim (1930), Roma (1921, 1930) e Manila (1937).

Esta intensa atividade proporcionou-lhe um profundo conhecimento do Padroado Português do Oriente, permitiu-lhe desenvolver uma ação religiosa, pastoral e social nas diversas missões, traçar as orientações mais adequadas à realidade, com grande conhecimento de causa e de modo a cumprir a sua missão evangelizadora.

1. Introdução - A República e a Igreja

José da Costa Nunes⁷⁹ começou a exercer a sua função religiosa em 1903, em Macau, depois de ser ordenado padre, sendo designado Vigário-Geral em 1906 e em outras ocasiões e bispo em 1920. O espírito republicano fervilhava no princípio do século XX e a implantação da República em 1910 lançou fortes confrontos à religião e aos agentes seculares e regulares, ao defender a laicização do Estado e da sociedade, decretando a expulsão dos Jesuítas e outras ordens religiosas, determinando o fim do ensino da religião nas escolas, a laicidade do casamento e outros atos que marcavam a independência do Estado em relação à Religião Católica.

Em 1911 a Lei da Separação põe em causa o papel e a autonomia institucional da Igreja Católica, reduzindo o Estado ao mínimo o financiamento do culto, mas continuando a apropriar-se dos direitos sobre o Padroado Português do Oriente, supervisionando a ação missionária e reduzindo os seus agentes a um clero secular formado em instituições públicas.

No Oriente, os efeitos da política republicana começaram a sentir-se na Índia, Macau e Timor, espaços onde a educação e a assistência estavam nas mãos da Igreja, por efeito de encerramento dos institutos religiosos que formavam os missionários, com a expulsão dos Jesuítas e outros missionários, paralisando assim a ação da Igreja. Em Timor, ao tempo território integrado na Diocese de Macau, a situação ficou ainda mais fragilizada. Com a implantação da República, e segundo a lei da Separação das Igrejas, de 20 de abril de 1911, a Igreja Católica deixava de ser a religião oficial, perdendo todas as prerrogativas inerentes a essa condição, sendo expulsos os Jesuítas que dirigiam a missão e o colégio de Soibada, e as Irmãs Canossianas que administravam colégios em Soibada, Díli e Manatuto.

Apesar de os missionários conservarem os direitos adquiridos e os lugares em que se encontravam, não cessando as verbas oficiais e os apoios do Governo à atividade missionária e de ensino, uma vez que era difícil encontrar professores que preenchessem as funções dos missionários e com os mesmos custos, era de aproveitar os que não queriam retirar-se de Timor, com a condição de dirigirem o ensino para uma

deles. Pedia-me os fantoches, para, na janela da cozinha se divertir um pouco" (Palavras da Irmã Libéria que com ele conviveu na Casa de S. José, Candelária – Pico)

maior orientação profissional. Contudo, grande parte dos 22 padres existentes em 1910 foi saindo (Figueiredo, 2003).

A Lei da Separação, tornada também extensiva à colônia de Timor, terminava oficialmente toda a interferência do Estado na vida e organização da Igreja Católica, bem como o apoio que esta recebia. Foram criadas as missões laicas para substituírem as católicas, embora não tenham resultado, pois era impossível recuperar as tarefas abandonadas pelos Jesuítas e pelas madres canossianas, para as quais os padres seculares vindos de fora não estavam preparados e era com dificuldade que estes asseguravam o funcionamento de algumas escolas.

Em maio de 1919, como as missões laicas não chegaram a funcionar, o Estado português reconhecia a importância das missões católicas enquanto agentes de civilização e dos interesses nacionais, regulamentando a implementação e funcionamento das designadas “missões civilizadoras”, laicas e religiosas, assumindo o Estado subsidiar estas últimas enquanto “*elementos de ação civilizadora e nacionalizadora*” (Figueiredo, 2003: 561).

2. O Missionário do Oriente – Atividade missionária

A Diocese de Macau, criada em 23 de janeiro de 1575, abrangia a China, o Japão e o Tonquim, com uma população de 500 milhões de pessoas. Sofrendo alguns cortes ou separações, com a criação de novas dioceses ao longo do tempo, em 1903 a Diocese de Macau, apesar de mais reduzida em extensão, abrange ainda “*a Colônia Portuguesa de Macau (com as ilhas da Taipa e Coloane), 13 distritos da província de Kuan-Tung na China, a Colônia Portuguesa de Timor e as paróquias isentas de S. José de Singapura e de S. Pedro de Malaca*” (Cardoso, 1999g: 165).

Com a proclamação da República em 1910, o P. José da Costa Nunes viu-se confrontado com dificuldades e conflitos, devido à ausência de D. João Paulino que se viu obrigado a sair de Macau perante as ameaças e a iminência de perigos previsíveis. Neste sentido, desde muito cedo que o P. José marcou a sua posição relativamente à República, nomeadamente mostrando como a política republicana era prejudicial para Portugal, pois punha em causa o próprio Padroado para o país.

Num artigo de 1915, o P. José da Costa Nunes exprime combativamente a sua opinião: “*A meu ver, a manutenção do Padroado depende da manutenção da Concordata com a Santa Sé, e a Concordata, celebrada no regime de união da Igreja e do Estado, não faz sentido num regime de separação*” (Cardoso, 1999a: 150). Justifica a sua preocupação pela incongruência de Portugal querer manter a soberania sobre o Padroado, deixando de cumprir, pela Lei da Separação, os compromissos acordados com a Santa Sé, podendo esta “*reaver o Padroado e entregá-lo a quem muito bem o quiser*”.

Por todas as paragens da Diocese de Macau e onde exerceu a sua ação missionária, D. José da Costa Nunes como padre, vigário geral e principalmente como bispo marcou um lugar de relevo nas inúmeras e diversificadas atividades que desenvolveu: a criação e gestão das casas de assistência e educação, o engenho de diplomata, a palavra forte e inteligente na cátedra e no púlpito, no jornalismo literário, doutrinário e polémico, a

presença enérgica nas tertúlias académicas animadas por grandes figuras, entre as quais Camilo Pessanha, nas salas de conferências, o empenhamento nas suas relações sociais, tornando-se uma figura imprescindível, e entusiasmante, de personalidade forte e cativante. (Bettencourt, 1999e)

Como gestor, fez o saneamento das finanças diocesanas, pagando dívidas, angariando novas fontes de receita para o desenvolvimento e ativação de obras escolares e de assistência, da evangelização, para suportar o necessário aumento do pessoal missionário, não só padres, mas também religiosas e catequistas. Ao mesmo tempo, a eficiência de gestão exigia orçamentos sérios e rigorosos bem como a elaboração de estatísticas cuidadas que com rigor mandou efetuar, não só para conhecimento do que existia, mas para planeamento a conceber.

Como jornalista, colaborou em jornais e revistas. Fundou a Revista *Oriente*, no princípio de 1915, sendo o seu principal colaborador; pele sua forte e empenhada ligação ao jornalismo e à escrita; numa carta a um conterrâneo açoriano, lamenta a sua existência breve, pois apenas teve a duração de um ano:

“ [...] *tive pena de acabar a Revista. Apesar de ter o tempo já bastante tomado, entretinha-me, contudo a rabiscar para o Oriente. Ainda pensei em continuar por mais um ano, mas depois desisti à vista da indiferença com que a maior parte dos macaenses residentes fora desta colônia recebia a Revista. Preocupam-se mais com coisas inglesas do que portuguesas. Outros houve, porém, que sentiram a suspensão, sobretudo os portugueses europeus aqui residentes*” (Cardoso, vol X, p. 56)

Uma das suas grandes preocupações foi o cuidado com a formação do clero, investindo no Seminário de S. José, com a melhoria do pessoal formativo e docente, com um aumento substancial de seminaristas (muitos deles idos dos Açores), entregando aos Jesuítas a direção espiritual dos seminaristas e a Reitoria do Seminário.

Também a educação e nomeadamente a formação profissional, fez parte dos seus objetivos missionários. Colocou ao cuidado das Franciscanas Missionárias de Maria, expulsas no tempo da República, o Colégio de Santa Rosa de Lima, para raparigas. Fundou em Macau um colégio para rapazes chineses, através do qual introduziu a educação profissionalizante. No mesmo sentido reforçou os Salesianos (levados por D. João Paulino) com novos edifícios e o apetrechamento das suas oficinas para a adequada preparação dos jovens em temas profissionais.

Na China, nas regiões sob sua jurisdição, reavivou as missões católicas ali sedeadas com uma criteriosa organização missionária, aumentando o número de missionários, fez crescer o número de igrejas, residências, escolas e obras de assistência e em que se salientou a ação da Companhia de Jesus. Nos territórios de Singapura e Malaca intensificou a ação pastoral, dotando a igreja local de estruturas escolares próprias.

Timor foi uma das suas grandes preocupações: para melhorar a educação religiosa, fundou uma escola de catequistas que ministrava o ensino equivalente ao 3º ano dos liceus e habilitava os formados a lecionar a instrução primária. Criou também um colégio e uma escola de artes e ofícios.

Aumentou o pessoal missionário, eclesiástico, religioso e catequístico, multiplicaram-se os postos das missões, igrejas, capelas, residências, obras escolares e de assistência e no fim do seu mandato como bispo de Macau, as estatísticas evidenciam claramente a sua empenhada ação missionária (Lourenço, 1980: 30):

	1918	1940	Δ Diferença
Igrejas, capelas e oratórios	82	151	69
Missionários	65	88	23
Religiosas	58	133	75
Professores	124	331	207
Catequistas	25	373	348
Escolas e colégios	47	96	49
Casas de beneficência	11	16	5
Batismos	2903	9147	6244
Católicos	29628	50916	21288

3. Evangelização e aprendizagem de línguas

A extensão e a distribuição por vários espaços contribuem para que fossem faladas pelo menos 21 línguas e dialetos na Diocese de Macau (no início do século XX): Português, Inglês, Puntí (cantonense), Hakka e Haklo (dialetos chineses), cristão (dialeto português falado em Singapura e Malaca) (Cardoso, 1999h: 166) e as 14 línguas ou dialetos falados em Timor⁸⁰, pois falam-se várias línguas ou dialetos, Tetum, Galóli, Idaté Macassai, Huiamá, Dagadá, Midic, Naumic, Nauete, Bunác, Vaiqueno, Mambae, Tucuded, Kêmac e Lacalei (Cardoso, 1999: 166). Era indispensável o conhecimento das línguas nativas para pregar, dar os sacramentos, celebrar os diversos ofícios religiosos, ensinar e mesmo traduzir do latim os fundamentos da religião católica de forma a poderem ser acompanhados e entendidos pela população.

No início da evangelização, no século XVI, a necessidade de aprendizagem das línguas nativas era uma preocupação constante. A primeira tarefa que era incumbida a cada missionário, ao chegar à missão a que se destinava, era dedicar-se ao estudo intensivo da língua local, uma vez que não a conhecia, ficando os missionários frequentemente “dependentes dos intérpretes para os primeiros contactos com os potenciais convertíveis e para a aprendizagem das línguas orientais. (Ferro, 1998: 387-388) No Oriente, o ensino das línguas chinesa e japonesa, no colégio de S. Paulo em Macau, assumiu uma importância fundamental para a formação dos missionários destinados à China e ao Japão. Desenvolveu-se “o recrutamento do clero nativo, que permitia ensinar a língua aos ocidentais, auxiliá-los na missão, no estudo dos textos

religiosos hereges, nas traduções dos textos cristãos e no confronto com os clérigos autóctones”. (Ferro, 1998: 392)

Para pôr em prática a estratégia da evangelização da China, “Valignano deu a conhecer os fundamentos da sua abordagem numa diretiva de 1552 que exigia que os missionários se dedicassem assiduamente à aprendizagem do Chinês escrito e falado e ao estudo dos costumes do país e de tudo o mais que fosse necessário ao progresso das missões. Na sua opinião, o domínio da língua e dos costumes era condição sine qua non para a conversão da China” (Rae, 1994: 122)⁸¹

Malatesta refere a importância e a necessidade de aprendizagem da língua chinesa para a conversão da população, pois na China era necessário dominar a língua, falando-se apenas Chinês, pois não era bem visto o uso de uma outra língua, pondo em causa a sua integração na sociedade chinesa: “A 12 de fevereiro de 1582, Valignano acrescentou ao texto original, ao memorial para os Superiores do Japão, a sugestão de que fossem destinados quatro escolásticos, em Macau, para se dedicarem apenas ao estudo da China e da sua literatura, uma vez que sem conhecimento da língua seria impossível tentar com eficácia, converter a China” (Malatesta, 1994: 52)

Também Matteo Ricci partilhava da opinião de Valignano sobre a necessidade e o domínio da cultura chinesa para a ela se adaptar: “o conhecimento da sociedade chinesa, o reconhecimento dos letrados e da filosofia de Confúcio como a classe e a cultura dominantes, a adaptação do vestuário e do comportamento, um domínio dos clássicos que se equiparava ao dos académicos chineses, a adoção de termos chineses para nomear conceitos cristãos e a conciliação das práticas cristãs com os padrões sociais e morais chineses. (Rae, 1994: 122)

Do mesmo modo, S. Francisco Xavier, no Japão, entre 1549 e 1551, para maior eficácia na ação missionária, já apelara aos Jesuítas para aprenderem e dominarem a língua japonesa, pois o sucesso da missão dependia do esforço na aprendizagem da língua. Também a formação indígena assumiu um papel fundamental e em cada Seminário recolhiam-se crianças provenientes das várias regiões, para aprenderem uma nova língua sem esquecerem a sua natural. Por outro lado, em 1560, o Geral dos Jesuítas aprovou que fossem levados “homens das partes remotas para os doutrinar, que possam servir para a conversão de suas nações” (Ferro, 1988: 388)

Para suprir o desconhecimento da língua local, nomeadamente da língua chinesa, houve o recurso a intérpretes locais, conhecedores dos rudimentos da oralidade da Língua Portuguesa e que acompanhavam os padres para a penetração na China e no Japão, pois “os intérpretes, depois de convertidos e doutrinados, foram fundamentais na missão no Oriente. Contudo não substituíam o conhecimento que os sacerdotes precisavam de ter das línguas locais, particularmente no Japão e na China, onde, além

⁸⁰ D. José da Costa Nunes refere que “em Timor falam-se mais de 30 línguas diferentes” (Cardoso, 1999, p. 859)

⁸¹ “Em novembro de 1588, Valignano, para encorajar os missionários da China, alterou a transferência do Japão para a China do Padre Francesco de Petris que era homem de talento, e que já se encontrava em Macau. Começou imediatamente a estudar Chinês e chegou a Zhaoqing em dezembro de 1591, pouco depois da morte de d’Almeida”. (Malatesta, 1994:13)

“Para Valignano, era evidente que a China não podia ser conquistada através da abordagem europeia clássica, pelo que escreveu ao Jesuíta Geral assegurando-lhe que, para ter qualquer possibilidade de sucesso, a abordagem dos missionários teria de ser completamente diferente da adotada em outras missões no Oriente”. (Rae, 1994: 122)

das respetivas línguas serem mais complexas, havia religiões cultas e fortemente institucionalizadas”. (Ferro, 1998: 390)

D. José da Costa Nunes segue e defende a estratégia do estudo das línguas locais aplicada ao terreno missionário por parte dos Jesuítas a quem reconhecia o grande papel na evangelização, nos séculos passados. Ao longo das inúmeras visitas pastorais efetuadas, percorrendo o extenso e por vezes longínquos territórios da sua Diocese, José da Costa Nunes verificou que os missionários não falavam a língua da região evangelizada, nem manifestavam cuidado e interesse em aprender/estudar as línguas nativas consideradas fundamentais para o exercício do ministério missionário e para uma evangelização eficaz. Em Timor, por exemplo, em grande parte da ilha o catecismo era ensinado em português a indígenas que não percebiam nada de português e muito menos do latim em que eram rezadas as missas e outros ofícios divinos. As principais tarefas pastorais como a confissão, a pregação e a administração dos sacramentos ou eram feitas em português, o que causava naturais constrangimentos pelo fraco ou quase desconhecimento da língua, ou eram executadas por curas e clérigos locais, recrutados pelos missionários para serem mediadores linguísticos. No sentido de obviar às dificuldades e de forma a conceder os meios para desempenharem a sua missão, o bispo de Macau, D. José da Costa Nunes ordena que seja feita a aprendizagem pelos missionários da língua nativa falada na região em que efetuassem a evangelização:

“1 – O missionário não indígena, enviado para as missões do interior da China, é obrigado, durante os dois primeiros anos, a fazer exame de Chinês, de 6 em 6 meses.....]”

3 – Os missionários de Timor devem estar habilitados a ouvir confissões no fim do 1º semestre e a pregar no fim do 2º na língua falada na região que habitarem.

4 – Quando essa língua não for o tétum, os referidos missionários estudá-lo-ão no ano seguinte ao da sua chegada a Timor, observando-se as mesmas disposições do número antecedente.

5 – Aos missionários de Singapura e Malaca aplica-se o disposto no nº 1, com relação à língua inglesa, sendo muito para estimar que se dediquem também ao estudo do malaio [...]”

7 – Quando o resultado do exame for negativo, conceder-se-ão ao missionário mais 6 meses para se preparar, mas no caso de se verificarem idêntico resultado na segunda prova, o assunto será trazido ao nosso conhecimento, a fim de aplicarmos a penalidade que julgarmos conveniente” (Cardoso, vol. IV, pp. 120-121)

No âmbito deste plano de uso das línguas nativas na evangelização, propõe que dois missionários, que conheçam o patoá português de Malaca, sejam colocados para necessidades religiosas da população católica, e que um terceiro se ocupe da cristianização do elemento Chinês,⁸² lembrando o facto de, em Singapura e Malaca se

falar português e se amar entranhadamente o nosso país, e isso ser devido à ação religiosa e patriótica dos nossos missionários, ilustrando este facto com o trecho de um sermão, pregado no patois de Malaca, na igreja portuguesa de Singapura. (Cardoso, 1999b: 45)

“*Empti enim estis pretio magno. – Jesus já comprá com nós, por unga preço bom alto.*

Cristãos!

“Unga suór frio. Suór di morte já começê corrê na corpo di Salvador. Jesus já têm agonia di morte; más um pôco tá bai morrê. Sua côrpo tem bom bom fraco, sua chaga cha tem bom fundo, na terra nunca achá unga nada di judação, céu já largá cum Ele; este causo tudo esperaça já cabá. Jesus mestêr morrê.”⁸³

Nas suas viagens por diversas partes da Ásia era com satisfação que ouvia falar português, ou mais propriamente crioulo de base portuguesa, reconhecendo ser fruto da evangelização cristã e lembrando a ação missionária dos portugueses de outros tempos. Ao viajar pelo interior da Malásia, em diversos pontos, constantemente “surgiam grupos de naturais que mandavam estacar o automóvel para verem – diziam – um Bispo português. E todos se mostravam muito satisfeitos por falarem com o bispo de Macau, na língua interessantíssima, de que usam, uma espécie de patois do português, - *papiar cristão*” (Bettencourt, 1999, vol. VI, p. 129). Teve a mesma percepção ao passar pelo Camboja. “*Depois da missa, vi-me rodeado de católicos que eram portugueses, - que oravam e rezavam em papiar cristão.*” (Bettencourt, 1999d: 129)

Teve a mesma preocupação com o ensino da Língua Portuguesa, salientando que as missões têm obrigação de ensinar português e história pátria, como diz o artigo 32 do Decreto 6.322 e neste sentido, regozija-se que no Colégio de S José a funcionar no Seminário em Macau, sobretudo nos últimos dois anos, tenha aumentado muito a frequência de alunos pensionistas, vindos de Hong Kong e outros pontos vizinhos.

“*Se quisermos averiguar as razões determinantes deste facto, havemos talvez de ir descobri-las na corrente que começa agora a acentuar-se em favor da língua portuguesa, devido à propaganda persistente feita nesse sentido. De facto, é consolador notar entre as Colónias macaenses do Extremo Oriente um certo interesse e amor pela língua pátria, dando isto em resultado as famílias macaenses mandarem educar os seus filhos neste Seminário, onde, ao mesmo tempo que estudam o inglês, têm a vantagem de aprender português*” (Cardoso, 1999b: 68)

Com o sentido da realidade, acentua que ensinar a ler e escrever uma língua, que não seja a materna, a crianças completamente analfabetas, é antipedagógico, pois as primeiras noções a ministrar a uma criança devem ser na própria língua, pois os sinais gráficos, quando representam nomes conhecidos, trazem logo à mente a imagem do próprio objeto e despertam imediatamente na alma infantil um certo interesse e

⁸² Conviria também muito que um desses missionários soubesse música para formar e dirigir a capela matriz, atualmente desorganizada à falta de diretor” (Cardoso, 1999b: 45)

⁸³ Por acharmos importante e de valor histórico, em Anexo II apresenta-se o texto completo.

curiosidade, facilitando ao mesmo tempo a pronúncia correta da palavra. (Cardoso, 1999). Por isso conclui ser necessário começar o ensino escolar pela língua materna e, só depois, de o aluno saber ler nessa língua, passará a estudar a nossa, com vantagem e aproveitamento.

Sobre a situação linguística em Timor (que na sua perspetiva se falavam mais de 30 línguas), observa que não é prático, para tão grande diversidade de línguas ser possível arranjar livros e professores, e neste caso seria o tétum (embora haja duas espécies de tétum, o de Díli e o da Contra-Costa) a primeira língua a ser ensinada em todas as escolas da Missão, pois pela sua estrutura, é uma língua afim das outras faladas no território, e que a criança timorense em poucos meses, facilmente a consegue falar, não deixando ainda de registar que neste caso o tétum não seria, para uma grande parte da população escolar, a língua materna, subsistindo, portanto, os inconvenientes apontados com relação à primeira aprendizagem escolar em língua portuguesa, (Cardoso, 1999d; 859).

Sobre o problema da instrução em Timor, pensa que se deve focar a ensinar o indígena a falar a nossa língua, a ler e escrever um pouco de português, a fazer as quatro operações e a fornecer-lhe umas noções muito gerais da nossa história, mais para veículo do sentimento pátrio, ao contrário do que preceitua o “Regulamento para as Escolas de Instrução Primária em Timor”, no seu artigo 5, numa infinidade de coisas, que fazem parte do programa de ensino adotado nas escolas da Metrópole. Ao mesmo tempo critica os professores que “passam anos a ensinar aos alunos das últimas classes de instrução primária subtilidades gramaticais, análise e outras coisas várias, gastando tanto tempo precioso, a ensinar a mudança da ativa para a passiva, a distinção entre complemento objetivo e complemento direto e outras coisas similares. (Cardoso, 1999) Tendo em conta o meio em que se integram, seria mais proveitoso o ensino profissional, particularmente o ensino agrícola, sob uma forma prática, criando escolas agrícolas e de artes e ofícios. Como verificamos, a estratégia de evangelização de D. José da Costa Nunes, passou pelo ensino das línguas nativas, da língua portuguesa, da formação escolar e particularmente a formação profissional.

4. Bibliografia

Alves, J. M. dos Santos (1998), “Cristianização e Organização Eclesiástica”, in A. H. de Oliveira Marques (dir), *História dos Portugueses no Extremo Oriente, Em Torno de Macau*, 1º vol, Tomo 1. Lisboa: Fundação Oriente, 301-347.

Cardoso, Tomás (org), (1999a), *Textos do Cardeal Costa Nunes*, Vol I. Macau: Fundação Macau.

Cardoso, Tomás (org), (1999b), *Textos do Cardeal Costa Nunes, Escritos*, Vol II. Macau: Fundação Macau.

Cardoso, Tomás (org), (1999c), *Textos do Cardeal Costa Nunes, Documentos Oficiais*, Vol IV. Macau: Fundação Macau.

Cardoso, Tomás (org), (1999d), *Textos do Cardeal Costa Nunes, Pastorais*, Vol V. Macau: Fundação Macau.

Cardoso, Tomás (org), (1999e), *Textos do Cardeal Costa Nunes, Conferências*, Vol VI. Macau: Fundação Macau.

Cardoso, Tomás (org), (1999f), *Textos do Cardeal Costa Nunes, Viagens*, Vol VII. Macau: Fundação Macau.

Cardoso, Tomás (org), (1999g), *Textos do Cardeal Costa Nunes, Cartas aos Católicos de Goa*, Vol XV. Macau: Fundação Macau.

Cardoso, Tomás (org) (1999h). *Textos de D. Jaime Garcia Goulart*. Fundação Macau, Macau.

Ferro, J. Pedro (1998), “Os Contactos Linguísticos e a Expansão da Língua Portuguesa”, in A. H. de Oliveira Marques (dir), *História dos Portugueses no Extremo Oriente, Em Torno de Macau*, 1º vol, Tomo 1. Lisboa: Fundação Oriente, 351 – 459.

Figueiredo, Fernando (2003). “Timor (1910-1955)”. In A. H. de Oliveira Marques (Dir), *História dos Portugueses no Extremo Oriente, Macau e Timor no período republicano*, 4º vol. pp. 521-282. Fundação Oriente.

Lourenço, José M. (1980), “Dom José da Costa Nunes”, in *Cardeal D. José da Costa Nunes – In Memoriam*. Braga: Editorial A. O.

Malatesta, Edward (1994), “Alessandro Valignano *Fan Li-An* (1539-1606) Estratega da Missão Jesuíta na China”. *Revista de Cultura*, nº 21, 51-66.

Rae, Ian (1994), “A Abordagem “Comunicativa Intercultural” dos Primeiros Missionários Jesuítas na China”. *Revista de Cultura*, nº 21, 117-128.

ANEXO I

Dados Biográficos

15/03/1880 – Nascimento, Candelária, Pico, Açores.

19/03/1880 – Batismo na Candelária.

1893 – Ingresso no Seminário Episcopal de Angra.

01/06/1901 – Ordens Menores na igreja de S. Francisco, Angra, Açores.

23/03/1902 – Ida para Macau, a convite de D. João Paulino, bispo de Macau, como secretário particular.

04/06/1902 – Chegada a Macau.

25 e 26/07/1903 – Ordenado Diácono e Presbítero.

31/07/1903 – Missa Nova em Macau.

06/07/1904 – Visita às Missões de Malaca e Singapura.

1906 – Vigário Geral.

03/04/1907 – Governador do Bispado, durante a ausência do bispo, D. João Paulino.

1911 – Viagem e visita a Singapura, Mala e Timor.

1915 – Funda a Revista *Oriente*.

22/02/1918 – Vigário Capitular.

16/12/1920 – Eleito Bispo de Macau (1920-1940)

20/12/1921 - Ordenação Episcopal na Igreja Matriz da Horta.

04/06/1922 – Entrada solene na Diocese de Macau

11/12/1940 – Nomeado Arcebispo de Goa e Damão (1940-1953), Primaz do oriente, Patriarca das Índias Orientais.

19/03/1962 – Elevado a Cardeal pelo Papa João XXIII.

(1962-1965) - Participação no Concílio Vaticano II.

1963 – Participação no conclave que elegeu o papa Paulo VI.

1964 – Nomeado legado papal para as Comemorações do IV Centenário das Missões da Companhia de Jesus (em Macau) e para o IV Centenário da chegada dos primeiros missionários católicos a Macau.

30/08/1967 - Criação do Patronato Infantil da Casa de S. José – Candelária – Pico.

29/12??/1976 – Morte em Roma.

27/06/1997 – Transladação dos restos mortais para a igreja da Candelária.

ANEXO II

“Empti enim estis pretio magno. – Jesus já comprá com nós, por unga preço bom alto.

Cristãos!

“Unga suór frio. Suór di morte já comecê corrê na corpo di Salvador. Jesus já têm agonia di morte; más um pòco tá bai morrê. Sua còrpo tem bom bom fraco, sua chaga cha tem bom fundo, naterra nunca achá unga nada di judação, céu já largá cum Ele; este causo tudo esperaça já cabá. Jesus mestêr morrê.

“Qui proféta proféta já falá na causo di Salvador, tudo tá bai ficá completado. Raiva, odio di judeu judeu tá bai ficá satisfêto, mas poder di inferno lôgo ficá fráco, pórtá di céu logo ficá abérto. Cristãos! Antes di Jesus morrê bai nós tudo cum nós sua sentido na calvario, bai náli pagá rês sua ultimo respêto cum nós sua pai, bai oubi sua ultimo palavra, bai assisti sua morte.

“Cristãos! Na caminho di calvário inda tem quente sangue di Jesus; tudo esse sangue, qui Jesus cum tanto trabalo chumá para nós sua amor, já discorrê na caminho di calvário; judeu cum tudo atrivido tá pizá tudo esse sangue já qui sai já fazê Jesus còrpo ficá bom bom fraco. Sua trumento trumento quijá sofrê tem assim tamanho, qui si nunca poder di Deus aguentá sua bida, Jesus já mester morrê. Por unga milagre qui Jesus tem bida!”

TEMA.1.8. COZINHAÇAM DI MACAU E LÍNGUA MAQUISTA, RAUL LEAL GAIÃO, INVESTIGADOR

SINOPSE

A gastronomia macaense e o crioulo de Macau são elementos constituintes da identidade macaense que se formaram na horizontalidade histórica e resultantes da comunicação entre portugueses e diversas culturas, a partir do tempo das descobertas. No referente à gastronomia, a cozinha macaense experimenta os ingredientes e apura os múltiplos sabores portugueses, chineses, indianos, malaios, de Ceilão e de Timor e mesmo africanos. O crioulo de Macau, também conhecido por *patuá*, *papiaçãm*, *língua maquista*, *papiá cristám di macau*, *lingu nhonha* é também originário dos contactos efetuados pelos portugueses com diversas comunidades e culturas do Oriente, através das trocas linguísticas que se fixaram no patuá, de base portuguesa e integrando influências malaias, indianas, chinesas, japonesas e mesmo filipinas e africanas. A cozinha macaense e o crioulo refletem, particularmente, a evolução da comunidade

macaense. Adé, na sua escrita crioula, tanto na prosa como na poesia, desfila as iguarias macaenses pelas reuniões e festas da comunidade (Natal, Carnaval, casamentos, batizados), exaltando os sabores, espelhando o retrato social dos macaenses, marcando a identidade “*Di nósso Macau antigo*” e satirizando aspetos da vida macaense, como o futuro de Macau, representado por uma espécie de “chau-chau”, de sabor duvidoso; José dos Santos Ferreira usa imagens da gastronomia para representar muitos dos traços identitários da comunidade, incluindo a língua crioula:

“Sucre sã doci, // lête co-mel sã dóci

Dóci sã lingu maquista,

Dóci papiaçãm di Macau”.

1. INTRODUÇÃO – COMUNIDADE/CULTURA MACAENSE

Quando se fala em cultura macaense, designa-se uma cultura híbrida, resultante da confluência da cultura portuguesa com a chinesa, num processo de miscigenação com outras culturas da região, encontrando na comunidade macaense o seu suporte físico mais importante (Venâncio, 2010: 44). Os membros desta comunidade são, na sua qualidade de mestiços, originários de cruzamentos entre portugueses e mulheres da região, sobressaindo as chinesas, malaias e indianas. Macaense, como é entendido em Macau, indica o natural da terra, mas com ascendência portuguesa e com cruzamentos diversificados: “[...] as euro-asiáticas teriam sido, em grande maioria, as mães dos macaenses, filhas das primeiras famílias estáveis radicadas em Macau” (Amaro, 1988: 6); segundo Bento da França, no macaense predominam “[...] traços gerais mongólicos, mas também participa de feições dos europeus, malaios, canarins [...] e é produto de grande mistura de raças e sub-raças, resultante de repetidos cruzamentos, feitos à mercê do acaso” (Amaro, 1994: 13).

Sendo raras, nos primeiros tempos, as portuguesas europeias que rumavam ao Oriente, além das chinesas, eram as mulheres de várias etnias que acompanhavam e casavam com os portugueses. “As fontes históricas apontam para as mulheres malaias e indianas como as primeiras companheiras dos portugueses fundadores de Macau, porém na condição de escravas” (Amaro, 1988b: 6). A comunidade macaense consolidou a sua identidade “não apenas em função de um longo processo de assimilação de uma diversidade de experiências culturais pela afluência ao território de indivíduos oriundos de diversas regiões do continente asiático, mas sobretudo pelas funções de intermediação que veio a exercer em diversos momentos da história das relações entre portugueses e chineses.” (Madeira, 2011: 628-629)

2. COZINHAÇAM DI MACAU E LÍNGUA MAQUISTA

A identidade macaense, de matriz portuguesa, construída pelo cruzamento de culturas, um *melting pot*, na expressão moderna e antropológica, materializa-se nas diversas formas de manifestação identitária: a língua, a religião, a vida quotidiana, a culinária, as relações sociais, elementos que caracterizam a índole, os sentimentos, a maneira de ser,

os costumes desta comunidade, sendo o dialeto macaense e a gastronomia “marcos indeléveis do encontro entre civilizações diferentes” (Ferreira, 1996a), e que se foram construindo paralelamente.

A mulher teve um papel primordial na formação da variedade lexical (presente no falar macaense) e na criação da cozinha macaense, por múltiplas razões históricas: as ligações dos portugueses às mulheres malaias, indianas, japonesas e chinesas, a presença de elementos lexicais das línguas destas mulheres no crioulo de Macau, a introdução de ingredientes gastronómicos das diferentes culturas, o facto de o crioulo se falar no meio familiar onde se efetuou o apuramento dos sabores e de, no lento processo de descrioulização, o reduto do falar crioulo se ter ido limitando às nhonhas e suas crioulas (Gaião, 2008), de tal modo que no falar macaense o campo semântico dominante são ainda hoje os termos ligados ao espaço doméstico, principalmente à culinária. (Gaião, 1999: 64-65)

Como Cecília Jorge, macaense e profunda conhecedora da cultura macaense, regista, a gastronomia desta comunidade é herança dos vários povos em contacto: “Macau herdou dos chineses o hábito das gemas ou ovos salgados; os peixes, mariscos e moluscos secos; feijões, leguminosas e hortaliças salgadas, liofilizadas ou avinagradas ou conservadas em óleos, aguardentes e especiarias. De Portugal vieram-nos sobretudo os hábitos dos fumados e da vinha d’alhos. Possivelmente da Malásia e da Índia, da Tailândia e do Ceilão, retivemos os chatini, balichão, ou muitos sambais e missós. Às nossas ligações a Timor fomos buscar o “peixe esmagal” e o limão de Timor” (Jorge, 1993b: 53-54).

Na fase de desagregação da comunidade macaense, com a diáspora para Hong Kong, Xangai e mais tarde para a América, Canadá, Estados Unidos e Brasil, e ainda para Portugal, com a transferência de Macau, as iguarias são o pretexto e o centro do convívio e de união dos macaenses, continuando a ser uma das vias de aglutinação da comunidade, e afirmando, deste modo, a identidade de uma comunidade dispersa pelo mundo. Algumas destas iguarias marcam simultaneamente a resistência à voragem dos tempos quando muitos elementos identitários vão desaparecendo: o *chá-gordo*, onde se podem apresentar vinte ou trinta especialidades culinárias (doces e salgados), o *balichão tamarindo* (febra de porco, pasta de tamarindo, jagra [açúcar de cana]), *balichão* (conserva feita com camarões pequenos, sal e ingredientes, louro, banha, sal, pimenta e gengibre) (Jorge, 1992b: 80-81), ou ainda o *chau-chau* (refogado à chinesa com mistura de carnes e vegetais variados), o *diabo*, prato forte e farto de panados, fritos, assados e guisados com carnes desossadas com açafrão e outras especiarias e com uma boa dose de chili (malaguetas) (Jorge, 1993a: 59), o *tacho* (chau-chau pele), preparado geralmente no inverno, na época do Ano Novo Chinês, não podendo faltar pele de porco torrada, galinha, inhame, chispe carnes fumadas (chouriço chinês fumado, ganso fumado, toucinho chinês fumado e presunto chinês (presunto de Hunan, tratamento com brandy, açúcar), verduras (verde – ervilhas, espinafres; branca – lombarda branca, nabo) (Jorge, 1992b: 80-81).

Como a cultura em geral, a gastronomia macaense é um encontro de sabores deliciosos entre Ocidente e Oriente, traduzidos genericamente nas expressões *comida de pão* à portuguesa (Ocidente) e *comida de arroz* à chinesa (Oriente).

A grande riqueza da cozinha macaense manifesta-se na diversidade originária dos termos e expressões, de forma crioula, que designam as diversas iguarias macaenses, riqueza derivada das diferentes culturas ou povos que contribuíram para a formação da língua crioula. Assim *dodol* (doce à base de perada, com pinhão, jagra, coco, amêndoa, manteiga, banha e farinha de arroz gomoso), *lacassá* (espécie de aletria), *catupá* (bolo salgado, feito com arroz e porco), *chacha* (sopa com feijão mungo, tapioca, inhame, coco e jagra), *chinha* (recheio de um pastel ou empada), *onde-onde* (bolinho de farinha de arroz recheado de jagra e coco), *saram-surave* (bolo), *bagi* (doce feito com arroz, coco, leite, açúcar), *balichám* (condimento salgado preparado com camarões muito pequenos, secos), *achar* (conserva de vegetais e frutos em vinagre e sal, feito de cebolinha, couve branca, coco, pera), *chilicote* (pastel com recheio de carne picada) têm origem na língua malaia; *hong-tau-chôch* (canja doce, feita com feijão e jagra), *chauchau* (mistura de carne e vegetais variados), *minpau* (pão), *tapilu* (comida crua, cozida na mesa numa panela ao lume de um fogão, uma espécie de fondue) são originários da língua chinesa; *apa* (pastelinho cozido a vapor com recheio doce ou salgado), *alua* (doce), *bafassá* (estufado), *bebinca* (espécie de pudim doce ou salgado), *ladú* (doce feito com arroz pulú, jagra, pinhão torrado e coco), *chachini* ou *chatini* (peixe desfiado com leite de coco e chili), *fula* (flor) são de origem concani ou indo-portuguesa; *caqui* (dióspiro), *missó* (pasta de feijão), de origem japonesa; *áde salgado*, *áde cabidela* (guisado com sangue de pato) do português antigo; *bolo minino* (com pinhão, coco e biscoitos), *coscorám* (doce com farinha coberta de melaço e ovos, polvilhado com açúcar), *diabo* (preparado com os restos de outros pratos, com condimentos variados), *fárti* (doce com farinha, amêndoa, coco, pinhão e especiarias), *barba* (doce feito com jagra derretida, com aspecto de barba) de origem portuguesa; *mamún* (bolinhos doces feitos com farinha de arroz e ovos batidos) do tagalo; *minchi* (cozinhado de carne picada), de origem inglesa; havendo ainda designações resultantes do cruzamento de línguas, como *missó cristám*, *porco bafassá*, *figo cáqui*. O uso das formas morfológicas crioulas, como a reduplicação para a formação do plural ou para marcar a intensidade, a justaposição dos nomes sem elemento de ligação evidenciam a sua origem crioula e de que são exemplo *bicho bicho* (doce feito com farinha e ovos), *onde onde*, *fula-fula* (doce feito com arroz, jagra e amendoim), *arroz grám-grám* (arroz e grão), *sopa lacassá*, *sucri pedra*, *apa –bico*, *canje fula papaia*.

A expressão crioula da comunidade macaense está presente nas próprias receitas, transmitidas oralmente em crioulo e de que apresentamos um exemplo escrito:

“Peixe esmagal (receita original, na lingú maquista)

9 ½ cate peixe salgado (duro)

60 avos de vinho china (fan-chau) em ½ cate chili vermelho

20 cen chili seco

15 avos de vinagre

10 cen pimenta

10 cen cuentro
 10 cen cuminho
 10 cen tamarindo
 7 alho grande (curtido, da loja de arroz)
 Fervê vinagre e deixá ficá frio. Desfazê tamarinho na vinagre.
 Misturá pimenta, cuentro, cuminho, alho picá grande-grande, misturá tudo vinho.
 Na garrafa mití peixe cortado, vazá tudo tempero. Fichá garrafa bem-fêto com papel vento (sá-chi)". (Jorge, 1993b: 56).

3. ADÉ - COZINHAÇAM DI MACAU E LÍNGUA MAQUISTA

Adé, a par de outros intelectuais e escritores macaenses como Luis Gonzaga Gomes, Deolinda da Conceição, Cecília Jorge, Henrique de Senna Fernandes, evidenciou e definiu, mediante o seu pensamento reflexivo, as marcas significativas da identidade macaense (Venâncio, 2010). Nos seus vastos escritos em patuá, em verso ou em prosa, Adé apresenta e traça os elementos identitários da cultura desta comunidade, entre eles a gastronomia, desfilar todas as iguarias, os sabores, notando a sua função social, a marca no convívio e nas ocasiões festivas, utilizando formas para exprimir a sua atitude satírica perante as mudanças e as ameaças à identidade macaense, com recurso às imagens da gastronomia macaense para caracterizar os diversos traços da cultura da comunidade.

3.1 OS SABORES

A gastronomia macaense é marcada pelo apuramento de um conjunto de experiências de caráter sensorial, nomeadamente olfativas e gustativas (Madeira, 2011: 629). Os sabores apetitosos, gostosos, gulosos, deliciosos, picantes, por vezes ácidos, os aromas cheirosos, e a paleta cromática espalhados pela mesa são a "doci lembrança di Macau antigo" que Adé exprime através de imagens sugestivas do sabor inigualável da cozinha macaense: "Comer e lamber os dedos. [...] É coisa para comermos com sofreguidão. [...] Há para comer até se fartar. [...] São de encher água na boca. [...] São para a gente comer até cansar. [...] Fazem tremer os beiços de desejos" (Ferreira, 1996b: 173).

*Nho-nhónha di Macau capaz cuzinhá,/Fazê tanto ancuza bom comê,
 Sã pitisquéra pa vós cherá,/Comê, pegá dedo lambê⁸⁴.*

*Vaca champurá co brêdo,/Lombo co mólho-açafrám,
 Co unchinho "mui-choi" azêdo,/Sã pa comê co animaçám⁸⁵.
 Mínci di vaca co sutáti/Sã comida qui tudo gostá;
 Áde, gengive co restráti/Têm pa comê qui ravirá⁸⁶.
 Pêsse-pedra co endro picado,/Pêsse-nairo fêto co nabo,
 Co chíli-missó na lado,/Lô fazê gente corê babo⁸⁷.
 Chacháu pêla sã pa quim emado/Sabe panhá balichám tocá,
 Pastelám co galinha rechiado/Nom-têm gente qui nádi gostá⁸⁸.
 Margôso-lorcha co porco picado,/Caril di quiapo co camarám,
 Sã pa rufá qui ficá cansado,/Co arôz na unga pratalhám⁸⁹
 Têm nho-nhónha capaz fazê/Choriço vinho-di-álio cherôso;
 Cavá comê, lingu ficá ardê,/Falá choriço divera sabroso⁹⁰.
 Unga lombo pó-di-bolacho,/Fula-papaia co caranguejo,
 Quelora sai di tacho,/Fazê bêço tremê di desejo⁹¹.
 (Ferreira, 1996b: 173)*

3.2 CULINÁRIA MACAENSE E FESTIVIDADES

Na identidade macaense espelha-se a memória coletiva que revela a alma, as gentes, a fé cristã das gentes de Macau (*Fé cristám di gente antigo, Macau terá di fé*), consubstanciada nas crenças e rituais de Natal (*Natal sã festa grândi*) (Ferreira, 1996c: 37-91). A noite de Natal macaense enraiza nos hábitos portugueses: a abstinência da consoada, a missa do galo, a ceia da Consoada ("sã dia de consoada"), tudo marcado pela culinária própria da época natalícia: "Tudo na casa têm-qui lembrá qui sã dia di jejum, nom pôde comê carne. Unga dia intêro sã ravirá co sopa di lacassá co camarám, comê laia-laia verdura cru champurado. Têm batata cozido, cenóra, rabo co cincomáz pa quim querê"⁹². (Ferreira, 1996a: 86). No almoço de Natal, acabada a abstinência, já sem restrições, a fartura enche as mesas:

*"Na almoço di Natal, //Pirú gôrdo di quintal,
 Intrá na forno impinado, //Sai, seco, murúm, assado".
 (Ferreira, 1996c: 90)*

⁸⁴ As senhoras de Macau, que cozinham bem, // Preparam muitos pratos apetitosos, São iguarias para a gente cheirar, // Comer e lamber os dedos.

⁸⁵ Vaca guisada com hortaliça, // Costeleta com molho de açafrão
 E um pouco de verdura azeda // É coisa para comermos com sofreguidão.

⁸⁶ "Minchi" de vaca com sutate, // Eis um prato de que todos gostam.
 Pato, gengibre com legume // Há para comer até se fartar.

⁸⁷ Peixe "pedra" com coentro picado, // Peixe nairo feito com nabo
 E molho picante acompanhado, // São de encher água na boca.

⁸⁸ "Chau-chau de pele" é para o guloso // Que o saiba comer com balichão;
 Pastelão recheado com galinha, // Não há quem não saiba apreciar.

⁸⁹ "Amargoso-lorcha" com porco picado, // Caril de "quiabo" com camarão,

São para a gente comer até se cansar, // Acompanhados de pratalhão de arroz.

⁹⁰ Há senhoras que são hábeis a preparar // Chouriço "vinho-de-alhos" cheirosos,
 Que é picante e queima a língua // Mas que ainda se diz delicioso"

⁹¹ "Um bom lombinho panado, // Ou flor de papaia com caranguejo,

Mai saem da caçarola, // Fazem tremer os beiços de desejos". (Ferreira, 1996b: 177).

⁹² "Todos de casa têm que lembrar que é dia de jejum; ninguém come carne. É passar o dia inteiro com sopa de aletria com camarão e diversas misturas de legumes cozidos e hortaliças cruas. Há rodelas de batatas cozidas, cenoura, nabo com cincomás para quem quiser" (Ferreira, 1996a: 139)

Todas as especialidades próprias da quadra de Natal têm que marcar presença, “[...] nunca podem faltar o aluá (Mascate - doce à base de amêndoas, de origem indiana), coscorões (filhoses fritas em óleo de amendoim) e fartes (bolinhos de farinha, ovos e mel), respetivamente considerados o colchão, a manta e a almofada do Menino Jesus, além da empada de peixe, talvez relacionada com a antiga prática de abstinência.” (Amaro, 1994: 39)

O Carnaval era barulhentosamente festejado em Macau. Um mês antes do Entrudo começava a festa: os mascarados acompanhados da tuna assaltavam as casas dos amigos, levando lauta ceia, cantando e dançando. No Entrudo as tunas desfilavam pelas ruas, com o grupo de bobos atrás (“*sã tuna di musiquéro// Ta passá na travessa// Co cacho di bôbo-bôbo na trás*” (Ferreira, 1996b: 113)), dizendo gracinhas para todos rirem e se divertirem, metendo-se com toda a gente, sem ninguém se preocupar (“*Bôbo desbocado, // Têm ora larga asnéra*” (Ferreira, 1996b: 39)), ouvindo-se música pelas travessas e ruelas, “*talâm-talâm, catcha-pim, catcha-pum*”, (Ferreira, 1996b: 113), o que provocava grande alvoroço nas casas, “*Títi Bita sai espavorido di cuzinha// Largá galinha vivo na tacho [...] Títi-Chai, justo ta botá mésa, // Di estontiado qui ficá móm-móli, // Dessá quanto prato ...plim-plám// Cai na chám ficá quebrado*” (Ferreira, 1996b: 113); toda a gente se aprontava para se mascarar e ir para a festa. Cantava-se e dançava-se nos bailes do Clube de Macau, Clube dos Sargentos, Grémio Militar, dançando até os pés não aguentarem mais, até ao amanhecer, havendo ainda as representações das comédias em crioulo “*Cavá carnava, lôgo têm comédia// Na língu di Macau antigo, // Pa gente ri qui istripá*” (Ferreira, 1996b: 115). Também a gastronomia estava associada à folia do Carnaval: “*Carnaval sã tempo di ladú, // Barba, tórcha, bagí, sansorabe; // Tempo di la-ca-sá, lo-pac-co// Qui gente comê qui perdê chave*”⁹³ (Ferreira, 1996b: 124). “*Chegada a hora, serviam canja de galinha // E uma porção de iguarias, // Que todos comiam até se fartar*” (Ferreira, 1996b: 119) e ainda bebinca de nabos (pudim de rábano cozido e arroz glutinosos, preparado em banho-maria), barba (doce feito com açúcar em ponto, imitando longas barbas brancas) e ladu (do concani, doce feito com farinha de arroz glutinoso, pinhão torrado e moído, coberto de farinha de feijão).

Também o Ano Novo Chinês, embora festa de tradição chinesa, entrou nos festejos da comunidade macaense, com os petardos ou panchões ruidosos até ensurdecer, dia e noite, os lai-sis (envelope vermelho) com ofertas de dinheiro, a dança do leão e o enorme dragão pelas ruas de Macau, a exigência das casas limpas, roupa nova e sapatos novos, a atenção às dívidas que devem ser saldadas para evitar um ano azarento, o resgate de objetos penhorados, as flores, os vasos de tangerineiras ou de pessegueiros, mas a que

não podem faltar “*doces de raízes e sementes de lótus, as frituras doces, pudim de jagra, coquinhos, Hão de estar no meio de pevides*” (Ferreira, 1996b: 105)

Nas diversas festas, a variada, saborosa e doce gastronomia macaense está espalhada pelas mesas. Adé, nas descrições das reuniões e festas da comunidade macaense, nos anos de Maria (personagem da *Estória di Maria co Alféris Juám*), por exemplo, desfila as iguarias macaenses: “*Mesa na sala-jantá, di póna-a-póna sã comezaina, bebinga-nabo, apa-bico, chilicote, coquêra, nata, mamún, soransorábi, bôlo-minino, bôlo mármore, enténa-pôdre, bicho-bicho, bagí, ladú, chau-chau lacassá*”⁹⁴ (Ferreira, 1996a: 89), ou ainda no seu casamento: “*carriça, laia-laia chacháu, chilicote co pá-m-rechiado, pastelám, cabêlo-nóiva, ...*” (Ferreira, 1996a: 107), a que se podiam acrescentar muitas outras como chili-missó, missó-cristão, ondi-ondi, mínchi, diabo.

Adé integra a cozinha macaense nos hábitos sociais da “*dóci lembrança di tempo antigo*” com os vendedores de rua e seus pregões anunciando a comida: os pregões do merendeiro e das aguadeiras, da rapariga vendedora de pratos saborosos e picantes, sin-a-sá-ó-fan, da hortaliça, do vendedor de amendoins torrados, plic-ploc-ham tchoi-fam, e de pato, si...ii...áp (Barreira, 1994), “*China vendê ancuza gritá um cénto rabusénga, chomá gente vêm comprá*”⁹⁵ (Ferreira, 1996a: 76). “*«Apa-bico quente-quente!»// Merendéro ta gritá// Abri lata chomá gente, // Vêm pruvá su catupá*” (Ferreira, 1996b: 35).

Em “Macau di tempo antigo” as condições do espaço doméstico permitiam confeccionar todas as iguarias com pouco dinheiro: casa alugada, lavadeira e aguadeira baratas; havia água no poço para se lavar e no pomar fruta para comer. Com pouco dinheiro ia-se ao mercado e voltava-se com hortaliça, camarão, carne de vaca, pato salgado, porco, costeleta e uma perna de galinha. Em casa criavam-se galinhas com abundância de ovos e colecionavam-se bolos para vender, costurava-se para fora para compensar as fracas pensões de reforma. Hoje tudo é mais caro: “*Pêsse ta preço di ôro, // Capám ... sômente na capóera. // Áde ta más caro qui cachôro, // Porco co vaca ... di qui manéra*”⁹⁶ (Ferreira, 1996d: 34). As mudanças sociais refletem-se nas alterações da cozinha macaense. O que mudou?

Nos novos tempos a mulher já não é ou não pode ser dona de casa exclusivamente, as criadas bateram asa, as boas cozinheiras, mãos de fada, já não existem e embora haja mais dinheiro, não chega para tudo, e principalmente já não há coisas boas.

“*Há casas e casarões, // Gente hábil, aparelhos modernos, Mas não há do-dol apetitoso, // Para comermos com biscoito.*” (Ferreira, 1996b: 187)

⁹³ “Carnaval era tempo de ladú, // Massa guisada e pudim de nabo, (Ferreira, 1996: 119)

⁹⁴ “Sobre a mesa de jantar só se via comezaina de ponta a ponta. Dum lado, era bebinca de nabo, apa-bico, diferentes croquetes e uma porção de pastéis de coco e de nata, mamun e soransorábi. Do outro, via-se um bolo mármore, dois bolos de manteiga e uma quantidade de entenas-podres, bicho-bicho e rebuçados de ovos. Não faltaram também o bagí e o ladú. Guisado de massa de aletria havia numa massa grande”. (Ferreira, 1996a: 143)

¹² “Vendedores chineses, apregoando de diversas maneiras convidavam as pessoas a comprar os seus petiscos” (1996: 128).

¹³ “O peixe está a preço de ouro, // Capão ... só na capóera. // O pato está mais caro que cão// Carne de porco e vaca, de que manéra”. (Ferreira, 1996d: 40)

Como nos tempos de hoje já não se confeccionam grande parte das boas iguarias macaenses, com desalento, Adé confessa com uma pitada de ironia:

*“Sã balichám non têm // Chlíi-missó non têm,
Pêsse salgado non têm, // Fula-papaia non têm,
Vaca co porco non têm, // Sabóla-mato non têm,
Sômente apetite tudo têm.” (Ferreira, 1996d: 213)*

Antigamente havia o costume de mandar fazer às boas cozinheiras, especializadas na gastronomia macaense (mãos de fada), os melhores e mais trabalhosos pratos:

*Si querê bom batatada, // Dodol, bagí, pá-m-di-casa,
Têm qui buscá má-m-di fada, // Pa onçôm fazê na casa.*

As mudanças no modo de vida e na gastronomia fazem com que muitas iguarias desapareçam e já não haja quem as faça. É com mágoa que Adé vê sumirem-se tantas coisas boas de Macau antigo, inclusivamente os apetitosos petiscos, feitos em casa e de que hoje só já resta uma lembrança:

*“Olá tanto ancuza assi bom
Di nosso Macau antigo // Unga trás di ôtro, desaparecê.
(Ferreira, 1996b: 181)*

*“Pítisquéra dívera sabroso // Qui gente na casa fazê,
Festa-festa qui tem su ciste, // Vida barato, sossegado,
Gente capaz tocá, cantá, // Tudo azinha aguá vai,
Já ficá somente na lembrança
“Unga póti di bom perada, // Unga pacóti di barba fino,
Únde têm?” Chacha priguntá. //“Cilicário, gelêa, únde têm?
Cabêlo di nóiva, genête, // Pudim di léte, batatada,
Dóci di camalénga, únde têm?”*

*“Robuçado di ôvo, dóci di chacha, // Enténa-pôdre, obréa, mamún,
Bicho-bicho, múchi-múchi. //Nata, fula-fula, bají.
Coquéra, ladú, saransurábi, // Bôlo-mármre, bôlo minino,
Quim têm pa fazê?”*

***Vai únde achá chillicote, // Chillicote-fólia, pastelinha,
Pám-rechiado, rolete-mínchi, // Bôlo di camarám, bebinga-nabo,
Co um-cento más ancuza, // Tudo assi bom comê,
Fazê nós bóca corê babo?”⁹⁷ (Ferreira, 1996b: 181)***

⁹⁷ “Um pote de boa perada, // Um pacotinho de fina barba,
Onde se veem? Pergunta a avozinha. //“Cilicário, gelei, que é deles?
Cabelo de noiva, genete, // Pudim de leite, batatada,
Doce de abóbora, onde estão?”

“Rebuçado de ovos, calda de chacha, // Entena-podre, obreia, mamoon,
Bicho-bicho, múchi-múchi, // Pasteis de nata, fula-fula, bagí,
Bolo de coco, ladú, saransorável, // Bolo mármore, bolo menino,
Quem há aí que os faça?”
Onde descobrir chillicote, // Massa folhada, pastelinha,

3.3 SÁTIRA GASTRONÓMICA AO FUTURO DE MACAU

Com as negociações entre Portugal e a China para a definição do futuro estatuto de Macau, foram os macaenses que maior apreensão e angústia sentiram, na incerteza do que lhes iria acontecer, vendo o seu pequeno mundo desmoronar-se. Batalha expressa o sentimento angustiado “que oprime os corações amantes de Macau ao ver Portugal negociar, tão prazenteiramente, a passagem para as mãos da China deste pedacinho de solo, por tantos séculos berço de portugueses, agora sem futuro na sua terra”, (Batalha, 1991: 418), sentimento expresso nos seguintes versos (Batalha, 1991: 418):

*Onde que tu vai, Macau? // Qui de amanhã ocê tê?
Já nã é de Portugal // Nã é de China també...
Ou-mun, sim é de China, // Macau foi de português
Mas agora, terá minha, // Onde que vou pôr meus pés?
Filho di Macau largado, // Órfão de mãe viva, assim...
Meu povo chora câlado, // Que nã sabe ele-sa fim...
Filho di Macau largado... // Qui de amanhã para mim?*

Com a dor na alma, também Adé sente e exprime em “adios di Macau” a amargura no coração pela separação de Portugal:

*“Macau ta perto falá adios//Pa tudo su filo-filo,
Pa Portugal, //Pa gente qui dívera querê pa êle
Quim têm êle na coraçám, //Lôgo sentí grândi margura;
Voz lô fica engasgado na gargánta//Na ora di falá adios pa Macau.
Ah! Dívera saíam, nosso Macau!//Qui dôl coraçám olá vós têm-qui vai,
Escapulí di nosso vida, Vivo separado di nosso Portugal.⁹⁸
(Ferreira, 1990: 21)*

Adé exprime a sua veia satírica em muitos momentos jocosos da sua prosa (mormente nas representações teatrais) e da sua poesia, sobre as novidades e transformações de Macau, os hábitos dos macaenses com a má-língua frequente entre as senhoras de Macau: “Má-lingu co-chuchuméca, // Tempo antigo tamém têm, // Pa quim têm tanto sapeca // Tudo lôgo amen-amen” (Ferreira, 1996^a: 43). Ironiza a construção do Futuro de Macau, através das imagens da comida macaense criando um prato que as senhoras de Macau estão a aprender a cozinhar, um prato designado chau-chau, que para além

*Pão-recheado, croquete, // Pastéis de camarão, pasta de nabo,
E muitas coisas mais, // Todas tão deliciosas,
Que até nos fazem ficar a apetecer?”(Ferreira, 1996a: 185)*

⁹⁸ “Macau está quase a dizer adeus//A todos os seus filhos
A Portugal, //As pessoas que a amam verdadeiramente.
Aqueles que a guardam no coração// Hão de sofrer grande mágoa;
A voz lhes ficará embargada na garganta//No momento de dizerem adeus a Macau.
Oh! Que grande pena, nossa Macau!//Que sofrimento saber que terá de ir,
Sair da nossa vida//E viver desacompanhada do nosso Portugal. (Ferreira, 1990: 201)

de saborosa iguaria, significa o termo, sugestivamente, confusão, desordem, mixórdia, barafunda:

*Nho-nhónha agora ta prendê //Fazê unga laia chacháu
Pa tudo gente vêm comê; //Sã chomá: "Futuro di macau"⁹⁹.
(Ferreira, 1996b: 174)*

É a confeitura de um petisco novo, desconhecido na cozinha macaense que muitos estão desejosos de provar, mas de sabor ainda desconhecido:

*Sã unga pitisquéra quelê nôvo, //Qui gente antigo nunca si olá.
Nôvo-nôvo, pá m co ôvo, // Tudo mundo querê pruvá¹⁰⁰.
(Ferreira, 1996b: 174)*

É um prato criado por muitos cozinheiros, cozinhado num grande e necessário panelão, onde se misturam os mais variados e desapropriados temperos:

*Sã pa cozê n'unga panelám, //Co laia-laia tempêro;
"Futuro" sã unga inovaçám // Di quelê tánto cuzinhéro¹⁰¹. (Ferreira, 1996b: 174)*

Os temperos são essencialmente portugueses e chineses, largados no panelão sem mão, sem qualquer combinação ou apuramento de sabores: bacalhau com peixe salgado, azeite chinês fervido com azeite de azeitona, azeitonas com balichão, missi lam-si com batatas, cebola, alho, e tomates com rodela de min-gau, chouriço chinês com chouriço de paio. Tudo isto corresponde à ideia de que as negociações têm como centro os interesses da China e de Portugal, esquecendo a comunidade macaense que fez de Macau o lugar de uma cultura única.

*Bacaláu cavá sai cozido // Juntado co pêsse-salgado,
Larga azête-china fervido, // Co azête-olivêra misturado.
Tirá azetóna di lata, // Botá di molho na balichám;
Missi "lam-si" co batata, // Largá tudo na panelám.
Cortá sabóla, álho, tomate, //Co quánto rodela di "lingau",
Regá tudo co sutáti, // Botá na riva di bacaláu.
Agora sã vez di choriço-china //Co choriço-paio pegá mám,
Vagar-vagar sai di tirina, // Afundá na acunga panelám¹⁰².
(Ferreira, 1996b: 174)*

De toda esta mixórdia, não se sabe o que sairá, por isso aconselha que é melhor não provar, pois podem ter um forte desarranjo intestinal, sendo mais seguro continuar a saborear-se a cozinha macaense "di tempo antigo":

*Qui sabôr têm estunga chacháu? // Nôs agora nom-pôde sabe.
Si nómi sã "Futuro di macau", // Têm-qui isperá más tempo pa sabe.
Si vós susto soltá bariga, // Co estunga laia asnéra,
Nunca-bom vai na cantiga, // Ne-bom pruvá seléa pitisquéra.
Más seguro sã nós contentá // Co nôsso mínchi antigonço;
Comê mínchi, nádi infastiá, // Vida nádi assi insonso¹⁰³.
(Ferreira, 1996b: 174-175)*

3.4 SABOROSOS DOCES DE MACAU, DOCE LÍNGUA DE MACAU

As características fonéticas da língua crioula (como a leveza da suspensão pela apócope do r final dos verbos), morfológicas (o fenómeno morfológico da reduplicação), as onomatopeias lexicalizadas, todas elas revelam a doçura, a sonoridade e o ritmo que conferem um tom poético à língua crioula; a simplificação de grupos consonantais: fenómenos como a inserção de vogal, tanto no início, no meio e no final das palavras, a queda de consoantes, ou substituições por consoantes mais fracas, consoantes fricativas que mudam para oclusivas, ou consoantes fricativas sonoras que tendem a ensurdecer, o duplo r ou o r inicial tendem a fundir-se num único r (aborrecido/buricado; terra/terá) (Couto, 1996 apud Gaião, 2011: 11), são fenómenos que normalmente suavizam o falar e lhe conferem uma sonoridade própria.

A língua crioula é um falar doce, pois é uma língua geralmente falada, que tem gente que a fala, entoando-a docemente. "Na Macau têm más ancuza dóci: // Têm gente boca dóci, // Capaz papiá fazê vós contente". (Ferreira, 1990: 27). Língua doce, pois o patuá está no coração dos macaenses: "Decê, cachipiá na coraçám, Pa gente lê fazê alma dóci. Têm gente co ôlo dóci, // Co riso dóci na Bêço, // Azinha alegrá vosso coraçám"; revela os afetos e sentimentos dos macaenses, mesmo em relação ao futuro, "Ah! Divera saíam, nosso Macau! // Qui dói coraçám olá vós têm-qui vai, // Escapulí di nosso vida, [...] Quim têm ele na coraçám, // Logo senti grândi margura;" (Ferreira, 1990: 27)

⁹⁹ Estão as senhoras agora a aprender // A preparar uma espécie de "chau-chau",
Para que todos venham comer; // Chama-se "Futuro de Macau". (Ferreira, 1996b: 178)

¹⁰⁰ Trata-se de um cozinhado moderníssimo, // De que os antigos nunca ouviram falar;
Prato novo desperta a curiosidade, // Já todo o mundo o quer provar. (Ferreira, 1996b: 178)

¹⁰¹ É para ser cozido num panelão // Com variadíssimos temperos.
"Futuro" é um invento // De uma quantidade de cozinheiros. (Ferreira, 1996b: 178)

¹⁰² Depois de ter o bacalhau cozidinho, // Juntamente com peixe salgado,
Deita-se nele óleo de amendoim quente, // Misturado com Azeite de Oliveira.
Tiram-se azeitonas de uma lata, // Embebendo-as em balichão;
Amassam-se "lam-si" e batatas, // Largando tudo no caldeirão.

Corta-se cebola, mais alho e tomate, // E algumas rodela de "lingau"
E tudo já regado com sutate, // É largado em cima do bacalhau.
Agora, é a vez do chouriço chinês, // De mãos dadas com o chouriço paio
Deslizar devagarinho da travessa, // Para o fundo do panelão. (Ferreira, 1996b: 178)
¹⁰³ Que sabor terá este "chau-chau"? // Não podemos por enquanto saber.
Mas se o chamam "Futuro de Macau", // Há que esperar para saber.
Se recearem apanhar diarreia, // Com este disparate gastronómico,
O melhor é não irem na cantiga // De provar semelhante iguaria.
O mais seguro é contentar-nos // Com o nosso "minchi" tradicional,
Poís o "minchi" nunca enfastia, // Nem transtorna o paladar da vida. (Ferreira, 1996b: 178-179)

As saborosas iguarias e principalmente os tão variados doces de Macau¹⁰⁴ que enchem as mesas nas datas festivas são a melhor imagem que Adé encontra para salientar a doçura do patuá:

“*Sucre sã dóci, // Lête co-mel sã dóci.
Dóci sã jagra co açuca-pedra, // Sã cana qui nôs cachí;
Dóci sã laia-laia frutázi maduro // Qui nôs panhá comê.
Bebinga-lête sã dóci, // Coquéra, bôlo-nata, ladú, sã dóci;
Dóci sã cabêlo-nóiva co barba, // Tocha co robuçado di ôvo;
Dóci sã múchi-múchi, bicho-bicho, // Bagí, do-dol, goiavada.
Alua, fárti, coscorâm, // Cilicário co gelêa sã dóci.
Dóci sã bôlo-minino, // Fula-fula, entêna-pôdre,
Xarópi di figo, gemada // Co dóci di camalênga.
Bôlo-bate-pau sã dóci, // Bôlo-umbigo tamêm sã;
Dóci sã “hang-ian-chá”, // “Houng-tau-chôc”, “chi-ma-u”,
Ôndi-ôndi, chá-cha, “tau-fufá” // Co “hap-tou-vu”. (Ferreira, 1996b: 189)*

Para Adé, a língua crioula é tão doce como estes doces que adoçam a boca e o coração dos macaenses:

*Dóci sã língu maquista,
Língu qui nôs agora choma
Dóci papiaçãm di Macau!*

4. BIBLIOGRAFIA

- Amaro, Ana Maria (1988a). *Jogos, Brinquedos e outras Diversões Populares de Macau*. Macau: Imprensa Nacional.
- Amaro, Ana Maria (1988b). *Filhos da Terra*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Amaro, Ana Maria (1994). “Filhos da Terra”. In *Os Macaenses, Antropologia, História e Cultura, Revista de Cultura*, nº 20, Macau.
- Barreira, Ninélio (1994). *Ou-Mun. Coisas e Tipos de Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Barreiros, Danilo (1992). “Prefácio”. In Graça Pacheco Pereira, *A Cozinha de Macau da Casa do meu Avô*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Batalha, Graciete (1988). *Glossário do Dialeto Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Batalha, Graciete (1991). *Bom Dia Stôra, Diário duma professora em Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Couto, Hildo Honório do (1996). *Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas e Pidgins*. Brasília: Editora UnB.
- Ferreira, José dos Santos (1990). *Docí Papiaçãm di Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

- Ferreira, José dos Santos (1996a). *Papiaçãm di Macau*, vol. II. Macau: Fundação Macau.
- Ferreira, José dos Santos (1996b). *Macau di tempo Antigo*, vol. III. Macau: Fundação Macau.
- Ferreira, José dos Santos (1996c). *Poema di Macau*, Vol IV. Macau: Fundação Macau.
- Ferreira, José dos Santos (1996d). *Macau sã assí*, Vol V. Macau: Fundação Macau.
- Gaião, Raul Leal (1999). *Aspetos Lexicais na Obra de Autores Macaenses*. Coleção de Estudos de Macau. Macau: Universidade de Macau.
- Gaião, Raul Leal (2008). “Asiaticismos no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”. In *I SIMELP, Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*, UNICSUL, USP, EU, FFLCH, S. Paulo. ISBN: 978-85-7506-165-7.
- Gaião, Raul Leal (2011). “Adé: Representações de *Dóci Papiaçãm di Macau*”. In *Macau: quatro séculos de Lusofonia: Passado, Presente e Futuro*. XV Colóquio da Lusofonia, CDRom. ISBN: 978-989-95891-7-9.
- Jorge, Cecília (1992a). “O Tacho do Diabo”. In *Macau*, Jun 92, II Série nº 2, Macau.
- Jorge, Cecília (1992b). “O Tacho do Diabo”. In *Macau*, Nov 92, II Série nº 7, Macau.
- Jorge, Cecília (1993a). “O Tacho do Diabo”. In *Macau*, Jan 93, II Série nº 9, Macau.
- Jorge, Cecília (1993b). “O Tacho do Diabo”. In *Macau*, Mar 93, II Série nº 11, Macau.
- Jorge, Graça Pacheco (1992). *A Cozinha de Macau da Casa do meu Avô*. Macau: Instituto Cultural de Macau.
- Lamas, João António Ferreira (1997). *A Culinária dos Macaenses*. Porto.
- Madeira, José Manuel Rosa (2011). “Gastronomia de Macau”. In *DITEMA Dicionário Temático de Macau*, vol. II. Macau: Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau e Universidade de Macau, pp. 628-631.
- Senna, Maria Celestina de M. e (1998). *Cozinha de Macau*. Vega.
- Venâncio, José Carlos (2010). “Cultura Macaense”. In *DITEMA, Dicionário Temático de Macau*, vol. I. Macau: Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau e Universidade de Macau, pp. 443-444.

37. ROLF KEMMLER, UTAD VILA REAL/ALEMANHA

Rolf Kemmler, Natural de Reutlingen (Alemanha), é investigador da área da historiografia linguística do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, desde julho de 2009.

Doutorado em Filologia Românica (Dr. phil.) pela Universidade de Bremen em 2005 (Alemanha), com a tese intitulada *A Academia Ortográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e atividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, publicada em 2007.

Mestre (M.A.) em Filologia Românica desde 1997 pela Eberhard-Karls Universität de Tübingen (Alemanha) com uma tese intitulada *Esboço para uma História da Ortografia Portuguesa* (publicada em 2001 como artigo na Revista Lusorama sob o título «Para

¹⁰⁴ “A maioria dos doces era feita com “jagra”, tablete de farinha de arroz impregnado em “melaço” de coco, que substituíam alguns e se juntava noutros ao açúcar (Jorge, 1992a: 20).

uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911»).

Com grande número de publicações dedicadas à disciplina da historiografia linguística desde 1996, é especialista nas áreas da história da ortografia da língua portuguesa desde o século XVI e da história da gramaticografia portuguesa e latino-portuguesa dos séculos XVI-XIX.



É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.

TOMA PARTE NOS COLÓQUIOS DESDE BRAGANÇA 2010, MACAU E SANTA MARIA 2011, LAGOA E GALIZA 2012, MAIA 2013

TEMA 2.4. NOTAS SOBRE A PERCEÇÃO DOS AÇORES NO MUNDO ANGLOFONO NOVECENTISTA III: EDWARD BOID E A DESCRIPTION OF THE ISLAND OF ST. MICHAEL (1835) ROLF KEMMLER, UTAD, VILA REAL/ALEMNAHA*



1 Introdução

Em continuação dos nossos estudos sobre a visão dos Açores, manifestada pelos viajantes anglófonos do século XIX que passaram pelo arquipélago, pretendemos dedicar-nos ao livro intitulado *A Description of the Azores or Western Islands* (1835). Constituindo a terceira publicação monográfica de um autor anglófono a ser dedicada exclusivamente aos Açores, a obra é atribuída a um antigo oficial da marinha britânica que se identifica como 'Captain Boid'.

Uma vez que o título do livro diz reunir comentários sobre o arquipélago que se devem a observações pessoais do autor (que ali se encontrava durante cerca de quatro meses no âmbito do seu serviço à coroa portuguesa), pretendemos, mais uma vez, apresentar como este retratou as terras e gentes dos Açores, especialmente na Ilha de São Miguel, por ocasião das suas visitas do ano de 1832.

2 O autor e as suas obras

Apesar da autoria semianónima, parece consensual uma identificação do autor que se identifica no rosto da obra como com o oficial naval Edward Boid, secretário do então Vice-Almirante George Rose Sartorius (1790-1885) que foi comandante da esquadra liberal que se constituía no arquipélago dos Açores em serviço de D. Pedro IV em 1832.¹⁰⁵ Ao falar sobre um antigo companheiro, o Capitão Peter Mins, o próprio Boid (1834: 347) afirma o seguinte sobre o seu enquadramento nos serviços do Almirante Sartorius:

I had a military appointment as well as himself; and that, independently of being the secretary of the fleet, I was Chef d'Etat Major to the Admiral, who, in the capacity of Vice-Admiral and Major General of the Portuguese Navy, was entitled to four Aides-de-Camp-namely, one Captain, one Commander, and two Lieutenants.

Como eram os representantes ingleses mais importantes em serviço do antigo Imperador brasileiro, a presença tanto do Vice-Almirante como do seu secretário no arquipélago não podia passar despercebida por parte das famílias influentes que então estavam a habitar o arquipélago. Assim, entre outras fontes, Abdo (2006: 166) constata no tocante à família americana Dabney que era um dos pilares da sociedade faialense do século XIX:

*«Admiral Sartorius and Captain Boid spent a lot of time with the Dabney family and a strong relationship developed».*¹⁰⁶

No que respeita a mais detalhes sobre a vida do nosso autor, não se encontra qualquer informação sobre um 'Edward Boid' ou mesmo um 'Edward Boid' quer em *A Critical Dictionary of English Literature* (1858) de Samuel Allibone, nem em qualquer um

¹⁰⁵ Veja as publicações contemporâneas sobre Sartorius e as suas atividades em prol do partido liberal de Hodges (1833), Mins (1833) e Silva (2009).

¹⁰⁶ A proximidade de Boid com os Dabney também se encontra mencionada no prefácio de Maria Filomena Mónica (2009: 17-18) à sua antologia sobre aquela família, bem como no artigo de Ricardo Madruga da Costa (2010: 18), que até menciona um total de três autores ingleses que conheciam os Dabney no Faial: «Referimo-nos ao capitão Boid,

dos volumes ou suplementos do monumental *Dictionary of National Biography* (1885-1900) de Leslie Stephen.

Ora, para além de ser referido no rosto, o apelido do autor aparece várias vezes no âmbito da reprodução de cartas ao longo do «Appendix» (Boid 1834: 337-373), tal como acontece com o reconhecimento indireto da autoria:

He first mentions me by magnanimously and honorably quoting a portion of my private letter to him (page 49) when off Madeira; written, as every person of common discrimination will perceive, quite en badinage and in a tone of the most confidential familiarity and alluding to the pointed neglect and contempt with which our countrymen and the squadron were certainly at that time treated by individuals in power (Boid 1834: 341).

Com efeito, no seu livro, o capitão Peter Mins cita parte de uma carta particular de 25 de abril de 1832 que Boid lhe tinha escrito:

The dispatch recalling me from Madeira, was accompanied by a letter from Captain Boid, the Admiral's Secretary and confidential adviser, of which the following is an abstract (Mins 1834: 49).

Ora, não pode haver qualquer dúvida que o autor das nossas obras e o secretário do Almirante George Rose Sartorius sejam uma e a mesma pessoa: no entanto, ficamos na incerteza no atinente ao nome próprio do autor, pois encontramos ao longo das cartas reproduzidas as duas variações «G. Boid» (carta de 26 de janeiro de 1832 em Boid 1834: 344-345; carta de 26 de janeiro de 1833 em Boid 1834: 346;) e «E. Boid» (carta de 10 de setembro de 1833 em Boid 1834: 354-361).¹⁰⁷

Mesmo que nunca mencione o seu nome completo, o próprio autor fornece algumas informações adicionais no rosto da sua obra (Boid 1834: [i]), nomeadamente que terá sido cavaleiro da *Antiga e Muito Nobre Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito* (melhor conhecida como Ordem da Torre e Espada) e sócio correspondente da *Société des antiquaires de Normandie* em Caen (fundada em 1824):

«KNIGHT OF THE MOST NOBLE ORDER OF THE TOWER AND SWORD, CORRESPONDING MEMBER OF THE ANTIQUARIAN SOCIETY OF CAEN, AUTHOR OF "TRAVELS THROUGH SICILY AND THE LIPARI ISLANDS;" AND OF "A HISTORY OF THE VARIOUS STYLES OF ARCHITECTURE».

Sabemos ainda, segundo o testemunho de George Wemyss Dalrymple (1800-1848) que Boid passou algum tempo a viver em Stoke, perto de Windsor.¹⁰⁸

Pelo que se vê no rosto da obra que é objeto do presente estudo, o próprio Boid afirma-se autor das seguintes obras:

- *Travels Through Sicily and the Lipari Islands, in the Month of December, 1824* (1827)
- *A Concise History and Analysis of all the Principal Styles of Architecture: Namely Egyptian, Grecian, Roman, that of the Dark Ages, of the Arabians and of the Normans, Including a Detailed Description of the Origin, Progress and Decline of the Gothic* (1^{s.d.}, 2¹⁸²⁹)

As duas obras que por isso se devem atribuir a Edward Boid foram publicadas sem qualquer referência explícita ao autor. Assim, em Boid (1827: [I]) ele identifica-se no rosto como «a Naval Officer». Já na segunda obra, o autor identifica-se como «an Amateur» (Boid 1829: [I]). Com efeito, o tratado intitulado *A Concise History and Analysis of all the principal styles of Architecture* foi a obra com maior êxito: para além da primeira edição, que não leva data, mas cuja datação de 1828 ninguém questiona, e a segunda edição de 1829, havendo ainda uma terceira edição em 1835.¹⁰⁹

Existe ainda outra obra que costuma ser atribuída a Edward Boid:

The History of the Spanish School of Painting: To which is Appended an Historical Sketch of the Rise and Progress of the Art of Miniature Illumination (1843)

No que respeita, enfim, a esta obra, a referência, no rosto de Boid (1843: [I]) causa-nos algumas dúvidas, uma vez que o rosto tece as seguintes palavras sobre o autor da obra: «BY THE AUTHOR OF / "TRAVELS THROUGH SICILY AND THE LIPARI ISLANDS;" "THE HISTORY OF THE AZORES;" AND "THE HISTORY OF THE VARIOUS STYLES OF ARCHITECTURE."».

Ora, tendo Boid (1834: [i]) assumido a autoria das publicações anteriores, a atribuição da obra *The History of the Azores and Western Islands* em vez de *A description of the Azores or Western Islands* (Boid 1834, 1835) não faz qualquer sentido. Considerando que não é crível que o próprio autor possa ter confundido a sua obra recente com a monografia bastante anterior *The History of the Azores* (1813) do irlandês Thomas Ashe (1770-1853), tudo leva a crer que esta obra seja ou póstuma ou mesmo apócrifa...

3 Edward Boid e *A description of the Azores or Western Islands*

A obra intitulada *A description of the Azores or Western Islands from personal observation: comprising remarks on their peculiarities topographical, geological, statistical, etc., and on their hitherto neglected condition* foi impressa pela primeira vez em 1834 para os livreiros Bull and Churton em Londres. Segundo o que consta pela

secretário do almirante George Sartorius, que aqui permaneceu aquando da preparação da expedição de D. Pedro, e aos irmãos Bullar, estes e aquele, autores de dois livros de viagens que, em meu entender, mais fielmente espelham o quotidiano e a sociedade da ilha do Faial na época visada. Acresce, naturalmente, tratar-se de duas obras escritas por quem privou com os Dabney».

¹⁰⁷ Similarmente, a carta de George Wemyss Dalrymple, datada de 12 de julho de 1834 é dirigida a «To Captain E. Boid, Late of Her M. F. M's Navy» (Boid 1834: 367). Sem justificar a proveniência desta forma onomástica, Silva (1988) refere sempre 'Edward Boid'. Perante a ausência de 'Edward Boid' nos livros de referência, Silva refere-se a Canto (1890) de quem afirma: «Entre os dicionários bibliográficos portugueses, somente a Bibliotheca Açoriana 7 de Ernesto do Canto refere o nome de Edward Boid e o seu trabalho sobre os Açores, não adiantando quaisquer outros

pormenores». Deve notar-se, porém, que Canto (1890: 45) meramente se refere ao autor como «Boid (**Captain**)», portanto sem oferecer qualquer nome próprio.

¹⁰⁸ Cf. a carta de de julho de 1834 em Boid (1835:) «Captain Boid, when living at Stoke, near Windsor, with his brother, the late Rev. Mr. Boid, had been, for very many years, the intimate friend of my relations, General George Roberts, and General Samuel Dalrymple, as well as of myself, all then inhabiting Wexham Lodge near Windsor».

¹⁰⁹ Infelizmente ainda não tivemos acesso a esta edição. Segundo o catálogo da British Library, consta existirem pelo menos dois exemplares da terceira edição na mesma, com as cotas «General Reference Collection RB.23.a.22128.» e «General Reference Collection D-7820.bb.18.».

folha a seguir ao rosto, esta impressão foi realizada pelo tipógrafo «G. Schulze Poland Street». A obra consiste de 373 páginas, com um total de cinco gravuras (Boid 1834: [iii]).

Sem qualquer referência ao tipógrafo, uma segunda edição da obra apareceu com data de 1835, tendo sido feita para o livreiro Edward Churton, Rolles Street (late Bull and Churton) que, evidentemente era o sucessor dos livreiros da edição anterior (Boid 1835: [i]).¹¹⁰ Imagina-se que talvez a principal diferença entre as obras seja a folha de rosto, já que o conteúdo na sua essência parece ser o mesmo. Nos respetivos rostos, ambas as edições são atribuídas a um autor que se chama «CAPTAIN BOID» (Boid 1834: [i]; Boid 1835: [i]). A obra encontra-se dividida em duas partes. Na primeira parte, os oito capítulos descrevem o arquipélago desde o ponto de vista geográfico e geológico, geográfico, económico, político e histórico (Boid 1834: 3-96). Na segunda parte, depois de uma introdução dedicada ao grupo oriental (Boid 1834: 99-108), oito dos dez capítulos ocupam-se com a descrição das ilhas (Boid 1834: 109-324), seguida pela conclusão (Boid 1834: 325-335).

Do ponto de vista histórico, um dos elementos mais importantes é o «Appendix» (Boid 1834: 337-373) em que o autor se defende com comentários e reprodução de algumas cartas contra acusações e difamações que o antigo colega Peter Mins publicou contra ele e o Almirante Sartorius no seu livro *A narrative of the naval part of the expedition to Portugal under the orders of his Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza* (1833). São, enfim, ainda de interesse as resenhas críticas que se publicaram em periódicos ou outras revistas de divulgação erudita, tais como as resenhas no diário *The Spectator* (1834), publicado em Londres, e as *Göttingische Gelehrte Anzeigen* de Göttingen, na Alemanha. Sendo redigidas com base na primeira edição de 1834, estas somente se referem ao autor como «Captain Boid», sem aventurar qualquer nome próprio. O mesmo acontece no artigo que é dedicado à obra dentro da Revista de resenhas críticas *The Monthly Review*, que por sua vez se baseia na edição de 1835.

Note-se, enfim, que esta obra de Boid foi parcialmente traduzida por João Hickling Anglin na Revista *Insulana* do Instituto Cultural da Ponta Delgada (Boid 1949-1951)¹¹¹ e no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* (Boid 1949, 1952).¹¹²

4 O capitão Boid e os Açores

Como não podia deixar de ser, a atitude que Edward Boid assume perante os habitantes dos Açores é bastante crítica. Quem recebe, desde logo, as críticas mais severas, são os governantes do arquipélago:

With respect to the government of the Azores, it has hitherto been so impolitic, so atrocious, so replete indeed with all the lamentable abuses of despotism, that it may be justly deemed the canker worm which has incessantly diminished the country's vitality and effectually checked its prosperous growth (Boid 1834: 42).

Ao nosso autor, o Governo açoriano, representado pelo capitão-general dos Açores, parece tão atroz e nociva para o arquipélago que chega a compará-lo a 'canker worms', ou seja, larvas de mariposas que destroem as árvores frutíferas. O principal objeto de crítica do oficial inglês é despotismo absolutista que vê no cargo e na pessoa do capitão-general, pelo que abraça a vinda de D. Pedro IV ao arquipélago:

Nothing indeed can be more favorable for the amelioration of the Azores, than the recent adversity of the legitimate government of Portugal. It has, by causing its principal members to seek an asylum here during their misfortunes, impressed upon them the importance of such a possession: it has brought to view the neglected condition of the islands, with the miserable policy that has hitherto been exercised in them; and I feel convinced that the auspicious arrival of Don Pedro will be hereafter hailed as an event diffusing the first dawning beams of liberty, civilization, and prosperity around these shores (Boid 1834: 45).

D. Pedro IV chegou ao arquipélago – que então estava dominado pelas forças liberais – no dia 22 de fevereiro de 1832, permanecendo na Ponta Delgada até 2 de março.¹¹³ Não sabemos em que medida a presença do antigo Imperador do Brasil realmente terá tido algum dos efeitos desejados por Boid...

No atinente à agricultura açoriana, o autor identifica várias razões que, segundo a sua opinião, impedem os habitantes do arquipélago de um bom exercício da agricultura. Entre as razões alegadas encontramos a opressão dos habitantes pelo estado e pela igreja,¹¹⁴ como ainda a primogenitura como princípio básico de herança das grandes superfícies agrícolas e dos morgadios.¹¹⁵ A terceira razão que impede o progresso nos Açores, é, porém, de natureza infraestrutural:

In the third place, must be noticed the total absence of practicable roads for communication with the interior, and by which the produce of the country might be transported at a cheap rate to any general mart: the result of this is, that the central parts of these fertile islands, amounting to full two-thirds of the whole superficies, are unconverted to any profitable purpose, and lie deserted in a state of uncultivated waste, or are impenetrably covered with underwood briers, wild shrubs, stunted

¹¹⁰ Por coincidirem a composição o conteúdo das duas edições, julgamos possível que não se trate de uma verdadeira nova edição, mas do aproveitamento do miolo do livro da impressão anterior mediante a aposição de um novo rosto.

¹¹¹ Cf. Almeida / Miranda / Monteiro (1990).

¹¹² cf. também o artigo de Silva (1988: 232).

¹¹³ Veja-se Rebelo (1881: 21), que ao longo do seu artigo oferece ainda mais detalhes sobre a presença de D. Pedro IV no arquipélago.

¹¹⁴ Cf. Boid (1834: 26): «*In the first place, the miserable, arbitrary government policy of both church and state that has hitherto paralyzed the elements of industry wherever its baneful effects have been felt [...]*».

¹¹⁵ Cf. Boid (1834: 27): «*In the second place, the ruinous operation of the laws of primogeniture, particularly as threefourths of all the cultivated lands of the islands are entailed, which laws, so long as they exist, must place insuperable obstacles in the way of civilization and prosperity*».

cedars, etc. leaving nothing but a mere belt of land, bordering on the sea, that is either peopled or brought under culture (Boid 1834: 26-29).¹¹⁶

Parece evidente que esta constatação pode ser fruto das incursões do próprio Boid no interior de São Miguel. No entanto, não podemos deixar de notar que desta descrição da infraestrutura micalense vai, de certa forma, de encontro com aquela que o americano John White Webster (1793-1850) forneceu em inícios da década anterior:

The streets are narrow, ill paved, and exceedingly filthy. They are overrun with hogs of an uncommonly large size, through the multitude of which it is often difficult to force one's way; they are seen wallowing in every passage and sleeping on the steps of almost every house. Some of the streets are continued beyond the limits of the city, and terminate in roads of tolerable width. But except within a few miles of the capital, and of some of the principal villages, wheel-carriages cannot be used with safety (Webster 1821: 25).

Ainda no que respeita à agricultura, Boid considera-a longe de ser significativa, já que os agricultores açorianos não estariam dispostos de afastar-se dos métodos de lavoura que herdaram dos seus antepassados. No entanto, apesar da suposta ignorância e incapacidade dos agricultores açorianos da terceira década de oitocentos, o autor não pode deixar de constatar que a fertilidade dos próprios solos dos Açores garante colheitas consideráveis:

Rural economy is, as may be imagined, a dead letter in this country. On account of the deep ignorance of the people, the practice of agriculture is but little, and the science less known, throughout the islands. The rude system of their forefathers is still pursued, and their implements and utensils would be disgraceful to savages in the wilds of Africa. They merely turn over the soil, throw in the seed at random, and so bountiful is nature, that a very short interval produces abundant returns. Such, in fact, is the capability of the soil, that were every advantage taken, these islands might furnish an ample supply of grain for the support of five or six millions of inhabitants, instead of 200,000; even now, they occasionally supply the markets of Lisbon, Oporto, and Madeira, with wheat, barley, and pulse of all sorts.

If, perchance, it is deemed indispensable to give additional stimulus to the soil, they sow a crop of lupins, (which at these islands grow luxuriantly, and to an extraordinary size) and, when about three feet high, they plough it all into the soil, which, from the peculiarly fertilising properties of this plant, receives a richness that soon renders it ready for the succeeding crop of grain. The lupin is a valuable herb

¹¹⁶ Mais adiante, Boid (1834: 61-62) volta a pronunciar-se sobre as estradas açorianas e sobre o uso das mesmas pelos carros de bois: «The streets are very narrow; upon the same principle as in almost all southern towns and cities – namely, to exclude the sun; and they are also badly paved, but, generally speaking, all their towns are so salubriously situated, and constructed, that with little expense, on the part of a good energetic government; they might be rendered picturesque, commodious and elegant.

The state of art in the islands is, as the reader will gather from what has already been said, very rude and primitive; and every article of utility that is employed, of their own manufacture, is coarse, unwieldy and awkward. Nothing amused me so much as their carts, which though probably best suited to the universal character of the roads, are of the most barbarous appearance imaginable, consisting of nothing more than a strong wooden platform resting on a huge

in the Azores, and is every where cultivated to a great extent. The seeds, after being well soaked in salt or sea water, (to divest them of their bitterness) constitute a favorite and most nutritious food for the lower orders; and the plant furnishes an excellent green meat for cattle; although, from its inebriating qualities, it should only be given in small quantities at a time (Boid 1834: 30-31).

Partindo evidentemente do pressuposto de que os lavradores açorianos ignoram os métodos modernos de adubar, Boid parece quase estupefacto ao constatar que estes costumam plantar tremoceiros (*Lupinus albus*, Linné). As próprias plantas não somente servem como adubo biológico para fornecer os campos com azoto,¹¹⁷ mas ainda fornecem uma semente comestível: o tremoço, o qual, segundo Boid, serve como 'comida preferida e altamente nutritiva para as classes baixas' [tradução RK].

Também vale a pena dar uma vista de olhos para a apreciação que o nosso autor faz do reino animal: ao passo que constata que não existem animais venenosos, refere entre os animais domésticos mais frequentes os burros, gado bovino, ovino e caprino. Semelhantemente à imagem retratada pelo trecho de Webster (1821: 25) que acabamos de citar, tanto os porcos como os cães são excessivamente frequentes e ocupam as ruas das cidades e das aldeias:

With respect to the zoological productions of the Azores, the following observations are the result of particular research and enquiry. In the first place, they are without exception free from venomous animals of any sort, which will enhance their value as a place of residence considerably in the eyes of Europeans. Horses are rare in all the islands, very small, and generally speaking of very inferior quality. Asses abound to a prodigious extent; and are, with bullocks, the usual beasts employed for all purposes of labor. Cattle are generally in great number, but are of the finest and best quality at St. George's and St. Michael's. Sheep also are every where numerous, though bred only for the benefit of the wool, which is manufactured into a coarse species of cloth for the consumption of the islands, the inhabitants scarcely ever eating the meat. Goats exist in myriads wherever a blade of grass can be found for their support; and pigs and dogs, as in the mother country, swarm to an excess, and are seen lying about the streets of towns and villages to the great interruption of pedestrians (Boid 1834: 35).

As observações sobre os habitantes dos Açores ocupam na sua inteireza o «CHAPTER V», que tem por conteúdo os seguintes aspetos: «NATIONAL CHARACTER,

powerful clumsy axle, supported by a couple of wheels about three feet in diameter composed of thick solid wood, with an enormous tier of iron to enable them to resist the concussions they receive in going over the rugged, precipitous, rocky masses, there dignified with the appellation of roads; they are drawn by a yoke of two or four bullocks; and when laden, such is the noise proceeding from the grinding of the ungreased wheels, that it requires more than a moderate share of nervous vigour to withstand it».

¹¹⁷ Veja-se também o estudo histórico-económico de João (1991: 42): «Esta técnica de cultivo conjuga o uso da haste do favel e da rama do tremoceiro para adubo com uma alternância de culturas que permite extrair razoável rendimento sem esgotar os solos. Insere-se no quadro de uma agricultura que alia, como dissemos, o autoconsumo e a produção para o mercado».

CUSTOMS, RELIGION, ARCHITECTURE, ETC.» (Boid 1834: 48), ocupando um total de 14 14/2 páginas em Boid (1834: 48-62). Vamos escolher alguns dos trechos mais chamativos:

THE Character of the Inhabitants of these islands possesses, with all its defects, advantageous traits which, under the direction of a free and provident government, might be converted to any thing morally ornamental, or practically useful. Notwithstanding the iron sway to which the country has been so long subject, they are considerably more independent than their brethren of the mother country. They are mild in disposition, and of quick perceptions; but in every class so deplorably ignorant, and in such a state of mental abasement, that their existence is not many degrees elevated above that of unreasonable animals. – They speak the Portuguese language, with occasional varieties of dialect incidental to the several islands; but have a peculiar sing-song mode of talking exceedingly disagreeable to the ear.

No início do capítulo, o autor aproveita novamente do *topos* da influência negativa da monarquia portuguesa, exercida de forma absolutista pelo capitão-general dos Açores. Mas, apesar de identificar semelhanças com os compatriotas no Continente, Boid identifica nos açorianos qualquer elemento de uma postura independente. Segundo ele, a disposição geral dos açorianos é branda, sendo eles geralmente ao mesmo tempo espertos mas também de tal maneira ignorantes e 'mentalmente humilhados' que não ficam muito acima de animais...

O trecho dedicado à língua portuguesa nos Açores parece-nos de especial importância, pelo que optámos por traduzi-lo: «*Eles falam a língua portuguesa com variedades ocasionais de dialeto que são próprias das diversas ilhas, mas têm um estranho modo de entoação ao falar que é extremamente desagradável ao ouvido*».

Perante esta frase parece evidente que o autor não se pode considerar propriamente um especialista de análise em matéria linguística. Apesar disso, Boid chega a constatar aqui que identificou várias variantes diatópicas do português açoriano, atestando-lhe o 'sing-song' da entoação própria dos dialetos dos Açores, mesmo que a venha a classificar como desagradável aos ouvidos.

The lower orders and peasantry are a very superior class of society to their equals in Portugal; they are apt; inoffensive, mild, and civil; and when induced to work are extremely laborious. They are not treacherous and vindictive, like their continental brethren: though like them, when driven to desperation, they make use of the knife (Boid 1834: 49-50).

¹¹⁸ Cf. (Webster 1821: 36-37): «*The labouring and poorer classes have generally a cheerful countenance but are easily provoked to anger by the most trivial causes and are exceedingly vindictive. Many of them spend a considerable part of their earnings at the licensed shops, where an inferior wine, made on the island, is sold at from four to eight vintems per bottle. They also drink a poor kind of rum called "cachaça" made in Fayal and Brazil. The shops where these liquors are sold are distinguished by a green bush placed over the entrance. Women stand at the doors, cooking salted fish and a particular kind of sausages, called "linguiças", which are made hot with red pepper, and given to the customers, for express purpose of inducing thirst. They seldom drink less than a bottle of wine, and commonly more than two, at a time*».

¹¹⁹ Cf. (Webster 1821: 39): «*The country women are industrious and, during the day, work with the men in the fields; when not employed in this manner they are busy at the loom or with the distaff and spindle; but are wholly*

Também neste breve trecho, os açorianos são avaliados de maneira mais favorável do que os portugueses vindos do Continente. As pessoas das classes baixas são descritas como inofensivas, brandas, bem-educadas e trabalhadoras. Parece evidente que a constatação «*They are not treacherous and vindictive, like their continental brethren [...]*» não pode ser outra coisa senão um reflexo direto do da noção de serem «*[...] exceedingly vindictive [...]*» que encontramos na obra anterior de John White Webster.¹¹⁸ O mesmo se pode afirmar sobre o seguinte parágrafo:

The women of the laboring classes are made to perform all the burdensome drudgery of life, and it is surprising to see the immense loads they carry with apparent facility; but they, in consequence, soon lose their feminine attractions of person, and become shrivelled, frightfully ugly, and prematurely infirm. The lower orders of the Azores are extremely temperate; and to induce them to become at all profitable customers at the wine-houses, the host (this is an universal custom) cooks for them savoury salt fish, and a stimulating species of sausage, called linguças, which the men are very fond of (Boid 1834: 52).

Já que a parte sobre as mulheres da trabalhadoras não corresponde ao referido trecho de Webster,¹¹⁹ julgamos mais provável que a referência àquelas mulheres possa ser encarado como reflexo das observações do próprio autor, talvez feitas quando via as mulheres a transportar cestos na cabeça, como ainda hoje ocasionalmente se observa.

Tal como antes dele fizera Webster, também Boid faz questão pronunciar-se sobre a grande afinidade que os açorianos têm pela música. Ao passo, porém, que o autor americano tinha constatado uma grande mestria da parte dos açorianos,¹²⁰ Boid é bastante mais crítico e constata que os músicos açorianos nem são aptos nem agradáveis.

They are passionately fond of music; but neither skilful nor pleasing, either in instrumental or vocal performance. The viola is their usual instrument, which they accompany with rude extemporaneous effusions. The island dance, of which they seem very fond, is called the landoon – the air and movements of which resemble the Spanish bolero. This dance is recently introduced into the higher circles of life, and made the concluding one of the evening (Boid 1834: 48-50).

Não deixa de ser interessante neste âmbito que Boid se refere à 'dança da ilha' que diz chamar-se 'landoon' que descreve como sendo similar ao 'Bolero' dos espanhóis,

unacquainted with the use of spinning wheels. They also manufacture baskets of willow, mats, and other coarse articles».

¹²⁰ Cf. (Webster 1821: 30): «*The only science, in which the natives of the Azores appear proficient, is music; and of this they are passionately fond. It is rare to meet with one who does not sing or perform on some instrument. The poorest peasant, as he trudges along with his asses, accompanies his voice on the viola, and the daughters of the Morgados, although often unable to read or write, display great taste and execution on the guitar, or piano. It is by no means uncommon to meet with persons, who, when blindfolded, and at a distance from a piano, will accurately distinguish and name each note struck on it by another performer*».

tendo recentemente sido introduzido como dança final para os bailes da sociedade açoriana. Como sugere a tradução do autor inglês, devemos presumir uma palavra 'landum' ou algo semelhante. Com efeito, existiu nos Açores uma dança chamada 'landum', conceito este que a investigadora Margarida Brito identificou como uma das formas musicais de Cabo Verde,¹²¹ tendo esta 'dança da ilha', assim, as suas origens numa dança ritual africana.

No atinente à descrição das pessoas e das suas circunstâncias higiénicas, Boid não pode ser mais claro: os açorianos são extremamente sujos:

They are intolerably dirty; full of vermin, and, in consequence, subject to cutaneous eruptions, particularly itch; their dress is rude, and that of each island peculiar to itself, as will be noticed when each is described (Boid 1834: 50).

Quanto aos costumes religiosos, Boid dedica-lhes algo menos atenção do que os autores anteriores. No entanto, similarmente ao que vimos na obra de Webster,¹²² encontramos uma descrição bastante elaborada das festas do Espírito Santo como as via o nosso autor:

There is a custom amongst them apparently quite peculiar to these islands. In every parish they annually, at the festival of the Holy Ghost, elect a chief whom they style Emperor; or, rather, a certain number, named by the rest, draw lots for this honor at the church, when the fortunate individual is crowned by the priest with a silver coronet, wherewith he receives a sceptre, both being previously solemnly consecrated. The ceremony and appropriate service ended, the Imperador retires surrounded by crowds of his confreres, who strew his path with flowers, receiving in return a general blessing, by the waving of his consecrated sceptre. He then proceeds to a small open rude stone building, erected for the purpose in every parish, called o teatro do Imperador; there he sits in state, encircled by his friends, with a table before him on which he receives the donations of the pious, consisting of bread, wine, poultry, and meat, which are carefully distributed in the evening to the poor. The Imperador afterwards retires, with his friends, to his own cottage, which has been previously cleansed, white-washed, and ornamented with garlands, where they indulge in feasting, rustic games, singing to the viola, and dancing, until a late hour. This ceremony continues during seven weeks, every sunday; and nothing can exceed the emulation that is shewn by the lower orders who are competitors on these occasions: they not unfrequently pawn or sell their whole little property to sustain the hospitality they wish to practise during the term of their reign, when they keep open house for the friends of their circle. At the expiration of the seven weeks, the crown

¹²¹ cf. Brito (1999: 3): «As músicas de Casamento (Saúde) dedicadas à noiva ou aos noivos, são tocadas nas zonas rurais de algumas ilhas nomeadamente S. Nicolau e St. Antão. Na ilha da Boavista para além do ritmo executado nos tambores, ao qual se juntam frases declamadas dirigidas à noiva, ('ó m'nina nova/ hoje e qui bu dia/runca dali/ runca dalá...') existe ainda o Landu ('lundu' ou 'landum') de origem africana, que também foi levado para o Brasil e talvez dali para Portugal. No século XIX ainda o 'landu' era conservado nos Açores. Segundo estudiosos brasileiros o 'lundu' também chamado no Brasil de 'Calundu', inicialmente uma dança em movimento binário, transformou-se depois em canto envolvente e lascivo, um tanto lento, com letras sugestivas e amorosas, por vezes brejeiras.»

and sceptre are deposited in the parish church, on a silver salver, until the ensuing celebration of the festival (Boid 1834: 51).

Pouco surpreende que Boid se testemunha bastante apreensivo perante qualquer manifestação do catolicismo. Assim, já constata para março de 1832 a supressão das ordens religiosas no arquipélago, isto é, quase dois anos antes da assinatura da Convenção de Évora Monte, no dia 27 de maio de 1834.

Until the month of March, 1832, the numerous monasteries and nunneries were, as we have said, a source of incalculable evil. Whilst the former nurtured within their walls a class of beings who prowled about and infested every avenue of society, gratifying unhallowed propensities by means of their religious influence at the expense of the honor, happiness, or property of others; – the latter were esteemed as little better than public brothels, being at all times accessible to young men, who fearlessly and habitually visited the paramours they had chosen amongst those females who had quitted the world with the professed purpose of devoting life to chastity and their God.

Now, happily, His Imperial Majesty, Don Pedro, has nobly commenced the work of reformation in this, as in other particulars – a work which will be recollected with gratitude by all Portuguese friends of christianity and freedom. He has, in fact, abolished all monastic institutions, emptied the convents and monasteries, and fixed a liberal annuity on all their inmates for the remainder of their lives. Thus, by one bold stroke, is deracinated one of the greatest impediments to the civilization and prosperity of a country; temporary evil and inconvenience may arise, as in every change of system; for instance, the poor who found support at these institutions, are now thrown on the public: but who will say the good shall not predominate, and society be doubly paid the attendant evil? (Boid 1834: 57-58).

Julgamos, enfim, oportuno, reproduzir como último texto aquilo que Boid afirma sobre o seu aquartelamento, junto com o Almirante Sartorius, na casa de um dos mais notáveis morgados da ilha, que presumivelmente residia algures na Ponta Delgada. As suas observações realmente são autoexplicativas:

The Admiral and myself were this time billeted in the house of one of the most affluent morgados; and it is impossible to express, in sufficiently strong terms, the attention, kindness and hospitality that we experienced from all branches of the family, which was composed of the lady and gentleman, three little children and the sister of the wife, all alike amiable, friendly and accommodating. The house was spacious, well built and roomy, with a good suite of entertaining-apartments, which, however, smelt not only fusty, but potently of the stables underneath: they were

¹²² Cf. Webster (1821: 71-72): «Among the amusements of the peasantry at this time, is the "festa do Espírito Santo", or festival of the Holy Ghost, which takes place in every parish, and continues seven weeks. On each Sunday, during high mass, the priest places a crown of silver on the head, and a sceptre in the hand, of a peasant previously elected by the people. He is proclaimed "Emperador" and is conducted to a seat beneath a canopy prepared for him on one side of the church, where he sits during the remainder of the service. On leaving the church a crowd attend him, strewing the roads, along which he passes, with flowers, and in return he bestows his blessing upon them by flourishing his consecrated sceptre.»

besides, according to our ideas, badly and scantily supplied with furniture; and such as was there, had apparently been handed down with the rest of the family entail through a series of generations. The ladies never appeared but at breakfast or dinner; in the culinary preparation of which meals, they always took part. A profusion of badly kept plate was generally exhibited, and the remnants of breakfast frequently covered the table until the arrival of dinner-time. All, of course, was of Portuguese cookery, (with a few exceptions, to suit English taste,) greasy, unpalatable, and unsalutary. Little conversation took place that was not forced by ourselves – not, however, apparently for want of inclination, but of means; for a totally neglected education, and a life of seclusion (the females scarcely ever going out, as before remarked, but to church or evening entertainments) preclude the possibility of cultivating them either theoretically or practically. The children – nice interesting little urchins – seemed also lamentably overlooked: since, with the exception of being dressed up occasionally, to shew themselves at the dinner table for our gratification, or on a Sunday, they run either about the house or back-garden with a nurse all day, almost in a state of nudity, their few clothes and their persons covered with filth and rags to such an extreme, that no English person would know them from children of the lowest order. Our host spent his evenings in meeting his male friends, who assembled to gamble at some Portuguese game of chance on the cards, at which they continued frequently until one or two o'clock in the morning; and thus days, weeks, months and years pass on without one point of time redeemed by pursuits more profitable either to themselves or mankind at large (Boid 1834: 146-148).

5 Conclusões

Como livro de viagens de um autor anglófono, a descrição dos Açores do inglês Edward Boid, secretário do Almirante inglês George Rose Sartorius é um dos documentos mais importantes desta categoria na primeira metade do século XIX.

Especialmente ao longo do quinto capítulo da primeira parte, Edward Boid tenta caracterizar os habitantes dos Açores, os seus costumes e a sua vida. Fá-lo com uma atitude que João Paulo Pereira da Silva acertadamente descreve da seguinte maneira:

A visão de Edward Boid é acima de tudo a de um cidadão britânico originário de uma grande potência militar, industrial e comercial de caráter hegemónico. Por esse motivo, a sua atitude face à realidade açoriana, aparentemente escandalosa e pouco evoluída, é sempre a do inglês altivo e arrogante, que afirma a sua superioridade perante a situação encontrada (Silva 1988: 228).

Não admira esta atitude, menos ainda porque já a vimos de forma semelhante nas obras de Ashe (1813) e de Webster (1821). Não há dúvida que Boid integrou em larga medida as observações pessoais que fez ao longo dos meses que se encontrava no arquipélago junto com o Almirante Sartorius, enquanto a esquadra liberal se encontrava nos Açores anteriormente ao desembarque no Mindelo.

Perante os pontos de convergência e divergência que acabamos de ver brevemente, parece igualmente justo afirmar que Boid deverá ter conhecido a obra anterior de John White Webster. Não se limitando, no entanto, a reproduzir os

conteúdos dela, até chega a discuti-los ou retificá-los quando as suas observações pessoais o permitiam fazer – isto quando não se encontra qualquer referência as duas obras anteriores ao longo da obra de Boid. Pode-se, enfim, constatar que Boid, apesar de todas as atitudes que hoje possam parecer discutíveis, como autor do seu tempo terá pretendido apresentar um relatório sério, emitindo juízos de valor quando as realidades açorianas estavam vinham em desencontro com a sua mundividência como militar e homem de letras.

Deixando de lado, enfim, as opiniões pessoais, não podemos, enfim, deixar de constatar que muitos dos aspetos que Edward Boid observa no seu livro, vão ao encontro daquilo que encontramos no estudo histórico-económico e sociológico de Maria Isabel João (1991).

6 Referências bibliográficas

Abdo, Joseph C. (2006): *On the Edge of History: The Story of the Dabney Family and their influence on Atlantic history*, Lisboa: Tenth Island Editions.

Almeida, António José Cachide de / Monteiro, Cláudia Maria Amorim / Miranda, Luís Filipe Martinho (1990): *Índices Didascálico e Onomástico da Revista Insulana*, Ponta Delgada: Instituto Cultural da Ponta Delgada.

Allibone, S[amuel] Austin (1858, I): *A Critical Dictionary of English Literature, and British and American authors, Living and Deceased, from the earliest accounts to the middle of the nineteenth century: Containing thirty thousand biographies and literary notices, with forty indexes of subjects*, volume I, Philadelphia: Childs and Peterson.

A[shel], T[homas] (1813): *HISTORY / OF THE / AZORES, / or Western Islands; / CONTAINING AN ACCOUNT OF THE / GOVERNMENT, LAWS, AND RELIGION, / THE / Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants: / AND DEMONSTRATING / THE IMPORTANCE OF THESE VALUABLE ISLANDS / TO THE / BRITISH EMPIRE. / ILLUSTRATED BY MAPS AND OTHER ENGRAVINGS. // London: / PRINTED FOR SHERWOOD, NEELY, AND JONES, Paternoster Row; / AND SOLD BY ALL BOOKSELLERS.*

[Boid, Edward] (1827): *Travels Through Sicily and the Lipari Islands, in the Month of December, 1824, By a Naval Officer*, London: Printed for T. Flint.

[Boid, Edward] (1828): *A Concise History and Analysis of all the Principal Styles of Architecture: Namely Egyptian, Grecian, Roman, that of the Dark Ages, of the Arabians and of the Normans, Including a Detailed Description of the Origin, Progress and Decline of the Gothic, to which is added, a sketch of the architecture of England, down to the present time*, London: Printed by Horatio Phillips.

[Boid, Edward] (1829): *A Concise History and Analysis of all the Principal Styles of Architecture: Namely Egyptian, Grecian, Roman, that of the Dark Ages, of the Arabians and of the Normans, Including a Detailed Description of the Origin, Progress and Decline of the Gothic, to which is added, a sketch of the architecture of England, down to the present time*, London: Printed for T. Cadell.

Boid, [Edward] (1834): *A / DESCRIPTION / OF THE / AZORES / OR / WESTERN ISLANDS. / FROM PERSONAL OBSERVATION. / COMPRISING REMARKS ON THEIR PECULIARITIES, / TOPOGRAPHICAL, GEOLOGICAL, STATISTICAL, / ETC.,*

AND ON THEIR HITHERTO / NEGLECTED CONDITION. / BY CAPTAIN BOID, / LATE OF H. M. F. MAJESTY'S NAVY. / KNIGHT OF THE MOST NOBLE ORDER OF THE TOWER AND SWORD, / CORRESPONDING MEMBER OF THE ANTIQUARIAN SOCIETY OF / CAEN, AUTHOR OF "TRAVELS THROUGH SICILY AND THE / LIPARI ISLANDS;" AND OF "A HISTORY OF THE / VARIOUS STYLES OF ARCHITECTURE." // LONDON: / BULL AND CHURTON, HOLLES STREET. / 1834.

Boid, E[duard] (²1835): *A / DESCRIPTION / OF THE / AZORES / OR / WESTERN ISLANDS. / FROM PERSONAL OBSERVATION. / COMPRISING REMARKS ON THEIR PECULIARITIES, / TOPOGRAPHICAL, GEOLOGICAL, STATISTICAL, / ETC., AND ON THEIR HITHERTO / NEGLECTED CONDITION. / BY CAPTAIN BOID, / LATE OF H. M. F. MAJESTY'S NAVY. / KNIGHT OF THE MOST NOBLE ORDER OF THE TOWER AND SWORD, / CORRESPONDING MEMBER OF THE ANTIQUARIAN SOCIETY OF / CAEN, AUTHOR OF "TRAVELS THROUGH SICILY AND THE / LIPARI ISLANDS;" AND OF "A HISTORY OF THE / VARIOUS STYLES OF ARCHITECTURE."* // LONDON: / EDWARD CHURTON, HOLLES STREET. / (LATE BULL AND CHURTON). / 1835.

[Boid, Edward] (³1835): *A Concise History and Analysis of all the principal styles of Architecture*, London: G. B. Whittaker & Company.

[Boid, Edward] (1843): *The History of the Spanish School of Painting: To which is Appended an Historical Sketch of the Rise and Progress of the Art of Miniature Illumination*, London: Printed by Moyes and Barclay.

Boid, [Edward] (1949): «O Distrito de Angra: tradução dos capítulos III, IV e V (parte II), do livro do capitão Boid – *A description of the Azores* (London, 1835)», tradução de João H. Anglin, em: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* 7 (1949), p. 256-282

Boid, [Edward] (1949-1951): *Descrição dos Açores ou Ilhas Ocidentais*, tradução de João H. Anglin, em: *Insulana* V (1949), págs. 57-80 e 252-270; VI (1950), págs. 168-180 e 286-298; VII (1951), págs. 44-82, 310-356.

Boid, [Edward] (1952): «O Distrito da Horta que compreende Faial Pico Corvo e Flores: (Tradução dos capítulos da obra *A Description of the Azores or Western Islands*, Londres 1835)», tradução de João H. Anglin, em: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* 10 (1952), p. 259-260.

Brito, Margarida (1999): «Breves Apontamentos sobre as Formas Musicais existentes em Cabo Verde», em: Brito, Margarida (1998): *Os instrumentos musicais em Cabo Verde*, Praia; Mindelo: Centro Cultural Português, págs. 13-25, Digitalizado por Domingos Morais em agosto de 1999,.

Canto, Ernesto do (1890): *Bibliotheca açoriana: noticia bibliographica das obras impressas e manuscriptas nacionaes e estrangeiras, concernentes ás Ilhas dos Açores*, Ponta Delgada: Typ. do Archivo dos Açores.

Costa, Ricardo Manuel Madruga da (2010): «O pulsar turbulento do Atlântico», em: *Paralelo: Os Dabney, Uma família americana nos Açores* (inverno / primavera de 2010) ISSN 1646883X, pág. 18.

Dias, Fátima Sequeira (1999): «Uma breve reflexão sobre a história dos Açores com particular incidência no exemplo micalense», em: *Arquipélago: História* 3 (2.^a série 1999) ISSN 0871-7664, págs. 457-483.

GGA (1837) = «A description of the Azores, or Western Ilands, from personal observation, comprising Remarks on their peculiarities, topographical, geological, statistical, etc. and on their hitherto neglected condition. By Captain Boid. 1834. 8. 373S. (Bull u. Churton)», em: *Göttingische Gelehrte Anzeigen* 114/115 (20. Julius 1837), págs. 1135-1142.

Hodges, G[eorge] Lloyd (1833, I/II): *Narrative of the expedition to Portugal in 1832, under the orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*, London: James Frazer. [vol. II com as mesmas referências]

João, Maria Isabel (1991): *Os Açores no século XIX: economia, sociedade e movimentos autonomistas*, Lisboa: Edições Cosmos.

Mins, Peter (1833): *A narrative of the naval part of the expedition to Portugal under the orders of his Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*, with a vindication of himself, against the aspersions of Vice-Admiral Sertorius, AND HIS SECRETARY, CAPTAIN BOID, London: Sherwood, Gilbert and Piper.

Mins, Peter (1837): *Letters &c. Relating to Captain Mins's Second Visit to Portugal*, London: Printed by T. Brettell.

Monica, Maria Filomena (coord.) (2009): *Os Dabney: Uma Família Americana nos Açores, Antologia elaborada a partir dos Anais coligidos por Roxana Dabney*, Coordenação e prefácio de Maria Filomena Mónica, seleção, organização e notas de Paulo Silveira e Sousa, Lisboa: Edições Tinta da China.

MR (1835) = «ART. I. – *A Description of the Azores, or Western Islands*. By Captain Boid, R. N. London: Edward Churton. 1835», em: *The Monthly Review* (January, 1835), págs. 2-13.

Rebello, Ernesto (1886): «Notas Açorianas: Alguns visitantes illustres da ilha do Fayal, O Senhor D. Pedro IV (1832)», em: *Arquivo dos Açores* 8, págs. 19-41.

Silva, João Paulo A. Pereira da (1988): «Os Açores em 1832: A perspetiva do comandante Edward Boid, oficial inglês e romântico», em: *Arquipélago: História* (Número Especial) ISSN 0871-7664, págs. 211-232.

Silva, Jorge Manuel Moreira (2009): «A Marinha de Guerra portuguesa desde o regresso de D. João VI a Portugal e o início da Regeneração (1821-1851): Adaptação a uma Nova Realidade», Tese de Mestrado em História Marítima, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

Spectator (1834) = «Boid's Description of the Azores», em: *The Spectator* 336 (6 December 1834), págs. 1164-1165, em: <http://archive.spectator.co.uk/article/6th-december1834/16/boids-description-of-the-azores> (ultima consulta: 25 de setembro de 2013).

Stephen, Leslie (ed.) (1885-1900): *Dictionary of National Biography*, 63 vols., London: Smith, Elder, & Co.

Webster, John White (1821): *A description of the Island of St. Michael, comprising an account of its geological structure, with remarks on the other Azores or Western Islands: originally communicated to the Linnean Society of New-England*, Boston: Published by R. P. & C. Williams.

38. SIMONA VERMEIRE, UNIVERSIDADE DO MINHO, ROMÉLIA

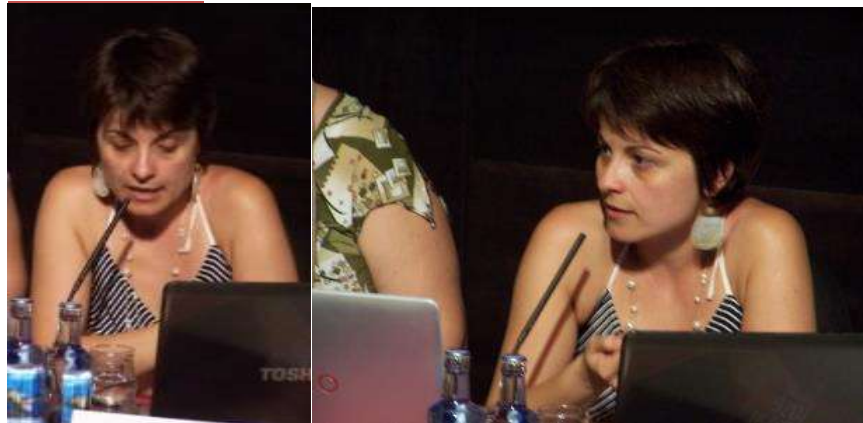


SIMONA VERMEIRE, de nacionalidade romena, é doutoranda.

É Bolseira da FCT e investigadora de Literatura Comparada na Universidade de Minho, CEHUM, Braga.

PARTICIPOU NO 17º COLÓQUIO NA LAGOA 2012, 18º GALIZA 2012 E FOI IMPEDIDA PELO MAU TEMPO DE PARTICIPAR NO 19º COLÓQUIO NA MAIA 2013.

É SÓCIO DA AICL



TEMA 1.1. DEVIR GENÉTICO E DESVIO GEOGRÁFICO DA JANGADA IBÉRICA
SIMONA VERMEIRE, UNIVERSIDADE DO MINHO, ROMÉLIA

“A novel examines not reality but existence. And existence is not what has occurred, existence is the realm of human possibilities, everything that man can become everything he is capable of. Novelists draw up the map of existence by discovering thus or that human possibility”. (Milan Kundera, *The Art of The Novel*)

“To ask for a map is to say «Tell me a story»”. (Peter Turchi, *Maps of the Imagination*)

O romance *Jangada de Pedra* escrito por José Saramago em 1986 como “resposta” ficcional dilemática ao ato de integração económica dos países da Península Ibérica na Comunidade Europeia foi submetido a uma variedade de pontos de vista analíticos convergindo para o esclarecimento ideológico do transiberismo assumido pelo próprio autor.¹²³ Neste contexto de reinterpretação mágica do destino ibérico no seu vagar pelo mundo inserimos uma perspetiva hermenêutica alternativa que remete para a genogeografia. Tendo em conta que a geografia não pode ser separada do devir genético, seguiremos este roteiro imprevisível da jangada ibérica a nível microscópico, o dos genes, e a nível macroscópico, o dos continentes que se tornam referências móveis para as possíveis cartografias da Ilha Ibérica. A nossa leitura do romance vai enfatizar esta nova geografia do mundo não só remetendo para uma história imaginária das *terras incógnitas* que prepararam mentalmente as descobertas renascentistas, mas também para um possível futuro genético possível suscetível de apagar as fronteiras entre os vários povos do mundo. Seguindo a narrativa de Saramago, o foco analítico concentra-se sobretudo no final expeditivo do romance: a Ilha Ibérica volta as costas à América do Norte, começa a girar em torno de si e, finalmente, dirige-se para o sul extremo, sugerido pela Antártica, posicionando-se entre a América do Sul e a África. Ao mesmo tempo, sobrepõe-se a esta cinética geográfica acelerada e imprevisível um episódio coletivo inverosímil: a gravidez simultânea das todas as mulheres do espaço ibérico. Além das metáforas – conotando um futuro utópico feliz – que poderiam ser associadas a estes dois movimentos de realismo mágico, do desvio geográfico para o Sul e do devir genético acelerado, tencionamos destacar quer possíveis alusões cartográficas anteriores aos descobrimentos, baseadas na força da imaginação, quer subtis indícios por parte do autor relativos à reprodução artificial humana. A dupla viagem geográfica, por terra e pelo oceano, alude a uma viagem genética pelo futuro (a epidemia de gravidez), mas também pelo passado: *“As viagens sucedem-se e acumulam-se como as gerações, entre o neto que foste e o avô que serás, que pai terás sido, Ora, ainda que ruim, necessário.”* (Saramago, 1994: 253).

A cartografia da existência seria, então, imbricada nesta topografia lúdica, uma taxinomia do possível geográfico que abre novas perspetivas nos Estudos Culturais,

¹²³ “Quero eu dizer, enfim, que esta Península, que tanta dificuldade terá de ser europeia, corre o risco de perder, na América Latina, não o mero espelho onde poderia rever alguns de seus traços, mas o rosto plural e próprio para cuja formação os povos ibéricos levaram quanto então possuíam de espiritualmente bom e mau, e que é, esse rosto, assim

o penso, a mais superior justificação do seu lugar no mundo. Admitiria que a América Latina quisesse esquecer-se de nós, porém, se me autorizam a profecia, antevejo que não iremos muito longe na vida se escolhermos caminhos e soluções que nos levam a esquecer-nos dela.” (Saramago, 1988:32)

enfazando diversos tipos de espacialidades literárias. Uma mutação epistemológica inerente à abordagem interdisciplinar situa a geografia literária neste novo contexto das humanidades caracterizado pelo “*spatial turn*” (Warf e Arias, 2009:1): “*On assiste donc à une convergence remarquable entre les deux disciplines, les géographes trouvant dans la littérature la meilleure expression de la relation concrète, affective et symbolique qui unit l’homme aux lieux, et les littéraires se montrant de leur côté de plus en plus attentifs à l’espace où se déploie l’écriture.*” (Collot, 2011). Neste sentido, o romance *Jangada de Pedra* é um “*récit d’espace*” (Certeau, 1990:180) que institui uma geografia fantasista, mapeando, como qualquer cartógrafo renascentista, territórios possíveis, através da dúvida e do engano, cenário das “alternativas” que configuram o universo ficcional de Saramago: “*Este mundo, não nos fatigaremos de o repetir, é uma comédia de enganos.*” (Saramago 1994:79).

A nível de metadiscursos, destacam-se três abordagens críticas desta estratificação discursiva e temática entre geografia e literatura: a geocrítica (direção crítica definida por Bertrand Westphal durante um colóquio realizado em Limoges em 2000), a geopoética (termo instituído em 1980 por Kenneth White) e a geofilosofia (conceito definido por Deleuze e Guattari em 1991).

As duas primeiras teorias enumeradas, a geopoética e a geocrítica, podem levar a interpretações simplistas, tendo em conta o termo “poética”, colocando-as, desta forma, numa relação antitética: “... *la géocritique, qui étudierait les représentations de l’espace dans les textes eux-mêmes, et qui se situerait plutôt sur le plan de l’imaginaire et de la thématique ; celui d’une géopoétique, qui étudierait les rapports entre l’espace et les formes et genres littéraires, et qui pourrait déboucher sur une poétique, une théorie de la création littéraire.*” (Collot, 2011). Assim, e como afirma o autor Kenneth White no seu livro *Le Plateau de l’Albatros* (1994:200), a geopoética ultrapassa as fronteiras do textualismo e do formalismo para se tornar “*une poétique postmoderne, c’est-à-dire ni du moi, ni du mot, mais du monde*”.

Esta busca da revitalização de uma união sensível do homem com a Terra na perspectiva transdisciplinar da geopoética representa também uma relação possível para a geocrítica, mas apenas numa cinética hermenêutica entre a referencialidade e o texto literário: “*La géocritique, en effet, se propose d’étudier non pas seulement une relation unilatérale (espace-littérature), mais une véritable dialectique (espace-littérature-espace) qui implique que l’espace se transforme à son tour en fonction du texte qui, antérieurement, l’avait assimilé. Les relations entre littérature et espaces humains ne sont donc pas figées, mais parfaitement dynamiques.*” (Westphal, 2005).

A inspiração geográfica, a cartografia do espaço real, colocadas entre poesia e toponímia, tornaram-se um tema literário que enfatiza a descoberta do mundo e os seus mapas como potencial do imaginário das viagens. Seguindo as perspetivas analíticas abertas por estas duas opções teóricas, vamos interpretar a cartográfica dinâmica da viagem da Ilha Ibérica em relação aos vários mapas que precedem os descobrimentos. O tópico do devir genético vai ser analisado segundo o conceito de geofilosofia desenvolvido por Deleuze e Guattari no capítulo IV do seu último livro “*Qu’est-ce que la philosophie?*” (1991). Neste sentido, o devir genético vai adquirir uma dimensão

espacial, geográfica, em termos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, nesta dinâmica rizomática da jangada ibérica, cartografando experiências afetivas intensas:

Mais les cartes ne concernent pas seulement une dimension extensive, mais tout autant une dimension intensive : il existe des cartes d’intensité ou de densité qui transcrivent une constellation affective et qui concernent ce qui se produit durant le trajet, des cartes des devenirs, bien plus difficiles à tracer. Le réel et l’imaginaire, encore une fois, ne cessent de s’échanger : un devenir n’est pas seulement imaginaire, tout comme un voyage n’est pas seulement réel. Des intensités imaginaires et affectives peuvent transformer en voyage tout trajet ou même l’immobilité, peuvent envelopper le visage d’un être aimé de personnages inconnus ou faire rêver à partir de la contemplation immobile des cartes, tout comme c’est le trajet (même immobile) qui transforme l’imaginaire en devenir : les deux cartes, des trajets et des affects, renvoient l’une à l’autre. (Deleuze, 1993:85).

No caso do romance *Jangada de Pedra*, o episódio coletivo gestacional inscreve esta dinâmica do exílio numa dimensão intensiva emocional, de uma nova ordem ontológica, um princípio genético latente e inerente ao devir-humano, anunciado mesmo pela primeira frase do texto: “*Quando Joana Carda riscou o chão com a vara de negrilho, todos os cães de Cerbère começaram a ladrar, lançando em pânico e terror os habitantes, pois desde os tempos mais antigos se acreditava que, ladrando ali animais caninos que sempre tinham sido mudos, estaria o mundo universal próximo de extinguir-se.*” (Saramago, 1994:9).

Esta atitude visionária emblemática é, de facto, concentrada na epígrafe (“*Tudo futuro es fabuloso*”), frase recolhida do romance *Concerto barroco* do escritor cubano Alejo Carpentier. A viagem da jangada ibérica pelo oceano transmuta o devir-humano numa “diáspora” nómada à procura de novas formas de existir dentro dos limites de um cronótopo de isolamento geográfico: “*Houve depois uma pausa, sentiu-se passar nos ares um grande sopro, como a primeira respiração profunda de quem acorda, e a massa de pedra e terra, coberta de cidades, aldeias, rios, bosques, fábricas, matos bravios, campos cultivados, com a sua gente e os seus animais, começou a mover-se, barca que se afasta do porto e aponta ao mar outra vez desconhecido.*” (Saramago, 1994: 45).

O navio gigantesco, conotando dimensões mitológicas, vagueia pelo oceano que foi um verdadeiro embrião de globalização durante a época renascentista. Por esta razão, o vagar da jangada remete para uma reflexão sobre os limites/fronteiras entre o trânsito dos povos, nesta representação líquida do poder identitário genético entre a África, a Europa e América: “*Empruntant plus avant la voie maritime, on parlera d’espaces flottants, navicules – épithète que Léon - Battista Alberti appliqua naguère aux États évanescents (naviculae) qui formaient l’Italie du Quattrocento.*” (Westphal, 2005). Seguindo de perto o pensamento de Foucault, os navios, territórios flutuantes, representam espaços heterotópicos por excelência, ilhas de desassossego, estratificando possíveis experiências pelo mundo marítimo:

Um navio é um pedaço flutuante de espaço, um lugar sem lugar, que existe por si só, que é fechado sobre si mesmo e que ao mesmo tempo é dado à infinidade do mar.

E, de porto em porto, de bordo a bordo, de bordel a bordel, um navio vai tão longe como uma colónia em busca dos mais preciosos tesouros que se escondem nos jardins. Perceberemos também que o navio tem sido, na nossa civilização, desde o século dezasseis até aos nossos dias, o maior instrumento de desenvolvimento económico (ao qual não me referi aqui), e simultaneamente o grande escape da imaginação. O navio é a heterotopia por excelência. Em civilizações sem barcos, esgotam-se os sonhos, e a aventura é substituída pela espionagem, os piratas pelas polícias. (FOUCAULT, 2001, p. 422).

Retomando os conceitos de Deleuze em relação à cinética binária de territorialização-reterritorialização, o mentor da geocrítica, Bertrand Westphal, estende esta particularidade heterotópica do navio para qualquer espaço humano, compreendendo-o como uma representação essencialmente dinâmica:

Ainsi l'espace humain est-il constante émergence; il est saisi dans un mouvement perpétuel de reterritorialisation. La géocritique ne prétendra pas figer la représentation de l'espace, qui, pour elle, n'est pas formalisable selon une méthode axiomatique; elle se contentera – ce qui est déjà ambitieux – d'appréhender un stade du processus de déterritorialisation. Ses résultats seront nécessairement transitoires, car la reterritorialisation à laquelle elle procède coïncidera avec le début d'une nouvelle phase de déterritorialisation. Pour la géocritique, l'espace humain, comme les activités auxquelles il sert de cadre et parfois de matériau, est hétérogène et combinatoire – en un mot: hétérotopique. (Westphal, 2005)

Neste fluxo aleatório e imprevisível da jangada, que nega qualquer possível identificação geográfica, política e ideológica (o percurso entre a América de Norte e a América de Sul obriga a uma constante reflexão irónica sobre o iberismo, que se pode redefinir na contiguidade de umas sombras históricas mais ou menos compatíveis), irrompe a gravidez coletiva de uma demografia transformada em paisagem dinâmica. Durante o exílio dos cinco protagonistas do romance, três portugueses e dois espanhóis encontram-se numa situação que dinamita a harmonia do grupo: a gravidez das duas mulheres cuja paternidade não pode ser definida. Pedro Orce, o espanhol mais idoso do grupo, torna-se o possível “culpado”, não apenas pelo movimento da jangada, mas provavelmente também pela paternidade da nova geração deste espaço desenraizado. Mas, antes de rever esta situação de reprodução explosiva dos povos ibéricos, cumpre destacar o facto de que há sempre uma relação entre a situação geográfica e o devir genético: “*Não podia a força humana nada a favor duma cordilheira que se abria como uma romã, sem dor aparente, e apenas, quem somos nós para o saber, porque amadurecera e chegara o seu tempo.*” (Saramago, 1994: 33).

Como vimos, deteta-se desde a primeira parte do romance uma alusão ao amadurecimento terrestre do território ibérico, finalizando-se com a separação do filho da sua matriz europeia e a iniciação na vida aquática pela viagem necessária: “*As águas, estas águas são outras, assim a vida se transforma, mudou e não demos por isso, estávamos quietos e julgamos que não tínhamos mudado, ilusão, puro engano, íamos com a vida.*” (Saramago, 1994: 130). Qual seria então esta nova vida que foi inaugurada

por um “parto” geológico? Poderia o episódio inverosímil, típico do realismo mágico, de epidemia súbita de gravidez de todas as mulheres de Península Ibérica com o qual o romance *Jangada de pedra* surpreende o leitor no final de texto, ser considerado uma germinação provocada, artificial, do povo ibérico? Esta “aventura” do corpo alterado na sua dimensão biológica íntima, evidente no mesmo episódio inverosímil de gravidez coletiva, aparece também no final do poema em prosa *O ano 1993*, no qual a desterritorialização das tribos rebeldes, do devir-animal para o devir-humano, se torna um ato conseguido através de uma inseminação “mágica” da terra, a deusa Geia, imagem emblemática do corpo materno universal. A imagem idílica de retorno pagão das tribos à natureza como solução de revitalizar os recursos reprodutivos da espécie humana não demonstra um acordo feliz e erótico entre os corpos do homem e da mulher. A terra fertilizada pelas mulheres com óvulos eliminados durante a menstruação é uma imagem metafórica do útero que germina embriões “à sombra” dos homens e não por eles gerados:

Embora houvesse já muito tempo que não nasciam crianças não se perdera por completo a lembrança de um mundo fértil

E acontecera mesmo que algumas tribos mais sedentárias redescobriram certas práticas mágicas que vinham de tempos antiquíssimos

Por isso nos campos cultivados faziam correr as mulheres menstruadas para que o sangue escorrendo ao longo das pernas embebesse o chão com sangue de vida e não de morte

Nuas corriam deixando um rasto que os homens cobriam cuidadosamente de terra para que nem uma gota secasse sob o calor agora nocivo do sol. (SARAMAGO, 1991:177).

Em *Jangada de Pedra*, a situação inicial da gravidez simultânea das duas mulheres, Joana Carda e Maria Guavaira, levanta dúvidas sobre o verdadeiro progenitor dos embriões até ao final de romance, transformando-se o leitor num verdadeiro ‘detetive’ do agente que provocou o contágio com a vida: “*Mas a situação é embaraçosa, como salta aos olhos, e o embaraço resulta da dificuldade de deslindar duas duvidosas paternidades.*” (SARAMAGO, 1986:303).

Esta confusão não é só um jogo estratégico tendo como objetivo provocar a curiosidade e chamar a atenção do leitor, mas, sobretudo, um indício que abre caminhos para a interpretação ulterior do sentido da epidemia de gravidez, encarada como multiplicação dos embriões humanos a partir de um material genético comum. A aparência física do filho que irá nascer do corpo da mulher constituirá um modo possível de associar um genitor aos embriões; sendo, todavia, as probabilidades de transmissão das características genéticas de pai para filho imprevisíveis, a única opção será a maternidade exclusiva, papel habitualmente assumido, sobretudo nas situações de inseminação artificial: “*Não te basta o que se passou, ainda me vens dizer que estás grávida e não sabes quem é o autor, Como querias tu que eu soubesse, mas no dia em que a criança nascer deixará de haver dúvidas, Porquê, Há de ter parecenças, Pois sim, mas imagina que se parece só contigo, Se se parecer só comigo, será porque é só meu filho e de mais ninguém.*” (SARAMAGO, 1986:304).

A situação insular do grupo dos cinco protagonistas alastra-se a todo o território ibérico de uma forma maravilhosa, tendo em conta as tecnologias modernas contraceptivas: *“Foi o caso que, de uma hora para a outra, descontando o exagero que estas fórmulas expeditas sempre comportam, todas ou quase todas as mulheres férteis se declararam grávidas, apesar de não se ter verificado qualquer importante alteração nas práticas contraceptivas delas e deles, referimo-nos, claro está, aos homens com que coabitavam, regular ou acidentalmente”* (Saramago, 1994:319).

A dúvida e o mistério associados à dinâmica reprodutiva e gestacional do ser humano antecipam a separação inverosímil da Península Ibérica, pois o mundo microscópico e ocultado pelo corpo aumenta o seu “maravilhoso” em comparação com a fenda aberta entre a Europa e a jangada de pedra:

O erro é só nosso, com este gosto de drama e tragédia, esta necessidade de coturno e gesto largo, maravilhamo-nos, por exemplo, diante de um parto, aquela azáfama de suspiros e gemidos, e gritos, o corpo que se abre como um figo maduro e lança para fora outro corpo, e isso é maravilha, sim senhor, mas não menor maravilha foi o que não pudemos ver, a ejaculação ardente dentro da mulher, a maratona mortífera, e depois a fabricação lentíssima de um ser por si próprio, é certo que com ajudas, esse que será, para não irmos mais longe, este que isto escreve, irremediavelmente ignorante do que lhe aconteceu então e também, confessemos-lo, não muito sabedor do que lhe acontece agora. (Saramago, 1994:126)

“A máquina do desejo” (em termos deleuzianos) separa-se, então, de uma maneira definitiva da reprodução humana, “uma máquina de produção”, uma esquizofrenia ontológica que as novas biotecnologias provocaram através da geração artificial de embriões. A fórmula mecânica da vida promovida por Descartes volta a replicar formas de existência a nível genético, tendo o humano a liberdade de ser o próprio engenheiro do seu corpo. Nesta nova equação genética, a paternidade torna-se um assunto sem importância, subvertido pela mecânica do corpo da mulher capaz de receber e desenvolver uma célula anónima, um material genético “qualitativo” que faz prevalecer a identidade dos “doadores”:

“As mulheres, decididamente, triunfavam. Os seus órgãos genitais, com perdão da crueza anatómica, eram afinal a expressão, simultaneamente reduzida e ampliada, da mecânica expulsória do universo, toda essa maquinaria que procede por extração, esse nada que vai ser tudo, essa ininterrupta passagem do pequeno ao grande, do finito ao infinito.” (SARAMAGO, 1986:318).

Assim sendo, a inseminação artificial é marcada por este “desencontro” entre erotismo e reprodução: “Portuguesas, portugueses, grande será o nosso proveito, espero que não tenha sido menor o gosto, que fazer filhos sem a boa alegria da carne é a pior das condenações.” (SARAMAGO, 1986:321). A mesma voz dos primeiros-

ministros dos dois países ibéricos, oradores oficiais testemunhando esta situação de “uma explosão genesiaca”, invalida qualquer ato sobrenatural suscetível de provocar esta mutação demográfica benéfica para a imagem política dos próprios:

Visivelmente embaraçados, apareceram os primeiros-ministros dos dois países na televisão, não que devesse ser motivo de constrangimento falar da explosão demográfica que se verificará na península daqui a nove meses, doze ou quinze milhões de crianças a nascer praticamente ao mesmo tempo, gritando em coro à luz, a península tornada em maternidade, as felizes mães, os sorridentes pais, nos casos em que pareçam suficientes as certezas. Deste lado da questão é possível, até, extrair alguns efeitos políticos, exibir a carta demagógica, apelar à austeridade em nome do futuro dos nossos filhos, dissertar sobre a coesão nacional, comparar esta fertilidade à esterilidade do resto do mundo ocidental, mas não se pode evitar que cada um de nós se compraza no pensamento de que para haver esta explosão demográfica houve de certeza uma explosão genesiaca¹²⁴, uma vez que ninguém acredita que a fecundação coletiva tenha sido de ordem sobrenatural. (SARAMAGO, 1994:320)

A par da perpétua mudança de referências cósmicas e geográficas que a rotação e o movimento da jangada trouxeram à vida das pessoas surge este devir-humano provocado, fazendo alusão a cenas históricas horrorosas nas quais o eugenismo era invocado como força civilizadora:

“... e as nuvens que correm de todos os horizontes e giram sobre as nossas cabeças deslumbradas, sim, deslumbradas, porque há por cima de nós um lume vivo, assim como se o homem, afinal, não tivesse de sair com históricos vagares da animalidade e pudesse ser posto outra vez, inteiro e lúcido, num mundo novamente formado, limpo e de beleza intacta. (Saramago, 1994: 319).

Tendo em conta todos os indícios semânticos do texto, podemos reinterpretar a *Jangada de Pedra* como uma desterritorialização da vida em busca de novas formas de replicação, uma epidemia de embriões, uma imagem alegórica do sêmen à procura do óvulo, vagueando no “oceano amniótico”, símbolo das formas virtuais ontológicas projetadas em novas telas epistemológicas do corpo humano:

Tendo tudo isto acontecido, dizendo o tal português poeta que a península é uma criança que viajando se formou e agora se revolve no mar para nascer, como se estivesse no interior de um útero aquático, que motivos haveria para espantarmos de que os humanos úteros das mulheres ocupassem acaso as fecundou a grande pedra que desce para o sul, sabemos nós lá se são realmente filhas dos homens estas novas crianças, ou se é seu pai o gigantesco talha-mar que vai empurrando as ondas à sua frente, penetrando-as, águas murmurantes, o sopro e o suspiro dos ventos. (SARAMAGO, 1986:319)

O percurso marítimo da jangada de pedra para o Sul¹²⁵ constitui uma viagem iniciática que implica uma passagem *thanatica* obrigatória do corpo obsoleto na sua

'maneira' de reprodução, de fusão erótica dos corpos, para a geração do corpo em série, "inocentemente" replicado, produto de uma genética "industrial" da vida:

"A península desce para o sul deixando atrás de si um rasto de mortes de que está inocente, enquanto no ventre das suas mulheres vão crescendo aqueles milhões de crianças que inocentemente gerou." (SARAMAGO, 1986:324).

Seria este caminho para o sul extremo da terra, a Antártida, o ponto final destes embriões criados com vista à preservação eterna da vida através da criopreservação? Seria esta jangada de pedra uma caravela moderna que transporta os novos descobrimentos da humanidade, os embriões do soma, no "congelador" natural da Terra? Um indício semântico apontando para esta leitura é evidente na última frase do romance, onde o destino da humanidade é questionado a partir desta mudança paradigmática na reprodução: *"Os homens e as mulheres, estes seguirão o seu caminho, que futuro, que tempo, que destino. A vara de negrilho está verde, talvez floresça no ano que vem"* (Saramago, 1994:330).

Regressando à imagem simbólica de embrião genético de Portugal para os países colonizados durante a época renascentista, reconfiguraremos o percurso da Jangada Ibérica, nunca acabado, entre os Açores, a América de Norte e, finalmente, na direção meridional, entre a África e a América Latina, apontando para a Antártica, como um evento epigenético, de devir contínuo entre a unidade e as suas partes componentes:

"Epigenesis is na embryological concept that celebrates interaction, change, emergence, and the reciprocal relationship between the whole and its componente parts. (...) Epigenesis tells us that "being" never is anything except the processes of «becoming»" (Haraway, 2004: xi).

A partir desta premissa epigenética, iniciaremos uma outra leitura do percurso da jangada, orientada para as ilhas místicas do passado, territórios de indeterminação da fantasia, ocorrentes na cartografia pré-lusitana. Além disso, a jangada de pedra pode ser associada à geografia onírica do Conto da Ilha desconhecida que descreve uma cartografia criativa e fantasista do mundo:

"É tempo de explicar que quanto aqui se diz ou venha a dizer é verdade pura e pode ser comprovado em qualquer mapa, desde que ele seja bastante minucioso para conter informações aparentemente tão insignificantes, pois a virtude dos mapas é essa, exibem a redutível disponibilidade do espaço, previnem que tudo pode acontecer nele. E acontece." (Saramago, 1994: 20).

A rota da jangada configura-se de uma forma espacial infantil a partir das orientações gráficas do mapa global, ironizando a identificação do Sul com uma zona baixa, 'vale' aquático no qual os barcos caem irremediavelmente:

"A península cai, sim, não há outra maneira de o dizer, mas para o sul, porque é assim que nós dividimos o planisfério, em alto e baixo, em superior e inferior, em branco e preto, figuradamente falando, ainda que devesse causar certo espanto não usarem os países abaixo do equador mapas ao contrário, que justiceiramente dessem do mundo a imagem complementar que falta." (Saramago, 1994: 316).

Quais são então estes mapas que faltam? Detendo-nos nalgumas imagens cartográficas dos séculos XIII e XIV, descobrimos no mundo da fantasia, das terras

incógnitas, realidades que foram mapeadas de outra forma depois da colonização ibérica. Neste sentido, descobrimos que existe uma lenda de São Brandão segundo a qual teria existido uma ilha mística que apenas se avistava da Irlanda quando a neblina se levantava:

A lenda de São Brandão chega a Portugal no século XIV, pela referência da descoberta de uma nova terra denominada de Ilha do Brasil de Brandam, através de provas concretas da Expedição do Capitão da Real Armada Portuguesa Sancho Brandão. Na língua celta, a Terra Repromissionis Sanctorum, descrita nas versões em latim da lenda textual Peregrina tio Sancti Brandani, é denominada por Ho Brasile ou Hy Brassail, que significa terra feliz, terra da felicidade ou terra da promessa, descoberta por Brennam ou Brandão. (Menezes, 2011:6)

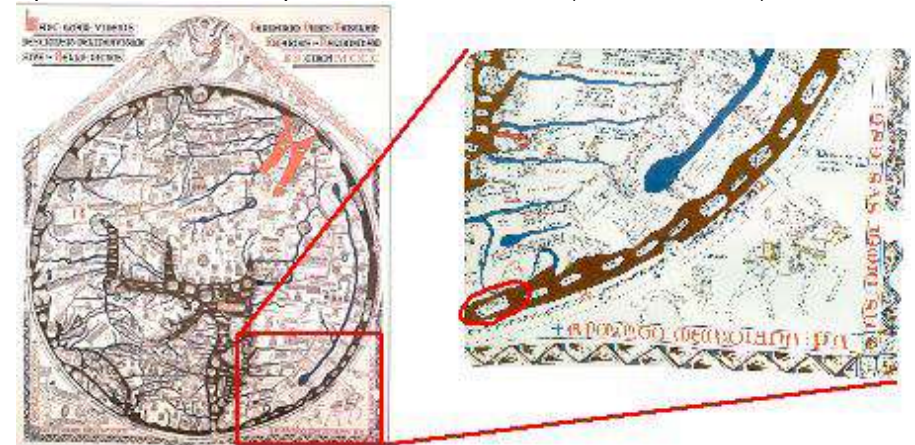


Imagem 1: A Ilha de São Brandão segundo o Mapa de Hereford (1290)

Na cartografia posterior, a Ilha de São Brandão é colocada na posição atual dos Açores ou perto da atual Irlanda, o que corrobora mais uma vez a rota da jangada de pedra descrita no romance de Saramago (primeiro, a jangada está em perigo de entrar em colisão com os Açores e, depois, vai para o norte, sendo a Irlanda um dos pontos/destinos possíveis...):

Na cartografia dos anos subsequentes possui um aspeto no mínimo curioso, apresentando a ilha Brasil em posições diferentes, muitas vezes até, simultaneamente, o que certamente causa uma grande confusão, em termos de se associá-la a uma provável posição real.

Por exemplo, o mapa de Pizzigani, de 1367, existente na Biblioteca de Parma, regista três ilhas Brasil, sob o topónimo *Insula de Bracir*, (Figura 02), uma a nordeste dos Açores, uma a oeste e outra ao sul da Irlanda. (*ibidem*: 8)

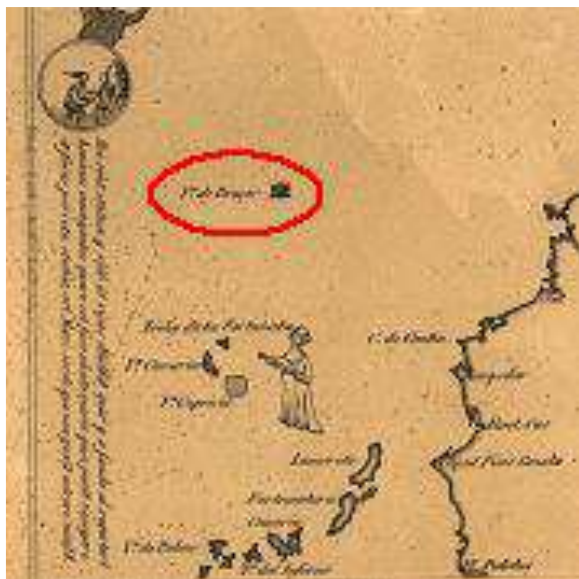


Figura 2: Trecho do Mapa de Pizzigani, de 1367, mostrando a ilha de Braçir a NO dos Açores. Atlas do Visconde de Santarém.

Mais uma “descoberta” mítica antes da descoberta real do Continente foi a Antártica, considerada pelo astrónomo e geógrafo Johannes Schöner uma ilha anexada ao Brasil. Assim, o atual Brasil foi registado como Brasília e a ilha mítica Antártica como Brasília Inferior.



Imagem 3: O globo terrestre de Schöner de 1520.

Esta seria uma breve perspetiva da cartografia ficcional onde os continentes são imaginados como ilhas flutuando no globo terrestre de uma forma visionária que intimida a realidade do rigor científico atual. Por esta razão, consideramos o romance *Jangada de Pedra* uma reverberação ficcional das atitudes imaginárias com que se configurava o mundo em termos “científicos”. O mar torna-se, neste caso, o palco perfeito para um mapa que modifica sempre a realidade das suas ilhas, traçando fronteiras ajustáveis às intensidades dos fluxos de viver:

Tanto no liso como no estriado há paradas e trajetos; mas, no espaço liso, é o trajeto que provoca a parada, uma vez que o intervalo toma tudo [...]. O espaço liso é direcional, e não dimensional ou métrico. O espaço liso é ocupado por acontecimentos [...], muito mais do que por coisas formadas ou percebidas. É um espaço de afetos, mais que de propriedades [...] espaço intensivo, mais do que extensivo, de distâncias e não de medidas. Por isso, o que ocupa o espaço liso são as intensidades, os ventos e ruídos, as forças e as qualidades táteis e sonoras, como no deserto, na estepe ou no gelo. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 161)

Neste caso, podemos concluir que a nova e antiga terra abençoada é o mar, matriz donde emerge A Ilha, “a mais contingente dos acasos” (Saramago, 1994:213), miragem e sedução do ser onde o renascimento representa sempre uma reprodução hiperbolizada.

Referências Bibliográficas

Collot, Michel (2011), « Pour une géographie littéraire », *Fabula-LhT*, n° 8 in « Le partage des disciplines ».

Disponível em <http://www.fabula.org/lht/8/index.php?id=242> em 24/09/2013.

Deleuze Gilles e Guattari Félix (1993), *Critique et clinique*, Paris : Éditions de Minuit. Collection Critique.

Deleuze Gilles e Guattari Félix (1991), *Qu'est-ce que la philosophie ?* Paris : Éditions de Minuit. Collection Critique.

Deleuze, Gilles; GUATTARI, Félix (1997), *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Peter Pál Pelbart; Janice Caiafa. vol.5. Rio de Janeiro: Ed. 34.

Foucault, Michel (2001), “Outros espaços” in *Ditos & Escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*, Trad. Inês Autran Dourado Barbosa, Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Haraway, Donna Jeanne (2004), *Crystals, Fabrics, and Fields. Metaphors That Shape Embryos*, Berkeley: North Atlantic Books.

Johannes Schöner globe. 22/06/2012 em Wikipédia. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Johannes_Schöner_globe em 30/10/2012.

Menezes, Paulo Márcio Leal de (2011), «O Brasil na Cartografia Pré-Lusitana». Disponível em

https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/MENEZES_PAULO_MARCIO_L_EAL.pdf em 13/10/2012.

White, Kenneth (1994), *Le Plateau de l'albatros : Introduction à la géopoétique*. Paris: Grasset.

Santarém, Visconde de (1841), *Atlas composé de cartes des XIVE, XV, XVI et XVII siècles* [Material cartográfico]: Paris.

Saramago, José (1988), "O (meu) iberismo" in *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ano VIII, n. 330, p. 32, de 31 de out. a 7 de nov. de 1988.

Saramago, José (1994), *A Jangada de Pedra*, Lisboa: Caminho.

Warf, B. e S. Arias (2009), *The Spatial Turn: Interdisciplinary Perspectives*. London: Routledge.

Westphal, Bertrand (2005), «*Pour une approche géocritique des textes*». Disponível em <http://www.vox-poetica.net/sflgc/biblio/gcr.html> em 22/09/2013.

39. TATIANA GUZEVA, UNIVERSIDADE AVEIRO,
PORTUGAL/RÚSSIA COM MARIA HELENA ANÇÃ



Tatiana Guzeva

Licenciada em Língua e Literatura Russa - Universidade Humanitária de Bishkek, Quirguistão, e em Linguística Alemã - Universidade Nacional Estatal do Quirguistão. Está a desenvolver o projeto de Doutoramento "Educação em Português para falantes de língua russa: as expressões idiomáticas entre línguas e culturas", coordenado por Professora Maria Helena Ançã, área de Português Língua Não Materna, do Laboratório de Investigação em Ensino de Português, estrutura do Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores. Projeto aprovado e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ref.^a SFRH/BD/69987/2010. Universidade de Aveiro. tatiana.guzeva@ua.pt

Maria Helena Ançã, Professora Associada com Agregação do Departamento de Educação, Universidade de Aveiro; Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores/CIDTFF; Coordenadora do Laboratório de Investigação em Educação em Português/LEIP, responsável pela linha: Português Língua Não Materna. mariahelena@ua.pt

Outras Notas Biográficas

Belinda Gomes, Colaboradora do LEIP, Universidade de Aveiro, bgomes@ua.pt

Maria João Macário, Doutoranda do Programa Doutoral Didática e Formação, projeto aprovado e financiado pela FCT SFRH/BD/60477/2009 "Trabalho colaborativo

em fóruns na formação de professores: um contributo para a didática da ortografia" coordenado por Professora Cristina Sá. CIDTFF/LEIP Universidade de Aveiro mjoaomacario@ua.pt

Zilda Paiva, Professora da Universidade Federal do Pará (Brasil), doutora em Didática das Línguas, pela Universidade de Aveiro/Portugal. Atua no ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa e na formação do professor, com ênfase na didática da língua portuguesa, na consciência linguística e na variação linguística no ensino da língua portuguesa. zildapaiva@hotmail.com

Márcia Ohuschi, Professora da Universidade Federal do Pará (Brasil), mestre em Letras, pela Universidade Estadual de Maringá, e doutora em Estudos da Linguagem, pela Universidade Estadual de Londrina. Atua no ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa e na formação do professor, enfocando a visão dialógica da linguagem e os estudos dos gêneros discursivos. marciaohuschi@yahoo.com.br

apresentam dois trabalhos

[tema 1.6. língua portuguesa e lusofonia: na voz de universitários portugueses e brasileiros](#)

Maria Helena Ançã, Tatiana Guzeva, Belinda Gomes, Maria João Macário, Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, Universidade de Aveiro (Portugal). **Zilda Paiva, Márcia Ohuschi** - Universidade Federal do Pará – Castanhal (Brasil).

[tema 1.6 língua portuguesa no ciberespaço: difusão, crescimento e valores](#)

Tatiana Guzeva, Belinda Gomes, Maria João Macário, Maria Helena Ançã Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, Universidade de Aveiro (Portugal). Com a colaboração de **Zilda Paiva, Márcia Ohuschi** Universidade Federal do Pará – Castanhal (Brasil).

40. VASCO PEREIRA DA COSTA, ESCRITOR AÇORIANO,
ASSISTENTE PRESENCIAL/SESSÃO DE POESIA





Foi Diretor Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores (2003-2008) e antes disso foi cônsul honorário de França em Coimbra. Integra o Conselho Diretivo da Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento (FLAD). É Doutor Honoris Causa pela Universidade de São José (Macau).

Como pintor usa o nome de MANUEL POLICARPO, com várias exposições incluindo uma em Ourense no 18º Colóquio da Lusofonia 2012.



PRINCIPAIS OBRAS PUBLICADAS:

Nas Escadas do Império: Contos. (1978) Coimbra, Centelha
Amanhece a Cidade, romance. (1979) Coimbra ed. Centelha
Venho cá mandado do Senhor Espírito Santo, (1980) novela; Ed. Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Lisboa.

Ilhíada; (1981), (poesia) Angra do Heroísmo: SREC, col. Gaivota.

Plantador de Palavras, Vendedor de Lérias, 1.º Prémio Torga de 1984; (ler extrato aqui), (1984) Coimbra, Câmara Municipal,

Memória Breve, (1987) contos. Angra do Heroísmo, Inst.º Açoriano de Cultura

Terras; (1997), (poesia) 1ª ed. Porto: Campo das Letras

Riscos de Marear; (1992) (poesia) Ponta Delgada : Eurosigno

Sobre-Ripas-Sobre-Rimas; (1994), Coimbra: Minerva

My Californian Friends; (1999), ed. Gávea-Brown:

My Californian Friends (2ª Edição) (2000) Viseu, Palimage Editores

Fogo Oculto Calendário de Letras, 2011

In *Antologia (Bilingue) Autores Açorianos Contemporâneos*, ed. *Calendário de Letras/AICL*, VN de Gaia, 2011

Ilhíada, antes e depois (poesia, 1972-2012, 40 anos de vida literária), ed. *Calendário de Letras/AICL*, VN de Gaia,

[É SÓCIO FUNDADOR DA AICL.](#)

[TOMA PARTE NAS SESSÕES DE POESIA E MODERA SESSÃO](#)

[JÁ TOMOU PARTE EM 2010 NO BRASIL, BRAGANÇA, 2011, MACAU 2011 E VILA DO PORTO, SANTA MARIA 2011, LAGOA 2012 E GALIZA 2012](#)

VASCO PEREIRA DA COSTA nasceu em Angra do Heroísmo, no ano de 1948. Professor do ensino secundário, durante vários anos, esteve ligado à formação de professores, exercendo funções docentes na Escola Superior de Educação de Coimbra. Desempenhou durante vários anos as funções de Diretor do Departamento de Cultura, Turismo e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Coimbra.

Tem proferido conferências sobre temas literários e pedagógicos em Portugal e nos EUA, Venezuela, África do Sul, Senegal, Espanha, França, Inglaterra, Brasil, Macau, Bélgica, Holanda e Itália. Integrou o grupo de trabalho *Culture sans frontières* da DG X da União Europeia para o estudo do turismo cultural nas cidades europeias de média dimensão. Em representação da A.P.E. tem integrado diversos júris de Prémios literários, designadamente, o Grande Prémio A.P.E. de poesia.

Foi representante de Portugal no programa *FAULT LINES* da Truth and Reconciliation Commission da República da África do Sul. Tem trabalhado para a rádio e para a televisão em programas de índole literária e cultural e exercido, nesta área, funções de Consultor para programas infantis.

41. ZAIDA FERREIRA PINTO, ESTH/IPGUARDA



Zaida Pinto Ferreira é licenciada em Estudos Anglo-Americanos, mestre em Estudos Americanos e concluiu, em maio de 2013, a sua tese de Doutoramento em Literatura Norte-Americana, na Universidade de Aberta, estando a aguardar a apresentação e defesa da mesma.

Docente do Ensino Superior Politécnico desde 1989, começou a lecionar no Instituto Politécnico da Guarda, na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto.

Atualmente, leciona na Escola Superior de Turismo e Hotelaria deste Instituto, desde o ano de 2000 e é Vice-Presidente do Conselho Pedagógico e foi Presidente do Conselho Técnico-Científico de 2000 a 2004 e de 2009 a 2013.

É SÓCIO DA AICL

APRESENTA TRABALHO COM ANABELA SARDO E ELISA BRANQUINHO

TEMA 1.3. CINCO DIAS, CINCO NOITES DE MANUEL TIAGO/ÁLVARO CUNHAL, A LITERATURA “COMPROMETIDA” COMO FORMA SUPERIOR DE SER E ENTENDER O MUNDO

42. ZILDA ZAPPAROLI, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

ZILDA MARIA ZAPPAROLI nasceu em Itu, São Paulo, Brasil, em 2 de agosto de 1945. É professora associada aposentada junto ao Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), instituição em que obteve os títulos de Mestre, Doutor e Livre-Docente, e onde continua desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e orientação no Curso de Pós-Graduação em Linguística, área de Semiótica e Linguística Geral, linha de pesquisa Informática no Tratamento de *Corpora* e na Prática da Tradução.

Foi professora assistente da área de Linguística Românica de 1980 a 1994, junto ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH-USP. Tem experiência na

área de Linguística, com ênfase em Linguística Informática, Linguística de Corpus e Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: Linguagem e Tecnologias, Informática e Ciências Humanas, Análise Informatizada de Textos, Pesquisas Baseadas em *Corpora*, Educação a Distância, Processamento de Língua Natural, Análise do Discurso Oral, Lexicologia, Fonética e Fonologia.

Tem cerca de quarenta anos de atuação em Linguística Informática, com tese de Doutorado, tese de livre-docência, pós-Doutorado na Universidade de Toulouse II e trabalhos publicados na área.

É líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Linguística Informática, certificado pela Universidade de São Paulo e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq em 2002.

É consultora *ad hoc* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq –, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Integrou comissões e colegiados na USP, destacando-se os trabalhos relativos ao processo de informatização da FFLCH-USP, enquanto Membro da Comissão Central de Informática da USP e Presidente da Comissão de Informática da FFLCH-USP por cerca de treze anos.



TOMOU PARTE NO 16º COLÓQUIO EM VILA DO PORTO 2011 E 17º NA LAGOA 2012

TEMA 1.4: UNIDADE NA DIVERSIDADE: A LÍNGUA ORAL DO PORTUGUÊS VARIANTE BRASILEIRO, ZILDA MARIA ZAPPAROLI, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

RESUMO

A língua portuguesa é a língua oficial dos oito países lusófonos, mas tem identidade própria em cada um deles. Da mesma forma, em cada país, as diferentes comunidades apresentam peculiaridades no seu desempenho linguístico. A partir de uma pesquisa do

português falado em sua variante brasileira, mais precisamente paulista, este trabalho dá mostras do que é chamado de unidade na diversidade de uma língua. O *corpus* de língua oral constitui-se de dados autênticos, provenientes de variedades sociolinguísticas do português falado de São Paulo.

A língua oral paulista, observada numa perspectiva sincrônica, é, assim, observada na sua diversidade. Para a transcrição ortográfica, adota-se o sistema de sinais escritos do alfabeto latino utilizado pela língua portuguesa, com convenções para a distinção de palavras homógrafas e para a representação de pausas, entonações e outras informações contextuais características do código falado.

A transcrição fonética é alofônica, por especificar alofones da língua; utilizam-se os caracteres do *Alfabeto Fonético Internacional* e anotam-se a pausa efetivamente realizada na fala e o comportamento de encontros fônicos na junção intervocabular. Por utilizar tecnologias informatizadas na pesquisa e no conhecimento da língua portuguesa do Brasil, as informações ortográfico-fonéticas estão organizadas, relacionadas e armazenadas em arquitetura de banco de dados relacional no *Sistema CorPor* – Corpora do Português Falado de São Paulo,

A investigação é, pois, de natureza interdisciplinar, situando-se na interface entre a Linguística e a Informática. A unidade da língua portuguesa na diversidade dos falares dos países lusófonos e, dentro de cada país, nas variantes de ordem regional, sociocultural e até individual, encontra aparato teórico em Eugenio Coseriu, que propõe uma distinção tripartida na realidade unitária da linguagem – Sistema / Norma / Falar Concreto –, e justifica a distinção entre Gramática Prescritiva e Gramática Descritiva, que tem relevantes implicações no processo de ensino-aprendizagem de línguas naturais.

INTRODUÇÃO

Apesar de estarem distribuídos pelos cinco continentes da Terra e das diversidades linguísticas existentes entre eles, os falantes dos oito países de língua portuguesa -- Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste – têm consciência de que a língua que lhes serve de instrumento de comunicação é única. Da mesma forma, em cada país, as diferentes comunidades apresentam peculiaridades no seu desempenho linguístico.

Este trabalho tem a intenção de dar mostras do que é chamado de unidade na diversidade de uma língua a partir de uma pesquisa no campo fônico do português falado em sua variante brasileira, mais precisamente paulista.

Por envolver o uso de ferramentas informáticas, a investigação insere-se na interface entre Linguística e Computação e, pois, em área multidisciplinar. Dedicar-se à constituição de Bases de Informações Ortográfico-Fonéticas do Português Falado de São Paulo (São Paulo, Campinas, Itu), para a sua exploração para diferentes finalidades,

como a geração de léxicos, o exame de padrões da língua oral, o processamento de línguas naturais.

A fim de facilitar a manipulação e o tratamento dos dados, as Bases de Informações estão organizadas, relacionadas e armazenadas em arquitetura de banco de dados relacional no *Sistema CorPor* – Corpora do Português Falado de São Paulo .

A unidade da língua portuguesa na diversidade dos falares dos países lusófonos e, dentro de cada país, nas variantes de ordem regional, sociocultural e até individual, encontra aparato teórico na proposta de Eugenio Coseriu de uma distinção tripartida na realidade unitária da linguagem – Sistema / Norma / Falar Concreto – e justifica a distinção entre Gramática Prescritiva e Gramática Descritiva, com implicações de relevo no processo de ensino-aprendizagem de línguas naturais.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Numa dimensão mais ampla, o trabalho insere-se na área da Linguística Informática, que se propõe à utilização de recursos da Informática na Linguística para o armazenamento, processamento e recuperação quantitativa e qualitativa de informações linguísticas.

Mais particularmente, enquadra-se nos propósitos da Linguística de Corpus em uma de suas preocupações, que constitui a condição *sine qua non* para a sua existência

– construção de *corpora*¹²⁶ eletrônicos a partir de textos e discursos reais.

A Linguística de Corpus é vista, aqui, mais do que um simples instrumento de trabalho, visto que o emprego das tecnologias informatizadas – base da Linguística de Corpus – na exploração de grandes quantidades de dados da língua em uso traz informações inéditas sobre as línguas naturais.

O trabalho fundamenta-se, também, nos quadros teóricos:

- a) da Linguística Descritiva, em sua preocupação com o que é dito ou escrito, por quem, onde e quando;
- b) da Linguística Aplicada, em sua concepção atual – que vai além de sua aplicação ao ensino/aprendizagem de línguas –, enquanto área multidisciplinar, dedicada às situações de uso da língua e, pois, ao desenvolvimento de pesquisas a partir da análise de *corpora*;
- c) da Linguística Conversacional, no cuidado em respeitar, na transcrição dos dados, as características específicas do discurso oral, evitando-se, na medida do possível, as normas tradicionais da linguagem escrita;
- d) da Fonética e da Fonologia, nos critérios que nortearam a transcrição e o exame do comportamento fonológico dos encontros fônicos que se dão na junção lexical, ou seja, nos limites de duas ou mais fronteiras de palavras;
- e) da Sociolinguística, nas variáveis extralinguísticas que foram controladas na seleção dos informantes que forneceram material linguístico para a constituição dos *corpora*, com conseqüente oferecimento dos perfis dos dialetos e situações de uso contemplados através da técnica baseada em *corpus*;

¹²⁶ Arquivos de texto.

f) da Lexicologia, nos critérios que orientaram a questionada definição e delimitação da palavra para a segmentação do enunciado nos seus constituintes léxicos, bem como a constituição de léxicos.

2 UNIDADE NA DIVERSIDADE: A LÍNGUA ORAL DO PORTUGUÊS VARIANTE BRASILEIRA

2.1 Corpus de Língua oral

O corpus de língua oral constitui-se de dados autênticos, provenientes de variedades sociolinguísticas do português falado de São Paulo. Trata-se de corpus compilado, também conhecido como corpus de amostragem, porque é fixo, uma vez que foi compilado através de amostras pré-selecionadas.

As amostras das falas dos informantes, recolhidas de 1972 a 1973, totalizam 54 horas de gravações entre documentador e 216 informantes paulistas (São Paulo, Campinas, Itu), de diferentes sexos, escolaridades, faixas etárias e níveis socioeconômicos, num total de 432 diálogos, visto que incluem dois tipos de interação dialógica – formal (entrevistas) e informal (conversações).

A Figura 1 -- *Diagrama de Distribuição dos Informantes* -- apresenta a distribuição dos informantes nas variáveis e nos diversos níveis de cada uma delas, demonstrando as várias possibilidades de relações contrastivas e de constituição de *subcorpora*.

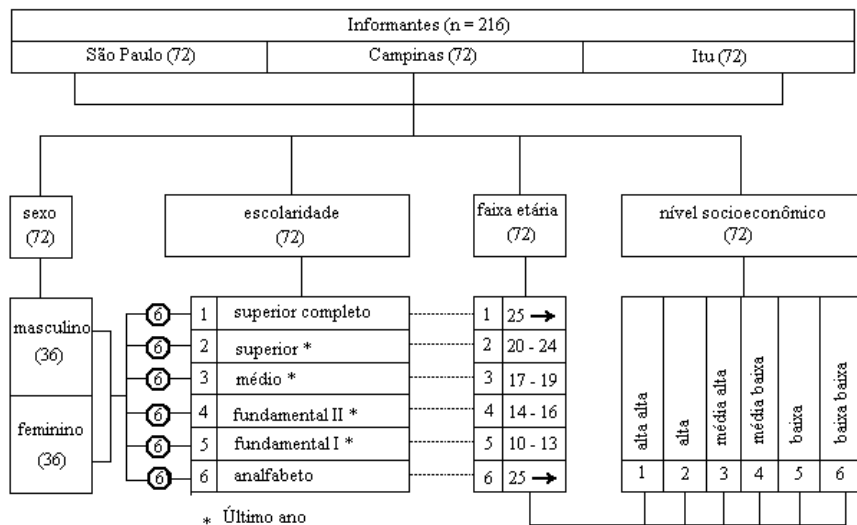


Figura 1 – Diagrama de Distribuição dos Informantes

2.2 Corpus de Fala Transcrito

2.2.1 Codificação e estruturação dos dados

O corpus de fala transcrito é corpus eletrônico anotado, que traz informações que permitem identificar as variáveis linguísticas (a palavra, a sua posição no enunciado, bem como a do enunciado no discurso, a sua transcrição ortográfica e fonética, o tipo de encontro fônico – juntura – que mantém com a palavra antecedente e com a subsequente) e extralinguísticas (região de origem, sexo, escolaridade, faixa etária, nível socioeconômico, condições de produção do diálogo), do que resulta um código exclusivo para cada informante, para cada informante em cada tipo de interação dialógica e para cada item lexical, dentre cerca de 180 mil ocorrências, com a possibilidade de recuperação dos dados por quaisquer campos ou pelo cruzamento deles.

2.2.2 Transcrição ortográfica

Para a transcrição ortográfica, adota-se o sistema de sinais escritos do alfabeto latino utilizado pela língua portuguesa, com convenções para a distinção de palavras homógrafas e para a representação de pausas, entonações e outras informações contextuais características do código falado.

A transcrição ortográfica – como a fonética – de cortes de palavra, gaguez, interjeições, cliques e outras emissões denotadoras de hesitação na enunciação procura reproduzir, graficamente, certos dados informativos do código falado, tanto os linguísticos – como os movimentos de entonação – quanto os extralinguísticos – explícitos no contexto situacional.

2.2.3 Transcrição fonética

Por especificar alofones da língua, a transcrição fonética¹²⁷ é alofônica, ou, na terminologia de Coseriu, transcrição normofonética, ou, ainda, na terminologia dos gerativistas, transcrição fonética sistemática – os segmentos são os alofones (variantes) –, que já é uma abstração significativa da fonética física; utilizam-se os caracteres do *Alfabeto Fonético Internacional* e anotam-se a pausa efetivamente realizada na fala e o comportamento de encontros fônicos na juntura intervocabular.

O Quadro 1 apresenta os símbolos fonéticos utilizados no processo de transcrição das entrevistas gravadas, com os valores que lhes são atribuídos, acompanhados de ilustração fonética e ortográfica.

Quadro 1 – Símbolos Fonéticos Utilizados – Ilustração

Símbolo Fonético	Valor	Ilustração	
		Fonética	Ortográfica
P	consoante plosiva, bilabial, surda	'PAÍS	pais
B	consoante plosiva, bilabial, sonora	'BE LU	belo
T	consoante plosiva, alveolar, surda (A)	'TI YA	tia
C	consoante plosiva, alveolar palatalizada, surda (A)	'CI YA	tia

¹²⁷ Adotamos o esquema terminológico proposto pelos fonólogos norte-americanos, como Pike (1969: 51-52; 66-79), em que o termo Fonologia designa os estudos do significante oral por oposição à Grafologia, abrangendo a Fonêmica e a Fonética.

ATAS/ANAIS SEIA 2013 - XX COLÓQUIO DA LUSOFONIA. 15-18 outubro 2013

I	consoante africada, pós-alveolar, surda (A)	'fi YA	tia
D	consoante plosiva, alveolar, sonora (A)	'DI YA	dia
/	consoante plosiva, alveolar palatalizada, sonora (A)	'/I YA	dia
+	consoante africada, pós-alveolar, sonora (A)	'+i YA	dia
K	consoante plosiva, velar, surda (B)	'K9 MA	cama
G	consoante plosiva, velar, sonora (B)	'GA Du	gado
F	consoante fricativa, labiodental, surda	'F9 MA	fama
V	consoante fricativa, labiodental, sonora	'VAW SA	valsa
S	consoante fricativa, alveolar, surda (C)	'S1 KU	cinco
Z	consoante fricativa, alveolar, sonora (C)	'KA ZA	casa
\$	consoante fricativa, pós-alveolar, surda	'\$U '\$U	chuchu
J	consoante fricativa, pós-alveolar, sonora	'J3) Ci	gente
L	consoante aproximante lateral, alveolar, sonora	'L&Y GA	leiga
!	consoante aproximante lateral, velarizada, sonora (D)	L& 'GA!	legal
?	consoante lateral, palatal, sonora (E)	'fi ?u	filho
>	consoante tepe, alveolar, sonora (F)	'KA >u	caro
<	consoante tepe, retroflexa, sonora (F)	'KA <u	caro
R	consoante vibrante, alveolar, sonora (F)	'KA Ru	carro
X	consoante fricativa, velar, surda (ou sonora) (F)	'KA XU	carro
=	consoante vibrante, uvular, sonora (F) (H)	'KA =U	carro
H	consoante fricativa, glotal, surda (ou sonora) (F) (H)	'KA HU	carro
M	consoante nasal, bilabial, sonora	'MA> KA	marca
N	consoante nasal, alveolar, sonora	NA' DA	nada
^	consoante nasal, palatal, sonora (i)	M9' ^@	manhã
*	clique dental (J)	*I	tsi
Y	vogal assilábica (consoante aproximante - glide ou semivogal) palatal, sonora, tipo de i - fechado (K)	'PAY	pai
(vogal assilábica (consoante aproximante - glide ou semivogal) palatal, tipo de e + fechado (K)	'pa(pai
W	vogal assilábica (consoante aproximante - glide ou semivogal) velar, tipo de u - fechado (K)	'PAW	pau
Q	vogal assilábica (consoante aproximante - glide ou semivogal) velar, tipo de o + fechado (K)	'PAQ	pau
)	vogal assilábica (consoante aproximante - glide ou semivogal) palatal, nasalizada (K)	'T3)'	tem
%	vogal assilábica (consoante aproximante - glide ou semivogal) velar, nasalizada (k)	'm @%	mão
I	vogal silábica anterior (não arredondada), fechada (alta) (L)	'i ja	ia
U	vogal silábica posterior (arredondada), fechada (alta) (L)	'u va	uva
&	vogal silábica anterior (não arredondada), semifechada (médio-alta) (L)	'e li	ele
o	vogal silábica posterior (não arredondada), semifechada (médio-alta) (L)	'o su	osso

E	vogal silábica anterior (não arredondada), semiaberta (médio-baixa) (L)	'E la	ela
0	vogal silábica posterior (arredondada), semiaberta (médio-baixa) (L)	'0 >a	hora
A	vogal silábica anterior (não arredondada), aberta (baixa) (L) (M)	'a tu	ato
1	vogal silábica anterior (não arredondada), fechada (alta) nasalizada para + (N)	'1 du	indo
2	vogal silábica posterior (arredondada), fechada (alta) nasalizada para + (N)	'j2 tu	junto
3	vogal silábica anterior (não arredondada), semifechada (médio-alta), nasalizada para + (N)	'3) t>i	entre
4	vogal silábica anterior (não arredondada), semifechada (médio-alta), nasalizada para + (N)	'4 da	onda
@	vogal silábica anterior (não arredondada), aberta (baixa), nasalizada para + (N)	'@ du	ando
5	vogal silábica anterior (não arredondada), fechada (alta) nasalizada para - (O)	'm5 ^a	minha
6	vogal silábica posterior (arredondada), fechada (alta) nasalizada para - (O)	'6 NI KU	único
7	vogal silábica anterior (não arredondada), semifechada (médio-alta), nasalizada para - (O)	' 7 NYU	Ênio
8	vogal silábica anterior (não arredondada), semifechada (médio-alta), nasalizada para - (O)	' 8 NI BUS	ônibus
9	vogal silábica anterior (não arredondada), aberta (baixa), nasalizada para - (O)	' 9 NU	ano

(A) Distinguimos os alofones do fonema /t/ - [T], [C], [ʔ] - e do fonema /d/ - [D], [ʃ], [+], por tratar-se de um caso de cruzamento entre variantes livres e posicionais: [C] e [ʔ], como [ʃ] e [+], só podem ocorrer antes de vogais palatais - [I] ou [Y] -, contexto em que também [T] e [D] são registrados; portanto, nesse contexto, há variação livre para os três sons do fonema /t/ e do fonema /d/.

(B) Os três sons de /k/ e de /g/, diferentes quanto à zona de articulação, são representados, respectivamente, pela mesma letra k e g. Isso, porque a nossa transcrição não registra os alofones estritamente contextuais: sendo variações fonéticas previsíveis, a sua inclusão não se apresenta como relevante, por não acrescentar nenhuma informação.

(C) Os sons [S], [ʃ], [Z], [J], quando em posição final de sílaba, antes de consoante, constituem outro exemplo de cruzamento de variantes livres e combinatórias: [S] e [ʃ], como alofones livres, só podem ocorrer antes de segmento [-sonoro], enquanto que [Z] e [J] registram-se antes de [+sonoro], ou seja, o sinal do traço [sonoro] é atribuído ao segmento incompletamente especificado (arquifonema, na terminologia estruturalista), que representa, em nível de abstração, essas quatro articulações, de acordo com o sinal do mesmo traço da consoante seguinte; no final de palavra, antes de pausa, esse segmento especifica-se como [-sonoro].

(D) A inclusão do alofone lateral velarizado – [l̥] – justifica-se, por tratar-se, no contexto onde ele pode ocorrer – subsequente à vogal – de um caso de cruzamento de variantes livres e contextuais: esse alofone só pode figurar nesse contexto, mas registram-se outras ocorrências que o substituem, também alofonicamente, como a vogal assilábica velar – [L&'GAW] –, a consoante vibrante simples alveolar – [L&'GA>] –, a consoante vibrante simples retroflexa – [L&'GA<]. Assim sendo, a sua presença não é automática, por não ser determinada exclusivamente pela ambiência, mas depender, também, do indivíduo e mesmo da ocasião.

(E) A consoante lateral palatal – [ʎ] – é, por vezes, substituída pela consoante lateral dental – [l] – modificada pela articulação secundária da palatalização. Como as consoantes palatalizadas possuem uma coloração de [Y] ou [I], pelo estreitamento secundário do corpo da língua na região palatal, esse fenômeno é representado, na nossa transcrição, pelo dígrafo [LY]: ['FILYU] (filho), ['SELYA] (Célia), ['VELYA] (velha), [SI'SILYA] (Cecília).

Registra-se, também, apenas a consoante lateral dental sem a modificação da palatalização: ['PALA] (palha), [mu'LE] (mulher). Ainda, nesse mesmo contexto, nas classes mais baixas, ocorre a síncope da consoante lateral palatal, manifestando-se, para redução dos hiatos resultantes, uma vogal assilábica como apoio entre as duas vogais, ou uma ditongação: ['FIYO] (filho), ['FIW] (filho), ['GAYYU] (galho), [MU'YE] (mulher).

(F) Quando em posição intervocálica, as articulações [>] e [<] podem ser anotadas como alofones livres da vibrante batida (ou vibrante simples), e as articulações [R], [X], [=], [H], como alofones livres da vibrante rolada (ou vibrante múltipla), havendo, portanto, nesse contexto, oposição distintiva entre o primeiro e o segundo grupo de articulações. Em qualquer outra posição que não a intervocálica, esses dois grupos de articulações não mais constituem oposição distintiva entre si, apresentando-se como alofones cruzados – livres e contextuais –, em que a possibilidade de presença dessas articulações é ditada pelo contexto: em posição final de sílaba, qualquer uma delas pode ser registrada, ocorrendo, também, o alofone 0 (não realização); no entanto, na situação inicial de sílaba, incluem-se, como mais prováveis, os alofones da vibrante rolada e, como segundo elemento de um grupo consonantal, os alofones da vibrante batida.

NOTA – Em posição inicial de sílaba, [X] é a articulação mais frequente, registrando-se, também, várias realizações do alofone [R] nas classes mais baixas; [H] e [=] figuram pouco, mesmo nos outros contextos. Anotamos poucas ocorrências do alofone [<] em posição inicial de sílaba, não sendo mesmo uma articulação esperada nesse contexto: ['<ã\$] (rancho), [<&'NãDU] (reinando), [<&'MEDYU] (remédio).

(G) O caractere [=] é empregado para denotar tanto o som completamente vibrante com duas ou mais batidas da úvula – vibrante rolada uvular –, como o som de uma única batida – vibrante batida uvular.

(H) A consoante laringal aspirada – [h] – aparece, eventualmente, como variante livre (em termos acústicos, distensa) da vibrante rolada e, também, acompanhando a pronúncia de vogais; neste último caso, a aspiração precede a emissão da vogal: [HA] (ah), [HAYI] (ai).

(I) A consoante nasal palatal – [ɲ] –, à semelhança da lateral palatal, pode sofrer síncope, constatando-se a ocorrência, para reduzir o hiato daí resultante, de uma ditongação ou de uma vogal assilábica como apoio entre as duas vogais: ['M5^AS], ['MYAS], ['MIYAS] (minhas).

(J) O clique aparece com valor significativo, normalmente repetido duas vezes ou mais, valendo até por um enunciado [*l *l] ou [*U *U], equivalendo a "não" – ou, simplesmente, denotando hesitação na enunciação.

(K) Realizações de vogais assilábicas, sobretudo pelos informantes das classes mais baixas, levaram-nos a distinguir dois tipos de som vocálico assilábico anterior (palatal) e dois de som vocálico assilábico posterior (velar): as vogais assilábicas anteriores localizam-se dentro do espaço perceptual limitado por [I] e [&], sendo [Y] um som um pouco menos fechado que o [I], levemente centralizado, e [I] um pouco mais fechado que o [&], levemente centralizado; as vogais assilábicas posteriores localizam-se dentro do espaço perceptual limitado por [U] e [o], sendo [W] uma realização um pouco menos fechada que o [U], e [Q] um pouco mais fechada que o [o].

Nem sempre o som assilábico aparece com valor fonêmico. Assim sendo, a combinação de vogal silábica e vogal assilábica pode constituir tão somente um ditongo fonético, que funciona como uma simples vogal. Sem valor fonêmico é o som assilábico que serve de apoio entre duas vogais, ou seja, que se insere entre as duas vogais de um hiato. Isso se dá, com maior incidência, quando a vogal antecedente é tônica (do ponto de vista perceptual, mais distinta) e/ou em elocução lenta, que desenvolve um som assilábico de mesmo grau de posicionamento: ['DIYA] (dia), ['VOWA] (voa), ['VOWWA] (voa), ['VUWA] (voa), [VU'W9NU] (voando).

Também sem valor fonêmico é a vogal assilábica que ouvimos em alguns ditongos nasalizados; trata-se de ditongos fonéticos, mas não fonêmicos, uma vez que a vogal assilábica é um som que acompanha a vogal nasalizada, não havendo naquela a possibilidade de distinguir signos. As vogais silábicas anteriores recebem vogais assilábicas anteriores, e as posteriores, vogais assilábicas posteriores: ['B3] (bem), ['V3] (vem), ['L3TA] (lenta), ['L1)DA] (linda), ['V1] (vim), ['B4%) (bom).

Ainda, na elocução mais lenta, a vogal assilábica é incluída como som de transição (portanto, também sem valor fonêmico) entre uma vogal silábica e uma vogal assilábica, ocorrendo, nesse caso, a fase decrescente mais a fase crescente do ditongo (na elocução mais rápida, registra-se apenas a fase crescente): ['M&YYA] (meia), [X&'S&YYU] (receio), [VAY'YA>2] (vaiaram), ['V&YYU] (veio).

(L) Não temos caracteres especiais para representar a realização fonética que todos os fonemas vocálicos apresentam em posição débil. Por conseguinte, a

vogal silábica em posição tônica como em posição átona é anotada pelo mesmo caractere. Essa distinção não é significativa, por tratar-se de uma variação condicionada pelo acento da palavra e, como tal, determinada pelo contexto.

(M) O fonema /A/, apresentado como vogal silábica central aberta, possui variantes combinatórias: articulação palatal e articulação velar. Por serem diferenças fonéticas determinadas pela ambiência, são contadas como o mesmo som, sendo representadas pela mesma letra a.

(N) Distinguimos dois graus de vogais nasalizadas: as vogais nasalizadas para menos – grau 1 (chamada O da tabela) e as vogais nasalizadas para mais – grau 2 (chamada N da tabela), sendo a nasalização da vogal considerada alofônica nos dois casos. Assim sendo, não se encontram vogais nasais nas representações fonêmicas; as vogais não nasais tornam-se, nos dois casos, foneticamente nasalizadas, quando adjacentes a um segmento nasal.¹²⁸

Na nasalização para mais, na representação fonêmica, a vogal não nasal está seguida, na mesma sílaba, de um segmento especificado apenas como [+ nasal] (na terminologia estruturalista, arquifonema de travamento nasal). Isso porque, nesse contexto – em posição final de sílaba –, os segmentos nasais – /M/, /N/, /ŋ/ –, que contrastam em posição inicial de sílaba, sofrem o processo de neutralização, com redução das suas possibilidades distintivas. Podemos pensar aqui, com Schane (1975: 89), numa interrelação entre neutralização e assimilação: se o segmento nasal, no ambiente de neutralização, quando manifestado, se torna homorgânico, por assimilação, do fonema subsequente ou do fonema antecedente, então, as consoantes nasais com diferentes zonas de articulação não mais podem contrastar nesse ambiente; deixando de haver distinção nesse ambiente, em nível de abstração, só permanece o traço [+ nasal]. Propomos a seguinte explicação desse processo de nasalização: o segmento nasal incompletamente especificado no nível de abstração, ao manifestar-se, nasaliza a vogal antecedente e, simultaneamente, de acordo com determinadas condições de contexto, ou é suprimido – [ˈLã] (lã), [ˈDã] (dão) –, ou especifica-se por assimilação ao segmento subsequente – assimilação regressiva – ou ao segmento antecedente – assimilação progressiva.

(O) Na nasalização para menos, a vogal não nasal da representação fonêmica, contínua a uma consoante nasal na sílaba subsequente, pode, foneticamente, ser nasalizada pela consoante – assimilação regressiva. Tal processo de nasalização se verifica, sobretudo, quando a vogal não nasal diante de consoante nasal está em sílaba realçada – [ˈ9MU] (amo) – e/ou entre consoantes nasais – [M5ˈN5NU] {menino} –, mas, mesmo nesses contextos, há a possibilidade de variação livre; trata-se, portanto, de nasalização alofônica mista – livre e contextual. Em sílabas não realçadas, diante de consoante nasal da sílaba

seguinte, também existe variação livre entre vogal não nasalizada e vogal levemente nasalizada, só que, neste contexto, a nasalização é menos frequente – [AˈMADU] (amado).

As nossas transcrições não incluem variações fonéticas exclusivamente contextuais – variações decorrentes da influência dos sons contíguos ou próximos do fonema numa enunciação dada –, como o ensurdecimento de vogal entre consoantes surdas, a articulação enfraquecida das consoantes intervocálicas, a fricativação das oclusivas sonoras em posição intervocálica e os outros casos arrolados nas chamadas (B), (L), (M), feitas nas colunas da tabela. Também não incluem as transições de um som para o que se lhe segue, quando determinadas, unicamente, pela ambiência – chamada (N) da tabela. Nesses casos, as variações são automáticas, porque condicionadas pela vizinhança, e, como tal, previsíveis, não sendo, por conseguinte, portadoras de informação.

Procuramos registrar variações fonéticas cruzadas (ou mistas) – livres e contextuais: casos em que o alofone posicional apresenta a possibilidade de variação livre dentro do contexto em que ocorre, ou seja, outras realizações podem substituí-lo nesse contexto, sem haver diferença no sentido denotativo da palavra – chamadas (A), (C), (D), (F), (O) da tabela.

Também foram registradas variações fonéticas livres (facultativas) que podemos verificar para um mesmo fonema, conforme o indivíduo, ou num mesmo indivíduo, conforme a ocasião, como, por exemplo, as correspondentes à chamada (F) da tabela. Nas variações fonéticas cruzadas, como nas livres, as diferenças alofônicas são, respectivamente, parcial e totalmente imprevisíveis e, por isso mesmo, significativas.

3 A UNIDADE NA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA E A DISTINÇÃO TRIPARTIDA NA REALIDADE UNITÁRIA DA LINGUAGEM

A unidade da língua portuguesa na diversidade dos falares dos países lusófonos e, dentro de cada país, nas variantes de ordem regional, sociocultural e individual, encontra fundamentação teórica em Eugenio Coseriu que, a partir da distinção dicotômica de Saussure – língua/fala –, propõe uma distinção tripartida na realidade unitária da linguagem – Sistema / Norma / Falar Concreto. Considerando-se os atos linguísticos de um só falante, o plano da Norma é ainda subdividido em Norma Social e Norma Individual.

Colocando-nos no plano do Sistema -- do muito geral ao muito particular --, podemos observar o percurso da unidade na diversidade:

Sistema \supset ¹²⁹ Norma Social \supset Norma Individual \supset Falar Concreto, dado que Norma Social, Norma Individual e Falar Concreto são graus sucessivos de realização do Sistema:

¹²⁸ Lembramos que há posições divergentes dos estruturalistas com relação à nasalidade das vogais no português do Brasil.

¹²⁹ Símbolo da Matemática que significa "contém".

- o Sistema realiza-se na diversidade de Normas Sociais determinadas e mais ou menos constantes;

- as Normas Sociais realizam-se em normas individuais;

- as Normas Individuais realizam-se na infinita variedade e multiplicidade da Unidade Linguística Concreta.

Já no plano do Falar Concreto, do muito particular ao muito geral, é o percurso da diversidade na unidade que é levado em conta:

Falar Concreto ◊ Norma Individual ◊ Norma Social ◊ Sistema, dado que Norma Individual, Norma Social e Sistema são graus sucessivos (abstrações) do Falar Concreto. Partindo-se do Falar Concreto, chega-se à Norma e ao Sistema por meio de abstrações sucessivas:

- abstração que se realiza ao passar dos Atos Linguísticos Concretos às Normas Individuais;

- abstração que se realiza ao passar das Normas Individuais para as Normas Sociais;

- abstração que se realiza ao passar das Normas Sociais para o Sistema.

O Sistema é único para todos os falantes de língua portuguesa. As variantes de qualquer natureza situam-se no nível da diversidade de Normas Sociais e Individuais. Daí a consciência que têm os que a falam diversamente de que é a mesma a língua que lhes serve de instrumento de comunicação. O Sistema é, assim, um sistema de possibilidades: admite infinitas realizações e só exige que não se afetem as condições funcionais do instrumento linguístico; proporciona ao falante os meios para sua expressão inédita, porém, ao mesmo tempo, compreensível para os que utilizam a mesma língua. Pode haver desvio da Norma, mas não do Sistema – o Ato de Fala está sempre dentro do Sistema. As criações não se fazem ao acaso, mas dentro de certas leis que constituem a gramática de criação da língua.

4 A UNIDADE NA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

Com implicações de relevo no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, como no das demais línguas naturais humanas, a visão da unidade na diversidade linguística explica e justifica a distinção entre Gramática Prescritiva ou Normativa – normativa, aqui, na acepção daquilo que é considerado correto de acordo com a norma culta – e Gramática Descritiva – no âmbito da Linguística que, enquanto Ciência da Linguagem, tem o papel de descrever a língua em seu funcionamento e uso.

As gramáticas eram mais normativas do que descritivas até o século XIX. Apesar disso, no ensino atual de língua portuguesa, ainda se percebem pontos da educação tradicional, tida como dogmática, segundo a qual é comum dizer que certo modo de falar ou escrever é errado por estar fora dos padrões da norma culta, ditada pelos grandes autores da Literatura. O entendimento da unidade na diversidade linguística aponta questões que refletem dúvidas e inseguranças de professores, questionamentos sobre causas que levam ao fracasso no ensino de línguas, decorrentes das concepções que a escola tem de língua e da influência dessas concepções no ensino. Não falamos e não escrevemos da mesma forma nas diferentes situações de comunicação. Há graus de

maior ou menor formalidade nas duas formas de comunicação linguística – são variações dentro de contextos de uso. Assim sendo, o ensino deve deixar de lado o preconceito linguístico em relação às variantes linguísticas e levar o aluno a observar, conhecer, respeitar e empregar as diversidades linguísticas, entendendo-as como diversidades na unidade. Isso significa dar a oportunidade ao aluno de empregar a língua em toda a sua riqueza e flexibilidade de acordo com o grau de formalidade ou informalidade exigido pelas diversas situações de comunicação.

Enfatizamos a necessidade de ser levada em conta a entoação do extralingüístico na realização discursiva concreta, ou seja, a necessidade de o ensino respeitar a realidade linguística do aluno e as várias modalidades de uso da língua oral e escrita. Deve levá-lo, sim, aos usos da norma culta, considerada o padrão de maior prestígio, não por razões linguísticas, mas por ser ela fator de ascensão social. Trata-se de privilegiar o ensino da norma culta sem imposições do certo-e-errado, sem opressões e traumas.

Bechara (2011), em entrevista a Clara Becker, defende que o aluno deve ser poliglota em sua própria língua: *“Ninguém vai à praia de fraque ou de chinelo ao Municipal. As pessoas têm de saber adequar o registro linguístico à situação, de modo que aprender a norma culta seria somar e não substituir uma variedade da língua.”*

Consideramos como fator mais relevante dentre os que levam ao insucesso do ensino do português a dificuldade de articulação entre a teoria e a prática. No momento em que a preocupação é com o aluno como sujeito do seu aprendizado na construção do seu saber linguístico, no momento em que a preocupação é com o desempenho linguístico do aluno nos processos de produção e de recepção de textos em diversas modalidades e situações de uso da língua, é preciso que haja equilíbrio, mais do que interação, entre o ensino de línguas e as novas teorias linguísticas.

O que está em discussão não é o ensino ou não de gramática normativa, mas como abordá-la num trabalho, oral e escrito, com a língua, com adequação do ato verbal à situação de comunicação -- a função da escola não consiste em ensinar a língua portuguesa (o aluno, ao ingressar numa instituição escolar, já domina a sua língua materna), mas em desenvolver no aluno a proficiência na norma culta, nas modalidades oral e escrita e nas diversas situações de comunicação. Sem dúvida, os conteúdos gramaticais, ou os conhecimentos linguísticos, devem estar sempre articulados com a abordagem textual e discursiva. Nesse sentido, cremos que as distorções no ensino não dizem respeito à quantidade de gramática normativa que é ensinada, mas a como é ensinada. Ou seja, ensinar gramática tradicional não é problema. Muito pelo contrário, é dar direito ao aluno de se apropriar de um bem cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos critérios que nortearam a coleta, a preparação do *corpus* de estudo e o registro dos dados em formato eletrônico, os resultados da pesquisa oferecem uma Base de Informações – dados organizados e relacionados com o fim de servirem para estudos diversos da língua oral do português em sua variante brasileira. A língua oral paulista, observada numa perspectiva sincrônica, é, assim, passível de ser avaliada na sua

diversidade – diferenças entre comunidades regionais, sexos, níveis de escolaridade, gerações, classes sociais, condições de produção dialógica.

Diante de tantas diversidades, a comunicação entre os falantes paulistas acontece, porque as variações se dão no nível de Normas Sociais e Individuais, as quais são previstas pelo Sistema, que é comum a todos eles. É a unidade na diversidade linguística.

Numa dimensão mais ampla, o mesmo ocorre em relação às variantes do português nos oito países lusófonos: as variações situam-se no nível das Normas Regionais. A língua falada em cada país tem a sua própria identidade, mas o Sistema é único, a Língua Portuguesa. A comunicação entre falantes dos oito países se faz. É a riqueza da língua, é a língua nas suas múltiplas possibilidades, é a diversidade na unidade linguística.

A compreensão da unidade na diversidade linguística conduz-nos a reflexões de como o ensino de língua portuguesa deve se inserir na prática pedagógica: a visão da realidade multidialetal do país, de tantas variações regionais, sociais e de estilo, deve-se integrar na prática do ensino da língua portuguesa, numa postura que, rejeitando as noções de certo ou errado, adote as noções de adequado ou inadequado, próprio ou impróprio a cada situação de comunicação; numa postura que leve o aluno a ter consciência da variação linguística e a praticá-la, que o leve a saber explorar as diferentes possibilidades de uso da língua em função da situação linguística: falar ou escrever informalmente em situações informais; falar ou escrever formalmente em situações formais. É a situação linguística que indica as variantes.

A postura da escola não deve, pois, ser impositiva, mas receptiva, de forma a, acolhendo e a respeitando as diferenças, despertar no aluno o amor por sua língua materna.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Amadeu (1976). *O Falar caipira*. 3. ed. São Paulo: Anhembi / Hucitec.
- APL (1994). *Variação linguística no espaço, no tempo e na sociedade*. Lisboa: Colibri.
- BECHARA, Evanildo (2011). Senhor norma culta. *Revista Piauí*. 57 ed. Rio de Janeiro: Alvinegra.
- BIBER, Douglas; CONRAD, Susan; REPPEN, Randi (1998). *Corpus linguistics -- investigating language structure and use*. Cambridge: Cambridge University.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso (1972). *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.) (1989). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: UNICAMP.
- COSERIU, Eugenio (1979). *Teoria da linguagem e linguística geral*. Rio de Janeiro: Presença.
- INTERNATIONAL PHONETIC ASSOCIATION (1999). *Handbook of the International Phonetic Association*. Cambridge: Cambridge University.

MATEUS, Maria Helena Mira (1975). *Aspetos da fonologia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.

MCENERY, Tony; WILSON, Andrew (1996). *Corpus linguistics*. Edinburgh: Edinburgh University.

PIKE, Kenneth L. (1968). *Phonemics. A technique for reducing languages to writing*. 11 ed. Ann Arbor: University of Michigan.

PIKE, Kenneth L. (1969). *Phonetics*. 12 ed. Ann Arbor: University of Michigan.

SCHANE, Sanford A. (1975). *Fonologia gerativa*. Rio de Janeiro: Zahar.

ZAPPAROLI CASTRO MELO, Zilda Maria (1980). *Análise do comportamento fonológico da junta intervocabular no português do Brasil (variante paulista). Uma pesquisa linguística com tratamento computacional*. São Paulo, 1980. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo.

ZAPPAROLI, Zilda Maria (2009). *Sistema CorPor – Corpora do português falado de São Paulo*. Disponível em <http://www.corpor.fflch.usp.br>.

COMPILAÇÃO E VERIFICAÇÃO ORTOGRÁFICA: CHRYS CHRYSTELLO,
VERIFICAÇÃO, CAPA DVD E GRAVAÇÃO: JOÃO CHRYSTELLO
© AICL, COLÓQUIOS DA LUSOFONIA 2013



LIVRO DE ATAS/ANAIS

ISBN: 978-989-8607-02-7

LIVRO DE ATAS/ANAIS
20º COLÓQUIO DA LUSOFONIA
SEIA, Portugal
15-18 outubro 2013